



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CLAUDIA CRISTINA FERREIRA CARVALHO**

**OS ESPELHOS DAS EXCLUSÕES RADICAIS:** o mundo  
prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal

**CUIABÁ-MT  
2017**

**2017**

**CLAUDIA CRISTINA FERREIRA CARVALHO  
OS ESPELHOS DAS EXCLUSÕES RADICAIS: O  
MUNDO PRISIONAL FEMININO BRASILEIRO VISTO  
DO OUTRO LADO DA LINHA ABISSAL**

**UFMT**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CLAUDIA CRISTINA FERREIRA CARVALHO**

**OS ESPELHOS DAS EXCLUSÕES RADICAIS:** o mundo  
prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal

**CUIABÁ-MT  
2017**

**CLAUDIA CRISTINA FERREIRA CARVALHO**

**OS ESPELHOS DAS EXCLUSÕES RADICAIS: o mundo  
prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Educação da Universidade Federal de Mato Grosso  
como requisito para a obtenção do título de Doutora  
em Educação na Área de Concentração Educação,  
Linha de Pesquisa Movimento Social e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Passos

Coorientador: Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos

**Cuiabá-MT  
2017**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

C331e Carvalho, Claudia Cristina Ferreira.  
Os espelhos das exclusões radicais : o mundo prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal / Claudia Cristina Ferreira Carvalho. -- 2017  
322 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Dr. Luiz Augusto Passos.

Co-orientador: Dr. Boaventura de Sousa Santos.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2017. Inclui bibliografia.

1. Encarceramento feminino. 2. Epistemologias do Sul. 3. Epistemologias feministas pós-coloniais. 4. Emancipação social das mulheres do Sub-global. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT  
Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: "Os Espelhos das Exclusões Radicais: o mundo prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal"**

AUTORA: Doutoranda Claudia Cristina Ferreira Carvalho

Tese de Doutorado defendida e aprovada em 20 de setembro de 2017.

Composição da Banca Examinadora:

|                               |                                              |                                              |                                                     |
|-------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Presidente Banca / Orientador | Doutor                                       | Luiz Augusto Passos                          | <i>Luiz Augusto Passos</i>                          |
| Instituição:                  | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO          |                                              |                                                     |
| Coorientador                  | Doutor                                       | Boaventura de Sousa Santos                   |                                                     |
| Instituição:                  | UNIVERSITY OF WISCONSIN-MADISON              |                                              |                                                     |
| Examinador Interno            | Doutor                                       | Celso Luiz Prudente                          | <i>Celso Luiz Prudente</i>                          |
| Instituição:                  | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO          |                                              |                                                     |
| Examinadora Interna           | Doutora                                      | Maria de Lourdes Bandeira de Lamonica Freire | <i>Maria de Lourdes Bandeira de Lamonica Freire</i> |
| Instituição:                  | UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO          |                                              |                                                     |
| Examinadora Externa           | Doutora                                      | Maria Teresa Henriques da Cunha Martins      | <i>Maria Teresa Henriques da Cunha Martins</i>      |
| Instituição:                  | UNIVERSIDADE DE COIMBRA/UC                   |                                              |                                                     |
| Examinador Externo            | Doutor                                       | Rosemar Eurico Coenga                        | <i>Rosemar Eurico Coenga</i>                        |
| Instituição:                  | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE/UNIVAG |                                              |                                                     |
| Examinador Suplente           | Doutor                                       | Edson Benedito Rondon Filho                  | <i>Edson Benedito Rondon Filho</i>                  |
| Instituição:                  | FACULDADE CATÓLICA RAINHA DA PAZ / FCARP     |                                              |                                                     |
| Examinadora Suplente          | Doutora                                      | Candida Soares da Costa                      | <i>Candida Soares da Costa</i>                      |
| Instituição:                  | UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO          |                                              |                                                     |

CUIABÁ, 20/09/2017.

**CLAUDIA CRISTINA FERREIRA CARVALHO**

**OS ESPELHOS DAS EXCLUSÕES RADICAIS: o mundo prisional feminino  
brasileiro visto do outro lado da linha abissal**

Tese apresentada à Universidade Federal de Mato  
Grosso, como parte das exigências para obtenção do  
título de Doutora em Educação.

Cuiabá, 20 de setembro de 2017.

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Passos  
Orientador (UFMT)

---

Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos  
Coorientador (UNIVERSITY OF WISCONSIN - MADISON)

---

Prof. Dr. Rosemar Eurico Coenga  
Examinador Externo (UNIVAG)

---

Prof. Dra. Maria Teresa Henriques da Cunha Martins  
Examinadora Externo (UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

---

Prof. Dr. Celso Luiz Prudente  
Examinador Interno (UFMT)

---

Prof. Dra. Maria de Lourdes Bandeira De Lamônica Freire  
Examinadora Interna (UFMT)

---

Prof. Dra. Cândida Soares da Costa  
Suplente (UFMT)

---

Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho  
Suplente (PM-MT)

## DEDICATÓRIA

À minha mãe Nadir Ferreira Paelo,  
a luz nas sendas do caminho, minha heroína, meu melhor espelho.



## AGRADECIMENTOS

Não será possível agradecer a todos e todas dos quais essa obra é espelho.

Inicialmente, agradeço aos orientadores da tese, o Professor Doutor Luiz Augusto Passos, pelo carinho, companheirismo, aprendizagem, pela solidariedade generosa de partilhar sonhos que permitiram a pesquisadora sonhar como “a menina que carregava água na peneira” de Manoel de Barros, cheia de despropósitos a fazer peraltagens pelo mundo a fora.

E ao Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos, pela sólida vigilância epistêmica do rigor científico desafiando-me a ler, a ouvir, a aprender e a refletir para construir esse estudo. Pelo exemplo de comprometimento político com as causas dos grupos e pessoas oprimidas, pela amizade que me ofertou durante todo o período do doutoramento Sanduíche, junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

Agradeço a ambos, Passos e Boaventura, cada um a seu modo, os meses de partilha, as incontáveis vezes em que pude revigorar a esperança na universidade, na produção de conhecimentos científicos em diálogo permanente com outros saberes do mundo e da vida.

À minha família, minha mãe Nadir Ferreira Paelo, Vera Cruz da Silva, aos meus irmãos Esmael, Wellyghithon, Paulo e às minhas irmãs Kathia, Meire e Eveline pelo zelo, paciência e incentivo nesse período de distância. Aos meus/minhas sobrinhos/as amados/as Vinicius, Daniel, Karina, Rafaela, Sulamita e Isabel. À minha muita amada Camila, a “Bibi”, companheira leal, cuidadosa, sempre a socorrer “a minha má” na feitoria da tese.

A minha deslocação para estudar o estágio doutoral em Coimbra não se teria concretizado sem o empenho, no Brasil, da professora Dr.<sup>a</sup> Marcia Ferreira, à época, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT. À querida Luisa Teixeira, a quem estendo os meus agradecimentos à toda Equipe do PPGE, e em Portugal, à Lassalete Paiva.

A tese é tributária dos ensinamentos junto aos professores/as do Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra, Teresa Cunha, Bruno Sena Martins, Maria Paula Meneses, e da Universidade Federal de Mato Grosso Michele Sato, Cândida Soares e Celso Prudente e Beleni Granno.

Do lado de cá do Brasil agradeço as minhas amigas de doutorado queridas Adma Cristina e Tereza Ramalho. Dos tempos em Coimbra às amigas de luta, de bar e de biblioteca a inenarrável Lucia Souto, a otimista Raimunda Mendes, a doce e solidária Tereza Lima, a querida Saskya Lopes, à Monica Del Vecchio, a gaúcha de fundamento Nara Alves todas

cumplices nos caminhos que enfrentamos do doutoramento. E ao querido e generoso Mauricio Vieira.

Ao amigo Zeilthon Matos, às amigas Lucia Picanço, Marisa Batalha, Alessandra Alves, pela cumplicidade com que enfrentaram juntos comigo os caminhos do além-mar, amenizando as horas difíceis, os dias e noites de frio e solidão, apoio requente da confiança em chegar ao destino final

A amiga querida Nilzalina Chaparro, e aos amigos Domingos Pinto de França, a Arilson Aparecido Martins e a Augustinho da Silva Carvalho, que muito me acompanharam na caminhada da construção da pesquisa no Brasil e em Portugal.

Ser-lhe-ei sempre grata a Janis, Doralice, Juliana, Cyntia, Taynara, Dayana, Enereide, Dinéia, pela coragem de me confiarem as suas histórias, por abrirem a porta de mundo impenetrável da penitenciária sem ajuda e coragem dessas mulheres isso seria impossível.

Quero dizer que não existem palavras que possam expressar o imenso agradecimento a Clarindo Alves.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, como agência fomentadora de bolsa de estudos, a oportunidade do doutoramento sanduíche junta à Universidade de Coimbra, através do Centro de Estudos Sociais.

### **Quarto do despejo**

[...] Mas, eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembleia. A sucursal do Purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no Palácio do Governo. Foi lá que vi ranger os dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas da favela, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo.

[..] Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu li a História do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só li os nomes masculinos como defensor da pátria. Então eu dizia para a minha mãe:

- Porque a senhora não faz eu virar homem?

Ela dizia:

- Se você passar por debaixo do arco-íris você vira homem. Quando o arco-íris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre distanciado. Igual os políticos distantes do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar, não deve chorar. Deixar lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos.

(Carolina de Jesus)

## **OS ESPELHOS DAS EXCLUSÕES RADICAIS: o mundo prisional feminino brasileiro**

visto do outro lado da linha abissal

### **RESUMO**

A presente investigação, crítica das teorias feministas pós-coloniais, parte da perspectiva que a fabricação da Outra feminina como o outro do outro masculino, alimenta-se de um pensamento abissal, que tanto obliterou ou oblitera quanto sistematicamente produziu ausências, instaurou a violência subalterna de um gênero masculino sobre o gênero feminino, construindo linhas radicais de exclusão social. Esse sistema de opressão, que é nominado hétero-patriarcal, não nasceu com a modernidade ocidental, mas sem dúvida aliançou-se a outras duas lógicas de opressão que são o colonialismo e o capitalismo, para reificar de um lado, os homens como o centro e medida para todas as coisas; de outro, as mulheres como a periferia de quem se imagina centro (o homem). Nessa lógica, as mulheres subalternizadas têm suas vozes emudecidas, sua ontologia e epistemologia desperdiçada e invisibilizadas. Assim, a pesquisa analisou as dimensões compreensivas interpretativas das interações intersubjetivas construídas por mulheres subalternizadas no interior de uma penitenciária feminina brasileira, tanto aquelas em condição de reclusão quanto as trabalhadoras daquele sistema prisional. Recorreu-se às Epistemologias do Sul, proposta de Boaventura de Sousa Santos, para explorar as ruínas daquilo que tem sido produzido como sociologia das ausências e emergências. De um lado, objetivou-se problematizar as formulações do saber-poder institucional nos processos ordinários esculpidos nas interações entre as mulheres trabalhadoras e as mulheres em reclusão. De outro, analisou-se naquele espaço-tempo prisional, convertido em desumanização do/a Outro/a, como as mulheres em condição de reclusão constroem saberes de resistências-resiliências explícitos ou não, nascidos da luta, do sofrimento. Hipótese central, é a de que a prisão cumpre um papel sociopolítico de continuidade e reiteração das exclusões radicais geradas pelos sistemas de opressão capitalista, colonial e patriarcal. Sistemas que geram e gerenciam linhas abissais, que pela divisão, obliteram as sociabilidades por eles gerados. O trabalho empírico teve como cerne a pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, e em seu bojo, triangulou-se procedimentos de observação, entrevistas e iconografias (imagens) produzidas a partir da estratégia proposta e aceita de um curso de fotografia ministrado às mulheres que desejassem participar. A imersão no terreno da pesquisa perdurou no total de onze meses. A compreensão interpretativa da escala do fenômeno em estudo, delimitou-se numa ecologia de saberes, traduzidas em cinco núcleos centrais epistêmicos, políticos e ontológicos que problematizou-se: os modos como a cartografia formal e a não-formal esculpem os espaço-tempos prisional; como os processos de reclusão na instituição prisional refletiram os espelhos das exclusões radicais caracterizadas pela dicotomia entre igualdade formal e desigualdade real; discutiu-se o saber-poder institucional como processos ordinários de apropriação e violência; abordou-se, a partir das experiências pessoais das mulheres em reclusão, os modos como a violência de gênero reverberam nos processos de encarceramento feminino; visibilizou-se as formas de resistências e resiliências, e os saberes construídos pelas mulheres subalternizadas da penitenciária nascidos da luta e do sofrimento. A contribuição epistêmica, ontológica e política da tese é perceber as injustiças sociais e cognitivas a que estão expostas as mulheres subalternizadas do Sul-global, ao tempo de contribuir para o debate dos feminismos pós-colonial, mobilizando novas questões para velhos problemas sócio-políticos e culturais.

Palavras-Chaves: Encarceramento feminino. Epistemologias do Sul. Epistemologias feministas pós-coloniais. Emancipação social das mulheres do Sul-global.

**THE MIRRORS OF RADICAL EXCLUSIONS:** the Brazilian female prison world seen  
from the other side of the abyssal line

**ABSTRACT**

This investigation, a critique of postcolonial feminist theories, starts from the perspective that the fabrication of the feminine Other as the other masculine, feeds from an abyssal thought, which either obliterated or obliterates, or systematically produced absences, introduced a subaltern violence of a masculine gender towards the feminine gender, constructing radical lines of social exclusion. This system of oppression, which is denominated hetero-patriarchal, was not born within western modernity, but it was undoubtedly formed by two other logics of oppression, that are colonialism and capitalism, to reify on the one hand, men as the center and measure of all things; On the other, women as the periphery of those who imagine themselves as the center (men). Accordingly to this logic, women have their voices muted, their ontology and epistemology wasted and invisible. Thus, this research analyzed the comprehensive interpretative dimensions of intersubjective interactions constructed by subalternized women inside a Brazilian female penitentiary, both those in condition of confinement and the workers of that prison system. The Southern Epistemologies, proposed by Boaventura de Sousa Santos, were used to explore the ruins of what has been produced as a sociology of absences and emergencies. On the one hand, the objective was to problematize the formulations of institutional knowledge-power in the ordinary processes sculpted out of the interactions between working women and women in confinement. On the other hand, it was analyzed in that prison space-time, converted into the dehumanization of the Other, as women in condition of confinement create knowledges of resistances-resilences explicit or not, born from the struggle and suffering. Central hypothesis, the prison fulfills a socio-political role of continuity and reiteration of the radical exclusions generated by the capitalist, colonial and patriarchal systems of oppression. Systems that generate and manage abyssal lines, which by division, obliterate the sociabilities they generate. The empirical investigation's essence was the qualitative research of ethnographic approach, and in its core, joined a triangular procedure of observation, interviews and iconographies (images) produced based on the proposed and accepted strategy of a photography course given to women who wished to participate. The immersion in the field of the research lasted for eleven months. The interpretative understanding of the scale of the phenomenon under study was delimited under an ecology of knowledge, translated into five nuclear central epistemic, political and ontological that was problematized: the ways in which formal and non-formal cartography sculpted the prison space-time; How the processes of imprisonment in the prison institution reflected the mirrors of radical exclusions characterized by the dichotomy between formal equality and real inequality; Institutional knowledge was discussed as an ordinary process of appropriation and violence; From the personal experiences of women in imprisonment, approaches such as gender violence reverberate in female incarceration processes; The forms of resistance and resiliency and the knowledge built by the subalternized women of the penitentiary out of struggle and suffering became visible. The epistemic, ontological and political contribution of the thesis is to perceive the social and cognitive injustices to which the subalternized women of the South-global are exposed, while contributing to the debate of postcolonial feminisms, mobilizing new questions for old socio-political problems and culture.

Key-words: Female imprisonment. South Epistemologies. Post-colonial feminist epistemologies. Social emancipation of Global-South women.

## LISTA DE FIGURAS

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| Figura 1 – O mensageiro.....          | 69  |
| Figura 2 – Brinquedos.....            | 76  |
| Figura 3 – Doces.....                 | 76  |
| Figura 4 – As visitas.....            | 77  |
| Figura 5 – A visita.....              | 77  |
| Figura 6 – O teatro.....              | 77  |
| Figura 7 – Espetáculo teatral.....    | 77  |
| Figura 8 – A religião.....            | 78  |
| Figura 9 – As participantes .....     | 83  |
| Figura 10 – O curso.....              | 84  |
| Figura 11 – A alegria.....            | 85  |
| Figura 12 – Planta alta.....          | 115 |
| Figura 13 – A fila.....               | 116 |
| Figura 14 – A fila das visitas.....   | 116 |
| Figura 15 – A revisória.....          | 118 |
| Figura 16 – O portão eletrônico.....  | 118 |
| Figura 17 – O jumbo.....              | 119 |
| Figura 18 – O portão do corredor..... | 122 |
| Figura 19 – O corredor (I).....       | 123 |
| Figura 20 – O corredor (II).....      | 123 |
| Figura 21 – Raio 01.....              | 127 |
| Figura 22 – Raio 02.....              | 127 |
| Figura 23 – Raio 03.....              | 127 |
| Figura 24 – Raio 04 .....             | 127 |
| Figura 25 – Raio do seguro.....       | 128 |
| Figura 26 – O cárcere.....            | 131 |
| Figura 27 – A tranca.....             | 131 |
| Figura 28 – A toca.....               | 132 |
| Figura 29 – O queto (I).....          | 132 |
| Figura 30 – O cubículo .....          | 133 |
| Figura 31 – O queto (II).....         | 133 |
| Figura 32 – O cubículo.....           | 134 |

|                                                      |     |
|------------------------------------------------------|-----|
| Figura 33 – Os pingos d’água.....                    | 134 |
| Figura 34 – A rotina.....                            | 135 |
| Figura 35 – Bate toco.....                           | 136 |
| Figura 36 – Solidão.....                             | 136 |
| Figura 37 – A solidão.....                           | 137 |
| Figura 38 – Maria Tereza.....                        | 138 |
| Figura 39 – Sala de costura (I).....                 | 141 |
| Figura 40 – Sala de costura (II).....                | 141 |
| Figura 41 – Material de costura.....                 | 142 |
| Figura 42 – Peças infantis.....                      | 142 |
| Figura 43 – Playground.....                          | 144 |
| Figura 44 – Creche infantil (I).....                 | 145 |
| Figura 45 – Creche infantil (II).....                | 145 |
| Figura 46 – Berçário infantil.....                   | 145 |
| Figura 47 – Espaço maternal.....                     | 147 |
| Figura 48 – Maternidade desativada.....              | 147 |
| Figura 49 – Minha amiga.....                         | 159 |
| Figura 50 – O sorriso.....                           | 160 |
| Figura 51 – A sombra.....                            | 161 |
| Figura 52 – A justiça.....                           | 164 |
| Figura 53 – Dalila.....                              | 166 |
| Figura 54 – Afeto.....                               | 166 |
| Figura 55 – Doralice.....                            | 167 |
| Figura 56 - Roseli Barbosa.....                      | 177 |
| Figura 57 – Contenção feminina (I) .....             | 194 |
| Figura 58 – Contenção feminina (II) .....            | 196 |
| Figura 59 – Contenção feminina (III) .....           | 200 |
| Figura 60 – Brasão do SOE.....                       | 202 |
| Figura 61 – SOE.....                                 | 203 |
| Figura 62 – Contenção feminina (IV) .....            | 204 |
| Figura 63 – A tranca.....                            | 215 |
| Figura 64 – O cubículo.....                          | 219 |
| Figura 65 – Cleidiane.....                           | 227 |
| Figura 66 – A brincadeira e o transtorno mental..... | 228 |



|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| Figura 67 – Mamão com açúcar.....     | 233 |
| Figura 68 – Amizade (I) .....         | 251 |
| Figura 69 – Amizade (II) .....        | 251 |
| Figura 70 – Amizade (III) .....       | 251 |
| Figura 71 – Amizade (IV) .....        | 251 |
| Figura 72 – Amizade (V) .....         | 252 |
| Figura 73 – Brincar de Bozó .....     | 252 |
| Figura 74 – Brincadeira (I) .....     | 253 |
| Figura 75 – Brincadeira (II) .....    | 253 |
| Figura 76 – As meninas do crochê..... | 253 |
| Figura 77 – O amor.....               | 254 |
| Figura 78 – As vulgo .....            | 255 |
| Figura 79 – O crochê.....             | 255 |
| Figura 80 – A tartaruginha .....      | 256 |
| Figura 81 – Invenção de isopor.....   | 256 |
| Figura 82 – Carinho de mãe .....      | 261 |
| Figura 83 – Minha segunda mãe.....    | 262 |
| Figura 84 – Minha mãe .....           | 262 |
| Figura 85 – Drogas .....              | 274 |
| Figura 86 – Mercadinho.....           | 280 |
| Figura 87 – Os baldes (I) .....       | 280 |
| Figura 88 – Os baldes (II) .....      | 281 |
| Figura 89 – O chinelinho .....        | 281 |
| Figura 90 – O mercadinho.....         | 283 |
| Figura 91 – A cozinha.....            | 285 |
| Figura 92 – Hora da comida.....       | 288 |
| Figura 93 – A comida.....             | 288 |
| Figura 94 – Comida .....              | 288 |
| Figura 95 – Ovo frito.....            | 289 |
| Figura 96 – Rabo quente.....          | 289 |
| Figura 97 – Servideira.....           | 290 |
| Figura 98 – A comida azeda, .....     | 290 |
| Figura 99 – Diferenças.....           | 294 |
| Figura 100 – O valor da beleza .....  | 296 |

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| Figura 101 – Eu com maquiagem .....   | 298 |
| Figura 102 – Eu sem maquiagem .....   | 298 |
| Figura 103 – As meninas Juliana ..... | 301 |

## **LISTA DE TABELAS**

|                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Demonstrativo das pessoas envolvidas na pesquisa..... | 71 |
|------------------------------------------------------------------|----|

## **LISTA DE QUADROS**

|                                          |     |
|------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 – O que mudaria na prisão?..... | 305 |
|------------------------------------------|-----|

## SUMÁRIO

|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                    | 20  |
| PARTE I AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL E OS FEMINIMOS PÓS-ABISSAL.....                   | 28  |
| 1 O PENSAMENTO ABISSAL E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL.....                             | 28  |
| 1.1 O paradigma da racionalidade dominante.....                                    | 28  |
| 1.2 Implicações do pensamento pós-coloniais.....                                   | 31  |
| 1.3 As linhas abissais e as Epistemologias do Sul.....                             | 38  |
| 1.4 As subjetividades do Sul: apropriação e violência.....                         | 46  |
| 2 ESTUDOS FEMISTAS E OS FEMINISMOS PÓS-ABISSAL.....                                | 52  |
| 2.1 Por onde as mulheres falam? A contribuição dos feminismos pós-abissal.....     | 52  |
| 2.2 Pluralidades de gênero e patriarcado.....                                      | 56  |
| 2.3 Mulheres e globalização econômica.....                                         | 60  |
| PARTE II EPISTEMO-METODOLÓGICA DO ESTUDO E AUTORREFLEXIVIDADE..                    | 65  |
| 3 A MOLDURA EPISTÊMICA-METODOLÓGICA DO ESTUDO.....                                 | 66  |
| 3.1 Dimensões da feitura da investigação.....                                      | 66  |
| 3.2 A etnografia das emoções: de sujeitos para sujeitos.....                       | 73  |
| 3.2.1 Sociologia das Emergências: um olhar fotográfico.....                        | 79  |
| 3.2.2 As vozes silenciadas das “agentes prisionais”.....                           | 90  |
| 3.3 As significações analíticas das experiências empíricas.....                    | 93  |
| 3.4 Autorreflexividade.....                                                        | 95  |
| PARTE III - A CARTOGRAFIA DO TERRENO DA PESQUISA: O                                |     |
| ENCARCERAMENTO NO FEMININO.....                                                    | 103 |
| 4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRENO DA PESQUISA.....                                     | 104 |
| 4.1 Cartografia do encarceramento no feminino.....                                 | 104 |
| 4.2 A penitenciária em estudo: o olhar por dentro.....                             | 109 |
| 4.2.1 Os lugares entre lugares da penitenciária.....                               | 113 |
| 4.2.2 Corredor: corredor, corre a dor, dor corre no corredor.....                  | 121 |
| 4.2.3 A descarga elétrica dos raios 1, 2, 3 e 4: feixe do poder desigual.....      | 125 |
| 4.3 Nas ruínas do passado há sombras dos não-lugares.....                          | 143 |
| PARTE IV - EPISTEMOLOGIAS DO SUL E AS SUBJETIVIDADES FEMININAS                     |     |
| NO CÁRCERE.....                                                                    | 149 |
| 5 AS LINHAS ABISSAIS ESPELHOS DAS EXCLUSÕES RADICAIS: O MUNDO DE                   |     |
| CÁ E O MUNDO DE LÁ.....                                                            | 150 |
| 5.1 A face dos espelhos das exclusões radicais.....                                | 151 |
| 5.2 A justiça é cega pra quem? As Dalilas e a primeira dama.....                   | 162 |
| 6 CORPO-INSTITUCIONAL: INTERSUBJETIVIDADES, PRÁTICAS E                             |     |
| REPRESENTAÇÕES.....                                                                | 185 |
| 6.1 A implantação da Operação Legalidade vista do lado de lá da linha.....         | 185 |
| 6.1.1 A militarização: quando as mulheres vestem farda.....                        | 190 |
| 6.2 A Operação Legalidade vista do lado de cá da linha: vivências do corpo-sujeito |     |
| recluso.....                                                                       | 211 |
| 6.3 Os motins e as reVeliões.....                                                  | 229 |
| 7 (DES)PATRIARCALIZAR; (DES)COLONIZAR OS CORPOS FEMININOS: UMA                     |     |
| DAS UTOPIAS POSSÍVEIS?.....                                                        | 238 |
| 7.1 No corpo feminino: a tatuagem da violência de gênero.....                      | 238 |
| 7.1.1 Para além das violências, há um outro mundo possível? .....                  | 247 |
| 7.1.2 Mãe é mãe, o resto é manha!.....                                             | 257 |
| 7.2 A violência de gênero, narcotráfico e pobreza.....                             | 266 |

|       |                                                                           |     |
|-------|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| 7.3   | Feitichização econômica da prisão: comércios e mercadorização do ser..... | 277 |
| 7.3.1 | A cozinha pode ser um espaço de emancipação feminina?.....                | 284 |
| 7.4   | O espelho desfigurado: diferença, maquiagem e beleza.....                 | 291 |
|       | CONCLUSÃO.....                                                            | 303 |
|       | REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....                                             | 307 |

## INTRODUÇÃO

A feitoria da tese inscreve-se numa temporalidade em recursividade ao doutoramento que lhe subjaz. A inquietação para produzi-la começou a ser burilada há alguns anos, ao tempo do envolvimento da pesquisadora como ativista e trabalhadora do Centro de Referência em Direitos Humanos de Enfrentamento ao Racismo e a Homofobia do Estado de Mato Grosso. Durante o período de atuação nesse espaço, pode-se dialogar com as experiências de outros/as grupos ou pessoas em condição de vulnerabilidade, cujas biografias e idiossincrasias traduziram-se numa dinâmica intersubjetiva em comunhão, com todos os limites implicados na reciprocidade entre o corpo-social e o corpo-sujeito. A pesquisadora descobriu-se a si mesma num texto social em coautoria, nascido da observação e da partilha dos sofrimentos e das lutas daqueles que sofrem as injustiças sociais e cognitivas no interior de uma sociedade excludente.

Ante essas vivências, e inspirada por Freire (1970) apreendeu de palavra em palavra a compor sua própria palavra, as mesmas que se pronunciam nesse texto. Palavras nascidas no mundo e como os/as outros/as que nele se inscrevem, numa interação precha de sentidos plurivocais e polissêmicos. Como disse Santos (1986, p. 13), pode-se ver de perto como a igualdade de todas/os perante a lei é a diferença da lei perante cada cidadã/o. Nesse contexto de desigualdades sociais, começou-se a escrever as páginas que se seguem, a respeito de um conjunto de questões implicadas ao tema: “Os Espelhos das Exclusões Radicais: o mundo prisional feminino brasileiro visto do outro lado da linha abissal”.

Ante ao tema proposto, sustentou-se a tese de que a prisão cumpre um papel sociopolítico de continuidade e reiteração das exclusões radicais geradas pelos sistemas de opressão capitalista, colonial e patriarcal; os mesmos que geram e gerenciam linhas abissais que pela divisão obliteram as sociabilidades por eles gerados. Esta proposição, independente da sua veracidade ou falseabilidade, é o ponto de partida para complexificar um aglomerado de consequências, suposições e conjecturas a respeito do modo como o sistema industrial prisional se expressa como num *locus* por excelência do encarceramento maciço das populações empobrecidas, racializados e femininas.

Como já se anunciou, as experiências profissionais e ativistas conduziram a experienciar o acompanhamento de denúncias de violências, maus tratos, torturas em institucionais prisionais, advindas das mães, irmãs, companheiras de homens e adolescentes em condição de reclusão. E por observar que o mesmo não se verificava quando se tratava da

penitenciária feminina, que nesse caso, via de regra, as denúncias advinham da pastoral carcerária, começou-se a perceber a invisibilidade das mulheres reclusas no interior do sistema prisional. Uma invisibilidade que caminha na contramão do aumento dos índices do encarceramento feminino. Entre os anos de 2000 a 2014, observou-se o aumento de 567% no índice de prisões das mulheres.

Mas o que pode dizer esses índices? Considerando a classe social, o gênero e o grupo racial mais afeto ao encarceramento parecer ser consensual, os índices expressam, de um lado, o desequilíbrio da redistribuição econômica exacerbada pela globalização econômica neoliberal, a mesma globalização que deseja acima de tudo reprimir a memória do igualitarismo socialista, fomentando a alienação do consumo, a marginalização da pobreza, a precarização da vida e do Estado de bem-estar social. De outro lado, diz-me muito a respeito das lutas por reconhecimento da igualdade como política e justiça social, incluindo a diferença sexual, a raça, a etnicidade, lutas muitas vezes neutralizadas pelas forças imperialistas coloniais, que insistem em desestabilizarem as poucas conquistas adquiridas nas últimas décadas. Uma das estratégias utilizadas nessa direção é subverter a capacidade do Estado para reparar injustiças sociais.

Nessa conjuntura, a investigação objetivou compreender e interpretar os modos com as interações intersubjetivas são construídas por mulheres subalternizadas no interior desse espaço-tempo prisional. Tanto aquelas em condição de reclusão quanto as trabalhadoras daquele sistema prisional. Ante ao objetivo central, problematizou-se duas questões: de que modo as formulações do saber-poder institucional nos processos ordinários esculpem as interações entre as mulheres trabalhadoras e as mulheres em reclusão?; como as mulheres em condição de reclusão constroem saberes de resistências-resiliências explícitos ou não, nascidos da luta, do sofrimento naquele espaço-tempo prisional convertido em desumanização do/a Outro/a?

A cadência do estudo mantêm-se na hibridização do cânon epistêmico exigido na validação do conhecimento científico, assentado nos estudos subalternos (des)coloniais e a pulsão do mundo da vida das subjetividades que se pronunciam aos ouvidos surdos da razão única e arrogante. A vigilância epistêmica exigiu a dialogicidade entre saberes científicos e os não-científicos. Semelhante a forma de cálice, o estudo partiu do geral, afunilando-se no interior de um conhecimento situado para alargar as experiências empíricas de que se trata.

A perspectiva epistêmico-metodológica do trabalho empírico teve como cerne a pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica, e em seu bojo, triangularam-se procedimentos de observação, entrevistas e iconografias (imagens) produzidas a partir da estratégia proposta



e aceita, de um curso de fotografia ministrado às mulheres que desejassem participar.<sup>1</sup> Não se tratou de uma etnografia meramente descritiva da realidade, sem proceder sua compreensão e interpretação ou explicações de atributos de causalidade que lhe conferem sentidos. Buscou-se construir um conhecimento situado, histórico-social e politicamente contextualizado, ou seja, metáfora-concepção de um texto sociocultural não como a redução da vida real reduzida a páginas escritas de um livro. Mas, ao contrário, tratou-se de uma abordagem meta-tecnologia que participa da natureza do fenômeno em estudo.

Destaca-se que na tessitura da investigação, da relação indissociável de sujeito e objeto, emergiu a razão quente na qual o projeto científico e o projeto político inscreveram-se um no outro, pois, por mais que a ciência exija na feitura desse texto instrumentos axiológicos de validação do seu saber, não se pode negar a dimensão política desse fazer científico. Portanto, nem os procedimentos nem as análises deles advindas foram neutros. O giro epistêmico residiu em propor uma pesquisa que resultasse da escuta mútua entre sujeitos e sujeitos. Isso implicou um enviesamento do olhar de quem buscou desvelar o fenômeno observando-o, sentindo-o, tocando-o, como também era por ele percebida, ouvida e tocada ao mesmo tempo. Assim, constitui-se uma dialogicidade de aprendizagem postulada numa escuta profunda, em que para ouvir aos outros, silenciou-se a si mesma.

A entrada das vozes subalternizadas no ninho da historiografia hegemônica representa a ruptura com a ideia do fracasso cognoscitivo como mecânica de dominação colonial de construção do outro/a que não se vê a si mesmos/as. As vozes pronunciadas no estudo não representam meros objetos de pesquisa, ao contrário, representam do início até o fim, sujeitos ontológicos, epistêmicos e políticos, com seus problemas, experiências, e narrativas biográficas.

Espera-se que os ditos, e até mesmo os não ditos, não expresse uma falsialidade de representação do/a oprimido/a, na qual, a subjetividade que se critica as/os mantém numa posição de total irrepresentatividade. Ao contrário, deixa-se claro que as vozes das subalternas que aqui falam não são meras cacofonias, representam saberes contra-hegemônicos nascidos daqueles/as não-vistos/as, não-ouvidos/as, mal interpretados/as, por vezes representados/as como alguém sem história, sem fala, residentes na mais profunda obscuridade pelo pensamento único da racionalidade dominante da modernidade. Optou-se em eleger um corpo epistemológico que permitisse elaborar e reelaborar um conhecimento em comunhão, no qual

---

<sup>1</sup> As experiências no terreno investigado perduraram entre os meses de outubro de 2014 a agosto de 2015, realizado em uma instituição prisional feminina do Estado de Mato Grosso, Brasil. E ainda, em atenção às exigências que envolvem a pesquisa, submeteu-a, através da Plataforma Brasil, ao Comitê de Ética da Pesquisa Qualitativa, e sua aprovação consta no parecer CAAE 41410315.1.0000.5541.

a subalterna falasse com sua própria vocalidade, utilizando seus próprios termos, e ao mesmo tempo, por em conexão cada um/a que as leem, em diálogo permanente entre o local e o global, e do global e o local.

Como geopolítica do conhecimento subalterno, pôs-se em evidência, de um lado, o lugar político e o corpo-político dos sujeitos que falam. Ou seja, o fato de alguém se situar socialmente ao lado do oprimido nas relações de poder, não significa automaticamente que pensa epistemologicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno (GRASFOGUEL, 2008). Ressalta-se que os corpos teóricos e metodológicos da tese tiveram por opção as Epistemologias do Sul, propostas por Boaventura de Sousa Santos, em diálogo com as epistemologias femininas pós-coloniais. Os estudos pós-coloniais, aliançadas à pedagogia de Paulo Freire, permitiram tanto uma revisão ontológica quanto epistêmica na direção daquilo que tem sido a crítica ao paradigma científico da modernidade, e a lógica das formas de dominação capitalista coexistentes com o colonialismo e o hétero-patriarcado.

A escolha por essas teorizações deve-se em virtude de considerá-las adequadas a visibilizarem os percursos emancipatórios, os desafios, as lutas, as resiliências das mulheres do Sul-global. Como bem dito por Harding (1998), a ciência moderna emergiu fortemente marcada pela diferença sexual no próprio conceito de razão, como se o homem fosse o único com capacidade de aprender. Santos (2011), aliado a esse pensamento, afirma que a ciência moderna representou o esquema epistêmico que reduziu a experiência do mundo, pois fez do eurocentrismo o único saber válido. Um saber colonial, antropocêntrico, semelhante ao que produz teorias sediadas no norte-imperial, enquanto os sujeitos que se estudam encontram-se no Sul anti-imperial. Se fazendo necessário, assim, transcender epistemologicamente o cânon dominante e descolonizar os saberes.

Para cumprir a tarefa implicada no objetivo central do estudo, prescindiu dar um passo atrás, adotar uma perspectiva analítica mais abrangente e indagar o que dizem as epistemologias femininas pós-coloniais, a interseccionalidade entre gênero, classe, racismo, sexismo e os modos como produzem e reproduzem um regime de verdades em cumplicidade com as desigualdades sociais, e do abuso de poder desigual. Num segundo momento, os modos de produção e reprodução das estruturas sociopolíticas envolvidas na manutenção das desigualdades, das injustiças sociais e cognoscitivas, através do bem-sucedido casamento entre a herança colonial, a globalização neoliberal econômica e o hétero-patriarcado. Esses sistemas, ao agirem em conjunto, atuam na conformação da distribuição desigual do poder, na normalizadora dos corpos subalternizados, mantém em desequilíbrio a luta por emancipação

social e os processos de violência e apropriação, campo de tensão que assevera as exclusões radicais daquelas sociabilidades consideradas em estado de natureza.

A cartografia do estudo teve como escala de organização quatro partes, que gravitaram em torno de duas dimensões inter-relacionadas. Uma que é da ordem da epistêmica-metodológica e a outra que é da ordem subjetiva-ontológica. Nos capítulos que compõem a primeira parte, intitulada “As Epistemologias do Sul e os Feminismos pós-Abissal”, procurou-se discutir a crítica ao paradigma da racionalidade dominante. Explorou-se os perigos das explicações universais da política da ciência moderna burguesa, a mesma que se projetou pressupondo-se uma razão metonímica, onisciente, genérica de um ego transcendental que observa do alto a fragilidade dos seres humanos. No bojo dessas discussões, discutiu-se as Epistemologias do Sul como um pensamento alternativo ao pensamento abissal da modernidade, que se pauta na relação colonial como uma das relações de poder desigual fundacionais do capitalismo moderno, relacionados à exploração de classe, ao sexismo e ao racismo. A compreensão da metáfora do Sul como metáfora do sofrimento humano, causado por esses sistemas de opressão nas sociedades contemporâneas, no conjunto epistêmico que compõem as Epistemologias do Sul permitiu tecer uma reflexão de que a luta por justiça cognitiva não terá êxito sem assentar exclusivamente na ideia de distribuição equitativa do saber científico e na justiça social.

Discutiu-se os pressupostos da Ecologia de Saberes, da Sociologia das Ausências e das Emergências e a Tradução Intercultural com alternativa ao pensamento abissal que nutrisse dos processos de apropriação e violência. Criticou-se a forma como o colonialismo, que tem produzido e reproduzido a lógica de que existem aqueles considerados humanos e outros/as humanidades que lutam para serem reconhecidos como tal, nesse âmbito, à luz das Epistemologias do Sul aliançadas aos feminismos pós-coloniais residiu as ferramentas analítica teórico do presente estudo. Além disso, um dos pressupostos adotados é o de multiculturalismo emancipatório, o mesmo adotado por Santos (2004), que o compreende no bojo dos estudos pós-coloniais como um campo de lutas controverso e atravessado por tensões antieurocêtricos (e não antieuropeu), de modo a assegurar o reconhecimento e a visibilidade das culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental.

Na II e III partes, dedicam-se a apresentar a perspectiva epistêmica-metodológica do estudo. Enfatiza-se o caminho percorrido no terreno da investigação, os procedimentos adotados, o processo de interação entre sujeito pesquisador e os sujeitos participantes de pesquisa, os desafios, as interações construídas, além da autorreflexividade do lugar da anúncio da pesquisadora. Tratou-se ainda de discutir a cartografia envolvida na

contextualização do terreno da pesquisa, buscou-se compreender e interpretar a territorialidade que compõem a espacialidade e a temporalidade da penitenciária feminina em estudo, sempre em diálogo entre o local e o global.

Reconheceu-se a penitenciária como uma instituição constituída como um espaço repleto de hibridização, envolvido em práticas, retóricas, acontecimentos e identidades sócio-políticas. Trata-se de processos híbridos que combinam diferentes formas de distribuição desigual de poder, ora como apropriação ora como adaptação às hierarquias e subordinações. A penitenciária, no sentido que lhe atribui o termo híbrida, resulta de uma mescla de formas de pluralismos de conhecimentos, de justiça, de poder assimilados por aquelas que se encontram em lados apostos da linha abissal. Em termos de zonas de fronteiras que as configuram, não se trata de hibridismos na perspectiva de relativismo cultural, mas como campo de tensão, conflito permanente, complexos. Procurou-se no conceito de fronteira e hibridismo significar a deslocação dos discursos e das práticas do centro para as margens, ou seja, descredibilizar as representações hegemônicas, e ao fazê-lo, deslocou-se os antagonismos, de tal modo, que deixou de sustentar as polarizações para perceber as ambiguidades, as convergências, as porosidades da linha abissal.

A medida que o estudo avança, a IV parte, intitulada “Epistemologias do Sul e as Subjetividades Femininas no Cárcere”, dedica-se a apresentar as dimensões de um conjunto de questões relacionadas ao tema e aos objetivos da pesquisa, emergentes do levantamento empírico. Discute-se as linhas abissais como os espelhos das reclusões radicais, e como o sistema prisional reflete a desigualdade de acesso à justiça social, e como essas injustiças são asseveradas no interior das injustiças de gênero. E por ser a penitenciária uma instituição a serviço das lógicas de opressão do sistema-mundo, evidenciou-se em um dos capítulos como o corpo-institucional, com suas práticas intersubjetivas, é esculpido na força bélica, no processo de militarização como regime de verdade. Um regime de verdade que gravita entre a retórica da “operação legalidade” para produzir ilegalidades, que marcam os corpos-sujeitos dessas mulheres (reclusas e trabalhadores) numa relação de opressão simultânea, ambígua e desigual. Mas não se esqueceu que as sociabilidades no interior da penitenciária são em grande medida pautadas na violência, que cada grupo de mulheres envolvido na zona de contato ocupa uma posição desigual, pois de um lado há aquelas que em nome da legitimidade normativa fazem uso da violência impostas às outras. De outro lado, as mulheres subalternizadas por vezes usam da violência, ou não, como forma de luta para bater-se pela igualdade e pelo reconhecimento da sua humanidade, opondo-se nas formas possíveis ao poder central. Há muito do que foi dito por Fanon (1975?), de que uma das perversidades do

sistema colonial reside em transformar o colonizado sempre em culpado, carregado da “maldição” de quando perseguido, sonha sempre em ser perseguidor. E isto é possível porque o colonizado está preso nos apertados fios do colonialismo.

Os últimos capítulos da IV parte discutem a necessidade de (des)patriarcalizar, (des)colonizar os corpos femininos como uma utopia possível, e que uma das lutas nessa direção, é a superação da violência doméstica e da violência de gênero. Até porque essas violências na forma estrutural, direta e simbólica identificadas nas biografias das mulheres em reclusão, mantêm-se conectadas às causas do encarceramento feminino. Além disso, evidenciou a continuidade de uma violência perpetrada pelo Estado através dos seus agentes, pela via do uso do arbitrário da violência direta, da exploração econômica das mulheres em reclusão e seus familiares. Por fim, ao evidenciar as sociologias das ausências implicadas no estudo, procurou perceber aos modos como essas mulheres em meio a um sistema desumano, criam formas de vida possíveis, suas resiliências, seus sonhos, suas lutas.

Ao final do que virá, pergunta-se o que cada um daqueles/daquelas educadores/as ou não, ao se conectarem com as experiências que se pronunciam, aprenderão? Quais perspectivas o estudo abre aos desafios implicados nas lutas por emancipação social? Quais desafios implicam aos feminismos pós-coloniais?

## **PARTE I**

### **AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL E OS FEMINISMOS PÓS-ABISSAL**

## **1 O PENSAMENTO ABISSAL E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL**

A proposta das Epistemologias do Sul, com muita pertinência, configura-se como um dos fios centrais da tessitura deste trabalho, uma trama inter cruzada de modo incontestável, assumindo-se os fios da recursividade deste projeto na sua condição emancipatória, como contraposição das condições assimétricas que não só dividem como obliteram o Norte e o Sul global. As quais se objetiva desvelar, por meio da interseccionalidade da crítica pós-colonial da modernidade e dos estudos feministas pós-coloniais, no interior do projeto anti-imperialistas dos estudos subalternos.

Ao estruturar este capítulo, procurou-se apresentar o corpo teórico analítico que subsidiará a problematização do objeto em estudo, num diálogo permanente entre o global e o particular, sem com isso essencializar ou universalizar a construção do conhecimento que se propõe. Parte-se da ideia que todo conhecimento é situado e expressa sempre um ponto de vista particular daquele que olha, ao tempo que é visto e percebido pelo objeto que se observa.

Num primeiro momento, discutiu-se a crítica ao paradigma da modernidade o mesmo que reduziu a experiência ontológica e epistêmica do mundo ao pensamento único ocidental, e propôs como alternativa ao caráter reducionista, monolítico e eurocêntrico as Epistemologias do Sul, em diálogo com as epistemologias feministas pós-coloniais. Num segundo momento, abordou-se o pensamento pós-abissal proposto por Boaventura de Sousa Santos, como a lente discursiva e analítica da problematização do espaço prisional feminino, como um espaço de lutas e tensões entre diferentes grupos oprimidos de mulheres que sofrem as opressões provocadas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado.

### **1.1 O paradigma da racionalidade dominante**

Ao definir o pensamento moderno como um pensamento abissal, Boaventura de Sousa Santos (2006) argumenta que a racionalidade dominante de matriz nortecêntrica colocou-se a serviço dos sistemas de poder que são o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo, criando uma cartografia de exclusões radicais. O autor (1987), em seu livro *Um discurso sobre as ciências*, publicado pela primeira vez em Portugal, teceu críticas ao caráter mecanicista, cartesiano, reducionista, determinista, evolucionista, universalista, dicotômico, positivista, eurocêntrismo da ciência moderna. Essas lógicas epistêmicas e ontológicas reduziram a pluralidade das experiências ao mundo ocidental, e como projeto político imperialista

construiu critérios de validação do conhecimento apoiado numa lógica assumidamente monocultural.

O pensamento único da ciência moderna, assentado na razão metonímica, transformou-se num instrumento de opressão incapaz de reconhecer em posição de igualdade determinados grupos e pessoas, tanto os obliterou quanto os excluiu. Para Santos (2010) a razão metonímica é aquela que se pressupõe arrogante, presunçosa, onipotente, a única parte de um conjunto de saberes capaz de ser referência a todas as outras. Essa razão ignora tudo aquilo que não cabe nela, não reconhece outros conhecimentos num diálogo possível, coloca-se hegemônica em relação às outras partes de um conjunto complexo e diverso de outros saberes. Insiste em reduzir a experiência do mundo a si mesma, ou melhor, ao mundo ocidental dos dominadores, o qual têm ignorado outras temporalidades, outras experiências, outros contextos, outras formas preciosas de existências não-eurocêtricas.

A razão metonímica utiliza amplamente cinco lógicas monoculturais para produzir formas de não-existências: a monocultura do tempo linear, a da naturalização das diferenças como desigualdades, a do saber e do rigor do saber, a da escala dominante, a dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista.<sup>2</sup>

A monocultura do tempo linear se expressa em todas as formulações que toma a história como sentido e direção única, gradual, homogeneizada do mundo ocidental. Na gesta da modernidade ocidental, as concepções de progresso, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização, evolucionismo, determinismo, meritocracia foram instrumentos epistêmicos-políticos utilizados pela razão metonímica para inferiorizar, estigmatizar os povos e nações originários dos territórios colonizados, considerando-os como incivilizados e não-evoluídos.

A segunda monocultura, a da naturalização das diferenças como desigualdades, é a lógica da classificação social, amplamente utilizada para legitimar as hierarquizações sociais e produzir formas de não-existências. Faz da diferença sinônimo de inferioridade, e a inferioridade como algo insuperável, porque é naturalizada. Também transforma diferenças culturais, políticas, sociais e econômicas em subalternização, despossessão, sofrimentos, desestruturação de formas de vida.

---

<sup>2</sup> As questões das monoculturas são tratadas com profundidade por Santos, especialmente nas obras *Una epistemología del SUR: La Reinención del conocimiento y la Emancipación Social* (2009); *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política* (2006); *Epistemologias de Sul* (2010) obra organizada conjuntamente com Maria Paula Meneses; *Conhecimento Prudente pra uma Vida Descendente: Um discurso sobre a ciência revisitado* (2005); *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência* (2007), dentre outras obras.



A terceira monocultura é a do saber e do rigor, a mesma que separou conhecimentos científicos dos não científicos. Rejeita qualquer validação de conhecimentos fora daquilo que considera como preceitos teóricos-metodológicos, faz de si um modelo homogeneizante, mecanicista, que tem a capilaridade de criar ausências e invisibilidades de outros mundos possíveis para além do seu paradigma. Tem como princípio a negação da infinita diversidade do mundo.

A quarta monocultura é a da escala dominante, a qual tem a concepção de que o local é o periférico-marginal, ao passo que o global-universal de matriz norte-centro é considerado o poder dominante. Essa lógica apresenta o mesmo viés das experiências coloniais, ou seja, no modo como o essencialismo e o universalismo, ao eliminarem os contextos específicos, transformaram a escala eurocêntrica na única referência para todas as demais práticas econômicas, sociais, políticas, epistêmicas, ontológicas do mundo. Por ela, o local - do ponto de vista ontológico - é transformado em espaços de não-existências, e do ponto de vista epistêmico há a supressão dos saberes, das cosmologias dos povos originários (local) em detrimento da invasão dos conhecimentos alienígenas do colonizador (universais).

E por último, a monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista, a qual se configura pela mercadorização dos sujeitos e dos objetos. É comandada pela maximização dos lucros na conversão neoliberalista do trabalho como força produtiva, regida pelas leis de mercado que transformam a exploração do trabalho num recurso global. A não-existência é produzida sob a forma de improdutividade, no descarte das populações consideradas preguiçosas, desqualificadas, inadequadas em suas habilitações, na violência aplicável à natureza, no imperialismo econômico.

Essas monoculturas não agem isoladamente. Ao contrário, constituem-se pela capacidade de agirem coesas e em conjunto na produção do epistemicídio, consagrando a racionalidade ocidental de matriz nortecêntrica como o único pensamento legítimo, credível e válido de explicação do mundo, dentre tantas outras formas de produzir ontologias e conhecimentos. A razão metonímica tem produzido desigualdade de saber-poder, oblitera e invisibiliza outras epistemologias e ainda as relegam ao espaço de subalternidades e ao epistemicídio. O epistemicídio é assim, um dos princípios do projeto colonizador que produziu uma perda ontológica, obliterou as diferenças culturais, reduziu e aniquilou as múltiplas experiências sociais, violentou, destruiu, suprimiu saberes, cosmologias, formas de vida e organização social.

## 1.2 Implicações do pensamento pós-coloniais

A viragem para o campo teórico analítico pós-colonial no interior das Ciências Sociais residuiu sobretudo, na década de 1980, tendo como expoentes as obras de Frantz Fanon (1961, 1971) e Albert Memmi (1965), assim como os trabalhos pioneiros de Edward Said (1978) na obra *Orientalismo*. Também tem respaldo em Richar Weber (1996) e Stuart Hall (1996), Homi Bhabha (1994), ambos intelectuais das culturas diaspóricas; em Gayatri Spivak (1996) e nos debates por eles suscitados. Salienta-se que não é útil neste momento realizar a contabilidade plena das convergências e das divergências das diferentes e diversas correntes dos estudos pós-coloniais, até porque são complexas e não inteiramente contraditórias, o que se propõe é mobilizar as dimensões teóricas fundamentais à argumentação da tese.

Compreende-se que o maior mérito dos estudos pós-coloniais talvez tenha sido visibilizar aquilo que, por muito tempo, residuiu nas sombras civilizadoras da modernidade ocidental mostrando o “outro e a outra” com sua “exterioridade” colonial, a mesma ignorância epistêmica-ontológica que se recusa ao reconhecimento político, social, cultural e econômico do outro, e que ainda definiu/e a relação do Ocidente com o resto do mundo.

Nessa conjuntura, Spivack (2010) ao perguntar “Pode o subalterno falar? Com que voz consciente pode o subalterno falar?” Chama atenção os lugares de anunciação a que foram colocadas as vozes emudecidas pelo imperialismo da razão metonímica, pelo pensamento único da modernidade, expondo a noção política da representação e da representatividade. Por suas contribuições, pode-se questionar a ideia do intelectual como arauto de um projeto colonizador, que crê ser a única voz credível a falar das vozes subalternizadas. Entretanto, é preciso ir além da simples valorização das vozes subalternizadas no sentido de humanismo iluminista. Ao contrário, é imprescindível conciliá-las às vozes dos/as subalternizados/as com aquilo que Chakrabathy (2000) designou de “Provincializar a Europa”<sup>3</sup>. Ou seja, no modo como o ocidente se configurou/a como um nome para o sujeito que se reúne no discurso, mas que é também constituído discursivamente como político ou economicamente superior a outras regiões, comunidades e povos.

Chakrabathy sentencia ainda, que o historicismo apresenta o ideal de modernidade europeia aos povos não europeus como um tempo do “ainda não”, a emancipação social é um

---

<sup>3</sup> A ideia de historicismos de que para entender qualquer coisa, ela deve ser vista tanto como unidade como em seu desenvolvimento histórico centra-se na Europa a partir do século XVI, com a norma a se guiar os modos de vida de todo resto do mundo. Os cientistas sociais discutiram apaixonadamente Marx ou Weber sem sentir qualquer necessidade de os historicizar ou colocá-los em seus contextos intelectuais europeus, mas são eles que legitimam a posição daqueles que desejam ser reconhecidos como pensadores sociológicos.

lugar reservado na sala de espera da história, sempre aguardando a internalização do espírito público, da consciência e da razão adequadas para serem livres, e só assim terem acesso ao conhecimento e à justiça.<sup>4</sup> Por seus questionamentos, é possível perceber que o eurocêntrismo ocidental são as ruínas da ciência moderna a ser combatida, porque, ao se fazer hegemônica, criou-se uma tradição do “outro e da outra” não-europeu como uma narrativa morta, transformando/a em palavras emudecidas já que não se pode falar/registrar em seus próprios termos.

Não se quer, com isso, recusar os produtos epistemológicos de origem europeia, à luz de um relativismo ingênuo, mas utilizá-los sem perder de vista a crítica da razão metonímica com seus perniciosos efeitos de verdades canônicas. Busca-se reconhecer que o pensamento único da racionalidade moderna invisibilizou na historiografia do mundo colonial os povos que espoliou, os/as subalternizados/as, os *condenados da terra*, tanto naquilo que silenciou, quanto no dito a respeito das suas vítimas; tanto nos mundos que produzem como existência, quanto nos mundos que produzem como não-existências.

Mudimbe (1983) assinalou a existência das *bibliotecas coloniais*, que com sua gramática, subtraiu as experiências e construções culturais dos grupos subalternizados, dos povos colonizados, transformando-as em narrativas ausentes. Outras vezes, o *saber local* foi descredibilizado como conhecimento válido, e na condição de projeto colonial, eliminou e invisibilizou a memória social de quem sofreu as sentenças da opressão da colonização reforçadas pelo eurocêntrismo. Assim sendo, o apagamento histórico é uma das formas em que se manifesta o colonialismo do conhecimento. E se a biblioteca é lugar de memória, Fanon (1975?) e Bhabha (1994) alertam que lembrar nunca é um ato tranquilo de introspecção ou retrospecção, pois carrega a dolorosa evocação de unir o passado desmembrado para dar sentido ao trauma do presente.

A “‘amnésia pós-colonial’ é sintomática da vontade de auto invenção histórica ou a necessidade de fazer um novo começo para apagar as memórias [...] as linhas de batalha entre nativos e invasores também são replicadas entre nativos e invasores”, assim dirá ainda Gandhi (2015, p. 07). A memória descolonial é percebida como a memória do cativo da história de racismo e do sexismo, ambos processos de colonização, uma colonialidade do saber em que o nativo e as subalternizadas não entram. E se o subalterno pode falar e se suas referências de

---

<sup>4</sup> Também Hall argumenta ainda que a narrativa dos descobrimentos, gestada em 1492, como invasão-exploração da invenção da América, não passou de um projeto colonizador centrado na Modernidade ocidental europeia, a mesma construção que ao reinventar o ocidente, negou o oriente.

saber são eurocêntricas coloniais, limita a possibilidade da sua emancipação, impossibilitando uma leitura intercultural - pluriversalista e polirracional - do mundo.

Rever a geopolítica do conhecimento do centro para as margens é fundacional ao pensamento pós-colonial, porque se crê que é a partir das margens ou das periferias que as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Reconquistar o poder de narrar a própria história em seus próprios termos, e portanto, reencontrar a capacidade de construção de autoimagem, da identidade subalternizada, recuperar e assumir a diversidade de saberes do mundo tem como condição um diálogo crítico a respeito das representações contemporâneas, questionando a gênese geopolítica do poder em que estrutura os conceitos de raça, gênero, sexualidade, patriarcado e outros.

Em muito, os/as subalternizados/as continuam a se verem e a serem vistos pelos olhos do império no qual a Europa do Norte se firmou como centro de civilidade, emancipação social, reclamando o legado do Mediterrâneo para si. E os outros e as outras, concebidos como os/as incivilizados/as, os/as selvagens, o periférico e sempre atrasado nos processos histórico-mundiais em relação àqueles que se supõem como centro, capazes de fazer da invisibilidade, do apagamento dos processos coloniais e das violências por ela gerada o silenciamento das suas vítimas (PRATT, 1992). O eurocêntrismo, como explica Hall (2003), é a invenção da Europa e os/as “outros/as”, o “ocidente e o resto” não apenas como um mero etnocentrismo, mas um discurso e prática a respeito do poder, uma forma de criar as categorias imperiais de individualidades e alteridades sempre a projetar o não-europeu como inferior e o europeu como superior.

Mudimbe (2013) sinaliza três modulações e métodos de representação e apropriação da organização colonial. Primeiro, além do domínio dos territórios físicos, implica a reforma das mentes dos cativos e a integração de história econômicas e locais de acordo com a perspectiva ocidental. Segundo, o legado se expressa muito em relação ao crescimento econômico-colonialismo e ao subdesenvolvimento das ex-colônias que não é apenas a ausência de desenvolvimento, mas uma estrutura organizacional sobre o colonialismo que conduz a um território não-ocidental para o mundo capitalista. Em terceiro, as colônias não obtiveram capacidade estrutural, autonomia, crescimento sustentável em detrimento da larga escala de imposição dos países desenvolvidos.

Para Santos (2006, p. 26), os efeitos do colonialismo não desaparecem com sua extinção política-territorial, é uma gesta inacabada na autorrepresentação da modernidade ocidental e tem como matriz estrutural a violência como missão civilizatória. Portanto, não há modernidade sem colonialismo. E em grande parte das sociedades do mundo, representam o

passado-presente como uma síntese sem dialética de um contínuo e inacabado processo de apropriação e violência, já que naturalizam a brutalidade da desumanização do ser, mantêm introjetado, no conhecimento e no direito, os elementos dos processos históricos que lhes dão sentidos.<sup>5</sup> Ainda se configuram em processos, muitas vezes, não superado nem em nós, nem nos outros, nem nas relações teóricas, nem científicas.

Quijano (1993) se refere ao colonialismo como uma estrutura de dominação e exploração em que o controle da autoridade política, dos recursos de produção e de trabalho de uma determinada população é mantida por uma outra identidade e jurisdição territorial com sede fora do território dominado. Essa estrutura se traduziu na gesta da classificação social, assentada na ideia de racialização como ordem política, econômica e cultural criadora de estruturação da estratificação social dos sujeitos coloniais, do controle de recursos, de produtos, da estruturação da classificação do sexo, do trabalho, da autoridade coletiva e da subjetividade e da intersubjetividade. Tudo isso justificado e justificado na ideologia de superioridade racial como “missão civilizatórias da salvação”, a ser exercida assentada na lógica da racionalidade moderna que define o/a outro/a como inferior, e o/a exótico/a. O colonialismo é obviamente mais antigo que a colonialidade. Contudo, esta prova ser mais profunda, arraigada e duradoura. Ambos os termos carregam uma arquitetura própria, porém conjugada, sendo que um não sobrevive sem o outro.<sup>6</sup>

Para Mohanty (1984), modernidade ocidental teceu as suas estruturas de representações transpessoais num sistema de valores sociopolíticos, culturais, éticos e estéticos, cosmológicos identitários, condicionados à herança do colonialismo, criando distintividades de um lado, a existência de dominação de outro, a existência de relação estrutural de supressão que extrai o poder de autonegação e autodiferenciação dos sujeitos. Diz Santos (2010) que, na identidade subalterna, a declaração da diferença é sempre uma tentativa de apropriação e de declaração da sua inferioridade de modo a reduzi-la ou a eliminá-la, o que faz compreender que, sem resistência, não há identidade subalterna, apenas subalternidades.

---

<sup>5</sup> Porque de um lado a lei facilita, e por vezes, parece recriar em seu interior categorias sociopolíticas que legitimam esse padrão de dominação, transformando o direito moderno numa cartografia abissal dual. De um lado, a apropriação e violência, e emancipação social de outro (SANTOS, 2013).

<sup>6</sup> Mas embora não se negue a importância das contribuições de Quijano, é preciso alertar aos universalismos para se pensar a experiência do colonialismo a partir da América Latina para o resto do mundo. Com isso, geram-se outros centros hegemônicos de saber e invisibilizam outras experiências situadas dentro e fora desse contexto. Também, ao tratar a colonialidade como classificação social centrada na ideia de racismo e posterior ao gênero, geram ao menos duas questões: 1) essas categorias tomam como centro uma noção ocidentalizada dos termos, carregada de uma carga biologistica de classificação social; 2) o cuidado para não transformar suas contribuições num pensamento único de explicação dos processos coloniais. Santos, em suas aulas magistrais, tem chamado atenção para o fato de que o termo da colonialidade adormeceu o sentido da dominação colonialista.

O caso do colonialismo português dá vida ao conceito de hibridização amplamente presente nos estudos pós-coloniais (BHABHA, 1988). A hibridização<sup>7</sup> portuguesa desloca os antagonismos que sustentam a polarização colonizador (metrópole) do colonizado (colonial), ora como extremidades ora como espaço de construção e negociação da diferença cultural, mas raramente recíprocas, fundada em diferenciação desigual (SANTOS, 2010). Vale ressaltar que a colonização tanto oprimiu na colônia quanto na metrópole. No caso da metrópole portuguesa, para se livrarem dos/as indesejáveis, dos/as criminosos/as, dos/as delinquentes, das desordeiras, os deportavam para suas colônias para cumprirem penas perpetuas, fazendo assim da extradição, uma das faces perversas do hibridismo dual do colonialismo interno entre colonizadores-colonizados.

Mas, se de um lado a chegada nas colônias outorga aos deportados da Europa um estatuto social fora da escravidão, de outro confere a eles a humanidade de segunda ordem. A força da hibridização atribuída os deportados que muitas vezes compunham os quadros de agentes de administração nas colônias. Combinada com a debilidade político-administrativa, forçados a praticar uma forma de autogestão colonial, e para que não se construísse aliança revolucionária de libertação local - tão perigosa quanta a unidade do proletariado na Europa - era preciso uma ideologia racista, sexista enraizada na intersubjetividade da autorrepresentação do colono-colonizado, servindo de instrumento de controle e vigilância dos colonizados-nativos. Além disso, no caso brasileiro, a independência foi mais conservadora e oligarca do continente Latino Americano. A liberdade foi um privilégio atribuído, ou melhor, outorgado apenas aos filhos dos colonos, e que não se estendeu aos nativos. A independência colonial monárquica faz com que o poder e as elites dominantes brasileiras fossem - e ainda são - constituídas por camadas sociais dos descendentes dos europeus<sup>8</sup> (SANTOS, 2010).

O verniz ideológico da independência nacional brasileira mal disfarça o dano econômico, cultural e político infligido pela ocupação colonial até os dias atuais, cujo constructo da marginalidade social tem situado a discriminação racial e sexista como eixos

---

<sup>7</sup> O conceito de fronteira, a estética da hibridez que tende a ocultar os conflitos sociais reais em que os grupos imigrantes ou diaspóricos são envolvidos dentre e fora do Ocidente, além da hibridização nos regimes identitários, performatividade, diferenças culturais, multiculturalismo, racismo e discriminação, descolonização e violências são os vários conceitos no interior dos estudos pós-coloniais, abordado por Homi Bhabha (1990), Stuart Hall, Mikhail Bakhtine (1979), Frantz Fanon (1961), Valetim Mudimbe (1988), Achile Mbembe (2000), Judith Butler (1990). A noção de hibridização e fronteira revela, dentre vários aspectos, a não-romantização do conceito do prefixo “pós” em “pós-colonialismo”, ou ainda, “pós-modernidade” como uma cronologia do tempo linear, nem como consequência de uma polarização de uma “história dissonantes” dos subalternizados pela gesta colonial.

<sup>8</sup> Europeus aqui compreendidos em termos de fenótipos e pensamento eurocêntrico, representados por homens-brancos-heterossexuais-cristãos.

centrais no processo da colonialidade interna. A reivindicação do direito a uma história anticolonial, associada às lutas por emancipação social, pela representatividade dessas questões no espaço público, pela justiça social e cognitiva, amplia os debates no interior da democracia brasileira. Negar a existência desse sistema de opressão é perpetuá-lo como prática e discurso, e frequentemente, faz com que as pessoas aceitem como sendo troca igual aquilo que é desigualmente distribuído, pois não reconhecem a profundidade com que cria o entrelaçamento das desigualdades materiais com a desigualdade não-material.

A descoberta imperial colonial assenta no conceito de superioridade metropolitana em detrimento da inferioridade colonial, apartada pela ideia do homem branco europeu-heterossexual-cristão como seu pesado fardo de herói civilizador, construindo a santificação global do corpo branco. O rito sacrificial do salvador – colonizador transforma as vítimas desse holocausto, epistemicida em culpadas da sua própria destruição –, a sujeição dos gentios, as conquistas civilizacionais do ocidente passam a ser legitimadas como uma missão moral, uma obrigação para com os povos do mundo considerados selvagens ou bárbaros. Quando todas as estratégias de coerção falharem, a violência é oficial e legalmente infligida aos bárbaros em prol da sua redenção (SANTOS, 2010).

E isso, na forma de colonialismo interno, mantêm-se, muitas vezes, incrustado e introjetado nas instituições, no conhecimento, no direito, nas relações intersubjetivas, nos regimes burocráticos, obscurantistas e autoritários dos Estados Nação pós-colonial, na forma de classificação social, assentado no racismo e no sexismo que, combinados, reforçam as desigualdades, as exclusões radicais e a distribuição do poder<sup>9</sup> desigual na modernidade. A esse respeito, Casanova (2015) assinala que a marginalidade social e cultural tem relações óbvias com marginalidade política, pois influencia e é influenciada pela revolução marginalista, a mesma que entende que pessoas marginais à política são sem política, concebidas como objetos de dominação da parte daqueles que têm a política. Verifica-se que os territórios coloniais são redefinidos, permanentemente na maioria das vezes, pela cooptação e violências, muitas delas presentes nas instituições estatais, impostas pelo poder bélico. As mesmas que mantêm os territórios coloniais em estado permanente de “guerra” expresso em conflitos armados na acentuada precarização da garantia do bem-estar social, pelas privatizações de bens e serviços públicos.

---

<sup>9</sup> Nesse aspecto, o poder representa qualquer relação social regulada por uma troca desigual, afirma Santos (2011). E a sua persistência reside na capacidade que tem de reproduzir desigualdades muito mais pelas trocas internas do que por determinações externas, sendo intrinsecamente distributivas.

A missão civilizatória colonial conjugou a ação política, a ação teológica-judaica-cristão, o militarismo bélico, a exploração dos recursos naturais e humanos impostos aos povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos. Conjugou, de um lado, a negação ontológica do outro colonizado como “selvagem”, e de outro lado, a ideia de vazio, dois mecanismos desqualificadores que fizeram do território colonial um local sem humanidade, sem lei, sem cultura, uma vasta região do mundo em estado de natureza.

O encontro colonial-abissal feriu e descredibilizou, e sempre que necessário, suprimiu todas as práticas sociais de conhecimentos que não serviram aos interesses metropolitanos. Assim, a inferiorização dos povos produzia a inferiorização dos seus saberes. A zona colonial passou a ser vista pelo colonizador como um horizonte repleto de uma vastidão de vazios: o vazio representado como todas as regiões não-europeias; o vazio das consciências dos povos colonizados; tendo em vista o nomadismo do colonizado, o vazio como justificação que reclama para si os europeus-colonizadores dos territórios; o vazio cultural, já que nas zonas colonizadas não há entendimento, nem criatividade intelectual; o vazio pagão, já que os colonizados eram povos não-cristãos, por isso, sem valores espirituais, sem alma; a ideia de vazio era a total ausência de racionalidades e humanidades vinculadas aos povos colonizados/e ou subalternizados.<sup>10</sup>

Clastres (2013) ajuda na compreensão de que o pensamento ocidental colonial oscila entre duas ideias de poder. De um lado, as sociedades originárias são desprovidas de quaisquer formas de organização política, de outro, a ausência de um órgão claro e efetivo do poder. Essas lógicas caracterizam a macro tipologia dualista de uma condição dos povos pré-coloniais (indígenas e africanos). A autoridade política e os sistemas de organização social, cultural e econômica são invisibilizadas pelo imperialismo totalitarista do passado. A ideia de vazio epistêmico e jurídico que justificou a invasão, a ocupação de territórios, fez dos corpos-racializados e genderizados inferiorizados uma condição de estado *in natura*, um vazio pronto a ser brutalizado, torturado, ocupado, queimado, explorado, expropriado, confinados a lugares de apropriação e violência, tratados desigualmente, narrados como invisíveis.

Parece ser consensual que a lógica do colonialismo na modernidade abarca um conjunto de pressupostos, que se movimenta globalmente por onde passou e devastou. A exemplo, a relação de alteridade pautada na violência como regra, na negação extrema da

---

<sup>10</sup> Nisso se configurou a construção de um sistema interestatal de organização política-militar controlado por homens europeus e institucionalizados em administrações de colônias. As relações intersubjetivas e culturais entre a Europa Ocidental e o resto do mundo foram a combinação das categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico-mítico-científico, irracional-nacional, tradicional moderno-europeu e não-europeu (QUIJANO, 1993).



humanidade dos seres que contactou, na selvageria dos processos civilizatórios, na destruição e despossessão de culturas e territórios locais, na força do poder bélico, na criação de uma suposta superioridade de uma elite ocidental-norte-eurocêntrica, no olhar do outro como coisa e não como humano, no epistemicídio das culturas locais e no eurocêntrismo como saber único.

E em virtude da complexidade das diferentes e diversas experiências coloniais, e dos outros múltiplos sistemas complexos no seu interior, não parece ser possível um pensamento único que abarque toda essa complexidade dos sistemas de dominação que são o colonialismo, o patriarcado e o capitalismo. Assim sendo, qualquer visão totalitária para explicar essas estruturas e exclusão social, política, econômica e cultural será sempre parcial, sugerindo a compreensão das múltiplas e situadas experiências coloniais e seus desdobramentos. E, lança no campo dos estudos pós-coloniais e nos estudos dos feminismos subalternos o desafio de pensar fora das categorias analíticas hegemônicas, além de manter uma vigilância epistemológica em relação aos campos de tensões muitas vezes presente entre esses campos de estudo.

### **1.3 As linhas abissais e as Epistemologias do Sul**

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, afirma Santos (2007). O encontro transatlântico conjugou pelo menos cinco verbos: dicotomizar, obliterar, invisibilizar, exterminar e anular tudo aquilo que não espelhasse a imagem e semelhança metropolitana. Recusou-se a reconhecer o outro como igual, converteu-o em objeto, na própria coisificação do ser, uma relação de alteridade que implicou em despossessão, saques, violências, perdas epistêmicas e ontológicas, apropriação, sofrimentos, diferenciação subalterna.

Para Santos (2007), a modernidade é originariamente colonialismo, esculpida num mundo cortado ao meio por linhas abissais. Linhas que tanto dividem quanto obliteram aqueles considerados humanos, os sub-humanos, os não-humanos, reconstruindo a própria ideia de uma humanidade como princípio da (des)humanidade de outros. As linhas abissais de que fala Santos na construção do paradigma da modernidade ocidental, estruturaram-se na tensão entre regulação e emancipação social, a mesma lógica que criou as distinções entre as

zonas metropolitanas e as zonas coloniais, e se transformou no critério geral de sociabilidade que atravessa as relações sociais, econômicas, políticas e culturais.<sup>11</sup>

O abismo que divide e separa essas linhas é tal que o mundo do outro lado da linha desaparece como existência, ou como realidade possível. Não se trata apenas de um hiato, mas de um sistema que oblitera tanto quanto cria ausências e inexistências como uma forma radical de exclusão. Parece ser consensual, que no âmbito deste estudo, compreender o pensamento abissal como uma trincheira de disputas e tensões, ao tempo de ser uma linha movente, porosa e em permanente processo de mutação dos seus próprios processos dicotômicos de poder e violência. E é justamente por essa linha de tensão que perpassam guerras desiguais entre aqueles que existem (do lado de lá) e aqueles que lutam para existirem como humanidades (do lado de cá).

A linha abissal que separa esses dois universos é o local onde as invisibilidades se tornam o fundamento das visíveis, constituindo a intangibilidade dos subalternizados e os separando do mundo dos humanos. A sua principal forma de ser é caracterizada pela impossibilidade de copresença dos dois lados da linha, e pela sua capacidade de produzir e radicalizar essas distinções,<sup>12</sup> configurando-se uma lógica de distinções visíveis e invisíveis.

O pensamento abissal reafirma a ideia de que só é possível uma humanidade como princípio da desumanidade de outros/as. Num jogo de luzes e sombras, essas distinções são estabelecidas por meio das linhas radicais que separam a realidade social em dois universos distintos. De um lado, um universo retratado como presença, e do outro, o universo das ausências. É essa relação que, ao aliar a empresa colonial ao projeto capitalista e patriarcal, simboliza a dominação política, cultural, social e econômica daqueles/as invisibilizados/as e emudecidos/as. Nas palavras de Fanon ([1975?], p. 42-43):

O mundo colonizado é um mundo cortado ao meio. A linha divisória, a fronteira é indicada pelos quartéis e pelas esquadras de policial. Nas colônias, o interlocutor

<sup>11</sup> Santos (2011) tem afirmado que a modernidade aglutina duas faces duais que põem em risco qualquer concepção de justiça social, que juntas produzem ausências radicais de humanidade: a cartografia epistêmica e a cartografia jurídica. Esses fundamentos serão tratados com mais profundidade no capítulo que versa a respeito dos espelhos das exclusões radicais.

<sup>12</sup> O pensamento abissal da ciência moderna e o pensamento pós-abissal tem sido problematizações recorrentes e revisitadas nas obras de Boaventura de Sousa Santos. Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: BARREIRA, César (Org.). **Sociologia e Conhecimento além das Fronteiras**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.; SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: STARLING, Heloisa; ALMEIDA, Sandra (Org.). **Sentimentos do Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.; SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: [s.n.], 2006.; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Una Epistemología del Sur**. La reinención del Conocimiento y la Emancipación Social. Buenos Aires: Siglo XXI Editores; CLACSO, 2009.; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o policial ou o soldado [...] A cidade do colono é uma cidade farta, indolente, e a sua barriga está sempre cheia de coisas boas, a cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros [...] a cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz.

A zona colonial é o lugar do arbitrário da violência: a violência do corpo, da expropriação do trabalho escravo, da coisificação do ser colonizado, transformando-os/as<sup>13</sup> em entes subalternizados/as, da obliteração para quem a vida só será possível pela via da violência sistêmica exercida tanto nos espaços públicos quanto nos privados. Nesse sentido, o controle das coisas é também o controle sobre as pessoas, o despotismo é a força do poder desigual, carrega consigo a força da apropriação e violência em detrimento do fortalecimento da expansão da regulação e emancipação social.

Nessa conjuntura

[..] a violência é um tipo de encontro em que a cultura dominante ou o mundo da vida normativo assume o controle total da zona de contacto, sentindo-se por isso legitimados para suprimir, marginalizar ou até destruir a cultura subalterna ou o mundo da vida normativo. (SANTOS, 2003, p. 45)

Essa desigualdade revela que a condição para um pensamento pós-abissal advém da ideia de copresença radical, cujo significado real colocaria práticas e agentes de ambos os lados da linha em igualdade de reconhecimento, distribuição e representação. A emergência de outra ordem de emancipação social, que enfrente e diminua a ordem da apropriação e violência, só poderá ser efetivada se situar tanto a perspectiva ontológica quanto a epistêmica da justiça social e do conhecimento na experiência social daqueles/as que se encontram em ambos os lados da linha abissal. E ao visibilizar essas experiências emudecidas e invisibilizadas, é preciso a emergência de um pensamento pós-abissal capaz de transformar as experiências emudecidas e invisibilizadas, em experiências democratizadas de acesso à justiça social com capacidade emancipatória.

Mas, se há um pensamento abissal da modernidade, o desafio é construir um pensamento alternativo pós-abissal capaz de transformar injustiças cognitivas e sociais em justiças cognitivas e sociais. A zona abissal oceânica é uma zona de mistérios, de presença de microrganismos, de seres abissais, correntes profundas, tsunamis, vulcões, terremotos, e é também lugar das experiências desconhecidas que, mesmo repleto de trevas, abriga formas de resistências como possibilidades de vidas, como é o caso das criaturas abissais de

<sup>13</sup> Ao utilizar o declínio dos verbos tanto no masculino quanto no feminino, é para indicar que o assunto tratado se refere a ambos os gêneros.

bioluminescência. Sob tal enfoque, é possível perceber que tanto quanto se desconhece a riqueza das profundezas dos abismos abissais, se desconhece na superfície terrestre a infinita diversidade do mundo, e a infinita capacidade que tem as pessoas de recriarem presença onde se vivem ausências.

Na luta pela desestabilização dos lugares cativos de epistemologias dominantes como cânone universal, marca do eurocentrismo como modelo único a ser imitado, as Epistemologias do Sul<sup>14</sup> (SANTOS, 2009) apresentam-se como um pensamento de alternativas na direção de visibilizar aqueles que sofreram as injustiças sociais e cognitivas, contrapondo-se às distopias causadas pelo pensamento abissal moderno. As Epistemologias do Sul conjugam a Sociologia das Ausências, a Sociologia das Emergências e o Trabalho da Tradução Intercultural e a Ecologia de Saberes, que visam contribuir para a construção de um conjunto de práticas cognitivas, de critérios de validação do conhecimento protagonizadas por grupos sociais que têm sofrido de uma maneira sistemática as opressões e as injustiças provocadas pelo capitalismo, colonialismo, patriarcado, constituindo-se mutuamente numa dimensão política, ontológica, epistêmica e metodológica (SANTOS; MENESES, 2009).

Para aqueles que defendem os seus preceitos, as referidas teorias se transformam numa trama de fios de uma rede bem tecida que expressa um pensamento de alternativas epistêmicas, ontológicas, políticas insurgentes por homens e mulheres<sup>15</sup> historicamente subalternizados/as. É o conhecimento das experiências nascidas da luta, comprometidas com a reinvenção da emancipação social, com as experiências locais, com os saberes não-científicos situados no mundo das experiências dos oprimidos, e é essa posição que a diferencia do pragmatismo clássico.

As Epistemologias do Sul, por se situarem nos estudos pós-coloniais, pautam-se em três balizas centrais: “aprender que existe um sul”, “aprender a ir para o sul”, “aprender a partir do Sul e com o Sul”. Um Sul que também existe num Norte global hegemônico. A ideia do Sul permite o reconhecimento de que é preciso pensar o Sul e o Norte em articulação com as relações opressor-oprimidos que as unem, não como meras dicotomias, mas como totalidades complexas não homogêneas, repletas de experiências de alteridades, racializadas e

---

<sup>14</sup> Em 1995, Boaventura de Sousa Santos falava do Sul, mas não de Epistemologias do Sul, e foi posteriormente re-elaborado em várias publicações. Esse conceito tem suscitado vários debates posteriores. (SANTOS, 2003, 2004, 2006)

<sup>15</sup> Ao utilizar ao longo deste estudo o uso do termo mulher, não o utiliza com o objetivo de tomar a parte pelo todo ou a construção de um sujeito monolítico, como alerta Mohanty (1998), no que diz respeito à construção discursiva e normativa que as feministas ocidentais fazem das “mulheres do Terceiro Mundo”. Na verdade, faz-se uso desse termo por comodidade discursiva e não com a pretensão de invisibilizar a complexidade e heterogeneidade de nacionalidade, classe ou estatuto social que constituem uma pluralidade de mulheres diferentes.

culturalizadas, sexistas, classistas, coloniais, presentes tanto no Norte-global quanto no Sul-global, e construídas e constituídas de forma plural, não universalista, tão pouco essencializadas.

Como sentencia Passos (2004, p. 59):

Aos pés da cultura agonizante dos novos bárbaros, florescem, apesar deles, humanidades outras, em mundos outros, na periferia. A beleza, a grandeza – e quiçá a última chance que teremos no planeta de sobrevivência da dignidade – esteja no fato de este mundo conter muitos outros mundos (Eduardo Galeano) para além do nosso. E, nesses mundos, foi e será ainda a educação o grande instrumento da construção de uma cultura para uma humanidade autônoma, esperançosa, afirmativa e audaciosa. Não se fará, contudo, sem nós, os educadores.

Mas, para isso, “é preciso perceber o que dizem as ruínas, porque elas duram mais do que os edifícios onde são originadas”<sup>16</sup>. Nessa direção, a Sociologia das Ausências opera substituindo monoculturas por ecologia e tem lugar entrando em confronto com o paradigma científico da modernidade ocidental. Visa uma razão cosmopolita como alternativa àquela razão metonímica (SANTOS, 2013). Nos termos do sociólogo:

Em cada um dos cinco domínios o objetivo da sociologia das ausências é revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas. [...] Comum a todas estas ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Propõem uma versão ampla do realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes. (SANTOS, 2013, p. 107)

Por sua vez, o que suscita a Sociologia das Emergências, no conjunto das Epistemologias do Sul, é a ideia de ruptura do tempo linear daqueles saberes e práticas suprimidos e invisibilizados, anulados ou tratados como ausências pelo pensamento abissal moderno, e é definida por Santos (2013, p. 109), da seguinte forma:

A sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências do futuro (o Ainda-Não) sobre os quais é possível actuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Tal ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica e política que visa um duplo objectivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de acção que promovam a realização dessas condições.

A dilatação do presente é obtida por meio da Sociologia das Ausências, ao passo que à Sociologia das Emergências caberá o papel de ampliar o presente, por meio da abertura de

<sup>16</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **O que são as Epistemologias do Sul**. Curia, Portugal, jun. 2016. Palestra do curso da Summer School.

possibilidades concretas de emancipação social. Ambas as Sociologias residem, sobretudo, em transformar o tempo do Ainda-Não<sup>17</sup> num conhecimento situado produzido não apenas por identidades subalternizadas, como se oferecessem um caminho feito de presenças reais, produzidas por atores sociais pluvivocais, como alternativas para a dominação e a opressão.

A Sociologia das Ausências substitui a monocultura do conhecimento científico por ecologia de saberes<sup>18</sup> que visa criar novas formas de relacionamento entre o saber científico e outras formas de conhecimentos; não concebe os conhecimentos como abstratos, mas como conhecimentos práticos que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real. Para Santos (2013, p. 154), a Ecologia de Saberes

[...] é um conjunto de epistemologias que partem de possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônica e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clama sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstratos, mas nas práticas de conhecimentos e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-as como ecologia de práticas e saberes.

Utiliza-se neste estudo os pressupostos da Ecologia de Saberes, para a qual, a produção de conhecimento exige o reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos das Epistemologias do Sul, construídas em contextos culturais e sociais diversos e ambíguos, com seus limites internos e externos. As questões que estão na base do pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2007, 2013) mostram com clareza a necessidade de uma “globalização contra-hegemônica”<sup>19</sup>.

Nesse domínio, a Sociologia das Ausências, pela via da ecologia de transescalas, demonstra que, mais do que convergir, é necessário desvelar a existência de uma globalização alternativa, contra-hegemônica. Por sua vez, a Sociologia das Ausências mostra que os novos universalismos são simultaneamente excessivos e fraudulentos. Todos esses pressupostos

<sup>17</sup> Santos (2005, p. 28-29) contextualiza o conceito filosófico de Ernest Bloch, para reforçar a ideia de que o pensamento ocidental é dominado pelo conceito de Tudo ou Nada. Bloch introduz novos conceitos: o Não e o Ainda-Não. Santos entende o Não distinto do nada; não é dizer sim a algo diferente, o Ainda-Não no contexto das Sociologias das Emergências é uma categoria complexa, porque exprime o que existe apenas como simples tendência. O Ainda-Não é o modo como o futuro se inscreve no presente.

<sup>18</sup> São cinco as ecologias que o autor opõe a cinco formas de produção de não existência: a ecologia dos saberes, a ecologia das temporalidades, a ecologia dos reconhecimentos, a ecologia das transescalas e a ecologia das produtividades, em substituição, prospectivamente, da monocultura do saber e do rigor do saber, da monocultura do tempo linear, da monocultura da naturalização das diferenças ou lógica da classificação social, da lógica da escala dominante e da monocultura dos critérios de produtividade capitalista ou lógica produtivista (SANTOS, 2013, p. 95-107).

<sup>19</sup> A globalização contra-hegemônica, diz Santos (2007), em linhas gerais, centra-se no combate contra a exclusão social, um combate que, em seu sentido lato, inclui não só as populações excluídas, mas também a natureza. A erradicação do fascismo social, e que a sociedade civil incivil surja como a base social privilegiada do enfrentamento contra-hegemônicos.

ajudam na compreensão de que não há globalização sem localização, e de que assim como há globalizações alternativas, também há localizações alternativas, e nisso se inscreve o *cosmopolitismo subalterno*.

O cosmopolitismo subalterno liga-se à globalização de resistência contra os localismos globalizados e os globalismos localizados<sup>20</sup>, e no contexto das Epistemologias do Sul

o cosmopolitismo subalterno de oposição é a forma política-cultural de globalização contra-hegemônica. É, numa palavra, o nome dos projetos emancipatórios cujas reivindicações e critérios de inclusão social se projetam para além dos horizontes do capitalismo, do colonialismo, do patriarcado, caminha na direção de respostas essenciais a aqueles considerados não humanos, os socialmente excluídos, marginalizados, vítimas da concepção hegemônica de cosmopolitismo. (SANTOS, 2011, p. 29)

Nessa conjuntura, as Epistemologias do Sul, por meio da tradução intercultural, transformam-se numa poderosa ferramenta de compreensão das multiplicidades culturais e sociais em que se inscrevem. É, pois, imprescindível ao exercício de tradução intercultural perguntar: o que é traduzir? Entre quê? Quem traduz? Quando traduzir? Traduzir com quais objetivos? Seguindo Santos (2007, p. 93-94), esses questionamentos podem ser agrupados em três grandes conjuntos de interrogações:

- a) Qual a perspectiva a partir da qual podemos identificar diferentes conhecimentos? Como podemos distinguir o conhecimento científico do conhecimento não-científico? Como distinguir entre vários conhecimentos não-científicos? Como se distingue o conhecimento não-ocidental? Se existem vários conhecimentos ocidentais e vários conhecimentos não-ocidentais, como distingui-los entre si? Qual a configuração dos conhecimentos híbridos que agregam componentes ocidentais e não ocidentais?
- b) Que tipos de relacionamento são possíveis entre os diferentes conhecimentos? Como distinguir a incomensurabilidade, contradição, incompatibilidade e complementaridade? Onde provém a vontade de traduzir? Quem são os tradutores? Como escolher os parceiros e tópicos de tradução? Como formar decisões partilhadas e distingui-las das impostas? Como assegurar que a tradução intercultural não se transforma numa versão renovada do pensamento abissal, numa versão suavizada de imperialismo e colonialismo?
- c) Como podemos traduzir esta perspectiva em práticas de conhecimentos? Na busca de alternativas à dominação e à opressão, como distinguir entre alternativas ao sistema de opressão e dominação e alternativas dentro do sistema de alternativas dentro do capitalismo?

Parece certo afirmar que a principal contribuição dessas problematizações é reconhecer que não existe apenas um tipo de conhecimento diferente, como também há

<sup>20</sup> O local e o global são ambos produzidos pelos processos de globalização. Trata-se de um conjunto de trocas desiguais. Os globalismos localizados são modos de produção representantes da dupla fase da globalização hegemônica com os países centrais especializados em localismos globalizados e os países periféricos em globalismos localizados.

diferentes processos de criação de conhecimentos, uma criação que é coletiva, participativa, interativa e reticular, e, no caso do trabalho de tradução intercultural no interior das Epistemologias do Sul, envolve a hermenêutica diatópica como um pressuposto e como condição à sua produção, ao tempo em que concebe as culturas como entidades incompletas. Santos (2013) alerta para os riscos de que o termo “incompleta” seja interpretado como só culturas completas (no caso, a metropolitana) possam participar de diálogos interculturais sem se descaracterizarem ou serem absorvidas por culturas mais poderosas. Assim sendo, as tidas culturas metropolitanas se transformam num instrumento perfeito de hegemonia cultural, e portanto, numa armadilha, quando atribuída a culturas subordinadas, como se povos subalternizados não pudessem controlar, selecionar, reinventar, em graus variados, aquilo que absorvem. E todas essas tensões implicam uma zona de contato.

Pratt (1992) compreende as zonas de contato como espaços sociais em que culturas díspares se encontram, se enfrentam e se chocam muitas vezes em relações de dominação e subordinação altamente assimétricas – como no caso do colonialismo, da escravatura, do imperialismo cultural, ou das respectivas sequelas tal como são hoje vividas em muitos espaços do Planeta. Sem negar essas contradições, para Santos (2007, p. 43) “a zona de contato pode envolver diferentes culturais seletivas e parciais, precisamente aquelas que num dado tempo-espaço competem entre si para conferir sentido a uma determinada linha de ação”.

Ambos os teóricos suscitam a percepção de que o trabalho de tradução intercultural envolve o embate que mobiliza trocas de poder desigual. Envolve também zonas de contato entre diferentes culturas, seja no campo ontológico, cognitivo, epistêmico, seja no jurídico, e que não se trata de um processo assimilacionista, tampouco um relativismo cultural, mas a busca do exercício da hermenêutica diatópica alicerçada num diálogo transcultural<sup>21</sup>. As zonas de contato são campos de tensões, ambiguidades, hibridização das zonas de confrontos envolvidos no processo de tradução. As zonas contemplam ideias, saberes, formas de poder, universos simbólicos, normativos, cosmologias, epistemologias. E são também zonas de

---

<sup>21</sup> O termo “transculturalização” foi cunhado nos anos 1940 pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz, numa descrição pioneira da cultura afro-cubana. O teórico propôs a problematização dos conceitos de aculturação e desculturação descritos e compreendidos de modo reducionista, imaginada como transferência cultural da metrópole a outros não-metropolitanos. As questões, por eles suscitadas, permitiram contestar os modos como a metrópole representa e concebe a apropriação da periferia. Quando se fala de transculturalização das colônias para a metrópole, é o próprio conceito de cultura, história e sociedade doméstica europeia. Compreende-se assim, que o processo de tradução se apoia nos *tópois* de uma dada cultura. Os *tópois* são os lugares comuns retóricos mais abrangentes de determinada cultura, cuja incompletude só é visível a partir de um diálogo que se desenvolve entre culturas. Por assim dizer, um diálogo com um pé numa cultura, e o outro, noutra. Isso implica a transculturalização como um fenômeno da zona de contato.



encontros em condições desiguais e mutuamente se repelem, rejeitam, assimilam, imitam e subvertem, dando origem a constelações de hibridismos.

Por essas razões políticas, conceituais e epistêmicas que abrigam as Epistemologias do Sul, ao gravitarem em torno da natureza e da avaliação das intervenções no mundo real, e no conjunto das epistemologias que abarca, a Sociologia das Ausências, Sociologia das Emergências, a Ecologia de Saberes e a tradução intercultural se apresentam como possibilidades de rever uma crítica radical ao pensamento abissal e de caminhar na direção da construção de um pensamento pós-abissal.

No pensamento pós-abissal, crê-se que a exclusão social, no sentido mais amplo, assume múltiplas faces. Tanto determinado por uma linha abissal ou não-abissal, reconhecer a existência do pensamento abissal é condição *sine qua non* para agir e pensar para além dele, sendo fundamental discernir nas práticas e discursos do conhecimento e do direito a copresença radical de agentes de ambos os lados da linha, sem negar suas contradições, ambiguidades, complexidades, diversidades, tensões e contradições, pluridiversidade cultural, plurivocalidade.

#### 1.4 **As subjetividades do Sul:** apropriação e violência

Adentrar o universo do mundo vivido da penitenciária é lançar-se a testemunhar histórias que não são próprias, mas ao ouvi-las, olha-las e senti-las há dois corpos políticos, sociais, epistêmicos e ontológicos: um é o corpo do espírito invisível institucional, que a rege e tem como regra uma luta desumana de vida ou morte, uma verdadeira luta livre – no sentido bárbaro –, ou como uma natureza desnaturada que jorra vida-morte sem inocência. Há incluso o corpo-coletivo que seguindo suas próprias regras ou leis, dela participa.

Corpo este que não jaz como uma exterioridade absoluta fora do sujeito, mas quiasmaticamente está dentro e fora, no qual está incluso não somente o mundo singular e único de cada um/a, mas como corpo que acessa em sua realidade própria a massa das diferenças que lhe permite estar encravado como antena que repercute e nele expressa a cultura viva universal. Mantém o liame, até o fim, de cunha tênue encravada por seu corpo-sujeito sensível e senciante, tocante, que se toca e é tocado. Todas as alegrias e tragédias pessoais, expressas palavra-Ação, gestos e lutas reivindicam na ambiguidade de sentidos sua humanidade frágil anunciando e denunciando a (des)humanização.

Para Merleau-Ponty (2012, p. 141):

[...] a carne de que falamos não é a matéria. Consiste no enovelamento do visível sobre o corpo vidente, do tangível sobre o corpo tangente, atestado, sobretudo quando o corpo se vê, se toca vendo e tocando as coisas, de forma que, simultaneamente, como tangível, desce entre elas, como tangente, domina-as todas, extraindo de si próprio essa relação, e mesmo essa dupla relação, por deiscência ou fissão de sua massa.

As palavras do autor permitem compreender que o corpo-institucional não está fora do indivíduo que o habita, pois ao mesmo tempo o indivíduo é habitado por ele. Na perspectiva fenomenológica, significa dizer que o corpo-institucional é o corpo-sujeito e/ou vice-versa é um corpo sensível e sentiente, quiasmaticamente implicados em um emaranhado, um no outro. Parece existir nisso uma óbvia redundância, ao se perceber que toda subjetividade implica uma vivência corpórea como condição de existência, porque não há subjetividade não corpórea, assim como não há subjetividade fora da experiência incorporada.

Os corpos são uma presença inescapável no mundo vivido, conforme dito por Merleau-Ponty (2012, p. 142) “ser uma consciência, ou antes, ser uma experiência, é comunicar interiormente com o mundo, como o corpo e com os outros, ser com eles em lugar de estar ao lado deles”. Nesse jogo de espelhos, é possível perceber na penitenciária, por meio dos corpos-sujeitos que a habitam, a existência de camadas sobrepostas de múltiplos processos de opressão. De um lado, o corpo-sujeito das mulheres trabalhadoras do sistema prisional é revestido de uma carnalidade caricaturizada da sua própria desumanização, buscando o “valor” do embrutecimento de si pelos adereços exteriores, produzidos para induzir medo e terror pelos objetos e signos que expressam morte-poder. De outro lado, como peões desse sistema, colocando em risco seu próprio estatuto de autonomia em sua vocalidade, elas próprias subsidiárias e uma violência autônoma, inclusive quando administram os instrumentos, que surdos, subjagam outras mulheres.

As subjugadas, por sua vez, fazem florir formas de vidas interditadas nesse espaço e tempo, ora via violência ora pelo poder silencioso desreferenciados dos sentidos inadvertidos, ou pela estrapolação do gozo, da ludicidade, na manha, e nos laços indômitos da solidariedade. Viés esse que impõe a justiça da causa, além da contraposição entre o Sul e o Norte, mas também a contraposição entre o SUL do SUL e o NORTE do SUL e entre o SUL do NORTE. Esse desreferenciamento e autonomia ferem de morte as estratégias do sistema. Ele caça formas de enquadramento.

Na perspectiva da Subjetividade do SUL, não se pode deixar de assinalar que essas construções intersubjetivas se desenvolvem por processos parcialmente distintos entre o centro e a periferia. Utiliza-se o “SUL” nos termos de Santos (2011), que o concebe como

metáfora cultural, isto é, como um lugar privilegiado para escavação arqueologias das experiências silenciadas na modernidade, e que foram transformando em subordinação sócio-econômica política e cultural. O SUL foi compreendido como símbolo da construção imperial, exprime todas as formas de subordinação a que o sistema capitalista, colonialista, hétero-patriarcal deu origem, e tem sido a expropriação, supressão, silenciamentos, diferenciação desigual, etc. O SUL está espalhado, ainda que desigualmente distribuído, pelo mundo inteiro, incluindo o Norte e o Ocidente. Nesse ponto, a Subjetividade do SUL emerge devido a essas relações assimétricas de poder, de apropriação e violência em detrimento à justiça social e cognitiva.

As Epistemologias do Sul ajudaram a deixar cada vez mais evidente que a violência é a práxis fundadora das linhas abissais dentro e fora da penitenciária. O paradigma da modernidade ocidental se assenta no desequilíbrio entre quem participa do contrato social emancipatório e quem está fora dele pela via da apropriação e violência. E essa racionalidade excludente, por vezes, é ouvida nas vozes da sociedade civil que pedem ao Estado o uso do recurso da violência para responder à violência social, a mesma suscitada, sustentada e animada pelo próprio Estado.

A esse respeito, o que escreveu Pureza (2013, p. 203) é bastante substancial:

[...] os processos de desideologização e despolitização da violência nas margens, saiu reforçada a associação entre as periferias e a violência, oscilando a representação desta associação entre a 'hipervisibilização ameaçadora' (violência direta) e a reprodução da 'invisibilidade negadora' (das violências indiretas) da reprodução da violência

Uma revisão dos estudos sobre os processos de violência, em âmbito global-local, pela via da Sociologia das Ausências, mostra tratar-se de um fenômeno multifacetado, com dimensões econômica, política, social, cultural, religiosa e jurídica, todas interligadas de modo complexo. Uma visão alargada da violência distingue a causa da sua existência como a diferença entre aquilo que seria suscetível a acontecer como potencial, e aquilo que se realiza, ou seja, entre presente real e o tempo do Ainda-não. Em outras palavras, quando o potencial é maior que o real, é por definição evitável, e quando for evitável e não foi, então a violência está presente.

A perspectiva da violência apresentada por Galtung (1998) é um contributo importante ao diálogo com as Subjetividades do SUL, que se expressam no presente estudo e

auxiliam no argumento de que é preciso substituir a múltiplas formas de violência por uma cultura de paz.<sup>22</sup> Para o autor, há um triângulo de três vértices de violências:

[A] **violência directa** é um facto; a **violência estrutural** é um processo com altos e baixos; a **violência cultural** é uma invariância, uma permanência. [...] As três formas de violência incluem o tempo de modo diferenciado, assemelhando-se, na teoria sísmica, à distinção entre um abalo sísmico como um facto, o movimento das placas tectónicas como um processo e a falha como uma condição mais permanente. (GALTUNG, 1990, p. 294, grifo nosso)

A noção de violência estrutural é compreendida como uma relação vertical de poder assimétrico, cuja arquitetura é o desenho que ilustra os processos de exclusão ao bem-estar e à justiça social, ambos estruturados e enraizados tanto nas relações imperiais do poder hegemônico como nas relações intersubjetivas (macro-micro). As quatro formas que constituem o exercício do poder assimétrico da violência estrutural são da ordem: a) política - poder de decisão; b) militar - quem pode castigar, quem pode infligir aos outros sofrimentos; c) cultural - condiciona, programa as pessoas; d) econômico - liga-se à remuneração, aos mercados financeiros, à geopolítica da distribuição econômica; essas quatro formas de violência estrutural são da ordem ontológica e epistêmica.

A violência direta, por sua vez, é normalmente aquela infligida ao corpo físico e material, perpetrada por indivíduos identificáveis. Ocupa-se de resistências armadas, sendo presente em assassinatos, violações, torturas, e em certa medida, embora a exploração midiática do tema diga o contrário, é a menos letal. Infelizmente, no interior do sistema-mundo<sup>23</sup>, sua natureza consequencial não é tratada nas causas. Da gesta colonial aos dias atuais, é a ferramenta, por excelência, a serviço da violência estrutural. Acompanhada a ideologia de que o uso da militarização, da guerra, do poder bélico, da opressão é o único caminho para resolver conflitos, quando na verdade produz e reproduz a desigualdade como ordem, naturalizando a ideia de superioridade de um ser humano sobre o outro.

Ambas as formas de violência (estrutural e direta) criam déficits das necessidades de bem-estar, e convertem traumas coletivos em apatia, desesperança, privação, frustração,

<sup>22</sup> Uma agenda de paz comprometida com as transformações sociais, pressupõem reconhecer as relações de gênero como centrais em toda arquitetura de dominação capitalista, patriarcal, colonial. Sem que se faça uma crítica radical do caráter etnocêntrico e androcêntrico desses sistemas, dificilmente ter-se-á uma agenda para a paz que maximize a justiça, reduza e/ou rompa com as causas estruturais de todas as violências, percebendo a íntima relação entre a violência e o patriarcado. (CUNHA, 2006)

<sup>23</sup> Wallerstein (1974, p. 337) compreende que “um sistema mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita de forças em conflitos que o mantêm unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodela-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutro”. Nesse sentido, o capitalismo, o patriarcado e o colonialismo são as forças e tensão que compõem esse sistema, construindo a geopolítica distinta entre países centrais, periféricos e semiperiférico.

autoagressão, transformando em uma sociedade congelada, em uma sociedade em ebulição, violenta, privada de necessidades massivas.

O contributo da violência cultural é reificar no conjunto de ideias e crenças que é da ordem religiosa, ideologia, artística, linguagem, cosmologias, saberes científicos e não-científicos, outras formas de violência encrustada na forma como o indivíduo vê o mundo. O uso da violência cultural e o da violência direta passam pela violência estrutural. Tem-se, de um lado, os efeitos invisíveis que naturalizam a exploração, as injustiças sociais como normatividade, a perversidade em transformar suas vítimas em agressoras, e de outro lado, cria-se um círculo vicioso, porque se crê que as estruturas violentas só podem ser alteradas por meio da violência. Violência que gera novas violências e reforça ainda mais a cultura bélica.

Como se vê, Galtung auxilia na denúncia explícita de como a racionalidade do pensamento único da modernidade esculpe as linhas abissais por via da violência. Com a precarização do Estado de bem-estar social, as Subjetividades do SUL são aquelas mais expostas às injustiças sociais, de classe, de gênero e de racialização, pois, quando a desigualdade se une ao narcotráfico, a violência armada passa a ser um signo de identidade para aqueles/as sem ou com pouca alternativa.

Nesse cenário, o encarceramento em massa da pobreza, é uma das instituições a serviço da coisificação da vida humana e da natureza. Acentuam a mercantilização que reduz facilmente as pessoas a um conjunto de forças de produção facilmente substituíveis.<sup>24</sup> Aquilo que se silencia é que a violência estrutural está contaminada pela criminalidade, pelo narcotráfico, pelo comércio de armas, pelo tráfico de pessoas, pela violência hétero-patriarcal, pelos mercados financeiros. Observa-se a degradação das políticas de bem-estar em detrimento do manejo punitivo através do reforço das forças policiais, da justiça criminal e do sistema penitenciário.

Para o corpo-recluso, constituído pela apropriação e violência, o caráter utópico radical será a emancipação social da subjetividade do SUL, para quem nada mais tem a perder, a não ser suas cadeias. A trivialização do sofrimento mantém-se no momento de continuidade entre as opressoras e as vítimas, demonstrando claramente que qualquer sistema

---

<sup>24</sup> Para Mbembe (2011), por muitas vezes o Estado Nazista tem sido o exemplo mais amplo de como Estado, que deveria ser gestado para proteger e cultivar a vida, coexiste com o direito soberano de matar. Além disso, extrapola o biopoder para a elaboração do inimigo político, organiza-se um estado de guerra, põe-se contra os adversários e expande seus próprios cidadãos/os a um estado de guerra. Há nisso, muito de uma violência colonial, uma arqueologia da formação do poder que combina as características do Estado Racista, Estado mortífero e o Estado Suicida.

de dominação brutaliza simultaneamente a vítima e o/a opressor/a, e que também os opressores necessitam ser libertados/as.

Neste capítulo, as Epistemologias do Sul caracterizaram-se como o principal argumento que permitirá mobilizar e construir o enquadramento analítico que se entendeu apropriado aos objetivos deste trabalho. Partindo-se da crítica à racionalidade dominante do pensamento único eurocêntrico, indagou-se sobre com que voz a/o subalterna/o fala no interior de uma razão metonímica, e como as linhas abissais não foram rompidas com o fim do colonialismo territorial. Ao contrário, as subjetividades por ele geradas continuam a existir e interagir com as sociedades ex-coloniais. Nesse cenário, percebeu-se a penitenciária feminina em estudo como num campo de disputas de poder político colonial, em que as diferenças identitárias e as sociabilidades se confrontam numa zona de fronteiras híbridas articuladas e ambíguas, configuradas pela diferenciação entre emancipação social, apropriação e violência com ordem no interior de um sistema hétero-patriarcal.

## 2 ESTUDOS FEMISTAS E OS FEMINISMOS PÓS-ABISSAL

Parece oportuno operacionalizar três dimensões centrais na análise engendrada neste trabalho. Em primeiro lugar, reconhecer limites e possibilidades encontradas nas diferentes epistemologias de onde as mulheres falam e as contribuições dos estudos pós-coloniais a um pensamento pós-abissal. Em segundo lugar, examinar a ideia de matricentricity e como outros sistemas de organização social, político, cultural permitem transcender a categoria determinista dos biologismos como isoformismos de gênero. Por fim, examinar como as relações de gênero são afetadas pelas mudanças impostas pelos colonialismos e pela globalização neoliberal.

### 2.1 Por onde as mulheres falam? A contribuição dos feminismos pós-abissal

Gayatri Chakravorty Spivak, Chandra Mohanty, Amina Mama, Leela Gandhi, Heleieth Saffioti, Tereza Cunha, Oyeronke Oyewuni algumas dentre muitas, com suas teorizações feministas insurgentes desafiam escarafunchar os silêncios, os lugares de residência dos múltiplos cosmopolitismos subalternos das mulheres, tecidos nos infinitos fios de crochê cognoscente do mundo. Uma trama repleta de múltiplos fios, os fios do poder da imaginação sociológica, das epistemologias nascidas de um saber emancipatório, das experiências de luta, de autonomia, liberdade, autodeterminação, fios repletos de um pensamento alternativo às lógicas de desigualdades planetárias.

As epistemologias feministas, do ponto de vista da intensificação da produção epistêmica e metodológica, tem inicialmente três correntes principais: o feminismo liberal ou reformistas, o feminino radical e o feminismo socialista, os quais, na década de 1980, pelas reivindicações de igualdade entre homens e mulheres nas lutas feministas, destacam as políticas de identidade e a questão da diferença, tanto entre homens e mulheres, como entre mulheres atravessadas pelas categorias sociais não homogênea das divisões de classe, etnia, cultura e religião, situadas geograficamente e politicamente, dentre outros. Isso evidencia que são heterogeneas as lutas de emancipação femininas e os diversos patriarcados que as configuram.

Mohanty (1984), na obra intitulada *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses*, considerada um dos fios fundacionais dos estudos feministas pós-coloniais, alerta sobre os riscos de um pensamento único, das narrativas monolíticas, universalistas, assimilacionistas que anulam as diferenças, e sobretudo, invisibilizam e

marginalizam as Mulheres do Sul-global e as múltiplas formas situadas do patriarcado. Seus dizeres ecoam epistemologicamente na crítica interna aos feminismos hegemônicos de matriz nortecêntrica<sup>25</sup>, que se pressupõem serem as únicas vozes, e os lugares geográficos, históricos e culturais privilegiado de anúncio a todas as mulheres do mundo, especialmente aquelas do “Terceiro Mundo”<sup>26</sup>, carrega o problema político do peso canônico ocidentalista, reproduz os padrões androcêtricos só que de saias.

Por vezes, mulheres do Sul-global são representadas e trancadas em uma identidade de pertença como vítimas ignorantes, pobres, sem educação, limitadas por tradições, domésticas, restringidas à família, como as únicas e eternas vítimas da violência masculina, sexualmente oprimidas em contraste com a autorrepresentação (implícita) da mulher ocidental como educada, moderna, com controle de seu corpo e sua sexualidade e com liberdade de tomar suas próprias decisões.

É preciso vigilância em relação à hegemonia, que muitas vezes é um composto ideológico e político de hierarquias e subordinação de uma Outra sobre as Outras. Mohanty alerta que nem o patriarcado nem as construções do Ser mulher podem ser configurados como um todo monolítico, nem universal. Ao contrário, são termos ligados ao primado da diversidade epistêmica e social do mundo, carregam hibridismos-duais, situam no lugar de fronteira onde se confrontam tempos, conhecimentos, memórias-invisibilizadas, múltiplas relações de negociação, dependência e resistências, mecanismos de coerção ou discriminação entre homens e mulheres e entre mulheres e mulheres.

Assim, nota-se que não é possível que intelectuais feministas empreendam a construção de uma teoria a respeito das mulheres como um todo monolítico, tampouco é possível expressar uma voz única e corrente a partir de uma certa “femocracia ocidental”, ou uma suposta “irmandade feminina” como designa McFadden (2006). A ideia de uma identidade comum para representar todas as outras mulheres do mundo parece refletir uma razão metonímica que se pressupõe arrogante, presunçosa, onipotente, transformando-se numa única parte de um conjunto de referências à todas as outras, ignorando tudo aquilo que não reconhece num diálogo possível. Para Cunha (2010, p. 69):

---

<sup>25</sup> Tal qual Cunha (2003), usa-se aqui o termo de feminismos dominantes de matriz nortecêntrica para designar um catalogado frequentemente reconhecido como feminismo liberal, feminismo radical, feminismos pós-modernos e da diferença, entre outros – que apresentam dificuldades em tematizar outras racionalidades feministas que divirjam em coisas consideradas nucleares como, por exemplo, o conceito de emancipação feminina ou das mulheres, como uma versão, não assumida, de um pensamento abissal.

<sup>26</sup> Em seu trabalho, a autora utiliza a expressão mulheres do “Terceiro Mundo”. Ao longo das discussões, essa expressão será substituída por “Mulheres do Sul-global”, por considerar que se deva designar não apenas as mulheres do “Terceiro Mundo” como aquelas do Sul-global presente também no Norte-global, como alerta Santos (2009) em suas teorizações a respeito das Epistemologias do Sul.



[...] esta femocracia que se vê a si mesma como um centro que irradia conhecimento e energia para as periferias preserva e reconstrói a ideia colonial que a maioria das mulheres-do-mundo-ex-colonizado de hoje precisam de ser libertas de si mesmas e das suas histórias para se emanciparem.

As virtualidades dos femininos pós-coloniais, como pensamento pós-abissal, possibilitam questionar os silenciamentos e as invisibilidades que se encontram nos *suis* e nos *nortes* imperiais<sup>27</sup>, pois considera que o essencialismo, a generalização e a homogeneização ao limitarem as relações sociais, políticas e culturais como se fossem simples e não problemáticas, distorcem as infinitas experiências e os conhecimentos construído pelas mulheres e seus modos de ser e estar no mundo. No caso das mulheres, tanto quanto dos grupos racializados e explorados economicamente, a identidade dominante se reproduz por dois processos distintos: ora pela negação total do outro, ora pela disputa com a identidade subalterna do outro declarada como inferior. Por isso, defende-se ser fundamental, ao presente estudo, reconhecer esses campos de tensão presentes nas produções científicas.

Se, de um lado, os padrões científicos, que são políticos e institucionais, das áreas de pesquisas, as disciplinas universitárias, as organizações de financiamento e canais de disseminação como jornais e conferências, centros universitários e de pesquisas estão repletas de práticas, discursos, teorizações epistêmicas e ontológicas sexistas, de outro, o pensamento pós-abissal alerta que essas lógicas não apenas silenciam esmagadoramente as experiências de outras regiões globais, como reproduzem um pensamento trans-histórico e acríticos<sup>28</sup>, vindo a esconder a pluridiversidade social em que se inscrevem as mulheres, suas posições, suas ideias e estatutos, lançadas aos abismos abissais.

É inegável que a ciência moderna é repleta de ignorâncias androcêntricas não-reconhecidas, que em nome do *bom método*, da *ciência real*, da falsa ideia de neutralidade, produziu um saber a respeito das mulheres repleto de abismos abissais, e de um discurso ideológico daquilo que não se é, muitas vezes impregnada por “localismos globalizantes”<sup>29</sup>

<sup>27</sup> Usa-se aqui, os termos *suis* e *nortes* em mesmo sentido adotado por Boaventura de Sousa Santos, como metáfora do “sul global não-imperial concebido como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusta provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo” (SANTOS, 2009, p. 44).

<sup>28</sup> Harding (1988) chama atenção para as tipologias epistêmicas feministas: o empirismo, o liberal, o multicultural e global pós-colonial. Cada um expressa um conjunto filosófico, político, histórico e cultural diferenciado. São inegáveis as contribuições de Harding à epistemologia feminista, mas é preciso reconhecer que a autora tem dificuldade em superar o eurocentrismo, mesmo quando propõe o historicismo das experiências coletivas construídas por atores específicos e situados. A autora sugere que sua validação deve passar por um repertório ampliado das ciências ocidentais.

<sup>29</sup> Termo emprestado de Santos (1999), já abordado neste estudo.

repletos de uma razão metonímica supostamente erudita<sup>30</sup>. Não se pode confundir a redução de uniformidade assimilacionista, ocidentalcêntrica do imperialismo cultural-acadêmico como igualdade, pois reificam não apenas a ideia de subalternização das Mulheres do Sul-global, como as transformam em vítimas, reforçando os lugares de subdesenvolvidas, de vazios epistêmicos como características implícitas do pensamento colonial.

Uma das originalidades da ecologia de saberes trazida pelos feminismos pós-coloniais é o de reivindicar a incorporação, a visibilidade das culturas populares, da história oral, da iconografia das oprimidas como terrenos epistemológicos e ontológicos insurgentes e de rebeldia política, demonstrando assim o vigor e a força dos diversos modos de resistência. Mantendo-se alerta a crítica à modernidade colonial e os seus mecanismos que de um lado, tem situado as mulheres como sombras vivas, e de outro, subsidia a crítica endógena ao pensamento colonial, muitas vezes presentes nos estudos feministas. Isto é, aqueles que sendo uma parte de uma totalidade complexa, pretendem ser a única referência válida para todas as mulheres do mundo.

Nos femininos pós-coloniais é possível perceber a emergência de outros contextos, outras experiências, como é o caso das plurivocalidades dos feminismos africanos, negros e indígenas que carregam uma Sociologia das Emergências, por vezes invisibilizadas pelos feminismos de matriz nortecêntrica. Alertam as feministas negras, que enquanto as feministas europeias e americanas, brancas-burguesas, procuravam possíveis caminhos que as libertassem da estrutural familiar patriarcal, historicamente opressiva, as culturas africanas não precisavam reinventar outros sistemas, já que sua historiografia carrega um legado matriarcal, matrifocal, baseadas em relações afetivas, sendo isso ponto central na análise das investigações socais (AMADIUME, 1997).

Os feminismos de matriz nortecêntrica, quando não descolonizados, ao invisibilizarem a racialização, emudeceram as lutas de outras mulheres naturalizando a brutalização do patriarcado branco-racista. Donna Haraway (1995), Angela Davis (1982), Kimberle Crenshaw (1995), Amina Mama (2012), Bell Hooks (2000), dentre algumas, apresentaram alguns dos estudos cruciais ao desenvolvimento de uma epistemologia interseccional do gênero, classe, “raça”, etnicidade, colonialismo, sexualidade e demais estruturas sociais e culturais hierarquizadas, pautadas na inferiorização de umas e valorização de outras/os, como uma pressuposta superioridade. Mas os estudos interseccionais de gênero, classe, raça, discriminação sexual, reconhecidamente importante aos estudos pós-colonial, carregam um

---

<sup>30</sup> Os mesmos carregados de silêncios, ausências e invisibilizados pelos dualismos “clássicos da modernidade” como natureza/cultura, sujeito/objeto, humano e o não-humano já abordados anteriormente neste estudo.

impasse epistemológico de que nem a raça nem o gênero configuram-se, em determinados contextos socioculturais, como categorias sociais. Portanto, é preciso atenção ao uso não situado ou universalista da interseccionalidade.

Neste estudo, parte-se do pressuposto de que todo o conhecimento é situado, constituído nas e pelas experiências dos sujeitos no interior de uma dada cultura, mas lembrando do dito por Haraway (1998, p. 192), “o olhar do investigador sempre vem de algum lugar e nunca um olhar triunfante que vem do nada, numa espécie de ‘olhar de Deus’”. Essa premissa tem suscitado a emergência de uma cacofonia capaz de ferir os ouvidos surdos de qualquer pensamento abissal que não sinta, não perceba e não escute nada para além de si mesmo.

## 2.2 Pluralidades de gênero e patriarcado

Na condição de sistema social, político, institucional, cultural que é, o patriarcado naturaliza a brutalização e a violência como ordem social aceitável da inferiorização da mulher. Uma lógica engendrada na sociedade, no direito, no estado, no conhecimento científico e na cultura. A mulher é o *Outro* que passa a ser objeto da ação dominadora daquele que a considera e a define como ameaça, desconhecidas e diferentes, e é quem sente triplamente os efeitos do colonialismo, capitalismo e o patriarcado. Nas palavras de Pintasilgo (1981, p. 22):

O sexismo é uma emanção do patriarcado que [...] não respeita a igualdade entre as pessoas [e] não se institucionaliza sem conceder ao sexo discriminado um certo número de pseudos privilégios tendentes a camuflar a injustiça.

Unido à expansão colonial, o sexismo conseguiu, por meio do extermínio e dominação, não só produzir a violência contra as mulheres, como fazer dela uma missão civilizatória sistematicamente construída.<sup>31</sup> A história colonial é marcada como sistema de violência, que é constituído pela destruição e dominação da vida tribal, a dominação das terras pela via da expulsão, genocídio, transformando-as em dependentes das instituições de branco. Os clãs são destituídos de famílias nucleares, e a imposição colonial de um sistema de diferenciação entre homens e mulheres pautada na genderização dos corpos.

---

<sup>31</sup> Isso não representa uma análise acrítica, não situada, ou universalista-generalista da subordinação feminina, mas tem como ponto de partida a ideia de superioridade, subordinação do homem sobre a mulher, uma lógica de sustentação e opressão, que dentre suas muitas faces, se assenta na competição, na hierarquia, na agressão, na burocracia, nas injustiças sexistas, na alienação e na negação das emoções intersubjetivas que compreendem.

Ifi Amadiume (1997), Oyeronke Oyewuni (1997), Tereza Cunha (2014), dentre outras, demonstram uma análise sofisticada dessas memórias soterradas pelo pensamento único, e como outros diálogos podem ser construídos a partir dos feminismos pós-coloniais, que, em casos específicos e situados, revelam outras sociologias das relações de gênero, outras questões que envolvem a construção identitária e a luta por igualdade de gênero. Para Cunha (2014), a obsessão pelo controle do pensamento único colonial transfigurou as-mulheres-do-mundo-colonizado num conjunto descritivo de características unificadoras e explicativas assentadas em três operacionalizações sistêmicas: a ideia de vitimização epistêmica e existencial, descritas como identidades, subjetividades sem qualquer capacidade emancipatória, e seres intemporais; mudas, pobres e ignorantes, eminentemente dominadas pelo masculino, e os privilégios dessa subordinação aos homens é da ordem natural da diferenciação entre os sexos; a separação dos espaços públicos para o privado, como a distinção da sua subordinação. Mas, mesmo com as mudanças injustas e traumáticas, separatistas ocasionadas pelo colonialismo, as mulheres buscaram subverter e desafiar as velhas e as novas ordens nas suas relações com os homens e com as sociedades.

Uma outra contribuição trazida ao estudo, foi a de Oyewuni, que ao formular a pergunta “o patriarcado é uma categoria transcultural válida?”, demonstrou, em seu livro de 1997, *The Invention of women*, que nem todos os sistemas de poder entre homens e mulheres têm como estrutura hierarquia e subordinação justificada na “bio”logia dos corpos, nos dualismos da diferenciação sexual, da opressão e força, da cultural e natureza, haja vista que nem sempre o sistema organizativo de sociedade é fundado e estruturado no gênero institucionalizado, e explora a teorização da “matrifocalidade”<sup>32</sup>, como uma das bases heurísticas e identitárias com capacidades políticas na luta por igualdade de gênero.

Oyewuni (1997), a partir da sociedade Yorubá do Sul oeste da Nigéria, desenvolveu um estudo notável sobre o sistema de família, parentescos, linhagens, relações familiares e de proximidade, conferindo um instigante *insight* de ruptura epistêmica com a erudição ocidental do conceito de gênero. Seu estudo ajuda na percepção crítica do etnocentrismo eurocêntrico que, ao universalizar a experiência da maternidade nuclear, estruturada na ideia de casal, tendo uma esposa subordinada, um esposo patriarcal e filhos/as, ou seja, uma família conjugal

---

<sup>32</sup> Como enfatizou Smith (1996), os trabalhos de Ifi Amadiume e Oyeronke Oyewumi, Jimí O. Adésina reapropriam do conceito de sociedades de “matrifocality” ou “matricêntrica” para ilustrarem seus pontos de vista, no caso, em linhas gerais, referindo-se à família matrifocal como agregados familiares chefiados por mulheres, com significados de valor heurístico como categoria sociológica, assumidamente como o princípio organizador da sociedade. Não se trata, pois, de mera endogeneidade devido ao baixo status econômico, à pobreza, à ausência de homens, à distribuição de gênero das tarefas domésticas ou à exclusão econômica das mulheres.

ocidental-cristã, invisibilizou e alienou a existência de outros sistemas mais igualitários entre homens e mulheres.

Ao olhar para as sociedades matrifocais ou matricêntricas, a autora demonstrou que existiram e existem outros modos de organização social, de outros centros do poder familiar não orientado por subordinação e hierarquia entre homens e mulheres, baseado no conceito de gênero. Na sociedade Yorubá, por exemplo, dá-se importância à cronologia de nascimento, à linhagem de parentesco na linguagem e na organização social, contrapondo a rigidez estática do gênero como ocorre no ocidente. O rol identitário que definirá a posição da mulher é sua condição de mãe, pois o útero dos antepassados é o centro do privilégio societal, símbolo de referência no qual gravita toda uma estrutura ginecrática. A matrifocalidade é o eixo em torno do qual as relações familiares são delineadas e organizadas, porque é a partir do útero que se cria um sistema elaborado de pertença, linguagem, identidades culturais moventes e fluídicas, compreendendo que uma pessoa não é um indivíduo, mas é alguém reconhecido socialmente dentro da relação de parentesco de irmãos/as, de primos/as unidos pela lealdade a *Omoya*. A cronologia é fluída e dinâmica, todos os membros da linhagem dentro do mesmo grupo se chamam *omo-ile y* e são individualmente classificados por ordem de nascimento. Os laços de parentesco são centrais na linhagem, pondo em relevância a importância da maternidade como instituição e como experiência cultural, e não num sexo biológico falocêntrico do patriarcado ocidental.

O axioma de *mãe solteira*, um pressuposto da cultura ocidental, não cabe na perspectiva Yorubá, porque naquela sociedade o ponto de partida é a categoria da ancestralidade (descendência) e não a condição da mulher numa relação sexual com um homem, como tampouco centra-se no biopoder dos corpos humanos que cria dualismos entre homens e mulheres. Na cultura Yorubá, o homem é designado por *ninã*, cuja tradução mais próxima é *criatura*. O termo não tem classificação hierárquica e abarca tanto homens quanto mulheres. Esposa e esposo dentro da família é uma categoria *Okò*, em que a palavra *Iyawo* é traduzida como mulher em matrimônio. A distinção entre *Okò* e *Iyawo* não é o gênero, mas uma distinção entre os membros da família por nascimento e matrimônio, servindo tanto para homens quanto para mulheres. A distinção hierárquica entre ambos é a atual posição cronológica de *Okò* que é superior a *Iyawo*. Inclusive as mulheres *Okò* são superiores às mulheres *Iyawo*. O termo *Iyawo* inclui tanto homens quanto mulheres. Já as criaturas devotas de Orisa (divindades) são chamadas *Iyamo Orisa*, desse modo, as relações sociais são fluídas. Individualmente, um *omo-ile* ocupa posição de *Okò* em relação a um novo *Iyamo*.

Ao olhar para a organização social Yorubá é possível estabelecer distinções. No caso, a patrifocalidade da família ocidental se define pela obrigatoriedade de a mulher integrar a família do marido. Permite reconhecer que na sociedade pré-colonial Yorubá as diferenças corporais, as distinções anatômicas fixas na genderização de corpos dicotomizados, tampouco serviam como conotação de privilégios e desvantagens sociais. Os papéis de *marido* ou *esposa* não expressavam dimorfismos sexual, pois os centros de poder eram estabelecidos na posição de nascimento na família

A diferença axial das culturas contatadas, africanas, ameríndias, dentre algumas, por não se sustentarem numa base greco-latina, nem judaico-cristã, foram transformadas no primado da sua exclusão, imersas no vazio e no silêncio, tratadas como culturas periféricas sem registros nem vocalidades. Esse lugar nem sempre está de acordo com as sociedades que colonizou, onde a mulher sempre teve um lugar representativo, a qual, por ter o dom da maternidade, faz-se uma espécie de laboratório sagrado, carregando os fios da linhagem em que os antepassados se prologam pelos séculos. Lentamente foram transformadas em objetos, representadas como territórios vazios, selvagens, indisciplinadas, repletas de um imaginário estático, espécie de metonímia da história invisível, foram sendo lentamente representadas como formas figurativas amorfas dispersadas ao longo do espaço e tempo.

Por sua vez, Bandeira (1988) realizou um estudo etnográfico no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, cidade do interior do Estado de Mato Grosso, Brasil, fundada em 19 de março de 1752, como posse portuguesa no Vale do Guaporé, num período de turbulenta disputa política e territorial entre a corte portuguesa e a coroa espanhola. Em seu estudo, a pesquisadora visibilizou a estruturação híbrida de grupos alternativos de famílias oriundas da diáspora africana, as quais assumiam as seguintes configurações<sup>33</sup>:

[...] 1) a família nuclear, de chefia masculino, composta por homens mulheres e filhos, os filhos não precisam ser necessariamente do casal, alguns são das mulheres com outros homens, ou do homem com outras mulheres. Não existindo distinção de tratamento ou de direito entre filhos gerados dentro ou fora do casamento; 2) há família de extensão do tipo matrifocal, de chefia feminina, não necessariamente composta por homens, essa família constituída por mulheres, filhos/as, filhos dos irmãos, mães da mulher, esta formação é decorrente da prática de poligamia sem bases econômicas de sustentação; 3) família poligâmica, composta de homens, várias mulheres e seus filhos com a distinção mulher legítima, com quem tem coabitação formal e as “outras”, com quem tem coabitação informal, de caráter esporádico, esse modelo remete ao modelo africano no qual cada mulher tem sua choça particular, vindo o homem comer e dormir regularmente em casas delas, em cada uma por vez; 4) família incompleta maternal simples, de chefia feminina, composta por mulheres e seus filhos. (BANDEIRA, 1988, p. 143-145).

<sup>33</sup> Esses múltiplos e situados arranjos familiares, especialmente as famílias poligâmicas, vem sofrendo sistematicamente as pressões da globalização econômica fazendo-as caminhar na direção da sua desarticulação.

Essas autoras, clarificam a existência de diferentes sistemas familiares centrados no parentesco, na ancestralidade, na linhagem, nas relações de reciprocidade e de proximidade, e não em construções sociais baseadas nos binarismos do sexo biológico ou classe social, mas, sobretudo, baseado nas relações intergeracionais, ou do estatuto social. E fazem perceber que as imposições dos processos do capitalismo, do colonialismo e do sistema patriarcal transformaram-se num instrumento destrutivo e violento nas sociedades pré-coloniais que contatou. Em muitas dessas sociedades as relações de gênero não poderiam ser classificadas como paritária, mas comportavam, certamente, uma forte independência entre mulheres e homens e entre as suas tarefas socialmente e simbolicamente atribuídas, e em muitos casos, as mulheres não estavam sujeitas a um controle masculino.

### **2.3 Mulheres e globalização econômica**

Ao conjugar o verbo descolonizar e despatriarcalizar, parece ser indispensável pensar criticamente e de modo emancipatório a crítica ao capitalismo global. Refletir a articulação entre a luta pela redistribuição e a luta pelo reconhecimento no quadro da globalização hegemônica, e como os antagonismos gerados continuam a produzir lugares contraditórios, tensões, desigualdades e exclusões subsumidas na lógica de mercadorização de homens e mulheres, e por fim, as múltiplas formas de colonialidade que convergem com as formas de imperialismo e seus efeitos não podem ser desconsiderados fora do subdesenvolvimento das ex-colônias.

O capitalismo certamente não inventou a inferiorização social das mulheres, mas, sem dúvida, se aproveita da gesta do patriarcado e do colonialismo para acirrar a disputa e aprofundar a desigualdade entre homens e mulheres. Nisso ecoa o dito por Saffioti (2013, p. 97):

As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa.

Não se pode deixar de evidenciar que a exploração do trabalho feminino no sistema capitalista carrega a extensão da sua subalternidade social, tanto na precarização das condições laborais, quanto na diferenciação inferior da remuneração em relação ao trabalho

masculino. A cisão entre o espaço doméstico e o sistema de produção mercantil ocidental, nada mais fez que descredibilizar outras formas de organização econômica, além disso, a desqualificação do espaço doméstico, a partir da lógica capitalista, criou no imaginário social a ideia de que mulheres não estão para a economia como a economia não está para as mulheres. Vale lembrar que em todas as épocas e lugares, o trabalho feminino tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social, sendo a família a unidade econômica por excelência.<sup>34</sup>

Não se pode deixar de reafirmar o espaço doméstico como um espaço político. Mama (2011) tem destacado que as mulheres sempre possuíram o controle efetivo sobre a produção e distribuição de bens essenciais à sobrevivência comunitária, assumindo a função de produzir, trocar, comercializar e distribuir produtos, quer em círculos de proximidade, quer em mercados e bazares locais, ou ainda, criando e mantendo rotas de comércio de média e longa distância. A autora revela a efetiva legitimidade do poder político e da participação das mulheres nos sistemas econômicos presentes em toda parte, a exemplo, nas feiras, assembleias, festas e mercados. Infelizmente, a econômica de mercado sobrepôs-se a economia distributiva e solidária.

E no caso das mulheres, no interior da sociedade regida pelos interesses capitalistas há uma dupla desvantagem: uma que oscila no plano superestrutural como desvalorização das capacidades femininas no sistema produtivo de classe social, e outra estrutural com sua inserção periférica ou marginal nesse mesmo sistema de produção. A visão utópica do Estado de Bem-estar pós-industrial, centrada na ideia universalista do provedor masculino e da paridade do cuidar feminino serviu/e para encobrir a pobreza, a exploração feminina e acirrar a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de produção capitalista. A cisão do mundo provedor e do mundo do cuidar transformou-se numa perigosa combinação carregando tensões e conflitualidades, servindo muito mais para proteger a escassez de demanda da força de trabalho e a redução dos salários, do que para desconstruir o sexismo.

Sem dúvida, a globalização econômica recoloniza a vida, tanto das mulheres quanto dos homens, especialmente dos empobrecidos em todo mundo. Em grande medida, seus efeitos afetam significativamente as mulheres e crianças que são quase 80% entre os pobres e marginalizados, quer sejam dos trabalhadores rurais ou urbanos do Sul-global em África e

---

<sup>34</sup> Saffioti (2013) cita o caso da Inglaterra do século XVII, quando existiam mulheres casadas entre os agiotas, proprietárias de papelarias e navios, vendedoras de livros, donas de lojas e fornecedoras de roupas para o exército e a marinha, as quais participavam do comércio varejista e atacadista. Muitas chegaram a ter o monopólio da função têxtil inglesa.



Ásia, quer sejam da América Latina. E no caso das mulheres e crianças, sentencia Mohanty (2008, p. 430):

As mulheres e crianças pobres são aquelas que mais recebem o impacto mais forte da degradação dos condicionantes ambientais, das guerras, da fome da privatização, da desintegração do Estado de bem-estar social, da reestruturação do trabalho remunerado e não-remunerado, a crescente vigilância e o encarceramento nas prisões. E por isso, é necessário o feminismo além das fronteiras para tratar das injustiças do capitalismo global.

E isso nos Estado-Nação, externamente enfraquecidos em termos das políticas sociais, veem-se atordoados no domínio da globalização social pelo consenso neoliberal trazidos pelas transformações recentes do capitalismo mundial, as mesmas políticas que alteram substancialmente os custos com salários, a redução dos direitos laborais, a proibição da indexação dos salários aos ganhos de produtividade e aos ajustamentos em relação ao custo de mercados externos. A esse respeito, não se poderia deixar de citar o pronunciamento de Souza (2008, p. 80):

A tendência a se criar o que poderíamos chamar de “fetichismo da economia” – como se o crescimento econômico por si só pudesse resolver problemas como desigualdade excludente e marginalização –, o hábito de se estabelecer clivagens regionais entre partes modernas e tradicionais dentro do país ou ainda as cruzadas populistas contra a corrupção são legitimados por essa suposta herança pré-moderna e personalista, ideias que servem como máscara ideológica contra a articulação teórica e política dos conflitos específicos de classe na periferia.

A globalização neoliberal é um processo multifacetado com dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Portanto, não se pode reduzi-lo unicamente às suas dimensões econômicas, nem a linearidade ou a universalismos, pois agrega um vasto campo de conflitos entre grupos sociais, reorganiza a vida cotidiana, combina consumo de bens materiais, ideias e concepções de mundo, representações midiáticas, estilos de vida. Transforma-se em eixo motriz das construções das identidades e da própria experiência do cotidiano dominada por uma cultura de massa pautada na ideologia consumista, o conceito de consumidor é o substituto do conceito de cidadão/a.

Aquilo que outrora era considerado um critério de inclusão deixa de ser direito e passa a ser a solvência, e acentua e agrava a proliferação do fascismo social.<sup>35</sup> Lembra aqui o que foi dito por Roy (2014), de que a globalização é como uma luz reluzente e brilhante em

---

<sup>35</sup> Santos (2013), na obra intitulada *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, destaca quatro formas de fascismo social: o apartheid: o contratual, o territorial e o financeiro. Esses modos de exclusão são pluralistas, cuja expansão tem colocado em risco a democracia real, transformando-as numa democracia totalitarista, gerando um fosso abissal do espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

poucas pessoas, o resto está na escuridão, apagados. São os não vistos. E na medida que se acostuma a não ver algo, então, vagarosamente, esse algo vai-se esmaecendo do campo de visão, não sendo possível mais vê-lo.<sup>36</sup>

O esvaziamento da proteção social auxilia e é auxiliado pelo princípio da mundialização dos mercados que se sobrepõe ao Estado-Providência, ampliando-se o grau zero de emancipação social. Há nisso, o fortalecimento do Estado-Providência em sintonia direta com as exigências políticas do capitalismo global para o mercado, e o enfraquecimento do bem-estar social, uma vez que as reformas estruturais são transformadas por governabilidade totalmente dominadas pelos interesses do capitalismo global, que naturaliza e trivializa suas práticas a favor dos imperativos transnacionais. Muitos países, dentre eles o Brasil, vivem uma crise do Estado-Providência sem nunca ter sido um Estado-Providência.

Para Santos (2006, 2011), se no passado, a consolidação do Estado-Providência significou a expansão dos direitos sociais, e essa integração trouxe à tona conflitos jurídicos, tais como litígios sobre as relações de trabalho, segurança social, habitação, bens de consumo duradouros, dentre outros; na atualidade, as reformas do Estado impostas pelo Consenso de Washington a partir da 1990, reproduzem em larguíssima escala as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, na medida em que teve como um dos seus objetivos compatibilizar a liberação econômica (o capitalismo) à liberdade política (a democracia).

Subjaz o Consenso de Washington três componentes: o Estado fraco; o consenso da democracia liberal; o consenso do primado do direito e do sistema judicial.<sup>37</sup> A aplicação da teoria política liberal como dispositivos técnicos de governabilidade numa sociedade aberta, assentada no individualismo, na liberdade e na prioridade das exigências do mercado, só fez agravar a relação entre justiça social e as transformações geopolíticas subsidiadas pelo capitalismo globalizado neoliberal (SANTOS, 2003)<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> Ao olhar as micronarrativas pela lente da globalização neoliberal evoca-nos um pensamento da ecologia de trans-escalas, tanto no panorama político quanto acadêmico, que torna perceptível a intensificação das tensões ente o “localismo” e os “globalismos”, e os modos como determinados localismos transformam-se em globalização mundializadas das relações sociais regidas por sistemas de produção econômica, pelas transferências financeiras, pela transnacionalização das informações e imagens dos meios de comunicação social, e ainda, pelo deslocamento em massa de pessoas.

<sup>37</sup> No caso da democracia de alta intensidade, Santos (2003) alerta para os riscos e oportunidades emergentes do conflito entre a globalização hegemônica (voracidade transnacional liberal) e a globalização contra-hegemônica (solidariedade transnacional). E essas reformas são, em sua maioria, seguidas da ideia de que a democracia representativa não é mais suficiente. É preciso outras formas de democracia, a exemplo da democracia participativa, comunitária, demo-diversidade, dentre outras. Tanto a democracia de baixa intensidade quanto a de alta intensidade envolvem a configuração política e institucional de um Estado Pós-Providência nos países centrais e de um Estado Pós-desenvolvimentista.

<sup>38</sup> Para Santos (1994, 2006), a crise e reforma do Estado moderno em dois paradigmas de transformação social: a revolução e o reformismo. O primeiro foi pensado para ser exercido contra o Estado e o segundo para ser exercido pelo Estado, ou seja, ou o Estado é a solução dos problemas, ou sujeito da reforma. O autor questiona

Na contemporaneidade, em virtude dos profundos e complexos processos que envolvem as empresas multinacionais juntamente com os mercados financeiros, as agentes multilaterais do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio são elemento da estrutura institucional transnacional, e concentram um enorme poder econômico, sendo os países semiperiféricos e periféricos os mais sujeitos às imposições internacionais do receituário neoliberal, representadas pelos Estados Unidos da América, a Europa Ocidental e o Japão. A morte do bem-estar social, por parte do Estado-Providência, a precarização da seguridade social ao tempo que fortalece a expansão do capital transnacional, vive-se diferentes versões de democracias limitadas e truncadas, nas quais o Estado de direito e o sistema de justiça desempenham papéis ambíguos e frequentemente contraditórios.

Ao longo da primeira parte deste estudo procurou-se demonstrar as contribuições das epistemologias pós-coloniais, rompendo com o caráter etnocêntrico e androcêntrico da ciência moderna e as consequências analítica advindas delas. Percebeu-se o alerta das feministas pós-colonial, como cuidado como a ideia de femocracia de matriz nortecêntrica, a mesma que tem pressuposto ser a única voz legítima para designar todas as mulheres, e como isso, desperdiça as diversas e ricas experiências do mundo. Abordou-se o sistema sexista como uma emanção do patriarcado e a consequência que acarreta na produção e reprodução da violência contra as mulheres, sobretudo, radicada num sistema ideológico e societal de dominação de um sexo sobre o outro, gravitando numa constelação de poderes, nomeadamente o capitalismo e o colonialismo.

Recorreu-se as Epistemologias do Sul como a ferramenta para se identificar e valorizar uma ecologia de saberes de conhecimentos situados, sexuado, racializados e crítico que utiliza virtuosamente a porosidade da fronteira entre saberes científicos e não-científicos, a emancipação social como plurilógica, polissêmica, polifônica, desafiadora em que as mulheres subalternizadas falam aos ouvidos surdos das ciências, do direito e da sociedade.

---

ainda, se o Estado se constitui como objeto de reforma, quem é sujeito da reforma? Nos países semiperiféricos e periféricos, as reformas do Estado se transformam num produto transnacional de atenção aos interesses da globalização neoliberal, às custas de profundas desigualdades sociais, e do reforçamento da democracia de baixa intensidade.

## **PARTE II**

### **EPISTEMO-METODOLÓGICA DO ESTUDO E AUTORREFLEXIVIDADE**

### **3 A MOLDURA EPISTÊMICA-METODOLÓGICA DO ESTUDO**

O principal objetivo deste capítulo é caracterizar o quadro epistêmico-metodológico da pesquisa, enfatizar o caminho percorrido no terreno da investigação, descrever os procedimentos utilizados na observação do fenômeno, e por fim, apresentar na autorreflexividade o lugar de anúncio da pesquisadora. Trata-se de campo analítico que caminha do geral para o específico, porque o conjunto de questões que suscita são simultaneamente teórica e política, seguem par a par na direção do arcabouço de estudos feministas e pós-colonial, tendo por protagonistas mulheres que têm sido sócio-política, cultural e economicamente postas à sombra das sombras da sociedade brasileira.

Na tessitura da pesquisa, sujeito e objeto canibalizaram-se, emergiram à razão quente. Projeto científico e projeto político indissociáveis, ambos unidimensionaram-se inscritos um no outro, pois, por mais que a ciência exija na feitoria desse texto de instrumento axiológico de validação do seu saber, não se pode negar a dimensão política desse fazer científico, pois, nem os seus procedimentos, nem as análises deles advindas foram neutros.

Reconhece-se, assim, que o conhecimento produzido é parcial e situado. O levantamento das experiências empíricas que dão sentidos à tese foi realizado no período de outubro de 2014 a agosto de 2015, valendo-se de uma abordagem etnográfica, conjugando as entrevistas com as participantes e a iconografia por elas produzidas. Em atenção às exigências éticas que envolvem a pesquisa, a mesma consta da aprovação do Comitê de Ética da Pesquisa Qualitativa, por meio da submissão à Plataforma Brasil, com número CAAE 41410315.1.0000.5541.

#### **3.1 Dimensões da feitura da investigação**

A prática epistêmica-metodológica se orientou por três reflexões julgadas fundamentais, que como bússolas orientaram a direção do olhar e da escuta do fenômeno. Evitou-se com isso, uma ação meramente contemplativa preta de neutralidade, ou distanciamento das coisas do mundo vivido.

A primeira reflexão levou a compreensão de que se tratava de uma pesquisa etnográfica como partilha, um ato educativo construído em comunhão, em reciprocidade de aprendizagens pesquisadora-sujeitos-sujeitos-pesquisadora. Uma das meta-tecnologias adotada refere-se à observação etnográfica, na perspectiva fenomenológica merleau-pontyana, por compreender que, de alguma maneira, o espetáculo visível do mundo carregou uma

pluriantologia, já que no exercício do visível-vidente, o mesmo corpo via, tocava, ouvia e sentia o mundo prisional, mas era também por esse mesmo mundo visível tocado e percebido.

Existiu uma dimensão quiasmática entre o vidente-visível e o visível-vidente. A autora que via não era ela própria estranha ao mundo que olhava, porque quem observava não poderia possuir o visível a não ser sendo por ele possuída, e essa relação articulou o olhar e as coisas. Sentencia Merleau-Ponty (2012, p. 128) que

não há coisas idênticas a si mesmas, que, em seguida se oferecem a quem vê, não há um vidente, primeiro vazio que se abre a elas, mas sim, algo de que não poderíamos aproximar-nos, mais a não ser apalpando-o com o olhar, coisas que poderíamos sonhar ver inteiramente nu.

Ao pensar a etnográfica como o melhor modo de desvelar os estilhaços dos espelhos sociais, ao debruçar no ato de observar e escutar como dimensões que caracterizou essa abordagem, o visível convergiu no vidente que observava e escutava o mundo prisional. O visível foi ao mesmo tempo vidente, um visível que olhava e via o mundo a sua volta, falava sobre si mesmo e suas experiências. Era a membrana que revestia o vidente-visível ao visível vidente, ambos como camadas finas de um mesmo tecido social que recobria o espaço de sociabilidade de confiança mútua.

A ideia de visível-vidente, articulado às Epistemologias do Sul, conduziu a autora a uma proposta de intervenção política e filosófica do conhecimento que visou ampliar os processos pelos quais se constrói o conhecimento, um conhecimento que se propôs a ser criativo e transformador da sociedade. Um conhecimento nascido da vivência em partilha, e principalmente, que visou credibilizar as lutas das mulheres subalternizadas por um sistema de mundo desigual e excludente. Nessa direção, tornou-se fundamental cuidar do narcisismo, que por vezes, caracteriza o olhar das coisas num pensamento abissal da ciência moderna, que fingindo olhar para os fenômenos olha e fala de si mesma.

A segunda reflexão diz respeito ao reconhecimento do papel relevante de se realizar uma “escuta profunda”, nos termos designado por Santos (2010), uma escuta que compreende que escutar vai além de meramente ouvir. Distingue-se da escuta arrogante eurocêntrica que pressupõe um monólogo de um único conhecimento válido e a única voz a ser ouvida, ou ainda quando escuta faz *ouvidos de mercador*<sup>39</sup>. Necessitou-se recorrer à sensibilidade de uma

---

<sup>39</sup> O significado da expressão “ouvidos de mercador” é uma alusão à atitude desse algoz, sempre surdo às súplicas de suas vítimas. Orlando Neves (1992), autor do *Dicionário das Origens das Frases Feitas*, diz que a palavra mercador é uma corruptela de marcador, nome que se dava ao carrasco que marcava os ladrões com ferro em brasa, indiferente aos seus gritos de dor.

escuta profunda como ruptura de um processo de hierarquia e subordinação, que por vezes, caracteriza a relação entre pesquisador e os/as sujeitos/as da pesquisa. Por isso, recorreu-se a uma escuta assentada na razão sensível, exigindo de um lado o silêncio da autora, para a escuta das outras que aqui falam, reconhecendo no silêncio a própria ignorância.

Exercitar o silêncio exigiu desaprender para aprender com outras realidades que se apresentavam, envolvendo assim, uma relação entre aquilo que era dito e a mudez. Nesse caso, a mudez não era apenas o não-dito, mas aquilo que seria dito e não o foi, ou ainda, aquilo que era dito por outros diferentes da autora e não *pela autora*. Tratou-se de uma relação centrada na ideia de cumplicidade subversiva, nascida das intersubjetivas entre sujeitos-sujeitos, porque a ação humana era radicalmente subjetiva, e não poderia ser controlada por nenhuma postura positivista dicotômica entre sujeito-objeto. Sem essa cumplicidade não seria possível a realização deste estudo, porque existiu um limite imposto como regra à pesquisadora, sendo impossibilitado acessar determinados espaços-tempos da prisão, existindo num certo momento um muro que se colocou diante dos seus olhos, cerceando e vedando o olhar.

Registra-se ainda, que na intenção de construir um olhar heurístico das experiências empíricas que dão sentido ao presente estudo, conjugou-se os registros fotográficos produzidos pelas mulheres em condição de reclusão com suas narrativas. Ferramenta esta, que oportunizou a construção de uma iconografia diacrônica e ao mesmo tempo, sincrônica. Isto porque essas imagens não apenas complementam a descrição dos fatos, mas acompanham uma multiplicidade de significações; são elas próprias parte interrelacional daquilo que foi descrito, evocam situações, comportamentos e sentimentos polissêmicos, plurivocais.

Nessa conjuntura, foram essas experiências, mediadas pela escuta profunda, um pensamento pós-abissal no qual essas trajetórias femininas emergiram como uma ruptura dos múltiplos lugares de silenciamentos a que tem sido postas essas mulheres subalternizadas. Pode-se, então, afirmar que a investigação ansiou despatriarcar, descolonizar, ao tempo de não ser extrativista, propondo uma outra geopolítica que vise credibilizar os conhecimentos dos agentes e seus saberes outrora descredibilizados pela ciência e pelo direito, num processo de anunciação de si mesmas.

A terceira reflexão diz respeito à ousadia em se construir uma investigação libertadora, na qual fosse possível as interações entre os saberes científicos e os não científicos, capturados como terreno fértil em que se planta ações de emancipação social de atores sociais, concretos em contextos concretos. Isto foi proposto porque se acreditou na necessidade em se ultrapassar a exclusão epistêmica e a negação ontológica, como uma das dimensões cruciais

de qualquer pesquisa que se propõem contribuir com a justiça social e cognitiva, e isso implicou reconhecer que as mulheres envolvidas na investigação são contemporâneas em igualdades.

Há um desconforto ocasionado pela escuta profunda, pelas experiências, regadas a silêncios não silenciados, por ditos não-ditos, marcados por um ciclo de violências; de outro lado, numa Sociologia das Emergências, há o sonho da liberdade, a utopia que voa nas asas do passarinho, que faz lembrar que a paz é também um processo individual e intersubjetivo de libertação; há os laços de solidariedade trançados na trama da vida cotidiana, os quais recriam saberes nascidos das lutas do sofrimento.

Nesse caso, chama-se atenção a fotografia (Figura 1), produzida por uma das participantes da pesquisa:

Figura 1 – O mensageiro



Fonte: Doralice.

Esse é um Bem-Te-Vi mensageiro. Desde que eu fui pra essa raio, fiquei lá 1 ano e 9 meses, todos os dias ele aparecia cantava pra mim, ficava de asas abertas. Eu comecei a prestar atenção: o dia que ele sentava em frente a cela da pessoa, ele cantava, abria as asinhas, era certeza a pessoa mudava do raio ou iria embora da prisão. Muitas vezes andava até dentro do raio, voava lá, descia, catava alguma coisinha. No meu caso, quando ele voou, e assentou em frente à minha cela e cantou, eu disse assim para ele: - Hoje eu que vou mudar? Daí, no mesmo dia, eu mudei pro raio 03 das trabalhadoras, eu fui pra outra cela. O pássaro, ele tá querendo



falar algo pra nós. Nós é que não damos atenção para o que ele quer passar (Informação verbal).<sup>40</sup>

Além da utopia da liberdade, trazida nas asas de um passarinho, essas mulheres foram capazes de recriarem uma dialogicidade que ensina a aprender com o Sul, a ir para o SUL e a caminhar além dos espaços formais de produção científica, demonstrando que a perda da liberdade se configura como a perda da própria humanidade. Cada uma dessas mulheres simboliza esse passarinho, porque foram elas que permitiram a pesquisadora voar e também a ser a mensageira das suas palavras-mundo, dos seus sonhos de liberdade, da quebra da mudez a que foram postas no interior desse sistema.

E nesse jogo de falas e silêncios, os olhos, os ouvidos, o sentir das mulheres subalternizadas, especialmente as reclusas, transformaram-se na porta de acesso de um mundo intransponível, sendo elas os olhos e ouvidos da autora. Tornou-se obrigatório o silenciar da pesquisadora para aprender a epistemologia do outro, não como cacofonia, mas como vocalidades que reivindicam a sua humanidade no interior de um sistema que as agoniza, e lhes determina a morte na mesma mudez das ovelhas nas mãos de seus matadores, por meio do aniquilamento político de sua defesa. E assim sendo, este estudo não se abstém dos seus compromissos éticos e políticos.

Reforça-se a relevância da tradução intercultural na construção de um diálogo equilibrado e não hierarquizado entre as relações do SUL-NORTE, SUL-SUL<sup>41</sup>, e entre saberes científicos e não-científicos, em que as mulheres subalternas do SUL-global participam reconhecidas como produtoras de diferentes saberes, e que se encontram em diferentes territórios geopolíticos. Valendo-se dessas reflexões, o processo de tradução teve como um dos pressupostos a razão fronteira, e como isso, assumiu-se uma posição de *get betwee*. Dito em outras palavras, a autora competiu intrometer-se, meter-se no meio, valorizando e intensificando uma relação dialógica.

Nessa posição charneira, o ato de conhecer só foi possível na imersão no mundo prisional em comunhão, reencontrando a outra em *nós*, e *nós em outras de nós*, sempre em constante mediação da razão das outras mulheres. Refletir transformou-se num processo dialógico, repleto de subjetividades e intersubjetividades. Tal afirmativa, suscitou a compreensão que o trabalho de tradução envolvia radicalmente o conceito de hermenêutica

<sup>40</sup> Entrevista de Doralice, 2015.

<sup>41</sup> Usar-se-á ao longo do estudo os termos em maiúsculos como alusão à geopolítica epistêmica, política e ontológica propostas pelas Epistemologias do Sul.

diatópica, o mesmo adotado por Santos (2010), que recusa transformar diferentes saberes em desigualdades radicais.

No interior dessas reflexões reside a atenção de que não se pode desconsiderar que a ciência moderna é uma ciência sexista, sendo os dualismos e os reducionismos por ela gerados, polos dominantes associados ao masculino como pressuposto da inferioridade da mulher. Em sua face antropocêntrica, percebe-se a interiorização do sujeito-feminino à custa da sua exteriorização como objeto, desqualificando-as no interior da diversidade das experiências do mundo por via da sua objetivação, transfiguradas numa caricaturização na qual se perde o valor do humano no processo de conhecer.

Levando-se em consideração, os objetivos da pesquisa, e as problematizações iniciais do estudo, as pessoas envolvidas na pesquisa ficaram assim caracterizadas

Tabela 1 - Demonstrativo das pessoas envolvidas na pesquisa

| <b>Pessoas envolvidas</b> | <b>Descrição das envolvidas / atividades que participaram</b>                                                                                                                                                                           |
|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 08                        | Mulheres em condição de detenção participantes da oficina de fotografia                                                                                                                                                                 |
| 02                        | Mulheres em condição de encarceramento, mas que não participaram da oficina de fotografia, cujas narrativas foram suscitadas pelas imagens produzidas por outras mulheres participantes da oficina de fotografia                        |
| 06                        | Mulheres trabalhadoras do sistema prisional do Estado de Mato Grosso, entrevistadas nas trocas de experiências em grupo, por meio da realização de roda de conversas realizada ao final de um turno de trabalho no alojamento da prisão |
| 04                        | Mulheres trabalhadoras do Estado, que ocupam a função de agentes prisionais, ouvidas por meio de entrevistas individuais, fora da prisão e em total sigilo das suas identidades pessoais                                                |
| 20                        | Total de pessoas envolvidas diretamente na pesquisa.                                                                                                                                                                                    |

Quanto à caracterização dos participantes da pesquisa, as mulheres em condição de reclusão têm entre 22 a 75 anos de idade, sendo que entre as 13 participantes, 08 possuem idade entre 22 a 36 anos, apenas duas declaram ter 50 anos de idade, e uma com 75 anos, nominada na prisão como a *Vovozinha do Pó*. Quanto ao grupo etnia-racial, as mulheres se constituem em um conjunto heterogêneo composto de mulheres negras e brancas, sendo que 07 se autodeclararam negras, e as outras 03, brancas. Quanto ao nível de escolarização, 08 possuem Ensino Fundamental Incompleto - tendo em média de 04 a 06 anos de escolarização,

01 possui Ensino Fundamental completo, e apenas 01 das participantes declarou ter Ensino Superior Incompleto.

Quanto à reincidência no sistema prisional, 09 são reincidentes, algumas como elas mesmas dizem “*puxando*”<sup>42</sup> a segunda, a terceira, quarta, a quinta...a sétima cadeia”. A média de permanência de reclusão nessa penitenciária é de 08 a 12 anos. Quanto aos tipos de crimes, 08 dessas mulheres são envolvidas com tráfico de entorpecentes, 02 por homicídio, e 01 por tráfico de entorpecentes, assalto a banco, homicídio e envolvimento com a organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC). Nesse cenário de tragédias sociais, essas mulheres refletem o espelho de outras mulheres brasileiras em condições de reclusão. Foi o que apontou o Relatório do INFOPEN<sup>43</sup> – Mulheres de 2014, o primeiro a ser publicado no Brasil voltado para a categoria de gênero feminino, o qual tratar-se-á no próximo capítulo.

Do outro lado da linha, quanto às mulheres trabalhadoras da penitenciária feminina, constitui-se um corpo heterogêneo, com média de 30 a 52 anos de idade. 06 das participantes declararam possuir entre 08 a 15 anos de experiência profissional, tanto em penitenciária feminina, quanto em masculina; autodeclararam-se negras/ou mulatas. As demais, 04 participantes, declararam possuir entre 02 a 04 anos no exercício da função, tendo experiência apenas em penitenciária feminina e em albergue destinado ao regime do semiaberto; as 04 (quatro) se autodeclararam brancas.

Quanto ao nível de escolarização, todas possuem Ensino Superior Completo, nas áreas do Direito, da Educação (Pedagogia, Letras e História), Serviço Social, Enfermagem e Educação Física, todos com pós-graduação *lato sensu*. Por se tratar de carreiras profissionais de estabilidade, o acesso à carreira profissional se deu por meio da aprovação em concurso público estadual, motivo pelo qual os seus depoimentos, ao longo deste trabalho, serão identificados apenas mulheres trabalhadoras. Necessário ressaltar que as fotos institucionais dispostas ao longo deste trabalho não correspondem a nenhuma das depoentes da pesquisa<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> “Puxando cadeia”, nesse contexto, é o temo utilizado pelas mulheres em condição de reclusão para designar o tempo de comprimento da pena.

<sup>43</sup> INFOPEN é um Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro criado em 2004, e é alimentado por informações fornecidas pelos gestores dos estabelecimentos prisionais das Unidades Federativas subsidiadas das Secretarias Estaduais de Justiça. Vale ressaltar que é uma ferramenta desenvolvida em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), cuja coordenação, acompanhamento, levantamento e sistematização dos dados é de responsabilidade do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), no âmbito do Ministério da Justiça.

<sup>44</sup> Conforme exigido pelo Comitê de Ética da Pesquisa, todas as participantes assinaram o Termo de Livre Consentimento de Participação da Pesquisa. No caso das mulheres em reclusão, há autorização do uso de depoimentos, imagens por elas produzidas com os devidos registros de autoria, e citação do primeiro nome. Também, todas as mulheres em reclusão fotografadas e que constam no corpo do trabalho, autorizam a

### 3.2 A etnografia das emoções: de sujeitos para sujeitos

Como se refere Geertz (1986, p. 6), o trabalho etnográfico tem sido “enredado em um mundo de desigualdades de poder durável e mutável, e continua a estar envolvido nesse mundo, mas, seu papel nestas relações de poder é complexo, muitas vezes, ambivalentes, e potencialmente contra-hegemônica”. A etnográfica, tanto quanto a ciência que lhe deu origem - nesse caso a Antropologia, carrega uma dupla ambiguidade, de um lado emergiu como relacionada aos estudos denominados “povos primitivos”, refletindo um olhar colonial desses povos. De outro, ao tempo em que foi dado a conhecer os valores e culturas de outras sociedades de matriz não-eurocêntrica, uma entre outras áreas científicas, permite questionar a razão metonímica monocultural de caráter civilizatório da modernidade.

E a prática da observação etnográfica como recurso metodológico, predominantemente de abordagem sócio-antropológica, em certa medida, carregou uma dupla tensão matricial. Se de um lado, para captar as experiências empíricas do mundo investigado, transformou-o em artefatos sócio-políticos, de outro lado, constitui-se numa posição fronteira situada entre a antologia e a epistemologia. Essa ambivalência fundiu-se como um processo que, por sua vez, manteve-se numa tensão temporal entre a memória e a invenção, e entre a descrição e imaginação.

E assim sendo, os registros das observações se configuraram como um texto social que não era apenas escrito em segunda mão, na condição de forasteira da autora, mas era também uma escrita que recorreu à memória do fato vivido, conjugando a memória da reconstrução e a memória diluída. Santos (2014) compreendeu esses dois extremos como sendo, ao mesmo tempo, um só lugar do qual recorreu-se para exilar a escrita, ou melhor, na reescrita das observações, porque compreendeu-se que “a memória estava cheia de buracos escuros que as asas da imaginação sobrevoam” (SANTOS, 2014, p. 97).

E no caso deste texto, que foi constituído por um conjunto de referências que se apresentam numa narrativa científica, não se tratou de uma descrição meramente simplista, carregada de verdades ou falsidades discursivas, como tampouco correspondeu a uma monocultura do tempo linear. Pelo contrário, configurou-se numa arena de tensão entre aquilo que era factual da descrição e a cientificidade que o caracterizou. Por isso, ao se ler este texto, alerta-se à perceptível da presciência da incompletude, porque o factual não se esgota em si

mesmo, e além disso, alguns vezes, há omissão de fatos em detrimento da relevância de outros julgados preponderantes a temática em tese.

Ainda na grafia etnográfica da dialética temporal, considerando que embora escrita no presente, ao reescrever os eventos, os diálogos, as observações, as impressões, fatalmente rememorou-os. O que fez interpretar na cadência da pesquisa como uma descrição cíclica, recursiva, um movimento envolvido no constructo do passado e presente contínuo. Sustenta-se o argumento da recursividade temporal na escrita dos registros das observações do fenômeno, citando Santos (2014, p. 105):

No interior do processo científico, o tempo pessoal do cientista não é uma sequência homogênea; é antes intrinsecamente irregular e incoerente, e isso se reflete no seu desenvolvimento científico. Assim, a formação científica é descontínua tanto no momento em que ocorrem como no momento em que é recordado.

Chama-se atenção, que nos registros das observações empíricas existiu uma fluidez do tempo, que ao reescrevê-los, chocaram-se e se confrontam o tempo pessoal da pesquisadora e a escala dos fenômenos observados. Desta feita, a produção desse texto, teve como desafio a necessidade de reconhecer: a) a cadência do processo cognitivo e epistêmico dos sujeitos cognoscentes; b) o ritmo dialógico com a fluidez do tempo e das memórias; c) a dimensão cíclica do observado alimentado de recursividade, que por vezes, eram regidos por alterações de intervalos regulares e irregulares; d) os saberes de quem traduziu (autora) quanto os das constelações da narrativa (emergências) alimentam-se mutualmente. Existiu, portanto, na tessitura da tese, uma constelação de pluralismos de tempos e durações que não se trancam em si mesmo, nem numa memória de eventos únicos, mas existiu muito de uma memória bergsonianiana das coisas em constante transformação, a mesma que fala Bosi (2003).

Assim, assume-se a própria incompletude, admitindo que por vezes omitiu-se fatos ou errou-se datas, mas não foi possível jamais, enganar-se com aquilo que se viu, ouviu ou sentiu. Foram esses os temas principais em que se assentou os registros da escala dos fenômenos observados. E sendo assim, ao rememorar, evocou uma meta-narrativa que perdurou na memória depois dos intervalos mais ou menos longos dos registros originários do diário de campo, uma vez que “o tempo vivido só é temporal depois de vivido. Enquanto se vive é espaço sem tempo” (SANTOS, 2014, p. 173).

Assegura-se que o efeito do rememorar em nada modificou a ocorrência dos fatos, mas assumiu-se que do ponto de vista do analítico das coisas, essa fluidez torna-se crucial. Nesse momento, parece oportuno esclarecer que não apenas neste capítulo, como também nos por

vir, as notas de registro de campo serão feitas na forma de “episódios”<sup>45</sup>, algumas vezes seguidos de iconografias fotográficas, ora de autoria da autora, outras vezes de domínio público.

Crê-se que o/a leitor/a perceberá ao longo do estudo, três vozes: a da autora na forma de episódios, a das mulheres reclusas com suas trajetórias de vida, sua iconografia de dentro, permitindo acessar o inacessível, e ainda, as vozes das mulheres trabalhadoras, por vezes silenciadas e emudecidas no interior do sistema prisional.

Nessa altura, começa-se pela via dos episódios das anotações da vivência etnográfica a aproximação com os caminhos percorridos do mundo vivido da pesquisa:

#### Episódio 1 - A inserção no terreno da pesquisa: do formalismo à realidade

Cumprindo as formalidades que precedeu a pesquisa, reuni conjuntamente, com o então Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso, Secretário Adjunto do sistema penitenciário, a fim de apresentar o projeto de pesquisa do doutoramento e solicitar a formalização da autorização e respaldo institucional no âmbito da penitenciária. Assinadas as autorizações, a pedido do Secretário Adjunto do Sistema Penitenciário marcou-se uma reunião com a nova diretora da penitenciária. Dentre os objetivos constavam a minha apresentação na condição de pesquisadora, o respaldo institucional do projeto de estudo pelo então Secretário Chefe de Estado, conjuntamente com o Secretário Adjunto do Sistema Penitenciário.

Além de ficar autorizado para fins da pesquisa, o uso de equipamentos fotográficos e de filmagens, desde que não colocassem em risco de segurança a mim ou as demais pessoas da prisão (profissionais e reeducandas), e mantendo sempre a atenção às devidas autorizações das pessoas participantes da pesquisa. O secretário adjunto recomendou à nova diretora da penitenciária a formalização de um documento ofício informando meus dados pessoais e acadêmicos, para ser protocolado na sessão de revisória (entrada da prisão), e que também deveria informar aos servidores o porquê da minha presença na unidade, e o acesso irrestrito à prisão, inclusive com uso de equipamentos de áudio, imagens e filmagem.<sup>46</sup>

Ainda durante a reunião, após finalizados os esclarecimentos a respeito da minha presença na unidade prisional, a diretora me convidou a participar da comemoração do dia das crianças, atividade a ser realizada no interior da prisão no mês de outubro. A equipe pedagógica-administrativa da unidade já dispunha de presentes arrecadados (Figura 2) para serem distribuídos às crianças no domingo de visita que antecedia o feriado nacional do dia de Nossa Senhora Aparecida, dia em que também é comemorado o dia das crianças. Para o dia comemorativo, já dispunham de doação de um carrinho de pipoca e algodão doce, faltando apenas os picolés (Figura 3). Como forma de apoio e interação, achei conveniente doar às crianças os 500 picolés. A diretora me explicou que nas proximidades da prisão, havia uma série de microempresas de fabricação de sorvetes e picolés, e que logo que eu os contratasse deveria contata-la para autorização da entrada do carrinho de picolés.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> Nos episódios, por uma questão de aproximação narrativa, será utilizada a 1ª pessoa do singular.

<sup>46</sup> É importante destacar que nem o documento nem os procedimentos sugeridos foram adotados pela direção da penitenciária; hoje percebo que a penitenciária é um espaço de disputas de poder.

<sup>47</sup> Registro de campo da pesquisadora.

Figura 2 – Brinquedos



Fonte: Registro da autora.

Figura 3 – Doces



Fonte: Registro da autora.

### Episódio 2 - A incursão no campo da pesquisa: o dia tão esperado

Chegou o dia tão esperado! Na entrada, o clima de tensão institucional era substituído pela movimentação dos preparativos da festividade na unidade. No corredor de acesso aos chamados “raios”, que são as alas de detenção, encontram-se os carinhos de algodão doce, pipocas e picolé, prontos a serem distribuídos às crianças. Na entrada do longo corredor de acesso que liga as dependências destinadas às reclusas, têm-se brinquedos: alguns carrinhos e sacos de brinquedos ao lado do carrinho de pipocas, algodão doce e picolé, denunciando que a infância recolocaria, ainda que por breves instantes, a vida extra-muro nos braços daquelas mulheres privadas de liberdade.

Descubro, “bisbilhotando” as dependências administrativas, uma sala repleta de brinquedos arrecadados como doação, que na saída das visitas seriam entregues às crianças. Aproveito e me ofereço para ajudar nos embrulhamentos dos presentes, conjuntamente com as professoras da rede pública responsáveis por turmas de Ensino Fundamental destinado à continuidade dos processos de escolarização das mulheres em situação de reclusão.

No horário destinado ao início das visitas, observo a entrada de algumas crianças (figuras 4 e 5) e adolescentes, que acompanhadas, começam a povoar os corredores da penitenciária.

A precarização das roupas limpas e surradas, os sapatos desgastados, por vezes apenas chinelo de dedos, a negritude estampada na pele e nos cabelos crespos dão a dimensão de uma desigualdade de classe, de raça, de gênero, e o lugar social de onde eles vêm; os(as) visitantes expressam um contínuo processo de reprodução da miséria humana no interior da prisão, e de quem já muito cedo, e de gerações a gerações, convivem com a violência como processo civilizatório-colonialista de classificação social. Muito do que essas fotografias expressam é também o quadro da realidade social nua, crua e dura. Quisera que esses filhos e filhas não tivessem o dia das crianças “comemorado” no interior dessa prisão, mas este é o mundo possível àqueles para quem o mundo necessário ainda é um mundo utópico. Entretanto, a utopia, para muitas dessas mães e crianças, por vezes, é ter uma breve acolhida de quem é carne de sua carne, sangue do seu sangue, vida da sua vida.

Figura 4 – As visitas



Fonte: Registro da autora.

Figura 5 – A visita



Fonte: Registro da autora.

Comecei a circular com a diretora pelos corredores de acesso aos raios. Aproximo-me da grade e observo a cena teatral (Figura 6) encenada por membros da Igreja Evangélica. Uma das personagens simbolizava uma criança, uma garotinha, segurando um revólver de brinquedo, simulando um assalto, leva um tiro e morre. Durante o suposto assalto, ao lado da criança infratora, está um personagem “demoníaco” que a incentivava ao roubo e ao vício. Garrafas vazias de cerveja ilustram a cena (Figura 7). Do outro lado, as mulheres, algumas sentadas no chão, outras sentadas num banco de madeira próximo à parede rabiscada, assistem o triste espetáculo. A criança caída ao chão, supostamente morta, quando outro personagem angelical se aproxima e a resgata para o mundo espiritual. A encenação é apresentada em todos os raios.

Figura 6 – O teatro



Fonte: Registro da autora.

Figura 7 – Espetáculo teatral



Fonte: Registro da autora.

Em outros raios, os cânticos religiosos anunciam a maciça presença das congregações evangélicas, celebrações de cultos e teatros realizar-se-iam em todos os raios (Figura 8). Os



rostos, o descuido dos cabelos, o corpo que denunciavam uma juventude e beleza outrora perdidas pelas condições do encarceramento, os choros, os desmaios, os gritos durante a celebração, a desapropriação de si foram para mim tão assustadores quanto o teatro; mais parecia uma cerimônia de “exorcismos”, dessas que se assiste nos filmes de terror: mão na cabeça, pessoas caindo ao chão, pulos e gritos “obreiros e pastora” expulsando os “demônios” do corpo daquelas mulheres.

Figura 8 – A religião



Fonte: Registro da autora.

A viscosidade, impregnância invisível da cena em mim, teve seus efeitos, ao observar a cena comecei a pensar que a fé é algo ambivalente, pois está associada às coisas sombrias, misteriosas, aterradoras, como se todas as mulheres ali presentes estivessem totalmente à mercê de um poder divino, de um juiz supremo, masculino, severo e punitivo. Da cena, brota em mim um pensamento limite, uma tensão entre o medo e a esperança; a religião era algo a se mover entre os limites das “luzes” e da loucura. Pensei no profundo do meu silêncio, de que Deus poderia exigir de mim o que quisesse, obrigar-me também a confessar as minhas baixezas mais profundas, ou então, se eu fosse desobediente, teria de declarar que toda religião em mim seria uma ilusão, por isso, negaria o sentido da vida. Nisso parecia mover-me entre os limites da minha própria loucura.

Saio dos meus devaneios, quase um pesadelo de olhos abertos, e vejo saltando diante dos meus olhos, de um lado, as “celebrações religiosas”; de outro, exprimidas nos pequenos espaços livres que lhes restam, crianças e mães tentam conversar e acalorar a saudade amarradas na quentura de um abraço. As cenas do dia observadas me levam a perceber e a questionar: “são essas as vidas possíveis dessas mulheres, crianças, familiares ante a imposição do controle a elas impostas?”. As estratégias de controle, corpos-violência, corpos-exclusão, corpos-confinados, corpos-violentados são os miseráveis de um sistema que confina e converte diferentes em diferenças!

Diante do quadro da realidade social nua e crua que se apresenta diante de meus olhos, imagino se isso seria uma realidade possível num presídio masculino? E nisso residiu o pensamento de que quem melhor dirá ser esta prisão são aqueles que nela habitam. Durante o

retorna à minha casa, o medo a me espreitar já dava sinais de que fazer o trabalho de observação de campo não seria nada fácil. Um misto de excitação e medo me toma.<sup>48</sup>

### 3.2.1 Sociologia das Emergências: um olhar fotográfico

As primeiras incursões no campo de pesquisa sinalizavam na direção de propor a realização de um curso de fotografia por duas razões: a primeira era de caráter pedagógico de aproximação e integração com o grupo de participantes, mas também por fomentar uma formação educativa pós-saída da prisão, considerando que os conhecimentos apreendidos poderiam suscitar novos aperfeiçoamentos, inclusive com renda. Até porque, dada as exclusões radicais em que vivem essas mulheres dentro e fora da prisão, dificilmente teriam oportunidade de acesso a um curso dessa natureza.

A segunda, e talvez a mais inovadora, foi ter percebido a perspectiva contra-hegemônica das imagens por elas produzidas, com a possibilidade da emergência dos silenciamentos e daquilo que foi produzido como ausência. A capilaridade da iconográfica produzida metamorfoseou-se num instrumento de transgressão, rompendo como uma linguagem oficial colonial violenta, a qual o pensamento único da ciência moderna tem se servido para designar os/as oprimidos/as naquilo que não são. Na perspectiva da Ecologia de Saberes visibilizou-se o sujeito cognoscente da pesquisa, cujos saberes demonstram uma semântica de diferença e igualdade social, tecidas numa complexa teia de ambiguidades de diferenciação e de reconhecimento.

Sobretudo, centrou-se na ideia de que os povos colonizados, os não-ouvidos, não-vistos e mal-interpretados pudessem adentrar a tribuna política, econômica, cultural, científica usando suas próprias máscaras, falando suas próprias palavras. E no caso da mulher, isso se desvela de forma ainda mais contundente. É o que enfatiza Spivack (2010, p. 82) quando escreve que “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno – não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais na profundamente obscuridade”.

A metáfora do mito da Medusa parece apropriado para ilustrar como essas experiências distintas, únicas e situadas refletem as imagens das práticas, dos discursos, das rotinas que sustentam a vida na sociedade brasileira, uma sociedade que espelha o quanto é ela própria aterrorizada pelo seu próprio horror. O mundo da prisão feminina, representado por essas mulheres, coloca *nós outros* diante de um espelho, e o *nosso* reflexo revela muito daquilo que não se quer saber sobre *nós mesmos*. Transpor esses espelhos sociais configurou-

---

<sup>48</sup> Registros de campo da pesquisadora.

se como olhar nos olhos da Medusa, a refletir a *nossa* própria monstruosidade trivializada, naturalizada, brutalizada em *nós sobre os outros de nós*.

Olhar essa realidade sem petrificar-se só foi possível pela estratégia cínica dos usos dos escudos sociais, porque a petrificação é inevitável. “Perante a estátua, a sociedade pode, quando muito, imaginar-se como foi ou, pelo contrário, como nunca foi. Deixa, no entanto, de ver nela uma imagem credível do que imagina ser quando olha” (SANTOS, 2011, p. 48). Mas na condição de quem também olhava e era afetada por ela, preferiu-se olha-la na ótica do inconformismo, e na revolta ante a desumanização do outro, olhou-se a prisão pela via do espelho de Olorum<sup>49</sup>.

O curso de fotografia converteu-se no espelho de Olorum, permitindo captar o reflexo de um mundo estilhaçado, um fragmento da infinitude do pensar o mundo, um mundo como a exterioridade-“em-nós”, repleto de múltiplas formas de resistência na formidável capacidade que tiveram/tem aquelas mulheres de sobreviverem à dor, ao abandono, à todas as abissalidade que as espreitam.

A penitenciária feminina, como instituição total que é, adensa as formas de opressão social, mas, a partir das margens, percebeu-se que pode ser também um espaço de reconstrução, nas formas de vida possível, de alguma paz para experienciarem como humanas. E é na prisão o meio pelo qual acessam alguns direitos, outrora negados a elas, ainda que precariamente, incluído a educação e a saúde. Um dos exemplos tratou-se do próprio curso de fotografia, um curso ao qual, fora dos muros penitenciários, dificilmente elas teriam acesso. As vidas aprisionadas, que aqui falam, revelaram através da fotografia como reconstroem no cotidiano a possibilidade de representarem um mundo como sendo delas.

Assim, cumprindo os desígnios formais, implicados nesse processo de construção das experiências empíricas do terreno de pesquisa, assinala-se que no primeiro dia de aula da oficina de fotografia constaram 03 agentes - duas do sexo feminina e um do sexo masculino, e 11 mulheres privadas de liberdade. A escolha das últimas ocorreu tendo por critério fundamental a distribuição de duas participantes por raios<sup>50</sup>, configurando 10 participantes, e um banco de reserva de uma por raio. Ao longo deste estudo, consta a produção iconográfica de 08 participantes da oficina de fotografia, porque duas delas não concluíram o curso, sendo

---

<sup>49</sup> A palavra Olorum é de origem yorubá, é uma contração de Olodumaré (senhor supremo do destino). *Olo* significa senhor e *Orum* o além, o alto, o céu.

<sup>50</sup> Termo utilizado na penitenciária para designar as disposições das alas internas destinadas à contenção das reclusas, sendo o espaço de distribuição das celas, ou usando a linguagem da prisão, dos cubículos. Descrever-se-á nos próximos capítulos esses espaços.

uma por castigo (conforme relata-se em um dos episódios a seguir) e outra por remoção da penitenciária para uma prisão do interior.

Apresentou-se previamente à direção da penitenciária, o projeto do curso de fotografia, prevendo-se um cronograma de execução, a carga horária com total de 40 horas/aulas distribuídas em 16 horas/aulas teóricas e 24 horas/aulas práticas. A turma foi composta por 10 participantes, tendo em vista o contexto institucional de privação de liberdade, que não permitiu um número superior de reclusas por turma.

Sintetiza-se o curso em quatro momentos:

- a) primeiro, a definição do enfoque teórico do curso, cuja ementa contemplava: a história da fotografia; a fotografia como linguagem, expressão, sentimento de uma realidade a ser retratada; fotografias e seus contextos; fotografias premiadas; as técnicas básicas de fotografar; como evitar os principais erros na captura das imagens; a validade do conhecimento do menu das máquinas; atividade prática de fotografar; avaliação coletiva e individual das imagens capturadas;
- b) segundo, a produção das imagens tinha por critério o tema da vida cotidiana na prisão, os modos como cada um olhava a penitenciária. Cada participante poderia eleger um tema ou produzir livremente a partir da temática central. Nesse momento, entregou-se para cada aluna uma máquina fotográfica e um caderno destinado a registrar as impressões das imagens, as memórias, os sentidos;
- c) terceiro, o momento visava contemplar a apresentação de cinco fotos escolhidas de cada participante para a turma, seguindo da leitura dos registros do caderno de campo. Essa fase da leitura não foi possível porque os cadernos foram confiscados pela direção e equipe de disciplina.<sup>51</sup>
- d) quarto, as entrevistas individuais com a pesquisadora, com gravação de áudio e imagem a respeito das fotos produzidas.

Quanto ao equipamento de uso no momento da prática educativa, foram distribuídas 10 máquinas fotográficas, devidamente identificadas pela equipe diretora de segurança disciplinar, adotando-se os seguintes procedimentos institucionais:

---

<sup>51</sup> Essa função liga-se na estrutura organizacional da penitenciária ao corpo administrativo e diretivo, e ao apoio pedagógico em cumprir a responsabilidade por coordenar os trabalhos da equipe dos plantões da contenção feminina. Relaciona-se diretamente às questões de segurança, disciplinando todas as infrações cometidas pelas detentas no interior da prisão.

- a) todas as máquinas e pentes de memória foram identificadas por um número;
- b) os cabos de carregamento da carga de bateria ficaram a cargo da equipe de segurança (chefe da disciplina), responsável por carregar as máquinas sempre que as alunas precisassem (obviamente, também fiscalizaria todos as fotos antes mesmo que a pesquisadora tivesse acesso a elas);
- c) as alunas assinaram um termo de compromisso, responsabilizando-se pelo uso das máquinas e ficando terminantemente proibido: fazerem uso de imagens não autorizadas dos colegas do raio; fotografarem áreas externas da prisão, ou funcionários; fazerem uso indevido das máquinas; qualquer infração do termo acarretaria medida disciplinar e ou confisco das máquinas. Também ficou estabelecido que, ao término do curso, essas máquinas ficariam guardadas no cofre da penitenciária e seriam doadas a cada uma das participantes quando saíssem da unidade. A entrega foi realizada em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica.

Com vista a formulação holística do processo, descreve-se na forma de episódio<sup>52</sup> alguns dos momentos considerados significativos no curso de fotografia:

### Episódio 3: A ecologia de saberes num curso de fotografia

Realizei a escolha das participantes do Curso conjuntamente com a coordenadora pedagógica da unidade; ela propôs que a escolha das alunas fosse feita por meio de uma redação, na qual cada uma das interessadas deveria dizer porque gostaria de fazer o Curso.

Consegui acordar que, para a formação da turma, gostaria de ofertar duas vagas para cada raio, ficando, assim, em cada raio, uma participante na condição de suplente. Durante a seleção para o Curso, tive a oportunidade de entrar no raio 04 (o suposto raio onde ficam as mulheres que praticaram crimes ligados à facção criminosa do Primeiro Comando da Capital (PCC)), e no raio 03, que é o “raio das trabalhadoras”<sup>53</sup>.

Embora o critério fosse a prova escrita, após recolher as redações, conjuntamente com a coordenação pedagógica, busquei saber um pouco de cada uma das alunas inicialmente selecionadas (Figura 9). A coordenação sempre que tinha dúvidas a respeito de alguma das alunas, buscava informações no sistema online das fichas cadastrais delas.

Três em especial me chamaram atenção: a primeira delas, Dayana Cleycei, que durante a ida aos raios confidenciou que se tal como os cursos ofertados pelo SENAI, este exigisse o documento de identidade, não poderia fazê-lo, motivo pelo qual nunca tivera oportunidade de fazer os cursos. Atenta à fala da Dayana, durante a seleção procurei inseri-la na turma. Um outro fator de ela ser escolhida por mim, se deve ao fato de ela ser negra, embora esse não fosse inicialmente o viés da tese, mas, considerando que o racismo presente

<sup>52</sup> Os episódios, como já dito, estão sendo narrados em 1ª pessoa do singular.

<sup>53</sup> Ambos os raios descreverei mais adiante ao tratar da caracterização da unidade prisional.

na sociedade brasileira se caracteriza por ser uma das faces perversas do colonialismo e da exclusão societal, tal seleção contribuirá à elucidação ao objeto de estudo.

Outra a chamar minha atenção foi a Janis, que era uma das meninas do raio das trabalhadoras. Os seus trejeitos corporais, denunciando sua homoafetividade, e as suas tatuagens corporais me chamaram atenção para tentar perceber se essas tatuagens tinham alguma significação com os códigos da cadeia ou com os tipos de crimes praticados. Procurei durante a verificação da sua redação, e em conjunto com a coordenação pedagógica, saber mais a respeito dela. Janis é homossexual, e requereu do juiz da vara de execução penal, o termo de união estável com a Anaelisa, outra reclusa que trabalha no salão de beleza!

Figura 9 – As participantes



Fonte: Registro da autora.

Descobri que Janis manteve em tempos passados relacionamento afetivo e sexual com um agente penitenciária, a mesma que cuida da filha dela desde que nasceu. A criança tem atualmente 04 anos, o mesmo tempo que ela não vê a filha!

No caso de D. Doralice, embora a sua escrita revelasse poucos anos de escolaridade, a sua história de vida era dramática. Descubro que os motivos que a levaram para a prisão é respeitado tanto pelas reclusas como por algumas trabalhadoras da prisão. Sua condenação foi por homicídio de um dos criminosos que assassinou seus filhos e o marido. Durante o curso poderia saber mais a respeito da sua história de vida.

A seleção das demais participantes atendeu aos critérios de representarem cada qual o raio de origem. Além disso, durante o recolhimento das “redações”, procurei conversar e perceber a vontade demonstrada por elas em fazer o curso. Os critérios a mim fundamentais da escolha para a oficina de fotografia foram o interesse das participantes com o curso; a escolha considerando as categorias sociais de grupo étnico, identidade sexual, diversidade geracional; serem duas representantes de cada um dos 5 raios, pois com isso, garantiria uma percepção global dos diferentes espaços da penitenciária e dos diferentes grupos socioculturais. Fiz algumas notas nos textos recebidos para que eu pudesse identifica-las posteriormente. Procurei constituir um grupo heterogêneo, considerando a dimensão espacial

(localização dos raios), idade, etnia, sexualidade por crer que favoreceria a percepção de diferentes olhares a respeito de uma mesma realidade.<sup>54</sup>

#### Episódio 4 - A solidariedade na pesquisa

Um outro fato precisa ser destacado, durante o primeiro encontro com a turma, já observei o estado de “guerra”, o mesmo que separa a linha abissal entre as mulheres em condição de reclusão e as/os trabalhadoras/os da prisão. Os cochichos, as trocas de sinais entre olhares, os sussurros dão o ar da conspiração que circulava por ali. “Há inimigos entre nós!”, dizia uma delas às reclusas. Mais tarde descobri que grande parte das participantes (detentas) fazem leitura labial. A leitura labial é uma das estratégias utilizadas para obter informações, é uma forma de resistência, e isso as ajuda a perceber as conversas entre os agentes, e antecipando ações das agentes prisionais nos raios e nas celas, especialmente em dia de “bacu”<sup>55</sup>.

Com o prolongamento da participação no campo de pesquisa, descobri que as/os agentes penitenciárias/os presentes no primeiro dia de aula do curso de fotografia, participavam para garantir a segurança da turma, já que ali se encontravam juntas mulheres de todos os raios, inclusive o chamado raio do seguro. Sendo também que há rivalidade entre as detentas, especialmente por não tolerarem os tipos de crimes praticados pelas mulheres que se encontram no espaço do raio do “seguro” (falarei disso mais adiante). Daí a necessidade da presença masculina. Essas agentes têm aproximadamente 8 a 10 anos de atuação no sistema penitenciário e são mais afeitas à mediação do conflito pelo diálogo do que pela força.

Acredito que o tema da fotografia, a dinâmica da aula assentada no clima de ludicidade favoreceu a interação entre todas (os) durante as aulas (Figura 10), sem jamais ter tido quaisquer incidentes entre elas, ou entre elas conosco, os professores do curso. O nível de autonomia das alunas, somadas ao desinteresse das agentes penitenciárias em participarem do Curso, transformaram as mulheres encarceradas nas únicas alunas do curso de fotografia, até porque me pediram no segundo dia de aula, quando não se tinha agentes na sala de aula, que não gostariam de realizar o Curso junto com as agentes penitenciária, decisão por mim respeitada.

Figura 10 – O curso



Fonte: Registro de Ereneide, participante do curso.

<sup>54</sup> Registro de campo da pesquisadora.

<sup>55</sup> “Bacu” é o termo utilizado pelas reclusas para designar a ação das agentes penitenciárias ao entrarem nos raios e nas celas e revirarem tudo, jogando utensílios, produtos, objetos das reclusas a procura de materiais ilícitos como drogas, celulares e objetos que possam ferir outras pessoas.

Descrever alguns dos momentos do curso de fotografia configura como o reencontro com cada uma das meninas que compartilharam um pouco das suas vidas com a pesquisa. A começar pelo espaço físico da sala de aula, com suas paredes pintadas de branco, a cor quase não se via, pois refletiam sujeiras de poeiras, mofo indicando infiltrações em todo lado esquerdo, e o mesmo também ocorria do lado externo, que dava acesso a um corredor, onde outrora era parte de uma horta.

Mas o que mais denunciavam aquelas paredes e lhe conferiam uma característica peculiar, eram as frases. Palavras descritas em cores fortes como o vermelho, azul e preto: frases de revolta, declaração de amor, religiosas, palavras em letras grandes, em letras pequenas, desenhos infantilizados, como por exemplo “Deus tudo vê, tudo sabe”; “só Deus salva”, “amor to com saudades”. A disposição das cadeiras estilo “universitária”, os bancos de madeira dispostos ao fundo da sala, e ao longo da parede, abaixo dos enormes ventiladores, que ao serem ligados, ecoava um som ensurdecedor. Um pequeno bebedouro ao lado da janela era a alegria das alunas, já que ali, elas poderiam ao menos beber água refrigerada, o que numa cidade como Cuiabá, onde diariamente a temperatura varia entre 39 a 49 graus, é um verdadeiro oásis (Figura 11).

Figura 11 – A alegria



Fonte: Registro de Ereneide, participante do curso.

Os restos de comida de dias anteriores, apodrecidos sobre as mesas e cadeiras, somadas ao mal cheiro das fezes que exalavam do vaso sanitário do banheiro, deixariam qualquer sanitarista de cabelo em pé! Para ir ao banheiro tínhamos de atravessar uma pequena sala anexa à sala de aula. Essas eram as condições de insalubridade que professores e participantes do curso eram expostos cotidianamente. A indignação de uma das alunas, próxima à grade da sala de aula, que começou a gritar com as agentes penitenciárias do corredor, não passou despercebida, “Dona agente! Nós queremos um saco de lixo, uma vassoura pra limpar isso aqui! Vocês não têm respeito nem pela professora e o professor! Olha como está esta sala? Cheia de lixo, sujeira, aquele banheiro podre de merda! Que vocês não respeitam a gente, isso a gente já sabe! Mas respeite pelo menos os professores! Olha professora, isso é pra senhora ver, eles não tem respeito nem com a senhora! Imagina o que fazem com nós!”.

Mas, meses depois, durante a “aula inaugural” do ano letivo, em que se fizeram presente o secretário chefe de estado e o secretário adjunto, quando já se tinha encerrado o curso de fotografia, a sala estava impecavelmente limpa, encerada, cheirando a “bom ar”. Motivo que fez uma das meninas que participou do curso, ficar revoltada e gritar no corredor



enquanto descia algemada para falar com o seu advogado. Ao esperar em pé no corredor no salão externo à sala, e ao me ver sentada em uma das cadeiras do corredor a observar a rotina, ela gritou que as “policiais eram muito cínicas mesma, até pintaram a sala de aula, limpam e tudo! Porque não deixam a sujeira? Sujeira pra vocês mostrarem como tratam os professores e os alunos? Agora querem fazer de conta que tratam bem a gente!”.

Aos gritos, ela caminha no corredor até o “parlatório”. Essas cenas, repletas de um vitalismo, ainda são frequentes ali. Para além do espaço-formal, criou-se um espaço repleto de afetos, cumplicidades, por vezes indignação das alunas frente à deteriorização do espaço-formal, a solidariedade na hora do lanche, as lembranças dos pequenos conflitos entre as alunas do curso, como fazem qualquer aluno/a em sala de aula, o som da água que caía de um cano enorme acima do vaso no banheiro, sempre no mesmo horário e que funcionava como uma ampulheta, a nos dizer que o final do encontro se aproximava.

Além disso, a aceitação do curso, a repercussão entre os diretores de outras penitenciárias, a respeito da participação e do comportamento “exemplar” das alunas ávidas por aprendizagem, sendo inclusive pauta de comentários entre as/os funcionárias/os da penitenciária que afirmaram nunca terem visto um curso nessa penitenciária em que essas alunas se comportassem tão bem como nas aulas de fotografia. Observavam que não escutavam gritaria delas, ou vai e vem delas na sala de aula durante as explicações, nem idas ao banheiro toda a aula, como costumeiramente se via em outros momentos! Observações que ecoaram no curso de qualificação dos agentes proposto pela secretaria de justiça.

O carinho entre alunas e professores, o interesse pelo uso da câmera, os cuidados com a “segurança”, a posterior leitura das imagens e como as imagens por elas produzidas direcionaram o olhar a respeito do trabalho de campo, transformou-se numa parceria repleta de sentimento e vitalismo indescritível. Um deles carrega a força dos laços da solidariedade e da proteção institucional de quem está do outro lado da linha abissal, mas em posição de poder. Explico. Durante o curso, uma das alunas, “supostamente” ligada ao grupo do PCC, enquanto aguardávamos sua subida para a cela no retorno da aula, confidencia que para a minha pesquisa, ela já avisara a todas do seu raio, que se eu quisesse conversar, que falaria comigo! Elas todas queriam conversar comigo. Essas experiências do vivido carregam um vitalismo que as palavras escritas não são capazes de dar o testemunho da força dessa realidade em toda sua plenitude. Em meus devaneios, lembro de Geertz, quando escreveu que mais difícil do que enfrentar esta realidade, é enfrentar as páginas a descrevê-la!<sup>56</sup>

### Episódio 5 – Percalços: o castigo, a violência implícita

O curso, com a entrega das máquinas, sofreu, na sutileza, uma série de dificuldades de percurso. Uma delas foi o caso de uma das alunas selecionadas para o curso ter ido para o “castigo”, sendo excluída pela chefe da disciplina da turma, não podendo terminar as aulas práticas. Era uma das melhores alunas, muito participativa, demonstrou na seleção uma excelente redação. Porém, os reais motivos da sua suspensão nunca me informaram oficialmente. Como de costume, a equipe de plantão de posse da lista de chamada das alunas procedia diariamente a retirada das alunas por raio, e nesse dia, a aluna não desceu para aula. Preocupada, perguntei a uma das colegas, porque a Val não desceu hoje do raio, mas nenhuma das alunas sabia ou quisera informar.

Após a aula, uma das agentes me informou que a aluna estava de castigo na triagem<sup>57</sup>. Disse-me a trabalhadora, que era por causa de entrada de celular, sendo que a máquina fotográfica usada pela participante do curso, sequer desceu do raio, sendo confiscada pela

<sup>56</sup> Registro de campo da pesquisadora.

<sup>57</sup> Triagem é o nome utilizado para designar uma sub-ala, destinada às pessoas que chegam, ou àquelas que se encontram no castigo. Lugar extremo de deterioração do ser, hediondo, insalubre.

equipe disciplinar da unidade. Fato este confirmado pela troca do chip da máquina por chip interno de celular. O fato reverbera conforme informo à turma da retirada da participante do curso, o que me deixou entristecida. A participante era uma mulher reconhecidamente homoafetiva, pele clara, cabelos pretos, um sorriso empolgante, um pouco agitada, mas sempre tratava a todas com muito carinho e respeito. Dias depois do acontecido, pude vê-la ao me aproximar de uma das bigornas<sup>58</sup>. Ao me ver, Val, com o olhar triste, grita de longe com as mãos em sinal de coração sobre o peito. Pude ouvi-la dizer: “Professora, nos te amamos! Sei que tentou me ajudar! Te amooo professora!”.

Essas e outras interações construídas com aquelas mulheres em condição de reclusão, deixam-me com o “coração na mão”! Naquele lugar tudo me deprimiu! Não basta ao sistema cercear a liberdade do convívio com a sociedade, era preciso obliterar a forma de fascismo da prisão, reiterando dia após dia a sua “incivilidade”, seu aniquilamento como seres de não-existência, mas que ainda assim são capazes de demonstrar que sua humanidade não é morta; morta é nossa própria humanidade ao desumanizar o outro!<sup>59</sup>

#### Episódio 6: A tentativa de confisco das fotos

Após a entrega das máquinas, o controle, a violência simbólica, as formas veladas do terror na tentativa de suspensão do curso, foram uma constância, e acirraram o controle institucional no Curso de Fotografia. Hoje cheguei mais cedo que de costume na penitenciária, por volta das 7h20. A intenção era não atrasar o início da aula. Desde que entreguei as máquinas fotográficas às alunas, o tempo das aulas reduziu para praticamente 1 hora. A justificativa era a demora da equipe da contenção na retirada das participantes das celas dos raios da prisão, e hoje gostaria de visualizar algumas fotos selecionadas, e gostaria de, conjuntamente, permitir que as alunas do curso comentassem os sentidos, os significados desses registros. Mas ao caminhar no corredor, após falar com as agentes da contenção do plantão do dia, encontro com uma das agentes, que cochichando, avisa-me que a direção quer falar comigo. Confesso que nesse momento um frio percorreu toda minha espinha. O medo era tamanho que sentia aproximar-se uma crise de asma. Senti naquele momento que algo de ruim viria pela frente, e colocaria em risco a continuidade do Curso e a continuidade do levantamento dos dados da tese.

Após a entrega das máquinas, pairava uma sombra a me espreitar. Hoje fui chamada à sala da direção para esclarecer umas “coisinhas”. Isso me fez lembrar os tempos de infância, quando era posta de castigo na sala da direção da escola. Informada, parto a caminho da sala da administração, ou melhor, a sala da diretora. Bato à porta, abro-a com cuidado, vejo sentada do outro lado da mesa o poder soberano materializado numa figura feminina, e nada de especial na sua presença física, mas naquele momento, tinha o poder de decidir a vida ou a morte da minha pesquisa de campo, ou no mínimo, o seu reordenamento depois de uma intensiva aproximação com as mulheres em condição de reclusão. Sem qualquer demonstração de simpatia ou etiqueta de cordialidade, nem ao menos um “Bom dia!”, ao entrar na sala, já de início, escuto a sentença de ter existido uma denúncia de servidora! E de que as presas estariam fotografando as torres, as agentes, e que os pentes de memória das máquinas estavam sendo passados para as famílias lá fora, e com essas fotos, elas e suas famílias poderiam ser ameaçados. Portanto, o curso seria suspenso hoje! As câmeras recolhidas! E as fotos salvas no seu notebook seriam confiscadas e apagadas, porque você não tem autorização pra entrar com notebook!

As palavras ecoaram nos meus ouvidos como gritos, não pelo tom de voz, até porque a sentença foi proferida em voz baixa e firme, mas pelos efeitos bombásticos por tudo que ela

<sup>58</sup> Bigorna é palavra utilizada pelas reclusas para designar grades de ferro.

<sup>59</sup> Registro de campo da pesquisadora.

representava na pesquisa. Calmamente, tento articular uma retórica na direção da minha defesa. Também mantenho a voz baixa, tentando ser gentil, mas com o “coração na mão”, argumento que o curso de fotografia, conforme o cronograma apresentado, encerraria na próxima quinta-feira, e que a atividade do dia era ouvir os sentidos que as fotos produzidas tinham para cada uma delas. Tudo isso era parte da metodologia do projeto que lhe entreguei, contemplando dois momentos: a teoria e a prática. Os sentidos que elas atribuíam às fotos comporiam a pesquisa do meu doutorado.

Reafirmo ainda, que algumas imagens já vistas apenas retratam imagens da bíblia, de tapetes, cenas das visitas dos familiares, artesanatos, grades, momentos de orações, das colegas de cela que aceitaram participar, nada que comprometa as/os agentes ou a segurança da penitenciária. E que se a equipe tivesse alguma dúvida sobre o conteúdo das fotos, eu pediria que alguém da área pedagógica e disciplinar ajude inclusive a avaliar as fotos.

Sentada do outro lado da mesa, aguardo a sentença de vida ou morte da pesquisa. Mas, já penso, não morrerei sem lutar, ao tempo de já começar a pensar, caso decretada a necropsia do curso, quais seriam minhas estratégias de resistência para não permitir o enforcamento em praça pública! Diante dos meus argumentos, o poder da soberana reifica a sentença, afirmando que eu não poderia ter acesso ao caderno de campo com os escritos das participantes com seus relatos das fotos, e que também do meu notebook seriam apagadas todas as fotografias produzidas.

Insisto, persisto, não me abato. Percebo que se trata apenas de uma estratégia cínica e dissimulada de implantar o terror simbólico, uma forma de tortura psicológica, para que eu desistisse do curso, desistisse da pesquisa. Mas, como desde o início eu tinha consciência de que fazer uma pesquisa dessa natureza não seria fácil, até pelo próprio descontrole das regras da prisão, porque eu era o único “corpo (des)controlado” naquele espaço, tendo em conta que o sistema com suas rotinas e o poder masculino dominavam as mulheres. Lembro à direção que outrora solicitei uma reunião junto com os funcionários, o que nunca foi permitido por ela realizar. E eu não poderia passar por cima da sua autoridade. Nem mesmo o ofício de apresentação que lhe competia, deixou na revisória constando do esclarecimento da minha presença na unidade foi providenciado! E as despesas com o Curso já me custaram mais de 4.000 mil reais, entre o oficineiro e a despesas com materiais e lanches! Além disso, trouxe-lhe a lembrança de que dispunha da autorização tanto do secretário chefe de estado quando do seu adjunto para ter acesso a tudo, inclusive às fotos e ao uso dos equipamentos tecnológicos necessários para a coleta de dados da pesquisa. Nunca deixei de passá-los na revisória na entrada, e jamais entrei com celulares. Sairia daquele espaço e irei ter com o secretário adjunto do sistema penitenciário, e o colocarei a par do acontecido, porque eu preciso conversar com as meninas como forma de avaliação dos sentidos das fotos para elas. Caso isso não seja possível, não tenho como certificar o Curso, e a universidade federal exige um relatório de avaliação já que não teremos prova escrita. E o máximo que posso fazer é uma conversa com algumas técnicas na próxima sexta-feira, e para as servidoras, um curso de 08 horas.

Ante os meus argumentos o assunto foi encerrado, tendo o curso com as presas encerrado também no mesmo dia, garantindo a retiradas das fotos e as entrevistas individuais com cada participante.

Retornando à sala de aula, as alunas lá se encontravam para a atividade com meu colega de trabalho. Muito participativas, as suas fotos já estavam sendo discutidas e comentadas informalmente entre elas e com meu colega, facilitador do curso. Do caminho da sala da direção até a sala de aula fui acompanhada pela servidora que me avisou da tentativa de boicote da direção, e sussurando, desabafou sua indignação. Até porque ela era da área pedagógica, a mesma que me auxiliou na seleção das alunas, e que sempre na medida do possível me auxilia a continuar. Era uma pessoa muito calma, sensível, a quem as alunas

demonstravam carinho. Ela tinha aproximadamente 1 metro e 60 de altura, estava um pouco acima do peso, tinha cabelos lisos, quadris e seios volumosos, pele clara, e demonstrava ser uma pessoa muito calma, sensível.

E disse-me que o acontecido da denúncia era pura e simplesmente boicote de servidor. Considerando que se tinha algo errado com as máquinas, se elas viram fotos comprometedoras na hora de fazer o carregamento da carga das máquinas, porque então não reuniam conosco (eu, a diretora, vocês?), e mais, as alunas (detentas) assinaram um termo, sabiam dos compromissos e responsabilidades, que não poderiam fotografar agentes, outras situações, nem a enfermaria, só o cubículo. Se isso aconteceu mesmo, cadê as provas? Era fácil, elas pegariam castigo. Não é isso? E que eu não deveria me preocupar com isso, ninguém tinha provas disso, e acreditava tratar-se de um boato, porque esse curso foi um dos poucos que tinham dado certo. As “presas” gostaram, mudou a forma delas verem as coisas, elas se interessaram. E que as e os agentes tinham que entender que os “procedimentos” são procedimentos de segurança, da melhoria da circulação interna das detentas, e não uma forma de ressocialização.

Volto à sala de aula. Concluí o Curso nesse dia, com um certo nível de frustração, porque a ideia era fazermos uma apresentação de cada aluna a respeito das fotos por elas escolhidas com a mais significativa, seguida da entrega dos “diplomas” de conclusão do curso. Mas como isso não foi possível, pois as máquinas foram confiscadas, segui com a pesquisa reorganizando a ideia inicial.

O pós-curso resultou nas entrevistas individuais com cada aluna a respeito das suas vivências, dos sentidos e importância que cada imagem por elas produzidas representavam. As conversas foram gravadas com imagem e som individualmente. Cada entrevista transcorreu em média de 1 hora e 30 minutos a 3 horas, e os eixos centrais das questões eram: saber como eram a vida delas antes da prisão; como foi a chegada na instituição; do que tinham mais medo; o que mudariam na prisão; quais os sonhos; o que gostariam de fotografar e não fotografaram e o porquê; e quais os sentidos das fotografias produzidas. Esses momentos foram de um vitalismo único. O carinho, os choros floresceram com a força das suas narrativas de vida dentro e fora da prisão.

Durante os relatos das participantes da oficina de fotografia, percebi que não seria possível tratar as questões por elas apresentadas sem um diálogo com as mulheres trabalhadoras da prisão. Após concluir o Curso de Fotografia com as mulheres detentas, conforme acordado com a direção, realizei o curso com as agentes, que infelizmente não tiveram nem o número de participante esperado, nem tampouco o envolvimento vivido pelas detentas. Embora ofertado por 8 horas, dada a evasão das agentes, a aula terminou em 3 horas. Muitas entravam na sala assustadas, afirmando que só ficaram sabendo do curso naquele momento.

Percebo que há sempre uma tensão, um conflito velado entre a área pedagógica e a área de segurança. A pedagógica defende um processo de ressocialização das reeducandas, através práticas de ensino, profissionalização, a reinserção social como uma política de estado. E do outro, a área da segurança, representada pela força bélica, pelo clima de guerra permanente, justificando um poder desigual, tanto entre trabalhadoras do sistema quanto entre as pressas. Infelizmente, a área de segurança expressa na lógica do “procedimento” que se impõem ao paradigma da ressocialização. O fato é que a lógica da opressão pela via da militarização dos/as agentes como identidade profissional, se interpõem e sobrepõem à lógica de humanização, ou de uma cultural de paz na prisão. A ideia é combater violência com mais violência.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> Registro de campo da pesquisadora.

### 3.2.2 As vozes silenciadas das “agentes prisionais”

Tendo em conta a escuta profunda a partir das vozes das mulheres em condição de reclusão, cada vez mais clarificava a necessidade de ouvir as outras mulheres da penitenciária, nesse caso, as trabalhadoras efetivas do sistema prisional. Dada a dificuldade em acessá-las, pois não se abriram num primeiro momento ao diálogo, após sensibiliza-las a participarem da pesquisa, uma roda de conversa configurou-se como a ferramenta por elas escolhidas para escuta-las. Por essa via, considerando seu caráter subjetivo e intersubjetivo, acessou-se suas impressões, seus sentimentos, suas experiências construídas.

#### Episódio 7 - Sociologia das Emergências: as mulheres-trabalhadoras

Fiquei aproximadamente 25 dias ausente do *locus* de pesquisa porque tive uma broncopneumonia resultante das condições de insalubridade e dos desgastes da escuta das narrativas das participantes da oficina. Após esse período, retorno à prisão para continuidade do trabalho de campo, agora com o foco na sistematização mais aprofundada das observações das rotinas institucionais e para conversas com as mulheres trabalhadoras.

A equipe do corpo da guarda, geralmente composto apenas por homens, mas algumas vezes, num número reduzido de mulheres, ao abrir o grande portão de acesso à penitenciária, recebe-me com um sorriso, perguntando se o meu retorno era em virtude de um outro curso de fotografia para o ano. Aproveito a boa e calorosa receptividade para conversar com a equipe - alguns dos/das agentes próximos/as à revisória - explicando os motivos do retorno à penitenciária e a necessidade de conversar (entrevistar) também com as mulheres trabalhadoras da penitenciária.

Alguns demonstraram surpresa, relatando que era a primeira vez, entre os 15 anos de serviço na cadeia, que algum pesquisador/a se interessava em ouvir os/as profissionais, e que todo mundo que aparecia, professores, juízes, padres, pesquisadores, queriam só falar com preso/a. Nunca vi ninguém querer falar com os/as agentes! E, que por esse motivo, as trabalhadoras deveriam conversar comigo! As agentes que ouviam a conversa nada respondem, o silêncio me denunciava que aquele sistema tem na mudez uma das formas de existência, e é ao mesmo tempo um código de pertença, um código que só tem acesso aos seus ditos quem faz parte do grupo, expressa formas de poder. São os anéis de poder, um anel que governa para todos governar, um anel do poder como metáfora que aprisiona a todas numa escuridão. O silêncio é como olhos de Anúbis<sup>61</sup> que tudo vê e tudo governa, como um chacal a sentenciar a vida ou a morte.

Depois de aproximadamente três meses interagindo no espaço da prisão, a dificuldade de entrevistar as mulheres trabalhadoras, era em grande parte decorrente da resistência em gravar entrevistas (áudio/imagem) para a pesquisa. Uma das minhas estratégias foi começar a registrar as “conversas informais” na forma de episódios de campo. Tendo em conta a sombra da hostilidade, o terror a pairar no ar como uma sombra, optei em registrar as conversas, sem jamais identificar os interlocutores.

<sup>61</sup> Deus da cosmologia do Egito antigo, representado na imagem de homem com cabeça de chacal, associado à mumificação e à vida após a morte, é aquele que transporta os vivos ao mundo dos mortos. O seu símbolo é lembrado na forma de Olho de Anúbis.

Mesmos nas conversas informais, os assuntos eram ditos num sussurro, na forma confessional sempre que alguma das trabalhadoras se encontrava sozinha comigo, ou em sala, ou caminhando no corredor, ou no jardim de entrada. Pairava no ar um mistério de conspiração quando falavam comigo, o que me fez perceber que o sistema prisional é uma forma satélite de opressão e de controle, tanto para as mulheres que estão em condição de detenção, quanto para aquelas que trabalham na instituição. Obviamente, o controle é feito de forma distinta, com níveis de perversidade também distintos.

Nos dias em que seguiram o retorno ao campo de pesquisa, uma das agentes que acompanhava uma das detentas até o parlatório<sup>62</sup>, enquanto aguardava a conversa da detenta com o advogado, confidenciou-me o seu recém regresso à unidade, pois passou por um longo processo de licença médica em função da depressão sofrida. E disse trazer a lembrança da minha atuação a frente do Centro de Referência LGBT, porque logo que entrou no sistema prisional, assistiu uma palestra sobre a Homofobia, por mim proferida. Ciente de que fazia pesquisa de doutorado na unidade, e por também ter sido aluna na UFMT, aceitou participar da pesquisa por meio de gravação de áudio, sem identificação de imagens ou nomes, desde que se fizesse isso fora da unidade e em total sigilo. Lembrei das palavras de Paulo Freire, de que o oprimido, ao praticar a opressão sobre outros oprimidos, usa as armas da sua própria opressão. Nesse cenário de guerra velada em que me encontro, preciso da razão sensível para criar estratégias de lutas e subversão. E é no silêncio que se trabalha, pois, a mudez nem sempre é submissão!<sup>63</sup>

#### Episódio 8 - O jogo da intriga e a roda de conversas

Após a conversa com a agente, me animo a circular na instituição a procura de sensibilizar outras agentes a conversar comigo. Saio dos meus eufóricos devaneios, e ainda no corredor dou um “encontrão” com a direção da unidade, que disse que as trabalhadoras da contenção feminina se recusam a falar comigo para efeitos da pesquisa.

Mesmo ouvindo seu aviso, me arisco a ir conversar com as agentes da contenção, com algumas já tinha mantido conversas informais, quando, muitas vezes, demonstraram um certo grau de insatisfação com o sistema penitenciário. Apresento-me ao grupo como pesquisadora de doutoramento da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), cujo tema diz respeito das mulheres em contexto prisional, relato que há alguns meses venho conversando com as “detentas”, e muito das coisas ouvidas durante as entrevistas apontaram a necessidade de as ouvirem também. Chamo-lhes atenção de que as condições de insalubridade da penitenciária não afetam só as mulheres em privação de liberdade, mas a elas também! Por isso, achava importante escutar suas inquietações, seus pontos de vistas!

Algumas disseram de imediato que não existia problema nenhuma em ser entrevistada por mim. As mulheres acordaram em realizar uma conversa em grupo, após às 20 horas no alojamento, após o banho e o jantar, ou seja, no momento do seu descanso.

Conforme o combinado, retorno à penitenciária às 19 horas. O local onde ocorrerá a roda de conversa é o alojamento das trabalhadoras, o qual é separado em masculino e feminino. No feminino tem aproximadamente dez camas de solteiro, destinadas ao descanso das agentes após doze horas de turno de trabalho. Além das camas, tem-se alguns outros colchões avulsos dispostos no chão ou sobre os colchões da cama. O espaço tem paredes pintadas de azul claro, ar condicionado, uma pequena mesa de madeira que serve de apoio para garrafas térmicas de chá e café, onde coloco o bolo de fubá que trouxe para o grupo, com um pacote de bombons de chocolate. Também há alguns armários onde as agentes guardam

<sup>62</sup> Parlatório é um lugar que fica na ala administrativa da penitenciária, com pequenas e individuais salas, separadas por uma tela de aço, destinadas às conversas entre os advogados e as reclusas.

<sup>63</sup> Registro de campo da pesquisadora.

seus pertences pessoais, como toalhas de banho, lençóis, produtos de higiene pessoal, troca de roupas etc.

Quando da minha chegada, esclareço àquelas que já estão no alojamento o tema do meu estudo, respondo algumas das suas perguntas e peço a gentileza que assinem o Termo de Livre Consentimento da Pesquisa, o qual assumo o compromisso em não as identificarem ao longo da tese. Pela sua dimensão intimista, o local favoreceu a conversa entre nós, que fluiu com participação de 06 agentes. Algumas, mesmo presente no alojamento, optaram em não participarem, justificando tal postura em virtude do período de estágio probatório profissional, temendo alguma implicação profissional que lhes prejudicasse. Embora tenha estabelecido algumas questões de discussões, deixo que o grupo conduza a conversa. Com isso, aparecem em seus dizeres as indignações, o medo, a revolta, os sonhos, as experiências, suas práticas e discursos. A roda de conversas transcorre entre risos e descontração, gravada apenas em áudio. Ao final da atividade, as meninas me convidam para jantar uma galinha com arroz feita por uma das agentes.

Já de volta para minha casa, passando das 23 horas, o cansaço toma conta de mim, e começo a pensar o quanto a jornada de trabalho dessas mulheres é desgastante, insalubre. Reforçando ainda a crença de que a prisão tanto oprime do lado de cá, quanto do lado de lá da linha abissal, e é nesse espaço e tempo, o *locus* privilegiado de formação no exercício da profissão, porque é onde ocorrem as trocas, as interações e as experiências de saberes. Dessas vivências emergem práticas concretas de sujeitos concretos, e por vezes, essas mulheres são invisibilizadas nas políticas profissionais, nos processos de formação profissional, quase sempre pautados na retórica das violências. E, nesse cenário de guerra, são transformadas num corpo dócil-disciplinado, cujo arbitrário da violência é reproduzido em outros corpos femininos.<sup>64</sup>

Salienta-se que a roda de conversa, mesmo aproximando-se a técnica de pesquisa qualitativa conhecida por Grupo de Discussão<sup>65</sup> pelo rigor da ciência objetivista e hegemônica, não se pode neste estudo designá-la como procedimento metodológico nominado por Grupos Focais. Todavia, a roda de conversa, como será descrito a seguir, converteu-se na estratégia possível de ser realizada naquele espaço e com aquele grupo institucional de mulheres. Objetivou-se a emergência, do ponto de vista delas, para perceber como a lógica da opressão prisional afetava as mulheres que se encontravam do lado de lá da linha abissal. E isso, em grande medida, resultou da escuta profunda da mulher em condição de reclusão.

Quanto à elaboração do guia de temas como exigência da técnica, procurou-se organizá-las em três eixos: o primeiro em relação à identidade profissional das trabalhadoras, suas experiências profissionais, a rotina de trabalho; o segundo procurava a emergência da percepção, das representações que elas tinham a respeito da penitenciária, seus medos, o

<sup>64</sup> Registro de campo da pesquisadora.

<sup>65</sup> Nas Ciências Sociais, em especial na Psicologia Social e na Psiquiatria, os chamados “Grupos Terapêuticos” da década de 1950 foram os primeiros a buscar o trabalho grupal; dessa abordagem resultou uma didática interdisciplinar conhecida nos dias atuais por “Grupo Focal”, ou uma das suas variações “Grupo de Discussão”. O principal objetivo dessa técnica é a interação entre os participantes e o pesquisador, favorecendo o levantamento empírico das informações facilitadas por uma discussão.

processo de ressocialização das reclusas; e o terceiro, como percebiam as discriminações de gênero.

Vale ressaltar que por mais que se tinha estabelecido um “roteiro” de questões para guiar o diálogo, a ética de grupo definiu aquilo que pode ou não ser compartilhado com a autora. A atividade foi realizada no horário de descanso das trabalhadoras, que ainda assim, dispuseram-se a conversar, portanto, o excesso de formalismo naquele momento poderia dificultar o diálogo, sendo possível apenas uma sessão de 1 hora e 30 minutos. Elas determinaram, autonomamente, o dia, o local, o horário da conversa, sendo tudo isso respeitado pela pesquisadora.

Além desse encontro, foram realizadas outras 04 entrevistas individuais com objetivo de aprofundar algumas questões apontadas na roda de conversa. Algumas das entrevistadas forneceram um acervo iconográfico significativo, o qual subsidiou o desrevelar de um espacialidade e temporalidade, outrora configurada por interações intersubjetivas distinta da normatividade atual da penitenciária. Registra-se que também com essas mulheres, que se encontram do lado de lá da linha abissal, em meio a um ambiente hostil e degradante como é o espaço prisional, criou-se entre elas e a pesquisadora uma ambiência de confiança, carinho, solidariedade e descontração como possibilidades de emergência as experiências sociais.

### **3.3 As significações analíticas das experiências empíricas**

Descrever, interpretar e compreender os significados construídos por essas mulheres, trouxe o desafio de sistematizar as temáticas, as palavras, ou conceitos-chave que melhor explicitasse a hipótese e os objetivos propostos da pesquisa, sem que com isso se perdesse de vista os indícios, as pegadas deixadas ao longo do caminho de um universo complexo, repleto de constelações de sentidos. A soma dessas poucas, mas significativas experiências, leva a refletir sobre a necessidade de constituir uma dimensão-chave no processo de vernacularização daquilo que se tenta traduzir, construindo num diálogo ontológico a partir da problematização das narrativas expressas por essas mulheres, mas que não as transformassem em meras vítimas, ou ainda, numa romantização do crime e da violência.

Além disso, não se trata aqui de um estudo da criminologia feminina, mas uma pesquisa de cunho pós-abissal, no qual se tem, de um lado, as experiências das oprimidas abissalmente excluídas, e de outro, existem outras oprimidas por vezes discriminadas, reproduzindo em suas rotinas profissionais a necropolítica das estruturas do Estado. Diante desse panteão, traduzir, descrever, interpretar e compreender os significados construídos por



essas mulheres, trouxe o desafio de traduzir quais as palavras ou conceitos-chave usados em ambos os lados da linha, pela via de uma hermenêutica diatópica. Buscam-se pedaços, trechos, indícios de um universo complexo, repleto de uma constelação de sentidos, ou melhor, o desafio de organizar os *topoi*<sup>66</sup>, os lugares comuns por onde melhor se confrontam e desvelam os objetivos da pesquisa.

As experiências empíricas organizam-se em torno das seguintes dimensões:

- a) *Os espelhos das exclusões sociais* refletem as fronteiras das zonas de contato, locais onde se percebe com clareza os modos de ser intersubjetivos da penitenciária. Dentre suas múltiplas faces, há tensão entre os mundos abissalmente separados, e isso se evidencia numa permanente relação entre a violência institucional (estrutural) e a violência direta. E para além disso, há um espelho de invisibilidade que reflete de um lado a (in)justiça, a não-cidadania, as formas de fascismo social, de ausência de igualdade real naquilo que tem sido compreendido como uma igualdade forma de justiça.
- b) Na *cartografia das formas de poder desigual*, a penitenciária como microcosmo social, recoberta do manto da normatividade institucional, transita entre o legal, o a-legal e o imoral, pautando-se numa nefasta ligação entre o sexismo-militarismo-violência e pobreza-exclusão-discriminação. A seu serviço tem-se um poderoso e complexo aparelho coercitivo, detentor do monopólio da violência legítima, que envolve várias forças policiais, religiosas, paramilitares, militares e jurídicas. Mas há, nessa correlação de forças assimétricas, os modos como as mulheres subalternas criam formas de lutas possíveis, sejam elas visíveis como é o caso dos motins e rebeliões, num confronto direto e às vezes violento, ou invisíveis pautados nas interações intersubjetivas do dia a dia da prisão.
- c) No *patriarcado, colonialidade de gênero*, violências evidenciam-se nessas formas de poder assimétrico no centro da delinquência feminina, a mesma gesta que conjugou, de um lado, a negação ontológica dessas mulheres, tratando-as como selvagens. De outro lado, a violência patriarcal se revela como um sistema de poder que reafirma a legitimidade do homem sobre a mulher, reproduzindo e produzindo violências de gênero. Não restam dúvidas de que a produção da violência direta no feminino convida à emergência de saberes de um pensamento feminista pós-abissal,

---

<sup>66</sup> Nesse caso, como já dito, para Santos (2010, p. 447), os “topoi” são os lugares comuns retóricos mais abrangentes de determinada cultura. Funcionam como premissas de argumentação que, por não se discutirem, dada a sua evidência, tornam possível a produção de troca de argumentos.

reacendendo criticamente o debate das mulheres no contexto da paz e das violências, e o lugar de subalternidade social, política e ontológica na qual a sociedade patriarcal as tem remetido.

- d) A respeito do *corpo como lugar de sofrimento e resistência*, tem-se, a sexualidade, a maternidade, a estética, a loucura, os medos gravitando numa constelação de poderes assimétricas do biopoder, que, como ferro, marcam os corpos, as vidas, os saberes dessas mulheres com o símbolo da domesticação patriarcal, sobretudo, os modos como é banalizada a condição humana, transfigurada em não-humanidade, ou melhor, numa humanidade sacrificial num sistema de injustiças sociais.

As dimensões do estudo, a partir das Epistemologias do Sul, desafiam a busca das ruínas que podem fazer da penitenciária feminina emancipatória, um lugar que as lentes das fotografias revelam a possibilidade de dignidade humana, da solidariedade, das utopias que podem mudar a prisão. Tudo isso desafia a travar um diálogo intercultural e intracultural na tentativa de uma tradução de autorreflexividade de ambos os lados da linha. E percebendo que as relações híbridas não seguiam no sentido da simples assimilação e da redução ao idêntico ou, se ao contrário, acentuavam-se o não idêntico, a hermenêutica diatópica auxiliou a relacionar o campo analítico, a etnografia, as narrativas e iconografias da pesquisa.

### 3.4 Autorreflexividade<sup>67</sup>

As reflexões apontaram na direção do defendido por Freire (1981) a respeito da prática da pesquisa, que dizia que fazer pesquisa pressupõem um processo dialógico e dialético que só se constrói em comunhão, porque o processo é sempre mútuo; educa a pesquisadora e educa-se em conjunto com os grupos pesquisados<sup>68</sup>. Aliado à perspectiva das Epistemologia do Sul na perspectiva libertadora, teve, de um lado, a defesa de que ambos os sujeitos cognoscentes envolvidos na feitoria da tese, com seus saberes científicos e não-científicos, contribuem no desvelar de uma realidade concreta. Nesse ponto, compreendeu-se que a representação e a representatividade nas pesquisas são sempre problemáticas quando insiste que o oprimido não pode ou não deva falar e, sobretudo, ser ouvido.

A vigilância epistêmica desafiou-me a manter sempre em alerta a interlocução construída entre diferentes sujeitos, negando qualquer relação assimétrica entre representáveis

<sup>67</sup> Neste item, por uma necessidade narrativa, assume-se novamente a 1ª pessoa do discurso.

<sup>68</sup> Paulo Freire utiliza a expressão grupos populares.

e pesquisadora. O pensamento de fronteira, numa perspectiva anticolonial, dentre suas múltiplas contribuições, a meu ver exige um cânone de pensamento mais amplo do que o pensamento único e pressupõe outro pensamento que caminha numa cisão quiasmática entre sujeito e objeto, para além de universalismos abstratos não situados, ou que negasse o lugar dos sujeitos cognoscenticos na produção do conhecimento. Na feitura da pesquisa, a zona de fronteira não assimétrica, de convergência de um encontro dialógico entre os diversos projetos críticos políticos/éticos/epistêmicos que apontam para um mundo pluriversal, plurivocal do conhecimento e reconhecimento dos corpos e lugares subalternizados do Sul-global e dos pensadores críticos pós-coloniais de dos femininos pós-coloniais.

A autorreflexividade das experiências, as vivências e as circunstâncias pessoais ao realizar uma pesquisa com a abordagem proposta, para além de um extrativismo do conhecimentos, ou de temas emergentes do Sul como metáfora do sofrimento, colocou-me diante de um espelho, no qual me vi no objeto científico que tentava desvelar, porque era enviesado a minha própria luta às lutas das outras mulheres, ao mesmo tempo que era a minha própria refletindo sonhos, dúvidas, sofrimentos, medos, ativismos, ecoando-me o dito por Santos (2014, p. 22) “ a não ciência da vida, de que é feita a vida da ciência”. Portanto, percebi que não havia objeto de pesquisa, mas como determinados sujeitos de pesquisa são objetivados, ora pela ciência, ora como sujeitos cognoscente emudecidos, silenciados por essa mesma ciência, os saberes de que falam nessa pesquisa é tecido como arte de práticas, saberes, experiências e conhecimentos científicos numa trama em permanente diálogo.

No trabalho científico há de existir uma zona subterrânea, um anonimato, uma idiosincrasia pessoal da alma e do corpo por onde circulam energias vitais das experiências pessoais, das angústias, dos medos intimistas que situam o sujeito da anunciação que sou, e o meu lugar político pessoal e epistêmico de onde falo. Passei mais de seis anos trabalhando e militando nas causas da diversidade sexual e de gênero, nominalmente nas causas de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e nos coletivos para igualdade racial, sendo eu mesma uma mulher negra e bissexual. Experiências vividas, em grande medida, à frente da Coordenação do Centro de Referência de Direitos Humanos (CRDH) do Estado de Mato Grosso, que abarcava a defesa, a promoção e a luta por garantir direitos humanos àqueles/as considerados não-humanos, ou numa condição de sub-humanidade.

Confluente a essa experiência, também existia a vida acadêmica. Atuava na época na formação de professores, assistentes sociais e agentes da polícia militar estadual. Nesse mesmo período, conclui concomitantemente a dissertação de mestrado, intitulada *Ser no brincar, o brincar de ser o grupo: um estudo sobre a noção de pertença numa comunidade*

*negra do Mutuca em Nossa Senhora do Livramento*<sup>69</sup>. Estudo de feição etnográfica, em que procurei compreender os significados do brincar e da brincadeira para os membros de uma comunidade quilombola na construção da pertença identitária. Essas manifestações lúdicas se tornam redes invisíveis, rizomáticas, dotadas de poder de manutenção dos elementos de unicidade, pluralidade e pertença. Há nas manifestações lúdicas, no brincar e na brincadeira um etos-comum. São forças simbólicas de aprendizado da socialidade grupal e tem a capacidade inebriante de unir a condição humana comum.

A vivência acadêmica reverberou em 2014, na realização de uma pesquisa de vulnerabilidade das populações em situação de rua. Esta pesquisa foi proposta pelo Centro de Referência dos Direitos Humanos de Mato Grosso, até então por mim coordenado, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Da pesquisa intitulada *RuAção: das epistemologias da rua à política da rua*<sup>70</sup>, resultou a publicação de obra homônima. O livro integrou o conjunto de pesquisas do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) e do Grupo de Estudos Educação em Merleau-Ponty (GEMPO), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado e Doutorado – do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Também em 2014, integrei a equipe de pesquisadores do Projeto de Pesquisa intitulado *Segurança Pública e População de Rua: desafios políticos e pedagógicos*, que teve como campo de levantamento empírico as cidades de Cuiabá (Mato Grosso), Belém (Pará), São Luiz (Maranhão), contemplando três regiões do País (Centro Oeste, Norte, Nordeste), financiado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), via Secretaria Nacional de Justiça do Brasil (SENASP/BR). O objetivo principal do estudo foi verificar como se configurava o preparo dos profissionais e instituições de segurança pública para o adequado relacionamento com a população em situação de rua, em suas diversas configurações e expressões identitárias, e em suas condições de vulnerabilidade social. Nesse estudo, buscou-se conhecer a percepção da população em situação de rua em relação aos profissionais de segurança pública, em termos de apoio, orientação e violência. Por isso, foram envolvidos não apenas agentes de segurança pública, mas também militantes dos movimentos sociais das pessoas que vivem na/da rua.

Todavia, sem dúvida, essas experiências acadêmicas articuladas ao ativismo e às atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH), articulam-se ao percurso

<sup>69</sup> Ver vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vb3ILG-3ce0>>. Acesso em 10 fev. 2016.

<sup>70</sup> E-book disponível em: <[http://www.editora.ufmt.br/download/ebook\\_RuAcao.pdf](http://www.editora.ufmt.br/download/ebook_RuAcao.pdf)>.

deste trabalho científico, porque envolve minha preocupação advinda de uma série de denúncias de violações de direitos humanos, e em sua grande maioria, advindas das mães, irmãs, filhas, companheiras daqueles homens que se encontravam em situação de encarceramento.

O conjunto das questões que atravessaram minhas experiências acadêmicas, pessoais e profissionais foram tomando forma na busca por respostas para as lutas e as causas sociais em que fui envolvida. E em diálogo com muitos conhecimentos nascidos da luta que fui sendo confrontada, fossem eles os conhecimentos de homens e mulheres da comunidade LGBT, em situação de vivendo na rua, quilombolas, vítimas de discriminação e violências racial-sexista-sexual-geracionais, as prostitutas, os encarcerados e suas famílias, fossem os de mulheres, crianças e adolescentes, dentre tantos outros em condição de vulnerabilidade, ou que situam nas zonas de não-ser.

Essas humanidades foram as mesmas que me fizeram perceber que são grupos, em sua maioria, invisíveis aos olhos da sociedade, do Estado, e em grande medida, no interior dos conhecimentos científicos e por onde eles circulam. Desde então, fui muitas vezes envolvida na mediação de conflitos no interior das penitenciárias do Estado, dentre elas, no interior da penitenciária feminina, fato que evocava algumas questões que saltaram a minha mente: a primeira era a de que as denúncias de violência de direitos, contrariando as que vinham da penitenciária masculina, nunca eram feitas por familiares das mulheres reclusas, e sim por agentes dos direitos humanos ou do subdiretor, preocupados com os relacionamentos íntimos entre mulheres, que, de repente, “viraram lésbicas”, usando o termo por eles utilizados; a segunda é que era evidente o abandono familiar dessas mulheres reclusas, pois, muitas eram postas nessa condição pelos seus companheiros, filhos ou pais.

Nessa breve incursão de autorreflexividade, começava a pensar se a investigação proposta poderia ser formulada nos seguintes termos: que lugar geopolítico na sociedade, no ativismo das lutas de mulheres por justiça social, nos estudos pós-coloniais e nos feminismos pós-coloniais as mulheres em contextos penitenciários ocupam, sejam reclusas ou trabalhadoras? Sem negar, claro, os contributos dos estudos que gravitam em torno da violência de gênero e contra as mulheres, reconheço ser preciso descolonizar os estudos que versam a respeito das mulheres em condição de encarceramento.

Nessa perspectiva, reconheci que todo conhecimento é situado, mas uns mais situados que outros. Além disso, do ponto de vista epistêmico, ou se posiciona do lado dominante ou do lado subalterno das relações de poder. Pois, há sempre uma geopolítica que é da ordem do corpo-político do conhecimento sistematicamente produzido pela ciência. Não há neutralidade

desinteressada ou não-situada, nem de quem olha, nem das temáticas que se elege. Não há um “ponto zero”, utilizando o termo do filósofo Castro-Gomez (2003), referindo-se ao fato de que não há um ponto de vista que se esconde mutuamente o sujeito cognoscente pesquisador e o sujeito epistêmico e político. Ou seja, não existe um objeto que não esteja comprometido com o sujeito que o conhece ou que o representa, porque essas representações são condicionadas aos modos como nos é apresentada subjetivamente.

A falsa neutralidade é uma estratégia imperialista de reforçar o pensamento colonial-patriarcal no interior da ciência. O “ponto zero” diz muito a respeito de como nós mulheres-Subalternas, temos sido vistas, ouvidas e representadas a partir de uma ciência ocidental feitas por homens e para homens, como medida de todas as coisas. Somos uma consciência que apreende o fenômeno numa relação entre interioridade e exterioridade, condicionadas às estruturas transcendentais do ato de conhecer entre o sujeito e o mundo. Somos uma consciência antológica do ser, como diria uma “Consciência translúcida” do existencialismo de Sartre (1936-1984), e a fenomenologia de Merleau-Ponty (1942-2002).

Durante o estudo, percebi que não era possível me fechar ao mundo da academia, mas viver empiricamente o espaço-tempo da prisão com relações entre sujeito-sujeito, construir interações de aprendizagem nascidas, indubitavelmente, dos laços de solidariedade como cimento de uma comunidade epistêmica no interior de uma realidade complexa, surpreendentemente descoberta dia após dia. Na condição de meta-tecnologias<sup>71</sup>, muitas vezes os procedimentos adotados em campo se configuram como instrumentos opacos de validação científica. Até porque, na construção desse estudo, aquilo que observei foram as escalas dos fenômenos. Em outras palavras, diferentes escalas de análise criam diferentes padrões de regulação ou emancipação do conhecimento, ao tempo que promovem diferentes redes de ação. (SANTOS, 2000, 2003).

Digo isso porque a penitenciária feminina se caracteriza como um ambiente radicalmente opressivo, complexo, repleto de sentidos, de sentimentos, de interações intersubjetivas, símbolos, práticas e discursos que dela fazem parte. Em meio à amplitude da complexidade dessa espacialidade e temporalidades que a configura, a abordagem metodológica de trabalho adotado no levantamento das informações empíricas incluiu a pesquisa etnográfica, na triangulação de procedimentos da oficina de fotografia, da observação participante, das entrevistas individuais e das rodas coletivas de conversas

---

<sup>71</sup> Para Santos (2000), os procedimentos e as estratégias empregadas durante o processo de investigação são compreendidos como meta-tecnologias, que nada mais são do que os artefatos que revestem de autoridade os discursos científicos produzidos.

gravadas. Realizar uma etnografia densa em espaços prisionais transforma-se num grande desafio científico, pois requer do pesquisador humildade, sensibilidade e muito de um cosmopolitismo subalterno de ousadia, porque, apesar dos assombros, não posso deixar de reconhecer que também encontrei muito de solidariedade entre aquelas subalternizadas de ambos os lados da linha abissal, as quais me confiaram depoimentos de experiências vividas. Tratou-se de um estudo altamente situacional, imediata-diferida que o engloba como uma territorialidade local-global e uma temporalidade imediata-diferida que engloba o conhecimento, a vida, a interação e o trabalho, o consenso e o conflito, a intersubjetividade e emoção e a dominação, a fronteira e o hibridismo.

O medo me assombrou a cada entrada na prisão, um medo não das mulheres subalternas em condição de reclusão, mas do sistema prisional que cria suas lógicas de opressão. A prática da observação etnográfica no âmbito dessa instituição, não foi algo fácil de realizar, o cerceamento da circulação em determinados espaços de sociabilidade, a opressão velada por parte da administração da penitenciária, as tensões diárias dos diferentes grupos de trabalhadoras com as reclusas, a tentativa de controle dos registros de campo, as falsas denúncias de proibição ao meu acesso à instituição por parte do sindicato dos/as agentes penitenciários do estado, o estado de guerra permanente que paira no ar, nos corredores, na vida da prisão.

Por muitas vezes, o exercício de olha-la, ouvi-la, cheira-la, senti-la na superfície da sua esfericidade, foi como estar presa a um movimento Sisífico, no qual o cotidiano, com suas armadilhas, faz prender a todas ao horror do conformismo. Mas quando era vista e ouvida na profundidade das suas interações híbridas, nas fronteiras das zonas de contado dos confrontos subalterno ante a ordem estabelecida, tudo isso me ensinou que era preciso aprender a ir para o Sul, ao tempo que era preciso aprender com o Sul.

Ante a essas vivências, procurei escutar o alerta de Geertz (2009), reconheci que a etnografia do fenômeno, para além da elegância conceitual e da escrita, resultaria de haver realmente penetrado numa outra forma de vida, ou melhor, ter sido inscrita nessa cultura e ter sido por ela penetrada. O texto produzido nessas interações, transmutou numa carta roubada, porque, em grande parte, expressa asseverações incorrigíveis. Simples e despretensiosa, carrega a impossibilidade de recuperar os dados imediatos do trabalho de campo para uma reinspeção empírica. Nesse processo, muitas vezes procurei ouvir algumas vozes, outras vezes ignorei outras a bem da dispersão do poder. Do poder que muitas vezes situa o pesquisador como um arauto do conhecimento válido, por isso, argumento que a posição de autoria nada mais é que uma forma de anonimato de um murmúrio.

Mas, na qualidade de quem assina o texto etnográfico com a função-autora<sup>72</sup>, ressalto a responsabilidade de construção de uma identidade autoral, que de um lado não se produzisse um texto esvaziado de sentidos densos, de outro, não expulsasse as outras, as verdadeiras construtoras desse texto, que são aquelas que produzem em primeira mão os sentidos, as vivências, as inscrições da cultura prisional. A assinatura autoral envolveu a questão do discurso e os modos de enunciação, ou seja, como as coisas, o vocabulário, a retórica, o padrão da argumentação, do comentário ligaram-se à identidade da comunidade cultural inscrita, e, por isso, carregou uma ordem cultural e epistêmica de estatuto ontológico. Assim sendo, não se tratou o texto etnográfico de uma mera narrativa discursiva, pelo contrário, implicou, inevitavelmente, no encontro do Eu (pesquisador) e o Outro (comunidade cultural). Enfrentar o outro não confundiu ser menos desafiador que enfrentar a página da escrita do texto que tentava representar.

Como diria o poeta Manuel de Barros, “uso a palavra para compor meus silêncios. Não gosto das palavras fatigadas de informar”<sup>73</sup>. Cito-o levando em consideração que as palavras escritas foram insuficientes na captura do vitalismo que emerge do cotidiano social envolvido no terreno da investigação. A penitenciária feminina, se caracteriza pela impregnância dos cheiros que exala, pelas sonoridades ouvidas e silenciadas, pela corporeidade que se forma nas grades, nas celas, nos corredores, nas paredes, configurando um mundo caótico e anárquico vibrante, repleto de múltiplas e complexas regras e códigos socioculturais e políticos que são da ordem do poder, do poder de sobreviverem a toda sorte de infortúnios que lhes são impostos.

Por fim, encerro esta sessão, com uma ideia utópica de emancipação social da penitenciária, que seria aquela que, como uma Sociologia da Emergência, viria à tona quando essas mulheres, de ambos os lados da linha, começarem não apenas a fundirem ou mesclarem suas diferentes tradições identitárias, mas a conduzirem na direção de produzirem uma outra ordem. Uma ordem capaz de discutir de forma ampla, em sua própria vocalidade, a convergência e a consciência voltada para a construção de justiça social, e de paz para ambos os lados da linha pela via do reconhecimento da humanidade que as caracterizam como igualdade.

---

<sup>72</sup> Segundo Foucault (1979, p. 149-150), ocorreu uma inversão no século XVII ou XVIII, no qual os discursos científicos começaram a ser aceitos por eles mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou sempre demonstrável, tendo inserção num conjunto sistemático e não a referência ao indivíduo que os produziu. Nessa lógica, a função do autor-autoria esmaeceu, servindo o nome do inventor apenas para balizar o teorema, uma apropriação ou um determinado efeito, propriedade, corpo, grupo de elementos ou síndrome patológica.

<sup>73</sup> BARROS, Manuel de. Poema “O apanhador de desperdícios”.



As metodologias são metas-tecnologias que permitem ao pesquisador/a acessar e organizar sistematicamente fragmentos de uma vastidão de aspectos fenomenológicos que se pretende compreender e interpretar. Mas nem o conhecimento produzido, tão pouco o olhar de quem se propõem a desvelar o objeto em estudo é neutro, ou separa-se da relação entre sujeitos, mas sim, caminham numa arena de tensão entre o epistêmico, o ontológico e o político. Ao final do diálogo construído nessa Parte II, espera-se ter conseguido demonstrar as dimensões epistêmicas metodológicas envolvidas na feitoria do processo de investigação, sejam as escolhas do caminho metodológico percorrido no terreno da pesquisa, as vozes subalternizadas que aqui falam, as unidades de significação a que se propôs a delimitar para a emergência do objeto em estudo e os objetivos propostos inicialmente. Nos capítulos que seguem, há uma aproximação do terreno da investigação com as reflexões delas suscitadas, construindo uma trama enviesada entre o observado, o dito, o ouvido e o percebido na/da prisão, que, penso, diz muito sobre como as relações de poder assimétrico da sociedade (macrocosmos) se reificam em seu interior (microcosmos).

### **PARTE III**

#### **A CARTOGRAFIA DO TERRENO DA PESQUISA: O ENCARCERAMENTO NO FEMININO**

## 4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRENO DA PESQUISA

Neste momento, intenciona-se apresentar uma breve contextualização do terreno da pesquisa, perpassando pela cartografia do encarceramento feminino no cenário nacional e, situando a descrição da instituição *locus* da pesquisa. Objetivo principal é demonstrar a instituição como o lugar, que a sua maneira, constitui-se num mundo próprio e, como microcosmo da sociedade, tem como membrana a envolvê-la, os processos de globalização econômica, midiática, política e social nas relações coloniais, sobretudo, envolta no sexismo da sociedade. Como singularidade que é, contém o todo planetário que a abriga, esculpida pelas interações do tempo e espaço formal e o não formal, põem em constante campo de tensão o local e o global, o global e o local, carrega a força da conexão aberta a todos os ventos do mundo, subjaz uma gama de infinitas situações intersubjetivas densas.

### 4.1 Cartografia do encarceramento no feminino

Nesse contexto, a penitenciária feminina, se vista na perspectiva tal como mapas, pode ser percebida como distorções disfuncionais dos territórios sociais e sendo assim, por sua condição de representação de uma pequena escala das relações de sociabilidade, permite estabelecer conexões entre si e os processos civilizatórios-violentos que afetam profundamente as desigualdades da sociedade brasileira. Como metáfora do inferno, a prisão transforma-se num purgatório social onde nem o demônio quer se esconder.

Registra-se que ao descrever aquilo que se designa como a cartografia formal da penitenciária, lembrou-se do dito por Eduardo Galeano (2000, p. 8), que “até o mapa mente [...] porque não mostra o mundo tal como ele é, se não tal como seus donos mandam que seja”. Logo, pormenoriza-la não é possível com a exatidão do seu real tamanho, porque isso será sempre uma exatidão inigualável, por isso, ao mapea-la, evocou-se três mecanismos de distorção da realidade para caracterizá-la, que seriam: a escala, a projeção e o simbolismo. A escala permitiu perceber os modos como a sociedade, o sistema prisional, e as mulheres que dela fazem parte, representam ou distorcem essa realidade, numa zona de contradição entre a distância da sua cartografia formal e o terreno do não-formal.

Seguindo a lógica da projeção, que parte do princípio de que todos os mapas têm um centro e que este centro é configurado por processos históricos, culturais, sócio-políticos, enfatizou-se na caracterização do mapa da penitenciária dois campos de tensão: de um lado, como o feminino se torna a periferia do masculino que se reconhece como centro; de outro,

como as sociabilidades metropolitanas e coloniais ao se projetarem nesse espaço, reconfiguram simbolicamente o espaço-físico. Ecoa o dito por Crampe-Casnabet (1994, p. 369) “a mulher é um objeto de representação constituído por um outro sujeito diferente de si, que se coloca no seu lugar, o sujeito masculino”.

A exemplo, verificou o grau de projeção e distorção presente nas informações oficiais, que tendem a privilegiar os fatores técnicos, sem deixar de lado os fundamentos da ideologia sexista-colonial, as quais, na maioria das vezes, distorcem ângulos, formas, direção, essencializam os espaços do encarceramento das mulheres, transformando-os numa projeção da equivalência geopolítico do masculino.

E, no caso da simbolização, buscou-se a linguagem, as formas, os rituais que imprimem um sentido de territorialidade. Reforça-se o dito de que se tratou de uma descrição construída num diálogo entre o lugar de anúncio da pesquisadora, seus limites e ignorâncias, e os olhos e ouvidos das reclusas.

Nesse cenário, pode-se perceber que o modo como se imaginava a realidade arquitetônica tornou-se a matriz de referência como todas as demais dimensões de como se pensa a realidade. Pareceu ser consensual demonstrar a penitenciária como território social, e que *o que* se deveria questionar era se as relações de representação eram justas ou não, para *quem* eram representadas, e *como* eram representadas as mulheres subalternizadas nessa temporalidade e espacialidade, e como todas essas dimensões são entrelaçadas com a política de paridade de gênero.

Para se ter ideia, no caso das informações quanti-qualitativa do encarceramento brasileiro, só em 2014 divulgou-se o primeiro relatório específico a respeito da população feminina, e isso foi do fruto das lutas feministas por visibilidade no interior de um sistema de penal como ferramenta de opressão social. O relatório tratava-se de uma das ações previstas no plano de metas da Política Nacional de Atenção à Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), a época instituída pelo Ministério da Justiça e Secretaria de Políticas para as Mulheres, por meio da Portaria Interministerial nº 210/14, a qual previa a criação e reformulação de bancos de dados em âmbito estadual com informações relativas às mulheres em condição de reclusão.

Mesmo com essa determinação institucional, se percebeu que há uma grande deficiência de informações, de indicadores oficiais e da caracterização das condições de gênero que favoreçam a visibilidade de uma cartografia do encarceramento no feminino. O

Relatório do INFOPEN/Mulheres de junho de 2014<sup>74</sup> transformou-se num espelho torvo das informações do masculino.<sup>75</sup> De acordo com o relatório, o Brasil possuía no primeiro semestre de 2014, uma população carcerária constituída por homens e mulheres, que ultrapassava seiscentos mil pessoas, cerca de 300 presos para cada mil habitantes no país. Nessa conjuntura, o sistema penitenciário tinha um déficit de 231.062 de vagas, quase 377 mil vagas acima do previsto. Essa taxa poderia ser ainda maior se contabilizadas as pessoas que cumprem penas em albergues domiciliares, porque de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>76</sup>, em 2014, havia cerca de 147.937 pessoas em prisão domiciliar.

Se comparado aos Estados Unidos, à China e à Rússia, os três países com maior número de pessoas no cárcere do mundo, o Brasil é o único com variação de taxa ascendente da população prisional nos últimos cinco anos. Se mantida essa tendência, a população privada de liberdade, em 2018, ultrapassará a da Rússia. Se mantido essa taxa de crescimento, o encarceramento brasileiro, em 2022, poderá ser de uma população estimada de mais de um milhão de pessoas. Acredita-se ainda que, em 2075, para cada dez brasileiros/as, um/a estará em situação de privação de liberdade.

À sombra desse cenário, conforme dados do Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London, no relatório World Female Imprisonment List-2014, aparecem mais de 700.000 mulheres presas ao redor do mundo. Nesse conjunto, o Brasil, em 2014, refletia a quinta maior população. Assim, dentre o total da população de 579.7811 custodiadas no Sistema Penitenciário Brasileiro, 37.380 correspondem as mulheres e 542.401 os homens. Em 14 anos, do período 2000 a 2014, o aumento da população feminina cresceu assustadoramente, correspondendo ao percentual de 567,4%, enquanto a média do crescimento masculino, no mesmo período, simbolizou 220,20%.

O Brasil é, pois, um País que figura mundialmente na sétima posição, com taxas de 18,5 mulheres presas a cada mil habitantes, deixando para trás a Tailândia (66,4%), Estados

<sup>74</sup> INFOPEN é um Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro criado em 2004, e é alimentado por informações fornecidas pelos gestores dos estabelecimentos prisionais das Unidades Federativas subsidias das Secretarias Estaduais de Justiça. Vale ressaltar que é uma ferramenta desenvolvida em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), cuja coordenação, acompanhamento, levantamento e sistematização dos dados é de responsabilidade do Departamento Penitenciário Nacional no âmbito do Ministério da Justiça (DEPEN).

<sup>75</sup> A pesquisadora faz uso do INFOPEN/Mulheres de junho de 2014, em virtude de, embora solicitado oficialmente à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado, por meio da gestão penitenciária, e da própria base de informações da penitenciária investigada, não foi permitido a ela acessar os livros de registro de entrada, fichas e processo do estabelecimento investigado.

<sup>76</sup> O dado do CNJ está disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf)>. Acesso em: 10/11/2015.

Unidos (64,6%), Rússia (36,9%), Taiwan (23,0%), Vietnã (22,2%) e Myanmar (18,8%). No cenário brasileiro, ante ao quantitativo populacional carcerário, quanto a distribuição dos espaços de encarceramento, 75% são destinados ao gênero masculino, 17% são presídios mistos, e apenas 7% feminino; os outros 1% não dispõem de informação. O Artigo 5, Inciso XLVIII, da Constituição Federal de 1988, determina que a pena de privação de liberdade deverá ser cumprida em estabelecimentos distintos, e de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.

O endurecimento do sistema penal afeta de maneira especial homens e mulheres advindos das zonas de exclusão radical da sociedade brasileira, especialmente negros/as, empobrecidos/as. Isso não se trata de fato isolado, mas sem dúvida, reflete os processos da globalização econômica, do empobrecimento em todo o mundo, do fruto das imposições dos mercados financeiros, da precarização do Estado-Providência, do racismo e sexismos transnacional. Mulheres e crianças são os grupos populacionais que mais fortemente recebem o impacto ocasionado por essas degradações sociais, da reestruturação do trabalho remunerado e não-remunerado, e da crescente vigilância policial e do encarceramento nas prisões.

De acordo com o Relatório INFOPEN/Mulheres 2014, 67% da população carcerária é negra. Esse percentual representa duas a cada três mulheres presas; segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, 51% da população brasileira declarou ser negra. Além disso, as mulheres em condição de encarceramento amargam baixos índices de escolarização: 50% delas não concluíram o ensino fundamental, 4% são analfabetas, 11% concluíram o ensino médio, enquanto 32% da população brasileira possui Ensino Médio completo, o que aliás uma taxa baixíssima de escolarização, haja vista que, no quadro da população prisional, apenas 8% concluíram o mesmo grau de ensino.

Em síntese, as informações quanti-qualitativa oficiais sobre o encarceramento feminino no Brasil demonstram o quanto o sexismo e a gesta colonial andam de mãos juntas, acentuando a tensão entre emancipação social e apropriação e violência.<sup>77</sup> As estruturas

---

<sup>77</sup> Santos (2000) tem defendido que o projeto sociocultural e político da modernidade assenta em dois princípios: o pilar da regulação e o pilar da emancipação social. A tensão entre esses dois pilares (ideia de ordem boa e ordem má), já que cada um desses pilares é composto por três princípios ou lógicas: o pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, do mercado, da comunidade. No caso, o princípio do Estado, cuja formulação remonta a Hobbes, incorpora a obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, numa relação assegurada pela coerção e pela legitimidade; o princípio do Mercado, desenvolvido por Locke e Adam Smith, consiste na obrigação horizontal, estabelecida com base no autointeresse mútuo, entre os agentes e o mercado; o princípio da comunidade assenta na teoria sociopolítica de Rousseau, que comporta uma obrigação horizontal que liga os indivíduos de acordo como o critério de pertença não estatais e não mercantil (SANTOS, 2000). Diz ainda o autor, que o pilar da emancipação social é construído por três lógicas de racionalidade, tais como identificadas em Weber: a racionalidade estética-expressiva das artes e da literatura; a racionalidade cognitivo-

competentes do Estado, advindas desse processo, tendem a representar as mulheres como objeto da ação defensiva a serem dominadas, enquanto ameaças, desconhecidas e diferentes para um outro gênero que se pressupõem centro. O Relatório do INFOPEN/Mulheres 2014, numa perspectiva crítica feminista, parece ainda carregar muito de uma linguagem assentada na lógica de que quem emite o discurso é sempre superior àquele que escuta ou àquele de quem se fala, e nessa relação assimétrica de poder, o ser mulher é representada como objeto. São transformadas na deformidade naturalizada de que o ser mulher só poderá ser concebido como uma categoria inferior, definida pelos olhos dos homens que nada lhes pergunta ou lhes permite falar.

As informações oficiais consistem na produção de ausências, negando-se a explicitar um conjunto de dimorfismos sócio-políticos e culturais, caracterizadas por relações de poder que tanto inferiorizam quanto criam a naturalização daquilo que foi produzido como ausência. A invisibilidade das mulheres é o nome da presença subalterna atribuída pelo grupo dominante, e é uma condição sociopolítica para aquelas de ambos os lados da linha abissal. Do lado de cá, em relação às reclusas, pouco se sabe, por exemplo, das condições de gravidez ou não, se lactantes, o número, a idade e a situação de custódia ou guarda de filhos e filhas, a localização da prole, se possuem filhos/as deficientes, se há casos de violência familiar. E, do outro lado da linha, em relação às trabalhadoras do sistema prisional, sequer são citadas nas informações oficiais<sup>78</sup> do INFOPEN, despreza-se suas condições de precarização das relações de trabalho, insalubridade, condições de saúde física e mental, o número, as idades e a situação de filhos e filhas, dentre outras questões que as afetam.

A escala de representação fez perceber que tudo aquilo que diz respeito ao feminino, localiza-se na periferia do sistema de justiça, é o lugar do não-lugar, do não-ser, onde sistematicamente as mulheres têm sido postas, numa estrutura misogênica e violenta. Por isso, as contradições geopolíticas são mais visíveis quando vistas das margens para o centro. Este

---

instrumental da ciência e da tecnologia e a racionalidade moral prática da ética e do direito. Assim, Santos (2007) tem subsidiado os debates da tensão entre regulação e emancipação, caracterizando as sociedades metropolitanas; essa tensão, entretanto, não é aplicada às sociedades coloniais; para as sociedades colonizadas aquilo que prevalece é a dicotomia entre apropriação/violência.

<sup>78</sup> Nesse contexto, percebe-se que mesmo as Regras de Bangkok, aprovadas em 2010, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, figurada como um marco normativo internacional com o objetivo de estabelecer as balizas aos Estados, voltadas à aplicação de medidas não privativas de liberdade para mulheres em conflitos com a lei. O documento preconiza e estabelece as diretrizes de implantação pelos Estados-Nação de medidas prioritárias não privativas de liberdade, ou seja, ações que evitem a entrada no sistema carcerário de mulheres, principalmente para as hipóteses em que ainda não exista decisão condenatória transitada em julgado. Mas, no caso brasileiro, embora sua ativa participação nas negociações do texto, somente em 2016, após pressão da sociedade civil protagonizada pelo trabalho do ITTC e da Pastoral Carcerária, que foi publicada a tradução oficial do tratado internacional, demonstrando o quanto sua prática efetiva está distante da realidade.

déficit de diferenciação e de identificação criou um vazio substantivo residual colonial, ao tempo que consolida uma forma cultural muito específica de colonialismo de gênero.

E no âmbito dos estudos subalternos, a elevação dos índices de encarceramento feminino chama atenção ao fato de que a injustiça de gênero é cingida pelo agravamento da distribuição dos bens econômicos e simbólicos, e pelas dimensões de representação, identidade e diferenças, abarcando os eixos de subordinação, incluindo a diferença sexual, a raça, a etnicidade, a sexualidade, a religião e a nacionalidade. Portanto, esses índices dizem muito a respeito das injustiças dos status de classe, político, cultural, e consequentemente, a justiça social já não se cinge só as questões de distribuição econômica, mas abrange também questões de representação, identidade e diferença (FRASER, 2009).

Não se poderia deixar de assinalar, que ante a essas informações quantitativas e a vivência etnográfica, percebe-se a monstruosidade da monocultura da classificação social como o reflexo do espelho do colonialismo, cuja superação não se deu com o fim do regime escravista, pois continua a subordinar as/os negras/os, as linhas do não-ser como existência política e ontológica, seja como retórica ou convenção social, daquilo que tem prevalecido da violação histórica, jurídica-política-social dos direitos fundamentais.

Argumenta-se ser imprescindível perceber que a redução do encarceramento feminino<sup>79</sup> articula-se à justiça de gênero, de modo tridimensional abarcando a redistribuição socioeconômica, o reconhecimento e a representação em termos legais, culturais, político e social de modo interseccional. Uma cartografia pós-abissal do encarceramento no feminino terá de trazer a emergência para a emancipação dos direitos da mulher, o fim da violência de gênero, a sexualidade, da racialização dos corpos, políticas de inclusão social de si e de sua família, e, sobretudo, de revelar e credibilizar a diversidade e a multiplicidade das práticas sociais que estiveram ou ainda estão à sombra das práticas hegemônicas das políticas penitenciárias patriarcais e violentas.

#### **4.2 A penitenciária em estudo: o olhar por dentro**

Ao definir o conceito de “instituições totais”, Goffman (1968) configurou as prisões na modernidade, como lugar sociopolítico destinadas a longa permanência e/ou confinamento de grupos e pessoas, separadas das chamadas sociedades “complexas” ou “urbanas”. Uma das dimensões que caracteriza as penitenciárias, de modo geral, é o rito de ruptura do mundo

---

<sup>79</sup> O termo *mulheres subalternas* engloba mulheres trans, bissexuais, lésbicas, indígenas, negras, empobrecidas, de nacionalidades múltiplas, etc.



social ao mundo do confinamento individual, no qual seus partícipes ou coparticipantes têm em princípio uma identidade social comum, estando submetidas/os ou tuteladas/os a uma gestão e a uma autoridade.

Mas apesar de muitos acreditarem que o encarceramento tenha surgido na modernidade, é possível notar entre os séculos XVI a XVIII, uma grande diversidade de castigos voltados aos infratores das normas sociais imperantes da época, variando em açoites, suplícios, vergonha pública, serviços de escravidão nas galerias ou nas forças armadas, deportação, reclusão em prisões eclesiásticas, hospícios de pobres, pena de morte, casas de correção ou de misericórdia. Eram variadas as formas de punição, e não havia, portanto, um pensamento único a respeito do encarceramento como regime penal pautado na privação da liberdade.

A partir do século XVIII e XIX, além das casas de correção, dos conventos, das prisões, aliam-se ao controle dos/as indesejáveis sociais, os manicômios, instituições que substanciam o conceito de prisão como lugares geopolíticos de controle social, de todos aqueles/as considerados criminosos/as, dos/as indesejáveis, perigosos/as para a ordem social dominante. Nesses períodos, não se verificava a existência de construções de prédios próprios, tampouco o Pan-óptico foucaultiano. Nesse caso, os conventos eram as construções preferidas para serem convertidas em prisões, em virtude da solidez de suas construções, e do modelo monástico de isolamento, assim como os hospitais e os fortes militares.<sup>80</sup>

Em geral, os espaços de encarceramento eram conjuntamente partilhados por homens, mulheres, velhos e crianças, sem quaisquer critérios de separação; de outro, eram caracterizados pelas condições de insalubridade, a massificação da população encarcerada, a proliferação de enfermidades endêmicas, mortes, acidentes, agressões, torturas, estupros, degradação física, fome, ou seja, toda sorte de condições desfavoráveis à vida. Embora os primeiros centros de reclusão pré-modernos fossem exclusivamente femininos, tendo uma orientação marcadamente moralizadora, claramente dirigida à *natureza viciada* das mulheres perdidas, mundanas, pobres, prostitutas, miseráveis, vagabundas, mendigas, ladras, há um silenciamento historiográfico a este respeito. Raramente as prisões de mulheres são citadas nos livros da modernidade ocidental, evidenciando o mencionado, ao longo do quadro analítico teórico até aqui exposto.

---

<sup>80</sup> Na Europa do século XVI, a maioria das cidades já dispunham de casas de correção ou instituições similares, cuja função era transformar e corrigir condutas sociais invejáveis. A exemplo, na Inglaterra, *Workhouse*; na França, os *hospitoux généraux*; na Espanha (Barcelona, Sevilha, Madri, Toledo, Granada), as “casas de trabalho e correção”.

Almeda (2002, p. 17) lembra o discurso publicado em 1598, pelo médico Cristóbal Pérez de Herrero, defensor da implantação de cárceres para as mulheres:

[...] a donde condenen de oy más la justicias de V.M (repartido por seus distritos) á las vagabundas, ociosas o delincuentes de hurtis, hechicerías i embustes, o de otros delitis, por uno, das tres o más anos, y aúm por dies, conforme a sus culpas;y de por vida, a la que mereciere casi pena de muerte.

Nota-se a influência de Herrero em Magdalena de San Jerônimo, ao elaborar seu breve tratado *Razón y forma de la Galera y Casa Real*, publicado em 1608, escrito ao governar um centro de reclusão, ou melhor, um *convento para mulheres desviadas* na Espanha. O documento manual reforçava os estereótipos sexistas, o controle da sexualidade feminina, e pobreza como delinquência, descrevendo literalmente as mulheres como vagabundas, desonestas e ociosas. Muitas delas menores de 16 anos de idade, que se sustentavam com seu *mal viver* (prostituição), e como bestas feras vagavam à noite nas ruas em busca de suas caças – os homens miseráveis e descuidados, caídos nos laços de Satanás por conta dessas mulheres de mal viver.

Nessa lógica, o encarceramento se torna o lugar dessas mulheres de alma perdida e afastadas de Deus, e a prisão assume claramente a doutrinação cristã, reforçando a nefasta aliança colonial entre coroa-igreja-patriarcado. As reclusas eram obrigadas a se confessarem, a comungarem e a assistirem missas diariamente. O sistema carcerário feminino nasceu, e por muito continua, encoberto sob o véu de princípios morais, religiosos, e de preservação dos bons costumes e da castidade feminina (ALMEIDA, 2012).

Verifica-se com o advento do capitalismo industrial, o aumento do número de encarcerados/as como forma de castigo, e/ou como meio de conter as revoltas populares, até então uma tarefa militar. Para preveni-las, tem-se o nascimento de um complexo sistema de justiça-polícia-prisão, uma tríade direcionada especialmente aos *violentos* da plebe. Para aqueles/as considerados/as prontos/as à ação armada no interior dos movimentos populares revolucionários, transformou-se num eficiente aparato jurídico-normativo de controle social, cujo caráter eurocêntrico foi importado e apropriado nas coloniais.

Nesse universo, sujeitos são facilmente transformados em objetos. Sua função tem, como via de regra, a mesma lógica apontada por Hinkelammert (1983), como “o fetichismo das instituições”, que é o espírito simbólico desenhado num invisível, que distribui vida ou morte segundo suas próprias leis, sendo que as pessoas, para sobreviverem a elas, as incorporam sem poderem protestar. Mas, não se pode esquecer que é um mundo vivido regido

pela ação humana, e toda ação humana é intersubjetiva, ocupa as coisas, as ações, a técnica e o tempo, é precha de sentidos de como os sujeitos que dela participam se incluem, carregando em si a pluridimensionalidade de conflitos, tensões e disputas.

A penitenciária na condição de instituição total, marca a mortificação social esculpida na nudez da desposseção de si. Em linhas gerais, pode ser descrita como um espaço de territorialidade conflitiva, acentuada pelas interações entre as subordinadas e as subordinantes, um lugar de deterioração do ser como existência, já que a vida de quem a habita na condição de reclusão é algo que lhes acontece. Todas as atividades rotineiras consideradas essenciais, como dormir, tomar banho, realizar as refeições diárias, etc, são planejadas e condicionadas por outrem como regras de sujeição, isto é, há uma infantilização do ser como forma de semiescravidão.

Mas é também uma instituição de hibridização de poder. O conjunto das pessoas que nela se exercem, disputam a cada instante o poder, e, em função da força de cada um, a virtualidade da lógica desigual do poder se manifesta. O poder, que caracteriza esse espaço-tempo, distingue-se por se tratar de duas ordens: uma que é o aparato normativo-disciplinador do Estado, expresso na tríade dos sistemas de justiça-polícia-prisão, vivificados nos meios de sujeição às regras e procedimentos que os permeiam, e fazem circular os efeitos do poder de modo ininterrupto, adaptável e individual, com seu “regime de verdades”.

Mas há também uma outra ordem que circula na penitenciária, e é produzida por ela e não pelo Estado, segundo regras, princípios e mecanismos autônomos, que é o poder das microrrelações intersubjetivas, que não é apenas uma força coercitiva da negação, mas uma rede estruturada na qual permeia práticas, retóricas, linguagens, saberes e de micropoderes.

As vivências empíricas no terreno da investigação fizeram perceber que o poder nunca é exercido numa forma pura e exclusiva, mas sim, numa formação de constelações de diferentes formas de poder. Reconfigura-se o acentrismo do poder estatal, ao tempo que se recriam microrrelações sociais repletas de hibridismo do exercício de poder, uma ambiência simbiótica ente as microrrelações e o aparato dos aparelhos estatais.<sup>81</sup> Nessa conjunção de

---

<sup>81</sup> Mesma atenta a essas críticas à “microfísica de poder” foucaultiano, é inegável o seu contributo à compreensão do poder nas sociedades contemporâneas, principalmente alinhada à teoria feminista que possibilita um pensamento pós-abissal de uma penitenciária para as mulheres e não de mulheres. Mas, o autor exagera na compreensão da incompatibilidade mútua entre as duas formas de poder, ignorando as complexas cumplicidades, articulações e interpenetração entre ambas as formas do exercício do poder. Além disso, se o poder está de todo o lado, não está em lado algum, é difuso, sem existência de estruturação nem hierarquização. Significa que conceder poder às pessoas é sempre uma forma de intensificar a sua participação nos mecanismos de subjetividade-sujeição que as subjugam, e portanto, na perspectiva da microfísica do poder, não há enquadramento estratégico para a emancipação social, e toda luta emancipatória nada mais é do que uma afirmação de vontade de regulação. ( SANTOS, 2010).

poderes, verificou-se que o poder disciplinar não é um poder de soma zero, nem um exercício do assimétrico do topo para a base, nem do centro para a periferia, nem assenta na horizontalidade entre governante e governado. Verificou-se que uma territorialidade como um campo de disputas, há um contínuo relacional entre o espaço formal (físico) e não-formal (simbólico) que esculpe os lugares e os não-lugares, o visível e o invisível, esboçando uma antologia quiasmática como transcendência num conjunto de inter-relações de poderes da ordem estatal e não-estatal.

No modo como cada segmento apropria-se desse espaço, emergem ao menos dois discursos e práticas, as das reclusas subalternizadas que recriam uma *fala de baixo*, silenciosa, mas não silenciadas, e o discurso da violência estrutural na forma de coerção, ameaça e repressão imposta pelo Estado por meio dos seus agentes. Essas duas perspectivas, como convergências e divergências, recriam, constroem seus códigos, suas normas, suas representações de espacialidade e significação, por meio de uma linguagem própria.

Pela via da tradução hermenêutica diatópica, é possível perceber a cartografia-abissal que esculpe os sentidos simbólicos configurativos da espacialidade geográfica, que é também geopolítica da prisão. Por isso, um dos desafios envolvidos na construção do mapa arquetônico da penitenciária, em termos de mecanismos da escala aplicada à ação social, foi reconhecer as diferentes noções de domínio que separam a territorialidade formal da prisão (os pavilhões administrativos), onde, por um lado, percebe-se fortemente a territorialidade dos/as agentes do Estado, e por outro, o pavilhão destinado às reclusas, que por mais radicais que sejam os contrastes, no investimento do poder coercitivo sobre esses espaços, haverá sempre demarcações de uma territorialidade contrastiva com o poder coercitivo recriado pelas subalternas e reconhecido pelo sistema.

#### 4.2.1 Os lugares entre lugares da penitenciária

A penitenciária feminina pesquisada foi criada no ano 2000, com capacidade para atender 180 mulheres reclusas, mas já chegou a abrigar uma população carcerária feminina de 560 mulheres, entre condenadas e aquelas que aguardam sentenças, no caso as provisórias. Na época da pesquisa, o número populacional variava entre 190 a 170 mulheres. Essa penitenciária está situada em um bairro periférico da cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso; esse bairro abriga a classe dos trabalhadores que atua no distrito industrial da cidade.

A primeira penitenciária construída nessa localidade correspondeu a penitenciária masculina. Era um espaço de fusão entre o rural-urbano da cidade, já que em seu entorno se verificava apenas pequenas propriedades rurais. A medida que o entorno do bairro crescia e era urbanizado, ocorreram uma série de protestos da comunidade de moradores, reivindicando a mudança do nome dessa penitenciária masculina, que até então era conhecida pelo nome do bairro. Os moradores justificavam a mudança do nome pelo fato de também carregarem o estigma social associado ao imaginário da marginalidade, da violência, que ocasionava a discriminação das pessoas que vivem no bairro. Após os protestos, a penitenciária masculina passou a se chamar Penitenciária Masculina Central do Estado (PCE).

Todavia, embora a comunidade do bairro protestasse a respeito da associação do seu nome com o do presídio masculino, é ele, o presídio, um verdadeiro gerador de renda econômica em dias de visita. Observou-se um verdadeiro exército de ambulantes, que com suas barracas movimentam o comércio de compra e venda. Vende-se de tudo: comida, material de limpeza, inclusive roupas para as visitas desavisadas, porque o sistema prisional impõe regras do tipo de vestuários para se adentrar na prisão. Não é permitida a entrada, por exemplo, com roupas pretas ou decotadas, sendo exigido o uso de roupas brancas. No entanto, não sendo possível perceber se grande parte desses vendedores ambulantes são comerciantes do bairro ou não, mas fato é que a cartografia no entorno da prisão masculina se modifica nos dias de visita.

Mas por que começar falando da PCE para apresentar a penitenciária feminina?

Ambas as penitenciárias são separadas geograficamente por uma rua, e ocupam o mesmo quarteirão. Mas há uma outra linha geopolítica que as separam, que é a diferenciação social-política-ontológica entre homens e mulheres, uma linha abissal assentada na assimetria do poder desigual das zonas de exclusões entre os gêneros. A rua que separa as penitenciárias (Figura 12) é a metáfora da divisão distributiva, que acentua as estruturas simbólicas e materiais da subordinação dos conflitos sociais, e da fratura da política de reconhecimento e da representação.

Figura 12 – Planta alta



Fonte: Google Earth.

É uma das alegorias ilustrativas das relações espaciais que tanto dividem universos distintos entre homens e mulheres, como também estabelece diferenças, inexistências e ausências; é a linha divisória sacrificial do mundo carcerário feminino em detrimento do masculino.

Uma das projeções simbólicas dessa rua abissal foi verificada nas filas (Figura 13, 14). Nelas era perceptível a materialidade da transescala disfuncional do estatuto e o lugar das mulheres na sociedade. As longas filas da penitenciária masculina nem de longe correspondem a escassez de visitantes às reclusas femininas. Em dias de visita do lado de lá no masculino, pode-se estimar em média 1.000 pessoas, perceptível no aglomerado de mulheres visitantes de todas as idades, indo de bebês de colo a senhoras de aproximadamente 70-80 anos de idade. As visitas ocorrem duas vezes por semana, enquanto a das mulheres ocorre apenas aos domingos, exceto na primeira quarta-feira de cada mês.

Do lado de cá da linha no feminino, a média por dia é de aproximadamente 50 pessoas, mas há dias de não ter nenhum/a visitante para as mulheres em reclusão, o que faz pensar que há nas filas dos visitantes uma geopolítica que ultrapassa as fronteiras do ecológico, abrangendo a vida social. Há claramente um abismo de diferenciação, um fosso que separa os gêneros. Enquanto do lado masculino tem-se um enorme galpão construído com bancos, cantinas e alguns brinquedos para as crianças, do lado feminino apenas algumas poucas árvores abrigam as visitas nos dias de chuva e sol. Do lado de lá, observou-se que aproximadamente 90% das visitas serem do gênero feminino; do lado de cá, o seu inverso não é verdadeiro, nem 10% das visitas eram masculinas. As poucas visitas correspondiam a mães, irmãs, irmãos, ex-reclusas, alguns poucos pais ou companheiros das presas.

Figura 13 – A fila



Fonte: Registro da autora.

Figura 14 – A fila das visitas



Fonte: Registro da autora.

Observar essa distintividade do aglomerado das longas filas de visitantes revela muito de uma lógica patriarcal, que põe em desequilíbrio as relações de poder entre homens e mulheres, refundada numa representação simbólica e estrutural feminina com base na inalienável missão das mulheres do cuidar, a maternidade e a domesticidade. E esses aspectos têm um impacto nas diferentes esferas da vida social, política e cultural.

A fronteira que divide o contado entre os de dentro e os de fora é o enorme portão de aço pintado de preto, que na dureza do metal, esconde uma porta individual, e uma pequena janela viseira separa o intramuro e o extramuro. Na forma de apartheid social, remete à ideia da apropriação e violência como um dos instrumentos mais eficazes do colonialismo, e essa é uma das instituições que melhor se verifica a institucionalização de um regime de opressão, claramente um mundo cortado ao meio. Na porta de entrada, o porta-voz do colono e do regime de opressão são os/as soldados/as, ou melhor, o corpo-da-guarda, que são agentes penitenciários travestidos de um imaginário de policiais militares.

No interior da prisão, próximo ao portão de entrada, embora não tenha um espaço formal, os agentes prisionais ficam sentados em cadeira universitária, num sol escaldante de mais de 40 graus. Situa-se ali, o espaço nominado como o *corpo da guarda*. É uma territorialidade constituída majoritariamente por um corpo masculino, sobre quem recaem nos ombros a responsabilidade pela segurança da entrada da penitenciária, e o apoio à segurança interna, quando necessário.

O corpo da guarda foi descrito por uma das mulheres trabalhadoras:

O corpo da guarda é a segurança da entrada, é identificar, revistar quem tá entrando, é inibir algum ataque de fora pra dentro, isso é o corpo da guarda. É a guarda e o corpo é aquele ali, entendeu? Todos nós fazemos guarda, mas ali na entrada é o corpo da guarda, ali é onde realmente vai inibir quem entra e quem sai da unidade, faz a segurança geral da entrada dos portões. Os guardas ficam onde era o alojamento antigamente! Só que olhando a estrutura da unidade, aquele alojamento ficava muito vulnerável, porque aquele muro do outro lado é menor, mais baixo. Aí todo mundo dormindo, entra um pula, rende todo mundo e tchau! Então, mudou onde era o alojamento do corpo da guarda, agora é um depósito, um almoxarifado com os tecidos, uniformes e colchões (informação verbal).<sup>82</sup>

Mas, do lugar de observação da pesquisadora, observou tratar-se de uma territorialidade não apenas geográfica, como também simbólica, regida por interações entre os/as trabalhadores/as do sistema prisional, lugar que abrigava refeições, descanso noturno, quando todos/as se aglomeram, ora sentados num grande banco de madeira, ou em cadeiras universitárias para conversarem, rirem e assistirem à televisão. Outras vezes, cotidianamente, sentavam-se debaixo de uma pequena árvore, escondem-se do sol escaldante, ao tempo que se revezam entre conversas, abrir o portão da penitenciária, ajudar na guarda da entrada e saída do caminhão de alimentos, das viaturas oficiais destinadas à escolta das reclusas.

Há, todavia, a um marco que divide o mundo das reclusas e o mundo das/os agentes trabalhadoras/es da penitenciária, e ele é representado pelo espaço da revisoria. A revisoria (Figura 15) parece ser a segunda grande porta de entrada, tanto é meio de acesso ao bloco destinado às reclusas, quanto é o elo com a ala administrativa. Uma das trabalhadoras assim a descreveu:

A revisoria, é a parte burocrática que documenta tudo, é onde registra tudo, é onde fica o livro ata, e o livro de ocorrência. Aquele livro é o que nos respalda de tudo! É a palavra perfeita do que é dado, há muitas histórias, ali realmente! Ali é tudo...tudo...tudo! E tem que ser bem detalhado, ali tem a vida da unidade, é o histórico da unidade. Depois ainda na entrada, fica o administrativo, o parlatório, é o penal. O penal seria o cartório da unidade, as pastas, tudo é ali dentro. E, ao lado dessa sala, tem um lado que é o refeitório, uma sala é só refeitório, e de lá que tinha um antigo alojamento que virou almoxarifado, onde tem uns guardados ali, e tem lá uns banheiros (informação verbal).<sup>83</sup>

<sup>82</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>83</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.



Figura 15 - A revisoria



Fonte: Registro da autora.

A revisoria é o lugar de recepção da penitenciária e se liga diretamente ao corpo da guarda, à administração geral da instituição, e ao cartório de registro, é o espaço de uma pequena sala com mesa, um conjunto de cadeiras longarinas com almofadas rasgadas e sujas, contrapondo-se à obra de arte fixada na parede próxima à janela da sala. Liga-se ainda a uma antessala, muitas vezes utilizada como espaço para a espera das reclusas que aguardam algum tipo de movimentação externa. Há um portão eletrônico (Figura 16) utilizado para vistoriar a entrada de metais, semelhantes como os que se vê nos portões de embarque dos aeroportos, embora desativado.

Figura 16 – O portão eletrônico



Fonte: Registro da autora.

A revisoria é um espaço obrigatório a todos que adentram a instituição, tais como: advogadas, visitantes, oficiais de justiça, pesquisadores, voluntários religiosos ou não, professores, servidores públicos de outras instituições, familiares. Todos e todas que não fazem parte do quadro de funcionários da unidade se apresentam à servidora do dia, que deles solicita um documento de identificação pessoal e, num grande caderno do tipo de Livro de Ata, processa analogicamente uma escritura autorizando as entradas nas dependências. Também registra-se ao final do dia todas as ocorrências.

Ainda ligada a revisoria, do lado externo há uma pequena mesa de cimento utilizada em dias de visita para revista dos visitantes, procurando-se possíveis objetos ilícitos, como drogas e celulares. Procede-se a revista de bolsas, mochilas, comidas, e demais objetos e equipamentos que irão adentrar o espaço da penitenciária.

E é nesse espaço aberto que os jumbos<sup>84</sup> (Figura 17) são pesados e revistados. Os alimentos devem ser acoplados em vasilhames transparentes e não podem ultrapassar o peso estabelecido pelo sistema penitenciário. Observa-los, era o retrato da precarização da vida, pois muitas vezes, os recipientes traziam apenas o arroz, feijão, um ovo frito e umas poucas rodela de tomate, deixando claro que a reclusão esconde a exclusão social do extramuro, e a precarização da vida.

Figura 17 – O jumbo



Fonte: Registro da autora.

---

<sup>84</sup> Jumbo é a linguagem da cadeia para designar a sacola de gênero alimentício trazida por parentes, familiares e amigos visitantes das reclusas nos dias destinados à visita na penitenciária.

Quanto aos alojamentos das/os trabalhadoras/as, são outras dependências ligadas e/ou próximas à revisoria, como os banheiros femininos e masculinos dos funcionários. Esses banheiros se destinam ao refazimento da equipe de plantão ao final da jornada do primeiro turno de trabalho do dia. Os alojamentos das/os agentes penitenciárias/os não são mistos, são separados por gênero. Neles se observou a existência de ar-condicionado, camas de solteiro para o sono da hora do almoço, que ocorre entre as 12 e as 14 horas, e para o descanso noturno após 12 horas de serviço. Cada um dos 04 grupos de plantonistas de servidoras/es cumpre uma jornada de 24 horas de serviço por 72 horas de descanso. Em face da jornada de trabalho, era comum ouvir das/os trabalhadoras/es, a frase “nós cumprimos pena junta com a presa”.

A frase esconde a rivalidade entre as trabalhadoras e as reclusas, e naturaliza um sistema de relações desiguais, porque as mulheres trabalhadoras do sistema, muito diferentemente das mulheres reclusas, exercem atividade remunerada pelo Estado, são reconhecidas como cidadãs, e portanto, e não se pode dizer que sejam abissalmente excluídas e obliteradas. Embora sofram a discriminação de gênero, não se pode colocá-las na mesma posição vivencial ou institucional das reclusas.

Próximo ao alojamento feminino das trabalhadoras do sistema, há uma pequena cozinha que é utilizada pelas profissionais para o preparo das refeições; dependendo do plantão, de qualquer modo, é utilizada pelos funcionários da contenção, da revisoria e do corpo da guarda, como suporte para as refeições. No espaço têm-se disponíveis os utensílios domésticos como panelas, pratos, talheres, facas, dentro outros utensílios de cozinha. Entretanto, vale ressaltar que o lodo e as paredes sujas fazem parte desse cenário. Registra-se que o preparo da comida da equipe dirigente<sup>85</sup> era realizado pelas reclusas que trabalham na cozinha, as mesmas da confeitaria da prisão, sendo servida numa outra cozinha.

Próxima à porta do alojamento feminino, há uma escadaria que é a via de acesso à chamada muralha, que nada mais é que um corredor de cimento que circula toda a penitenciária, utilizado para visualizar de cima a prisão. Ao fim do corredor há uma porta de saída ligando esse bloco administrativo a uma área externa, uma quadra pequena que serve de estacionamento para os veículos dos funcionários plantonistas, e para as viaturas de serviço da prisão. Há também um poço artesiano e um vasto espaço ocioso com matos e gramas.

O bloco espacial destinado aos serviços administrativos não possui ligação interior com os pavilhões destinados às reclusas. Nesse bloco, estão as salas da direção, da

---

<sup>85</sup> Incluídas aquelas em função de diretoria, subdiretoria, chefia disciplinar, administração da documentação e pedagógica.

subdireção, da coordenação pedagógica, do chefe de disciplina, do cartório de registro documental das reclusas, conjugadas ao parlatório. Nesse mesmo bloco, mas com portas de entradas independentes, há um refeitório com uma minicozinha para as trabalhadoras, uma lavanderia, um banheiro com vários sanitários, em parte utilizados como depósito para objetos como roupas de cama. Existem também outras salas utilizadas como almoxarifado dos tecidos utilizados na oficina de costura, ou ainda, como guarda-roupa das reclusas quando chegam para adentrar a prisão.

#### 4.2.2 Corredor: corredor, corre a dor, dor corre no corredor

A observação etnográfica captou de modo limitado os modos como se expressam o controle das pessoas que circulam naquele espaço. Mas pode-se visualizar de modo geral, que o bloco interno destinado às mulheres reclusas não tem ligação direta com os blocos da revisória ou com o da administração penitenciária. Para ascender a esses espaços é necessário atravessar zonas descobertas dentro do complexo prisional passando pela revisoria. O bloco interno, na verdade, parece ter um formato de “T” de cabeça para baixo: do lado direito de quem entra na penitenciária, é o maior espaço prisional destinado às reclusas. E em linha reta, é o maior destinado às reclusas.

O corredor no pavilhão (Figura 18) é o elo entre as salas de aula, os blocos destinados ao convívio das presas, as quadras, a triagem, as salas de aula, e os espaços desativados da creche e do berçário, a cozinha, a ala médica (enfermaria, consultório, sala odontológica, sala de psicologia e assistência social), a sala de costura, e a sala de eventos, sala utilizada para aulas e eventos. Próximo a essas salas, há, ainda, uma sala destinada a um *minimercadinho*, um salão de beleza e uma cozinha, outrora, semi-industrial.<sup>86</sup> Tem-se ainda nesse bloco, ligados ao corredor, a ala médica, com enfermaria, sala de dentista, enfermagem e sala da assistente social. Esse foi um dos espaços ao qual a pesquisadora não pode ter acesso. E, ao final do corredor, o espaço destinado ao aglomeramento das agentes penitenciárias que exercem função de contenção, próximo à ala da triagem das reclusas que ficam de castigo, ou que chegam a unidade.

Diariamente, o movimento do corredor é intenso. É um vai e vem da equipe de contenção feminina, que se aglomeram e se organizam ao fundo do corredor, cumprindo a

---

<sup>86</sup> O salão de beleza, a cozinha e o mercadinho serão apresentados nos capítulos posteriores.

responsabilidade de acompanhar, fiscalizar, supervisionar as entradas e saídas das reclusas dos raios.

Figura 18 – Portão do corredor



Fonte: Registro da autora.

Asseguram que as reclusas façam o que é claramente determinado, a infração das regras implica em sansões e punições. O corredor carrega o sentido invisível do visível do exercício do poder do Estado-policial representado por suas agentes sobre outras mulheres. A mobilidade social das reclusas perpassa o corredor. Diariamente, primeiro retiram-se as reclusas do raio das trabalhadoras vinculada ao extramuros, são elas as responsáveis pela limpeza predial das unidades e setores vinculados à Secretaria de Estado de Justiça e Direito Humanos. Depois são retiradas ainda deste mesmo raio, as reclusas trabalhadoras do intramuros, que são aquelas responsáveis pela limpeza da área administrativa, da retirada dos sacos de lixos de toda a prisão, do trabalho na costura/confecção dos uniformes, na cozinha dos salgados.

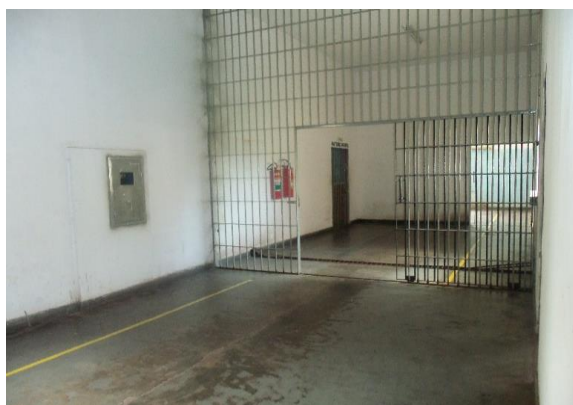
Registra-se que no lugar onde deveria ter um hidrômetro de bombeiros, é apenas um buraco na parede, e que ao invés dos equipamentos obrigatórios de combate a incêndio, tem um balde branco reciclado de alimentos em conversa que serve de guarda-chaves e cadeados. As chaves são as mesmas que abrem todas as grades do corredor, dos minirrefeitórios

desativados que antecedem o portão dos raios, e são também as chaves dos portões dos raios, das celas, das salas de aula, do mercadinho, do salão, da cozinha etc.

Seguidamente, retiravam-se dos demais raios aquelas reclusas que participam das salas de aula, dos cursos internos, outras à enfermaria, à consultas, às audiências, às conversas com seus respectivos advogados ou equipe dos/as defensores/as públicos/as. Há, ainda, aquelas em processo de chegada ou de saída da unidade. O corredor é o espaço de mobilidade social grosseiramente limitado, onde até mesmo as conversas entre as reclusas são frequentemente coibidas e disciplinadas.

Mas particularmente para uma das participantes da pesquisa, o ponto de vista que tem o corredor para si é o de solidão em dias de feriados ou fins de semana, quando a mobilidade social no corredor é praticamente inexistente.

Figura 19 – O corredor (I)



Fonte: Registro de Taynara.

Figura 20 – O corredor (II)



Fonte: Registro de Taynara.

Essas são duas fotos! Elas são bem parecidas! É uma do lado de cá, outra do lado de lá, porque eu tirei essa foto? Era um dia de sábado e quase não tem ninguém na cadeia, é pra mostrar como é que é a cadeia, só grade. A gente só vê quadrado, quadrado, quadrado, quadrado! É a solidão que é aqui dentro (informação verbal).<sup>87</sup>

O vazio revela a censura imposta pela dominação hegemônica estatal como ordem normativa. Mas, além da interpretação dos sentidos da solidão, descobriu-se num outro depoimento que o corredor é o caminho da subversão, por vezes, é a via estratégica por onde a luta daquelas mulheres subalternizadas perpassa, expressando muito de um cosmopolitismo subalterno, ligado a um sistema de inteligência prisional das reclusas. O desvelar do corredor na perspectiva do olhar de dentro, fez compreender que este espaço carrega a ambiguidade das relações sociais híbridas. Como zona de contato, é traduzido de modos distintos, de um lado viu-se o controle social, e de outro, a ecologia de saberes de resistência. Há uma emergência nascida da luta por sobrevivência que se utiliza como estratégia a interpretação do silêncio, conforme descrito a seguir:

Professora, vou te contar uma coisa! Quando a gente escuta o silêncio na cadeia, quando a gente percebe daqui do raio que não tem retirada das presas dos raios, quando não escutamos nada, só o silêncio do corredor..., ficamos em alerta! Daí o que que eu faço? Como sou das antigas, finjo que to com alguma dor, ou que meu advogado ta chamando, ou que tenho alguém na revisória, invento uma história! Porque tenho que sair do raio, nisso eu observo o corredor, a movimentação da contenção, fico de olho se tem outras pessoas diferentes, ou o grupo do SOE, se tem o grupo do SOE! Se tem armamento, se todas as agentes estão mais sérias, com óculos escuros, falando baixo entre elas, às vezes escuto coisas, outras procuro ler o que elas falam! [risos] Nós sabemos ler os lábios de longe professora! Ou se as polícias não estão falando nada, sei que o bagulho vai ser louco nos raios! A 12<sup>88</sup> vai entrar e colocar o terror pra nós! Já percebendo a movimentação lá em baixo, logo que subo pro raio, dou o alerta, o aviso: Turma, esconde tudo! [risos] celular, bagulho, tudo! Ficamos todas em alerta! E, é assim! Se tá tudo quieto, em silêncio do corredor em dias normal, ficamos em alerta! Porque nesse dia, é quase certo que a 12 entra no raio! E todo o terror (informação verbal).<sup>89</sup>

O silêncio é o fôlego, a respiração do significado da incompletude, abre espaço que permite o movimento do sujeito, atravessa os ditos e os não-ditos. Não é um infinito amorfo, mas o silêncio fala por elas e elas produzem silêncios que silenciosamente dizem muita coisa da realidade concreta de/para si e para as outras, na sua configuração híbrida. É aquilo que está entre coisas, não como ausência ou inexistência de sonoridade, ou ainda como um recurso utilizado do biopoder utilizado pelos grupos hegemônicos dominantes sobre a morte do oprimido.

<sup>87</sup> Entrevista de Taynara.

<sup>88</sup> 12 é o vocábulo utilizado pelas reclusas para designar arma de fogo, quando o/a agente penitenciário/a entra nos raios.

<sup>89</sup> Entrevista de Romário.

Há um processo de produção de sentidos silenciosos, mas não silenciados que gravita na dimensão do não-dito como ordem, e de outro, há o dito não-dito como lugar de um processo comunicacional em que os próprios termos dessas mulheres possam ter lugar. Incorpora-se um modo de expansão ontológica do ser, as oprimidas, atribui-lhe diferentes significações, construindo vocalidades polissêmicas de resistências, regidas pela ética de que, para ouvi-lo, é preciso ser o que se diz, só se apreende alguma coisa sobre ele, não por aquilo que diz, mas pelo que não diz. E, é também estratégia não-violenta ao ordenamento-disciplinador-controlador, elas o utilizam como tática política como quem segue uma melodia desconhecida.

#### 4.2.3 A descarga elétrica dos raios 1, 2, 3 e 4: feixe do poder desigual

Como ramificações do corredor central, as alas nominadas como raios e os cubículos da triagem, na qualidade de espaços-formais, são pavilhões destinados à redistribuição das celas das reclusas, sendo identificado por números, exceto o nominado raio do seguro. Este trata-se de espaço destinado formalmente ao convívio das reclusas, mas, que do ponto de vista da distribuição do poder desigual que dele emana, esculpe as violências que dão sentido a cartografia do não-visível que se expressa na arquitetura física.

Além da iconografia, buscou-se a plurivocalidade de quem reinterpreta os sentidos da descrição da cartográfica dos raios. Percebeu-se que há um desequilíbrio de projeção e escala, pois de um lado, a ação técnica de uma escala formal que supostamente o caracteriza é a equivalência híbrida da projeção não-formal reafirmada por aquelas que o habitam.

**Os raios eram a separação das presas por grau de perigosidade, por isso raio 01, 02, 03, 04, 05,** quanto mais alto o número, mais perigosas as presas. Então, um diretor por meio de uma operação chamada operação legalidade, tentou reordenar as presas que ocupavam esses espaços, a primeira coisa que ele fez foi retirar as cabeças dos raios e criou o raio 05 pra coloca-las lá, eram as perigosonas. Entendeu? Hoje, o raio 03 é o raio das trabalhadoras, antigamente era o raio 02, o 01 era e ainda é das provisórias, de quem chega da rua. Na época, essa organização causou uma rebelião. Nos vivíamos assim: vai acontecer, vai acontecer! Porque mexeu bastante nos raios. Entendeu? O raio 05 era na época o raio do seguro, daí você imagina, pegar as outras e colocá-las no raio 05! Porque o raio 05 era daquelas que matam crianças, cometem estupros, e naquela época tiramos do raio 2 e colocamos nesse raio. Imagina! É a mesma coisa do duzentão, no presídio masculino, que são aqueles que cometem crimes de estupro. É a pior categoria de presos, e isso é como aqui! São aquelas que matam crianças, estupram, matam e abusam de velhos, mãe, é só B.O. feio, também fica mulheres de polícia! Agora imagina! Elas não aceitaram essa categoria de raio, elas ficaram muito revoltadas. A reivindicação maior delas na rebelião era elas voltarem pro raio, elas queriam ficar lá, daí acabou que separaram elas do raio do seguro (informação verbal).<sup>90</sup> [grifo nosso]

<sup>90</sup> Entrevista de mulher trabalhadora.



O raio 01 e os das provisórias, o provisório é de quem acabou de chegar e ainda não teve audiência. O raio 02 é das condenadas, ou quem tava no três e ‘fez corre’<sup>91</sup> e a polícia pegou. Aquelas que tão no raio 02 são queimados pra polícia, são povo que já trabalhou e tá lá, ou então é povo que já sai do 01 e tá lá porque já foi condenada. Geralmente quem é condenada e não fez nada errado vai pro 03, que é o raio das trabalhadoras, é o mais calmo, quem tá lá é tudo gente que quer ir embora. E o raio 04 é o raio que são as brabonas! [risos]. É só uma por cubículo. Hoje elas tão de boa lá. Eu não considero elas brabonas. Mas, dizem são as brabonas porque briga com polícia, bate de frente, não tem oportunidade pra trabalhar. E na verdade são aquelas ligadas ao PCC, e que da última vez dizem que lideram a rebelião no presídio, eu não estava aqui, mas as antigas contam que foi um terror! Então, no raio 04 tem umas 10 mulheres, mais ou menos, porque eles tiraram quase todas elas dessa época, a cadeia tá bem calma agora!

Ainda tem o raio de castigo, o do isolamento! O raio 05 é o raio do seguro. É seguro porque geralmente é B.O. que não pode se juntar com outros raios. Quem são os outros raios? São os raios é tráfico, latrocínio, homicídio, já o seguro é pra aquele que bate, que mata criança, quem estupra, no caso eles falam jeque, jeque o estuprador, é quem estupra criança, estupra velho, senhorzinho os bandidos não aceita entre eles. Tanto é que numa rebelião as outras presas se entrarem nesse raio matam, ou pegam como refém, esse é o código da cadeia. No masculino é a mesma coisa, eu sei porque tem menina que tem marido preso e falam isso pra nós (informação verbal).<sup>92</sup>

**Aquelas meninas do raio 5, são tudo do seguro, são as sem-vergonha.** É mãe que mata filho, ajuda a estuprar filho. Aqui teve o caso da mãe que ajudou o marido a estuprar a filha, a criança tinha 1 ano e poucos meses de idade, depois do marido molestar a filha, a mãe pegou a panela, esquentou água e queimou as partes da vagina da criança. Eu pergunto ‘o que leva um ser humano a fazer uma coisa dessas?’ Eu não teria coragem de fazer isso com um filho meu!

Eu sou muito passiva, mas pelos meus filhos sou capaz de matar ou de morrer! Ave Maria! Eu repugno essas pessoas. Porque Deus colocou a gente no mundo como mulher, pra procria, né? Ter filhos, entendeu? De repente uma mãe, ajuda pai... ajuda a fazer uma coisa dessas? É meio esquisito, né? Eu acho que é do demônio, ele deve tá possuído por alguma coisa, e ainda mais com criança, né? É estranho. Eu procuro não ter contato com essas pessoas (informação verbal).<sup>93</sup> [grifo nosso]

Por essa lente, esses espaços são vistos como o depósito de forças maléficas, instrumento inconsciente e irreversível de forças cegas. Justifica-se com essa perspectiva, a invasão sistemática das forças militares a serviço da segurança e do controle social, a reclassificação social das reclusas repletas de estigma social<sup>94</sup>, de atributos extremamente depreciativos, estruturados em preconceitos e discriminações.

Mas de outro lado, quando se olha pela via das lentes daquelas consideradas sub-humanas, percebeu-se outros sentidos reconfigurados por micropoderes regidos pelas subjetividades do SUL, de duas ordens: utilizam-se da reclassificação desse espaço para

<sup>91</sup> “Fazer-corre”, termo utilizado pelas reclusas para designar quem faz comércio interno de celular, drogas, ou outros objetos considerado ilícitos pelo regime da prisão.

<sup>92</sup> Entrevista de Taynara.

<sup>93</sup> Entrevista da Vovozinha do pó.

<sup>94</sup> Por definição, acredita-se que alguém com estigma não seja completamente humano (GOFFMAN, 2008).

reificarem entre as oprimidas uma lógica de opressão que aparece relacionada nas relações intersubjetivas de aproximação e distanciamento dos níveis de poder que as distinguem.

Nesse caso, chama-se atenção a iconografia<sup>95</sup> abaixo:

Figura 21 – Raio 01



Fonte: Registro da autora.

Figura 22 – Raio 02



Fonte: Registro de Ereneide.

Figura 23 – Raio 03



Fonte: Registro de Janis.

Figura 24 – Raio 04



Fonte: Registro da Ruiva.

<sup>95</sup> As fotografias 19 e 21 são alusivas às comemorações ao dia 08 de março, dias das mulheres. Os homens que aparecem nas imagens são o Padre e os 02 voluntários da Pastoral Carcerária, que distribui sorvetes às reclusas, individualmente através de chamada nominal em cada um dos 04 raios da penitenciária. Tal procedimento ajuda na aproximação da equipe da Pastoral com as reclusas, sendo importante instrumento de escuta, do controle externo das queixas das detentas. Às vezes há relatos de violações de direitos humanos narrados por elas. Os membros da pastoral, em confidência, relataram que adotaram essa estratégia de entrega nominalmente dos produtos às detentas porque, em outras ocasiões, ao deixaram a entrega a cargo da administração da penitenciária, os objetos nunca chegavam às mãos das presas. Ou sumiam misteriosamente, ou eram revendidos no “mercadinho da penitenciária”.

Figura 25 – Raio do seguro



Fonte: Registro da autora.

Há uma territorialidade demarcada por relações desiguais de poder, que expressa uma forma de colonialismo interno, que por via do uso arbitrário da violência e apropriação por parte do Estado através dos/as seus/as agentes, reificam que as mulheres que os habitam são indivíduos sem valor, uma espécie de quinta-essência do mal, desqualificadas, desfiguradas a tudo o que se refere à estética ou à moral. Por exemplo, para as “perigosonas” do raio 04 tudo é permitido, e esse poder é reconhecido entre elas e delas com o sistema, tendo inclusive o poder de determinar regras às demais. O raio 01, que é o das *provisórias*, abriga aquelas mulheres não sentenciadas que aguardam julgamento, por isso se intensifica a circulação de pessoas reconfigurando a lógica temporal. É o raio mais agitado porque muitas delas foram presas envolvidas como o uso e pequeno comércio de rua de entorpecentes, passando por doloridos processos de abstinência, embora se tenha relatos de que os índices de circulação de drogas nesse espaço são significativamente elevados.<sup>96</sup>

O raio 02, nominado das *condenadas*, pouco ou quase nada lhes é permitido, é o lugar do arbitrário da violência como regra, onde se percebeu com maior constância a fiscalização e as entradas por parte da polícia penitenciária. Mas é também um local preñado de solidariedade mútua e de intersubjetividades de resistências, com uma habilidade de manipulação das regras do sistema, por serem em grande medida, com uma larga experiência de vivências na penitenciária.

Quanto ao raio 03, nominado como raio das *trabalhadoras*, transforma-se num campo de disputa de privilégios e asseveramento da classificação racial, porque é um raio de disputa a algum privilégio advindo da exploração da mão de obra, seja pelo Estado como mão de obra

<sup>96</sup> Nesse caso, o raio 1 esconde outro nível de violência institucional, que é o fato de não existir uma delegacia provisória as mulheres não sentenciadas, tal como ocorre no caso das prisões masculinas. As mulheres quando envolvidas em delitos, vão direta à penitenciária.

em semiescravidão, como consumidoras internas, ou ainda exploradas pelas denominadas igrejas evangélicas, em função do pagamento das taxas do dízimo, inclusive com níveis de autoridade partilhada com a gestão do sistema prisional. Os depoimentos abaixo pronunciam esse campo de disputa:

Dona Claudia, querem acabar com o cubículo evangélico no raio das trabalhadoras! Não sei se a senhora sabe, mas lá eles permitem usar saia, nos outros é só a bermuda. Lá tem o cubículo 02 que são das evangélicas, agora tem aquelas que deixaram a igreja e saíram do cubículo e tão num outro cubículo lotado dormindo no chão, por isso, agora querem acabar com o cubículo evangélico! Eu não quero saber, não mandei ninguém sair! Agora porque tão dormindo no chão querem acabar com o cubículo evangélico? Eu vou falar com diretora pra não fazer acabar com esse cubículo. E outro, nós pagamos o dízimo sim, mesmo quando nós não estamos trabalhando, pagamos. Vamos supor, nós ganhamos R\$ 50,00 ou R\$ 100,00 reais, tiramos os 10% e entregamos a igreja. A irmã [exclui sua identificação], falou que é pra usar o celular só no fim de semana, e pra não ficar de fornicção. E a senhora que isso também é pago as ligações? Porque às vezes a gente compra celular aqui, até por 1.000 [mil], 2.000 [dois mil] reais!<sup>97</sup> (informação verbal).

Aqui, é a igreja, a igreja, a igreja o tempo todo! A diretora é ‘crente’ a subdiretora é “crente”, levam crente pra fazer o culto pra gente toda quarta-feira, vai pra pregar, fazem isso na hora do nosso descanso, queria fazer no alojamento. Eu já aviso logo ‘não vem empatar minha hora do almoço, minha hora do descanso! Eu sou bem resolvida na minha religião. Vocês respeitem a minha que eu respeito a de vocês. O dia que eu tiver vontade de assistir eu vou e pronto’. Eu percebo que há uma força de alienação do poder da igreja, que não é só em cima das presas! Somos todas nós presas! Faces ou não somos presas do sistema, da direção da penitenciária, eles sabem que nós devemos calar! **O medo é tanto, que ultrapassa as grades, porque o funcionário também tem medo de falar! A presa voa pra fora mais rápido, o funcionário não, ela passa ali 25 anos! Cara! O que sobrará dele depois de 25 anos, será que se olhar no espelho iremos nos reconhecer? Sabe?**<sup>98</sup> (informação verbal). [grifo nosso]

Há uma clara aliança inter-institucional, entre as igrejas evangélicas com o próprio sistema prisional, a mesma que caminha na direção da ótica de dominação e da violência simbólica, da exploração econômica dessas mulheres, vendendo privilégios como forma de corrupção e vantagem. Um poder de dominação sobre outras formas, verificado na opressão das mulheres trabalhadora, que por vezes, tem invadido seu espaço de descanso pela obrigatoriedade da participação nos “cultos evangélicos”, e como imposição a ocupação de cargos de chefia na unidade. Nessa mesma esfera de micropoderes em permanente disputa, é visível o campo de tensão entre a nominada Pastoral Católica Carcerária e as outras denominações religiosas. A primeira tem assumido uma posição política que advoga a favor

<sup>97</sup> Entrevista anônima de detenta.

<sup>98</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

das reclusas, exercendo um papel de monitoramento, vigilância e escuta das violações aos direitos das detentas, e as formas de fascismos estatal, por vezes, presente na penitenciária.

Há ainda o *raio do seguro*, onde verificou-se que a vernacularização das subjetividades do Sul, a respeito dessa espacialidade, expressa complexas significações: tem-se o sentido de escudo social entre as reclusas no caso de rebelião; representa um apartheid social disfuncional praticado por outras também segregadas; espelha a face perversa da desumanização da oprimida que incorporar dentro de si os antigos opressores; reforçam a guetificação da mulher por outras mulheres, naturalizando os valores sexistas implicados nos papéis sociais atribuídos ao cuidar.

A cartografia formal captada através das fotografias produzidas pelas reclusas, na perspectiva da sociologia das ausências, revelou-se como uma ferramenta capaz de revelar uma subjetividade marcada pelas condições de precarização da vida, das novas formas de pobreza que desafiam as dinâmicas de coexistência social pós-abissal, as emoções dos sujeitos cognoscentes constituídos na ambiência de proximidade e de pertença. Cotidianamente, dentro dos limites que lhes são impostos, lutam por deslocarem o eixo do poder normativo, reconfigurando uma territorialidade local, projetando-se numa representação desse mundo como seu.

Nesse instante, revela-se o cotidiano inacessível a observação da pesquisadora, mas acessível pela lente das reclusas.

Essa foto pra mim é o cárcere! É porque é assim, tá vendo só a grade aí né, e lá aquele mundo lá é o mundo que eu vejo. Eu vejo quando eu tô no meu mundo do silêncio, aonde tá Deus. Já viu os desenhos que tem nelas? A cadeia é o mundo na escuridão, sabia? Separa dois mundos essas grades aí. A vida que tem lá fora, não é a mesma vida que tem aqui dentro. A vida aqui dentro é uma vida atormentada. Se você nunca foi no inferno, não queira vim pra cá, aqui é o inferno, sabia? Pode acreditar, esse é o pior lugar do mundo. Onde eu não desejaria pro meu pior inimigo (informação verbal).<sup>99</sup>

---

<sup>99</sup> Entrevista de Ereneide.

Figura 26 – O cárcere



Fonte: Registro de Ereneide.

Essa foto é nós na tranca. Eu queria mostrar como é a gente de tranca. Esse papel na mão dela é berreu. Queria mostrar como que é trancado. Esquisito, né? Solidão, vazio. Não é? E a 'Tereza' é quando a gente pega uma coisa emprestada. O berreu é tipo um telefone sem fio, tipo como a gente brincava quando era criança. Empresta rabo-quente, empresta o isqueiro de um lado pro outro. Caderno, caneta, joguinho. Pra usar as coisas (informação verbal).<sup>100</sup>

Figura 27 – A tranca



Fonte: Registro de Cyntia.

No raio 01 é o mais lotado, acho que por barraco umas 08 pessoas ou até 9. Agora onde que eu to, que é o raio 02, tem 04, 03 três pessoas por barraco. Viver nesse lugar é muito ruim, cada qual em seu quadradinho. E quando tá lotado embaixo fica

<sup>100</sup> Entrevista de Cyntia.

gente na toca, coloca o colchão, embaixo pra dormir gente. Toca é o chão (informação verbal).<sup>101</sup>

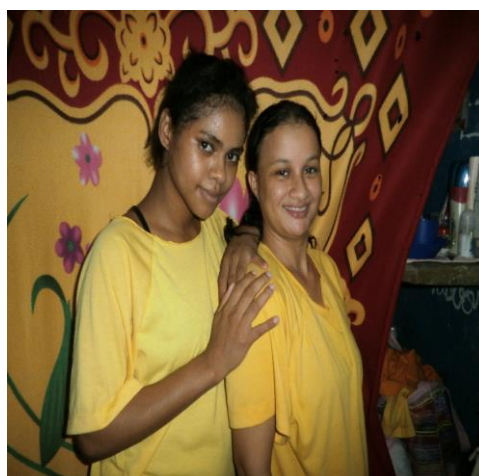
Figura 28 – A toca



Fonte: Registro de Cyntia.

O queto! Essa cortina é o que tampa as camas. É o queto! O queto é quando fecha a cortina! Na verdade, eu queria tirar a foto só do pano do queto, só que aí elas correram e ficaram ali, você viu? Porque eu queria pegar mais a flor tá vendo? [risos] São as meninas do meu raio, eu sou do Raio 01, o raio das provisórias (informação verbal).<sup>102</sup>

Figura 29 – O queto (I)



Fonte: Registro de Dineia.

<sup>101</sup> Entrevista de Cyntia.

<sup>102</sup> Entrevista de Dineia.



Figura 30 – O cubículo



Fonte: Registro de Janis.

Figura 31 – O queto (II)



Fonte: Registro de Janis.

Essa foto é assim: ali são duas camas de pedra, o colchão, e na pedra de cima a gente coloca shampoo, coisas de comer, essas coisas. Você tá vendo essa garrafa amarrada? Ela é usada pra segurar o queto, a gente prega com sabonete, enche da água, não cai de jeito nenhum. E outro, no meu cubículo, o vaso sanitário do cubículo não tem descarga, e o nosso ainda tá quebrado na metade. Pra gente usar tem que ter muito cuidado, pra usar a gente pega e forra com a toalha pra poder sentar, entendeu? Outro dia a minha amiga sentou e machucou a bunda, não chegou sangrar, mas fez aquele vergão, entendeu? Arde, dói. O vaso tem essa parte aqui todinha tá quebrada, no começo eu não forrava, eu subia em cima dele pra fazer as minhas necessidades, mas um dia eu escorreguei e quase bati a cabeça na beirada! (informação verbal).<sup>103</sup>

<sup>103</sup> Entrevista de Dineia.



Figura 32 – O cubículo



Fonte: Registro de Dineia.

Essa foto era pra ver se eu conseguia congelar a água. Os pingos, entendeu? Como eu aprendi no curso de fotografia. E quantas pessoas normalmente tomam banho? Aí no cubículo tinha uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete... oito pessoas (informação verbal).<sup>104</sup>

Figura 33 – Os pingos d'água



Fonte: Registro de Cyntia.

---

<sup>104</sup> Entrevista de Cyntia.

Nos acordamos cedinho, umas cinco horas da manhã vem a água, cada dia é o dia de uma limpar o raio, vem a água 03 vezes por dia, depois vem a comida, cada qual pega seu prato. Outras pegam pra todo mundo numa vasilha. Tira o lixo, pega os baldes enche, vem as agentes e faz chamada do 01 até o 10 pelo nome, daí eles vão embora. Daí elas voltam e tiram as servideiras, 02, uma de um cubículo, outra do outro cubículo. Aí elas ficam no corredor destrancas, elas dão o todinho e pão pela bigorna, cada qual joga água no seu barraco e limpa. Vem o almoço, a janta elas trancam a gente. A gente enche as garrafas de água e tranca a gente. A gente cada uma limpa o cubículo, hoje é eu, depois é outra, e outra. Aí chega as 02 horas, vem a polícia, abre e fica todo mundo solto, na hora da comida assim, ou se for de manhã, elas chamam, deixa a gente solta, depois volta pra trancar (informação verbal).<sup>105</sup>

Figura 34 – A rotina



Fonte: Registro de Cyntia

Essas são a Déb e a Babaloo. Elas me autorizaram a tirar foto, tinham acabado de almoçar! Sabe aquele potinho lá de creme? Elas chamam de bate-teco, o bate é o cinzeiro, porque quem fuma não pode jogar a cinza de cigarro na pista e nem toc, porque dá uma sarna terrível. Por isso é tudo muito limpo! Nós organizamos tudo, quando abre a cada dia é dia uma de nós que limpa, joga água, jogar sabão em pó, porque tipo assim, a gente não tem banco, o lugar que tem pra gente sentar é ali! E é limpinho, a gente deita, não se suja e tá limpinho né? (informação verbal).<sup>106</sup>

<sup>105</sup> Entrevista de Cyntia.

<sup>106</sup> Entrevista de Dineia.

Figura 35 – Bate toco



Fonte: Registro de Dineia.

Quando eu fiz essa foto, o que eu queria mostrar com ela a solidão, triste, duas pessoas lá no canto conversando num labirinto que não tem saída, cheio de grade, pequenininho. Solidão, isolamento! Elas estão isoladas. Duas pessoas isoladas num canto, conversando. Quando eu fiz a fotografia, eu tive a intenção de mostrar a solidão, esse isolamento!! (informação verbal).<sup>107</sup>

Figura 36 - Solidão



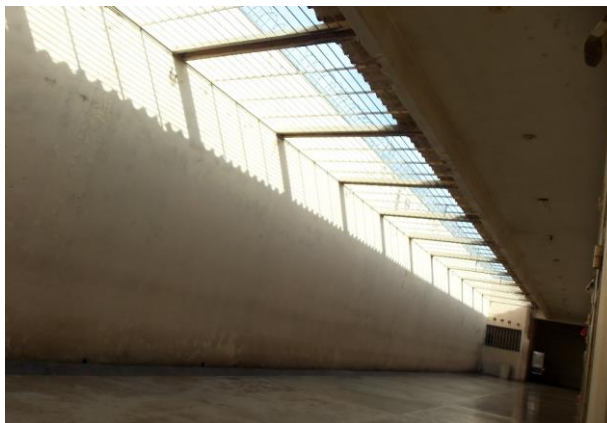
Fonte: Registro de Cyntia.

---

<sup>107</sup> Entrevista de Cyntia.

Solidão. Do vazio, mesmo estando cheio de gente, porque ali estavam umas 12, 13 celas ocupadas. Mesmo assim, não tem ninguém! Não tem nada na pista né? Isso é o retrato da mente do preso! (informação verbal).<sup>108</sup>

Figura 37 – A solidão



Fonte: Registro de Doralice.

E a outra fotografia é a Maria Tereza, esse fio que a gente usa pra comunicar umas com as outras, porque ficamos o dia todo na tranca, tá vendo esse fio? E como nós conversamos com berreu mandamos coisas de um raio pro outro como chinelo, cigarros, [risos] essas coisas (informação verbal).<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> Entrevista de Doralice.

<sup>109</sup> Entrevista de Cyntia.

Figura 38 – Maria Tereza



Fonte: Registro de Cyntia.

Ainda conjugado ao corredor, tem-se os cubículos, que são celas destinadas a atividade nominada de triagem, ou como se ouviu na linguagem da prisão o “cantinho da reflexão”. Este espaço é despartado dos demais raios, e localiza-se próximo ao local de aglomeração diária das agentes da contenção feminina. Os cubículos da triagem, no interior da cartografia abissal, cumprem a função de asseverar o rito de passagem de quem adentra a penitenciária, é a fronteira que demarca a nudez, a desposseção de si como mortificação da perda da vida civil que as separa o mundo interno do mundo externo.

Além disso, é diariamente utilizado como depósito de pessoas com transtornos, para punir atos infraginários das detentas, ou simplesmente como artifício de impor o biopoder disciplinador como norma. Compõem o rito de mortificação para aquelas vidas que não se valora como importante, são consideradas não consagradas. É o caso do/a negro/a, dos/das empobrecidos das periferias das cidades, os/as delinquentes. A mensagem da triagem transmite a tripla obliteração: racial, gênero, classe. São os critérios estabelecido do biopoder, a eliminação que se dá pela via dos mecanismos das técnicas/tecnologias do poder, centrada

no corpo individual (FOUCAULT, 2005). Não se pode sequer utilizar a expressão de rito sacrificial, porque para ser sacrificial primeiro teria que as considerar como vida. A triagem abarca a ideia de negação da humanidade do/a outro/a:

Eu tenho 75 anos, eu to nesse raio da triagem, e to dormindo no chão! Eu preferi dormir no chão porque eu sou muito calorenta, e não tem ventilador. Quando é de noite eu abro o colchão, e eu odeio colchão sujo, fedido, manchado de cada pataco de sangue assim! Que tristeza! Eu não posso comprar outro colchão, então eu durmo no chão, porque eu sou mais dormir no chão do que num colchão imundo, que ninguém sabe quem foi que deitou nele!

Na terça eu cheguei aqui. Hoje eu to tirando 14 dias na triagem. E amanhã termina o prazo de 15 dias. Elas vão me tirar pra outro lugar, eles tão querendo me colocar no raio 01. No 01 não presta. É muita piolhada, mulher piolhenta, mulher de rua, é muito noia de pasta básica. A noia da base é uma coisa, e o maconheiro é outro. A marijuana você raciocina o que vai fazer, sabe o que faz. Já o noiado não, não é verdade? Parece que elas vão me botar lá pro raio dois. Porque no dois tem a Neném que cuida de mim, que lava minhas roupas, ela é tão boa pra mim! Quando eu chego, ela não me deixa dormir no chão, ela me entrega a 'jega' dela, entendeu? (Informação verbal).<sup>110</sup>

Quando eu cheguei aqui fiquei oito dias no isolamento, lá é um lugar muito, muito pequeno. Eu não sei nem te falar **o tamanho, deve ser uns dois e meio por dois e meio, só há uma cama, não tem ventilação, não tem iluminação, nem lâmpada nem nada, é só uma grade que tem aquelas telinhas por onde passa algum vento, é muito fedido o banheiro e não tem água pra lavar nada. E é abafado demais, é fechado, muito quente, muito quente mesmo!** Eu tenho problema de respiração, asma e bronquite, e tenho pressão alta! Então esses oito dias que eu passei lá foi muito difícil! Depois de três dias lá, no sábado e domingo eu passei muito mal, tive uma crise de asma! Nós chamou a polícia, a polícia veio, só olhou, falou que não tinha médico e não tinha o que fazer! Entendeu? A menina que estava comigo, que eu até desmaiei. Eu acordei com elas passando água em mim, por isso, algumas das colegas das cela, começaram a baterem na bigorna... bater garrafas vazias ou com água nas grades de ferros da cela e a gritarem. Porque quando você passa mal aqui, se você passa mal oito horas, eles vão vir oito e quarenta. E isso, porque nós ficamos batendo quarenta minutos. No meu caso, graças a Deus não aconteceu nada, mas e se for uma pessoa que tiver um ataque do coração ou epilético? Ou se levar uma facada? Morre! Já imaginou você levar umas duas facadas ali dentro? Facada não, xuxu que é um instrumento de ponta de ferro que eles falam, então imagina umas duas xuxada ali? Já imaginou quarenta minutos uma pessoa que tá esfaqueada ali dentro? Morre! Entendeu?

E o dia que eu passei mal eles foram lá, eu tava caiada no chão e eles só olharam, disseram que 'não podemos fazer nada, porque não tem médico, nem uma enfermeira'. No dia seguinte, um domingo eu fiquei mais ruim, minha cabeça doía demais parecia que minha cabeça iria explodir por causa da pressão, né? Eu tomo remédio! E eles não deixaram eu vir com os remédios, eu vim direto da delegacia pra cá, foi pressa em casa, não deixaram eu pegar nada. Então minha cabeça doía muito! Mas eles não me levaram pra fora! Porque quando as pessoas passam mal aqui e não tem médico, as polícias tem que levar pra fora, né? Eu fiquei oito dias lá, só na segunda-feira que me levaram na enfermaria, minha pressão estava altíssima, só na segunda-feira que foram me dar remédio, isso porque eu estava passando muito mal lá! Até eles falaram que eu tava muito fraca, né? Eles me deram remédio na veia, uma bombinha, xarope e o remédio da pressão! Quando eu cheguei não passei pelo médico. E mesmo depois disso, eu voltei pra aquele lugar, continuei ruim dormindo no chão, depois de três dias que eles me deram um colchão, eu tinha

<sup>110</sup> Entrevista de Vovozinha do pó.

só essa toalha pequena de rosto, duas calcinhas, um sabonete e uma pasta de dente, e a escova de dente! Eu sofri muito, muito, muito! Entendeu?

E outra coisa, lá no isolamento só tinha quatro garrafas de água de dois litros, a água vinha de manhã seis horas, meio dia e cinco horas da tarde! Então, a gente tinha que tomar banho quando vinha água, não tinha água pra jogar no vaso sanitário. E era só quatro garrafas, entendeu? Essas três pra tomar banho, e uma pra beber que eles davam na hora do almoço, você tem que ficar com aquela garrafa até cinco horas. Eu sofri muito, porque eu nunca tinha entrado numa penitenciária não, né? Nem pra visitar parente... nada. Eu fiquei sabendo que teve uma moça que morreu lá, mas quem não enlouquece? (informação verbal).<sup>111</sup> [grifo nosso]

Nesse cenário de ausências, chama-se atenção a vocalidade de uma mulher trabalhadora, caracterizando quais deveriam ser na prática as atribuições formais do espaço da triagem. Posta em contraste aos depoimentos das reclusas, asseveram a perversidade com que o sistema prisional, caminha na contramão das convenções internacionais de garantias de direitos em espaços de reclusão social:

A triagem, na época que a penitenciária era modelo nacional, era duas celas bem na entrada, as reeducandas ficavam em torno de trinta dias no máximo. **Porque a triagem tinha duas funções: uma é de classificação do artigo do código penal, né? Porque por exemplo, vai que o seu ato infracionário é alguma coisa relacionada à morte do seu filho, ou então da sua mãe, nesses casos não tem acordo de entrar no convívio! Fica fora do convívio os trinta dias pra quê? Pra fazer a triagem com assistente social, psicóloga, exames de saúde, ver toda a questão de documentação no cartório, porque tinha que tá tudo regulamentado pra depois fazer a classificação, se ela vai pra ala um ou ala dois, e tal!** Pra ver quem são as outras demais que tá no mesmo artigo que ela. Então é pra isso que serve a triagem, né?

Essa triagem sempre fica no início do corredor, na entrada de qualquer penitenciária ou cadeia, ou deveria ser assim! Porque elas têm que ter acesso direto com o diretor subdiretor e os técnicos porque ela tá chegando pela primeira vez, precisa de uma educação, de informação. Quem dará informações? São os/os servidores/as, porque no presídio feminino não tem visita, raramente as famílias vão lá! Então ela fica totalmente vulnerável ao servidor da unidade, por isso a triagem tem de ser na entrada, onde ela tem acesso mais fácil ao defensor público, ao juiz, à pastoral, porque todos passam por ali. Então essa é uma forma dela se comunicar, com direito de voz, ela tem que continuar com direito de voz, ela está privada de liberdade mas ela não está cerceada, o direito dela é falar, é se comunicar! Então é muito nesse sentido que eu vejo a triagem!

Mas, a realidade hoje, a realidade da triagem é outra. Lá é um lugar muito, muito, muito suja, muito fedida! Tem barata, rato pra tudo quanto é lado, não tem as mínimas condições sanitária mesmo, nem mesmo água pra banho ou descarga no vaso sanitário. Há o racionamento de água dentro das unidades porque tem muito vazamento e elas desperdiçam! Então você vê, tem os horários pra liberar a água, libera cedo pra elas tomarem banho, libera na hora do almoço, libera no final da tarde, na triagem como não tem balde, elas guarda água pra higiene em garrafas vazias de refrigerante. O racionamento de água foi criado na 'operação legalidade'! Imagina você vê uma menina de dezoito anos dando entrada em uma penitenciária? Você vai e leva pra triagem? E ainda mais se chegou no final da tarde! Chegou e você leva pra aquele lugar onde não tem nem iluminação! Imagina a cabeça dessa pessoa? Passar a noite em um lugar escuro! Independente de crime que ela tenha cometido, ninguém merece esse tratamento. É a obrigação do Estado dar condições para que a triagem fosse um lugar que pudesse ser no mínimo um lugar limpo, ser

<sup>111</sup> Entrevista de Dinéia.



um lugar onde ela tivesse um colchão entendeu? Porque as vezes acontece de não ter colchão, ou tem. Agora tem sujo, mas tem! (informação verbal).<sup>112</sup> [grifo nosso]

Os raios, a triagem de modo geral, não deixam esquecer que a penitenciária é um mundo colonial maniqueísta, não sendo suficiente ao colonizador delimitar fisicamente os espaços de circulação e convivência, mas com a ajuda do sistema prisional através da apropriação e violência, não deixem a essas mulheres esquecerem aquilo que foi produzido como ausências, a linha abissal continua a exprimir o caráter totalitário da exploração, da exclusão e da obliteração do contrato social a que sempre estiveram exposta fora da prisão.

Outro espaço a ser enfatizado, ainda no lastro do corredor, destina-se à oficina de costura.

Figura 39 – Sala de costura (I)



Fonte: Registro da autora.

Figura 40 – Sala de costura (II)



Fonte: Registro da autora.

<sup>112</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.



Figura 41 – Material de costura



Fonte: Registro da autora.

Figura 42 – Peças infantis



Fonte: Registro da autora.

Nas palavras de uma das reclusas que trabalha na oficina de costura, descreveu-se o espaço da seguinte forma:

Eu caí aqui em novembro, em fevereiro já estava trabalhando na costura, todos os dias eu pegava no pé da diretoria, todos os dias, até eu conseguir vir pra cá, já tenho 4 meses de remissão da pena, vou embora até meio do ano, sou cuiabana e tenho 62 anos, com dois filhos, um de 37 anos e outro com 32 anos de idade. Aqui há muitos pedidos, aqui na costura, os trabalhos são acelerados, **nós atendemos as prisões do Estado de Mato Grosso inteiro, essa semana mesmo, nos despachamos vários pacotes de 200 conjuntos de uniformes, cada pacote foi para a cidade de Primavera do Leste, Nova Mutum, Água Boa. O Mato Grosso inteiro já está usando alaranjado e amarelo, nós mandamos para todos os presídios, tanto masculino quanto feminino, agora já tão dizendo que faremos até para os 'de menor', já foi para o socioeducativo. Aqui o trabalho é acelerado, por isso, temos**

que trabalhar todas em harmonia, uma socorrendo a outra, por quê? Para não haver atritos, brigas, porque assim a gente acelera e trabalha bem.

**Todas nós mulheres que trabalhamos aqui passamos por um processo de aprendizagem, quando elas entram, nós que temos experiência, ensinamos as outras a cortar, depois elas vão para limpeza das barras, depois vão para as máquinas de costura, e de repente já engatou no ritmo, e ta todas aceleradas.** Eu fiquei como encarregada do estoque, sou eu quem entrego e separo as peças por tamanho, sou eu quem entrego e separo as peças para todo o Mato Grosso, tenho o livro de controle de tudo.

Nós não recebemos remuneração nenhuma para trabalhar aqui, temos apenas remissão da pena, nós entramos às **8 horas da manhã e saímos às 14 horas, trabalhando todos os dias de segunda a sexta, menos quando tem feriados.** E algumas quando saem daqui se tem oportunidade, já com essa experiência pode arrumar algum emprego. Tem muitas meninas que trabalham do lado de fora, no extramuros, nas repartições do governo, eu falo, eu preferia que tivemos uma remuneração para trabalhar aqui, eu preferia ficar trabalhando aqui mesmo, lá na rua é cansativo, eu vejo as meninas, trabalham das 7 horas às 17 horas, e nos saímos e ainda vamos pra cima [raio] e fazemos nosso crochê.

Aqui na costura é tudo organizado, não tem atrito, tem o nosso cafezinho, nosso almoço na hora certa, nos erramos? **Erramos, e tamo pagando com dignidade** (informação verbal).<sup>113</sup> [grifo nosso]

Como se nota, existe a utopia da aplicação de regras que lhes assegure alguma parcela de emancipação social, escondida na perversa exploração numa espécie de semiescravidão, justificado o tempo integral das reclusas postas à disposição da equipe dirigente, transformadas na alienação das suas condições de trabalho. As imposições do sistema neoliberal, ante a precarização do Estado-Providência precariza dentro e fora da prisão as condições de vida da classe trabalhadora.

Mas nesse palco percebeu-se uma outra costura que fazem essas mulheres, há uma micropolítica permeada do poder de resistência em que há a dualidade como ordem, ou seja, de um lado, não se pode negar a evidência da semiescravidão, de outro, nesse espaço de produção as exploradas recriam um espaço para si, há uma autogestão das aprendizagens, uma artesanaria das práticas traduzida como uma pequena possibilidade de reconhecimento da humanização como dignidade.

#### 4.3 Nas ruínas do passado há sombras dos não-lugares

As narrativas das mulheres, tanto reclusas quanto trabalhadoras, desvelam as ruínas de outra temporalidade e espacialidade. Por elas obriga-se a emergência de experiências desperdiçadas, desfiguradas pela lógica de apropriação e violência. Uma das ruínas diz respeito ao espaço recreativo destinado às crianças que viviam com suas mães na penitenciária até os 5 a 6 anos de idade, o que ocorreu até aproximadamente o ano de 2013.

<sup>113</sup> Entrevista de Jaciara.

As plurivocalidades seguidas de um acervo iconográfico revelam uma outra ordem emudecida, pois atualmente são espaços desativados, de um vazio ontológico que se projeta nas memórias dos/as profissionais e das reclusas, que faz perguntar se é possível a prisão ser emancipatória? E se sim, para quem?

Ali onde hoje é o estacionamento, próximo ao nosso alojamento, tinha um espaço recreativo de lazer das crianças com playground, brinquedos, balanços, havia uma horta pequena ali no espaço mesmo das crianças, um espaço de área para as crianças brincarem. Esse espaço infantil foi criado através da diretora, que era uma assistente social, e a coordenadora pedagógica, juntas com os parceiros no Tribunal de Justiça, Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá que criaram esse espaço bem humanizado, bem infantil! Lindo! Nessa época, por volta do ano de 2006/2007, nós entramos em contato com o Ministério Público, e o Ministério Público acionou a época a SEJUSP [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública] para criarem um espaço infantil. A secretaria de educação disponibilizou duas professoras-orientadoras da Educação Infantil! Embora não tivéssemos a definição de creche, tínhamos um espaço da Educação Infantil da unidade que era tipo um berçário, que era como uma estimulação precoce, era na entrada o parque infantil onde as crianças brincavam (informação verbal).<sup>114</sup>

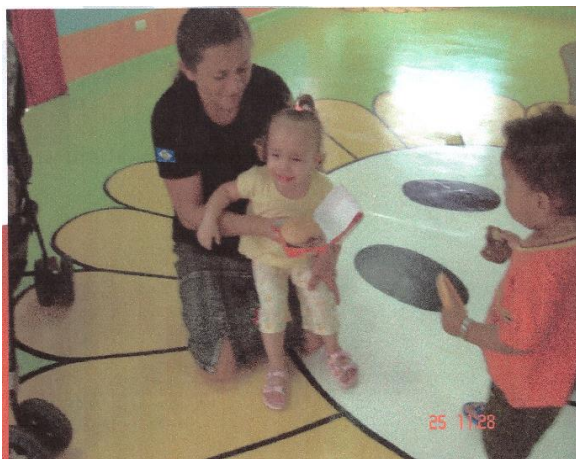
Figura 43 – Playground



Fonte: Registro sem identificação de autoria.

<sup>114</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

Figura 44 – Creche infantil (I)



Fonte: Registro de trabalhadora.

Figura 45 – Creche infantil (II)



Fonte: Registro de trabalhadora.

Essas fotografias eram os espaços da creche e do berçário, esse período foi até em 2012-2013. Hoje está desativada! Não existe mais! Nessa época, foi a época de ouro da penitenciária! Você veja a questão dos berçários, do espaço infantil, hoje o fim desse espaço é pra mim uma questão de ausência da política pública de estado, da secretaria de educação! Por que isso no espaço feminino? A mulher privada de liberdade ou engravida lá dentro, ou já adentrando grávida, e a criança só pode ficar com a mãe até os dois anos de idade, isso é lei né? Tá na Lei de Execuções Penais [LEP]. Por isso, a importância da pedagoga, de políticas voltadas à mulher no espaço prisional e na unidade. Sabe, eu sempre cobrei a presença da pedagoga na unidade prisional, justamente pra atender a essas questões educacionais do espaço prisional, e garantir os projetos educacionais tanto pra educação infantil quanto com os servidores, um trabalho conjunto com os outros profissionais como o psicólogo e a assistente social, e não pra ficar trabalhando na SEDUC [Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso] (informação verbal).<sup>115</sup>

Figura 46 – Berçário infantil



Fonte: Registro de trabalhadora.



<sup>115</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

Essas fotos eram o ambiente da brinquedoteca, o ambiente do berçário, por que isso? Por que ela não poderia funcionar como creche? Porque primeiro não tínhamos servidores, não tínhamos um aval da Secretaria Municipal de Educação. A Secretaria Municipal de Educação queria construir uma creche fora, eu entendi na época, como educador fiz essa mesma leitura, porque de fato as crianças não estão presas, elas precisam estar fora da prisão, mas e as mães? As mães estão lá, elas não podiam colocar em risco a sociedade! Aí entra essa questão da segurança! Como vamos deixar as mães ficar lá fora com as crianças? Não podia! Então foi feita uma interna mesmo, tinha que ser interna. Então esse espaço era um espaço recreativo, de recreação, de cuidado com a alimentação das crianças, uma estimulação pra que ela não se sentisse numa prisão, que as crianças ficavam nesse espaço, as crianças não ficavam lá presas, né? Ficava com a mãe, ficava um tempo, e vinha pra lá nesse espaço, eram as próprias presas quem cuidavam (informação verbal).<sup>116</sup>

### Episódio 9: a reforma da creche

Percebo já há alguns dias a presença dos chamados “amarelinhos”, que são o grupo de presos do presídio masculino - “Carumbé”- que prestam serviços no presídio feminino. No momento, são os responsáveis pela reforma da antiga creche que funcionava no local. A creche, atualmente, é um local de total abandono, água, ratos, infiltrações por todos os lados, gatos, sujeiras. A reforma caminha em passos lentos, ora por falta de material de construção necessário à reforma, ora pela falta de pressa dos “amarelinhos”. Hoje, durante conversa com as agentes a respeito da reativação da creche, perguntei se elas acreditam que o antigo espaço não será reativado, elas pensam que sim, porque existe uma pressão externa da pastoral e da justiça penal, e, por isso, os “amarelinhos” são vistos quase todos os dias trabalhando, ainda que lentamente, naquele espaço.

Entre conversas com uma das agentes com mais de 12 anos de experiência profissional na unidade, descubro o relato de um menino, filho de uma boliviana que viveu na penitenciária por três anos ou mais, desde que era pequeno. Era comum na hora do almoço quando lhe era permitido sair do raio e colocávamos no corredor, nadava em linha reta na fita amarela, corria e vinha fechar a tranca da cela, no dia em que saiu na viatura e viu os carros na rua, endoideceu de euforia. Mas o encarceramento das crianças conjuntamente com as mães tem sido um dos graves problemas que o sistema de justiça e penal tem-se mostrado incompetente em solucionar, até porque são sistemas pensados por homens para homens, numa sociedade que despreza e inferioriza o papel das mulheres em cuidar da família. Ouvindo a opinião de outras agentes, assistentes sociais e psicólogas, essas profissionais demonstraram, quase que por unanimidade, que não concordam com a reativação dos espaços destinados às proles, a exemplo, o maternal, a creche, o berçário, etc, pois alegam não terem as condições necessárias como efetivo profissional, físico e material. E que a reativação impactaria com as regras impostas pelo procedimento.<sup>117</sup>

<sup>116</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>117</sup> Registro de campo da pesquisadora.

Figura 47 – espaço maternal



Fonte: Registro da autora.

Figura 48 – maternidade desativada



Fonte: Registro da autora.

O parquinho infantil, a creche, o berçário, carregam a projeção da simbolização da misoginia que arrasta consigo o conflito geracional. Traz a emergência dos impactos familiares centrados na compreensão de que o cuidar é um atributo social destinado as mulheres, e demonstram como o sistema prisional tem se mostrado ineficaz na resolução desse conflito, acentuado o caráter de violência estrutural na representação de uma cartografia plural do encarceramento que visibilize as diferenças de gênero sem reforçar as desigualdades.

Além disso, os espaços arquitetônicos formais e não-formais da penitenciária se caracterizam pela turbulência que marcou o fim de um ciclo histórico da instituição e o início de um outro ciclo. De um lado, há um imaginário institucional que caminhava na esteira de uma identidade feminina de ressocialização, e de outro, uma identidade real embrutecida pelo poder hétero-patriarcal que esculpe a identidade cartográfica como cópia deturpada do mundo masculino.

A breve descrição da cartografia arquitetônica geográfica do terreno da penitenciária pesquisada que foi expressa nas imagens, representa uma plurivocalidade iconografia nascida do sofrimento, e diz muito da capacidade que tem as subalternas em representarem o mundo como seu, através das suas linguagens próprias, com seus diversos níveis de poder e de papéis



sociais. Por outro lado, expressa a ordem do invisível no visível, que lhes permite a sobrevivência de todas na lógica desse sistema de opressão. Vivenciou-se a experiência de atravessar os espelhos estranhos dos silenciamentos a que as detentas têm sido postas, revelando assim, um saber situado nas margens, que apesar de se encontrarem na zona do não-ser, recriam no cotidiano uma ordem do invisível-vidente que lhes permita sobreviver a todas as lógicas que lhes são impostas por esse sistema de opressão.

Ao longo deste capítulo procurou-se desenhar uma cartografia, ainda que imperfeita, do encarceramento da penitenciária *locus* da pesquisa, situando num contexto global e local, num diálogo de uma projeção de plurivocalidade. Muitas das coisas representadas advêm das palavras, dos saberes, das práticas, dos traumas, dos sentimentos, das emoções dessas protagonistas que aceitaram partilhar suas experiências. Isto leva a afirmar que se espera, do ponto de vista dos compromissos políticos da investigação, que todas/todo que as acessarem, possam provocar a ruptura com o pensamento abissal, cego e surdo a essas epistemologias e ontologias que as expressam.

## **PARTE IV**

### **EPISTEMOLOGIAS DO SUL E AS SUBJETIVIDADES FEMININAS NO CÁRCERE**



## 5 AS LINHAS ABISSAIS ESPELHOS DAS EXCLUSÕES RADICAIS: O MUNDO DE CÁ E O MUNDO DE LÁ

Neste capítulo pretende-se, a partir das mulheres subalternizadas convocadas a darem o seu testemunho e ancoradas numa subjetividade que a si mesmas se contam, defender o argumento de que o mundo da vida prisional é o espelho a refletir a disparidade entre a igualdade formal da aplicação da lei e a injustiça real da falta de acesso a justiça social. Sendo que o regime de verdade que regula a retórica da cartografia do direito tem como projeção a disparidade das linhas abissais entre quem pertence ao laço da cidadania íntima com o Estado, e quem pertence ao laço da sociedade incivil.

A partir da prisão, como um microcosmos do mundo colonialista, quer do Estado ou da sociedade civil, nas sociabilidades coloniais que a habita, percebe-se, em certa medida, a fronteira do abismo abissal que separa as zonas do SER e o NÃO-ser. De um lado, o reconhecimento da humanidade, dos direitos, da emancipação social, de outro, a inexistência da condição de humanidade, a falta de acesso à justiça social, sequer sendo sujeitos de direitos, são apenas retórica dos discursos de direitos humanos (SANTOS, 2007).

A retórica reformista do acesso à justiça, facilmente encontrada nos documentos do Consenso de Washington preconizado pelo Banco Mundial e FMI ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, dentre outros, não deixam dúvidas que as reformas por eles impostas desde de 1989, fez da democracia liberal a canibalização do Estado pelos mercados. Vive-se no presente a metamorfose do Estado de bem-estar em desfavor dos/as cidadãos/ãs, mas a favor do bem-estar dos mercados empresariais e financeiros.

Nessa rede de complexidade da relação Estado-sociedade-economia, reproduz-se o sistema de poder e opressão no qual a falta de acesso à justiça real representa o fracasso da pretensa construção de um Estado-providência. A experiência colonial aliançada à globalização neoliberal mantêm-se viva na democrática liberal da modernidade, de tal maneira, que a regulação do contrato social acentua a linha de tensão entre emancipação social, apropriação e violência. O acesso à justiça social e cognitiva inscreve-se no âmbito de uma hegemonia desproporcional entre o direito e a justiça formal e a desigualdade da justiça como repressão real. Isto é, àqueles/as a quem mais se negou a promoção do direito de bem-estar social, cultural, político e econômico, são os/as quem mais sofrem os impactos da desigualdade de acesso perante a lei.

## 5.1 A face dos espelhos das exclusões radicais

As plurivocalidades das subjetividades do SUL que aqui se pronunciam, desembocam em perguntar qual tem sido o real papel das instituições penais dentro de uma sociedade excludente? O isolamento pelo encarceramento em massa da população negra, dos empobrecidos e das mulheres continua sendo utilizado como estratégia biopolítica da necropolítica<sup>118</sup> como apropriação e violência em detrimento da emancipação social, no interior de um Estado que tem se transformado, cada vez mais, no detentor do monopólio da violência estrutural, direta e simbólica.

A legalidade por ele arbitrada rejeita o direito vivo, destrói e violenta em nome da racionalidade abissal necessária para fazer políticas excludentes, pautadas na monocultura da classificação social, na discriminação das diferenças, legitimando o sistema prisional como o depósito daqueles/as considerados/as lixo humano por esse mesmo Estado. A regulação do direito e a justiça operacionalizam-se no interior das lógicas de divisão do mundo entre aqueles considerados/as “civilizados/as” e “superiores” e os/as considerados “incivilizados” e “inferiores”, essa tem sido a lógica da perversidade que transforma humanos em não-humanos.

A modernidade ocidental ao invés de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência de sociedade civil e estado de natureza separados por linhas abissais fundadas no olhar hegemônico na sociedade civil, deixando de ver e declarando como não-existente o estado de natureza.<sup>119</sup>

Ao escarafunchar os abismos das desigualdades radicais de classe social, gênero e raça, as exegeses ouvidas testemunham que essas mulheres em reclusão, não tem problemas, elas são o problema, representam populações inteiras consideradas marginais e marginalizadas, cuja sociabilidade cidadã só é vivida na forma de fascismo social, o mesmo

<sup>118</sup> Como já dito, a necropolítica é o termo utilizado por Mbembe (2011) para se referir à coisificação do ser humano, que faz do limite entre a vida e a morte o princípio de silenciamento do corpo mediante as forças econômicas e ideológicas do mundo moderno, que reduz as pessoas a um conjunto de forças de produção facilmente substituíveis. A “necropolítica” tem profunda inspiração na noção foucaultiana do biopoder e do Estado de Exceção, que se pauta em duas grandes ideias consideradas fundamentais: a ideia de vida e morte, convertida no direito de matar, sendo que isso tem suas raízes no colonialismo.

<sup>119</sup> Nisso reside a grande diferença apontada por Marilena Chauí entre os Ilustrados como Voltaire e Jean Jacques Rousseau. Aos primeiros ilustrados radicais, o passado era primitivo, monstruoso, instintivo e sanguinário pela condição da natureza, avessa à razão e ao ordenamento civil. Mas para Rousseau, era o inverso. O Estado de natureza é que se harmonizava em sentido superior, pois guardava uma natureza não degenerada que os processos civilizatórios artificiais introduziam, gerando uma sociedade perversa posta em curso contra a natureza. Para Voltaire, diz Chauí, o passado era barbárie e o futuro aponta para o progresso e a harmonia. Para Rousseau o contrário, perdemos o melhor de nós, do passado, sob o esmeril de uma socialização perversa e artificiosa. Mas o pensamento eurocêntrico esconde a perversidade de que para aquelas/es em estado natureza, o futuro é sempre a sala de espera do tempo do Ainda-Não, do acesso as benesses da modernidade.

que as colocam em condição de vítimas das violências estrutural, seja pela via da polícia, seja pela via da delinquência.

Nos rótulos pré-concebidos dos donos de sistema há uma generalidade que põe medo, por vezes meramente fruto de delírio, ao caos vivificado e mantido como corporificação do mal, resultando em massiva horda de marginalizados como ódio de outros/as marginalizados/as, tendo no medo sua gesta:

A realidade da prisão é que você pegou todas as pessoas que são consideradas a escória da sociedade e jogou no mesmo ambiente, pessoas que matam, que roubam, que traficam, que torturam! Imagine, trocentos tipos de crimes, todas no mesmo ambiente! E sendo mulheres, sendo abandonadas pela família... e aí? **junta com isso servidoras mulheres, filho, marido, papagaio, periquito, sabendo que vai cumprir vinte e quatro horas ali dentro, e vai ter que sair e ainda se preocupar com o almoço do filho, do marido, a casa pra limpar, a ração do cachorro, a roupa que tem que lavar, passar pra não sei quem, e aí? E aí é sempre é um caldeirão, um vulcão a ponto de explodir a qualquer momento!** Por isso que eu uso a frase ‘aparentemente bom...’ porque a qualquer momento pode acontecer alguma coisa! (informação verbal).<sup>120</sup> [grifo nosso]

Então assim, você começa a observar as presas, você começa a ver que na realidade elas só tiveram problemas, claro que tem outras opções e teriam outros caminhos. Mas elas meio que foram doutrinadas naquela vida, a referência de vida delas, o meio que elas vivem foi aquele. E algumas perderam contato com familiares, foi através de nós ali, da assistente social, que elas acabam retomando esse contato. E quando elas estão ali dentro, muitas não conseguem usar a quantidade de droga que usavam lá fora, né? Tem uma alimentação que não tinham quando tavam abandonadas na rua. Então, a fisionomia melhora: a mãe quando vê desse jeito ‘olha a minha filha, tá melhorando’ (informação verbal).

Mas você não teve o choque de realidade que eu tive quando sai do PCE [Penitenciária Central do Estado] do POMERI ([Unidade socioeducativo] e **foi trabalhar na POLINTER** [Delegacia Especializada de Polícia Interestadual e Captura]. **Quando eu cheguei lá, e na hora do almoço o preso veio sentar ao meu lado para almoçar também, eu dei um pulo, tomei o maior susto!** Você tá entendendo? Pulei, fui pra lá, os colegas me falou ‘o que foi que você pulou?’ [risos]. **Aqui é assim, a gente senta junto com eles, comem com eles numa boa! Não tem problema! Cara! Eu fiquei ainda uns três meses para me acostumar! A comida era tipo assim, só comida chiquériiiiima, costela assada, pra todo mundo servir! Era as visitas chique!** Ai me lembrei as minhas raízes do PCE e POMERI, nós não aceitávamos nada de preso! Porque achava que tava com alguma coisa! E eu, eu dentro de mim, vou te falar eu não aceitava isso, sabe! Nunca sentei pra comer com eles não! Eu via aquilo e ficava meio revoltada! (informação verbal).<sup>121</sup> [grifo nosso]

**Eu vejo que a maioria que está ali, teve uma vida difícil! Mas daí você pode falar assim ‘mas a minha vida também foi difícil!’ Mas eu tive família que me apoiou!** Entendeu? E elas às vezes não tiveram isso! É nessa hora que pra se sentirem incluída, vão pro lado do crime! Mas não justifica! Eu era muito criticada! Mas acho que elas não tiveram oportunidade de outra vida! De cultura, de amor, de

<sup>120</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>121</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

escola! Aí se perderam nas drogas, na prostituição, no roubo, no assalto! (informação verbal).<sup>122</sup> [grifo nosso]

**Eu tenho 06 meses de espera no SUS pra uma consulta que eu marquei! A presa sai na mesma hora foi atendida na UPA!** Chegou e passou na frente de todo mundo! Quer dizer, a presa tem mais direitos do que eu! (informação verbal).<sup>123</sup> [grifo nosso]

**Mas eu ainda acho que elas não estouram a penitenciária por causa do nível de regalias que elas têm aqui dentro! Não é só porque não tem mais essas lideranças aqui! E o nível de regalia que elas têm! Elas têm tv, elas têm som, tem comida! Pode xingar o agente e não acontece nada!** O agente não pode rebelar! Então pra que elas vão rebelar? Ficam soltas o dia inteiro! Elas têm médicos, ortopedistas, ginecologista, assistente social, dentista, coisas que, se elas estivessem lá fora, não teriam! Tem namorada pra beijar na boca! Então pra que vão rebelar? Tem um monte de comida! Uma comida do bom e do melhor! (informação verbal).<sup>124</sup> [grifo nosso]

As zonas de contato das interações intersubjetivas das linhas abissais, entre o lado de cá e o lado de lá da linha, assentam numa perspectiva de civilidade sacrificial na qual a humanidade das mulheres trabalhadoras, como agente prisional, só será possível com a desumanização das mulheres subalternizadas em condição de reclusão. Espelham a ordem verticalizada das relações assimétricas do exercício do poder, uma dialética do oprimido-opressor-oprimido, impregnada da negação da Outra, numa obstinação sistêmica de recusa ontológica das sociabilidades advindas das zonas coloniais, de qualquer atributo da sua humanidade.

Se quer questionam as desigualdades real que se materializam no cumprimento da punição, ou ainda, a diferenciação de “regalias” para quem reside em lados opostos da linha. Há um imaginário do determinismo social a reificar a fatalidade do encarceramento da pobreza, recoberto sob o manto do discurso da meritocracia, além de naturalizar a violência estrutural. Os depoimentos acima, ainda que em certa medida sejam um estereótipo da fala do vivido e sofrido, impressionam por mostrar o nível de uso para o mesmo lugar. De forma reincidente: de um lado por serem mulheres, de outra uma por ser trabalhadora, a outra por concessão sobre violência e tortura, pelo castigo, pena, exclusão, destruição daquilo que era a liberdade, sob a condição perdida.

Quiçá quiasma de sofrimento comum, na qual nenhuma se pode reconhecer como outridade ou em condição da alardeada humanidade abstrata, chancelada pela Ilustração como prêmio de consolação às mulheres. Ambas comem da mesma palha, sempre singular do ponto

<sup>122</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>123</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>124</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

de vista do corpo de cada qual, mas sempre condição de martírio universal que à todas é destinado. Patíbulo dos sonhos e dos desejos. Ausência do consolo dos *beijos das bocas se esvaem*. Somente as dores, se constituem no pão duro e seco, comum.

É perceptível em ambos os lados da linha abissal, uma condição de violência da mulher. A outra situação de completa exclusão de qualquer trabalhador/a que vale a expropriação absoluta para se manter também na submissão e ter espaço minguado de uma autonómica liberdade que foi concedida, e por isso, restos do que seria sempre seu, se não lhe fosse expropriado, se o/a trabalhador/a não sofresse a violência da mais valia que é outra escravidão, do trabalhador/a *livre*! No caso da mulher, uma dupla exploração no sentido atribuído por Saffioti (2013), da divisão sexual do trabalho.

A perversidade dos sistemas de opressão revela-se nos efeitos da violência política, econômica, social e cultural do opressor, resultando em massiva horda de marginalizados com ódio de outros/as marginalizados, tendo no medo da/o outra/o sua gesta. Diz muito da desproporção entre a palavra que dizendo não diz, ouvida não faz sentido, pois os sentidos coerentes sempre estarão do lado da força, da ordem, da visão inerrante da qual o sistema mune e introjeta nas lógicas da delinquência presumida.

Chama-se atenção a um dos episódios que caminhou nessa direção:

#### Episódio 10: Um beco sem saída ou uma saída sem beco?

Sentada em uma das cadeiras almofadadas de tecidos pretos e rotos da revisoria, uma cena do cotidiano da penitenciária se apresentou aos meus olhos. Adentra no pequeno espaço, escoltada por uma das trabalhadoras da equipe de contenção do dia, uma bonita jovem reclusa, mãos algemadas para trás, vestida com o famigerado uniforme de cor alaranjado, bermuda no cumprimento do joelho, camisa também de cor amarela, a pele clara contrasta com os longos cabelos negros que lhe caíam sobre os ombros, aparentava possuir não mais que 26 anos de idade. Mesmo castigada pelo desleixo que a prisão causa àquelas mulheres, ainda assim, expressava um sorriso quase infantil. Com o seu alvará de soltura e já desalgemada, a jovem moça aguardava a vinda das suas roupas civis para vesti-las e ganhar a “sonhada liberdade”, e nesse ínterim, manteve um diálogo com a agente penitenciária trabalhadora do setor da revisoria, que sentada do outro lado de uma escrivaninha, em condições tão precárias de uso quanto a cadeira em que me sentava, pergunta à jovem moça os motivos que a levou a penitenciária.

Sorridente, respondeu que o motivo era por tráfico de drogas, e a sua primeira cadeia. Defendeu-se afirmando não “mexer com tráfico não”, pois era manicure, moradora do Bairro Canjica em Cuiabá, possuía um filho pequeno de dois anos, residia com a mãe. E a prisão aconteceu porque tem um irmão de 14 anos de idade usuário de droga, sua mãe desesperada, mandou que fosse buscar o irmão na rua onde ele costuma ficar! Quando ao chegar lá na boca, a polícia chegou, e como tinha saído de casa sem documentos, os policiais a prenderam e disseram que era traficante, forçando a entrega da droga! “Falavam ‘onde tá a droga?’” E ela continuou afirmando que morava próximo da região, tinha apenas indo buscar o irmão,

que não era nem traficante nem usuário. De nada valeram seus argumentos, e acabou vindo direto da rua para a penitenciária, ficando 4 meses presas, e o filho pequeno como sua mãe.

A jovem é moradora de um dos bairros periféricos da cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, conhecido por Bairro da Canjica, um bairro constituído através da “grilagem de terras urbanas”, uma luta das populações empobrecidas em busca de moradia. É um bairro urbano com aproximadamente 34 anos de existência, mas que, ainda em dias atuais, carece de infraestrutura dos serviços públicos essenciais, como saneamento, iluminação pública, asfalto, áreas de lazer, cultura, educação e saúde<sup>125</sup>.

Ao ver aquela moça, sai dos meus devaneios. Penso o vivido na conversa na revisoria com outras experiências de pessoas em situação de rua. Depoimentos ouvidos durante minha atuação como pesquisadora em um outro projeto de pesquisa voltado à população em situação de/na rua, financiado pelo PNUD/SENASP/BR, que revela muitos casos em que os agentes policiais militares, ao atuarem em áreas e/ou em ruas de aglomeração de usuários de drogas, muitas mulheres são forçadas a manterem relações sexuais com esses agentes em troca de não irem presas por porte ilegal de drogas.<sup>126</sup>

O ouvido e o vivido reafirmam o argumento inicial, que o encarceramento brasileiro só serve para agravar a instabilidade e a pobreza das famílias, legitimando a criação de uma vasta região no mundo moderno de pessoas consideradas em estado de natureza, e que a vida na penitenciária é a continuidade das exclusões radicais, caracterizadas por uma sociedade e o acesso à justiça social, dividida por linhas abissais.

Apresenta-se o depoimento de uma das participantes da pesquisa:

**Eu nunca tive CPF. Mas, agora eu to esperançosa! Dizem que foi feito o meu pedido do CPF. Eu não vejo a hora de poder ver isso! Eu nunca podia fazer os cursos que vinha para a cadeia por causa que eu não tinha CPF<sup>127</sup>.** Aqui teve o curso de cerâmica, nessa época eu fiquei cheia de esperança, mas quando eu fiquei sabendo que não iria participar da prática, eu não quis mais terminar o curso. Por que? Por falta de CFP, eu ficaria só na teoria, e na hora de aprender a prática? Por

<sup>125</sup> Antigamente, neste mesmo bairro passava, em seu meio, água do Sanatório. Somente parecia limpa, quando efetivamente continha altos e níveis de coliformes. À época, a Pastoral de Saúde da Igreja do Rosário conseguiu que pessoas da área da saúde coletassem água e submetessem a exame. Ao lerem os exames, a população não acreditou nos resultados, por crerem tratar-se de mentiras praticadas por pessoas que queriam tomar suas terras. Em reunião na Igreja do Rosário e S. Benedito, a Pastoral Católica levou a dois jornais, que ante os resultados, publicaram em manchete garrafal: "Canjica: bebe água podre". De posse do jornal, a pastoral tirou cópias e fez um comunicado, convocando a noite a comunidade para discutir o que estava acontecendo. Senhor Dito era então presidente, e na rua não cabia o número de pessoas no barracão da Igreja. Leu o que dizia o Jornal. O número de pessoas, crianças, mulheres apareceram mostrando como estava sua pele, feridas sangrantes e purulentas que não podiam entrar em contato com aquela água. Um dos agentes da pastoral da Igreja do Rosário fez a música que apresentou aos moradores. Chamava "Água do Canjica". Era o Tião Preto, autor e interprete. A comunidade foi para as ruas, com latas batendo, cantando a música e exigindo que houvesse respeito aos direitos daquelas pessoas. O que demonstra que as linhas abissais que separam as sociabilidades advindas das zonas coloniais, sempre lutaram por reconhecimento do Estado da sua condição de humanidade e cidadania.

<sup>126</sup> Registro de campo da pesquisadora.

<sup>127</sup> Cadastro de Pessoa Física (CPF).

falta do CPF o SENAI<sup>128</sup> não me aceita, e eu nunca fui aceita nos cursos, ficava só como ouvinte na teoria (informação verbal).<sup>129</sup> [grifo nosso]

É necessária uma interrupção na fala para destacar que os cursos feitos sob condição de CPF são um demonstrativo concreto do quanto a ordem massifica é míope, e não consegue trabalhar com as pessoas reais, postas em condições perversas pela mesma sociedade que, agora, pretende promovê-las às dignidades de coisas demandantes do Mercado.

Desde que puxei cadeia nessa unidade eu nunca tive documento! Essa já é minha sétima cadeia, e até hoje eu nunca fiz o meu CPF, quando foi pra eu sair pra fazer meu CPF, eu estava com a minha prisão lançada, eu peguei e falei ‘eu não vou!’ Eu não mandei eles me soltarem! Eu avisei ali embaixo, pro agente do dia ‘você tem certeza que é mesmo pra eu sair? Você tem certeza que é eu?’

Eles responderam ‘Você não quer ir embora menina?’ ‘Ah, tá bom!’ ‘Você não quer ir embora? A gente leva você de volta’.

Eu disse ‘Como? Eu quero!’

Assinei meu alvará e sai daqui! Mas logo eu fui pega pela polícia no carnaval e voltei pra cá.

Hoje em dia nossa única perspectiva de trabalho, quando sai daqui, é a Fundação Nova Chance<sup>130</sup>. A gente sempre teve o apoio deles pra quando sair ter ajuda pra arrumar um emprego! Dessa vez agora, quando eu sair pretendo ir lá! Até porque, não pretendo mais morar na cidade de Campo Verde, porque lá eu tenho só amigos de drogas, a cidade é pequena, eu serei rejeitada por todo mundo e por todos! Entendeu? Então eu não pretendo morar lá, porque então eu não quero mais essa vida de drogas pra mim não. Nossa! Não quero mais não!

Eu quero agora aprender a ter as minhas responsabilidades, a minha casa, as minhas coisas, chegar, entrar e sair sem medo de ta sendo perseguida porque eu errei. Como eu projeto o meu futuro? Eu ainda não sei não! Eu ainda não planejei como seria um trabalho, ou uma atividade remunerada! Eu não sei não! Mas lá fora, o trabalho que aparecer será bem-vindo!

Uma amiga minha, outro dia falou assim ‘**Eu prefiro comer quirela<sup>131</sup> aqui fora do que o banquete lá dentro**’.

Então eu tô nesse mesmo objetivo! Eu não quero mais voltar pra cá.

**Só eu sei o quanto que eu sofri aqui! Minha filha tem hoje 13 anos, é a minha caçulinha, que não vi crescer! Eu não vi nada! O primeiro e único aniversário que participei da minha filha ela tinha 04 anos! Eu nunca mais dei um abraço no dia do aniversário dela, eu nunca acompanhei a vida dela, o crescimento da minha filha, hoje ela tem 13 anos** (informação verbal).<sup>132</sup> [grifo nosso]

<sup>128</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Vale ressaltar que é uma instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, e está fora da administração pública.

<sup>129</sup> Entrevista de Dayana.

<sup>130</sup> A Fundação Nova Chance é prevista na Lei Complementar nº 291, de 26 de dezembro de 2007 - D.O. 26.12.07, cuja finalidade foi autorizar o Poder Executivo a instituir entidade denominada "Fundação Nova Chance" visando o Atendimento Assistencial e Profissionalizante do Presidiário no Estado de Mato Grosso. No artigo 3, Art. 3º, A Fundação, pessoa jurídica dotada de autonomia técnica, administrativa e financeira, é vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso. Dentre seus objetivos, Art. 4º, a Fundação terá por objetivo contribuir para a recuperação social, psicossomática e familiar dos presidiários e para a melhoria de suas condições de vida, através da elevação do nível de sanidade física, social, moral e familiar, bem como profissionalizar e oferecer oportunidade de trabalho remunerado ao presidiário e egresso do sistema prisional mato-grossense. Dada a precariedade das condições de remuneração e garantias trabalhistas das reclusas, nada mais é do que a institucionalização do estado do trabalho escravo.

<sup>131</sup> Quirela é um tipo de farinha feita de grãos de milho, que se dá para galinhas comerem.

<sup>132</sup> Entrevista de Dayana.

Com essa minha cadeia, são sete com essa cadeia. O que eu acho que me fez voltar sete vezes pra cá? Ah, nem tem o que a gente explicar o que faz a gente voltar sete vezes pra cá! Um ponto é muitas coisas que acontece lá fora, né? Às vezes passa por situação lá fora que te obriga a procurar uns caminhos errados. Porque às vezes você sai daqui, procura uma oportunidade na sociedade e você não consegue, é muito difícil isso! Agora tem uma 'Nova Chance', né? Você pode sair daqui e ir lá e conseguir um trabalho.

Mas você fica mal visto na sociedade, querendo ou não você é mal visto aos olhos da sociedade. Fica difícil de retomar sua vida. Qualquer lugar que você chegar você vai ser mal visto. As pessoas te olham normal, mas você sente que você tá sendo mal visto. Você não é bem recepcionada em qualquer lugar. **As pessoas já têm aquele medo, aquele receio. É ex-presidiário é ex-presidiária. Fica sempre alguma coisa no ar. Então pra você conseguir um emprego lá fora é difícil. Tanto faz se for o homem ou a mulher pra conseguir um serviço lá fora fica difícil** (informação verbal).<sup>133</sup> [grifo nosso]

Neste ponto, é preciso afirmar que nem o Estado, nem a sociedade assumem qualquer responsabilidade ou participação política na reinserção social dessas mulheres. Ao contrário, o reforço ao estigma social justifica a não inclusão a quaisquer formas que lhes assegurasse a dignidade humana.

**Porque hoje em dia pra conseguir trabalho você passa por um check up, eles checam todo seu protocolo, seu currículo, se você tem passagem, antecedentes criminais, tá lá a hora que consta assalto, homicídio. Tudo isso pesa. Qual o comerciante que vai querer um vendedor que já foi assaltante? Não vai ter, não vou conseguir um trabalho. Qual vendedor que vai querer um atendente que já foi traficante? Que ele pode tá na cabeça dele, vai tá atendendo e vendendo droga dentro do meu estabelecimento. Um que matou muito menos, pensa que ele vai correr o risco de morrer na mão da pessoa. Tudo é difícil lá fora depois que você passa a primeira vez nesse lugar. O duro é a primeira vez que você vem pra cá, o resto você nem vê, quando vê já tá aqui!** (informação verbal).<sup>134</sup> [grifo nosso]

Outra referência, é o episódio envolvendo a jovem negra de aproximadamente 26 anos de idade, uma das personagens fotografadas pelas participantes do curso de fotografia, que ilustra a linha abissal do abandono:

#### Episódio 11: A pequena Jeniffer

A vivência na prisão faz emergir muito da minha própria história profissional. Ao me aproximar das grades do raio 03 para coletar as assinaturas do Termo de Livre Consentimento para divulgação das imagens das pessoas fotografadas pelas participantes, num diálogo com uma das mulheres em reclusão, para minha surpresa, a mesma relatou me conhecer desde a época em que era professora em um bairro pobre da periferia de Cuiabá, na escola municipal Hélio de Sousa Vieira. Lembrou-se dos meus cabelos, do rosto, do jeito, do corpo, que segundo, os anos não mudaram nada! Ao ouvi-la, me lembrei que era uma comunidade escolar predominante de negras e negros, cuja precariedade das condições de urbanidade acentuavam as condições de vida dessas pessoas. **A ex-aluna relatou tratar-se da sua segunda cadeia, e ambas prisões eram por tráfico de drogas. A primeira vez que entrou, saiu e ficou só 4 meses fora, porque não conseguia trabalho, e por ter o irmão e o pai**

<sup>133</sup> Entrevista de Juliana.

<sup>134</sup> Entrevista de Juliana.



**presos no casarão da frente, no Pascoal. Para mantê-los lá dentro, e sem trabalho, teve que voltar a vender maconha! A polícia a pegou na rua, e já está de novo presa.** Ao observar seus dentes quebrados, descubro, segundo seu relato, que foram quebrados aos 08 anos de idade, por um murro que levou da mãe, na boca, e que seus pais eram usuários. E que seu sonho era poder sair da prisão e trabalhar de carteira assinada, e ganhar um salário mínimo!

Somos interrompidas por uma agente da contenção, que não me permitiu continuar em diálogo, ‘olha não pode ficar conversando com a ‘presa’’, já que estava ali para providenciar apenas a assinatura do documento. Isso feito, então pode me retirar! Despeço de Jennifer com o choro preso na garganta. Me afasto da grade, e sou levada aos meus devaneios aos idos de 1991-1996, quando atuava como professora. Era uma escola que, para além dos esforços de seus professores e gestores, por vezes, se via impossibilitada de vencer as discrepâncias sociais dos seus alunos/as, ou mesmo de propor uma educação libertadora, proposta por Paulo Freire. A escola era repleta de crianças e famílias de remanescentes de quilombolas urbanos, comunidade ribeirinha, de filhos/as de pescadores. **A vocalidade de Jennifer pronuncia a estrutura de trans-escala da classificação social, o lugar é a periferia da cidade, a cor da pele que a designa é negra, e o gênero-sexo é a sociabilidade feminina subordinada ao poder assimétrico desigual, que afeta de modo geracional a criminalização da pobreza. Sua vocalidade carrega o sonho utópico de sair da linha abissal, mesmo que seja pela via da exploração do trabalho pelo capital.**<sup>135</sup> [grifo nosso]

Infelizmente, a realidade da ex-aluna, sobre outras formas, mas com a mesma perversidade da exclusão social a que são postos os corpos-racializados e empobrecidos, perpetua um estado permanente de fascismo social que compõe um ciclo de repetições nas diversas trajetórias no interior do mundo prisional. Somente na dor, no sofrimento, no colocar-se no mesmo lugar do outro/a é possível alcançar pelo entendimento conhecido do corpo, o caminho de comunhão com o outro em situação de dor e dos não sentidos de viver uma falta de coisas que foram destruídas e negadas pela vida.

O passado da construção social e política da pobreza, do racismo e das discriminações sexistas implicaram num projeto de nação que atendesse aos interesses da modernidade colonialista, e, no caso brasileiro, perpetua-se no presente, escondido na democracia de baixíssima intensidade, alargando o futuro de desesperança na crise do Estado-Providência para quem nunca teve acesso a ele (SANTOS, 2003).

A justiça social, para os de baixo, não encontrou a si própria, nem como materialidade da rebeldia da participação de todos/as em torno de um projeto de paz social, cognitiva e cultural. Ao contrário, a violência direta, estrutural e simbólica promovida pelo Estado é o espelho de uma democracia corrupta que se recusa a aceitar os desafios da participativa e emancipatória democrática.

---

<sup>135</sup> Registro de campo da pesquisadora.

Sobretudo, as fotografias que falam, revelam o legado do fracasso da democracia liberal em contextos ainda coloniais, a racialização dos corpos e a genderização da violência, e a exclusão dos empobrecidos:

O nome dela é Deb, tem três meses que tá aqui. Não tem ninguém, nunca ninguém veio visitar, veio pra cá por causa que roubava, entendeu? Uma vez eu conversando com ela, me disse **‘eu sinto muita falta da minha mãe, mataram minha mãe! Cara! Eu sonhei com a minha mãe essa noite, sonhei de quando mataram a minha mãe! Quando mataram, degolaram minha mãe, e eu fiquei com a cabeça da minha mãe na minha mão!’** Depois ela assustou com o que me falou e disse assim ‘mas eu não quero falar nisso!’ Nessa hora ela já fica nervosa! Mas vê ela estatalada, o olho assim? Ela fuma maconha! Ela estatala o olho e fica esquisita. Mas eu não acho que ela tá aqui só por causa de roubo. Eu acho que ela tá aqui por causa de outras coisa que diz respeito à mãe dela. No caso dela, ela usa mais maconha! Porque aqui a cocaína é cara, né? Então ela usa mais a maconha! **Ela tem vinte e dois, e no meu raio que é o 01, todas são muito jovens! Eu ajudo muito ela, entendeu? Porque ela não tem ninguém! Daí as pessoas não trazem nada pra ela na cadeia, entendeu? Nem sutiã, nem calcinha, chinelo, comida, essas coisas.** Eu que mandei minha filha trazer pra ela, trazer chinelo! Ela chegou sem chinelo, entendeu? Eu dou uma força pra ela. Pra fazer essa foto, eu tive a ideia de colocar esse fundo, porque a parede lá é muito feia! Então a gente pegou uma toalhinha e colocou atrás pra ficar legal! Ficou tipo assim, um papel de parede, né? Ela ficou quietinha e eu tirei! [risos] (informação verbal).<sup>136</sup> [grifo nosso]

Figura 49 – Minha amiga



Fonte: Registro de Dinéia.

**Sabe por que que elas tão rindo? É porque elas já tão acostumada, elas já tá tão acostumada com crime, entendeu?** (informação verbal).<sup>137</sup> [grifo nosso]

<sup>136</sup> Entrevista de Dinéia.

<sup>137</sup> Entrevista de Dinéia.

Figura 50 – O sorriso



Fonte: Registro de Dinéia.

A expressão acostumar, da fala acima, significa a naturalização social aquilo que não pode ser natural, tampouco se pode perpetuar no imaginário social, a ideia de que a violência direta seja fruto de um determinismo social e/ou de uma natureza inata das pessoas. Com isso, esconde a corrupção de um sistema estatal repleto de injustiças sociais, de colonialismo interno, o colonialismo de gênero que tanto oblitera, quando não assassina a juventude negra brasileira e perpetua o tempo do Ainda-não posta numa crise geracional.

Uma delas da foto, a Deb, falou pra mim que quando entrou aqui era um palito, magra magra magra magra. Entendeu?

**E que ela gosta de ficar aqui porque aqui ela come na hora certa, janta na hora certa, na rua ela não tinha tempo pra isso! Uma delas da foto, a primeira vez que ela veio, ficou cinco meses, ela saiu no domiciliar, quando fez um mês que ela foi embora, já tava aqui de novo, entendeu?** Antes de fazer um mês que ela tava solta, ela veio presa de novo, pegaram ela de novo com droga. Entendeu? Ela tem dezoito anos, tem dois filhos, um nenenzinho de um ano e um de três... E já voltou! **A outro da foto tem vinte e cinco anos, mas a cabecinha é de criança. Tem três filhos, uma de cinco, sete e oito anos de idade!** Mas a cabecinha é desse tamanho! Sem noção de nada! Foi pega também com o marido com droga, nessa foto ali, duas foram pegadas tudo com marido, só a Deb que não e eu não, as outras tudo com o marido (informação verbal).<sup>138</sup> [grifo nosso]

A indignação que emerge dessas experiências parece ser a justa medida de que essas coisas tão brutais permanecem invisíveis. Mas como emergências são trazidas à tona, desenterradas do sepulcro do esquecimento, reafirma-se que aquilo que melhor identifica o Sul é o seu silenciamento, e ao visibiliza-lo, percebeu-se que as linhas abissais são como um cordão umbilical que liga a vida do cárcere ao corpo social. A penitenciária nada mais é que a

<sup>138</sup> Entrevista de Dinéia..

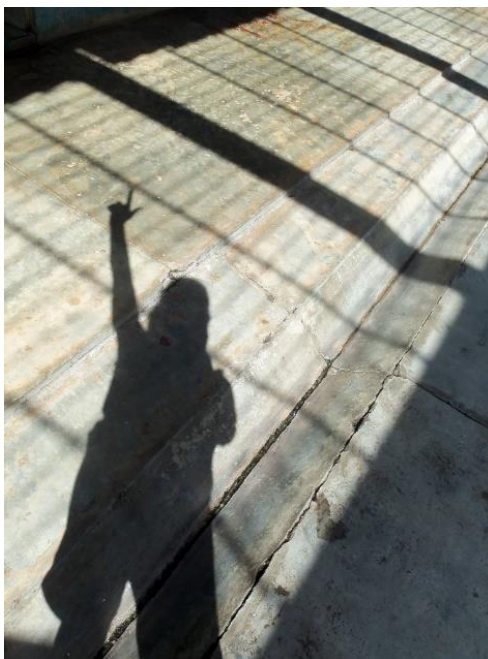
sala de espera do tempo do Ainda-não, aqueles/as que vivem o pesadelo provocado, em grande medida, pelo fracasso do Estado de direito e o sistema de justiça.

Assim se expressou uma das participantes:

Professora, pra senhora ter ideia, tudo que você levanta como benefício pra população o Estado tira. É estranho, o Estado não faz nada de bom para o pobre. Tudo que levanta pra população, passe livre, ele tira. Como vai viver em um Estado desse? Privilégio é para poucos! Só poucos privilégios pra quem tem, na verdade (informação verbal).<sup>139</sup>

Eu chamo essa fotografia de Sombra. Porque a sombra? A sombra é como me sinto aqui (informação verbal).<sup>140</sup>

Figura 51 – A sombra



Fonte: Registro de Cyntia.

A sombra, como projeção de escalas, pode ser interpretada como a metáfora das distinções intensamente estruturante da realidade social, a mesma baseada na invisibilidade das distinções de cada lado da linha abissal, um invisível no visível que instiga a “aprender que existe um Sul”.

<sup>139</sup> Entrevista de Janis.

<sup>140</sup> Entrevista de Cyntia.

Se a sombra indica a obscuridade produzida pela interceptação dos raios luminosos por um corpo, e é vista como ausência de luz, ligada à ideia de não-existência de alguma coisa, a escuridão projetada é o espectro que indica presença onde se pensa ter ausência.

As vivências pessoais no interior das prisões carregam muito de obscurantismo das sombras sociais traduzidas na tenebrosa negação de humanidade, nas péssimas condições de insalubridade, higiene, saúde, violências pandêmicas entre detentas, sob a forma de maus-tratos, extorsões, estupros, suicídios, assassinatos, superlotações, inatividade forçada, ausência e/ou ineficácia de programas de educação, ou de formação, as matanças em massa, as condições de detenção desumanas, as brutalidades cotidianas das torturas institucionalizadas que se desdobra numa impunidade praticamente total.

Os modos de vida dessas mulheres como espelhos da concretude da vida, das imagens que tocam a carne das consciências e comprometem o sangue frio das ideias turvas da densidade do mundo vivido, lançam luz sobre as sombras das desigualdades que aceleram a reificação das hierarquias e subordinações entre o Norte e o Sul global, na qual a humanidade dos primeiros é mantida às custas da desumanização dos segundos. As exegeses fizeram perceber que, no caso do direito ocidental moderno, a sua estrutura opera segundo uma única escala, a do Estado, descredibilizando outras formas de pluralismos jurídicos, que não raro é visto como espaço autorreferente de qualquer outro sentido, de sorte que se volta, inclusive, em práticas políticas a se afirmarem de maneira pandega de que "fora do Estado não há salvação".

E o sistema de justiça como monopólio do Estado abarca o cânon dominante. A viragem contra-hegemônica implica no alargamento da contestação política e uma nova retórica e prática da justiça social, isso inclui a diferença sexual, a etnicidade, a sexualidade, a religião, a distribuição socioeconômica. Mas, reiteradamente, o que tem ocorrido é que nas grandes lutas do país, documentos construídos sob esta dominação acabam por liquidar o sentido da ação de todo o movimento social e popular com formas que dificultam a única ação política, aquela de regular-se pelo burocratismo estatal, como se a própria história cotidiana e em nível mundial não apontasse a posse subserviente do Estado ao capital e aos interesses do mercado.

## **5.2 A justiça é cega pra quem? As Dalilas e a primeira dama**

Nessa sessão, reafirma-se que a prisão é apenas mais um modo satélite de continuidade, por outros meios, de uma vida de condenação permanente de populações

inteiras. Do outro lado da linha, há os corpos do não-ser, negados como existência ontológica mesmo antes de serem negados epistemologicamente.

[...] algumas vidas serão bastante protegidas, e a revogação das suas alegações à santidade será suficiente para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não encontrarão uma defesa tão rápida e furiosa e nem sequer se qualificarão como vidas “passíveis de luto”. (BUTLER, 2004, p. 32)

A crise do Estado-Providência tem consequência direta no agravamento das desigualdades sociais e nos processos de exclusão social de gênero. No mundo moderno, mercantilizado-colonial-patriarcal, vê-se um aniquilamento da sociedade de bem-estar social, e nesse cenário, são as mulheres empobrecidas e racializadas aquelas que facilmente são reduzidas a um conjunto de forças produtivas inscritas numa economia da morte e suas relações com a produção do poder. A cegueira da justiça funciona como amplificador simbólico de cartografia abissal de regras democráticas, “os tribunais da era moderna centram-se muito mais em julgar ‘os de baixo’ do que em julgar ‘os de cima’, portanto, as classes populares ainda são as quem mais conhecem o sistema judiciário pela via da repressão e do aprisionamento” (SANTOS, 2015, p. 28).

A tradução das plurivocalidades, levadas a cabo numa vernacurização crítica, se verifica que o sistema de justiça assenta numa gramática comunicacional, legal, social política, ideológica e sistêmica, altamente conflitiva do ponto de vistas das relações desiguais do poder. Uma das causas pode ser percebida na indissociabilidade entre Estado-patriarcado-colonialismo religioso ocidental cristão. O estado é gerido sob arquétipo do poder do *pai*, infligindo reiteradamente a violência que transforma-se na antítese de qualquer possibilidade de paz às mulheres, como também configura-se como um instrumento de (in)justiça de gênero, reiterado nas construções de valores culturais do arquétipo da mulher mãe-submissa, e do homem pai da família, provedor, como modelo falocrático de um processo civilizacional que inflige a violência sobre as/os outras/os para garantir sua hegemonia e interesses.

Pergunta-se então, a justiça é cega para quem?

Quando eu fiz essa foto, eu me espelhei nesse poema do Carlos Drummond de Andrade, porque a justiça ela acaba sendo assim ‘No meio do caminho tinha uma pedra, Tinha uma pedra no meio do caminho, No meio do caminho tinha uma pedra. Nunca me esquecerei deste acontecimento dentro dessa minha rotina tão fadigada. Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho!’

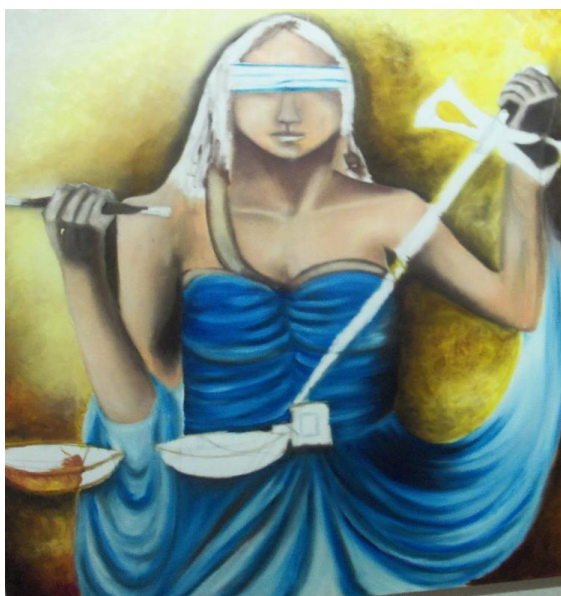
**Então, tanto a justiça do homem como a justiça de Deus, a partir do momento que você não anda na risca dela, a justiça se torna uma pedra no meio do caminho. Se a gente não é, não respeita, acaba sendo um empecilho, um obstáculo.**

Então eu pensei nisso, ainda mais aqui dentro, a gente precisa dela. Se não ela se torna um obstáculo. Porque a gente tem que, querendo ou não, como aqui na cadeia, nós temos que respeitar, temos que ser submisso a quem é autoridade.

A gente tá aqui por que? Porque nós fizemos algo que aos olhos da justiça é algo errado, é um empecilho, certo? Então se torna uma pedra. Quando ele fala ‘Nunca me esquecerei desse acontecimento em minhas rotinas tão fadigadas!’ O que isso representa pra mim? Querendo ou não, nós nunca esqueceremos aquilo que enfrentamos aqui, os empecilhos que a gente tem que passar! Tem que superar. Eu pensei assim ‘tá bom! Essa pedra também seria a injustiça!’ Porque a justiça querendo ou não ela é cega!

**Os colarinhos brancos que deveria tá presos, cometeram altos crimes, crimes bárbaros, não estão! Mas tem né? Tem grana! O cara ganha 20 anos de condena, e vai responder no semiaberto! Ah! bonito!** E porque é pobre às vezes nem fez tanta coisa assim porque não tem, isso é também é uma injustiça. Por isso, tinha uma pedra no meio do caminho também. É pra acabar esse país nosso! (informação verbal).<sup>141</sup> [grifo nosso]

Figura 52 – A justiça



Fonte: Registro de Taynara.

Sabe uma foto que gostaria de ter feito? **Eu queria ter um cabide, colocaria um terno, ou uma farda, ou uniforme de polícia para fotografar. Essa foto iria representar os piores bandidos que eu conheci na vida, os verdadeiros bandidos, que pra mim são o advogado, o juiz, a polícia!** Eu só fui conhecer a bandidagem mexendo com eles, porque é o advogado que explora pra tirar a gente da cadeia, o juiz que trata as pessoas diferente, se for pobre vem logo pra cá, se é rico não fica nem um dia aqui preso, é o polícia que, quando prende você, quer ganhar um por fora pra não trazer a gente presa! O nome da foto seria os bandidos de preto! (informação verbal).<sup>142</sup> [grifo nosso]

Pra mim o mais revoltante em 12 anos de sistema, a maior humilhação que eu passei foi aqui no feminino, um promotor chamado Rubens! Ele chegou, entrou em todos os raios com a direção, conversou com as presas, depois ele falou que queria ter uma reunião com os agentes! Ele falou um monte de coisas pra gente, e pra resumir falou

<sup>141</sup> Entrevista de Taynara.

<sup>142</sup> Entrevista de Ereneide.

‘Vocês têm que tratar as pessoas com mais educação! Se tratarem as pessoas aqui com educação, vocês levam isso pra casa de vocês, pra família de vocês!’ Falou isso e virou as costas! Estava a diretora, a subdiretora e não abriu uma brecha pra nós falarmos! **Nós achamos que ele iria conversar conosco! Tipo assim, ouvir a gente! Mas não, falou um monte pra nós! Eu duvido que ele faria isso com os agentes do presídio masculino! No dia que o juiz veio aqui nós contamos pra ele!** (informação verbal).<sup>143</sup> [grifo nosso]

**Eu acho que essas mulheres aqui, tem mais direitos do que nós! Qualquer coisa que acontece com elas logo vem os direitos humanos, a delegacia da mulher, o juizado, a pastoral católica. Esses direitos das mulheres só deixam elas muito mal acostumadas!** (informação verbal).<sup>144</sup> [grifo nosso]

O patriarcado como sistema de opressão que é, nutre-se das práxis que transformam outras oprimidas em opressoras, e isso é, em parte, pela construção sócio-política de um senso comum inaugurado pela violência das oprimidas, que detêm na sua ânsia de oprimir seus antigos opressores. Da subjetividade do SUL, o mais relevante é perceber como a criação de um senso comum de apropriação e violência ocupa o lugar de um senso comum de emancipação social, isto é, como as lutas das mulheres por uma agenda de paz, de justiça de gênero, justiça social, são facilmente conduzidas a populismos que reproduz à exclusão, a situações de opressão e exploração. E como afirmou Freire (1970), que a convivências dos/as oprimidas/os com o regime dos seus opressores só terá fim, quando aqueles/as que sofrem as injustiças sociais engajarem na luta por sua libertação epistêmica, política e ontológica. Por essas e outras narrativas das participantes da pesquisa, pode-se perguntar: é possível a quem sofre as opressões libertar-se desse regime não reproduzindo em outras oprimidas a face do seu opressor?

O grande obstáculo a uma prática emancipatória completa assenta na quase total ausência de mulheres em funções e cargos de liderança no sistema de justiça, segurança e educação. Ausência facilmente percebida na reprodução da lógica do patriarcado que conduz de forma indeletável o dilema ideológico e identitários das profundas linhas de fraturas abissais.

### Episódio 12: Dalila

Uma das figuras emblemáticas da penitenciária era a Dalila, uma cachorrinha vira-lata, cuja vida era perambular pelos espaços da prisão, dormir no corredor da administração da penitenciária. Por vezes ouvi das presas “professora, a Dalila é melhor tratada que nós aqui!”. Era comum, sempre que possível, as reclusas, ao circularem pelo corredor ou por outros espaços, trocaram carinhos com a cachorra.

<sup>143</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>144</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.



A Dalila já se tornara uma moradora da prisão. Aquelas que circulavam pela prisão já estavam com ela familiarizada, e até nos dias de visita lá estava Dalila! Nunca presenciei qualquer incidente ou acidente envolvendo a pequena cachorra e as pessoas. Por não ver a Dalila, resolvi perguntar a agente da revisoria onde andava a cachorrinha, e tive a resposta de que Dalila tinha sido adotada por uma das agentes, que a levou para casa. Atenta a nossa conversa, uma das agentes que se encontrava na revisoria, sorridente interfere “Fala! Conta a verdade pra Claudia, o que aconteceu com Dalila!”. Intrigada e curiosa, espero a resposta.

As duas, entre risos, contam a verdade dos fatos.

**“O que aconteceu foi que Dalila recebeu voz de prisão do juiz da vara de execução penal!”. As duas entre gargalhadas continuam “quando ele entrou aqui na revisoria pra ir nos raios, Dalila estava aqui, olhou pra ele e começou a latir e rosnar [risos] para ele! Olha, nunca tinha vista a cadelinha latir com ninguém! Ela foi rosnar logo como o Juiz! [risos] A coitada da Dalila ouviu logo do juiz que era pra sumir com ela daqui!** Porque na minha próxima visita se eu encontra-la por aqui, todas vocês irão responder administrativamente! Aliás, quando eu voltar dos raios, não quero ver mais essa cadela! Nisso, uma das agentes com pena da Dalila, escondeu a cachorra no banheiro no alojamento, e quando foi embora, levou a cachorrinha pra casa!”

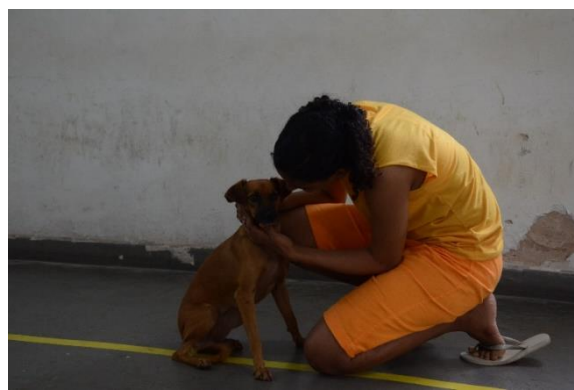
Ao final da escuta da narrativa, fiquei pensando “Pobre Dalila! Não conseguiu vencer a “sansão”, não teve direito nem ao julgamento justo por “desacato a autoridade”! Imagina se Sansão sentenciasse a pobre Dalila à morte? Tudo aquilo que pode ligar a vida dessas mulheres à noção de humanidade lhes é retirado!<sup>145</sup> [grifo nosso]

Figura 53 – Dalila



Fonte: Registro da autora.

Figura 54 – Afeto



Fonte: Registro da autora.

Registra-se que a escuta coloca a todos/as diante dos usos dos espelhos que reproduzem a falta de acesso à justiça, e isso expressa duas diferenças fundamentais, de um lado da linha, há as zonas do não-ser, e do lado e lá, as zonas do não-ser. Do lado do não-ser, os/as oprimidos/as com suas lutas articuladas por justiça, pelo fim da violência, pela distribuição equitativa à terra. Essas dimensões da falta de acesso à justiça fazem refletir que a

<sup>145</sup> Registro de campo da pesquisadora.

impunidade é a morte para quem depende desse sistema. A justiça não apenas é cega, mas injusta. Nesse caso, pode a justiça pedir a uma mãe e/ou esposa que lance no lago do esquecimento e da mudez a chacina da sua família?<sup>146</sup> Assim, coloca-se abaixo o depoimento de Doralice, sua vida e suas lutas.

Figura 55 – Doralice



Fonte: Registro da autora.

Eu sou trabalhadora rural, nascida e criada em São Felix do Araguaia. Também me casei lá com 35 anos. **Como agricultora rural requeri uma área de 7.980 e quase 8.000 hectares de terra para assentamento, era do Estado essas terras.** Para requerer essas terras, tive ajuda do fazendeiro vizinho com quem nós trabalhava nessa época. Essa terra não tinha documento, era do Estado. Eu vi no INCRA de Barra do Garça, vi nos cartórios e não tinha documento nenhum das terras. Ele arrumou o advogado dele, depois de um ano, vim aqui pra Cuiabá **e requeri junto com trinta e cinco famílias as terras. Tudo pelo INTERMAT era com 100 alqueires, dá 500 hectares, por causa da cooperativa que tinha que montar dentro.** Eu requeri na época do finado Dante de Oliveira, governador de Mato Grosso, **quem me deu a carta de alforria.** Era uma carta para protocolar no INTERMAT e levantar o assentamento. Primeiro ele protocola e deixa as pessoas tudo por conta própria.

**O único que me apoiava, antes deu vir pra cá pra prisão, antes de tudo acontecer, era o bispo né? O Pedro Casaldáliga. Porque nós já tinha outra ação do Ministério Público Federal que foi quando o delegado entrou lá na fazenda e prendeu meu marido e três rapazes lá dentro** (informação verbal).<sup>147</sup> [grifo nosso]

Interrompe-se o diálogo para assinalar que é possível um pensamento teológico de uma outra forma de ativismo cristão, aliançado nas lutas dos oprimidos por justiça e paz, e

<sup>146</sup> À luz da escuta profunda, assumiu-se o compromisso ético-político com a depoente que sua história não seria fraturada. Ressalta-se que a escrita não consegue capturar todo o vitalismo que marcou a conversa com Doralice, uma conversa repleta de choros, dores e valentia. Para quem (re)lembrar é insurgir as dores não cicatrizadas da perda de uma parte de si, é a emergência da impunidade como modos operante do sistema de segurança e justiça, os mesmos sistemas que são a mão forte para punir os oprimidos, ao tempo que afaga os opressores. Carrega a experiência nascida da luta, sem dúvida, a escuta da sua vocalidade foi uma das mais difíceis de ser feita.

<sup>147</sup> Entrevista de Doralice.

nesse caso, caminham como a antítese do estado de violência. Como é o caso da Pastoral Carcerária, da Pastoral da Terra, de uma teologia da libertação.

Nessa época, que a polícia fez isso, eu não tava em casa, tava no Maranhão, na casa da minha sogra, tinha ido buscar a família do meu marido né, pra fazenda nossa. Isso foi antes, bem antes né. **Mas no caso da morte do meu marido, a Pastoral da Terra interferiu e interfere até hoje. É o único apoio que eu tenho é deles.** Quando eu vinha pra Cuiabá, ficava na casa deles, porque aqui que é nossa casa, somos uma comunidade, somos muitos, por isso, eu fico aqui na CPT, outras horas eu sempre fico nas chácaras. Eu fico mudando de casa em casa, porque quando o Ministério Público precisa que eu colho depoimentos, que eles querem descobri alguma coisa, ou eu mesmo, quando eu investigo muita coisa, eu fico lá [relatou essa parte da entrevista chorando].

**Aqui dentro é tudo a mesma coisa da minha vida lá fora! Se eu deu bobeira eu pulo também. Tem que dormir com olhos do vizinho, eu não durmo com os meus olhos, durmo com o olho das minhas companheiras!** A única coisa que eu mais tenho medo aqui é de mim mesma, porque eu tenho os problemas lá fora e pode vir pra dentro da prisão. Eu não vou morrer sozinha. Igual da vez que colocaram uma faca pra dentro, e eu vendo tudo. Era pra eu morrer. Não sei quem eram até hoje. Não consegui descobrir. Se eu tiver com uma arma na mão, e me ameaçarem, não tenho dó! Nem medo de morrer perto de quem quer tirar a minha. Isso eu já falei pro juiz, sou réu confesso, não mexo com vida de ninguém, vivo trabalhando.

**Mas o que fizeram comigo me fez vestir essa mulher que sou hoje. Só sou essa mulher que sou de tanto sofrimento, de impunidade.**

Ninguém faz nada, porque seu fulano é da justiça não pode ser mexido! Tem que ser mexido sim! **Fala o bispo da nossa cidade, o Pedro Casaldari, ‘A gente não pode abaixar a cabeça porque ele é da justiça, não é porque o outro aqui é pequeno que ele vai pagar e o outro não pode pagar também’. Porque se todo mundo cala, que mundo nós vamos viver?** Porque essa parte aqui, a primeira pessoa que conversou com o padre fui eu e mais duas mulheres, os outros ninguém... todo mundo teve medo.

Como o nosso assentamento, e o INCRA começou com muita sujeira, por isso, veio os conflitos dentro das terras, eu não tinha conflitos com os fazendeiros vizinhos, mas tive com outros mais distantes que queriam ganhar dinheiro. **Esses fazendeiros veio até minha casa para matar a minha família inteira, mas só encontrou meu marido e um filho de nove anos de idade. Meu outro filho pegaram fora de lá, porque acharam que ele ia denunciar a morte de outro rapaz. Meu filho viu um deles com a roupa toda suja de sangue, mas não tinha visto o corpo do rapaz, apenas o assassino com a roupa suja de sangue. O rapaz foi morto justamente no caminho da nossa fazenda. E meu filho seria uma possível testemunha. Mas tudo já ligado nisso aí... Problemas de terra. A situação do crime do meu filho [silêncio].** Ele era veterinário recém-formado, pegou um trabalho do outro lado do Rio Xingu de um fazendeiro pra inseminar vacas e amansar uma tropa. Eu não sei o nome das fazendinhas, era um desses ‘fazendeirinhos’ que foram grilando a terra. O senhor que levou meu filho não sei o nome, sei apenas que morava em Terra Nova do Norte. Meu filho tinha feito a primeira etapa da inseminação, depois esse senhor pediu pra ele pegar dois burros, dois potrancos que tinha comprado na outra fazenda do amigo dele. Na vinda dele com os dois burros atrelados um no outro, os assassinos estavam esperando por ele. Mataram meu filho 2 Km da fazenda de onde ele tinha saído. E eu fiquei sabendo por um caminhoneiro, Divino, que também tem terras dentro do perímetro da Fazenda Santa Emília, que morava em São José do Xingu, e tirava madeira, e ele tava indo com o caminhão carregado de madeira né, pra vender lá em São José do Xingu, e ele viu meu filho no chão (informação verbal).<sup>148</sup> [grifo nosso]

<sup>148</sup> Entrevista de Doralice.

Interrompe-se o diálogo. Tendo em conta do que se sabe a respeito da violência no campo, é possível perguntar: até que ponto essa violência expressa a partilha desigual, estruturada num fosso de justiça social distributiva a favor dos grandes latifundiários, das megaempresas do agronegócio, os mesmos responsáveis pela desertificação do estado matogrossense, da contaminação dos rios, dos mananciais, do ar, com a pulverização de agrotóxicos? E, se assim é, a pistolagem, as milícias policiais, a corrupção, a impunidade, as chacinas têm sido as estratégias utilizadas por um Estado incapaz de mediar os conflitos gerados por um colonialismo estrutural? Neste palco de desgovernança as mulheres e crianças estão entre aqueles mantêm-se invisibilizadas no interior desses conflitos, ao tempo que são quem mais sofrem reiteradamente a violação dos seus direitos.

Segundo o Bigode, um outro caminhoneiro, gaioleiro, que tinha ido justamente carregar na fazenda desse homem, ele viu o menino ainda vivo, baleado, pelejando pra se levantar, ele desviou dele. O Bigode disse pro fazendeiro que tinha um rapaz, que era pra avisar a polícia, que tinha um rapaz lá caído na estrada e ainda tava vivo. Falou pra ele ‘ó tem um rapaz caído ali do outro lado da grotta, baleado, e tem três animal lá do lado dele!’ E ele falou ‘não, deixa lá, é meu, depois eu vou buscar’ [silêncio durante a entrevista]. Eu vi essa entrevista dentro da Receita Federal onde tem essa investigação. A polícia levou quatro dias pra ir buscar o corpo do meu filho. Só assim é que eu fui saber... [mais um momento de silêncio]. Uns oito a dez dias que tinha acontecido. Nessa época eu não estava presa.

**As mortes começaram pelo meu filho mais velho. Um ano depois, viram que nós não abria mão das terras, foram pra matar a família inteira dentro do pedacinho da nossa terra. Minha família é pequenininha. Só era três filhos eu e o marido, então um filho já tinha morrido, só tinha dois filhos.** Era só nós, as quatro pessoas, e nós tava justamente os quatro em casa, porque os dois meninos ficavam fora, o meu filho do meio era funcionário na laminadora do Odália, e meu filho mais novo estudando em São José do Xingu, mas justamente nesse dia tava todo mundo em casa, mataram meu marido. Eu não estava em casa, estava na fazenda do Leão Emerson, pra vender duas carretas de madeira tirada pra vender, eu fui negociar. **Meu menino do meio tava querendo casar, e meu marido tava arrumando as coisas, o enxoval, a festa. O casamento seria dia vinte e cinco de dezembro, no dia do natal, nós queria fazer já uma festa só.**

No dia do assassinato, eu tava fora negociando numa fazenda quase 4 km de lá de casa, fazenda do Leão, porque nós usava o telefone dele. Dentro da gleba nós ia ter telefone também, já tinha feito o levantamento de preço e tudo, encomendar a torre, a fiação pra gente montar o nosso. **Nesse dia que meu marido falou pra eu ir, ele estava justamente puxando o piso no quarto dos meninos. Meu marido era analfabeto e tinha medo de passarem a perna nele [risos]. Uma vez, colocaram ele pra assinar um documento lá em casa, igual o delegado de São Félix fez, pra ele abrir mão da fazenda. Eu tenho todos esses papéis. Ele ficou traumatizado, não fazia negócio nenhum.** Só quem fazia os negócios fora era eu, e quem fazia tudo lá dentro da nossa terra era ele. E aí eu fui! Meu marido ficou junto com o meu filho Adriano de nove anos. O outro filho tinha saído pra buscar umas coisas na casa da Vó Adelaide (informação verbal).<sup>149</sup> [grifo nosso]

Interrompe-se o diálogo para ressaltar a negação do acesso ao direito à escolarização, de um sistema que não se percebe violador de direitos.

<sup>149</sup> Entrevista de Doralice.

Aí eu tava lá na fazenda ainda, quando esse fazendeiro, que nem vizinho nosso é, chegou até lá na sede. Na volta da fazenda, como chovia muito, eu não pude ir embora pra casa. A mulher do gerente falou assim ‘Não, você não vai. Você tá sem capacete e tá de chinelo havaiana e chovendo desse jeito? Espera passar a chuva’, e aí eu falei ‘Tá bom’.

De repente, debaixo de chuva, vinha uma caminhonete vermelha, era a caminhonete do vizinho lá do outro lado, o Barrinha [silêncio durante a entrevista]. Vinha ele e mais três, ele e o filho embaixo e dois caras em cima da caminhonete. E ele tava com meu filho dentro da cabine, só que eu não vi.

Quando ele abriu a caminhonete ele desceu segurando a mão do meu filho pro menino não correr. Aí eu cheguei e falei ‘Ué, mas o que foi?’, e o menino chorando né, e ele segurando na mão.

**E quando ele veio perto eu falei ‘Que foi que aconteceu Adriano?’, ‘Mãe, mataram meu pai!’.**

**E aí eu falei ‘Mas que conversa, para de chorar, e explica direito pra mamãe’, e eu fui pra abraçar ele. E ele [o fazendeiro], segurou! Eu falei ‘Oh, solta meu filho! O que tá acontecendo?’, ele soltou o menino, e aí abracei ele. Ele já grandinho, mas eu enganchei ele aqui na minha cintura, e falei ‘Para um pouquinho de chorar, meu filho, fala pra mãe o que aconteceu com seu pai’. Ele falou ‘Mãe, foi o Fabrício mãe, que matou meu pai’. Eu falei ‘Mas o seu Fabrício nem aí tá, meu filho, como ele matou seu pai?’.**

E nisso a Ivone, a mulher do gerente da fazenda, ouvindo. Eu falei ‘Ivone, eu vou deixar minha moto aqui e vou com eles lá em casa’. Porque tava chovendo ainda né? ‘Vou na minha casa ver o que tá acontecendo’.

E ela falou ‘Tá bom’.

Nisso o seu Geraldo ia chegando com a caminhonete, mas já saiu! Aí eu falei assim ‘O senhor vai me levar lá na minha casa agora!’

Ele falou ‘Eu levo sim! Entra aqui!’

E eu ‘Não, senhor, eu vou aqui em cima!’ [silêncio durante a entrevista]. Eu não entrei dentro da cabine, ele queria que eu entrasse, mas eu falei ‘Eu vou aqui em cima!’. Eu subi na caminhonete com o Adriano, dei boa tarde para os dois homens que tava ali em cima, e que um era justamente de lá do assentamento.

E eu falei ‘Mas o que o senhor tá fazendo aqui?’

E ele respondeu ‘Não, eu peguei carona ali com eles’, mas não falou que tinha estado na minha casa.

Aí falei ‘E o senhor?’

‘Eu sou sobrinho do Barrinha.’

‘E o senhor viu alguma coisa?’

‘Vi não.’

**E aí eles foram pra minha casa. Quando ele chegou lá em casa que ele fez a manobra do pátio, de lá de cima eu já vi meu marido caído lá no fundo, no canto da casa. Eu fui até ele, do jeito que eu até ele, eu abaixei assim no chão, fiquei do lado da cabeça dele e abaixei, e comecei a passar a mão no rosto dele [Doralice fica mais emocionada ao relatar essa parte].**

**Ele tava com o rosto tudo quebrado, de pancada [ela começa a chorar enquanto descreve os ferimentos do marido]. Eu comecei a passar a mão nos lábios dele, e pegando no rosto dele, chega chiava sabe? Eu vi que ele tava com uma camiseta laranja, e aí eu olhei e vi sabe [continua chorando ao descrever o corpo do marido], vi um rasgado assim embaixo, e suspendi a camiseta dele e eu vi que tava um furado, de faca. Eu vi que tinha um furado assim do lado dele. Porque só aquelas fraturas, que mesmo tava quebrado o rosto dele, não foi o que matou ele. O que quebrou foi o maxilar dele, e os dentes dele. O que matou ele foi a furada [silêncio].**

**Ai do jeito que eu olhei ele e fiquei alisando o rosto dele, eu virei assim e olhei pra eles, e o meu menino perto de mim.**

‘O que aconteceu meu filho?’

‘Foi o Fabrício mãe!’

Eu falei ‘Tá bom, meu filho’. Ele achou, o Fabrício, que eu não era capaz da reação que deu em mim, que eu não era tão forte do jeito que eu fui. Eu não caí, eu não

desmaiei, eu não chorei... no momento. Eu só levantei, olhei pra eles, falei pro Adriano ‘Tá bom, meu filho’. E entrei pra dentro de casa, olhei na parede dentro do meu quarto e tava o revólver do meu marido no prego onde ele colocava, tava atrás da porta do mesmo jeitinho, pendurado num prego. Pensei ‘Aqui não aconteceu nada’ e coloquei o revólver na cintura.

Eles diziam que tinha matado meu marido por causa de uma discussão que eles começaram lá. Mas que discussão? Porque meu marido não era uma pessoa que não fosse inteligente, ele era analfabeto, mas era vivido, ele passou muitos anos no garimpo, então ele viu muitas coisas de traição. Além de ser neto de índio. Ele não era bobo, não teve discussão, nem oportunidade da pessoa dar um murro e derrubar ele. Eu entrei, olhei onde ele colocava a espingarda, a vareta, o pente, o revólver, estava tudo lá. Era uma espingarda pequena automática, daquelas de coronha de plástico, uma 22, de 16 tiros.

Vi aquilo e pensei ‘Aqui não teve discussão, não teve nada, apenas uma discussão? Isso é uma armação!’ Sai com a espingarda na mão e disse ‘Quero todo mundo deitado no chão! E quem tá em cima da caminhonete desce!’

Amarrei todos pra levar pra delegacia. Só não amarrei o motorista, que era pra ele dirigir até a fazenda pra mim ligar pra polícia vir. Meu filho amarrou todo mundo. Depois eu fui lá e reforcei tudo bem direitinho.

Nisso eu perguntei pro Adriano ‘Cadê seu irmão?’

‘O pai mandou ele ir na serraria mãe, buscar as tábuas da casa dele’.

Daí eu falei ‘Sobe todo mundo aqui agora, o motorista vai ficar pra dirigir o carro! Eu não vou pôr a mão no seu carro, eu sei dirigir mas não vou fazer isso não! Você vai em todos os lugar, se for preciso nós vai pro São José do Xingu agora!’ ‘Ah mas não foi...’ ‘Eu não vou discutir com vocês, porque vocês sabem’. Falei. Nessa hora me passou pela cabeça matar todos eles.

Mas meu filho gritava ‘Não, mãe, não foi eles, foi só o Fabricio’.

Era justamente quem não estava lá. Já tinha saído. Eles chegaram em cinco na minha casa. Eu liguei pra polícia e disseram que não tinha viatura em São José do Xingu, daí eu liguei em São Felix, mas mandaram eu ligar em São José do Xingu que era mais perto.

Eu falei ‘Mas vocês vão ligar em São José do Xingu?’

‘Nós vamos ligar em São José do Xingu e autorizar lá’.

**Aí eu liguei pra São José do Xingu, nisso o Sargento Reis disse ‘Nós não temos viatura, a senhora tem que arrumar um carro!’**

**‘Mas que carro? Eu to na fazenda’, falei.**

**‘Tem um táxi aqui, a senhora pode fretar esse táxi’ [silêncio durante a entrevista].**

**Eu liguei pro motorista do táxi, que me respondeu:**

**‘Eu não posso ir assim sem segurança!’**

‘Não, tudo bem! Agorinha eu ponho alguém pra resolver nosso problema’.

Nisso eu liguei pra um amigo nosso, com o nome de Roberto de Brito, era a mesma coisa que um irmão que me perguntou ‘Como que aconteceu?’

‘Pois é, mataram seu amigo, mataram meu marido! E eu não sei quem foi. Meu menino disse que foi o Fabricio, mas aqui eu encontrei quatro pessoas’.

Ele perguntou ‘Quem?’

‘O Barrinha, o filho dele, e o sobrinho dele, e aquele outro senhor, que tem o sítio do lado do Fabricio’, respondi.

‘Ah sim, agora já caiu a ficha aqui do que está acontecendo!’

‘Mas o que foi? Você sabe de alguma coisa que eu não tô sabendo?’

E ele falou ‘Não tô sabendo, mas nós vamos descobrir juntos!’

**Eu falei ‘Pois é, já liguei pra polícia que disseram que não tem viatura. Eu liguei pro taxista pra poder vim, então você vai lá, aluga e vem, não é pra fretar não, é pra alugar, e faz um documento aí e pode assinar pra mim!’**

E daí ele alugou o táxi pra trazer a polícia, mas a polícia não aceitou entrar no carro, não aceitou meu amigo dirigir não. Eles foram chegar duas horas da madrugada, na minha casa. Só que, nesse período, fui lá na casa do Leão, na serraria, pra poder pegar meu outro filho. Quando eu cheguei lá, o Dino, que era o dono da serraria perguntou ‘O que tá acontecendo, Dona Dora?’ Eu tava com uma espingarda e um volume na cintura.

‘Mataram meu marido! Mas eu não sei quem foi. Cadê meu filho? Me disseram que veio aqui pra buscar a madeira?’

‘Ele tá ajudando a carregar o caminhão, que os funcionários não tavam tudo pra carregar e ele foi ajudar’

Eu virei pro Dino e falei ‘Se esse rapaz pedir pra desamarrar alguém aí não é pra desamarrar e segura esse sem vergonha aí pra mim!’

Dino falou ‘Tá bom Dona Dora, não vai sair daqui’

Nisso, o filho do Barrinho pegou meu filho, jogou em cima da caminhonete, ligou e saiu correndo. Nisso eu já fui pra fechar na frente assim e já fui atirando. Atirei pra pegar no filho dele, mas como meu filho tava em cima e em pé, eu não tive como atirar, deu só quatro tiros pra intimidar, o primeiro pra acertar.

Eu falei pro meu filho ‘Monta aí na sua moto agora, e o que for saindo de bala você não dá atenção, num tira atenção da frente não!’ Mas chovendo, estrada de chão, a moto não dá com a caminhonete, porque a caminhonete vai jogando água pra todo lado, eu coloquei a coronha da espingarda no ombro do meu menino pra ver se eu conseguia pegar o motorista, mas não teve, acho que foi Deus que pôs a mão, sei lá, porque até meu outro filho podia morrer né? Eles adiantou bastante de mim, e ele parou e jogou meu filho da caminhonete embaixo, sabe, ele puxou assim, jogou.

Nisso eu falei ‘Vou alcançar! Aperta Flavio!’

Mas não tinha jeito, nós tava de moto. E passei pelo menino caído no chão e fui seguindo.

Nisso seu Geraldo vinha saindo da casa dele, lá da fazenda, cercou, viu que eu vinha atrás com meu menino na moto né? Ele atravessou a caminhonete e abriu os braços assim né [demonstrou como seu Geraldo abriu os braços].

Eu disse pro meu filho ‘Para aí que seu Geraldo tem alguma coisa pra me falar!’

Meu filho parou e eu falei ‘Mas seu Geraldo vai adiantar mais o povo ainda!’ E ele

**‘Desce aí, eu preciso falar com a senhora! Ó, com todo o respeito, dá licença [pegou entregou a espingarda para o Flávio, me abraçou bem forte], Dona Dora, seu filho tem 19 anos, o outro tá com 9, a senhora já perdeu um filho, então a senhora faz assim, esquece isso, esquece esse povo, porque seu filho tem 19 anos, quem vai preso é ele, é seu filho que tá pilotando, e seu filho tem uma vida inteira pela frente, e eu sei que seus filho é tudo pra você, é sua vida, seus filhos e seu esposo [Doralice fica mais uma vez emocionada, e chora], então deixa esse povo ir embora e a senhora resolve, eu já liguei novamente pra polícia, e já tá vindo’.**

Eu falei ‘Tá bom, vamos voltar e pegar o Adriano, que é outro menino meu filho!’

Ele falou ‘Vamos voltar que a senhora vai lá pegar sua moto’.

E eu falei ‘Vai, Flávio, pegar lá o outro menino, que eu vou pegar minha moto’.

Cheguei lá o Adriano já tava na serraria, tinham jogado ele perto. Peguei a outra moto fui lá pra serraria. Cheguei lá o Dino ‘Dona Dora...’

Eu falei ‘Não, não quero conversar não, seu Dino, depois se vocês quiserem ir até lá na minha casa no velório, mas, por enquanto, não quero conversa com nenhum de vocês, pra mim todos vocês tão envolvidos. Só quero conversa com meus filhos’.

Ele falou ‘Não, nós vamos lá depois’ [as lágrimas escorrem a todo momento do rosto de Doralice].

E fugiram, todos eles. Por que eles fugiu? Eles só tinham que testemunhar o que eles tinham visto. Era isso que eu queria, se você não deve, você só viu, então por que você vai fugir? Foi aí que eu vi que meu menino tinha relado os tornozelinhos, os cotovelos, o joelho sangrando. A mulher do Dino tava fazendo um curativo nele.

Eu só vi que meu filho tinha ficado com sequelas depois. Quando eu disse, já em casa pra ele ‘Meu filho, conta pra mãe o que aconteceu aqui?’

Ele ‘Não’.

Eu disse ‘Então pega lá o documento do seu pai e o meu, coloca em cima da mesa!’

Ele trouxe o caderno pra mim fazer uma anotação. Ele não sabia [silêncio durante a entrevista]. Eu fiquei olhando pra ele assim, aí o olhinho dele tava vesgo.

Eu falei ‘Para de tá fazendo gracinha pra mamãe, isso não é hora de você fazer gracinha pra mamãe’. Ele falou ‘Eu não to fazendo gracinha pra você, mãe!’

‘Seu olhinho tá vesgo, e você sempre gosta de tá fazendo isso pra mamãe’.

‘Não, mas eu não to fazendo, eu juro [demonstra como o filho fazia cruzando os dedos em cruz na frente dos lábios], eu juro mamãe, que eu não to fazendo’.

Ele foi lá perto do pai, ficava chorando, me abraçou e falou ‘Mãe, agora nós não vamos ter meu pai mais?’

‘Mas nós tem o Pai do Céu.’

‘É’, ele respondeu.

**Nessa hora que eu fui perceber que meu filho não estava mais sendo aquela criança normal igual era, e cada dia que foi passando eu fui vendo que mais ele piorava. Sabe que eu levei ele no psicólogo lá em Porto Alegre do Norte, que falou era preciso fazer um tratamento.**

Eu falei ‘Tá, depois eu vou levar ele em Goiânia, mas, por enquanto, eu tenho que resolver esses problemas né, ver se meu filho vai casar’.

Meu filho falou ‘Não, eu não vou casar mais!’

O Flávio não ficou com problema nenhum, mas o Adriano sim! **Eu levei ele pro Água Viva em Goiânia, fez tudo os exames, tinha sempre que tomar medicamento, tive com ele todos os Hospital Adauto Botelho em Cuiabá durante 6 meses, isso em 2006, só não quando eu tinha depoimento na Receita Federal lá no MP Federal.** Foi assim, até que eu perdi ele, ele morreu.

Mataram meu marido no dia 12 de dezembro, dia 13 eu fui com ele pra rua, até na caminhonete com o Emerson Leão, por isso fui chegar na minha casa, que o carro não aceitou meu amigo levar eles, era 106 km de São José do Xingu na minha casa, estrada boa, toda patroladinha. Fiat Uno, eles chegaram duas horas da madrugada, dizendo que tinha quebrado o Fiat do rapaz na estrada.

Eu perguntei pro Sargento ‘Aonde o senhor permaneceu até agora, que não apareceu aqui? Que eu liguei pro senhor era cinco e pouco da tarde, e o senhor chegar aqui duas horas da manhã, o senhor já jantou?’

Ele falou assim ‘Não, nós foi direto lá na fazenda do Leão!’

Daí eu falei ‘Por que que o senhor não passou aqui por dentro? Que o senhor conhece tudo isso aqui. Que aqui era 500 metros, e o senhor preferiu fazer 3 km e pegar um carro pra poder vim aqui?’ Ele não me respondeu nada.

O sargento pegou meu filho pra conversar fora da minha presença. Chamou ele particular e falou ‘Pode conversar comigo, não vai acontecer mais nada com você! Nem com sua mãe, nem com seu irmão! Mas fala onde estão as armas? Pede pra sua mãe entregar as armas’.

Ele tava mais preocupado em desarmar a gente do que em investigar quem tinha matado o meu marido. Meu filho depois chegou em mim e falou assim ‘Mãe, entrega as armas do pai, mãe, que o sargento disse que agora ninguém vai mexer com nós, ele vai proteger nós, e eu quero também falar mãe, o que aconteceu aqui, que agora ele vai proteger nós.’

Eu olhei assim pra ele, com um gesto né ‘Mas que arma, meu filho? Nós não tem arma!’

E, ele falou ‘Tem, mãe, o revólver e a espingarda do pai.’

Eu falei ‘Tá bom.’ Peguei, tirei a munição antes, e entreguei a espingarda e o revólver, né?

O sargento veio e falou assim ‘Dona Dora, por que até agora a senhora não foi lá e mexeu no corpo? Não deu banho no corpo?’

Eu falei ‘Sargento, por que eu tinha que mexer no corpo? Não é você quem tem que fazer a perícia? Não é o senhor que é o perito?’

O sargento respondeu ‘Porque não tem policial suficiente, diplomado, de perícia né?’

‘Mas o senhor, sargento, estudou tudo isso, pra poder assumir em um lugar onde não tem perito. Se o senhor veio até aqui pra fazer um levantamento do que aconteceu então o senhor é perito, é o senhor que tem que ver’, falei.

O sargento respondeu ‘Não, mas a senhora podia ter riscado em volta assim e retirado...’

‘É desse jeito, sargento? O senhor trabalha desse jeito? Que bom eu saber disso, que o senhor trabalha assim. O senhor não vai querer saber de nada? Porque eu preciso saber como foi que aconteceu, porque meu filho não me falou nada até agora’, falei pra ele.

Nessa hora, meu amigo Geraldo chegou pro sargento e falou ‘Já que o senhor passou segurança pra essa criança, pelo menos dê oportunidade da mãe dele saber o que aconteceu aqui.’



O Sargento, falou ‘Adriano, então vamos sentar e vamos conversar.’

Nessa hora, o meu filho começou a contar ‘Eles chegaram com a caminhonete, parou ali na frente, desceu, meu pai tava queimando o cimento do quarto, tava só na porta já terminando. Daí o pai falou ‘Filho, recebe eles!’ E eu fui receber. A porta da frente tava fechada, mandei eles entrar e sentar lá na mesa da área, meu pai terminou de queimar o cimento, veio e falou ‘Serve café pra eles! Tem queijo, doce, requeijão, pão, leite.’ Como minha mãe não tava em casa, eu servi, esse era nosso costume. Eles ficaram conversando com meu pai. O Barrinha perguntô se meu pai alugava o pasto pra ele. Meu pai respondeu ‘Não posso, já está alugado pra fazenda Três Rodas. E eu não tenho mais pasto.’ ‘Nossa! Vocês tem até energia 24 horas. Quem veio montar?’ Falou um deles.

Meu pai respondeu ‘Foi minha mulher que montou, é obra dela. Ela mesma inventou e montou. Quando era criança viu isso num sítio e montou aqui pra nós!’ Depois meu pai levantando e foi mostrando as coisas pra eles, a represa, lá em cima tinha outra represa dividindo a água. Foi nessa hora que meu pai tava mostrando as coisas que o Barrinha, que era um cabra forte, deu um murro no meu pai. Meu pai rodou e levou outro. Ele deu muitos socos no meu pai até ele cair e desequilibrar, o outro veio correndo de lá com um pau, eu corri pra cima e eles pegou e me bateu. **O sobrinho do Barrinha ia me matar. Nisso, o Barrinha falou ‘Não mata o menino não! Senão não pegamo o resto da família, nós tem que matar tudo! Nós tem que saber onde tá o resto da família.’ Daí ele parou de me bater, só me segurou, eu consegui escapular dele, corri pro pasto, o filho do Barrinha foi correndo atrás de mim e me pegou.’ Contou meu filho!** ‘O Barrinha chamou o Fabricio que não tinha descido da caminhoneta, e falou ‘Fabrício, vem aqui matar! É você que vai matar!’ Daí o Fabrício veio com um pedaço de pau e começou a bater no meu pai. Depois foi na caminhoneta pegou o facão e furou o meu pai.’ Contou meu filho.

**No outro dia, fui pro Xingu, cheguei pra polícia contei tudo achando que vinham mandar prender o Barrinha! Eles já tinham passado na fazenda, e mesmo sabendo de tudo, não prenderam ninguém. Quando eu cheguei na delegacia, no outro dia, com o corpo do meu marido dentro da caminhoneta da fazenda Três Rodas, eu parei atrás da delegacia da PM. Nisso, eu fiquei lá, a polícia me segurando porque eu não podia sair de lá. O meu menino de dezenove anos passou atrás da sala, viu o vidro aberto e todos que tinha matado meu marido tava dentro do quarto. Quando ele entrou, ele falou pra mim ‘Mãe, eu fui lá na caminhoneta ver o pai, e a senhora acredita que o Barrinha e a turma dele tão dentro de um quarto, eles não estão presos! Por isso a polícia não deixou a senhora ir lá pra dentro, pra dizer que estavam presos, mentira!’ Depois eu descobri que eles não foram preso em flagrante. Por quê? Porque a polícia não quis! A Polícia veio, jantaram na casa deles, esperaram fazer a galinhada, tudo pra poder ir, por isso que eles demorou. Por isso que eles quebraram o carro do rapaz pra dar desculpa, pela demora, dizendo que era porque tentavam arrumar o carro. Mas não foi nada disso!**

**Toda essa história que contei tem a ver com o fato de eu estar presa, porque eu esperei um ano pela justiça, desde do dia em que mataram meu marido. Eu to presa porque matei o sobrinho do Fabricio, foi o único que eu encontrei na hora.** Eu cumpri dois anos e dez meses e dezessete dias em Sinop e dois meses em Peixoto, pela morte. Fui presa dentro do Fórum, nunca foragi, acabei de dar um tiro nele na praça, fui até o juiz e me apresentei! [fica mais emocionada durante essa parte e continua chorando]. Nunca disse ‘não, eu não matei, eu não cometi!’ Não inventei história! Assumi tudo! Nenhum dos assassinos da minha família tá preso até hoje!

Nunca fui agressiva, só quando me senti ameaçada, porque essa pessoa que matei, ele me xingou de preta, nojenta, isso e aquilo outro né? Querendo que eu reagisse pra me matar também! Mas reagi diferente né? Outra surpresa pra eles! Pra começar eles pensaram que na hora que vi meu marido morto eu desmaiaria! Com isso, eles me matavam a paulada, com tiro os vizinhos iam escutar.

Mas não, eu não desmaiei. E quando ele me encontrou na rua, achou que eu não reagiria, e ele teria tempo de fazer alguma coisa comigo! Mas não dei tempo! Não dei conversa! Quando ele me xingou fiquei calada, olhando pra ele, saquei o revolver e atirei! Nessa época, eu só andava armada, desde da morte do meu marido!

Olha! Na hora passou tudo novamente na minha cabeça. Eu pensei ‘Eu sai do meu lugar, retirei quase 400 km de casa, tava na União do Norte, mudei, abandonei minha terra, tentava arrumar minha vida em outro lugar! O que ele queria lá onde eu tava?’ Não é possível, né? Tanto que eu venho buscando a justiça! Aqui não tem polícia, ele veio me matar! Nisso, eu só peguei o revólver e atirei! Só dei um tiro! Não fiquei como muitos velando o defunto! Montei na moto e saí. Só não fiquei na cidade porque não tinha polícia. Eu saí, voltei e me apresentei.

**Quando eu fui solta pela morte do assassino do meu marido, lá fora eu sofri perseguição! Essa cadeia de agora eu não devo... [tem dificuldades em completar a frase, está emocionada e chorando muito] Ta fazendo cinco anos de prisão, nunca mexi com nada de errado! Nunca mexi com drogas! Eu tô há cinco anos presa pra não falar nada do que eu vi do meu vizinho. Essa cadeia agora vai fazer cinco anos em agosto. Me acusaram de tráfico de drogas, pra juíza me segurar. Não foi achado nada dentro da minha casa. Eu não tinha envolvimento nenhum com nada de errado.** Ela colocou quatro cabecinhas sem passagem pra poder me segurar.

Vou contar como isso aconteceu. O juiz de Vila Rica me deu autorização pra trabalhar! Por quê? Quando a gente sai desse lugar, da prisão, fica privado de tudo, vira uma pessoa discriminada. E eu nunca abaixei minha cabeça, eu sou uma pessoa que não abaixo a cabeça, se eu bato nessa porta e ela não abre eu vou na outra ali! Eu vou até a hora que consigo uma porta que ela se abre, pra eu resolver o que tiver de resolver. Eu tava em Porto Alegre do Norte cumprindo meu semiaberto, assinado no fórum de lá, porque quando o juiz de Sinop, o Dr. Mário Machado, falou ‘Você vai pagar o albergue?’

Eu falei ‘Excelência, se o senhor quiser me deixar, pode me deixar, porque eu não pago albergue!’

‘Por que Doralice?’

‘Porque é eu que sou o homem e a mulher da casa, eu que tenho que trabalhar, e outra que eu trabalho em sítio, como que eu vou tá pagando albergue?’

‘Tudo bem!’ Respondeu o juiz. So que com isso, me deixou mais cinco meses presa! Era pra mim ter saído com 2 anos e seis meses, fiquei mais 4 meses e 17 dias presa. Depois que ele me liberou, explicou como era e falou ‘Agora você pode ir pra sua casa cuidar da sua vida.’

Quando eu cheguei lá em Porto Alegre [do Norte], no dia 2 de setembro, já no dia 3 me apresentei ao fórum, lá o rapaz me falou ‘Você não pode sair da cidade enquanto seu processo não chegar.’

Eu falei ‘Ih, tá difícil, eu tenho que ir em Vila Rica ainda, dá um depoimento, tenho uma audiência.’ Ele falou ‘Não, você pode ir em Vila Rica, mas daqui você não pode ir ficar na fazenda. Precisando de você a gente já vai ali na casa da sua mãe.’

Eu falei ‘Tá bom.’

Depois eu fui em Confresa tentar trabalhar, arrumar serviço, mas não arrumei! Mesmo eu nascida em São Felix, tendo vivido em Porto Alegre do Norte muitos anos, não conseguia nem comprar a crédito nas lojas que eu era acostumada a comprar. Só consegui comprar em Confresa. Nisso, eu fui pra Vila Rica alugar uma casa pra eu tocar comércio, porque a juíza de Porto Alegre do Norte não me deu autorização pra trabalhar com nada. Eu tinha que ficar parada. Mas fazer o que parada? Não podia ir pro sítio, não podia ir pra fazenda, trabalhar em fazenda, porque o sítio não tá liberado, tá na mão da federal, não tá liberado. Eu não podia sair de dentro da cidade...

**Eu sou muito perseguida lá minha região depois das mortes. Porque envolve pessoas da justiça né. Promotor, delegado, sargento, fazendeiros! Mas, mesmo assim, eu tive que lutar, não tive medo, não tenho medo de buscar! Por que baixar a cabeça? Por que é da justiça? Não!** Igual eu falei pra juíza ‘Eu assinei esse documento da busca e apreensão dentro da minha casa, porque os policiais são prevalecidos, são audaciosos, gostam de bater nas pessoas! E eu não gosto de apanhar! Porque se me bater eu sou obrigada a voltar e sujar minhas mãos! Então eu assinei porque, né?’

Desde quando fui presa dentro do fórum, nunca fugi! De quando eu atirei no rapaz! Atirei porque não suportei ver a coisa impune! Que o pobre pode fazer uma coisa, que a polícia tá lá em cima. A justiça é cega! Tem lugares que se rolar dinheiro

todos esquecem a ética, a jura que fizeram! Juraram contra pai e mãe, esquecem tudo e passam a enxergar só a parte do dinheiro, né. Eles não se conformam com a situação financeira, com o tanto que ganham, eles dizem que é uma mixaria, salário de fome. Mas então faça por onde ganhar mais.

Eu perdi três pessoas da família, meu marido, o filho veterinário e o Adriano. Que é um dos caçulas né, que eu tenho dois, um biológico e um adotivo. Perdi todos de forma violenta! E eu só matei uma pessoa, porque na hora eu não suportei, sabe, mudei do meu lugar, fui pra outro retirado 400 e poucos km, mas não adiantou! Eu andei investigando e descobri que o fazendeiro tinha dado uma moto pro sargento da cidade, abastecido o carro dele e tudo, deu uma bis pra mulher dele. Foi preso, por causa disso, eu entreguei. Mas ficou pouco tempo. A federal leva muito tempo pra descobrir algo. Eu já tinha 5 ou 6 anos presa quando prenderam o cara! Eu acho que ele foi preso por denúncia minha, os únicos que saiu mais rápido foram o delegado regional e o promotor. Esses saíram rapidinho! Não ficaram preso, mas foi exonerado dos cargos.

Quando vim presa, meu filho de 19 anos tava querendo me vingar. E eu falei ‘Não, meu filho! Não vai fazer isso. Eu entreguei na mão da justiça, tem que esperar a justiça resolver, você é muito criança tem muito pela frente.’

Eu tô muito envergonhada nessa minha prisão de agora, né? Tô muito envergonhada, por isso, não entrei em contato com o Ministério Público Federal. Na outra cadeia, eu falava direto com eles! Eles ligavam na cadeia, mandavam me tirar, pra conversar! Nessa cadeia, eles não podem me ajudar! Eles não interferem. E outra coisa, essa cadeia aqui não é igual a de lá. Aqui dentro se eu estiver tendo contato com eles é uma coisa muito perigosa pra mim. Eu corro muito perigo, dentro do sistema, dentro da cadeia você não pode ser uma pessoa que tenha, ou que convive muito ligado na polícia. No meio da ladrãozada, que é os mais certo, ele não é bem visto. Então eu não mexo (informação verbal).<sup>150</sup> [grifo nosso]

Os padrões normativos burocráticos estatais e as práticas prisionais institucionais simbolizam, na concretude da vida, o direito, a justiça que tem a face de Janus. De um lado, olha para uma memória colonial disfuncional, alienadora e emudecida, repleta de um sistema de múltiplas opressões, que torna inacessível o incremento dos direitos humanos<sup>151</sup> e sua atribuição para a concessão do acesso de justiça. A igualdade formal transforma-se na desigualdade real da discriminação de classe social, gênero, raça e sexualidades. Do outro lado, vê-se a face do Estado que por deter o monopólio de justiça societal, advoga a favor daquelas/es com quem tem uma relação íntima, ou seja, sua principal atribuição é satisfazer as necessidade e interesses desse grupos e pessoas. É a face da violência estrutural assentada em distopias totalitaristas, autoridades de exercício disciplinador violento para aquelas sociabilidades societal que não dispõem da mesma intimidade como o Estado.

<sup>150</sup> Entrevista de Doralice.

<sup>151</sup> Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto Internacional de Direitos Humanos e Civis e o Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, entre outros. Mas vale o alerta de Santos (2007) de que os direitos humanos não podem ser vistos essencializados, nem tão pouco universalizados, regidos por uma razão metonímica do pensamento único a serviço dos interesses imperiais norte-centrico, em que para uns terem direito é preciso o sacrifício de muitos. E por isso, os direitos humanos requerem uma construção multicultural sempre situado.

Doralice e Roseli Barbosa, trajetórias pessoais de dois polos contrapostos. Mas experiências que permitem capturar a coexistência de diferentes padrões de acesso a justiça e/ou de falta de acesso. A justiça é o lugar de múltiplas expectativas sociais, posta a prova como crítica de como lidar com as epistemologias do tempo *ainda não*, e na perspectiva da sociologia das ausências. Tem a virtualidade de ao serem visibilizadas, seguindo as pegadas deixadas e as incompletudes, promovam as emergências mais adequadas à solução de outros mundos possíveis, em que amplie a esperança.

Por isso, pergunta-se: é possível haver justiça cognitiva fora da justiça social? Utiliza-se da experiência registrada no episódio abaixo para defender a tese de que sem a superação da ideia de vazio colonial, que põe em hiperpotencialidade as injustiças, não será possível nem justiça social tão pouco cognitiva.

#### Episódio 13: A chegada da primeira Dama na penitenciária

Após um longo dia de observação de campo, já na saída, “descobri” que a unidade receberia, anunciada pela revisoria, uma visita ilustre: Senhora Roseli Barbosa, a ex-primeira dama, esposa do Governador do Estado, Silval Barbosa, ré por desvio de recursos públicos enquanto era Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS), do Lar da Criança. Um montante em torno de 20 milhões, conforme noticiado nos jornais locais. A “ilustre senhora” foi presa em São Paulo pela Polícia Federal e transportada via ponte aérea São Paulo-Brasília-Cuiabá. Naquele dia, já prestes a sair, após um período do dia da observação, em um tom de voz baixo, enquanto a vigia organizava os livros sobre a mesa, disse-me uma agente que eu deveria esperar um pouco pra ir embora, porque a Roseli Barbosa tá vindo pra cá! Devendo chegar às 8 da noite. De posse da informação, fiquei aguardando por ela até as 00 hora e 50 minutos. Mas após um longo período de estadia na unidade, e acreditando que a primeira dama não chegaria, comecei a me apavorar com a possibilidade de retaliações em relação à pesquisa, e por isso, resolvi ir embora.

Figura 56 – Roseli Barbosa



Fonte: <<http://sonoticias.com.br/noticias/geral/roseli-barbosa-e-denunciada-em-mais-4-aco-es-por-corrupcao>>

Enquanto aguardava, pude ouvir algumas confidências das agentes de plantão, principalmente uma com mais de 17 anos de experiência no sistema prisional, tanto masculino quanto feminino. Disse-me ela “que receber gente da elite da sociedade, os ricos, políticos, é um estresse para os funcionários que nem imagina! Eles não aceitam estarem reclusos na prisão, maltratam as/os agentes! Querem tratamento diferente das outras presas, os repórteres toda hora ligando, e o secretario cobrando dos funcionários. Além disso, piora ainda mais, quando vem junto os parentes”, como foi um dos casos passados, envolvendo grandes de corrupção, e foram a sogra e a nora juntas, presas. Essas duas brigavam por causa do dinheiro, era uma acusando a outra, era advogado toda hora na prisão, gritos, chamava os agentes toda hora! Segundo a depoente, as pessoas não sabem como é! “Uma ou duas dessas presas desse tipo dão mais trabalhado que as meninas presas da cadeia inteira, porque fica o plantão inteiro só pra atender esse povo! É parente que quer entrar toda hora, fora do horário de visita, de noite, liga secretaria, juiz, pedindo pra autorizar a entrada, enquanto essas coitadas que tão aqui, quando entram ficam às vezes esperando mais de mês pra receber uma visita porque sem a carteirinha de visitante não podem entrar”. Afirmou ainda, achar isso injusto, porque as regras tinham que valer pra todo mundo. E já estava pensando como seria essa mulher, a Roseli Barbosa, na penitenciária! **“A salvação pra nós, é que esse povo não fica muito tempo, entram e logo sai!”**

O muito que ouvi, e o adiantado da hora, já com medo de alguma possível sansão, resolvi ir embora. A caminho de casa, enquanto dirigia, refletia sobre como a ordem normativa da prisão só era posta em causa por quem tem o laço da cidadania íntima com o Estado, o mesmo que garantia à “ilustre senhora” aguardar até aquele horário para adentrar a instituição prisional sem que existissem as mídias para registrar o fato, coisa negada às outras da linha do não-ser. Mas, nesse caso, ela é o ser. Certamente não teria seu rosto exibido nas mídias na hora da foto com placa e uniforme da prisão, como fazem com aquelas/es vindo das zonas da periferia da cidade. Além disso, o crime pelo qual era acusada só seria possível por quem mantém uma relação íntima com o Estado. **Sobre ela recai a acusação de constituir organização criminosa, corrupção, peculato, lavagem de dinheiro, uso de documentos falsos, desvios de mais de R\$ 20 milhões de recursos públicos destinados aos programas de assistência social, ao tempo em que ela foi Secretária de Estado da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SETAS).** Ou seja, era ela quem deveria contribuir com ações, projetos voltados ao fortalecimento do Estado de Bem-Estar Social, ao fortalecimento democrático de alta intensidade, a retirada daqueles/as que se encontram nas zonas de fascismo social de uma sociedade incivil, para quem é considerado em estado natureza. Os meus devaneios me levaram a pensar como seria a ordem da prisão no dia seguinte.

Quando retornei ao campo de pesquisa no dia seguinte, ante a escuta silenciada da agente do dia anterior, cheguei a duvidar que no país da impunidade para as sociabilidades metropolitanas para quem o Estado advoga a favor, se de fato, encontraria no recinto a ex-primeira dama do Estado. Mas sim, a senhora Roseli Barbosa encontrava-se alojada em uma cela “especial” improvisada no salão de Beleza, que a diretora, para garantir a privacidade daquela senhora, prontamente tratou de providenciar uma cortina azul com babadinhos, para fechar sua “jega”<sup>152</sup>. A “ilustre senhora” chegou na manhã de sexta-feira por volta das 2 horas e 30 minutos da manhã.

Enquanto caminhava pelo corredor para me posicionar em minha costumeira cadeira no mesmo local, pude observar a cortina fechada, escondendo a pessoa que ali estava reclusa. Uma das agentes sussurra, e com a cabeça e olhos sinaliza pra mim, indicando a cortina azul, que é possível de ser vista quando se passa pelo corredor. “Sabe quem tá ali? A Roseli Barbosa!”, disse-me uma agente enquanto caminhávamos rapidamente no corredor.

<sup>152</sup> Termo utilizado pelas reclusas para designar cama.

Aparentemente a rotina da penitenciária nada mudou, o grupo de homens, apenas conhecidos por “amarelinhos”<sup>153</sup>, as presas descendo e subindo algemadas, com a costureira mãos pra trás, cara para parede, outras vezes cabisbaixas pelo corredor. A movimentação era ora algumas reclusas indo ao médico, ora empurrando o carrinho de supermercado repleto das deliciosas guloseimas produzidas por elas na cozinha da prisão, as mesmas que eram vendidas diariamente nos raios. Também a comissão de membros das igrejas evangélicas que encontrei na revisoria já estão nos raios, com o costureiro culto evangélico, os sons e os gritos denunciavam que o primeiro raio das trabalhadoras assistirá à celebração.

Ao passar pelo corredor, era possível perceber que a cortina da jega continuava fechada, fato que já lhe garantia algum privilégio, tendo em conta que para as demais como já se relatou, não se permitia o uso do “queto”, cortina que garantia mínima privacidade das reclusas. Mas era perceptível as relações de poder que ainda a circulavam. O silêncio do salão de beleza denunciava algo! O silêncio só foi quebrado quando houve a necessidade de pegar utensílios no salão de beleza.

Além disso, a agente chefe de disciplina que, até a véspera, não se encontrava na unidade, apareceu para dar “suporte” às agentes da contenção. Havia um agrupamento no local costureiro, isto é, no final do corredor, mas logo que me posicionei na minha costureira cadeira no corredor, meu ponto de observação permitido, percebi uma movimentação mais acelerada das agentes. Como o clima era de tensão, deixei o caderno e o lápis sob a cadeira, e fui cumprimentar as agentes da contenção do plantão do dia, até porque, esse era o plantão das agentes que se dispuseram a gravar comigo a roda de conversas, e tinham uma certa solidariedade comigo. O clima estava realmente bastante tenso, havia uma agente indignada com o pastor religioso, e ela dizia à outra colega “Você viu ela gritando comigo?” **“Não adianta, ele vem reclamar pra direção! Por que o pastor da igreja quer tratamento diferente? Nós estamos com poucas pessoas trabalhando, quem é ele pra vir dar ordem pra mim andar logo pra abrir o raio? Sendo que ele nem poderia estar aqui em cima na hora do procedimento de abertura dos raios! Só porque é da igreja da diretora? Sendo que qualquer visita tem que esperar, apresentar pra nós e depois nós abrimos e as pessoas entram? Essas coisas que me revoltam, eles querem tratamento diferenciado!”** A indignação continua, e a agente aos berros, do posto da contenção, grita para uma das agentes que se situava no centro do corredor, “Manda a direção falar comigo!” Olhou para mim e disse “Desculpe Claudia, mas dá uma revolta, esses crentes querem mandar na prisão!”

Com aquele clima, aproveitei para descer e retomar meu posto de observação sentada na cadeira no meio do corredor, próximo ao salão de beleza onde se alojava a ilustre visitante. **Nesse momento, foi possível visualizar a ilustre presença sentada em sua “jega”, vestida com o famigerado uniforme da cadeia, calçando o chinelinho branco havaiana, olhos perdidos e fixos em algum ponto da parede, em silêncio e imóvel, cabelos por escovar. Mais tarde descobri, por via de uma das agentes, que o comportamento que presenciei era decorrente da ingestão de antidepressivos; ela se encontrava dopada de medicamentos.** Ao entrar na penitenciária, tinha uma bolsinha repleta de medicamentos de antidepressivos e remédios para dormir. Outra transgressão, porque as Outras, ao entrarem no sistema, vão para a triagem - lembrando o caso da “Vovozinha do pó” e de todas as outras - e ficavam incomunicáveis pelo menos uma semana. Na maioria das vezes, mesmo quando o caso requer, sem o atestado médico, ficavam sem uso dos medicamentos controlados.

<sup>153</sup> Os mesmos utilizados pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos como mão de obra de prestação de serviços tanto nessa unidade prisional quanto em outros setores ligados às instituições estatais vinculadas à mesma secretaria, para realizar pequenos reparos nos prédios. No caso da prisão, reformando a creche, pintando as autarquias, etc.

Sentada no ponto de observação, aproxima-se de mim uma das agentes responsável pela disciplina das reclusas, e diz que “naquele dia a penitenciária, tinha a presença da ex-primeira Dama do Estado! Mas que teria o mesmo tratamento como outra qualquer, a exemplo, usar algemas e o que tiver na legalidade será feito, o que for privilégio não será permitido, aqui ela é presa como outra qualquer”.

Mas ouvindo suas palavras, percebi a procura com o olhar para o meu caderno de anotações, que logo e discretamente tratei de fechá-lo enquanto conversávamos. Ao ouvir o que ela disse, sem nada questionar, pensei “Sei, o mesmo tratamento igualitário! Para mim, tratamento não-privilegiado seria tê-la colocado já de início na triagem, ou melhor, no ‘cantinho da reflexão’ como é chamado por essa própria agente, como ficou dias atrás Dona Judith, senhora de 74 anos”. Além disso, a primeira dama, segundo fonte segura, não tinha apresentado diploma de nível superior para ter “cela especial”, a mesma providenciada com cortinas adquiridas pela própria direção. Durante todo o meu período de campo, raras foram as vezes em que vi ambas, a diretora e a chefe de disciplina, se movimentando tanto no corredor, cuidando tanto de uma presa; mais raro ainda foi vê-las no pavilhão das presas nesses últimos 40 dias.

Registrei o que era possível observar naquele dia. Vi uma das agentes da contenção descer e se aproximar, e novamente subir e chamar a chefe de equipe. Logo vi no corredor, descendo apressadamente, duas agentes seguidas pela direção e chefe de disciplina. Todo esse movimento era resultado de um cano de água que estourou, e como ele ficava em cima da cama improvisada, na verdade a maca de depilação, molhou toda a cama da visita ilustre, alagando todo o salão. A agitação era grande. A água escorria corredor a fora, mas rapidamente uma das presas, que comunicou o fato a todos, já estava com rodo na mão ajudando na retirada da água do local, enquanto a dama era retirada algemada, molhadíssima dos pés à cabeça e aguardava do lado de fora da “cela”. De forma também rápida, outra troca de roupas secas lhe foi providenciada, e também um rodo para que ela puxasse a água de dentro da sala para fora, enquanto a outra “presa” puxava a água vinda de dentro do corredor. O controle disciplinar próximo dificultou qualquer registro fotográfico. Os olhares como a observar um animal raro na cela, com rodo nas mãos, a “12 do lado de fora” - utilizando a gira da cadeia pra dizer agente armado com calibre 12, enquanto a ilustríssima senhora com um rodo puxa água.

Mesmo após o problema da água ter sido resolvido, a “reeducanda” posta do lado de dentro da cela especial improvisada, a tensão no corredor continuou. Agora era entre a direção e a chefe de disciplina, que ousava dizer “Mas diretora, a chave da sala do registro de água estava comigo e você quem me pediu, depois a Taynara (reclusa) estava com a chave na mão! Eu perguntei pra ela, ela disse que era pra dar pros “amarelinhos”, por isso que eu acho que foram eles que abriram o registro! Nesse tempo todo que eu estou aqui, eu nunca soube ou tenha visto vazamento no salão de beleza, ainda mais de cima, como foi hoje! Você chama Taynara e pergunta pra ela!”

Observei a cena. A diretora fez “ouvidos de mercador”, deu as costas para a agente e saiu do corredor. A chefe de equipe, visivelmente ruborescida, quase aos choros, foi consolada por uma colega do plantão que a abraçou, e tentou confortá-la, “Não fica assim! Acalme seu coração, senão é perigoso você passar mal, e isso não vale a sua saúde! Calma! Fica calma!” Seguiram juntas pelo corredor em direção ao grupo de contenção. Uma das agentes do plantão, a mesma que estava com “a 12” durante o controle das reclusas que puxavam com o rodo a água do salão, aproximou-se de mim, e disse que “a senhora Roseli Barbosa teve a cara de pau de falar que já tinha chamado as gentes várias vezes? Você que estava no corredor ouviu ela chamar? [Respondo que não]. Se você que está aqui no corredor não ouviu, imagina nós que estamos lá em cima? Eu falei pra ela, acontece que somos poucos agentes, hoje é um dia movimentado, tem culto nos raios! Depois ainda vem a diretora da

prisão reclamar que nós tínhamos que ter vindo ver quando ela chamou! Eu respondi pra direção ‘porque então quando o marido dela, quando foi governador do estado, não fez mais concurso pros agentes penitenciário? Agora quer vim reclamar! **Olha eu fico só a revolta, não é pra tratar todos iguais? Eu nunca vi a direção preocupada com nenhuma presa pobre que entra aqui!**”

Interrompe-se o episódio. Percebeu-se o campo de disputas que configura as microrrelações de poder, numa constante tensão entre os macropoderes institucionais, a aliança entre Estado-religião. De um lado as instituições religiosas de nomeação evangélica, tanto as reclusas quanto as trabalhadoras são postas numa posição de domesticidade e submissão, obviamente as primeiras mais vulneráveis. Em relação às trabalhadoras, retiram-lhe a autonomia e algum nível de autoridade institucional, e como peoas, vão sendo o alvo privilegiado de diferentes estratégias liberais de manutenção das injustiças sociais, da misoginia estatual, da violência estrutural, direta e cultural sobre outras mulheres, ao passo que se alienam da sua própria posição periférica no interior de um sistema que também as emudece e as invisibiliza. Todavia, as/os agentes só tecem alguma crítica ao sistema prisional apenas quando o poder daqueles/as advindos/as da sociedade da cidadania civil íntima bloqueia a aplicação da economia da morte e de suas relações com a produção do poder, ou seja, cerceia o uso do exercício normativo-disciplinador-violento aplicado pelas autoridades dirigentes como ordem legítima sobre a vida dos/as governados/as. Ficam à porta de entrada do Estado, e são capazes de reivindicar os seus direitos, mas sem forças suficientes para sua efetivação. Seguindo:

Percebo que a esquizofrenia do sistema prisional, o mesmo que coloca oprimidas contra oprimidas, que reifica nas interações as diferentes escalas de poder, a temporalidade do papel social atribuído a prisão, que é ser o vale das exclusões radicais, só é posta em desequilíbrio, por alguém que detêm o poder. Ou seja, a desordem está no modo como o regime de verdade da justiça social tem sido construído e reiterado pelo direito, pelo sistema penal.

Saio do corredor, e fui ter com a direção para pedir que deixasse por escrito a autorização para minha entrada no fim de semana para que eu pudesse observar a entrada das visitas. Ao final desse dia de observação, ao conversar com a agente da revisória descobri que não havia nenhum documento, nem aviso ao plantão autorizando a minha entrada. A agente me disse “a direção não quer que você venha por causa da ‘primeira dama’, porque quando é presa comum, como ela entrou hoje que é sexta-feira, ela ainda não tem autorização para receber visitas! Mas, vou deixar um recado para minha colega de plantão no domingo pra deixar você entrar!”

Nossa conversa é silenciada, e passamos ambas a observar, sentadas na revisoria, duas cenas que marcaram a nossa indignação: desce a diretora da penitenciária, seguida do filho e do irmão da “primeira dama”, que vieram visitá-la. Ela traz um ventilador preto, o mesmo modelo permitido a todas as demais presas, e que na rotina, só poderia ser entregue duas semanas após a estada da detenta na penitenciária. Ouvi a direção num diálogo quase aos



sussurros como o filho da reclusa **“Peço desculpas! Mas a ordem da secretaria é que sua mãe tem que ter tratamento igual a todas as presas, então eu não posso deixar vocês entrarem na cela dela lá em cima! Ela terá que descer algemada como qualquer outra presa!”**

Interrompe-se o episódio: constrói-se uma retórica da igualdade num sistema que tem a desigualdade estrutural como norma, a diferenciação subalterna como realidade. A coisificação daqueles que deveriam ser sujeitos de direitos e não objetos dos discursos de igualdade de justiça, é exercido justamente por subjetividades do SUL-imperial. Um SUL que se coloca como o espelho, e que ao se ver não se reconhece como SUL, nem sequer como chacal de um sistema, que para ser perpetuado tem a necessidade que o oprimido reifique e legitime a opressão sobre outros/as oprimidas.

Atenta à conversa, aguardei o momento da descida da “presa” a espera do famigerado procedimento das agentes, e ouvi “Presa! Cara pra parede! Não olha pra mim!” Frases algumas vezes proferidas e seguidas de um empurrão ou tapa na cara de quem já está algemada!

As memórias de outro episódio vêm à tona. Trata-se de um fato ocorrido no dia anterior, entre uma agente e uma reclusa, pelo simples fato de a reclusa ter dito à agente “Não precisa a senhora gritar! Eu não sou bicho!” Aos berros, a agente se aproxima da presa já algemada, e gritando, diz “O que você falou?” Levantou da cadeira e lhe deu um tapa no rosto! E continuou a gritar “Nós não estamos aqui pra ser desrespeitadas por preso!” A cena choca os olhos, e só não se tornou mais violenta porque um agente masculino do SOE, que estava do lado de fora da sala, ouvindo a confusão, entrou e interferiu, e calmante disse à presa “senhora, peço a gentileza que vire o rosto para parede, esse é o nosso procedimento, enquanto a senhora aguarda a saída pra audiência”.

Saí dos meus devaneios e aguardei a descida da primeira dama. Para minha não surpresa, ela é retirada sem que, ao passar pela revisoria, fosse obrigada a ficar de cara para a parede, mãos pra trás a espera de ser desalgemada. Seguida da diretora e da chefe da disciplina numa cela de espera ligada à revisoria, adentraram o filho e a irmã da “reclusa”. Assim que o filho entrou na sala, ouvi um grito de choro e de revolta da primeira dama “Eu não quero ficar aqui! Eu não suporto!” O silêncio foi quebrado pelo seus choros e gritos.

Ouvi isso, seguido de palavras de consolo da direção e chefe de disciplina “Não fica assim! Tenha calma e fé!”

Enquanto isso, do lado de cá na revisoria, a agente de plantão demonstrava revolta e indignação “Isso é de dar nojo Claudia! Essas duas bajulando essa mulher que roubou milhões, dinheiro do lar da criança, dos idosos, da farmácia de autocusto, roubo de gente miserável, sendo que quando chegam essas meninas da rua, você precisa ver como são humilhadas, os xingamentos que recebem! Visita não pode vir trazer nada no dia que chegam, e os outros vão direto pra triagem, essa daí não tem nível superior e fizeram até cela especial pra ela. As outras podem receber alguma coisa de parente depois de duas semanas e isso se tiverem a carteirinha de visitante! E outra coisa, já são quase 19 horas agora, não é horário permitido de visita. Olha! Eu fico com nojo de ver isso, dá vontade de vomitar de ver uma coisa dessa!”

Minha indignação ficou maior ainda, quando, ao sair da penitenciária, percebi dois carros importadas estacionados ao lado do meu, uma BMW x5 de valor aproximado de R\$ 640,000, 000 (seiscentos e quarenta mil reais). Assim que saí da prisão, em seguida saíram o

filho e a irmã, cada um entrou em seu carro e se foram. Pus-me a pensar como esse foi de fato um dia de observação tenso.

A caminho de casa, recebi uma mensagem de texto no celular, avisando que logo após a minha saída “chegou o alvará de soltura da primeira dama, pedindo a retirada dela da penitenciária para o corpo de bombeiros militar, mas tiraram uma foto dela, com o uniforme e placa do crime que ela cometeu e mandaram para uma das mídias locais, dá uma olhada”.

Mas, ao chegar em casa, dado o cansaço, o esgotamento do dia da pesquisa, não fiz as buscas na internet. No dia seguinte, quando fui procurar a imagem, na intenção de utilizá-la para ilustrar o registro do episódio da “primeira dama”, a imagem havia sido retirada. Enquanto a pobreza é exposta de forma visceral pelas mídias, como o arquétipo social do “mal” numa linha abissal, representado por anjos e demônios, já que são causadores da violência direta; a violência estrutural é escondida, invisibilizada pelo véu ideológico da violência cultural. Mais tarde, por volta das 20 horas da noite, recebo outra mensagem no celular, comunicado que “a primeira dama já saiu, não tem porque vir no dia de visita, mas, de qualquer modo, deixarei avisada da sua vinda”.<sup>154</sup> [grifo nosso]

As vivências acima aguçam a percepção de que a justiça é cega, inflexível a quaisquer concessões aos que se encontram na condição societal incivil, ao tempo que se alia a redução à desintegração da emancipação social e regulação social para aquelas/as que se encontram na condição societal intermediária.<sup>155</sup> A cidadania civil íntima tem o laço de pertença, e suas reivindicações são exercidas do lado de dentro do Estado, isto é, deixa de ser problema o acesso ao direito e à justiça, porque não precisa deles para satisfazer suas necessidades e interesses. Reafirma-se o dito por Santos (2007, p. 85), “reivindica que os direitos dos cidadãos não estão assegurados enquanto os não-cidadãos sofrerem um tratamento sub-humano”. As ausências são estruturalmente fabricadas, revelando que a condição de um pensamento pós-abissal será a construção da copresença radical de práticas e agentes de ambos os lados na linha, como sujeitos em igualdade de acesso à justiça social, à justiça de classe, à justiça identitária.

Neste capítulo, a intenção foi desenhar o mapa de um vasto campo social de opressão, a qual tem servido o sistema de justiça e penal para asseverar o caráter radical do sofrimento humano, como um sofrimento possível de ser evitável, e, a partir desta realidade imperfeita e de tudo que a contém, a maximização da justiça social será o sonho utópico de um projeto de justiça, de democracia, de cidadania como copresença radical de emancipação social para ambos os lados da linha abissal. Caminhou-se na convicção de que não se pode promover a justiça social cognoscitiva e experiencial de quem esteve nas periferias das linhas abissais da modernidade sem que se cinge uma relação de partilha igualitária no acesso a justiça, por ser ela diretamente envolvida com a equação das relações entre o processo civil e a justiça social,

<sup>154</sup> Registro de campo da pesquisadora.

<sup>155</sup> Conforme Santos (2001), utilizam-se aqui, os termos de “sociedade civil íntima”, “sociedade civil intermediária” e “sociedade da rua, ou a incivil”.

entre igualdade jurídica-formal e desigualdade socioeconômica. Defendeu-se o argumento de que o mundo da vida prisional é o espelho a refletir a disparidade entre a igualdade formal da aplicação da lei e a injustiça real da falta de acesso à justiça social, no qual o regime de verdade que regula a retórica da cartografia do direito, tem como projeção a disparidade das linhas abissais entre quem pertence ao laço da cidadania íntima com o Estado, e quem pertença ao laço da sociedade incivil.

## 6 CORPO-INSTITUCIONAL: INTERSUBJETIVIDADES, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

Argumenta-se neste capítulo, a partir das plurivocalidades que aqui se anunciam e das experiências que delas emanam, que a penitenciária nada mais é que um complexo industrial do encarceramento em massa da população empobrecida e racializada, e como tal, constitui-se a partir de processos híbridos entre os regimes de verdade do saber-poder disciplinar imposto como regras, e da violência arbitrária colonialista e sexista como necropoder pela via da militarização penal. As experiências de sofrimentos da vida precarizada em seu interior refletem a monstruosidade que é o colonialismo como dimensões da política estrutural do estado moderno, da ciência e do conhecimento. Vive-se um imaginário de pós-colonialidade em sociedades colonialmente racistas, sexistas, classistas, xenofóbicas, regidas por regimes antidemocráticos equilibrados por poderes déspotas (SANTOS, 2011).

Ao olhar a prisão pela lente do colonialismo, percebe-se que, por vezes, a lei que vigora é a imposição da política da violência-apropriação-exclusão radical, revestida do manto da normatividade disciplinar como ordem; as experiências que ali se pronunciam revelam a transição entre o fascismo social que vigora no interior de estados democráticos, para a forma de fascismo prisional (SANTOS, 2013), e é reconhecidamente uma forma de necropolítica (MBEMBE, 2003).

### 6.1 A implantação da “Operação Legalidade<sup>156</sup>” vista do lado de lá da linha

As Epistemologias do Sul permitiram perceber os modos como se entrecruzam o corpo-institucional e o corpo-sujeito num cativeiro de conflitos. As mulheres de ambos os lados da linha abissal são afetadas de forma distinta pelo fascismo prisional, num processo aspiral da obediência sem restrição, da hierarquia inquestionável, da disciplina competitiva, da lógica belicista conflitiva. Além disso, percebe-se que por vezes, que as subjetividades postas em lados opostos da linha, singularmente as desloca dos seus lugares, outas vezes caminham sobre a linha. As evidências empíricas demonstram como essas ligações traçam os fios que reforçam a opressão patriarcal, privilegiando o homem como a sacralização de todas

<sup>156</sup> Salienta-se que ao longo do texto de que as palavras “operação legalidade” e “procedimento”, são utilizados e interpretados nos termos, e nos sentidos atribuídos pelas mulheres envolvidas na pesquisa. O POP- Geral – Manual de Procedimento Operacional Padrão do Sistema Penitenciário de Mato Grosso, publica em 2014, pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso, amplamente amparado por legislações vigentes, como Leis e Resoluções, não estabelece formalmente qualquer amparo institucional as práticas de violências, torturas expressas nas práticas e discursos que emergiram nos depoimentos.

as relações sociais contidas na construção de gênero, reproduzidas no microcosmo da instituição prisional feminina.

Cunha-se nesse estudo a compreensão do fascismo prisional como a gesta colonial, esculpido em estruturas de poder assimétrico, arquitetado por uma política de decisão estatal do uso da tortura, da força bélica a ser infligida ao corpo físico, material e simbólico das/os subalternizados encarceradas/os como o sofrimento necessário à sua ressocialização. O uso do arbitrário da violência é construído e justificado num regime de verdade de institucional, organizacional, político de saber-poder, assentado na ideia da existência de seres superiores considerados humanos e aqueles seres inferiores não-humanos, sendo que aos primeiros recai o fardo civilizatório sobre os segundos.

No domínio desse fascismo, produz a ideia permanente do/a outro/a como ameaça a ser contida por meio do uso da repressão e da violência. Institui-se, assim, o estado de guerras para a resolução de conflitos, e as armas bélicas tornam-se o instrumento didático-pedagógico de medição das relações sociais, e no caso da penitenciária feminina, opera segundo a ligação entre o sexismo-militarismo-violência e pobreza-discriminação-exclusão. Dito de modo evidente, os procedimentos e as regras disciplinares institucionais assentam-se na reprodução do regime de exceção, reafirmado pela normatividade imposta pelo Estado de exclusão e violência. A presença do poder paradoxal como forma legal daquilo que não pode ser considerado legal, é a suspensão de qualquer ordenamento político-jurídico utilizado como dispositivo que regula o poder do soberano e o poder de sujeição individual praticados como exercício de repressão.

Os depoimentos daquelas que estão do lado de cá da linha demonstram os modos como o estado de exceção se corporifica como segunda pele para algumas das mulheres que estão do lado de lá da linha. Às vezes, entre as agentes-femininas emerge uma personagem que assume a forma de fascismo da prisão, subscrita no interior do exercício jurídico e disciplinar, que por vezes, como avatar da necropolítica, incorpora dois esquemas de subordinação: a legalização-opressiva e a subjugação-repressiva. A legalização-opressiva advém do abuso do poder soberano, o mesmo que suspende os direitos subjetivos resguardados com a separação de um domínio civil e a sociedade. Já no âmbito do esquema subjugação-repressiva, sua prática é revestida no falso discurso da necessária disciplina para a superação do mito da eficácia da violência, ou seja, na ideia de que a violência e a guerra são os únicos caminhos para resolver conflitos.

Subjaz tanto a legalização-opressiva quanto a subjugação-repressiva, as fronteiras que reconduz ao exercício do poder despótico num contínuo estado permanente de guerra; da

violência como reguladora que transita entre o legal e o ilegal materializado nos corpos dominados e subjugados do outro/da outra subalterno/a. Noutras palavras, a mecânica desses dois esquemas configurativos das linhas abissais no interior da prisão só é possível quando se imagina o Estado como centro (SANTOS, 2002). Portanto, esses dois esquemas são determinados pelo poder invisível e as relações de dominação que eles ocultam.

Este processo de controle pela via da violência depende das políticas organizacionais definidas e instituídas pelo Estado, que por sua vez, alimenta-se da herança colonial como mecanismo de dominação política. De um lado, as regras de reconhecimento social recaem na diferenciação ideológica da classificação social combinada com as exclusões radicais e a distribuição do poder desigual. De outro, o colonialismo interno incrustado e introjetado na instituição e nas mentes de seus agentes, assenta numa suposta superioridade exercida de alguns sobre os outros. Portanto, suas ontologias e territórios são passíveis de violações, extermínios, destruição e despossessão pelo uso da militarização e do poder bélico. Consequentemente, essas divisões invisíveis alimentam as práticas e retóricas que maximizam a sujeição sexista e colonial no interior da prisão, assim, pode-se argumentar até que ponto são criados obscurantismos da impunidade dos excessos de um necropoder como ordem e disciplina?

Assim, ante as experiências das narrativas dessas mulheres evidenciou-se que as relações intersubjetivas configurativas da/na penitenciária assentam na opressão colonial, neocolonial, na ideia de território vazio, sem lei, que faz da violência o campo por excelência da tensão entre as zonas do ser e as zonas do não-ser. Percebe-se que, por vezes, a lei que vigora é a imposição da política da violência-apropriação-exclusão radical, revestida do manto da normatividade disciplinar como ordem que autoriza a brutalidade dos seus corpos, dos seus territórios, dos seus conhecimentos, porque se crê que do outro lado da linha é o não-ser, onde não há lei.

Os corpos sujeitos subalternizados não ficam imunes ao exercício do saber-poder impresso nesse regime de verdade, criam híbridos que enunciam e anunciam ora a subordinação, a desistência total, a redenção, ora a redenção e/ou a resistência que reificam ou deslocam dinâmicas de opressão das condições impostas.

Lembra-se, assim, do dito por uma das agentes:

O sistema tem o poder de fazer você desacreditar nas pessoas. Se você trabalha em outros lugares, você não vê isso tão forte! Tanto faz das pessoas de cá, como das pessoas de lá! A gente tá sempre desconfiada de todos. Como por exemplo, a chefe de disciplina, eu não a conheço muito bem, mas do que vejo, eu penso que ela acha

que porque aquela “fardinha” que ela usa dá poder a ela! Porraaa nenhuma, cara! [risos] (informação verbal)<sup>157</sup>.

Nesses casos, faz-se perceber um conjunto de práticas, objetivos, representações e predicativos ligados tanto às questões sociais, quanto à inserção de seus agentes num conflito que assume o contorno da face perversa do exercício de um *apartheid* social. A linha do colonialismo é o fio invisível que subjaz a nominada *operação legalidade*, e a *implantação do militarismo* que transforma exclusões, extermínios, genocídios na racionalidade dominante como ordem socialmente aceita a ser infligida às sociabilidades advindas das zonas coloniais. O processo de implantação de uma normatividade institucional, nominada *Operação Legalidade*<sup>158</sup>, culminou na retirada do efetivo da Polícia Militar e instalação do corpo-institucional composto apenas por agentes penitenciários.

O que foi a operação legalidade? Foi uma operação conjunta entre o Sindicato dos agentes, a SEJUDH/MT, agentes penitenciários para verem quem eram presas provisórias, quem eram as condenadas, quantas provisórias, quanto condenadas, onde se encontravam. E isso foi também pra ver as revistas, entravam nas celas, tiravam as coisas ilegais... Quantidade extrema de roupas, deixaram só aquilo que era extremamente necessário... Fizeram uma limpeza! Isso foi a chamada operação legalidade. Tinha juiz envolvido, muita, muita gente envolvida, gente da Secretaria de Justiça.

Tinha uma presa que chegava a ter de 05 a 06 pacotes de açúcar de dois quilos, tinha pacotes de bolachas de fardo, fardo de doce, refrigerante, um monte de refrigerante, tudo, tudo, tudo. Por que isso? Porque se tivessem uma rebelião, elas ficariam meses. Tipo assim, se fizer uma rebelião nesse raio, eu posso segurar essa rebelião ficando muito tempo sem receber comida, nem água, porque eu tenho coisas pra segurar! Vinham os refrigerantes e as garrafas pet vazias eram estocadas de água, elas bebiam os refrigerantes guardavam as garrafas pet pra depois encherem de água e guardavam, poderia cortar a água que elas segurariam uma rebelião!

Hoje elas só podem ter 04 garrafas de água por dia. Embora isso hoje já tenha mudado por causa do mercadinho, porque elas compram o refrigerante aqui dentro, e guardam as garrafas pet. Acho que deveria ser assim: pra elas comprarem um refrigerante, teriam que devolver a garrafa vazia descartável. Entende? Hoje os carrinhos de compras vão de 02 a 03 lotados por raio, vão lotados de coisas. Coisas muitas vezes que você não tem na sua casa, elas tem lá no raio. A operação legalidade acabou a partir do momento que você criou o mercadinho<sup>159</sup> lá dentro.

Porque hoje estavam juntando coisas até demais! E isso é aqui, e é na PCE [Penitenciária Central do Estado] você vê os carrinhos comprido com fardos e fardos de coisas! Você veja nessa situação, o Estado que deveria, que tem condições de fornecer as coisas básicas delas, cria um mercado! E por parte do preso, mas é a família que tá lá fora, do reeducando, que tem que trazer o dinheiro pro reeducando adquirir as coisas do mercadinho! Mas o Estado não pergunta, as assistentes sociais não vão visitar essas famílias pra saber se elas têm ou não condições de providenciar esse dinheiro! Entendeu? Será que ela tem condição? Se é o marido que tá preso, ou pai, a mulher às vezes vai se prostituir, outra hora o filho vai roubar, outra hora a

<sup>157</sup> Entrevista anônima de Mulher trabalhadora.

<sup>158</sup> Já se fez referência a essa operação no Capítulo IV, que versa a respeito da cartografia do território da investigação.

<sup>159</sup> Tratar-se-á da questão dos comércios internos, e no caso do “mercadinho” de compra e venda no capítulo seguinte.

filha vai traficar! Quantas meninas estão aqui porque o pai e o irmão estão no Presídio Pascoal, e pra manter eles lá, ela voltou a traficar? Você tá entendendo? Eu não concordo com o mercado! Porque tira totalmente da família que deveria ser assistida e não está! (informação verbal).<sup>160</sup>

**A implantação do procedimento foi uma loucura! Eu tive a oportunidade de sair de licença no início da operação, quando eu voltei já tinham implantado aquilo, o tal procedimento! Eu assisti como um momento de muita revolta das presas, porque tiraram tudo, tudo, tudo delas! Cara, as detentas ficaram ali com a roupa do corpo, descaracterizavam os espaços delas! Sabe? Ah, eu acho que o sistema tinha outras coisas mais importante para se preocuparem, entendeu?** O tal do procedimento, isso é coisa pra penitenciária grande! Você entendeu? Eu acho que aquilo de deixar a pessoa de cabeça baixa, aquilo de deixar a pessoa em condição de submissão extrema, é pra mim, uma violência. Tem que ter procedimento? Tem. Mas, muita coisa ali é sem necessidade, é mais pra humilhar. E humilhar causa muito revolta. Primeiro quando você coloca todo mundo na linha, quando você tira a primeira identidade da pessoa que é a roupa, e coloca todo mundo com o mesmo uniforme! Todo mundo usa aquele uniforme igual a todas! Aquilo, eu penso que dói muito! Eu muitas vezes chorei pensando e se fosse eu naquele lugar? E se eu usasse aquele uniforme, nessa condição? Eu não daria conta nunca! Nunca de estar do outro lado! De ter que colocar sempre o uniforme! De ser vigiada sempre, tudo isso é muito complicado! (informação verbal).<sup>161</sup> [grifo nosso]

O reconhecimento fenomenológico do fascismo social como contraponto a emancipação social, se verificou pela via do abuso de poder transversalizado entre aqueles agentes estatais que detêm o selo da autoridade como porta-voz do campo jurídico-penal, que juntamente com o corpo subalterno, como guarida da violência, transpõem-se facilmente o fascismo social para a forma de fascismo prisional. Este recoloniza, re-territorializa o espaço-tempo pela via da anunciação daqueles homens que dominam a capacidade de acometer o sofrimento e a exceção à aquelas/es que residem do outro lado de linha, a linha da exclusão. Pode-se perguntar: como a parte operacional de uma instituição, como a prisão, poderia envolver-se com a parte humana, se aquelas a quem infligem sofrimento sequer são considerados humanos?

**A parte operacional não mistura muito com a parte humana, nem o tato, o conversar, nada disso não! A gente nem era preparado pra isso.** É treinado de que forma? Que que se orienta o recuperando preso, seja lá como as pessoas queiram chamar é ‘sim senhor’ e ‘não senhora’! Esse é o único diálogo que tem que existir! **Hoje a minha função é o quê? É coordenar presas e servidoras, eu consigo coordenar melhor as presas. Não consigo trabalhar com as servidoras! As presas sim! As servidoras não. Por quê? A presa ela se sente na obrigação de seguir, porque ela foi parar ali!**

O servidor não, principalmente os mais antigos, se for feminino tem um diferencial de todas, e olha que eu fiz missão em várias cidades e várias unidades! **O feminino de todos é o mais complicado! Primeiro, além de ser mulher que é um**

<sup>160</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>161</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.



**agravante! Mas o problema não é com as presas não, digo mais difícil no sentido de funcionários, de servidores** (informação verbal).<sup>162</sup> [grifos da autora]

O horror é perceber que o mesmo Estado que outrora negou à população o estado de bem-estar social, continua a retirar-lhes qualquer possibilidade redistributiva e de reconhecimento equitativo. Embora uma experiência situada, liga-se aos globalismos mundiais que fazem do encarceramento o depósito de lixo humano, lugar de pessoas descartáveis, dentre elas as pessoas negras, as subjetividades do SUL-global. Reflete uma democracia construída e constituída num regime despótico, em que grande parte das relações políticas e sociais são regidas por regimes antidemocráticos, pela tensão entre representação e representáveis como um fosso abissal entre quem é considerado humano e quem é considerado não-ser.

Ao entrar no complexo prisional feminino adentrou-se ao mundo do silenciamento, do tratamento punitivo, da tortura e do tratamento desumano, um mundo que reflete o sistema capitalista global e como esse mesmo sistema negligência as necessidades humanas a populações inteiras que não foram absorvidas pelo Estado-Providência pela via da educação, saúde, saneamento básico, esporte, lazer, etc, facilmente substituídos pelas forças militares, paramilitares e o encarceramento.

#### 6.1.1 A militarização: quando as mulheres vestem fardas

Nesta sessão pretende-se discutir os efeitos da militarização como projeto sexista-colonial. Demonstra-se que no interior do complexo industrial que é o encarceramento em massa das mulheres empobrecidas e das negras, a violência do sistema policial e carcerário reproduzem a violência doméstica e essas violências estão simbioticamente conectada à violência estatal e à violência institucional. Assim, para melhor visualizar seus efeitos, distinguiu-se as experiências das mulheres de lados distintos da linha abissal.

No caso da implantação da regras-normativas-institucionais<sup>163</sup>, configura-se como uma mudança paradigmática entre a busca de um processo educativo prisional pautado na ressocialização-humanizada para o paradigma da apropriação-violência como processo civilizatório de subjugar o outro como sub-humano, revestido sobre o manto da implantação do militarismo. No momento em que o arquetípico da masculinidade-militarizada ganha legitimidade como necropolítica, impondo-se como a única perspectiva de ressocialização

<sup>162</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>163</sup> Pelo menos até o momento do levantamento empírico da investigação.

do/da delinquência, faz crer que, em conflitos ou crises, quando não resolvidas, ou para proteger as mulheres deve-se usar a força bélica; além disso, reforça a ideia de que, em tempos de conflitos, qualquer homem (civil ou militar) que se recuse a praticar uma ação violenta armada põe em risco seu próprio status de masculinidade viril.

Inicialmente, faz-se necessário distinguir os termos militarismo e militarização. Para Cockburn (2012), o militarismo é um conjunto de ideias, valores e crenças, por vezes enraizado numa pessoa, numa instituição, comunidade como um pacote de como o mundo é percebido, e como funciona assentado em algumas ideias centrais. Dentre elas, a lógica que a natureza inerente do ser humano é a construção de conflitos, e que esses conflitos só poderão ser resolvidos por meio da força armada, e quem está do *outro* lado do conflito é o inimigo, portanto, ter inimigos é uma condição natural. Outra ideia é a de que o Estado, em suas relações hierárquicas, sem um exército, armamento-militar e paramilitar é fraco e ingênuo.

Quanto à militarização, afirma ainda Cockburn, que se trata do privilégio da masculinidade, mesmo quando a guerra armada, o cessar-fogo formal se encerra, seus efeitos continuam a ser percebidos:

[...] militarização não é em si mesma ideologia, é um processo sociopolítico do militarismo. A militarização é multi-encrustado no processo pelo qual as raízes do militarismo são conduzidos para o solo de uma sociedade - ou de uma organização não-governamental, um departamento governamental, um grupo étnico ou uma agência internacional. (COCKBURN, 2012, p. 7, tradução nossa).

A exemplo, as expressões “faca na caveira”, “peito de aço”, muitas vezes expressas nos ditos pelas agentes, são as alegorias que se utiliza para discutir um estado permanente de guerra, do biopoder que tem de infligir o sofrimento a outras/os pela violência, como assevera uma das mulheres trabalhadoras, “Essas meninas, [...] acham que são faca na caveira, entram com sangue-no-olho”<sup>164</sup> (informação verbal). Como retórica e prática legitimam a militarização como regime da força física, de proteção e manutenção do estado de exceção, da morte de qualquer projeto emancipatório de reconhecimento dos direitos do outro de ser considerado humano, nega-se a mediação de conflitos por via do diálogo ou da paz.

É possível reconhecer nas exegeses das plurivocalidades aqui prenunciadas, que o processo de militarização demarca uma territorialização geopolítica da cartografia prisional simbólica da masculinidade em espaço feminino. Trata-se de uma geopolítica enviesada numa determinação política, em muito regida por interesses econômicos globais que se alimentam dos conflitos armados, do estado de guerra civil, do comércio de armas de fogo e munição,

<sup>164</sup> Entrevista anônima com mulher trabalhadora. Servidora com 17 anos de experiência profissional.

sendo alimentados pelos interesses da globalização econômica. Ao passo que aliançada ao colonialismo e a masculinidade hegemônica<sup>165</sup>, a simbolização da cultura da violência como (in)segurança e justiça justifica o arbitrário da aplicação da apropriação e violência como instrumento de regulação do contrato social para aqueles/as que não possuem o laço da cidadania íntima ou intermediária, reforçando ainda mais para aqueles em condição de natureza-incivil, sua sub-humanidade.

Nos países periféricos e semiperiféricos a disseminação da violência, do terror, da insegurança, do encarceramento em massa da pobreza, substitui, em grande medida, políticas estruturais de redistribuição equitativa do bem-estar social. A violência pela via da força da armada impõe-se onde o poder da participação social se faz ausente.

Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não-relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial (WALLERSTEIN, 2011, p. 07).

Assim, ao olhar para os processos de militarização no interior da penitenciária, de modo situado e contextual, é possível perceber como esse aparelho institucional é organizado política e economicamente, para fortalecer e legitimar o paradigma da guerra infinita<sup>166</sup> em detrimento de um paradigma de ressocialização pela paz para o lado oprimido da opressão.

Chama-se atenção aos depoimentos abaixo:

A arma de fogo e a contenção feminina, como função armada, veio porque a PM saiu da unidade! E a PM e nós juntos, nós não tínhamos a mesma autoridade, e eram poucos os PM e não dava conta! Hoje em dia se diz que a arma é inerente a função do agente penitenciário! Mas tem outros do tempo da Transilvânia, que entraram e isso não existia! Então o cara não quer pegar em armas! E você não pode exigir isso dele! E outra coisa, dão um cursinho de 40 horas, e já acha que o cara tá apto a exercer a função armada! (informação verbal).<sup>167</sup>

**Em toda penitenciária, em todas, tem um plantão que é abominável. Elas são as “caveiras”! Inclusive até hoje eu ainda sou, fui e ainda sou extremamente estigmatizado! Fui excluído dos meus pares dos agentes penitenciários porque a minha visão é essa a de que é humanizadora! Eu defendo a visão que é humanista. Então eu sou excluído! Porque, nessa época, quando iniciou essa**

<sup>165</sup> Adota-se o conceito de Connell (2013, p. 245), que compreende a masculinidade hegemônica, como a normativa, que reforça tanto as masculinidades subalternas, no modo como legitimidade frente as outras masculinidades, quanto legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. Mas, ao utilizá-lo, alerta-se que não se pretende um pensamento essencializado, monolítico, do caráter dos homens como falsa unidade numa realidade fluídica e contraditória. Todavia, utiliza-se o conceito dentro de um campo analítico de um conhecimento contextualizado numa experiência situada.

<sup>166</sup> Utiliza-se a mesma expressão adota por Cunha (2006) na obra intitulada *Vozes das Mulheres de Timor-Leste*, para exprimir como o espírito militar chauvinista presente no início do terceiro milênio é reacendido com a ascensão do neoliberalismo e o protagonismo militar dos Estados Unidos da América.

<sup>167</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

questão de militarizar dos agentes penitenciários, quando teve que sair a polícia militar, porque não era mais a competência deles fazer todo esse trabalho interno das penitenciárias! (informação verbal).<sup>168</sup> [grifo nosso]

**Na época que eu voltei do mestrado veio o convite pra que eu voltasse pra escola penitenciária! Eu disse que não voltaria daquela forma! Pra isso teria que ser totalmente diferente, seria o que tem que ser uma escola de serviços penais, como é definido na política nacional, seguir a matriz nacional que é humanizar, que é trabalhar as questões de segurança sim, de saúde sim! Mas não desviar da linha de reinserção social de humanização, porque essa pessoa que vai tá em liberdade, ela retorna pra sociedade e é nosso dever enquanto estado de cuidar dela. Zelar dela. E não violenta-la. E não tortura-la. E não desrespeita-la. E não violar os seus direitos. Não é isso?** (informação verbal).<sup>169</sup> [grifo nosso]

Não se quer isentar o corpo-sujeito dos processos decisórios envolvidos na construção da reforma de um sistema prisional que vise menos lucros e seja mais humano, menos racista, classista e sexista. Mas demonstrar pela via da sociologia das ausências como a violência institucional e a estatal simbioticamente plasmam-se a violência de gênero, é afetar de um lado as identidades constitutivas do corpo-institucional (trabalhadoras) e de outro as identidades coletivas (reclusas). E com isso, trazer a emergência de que é preciso um pensamento radical abolicionista que liberte ambas as mulheres do fujo do encarceramento, tanto aquelas que reproduzem a violência quanto aquelas que sofrem essas violências.

Parece ser consensual que as mulheres trabalhadoras se alimentam da alienação produzida pelo hétero-patriarcado sempre que pensam a distribuição do poder, mas que poder é esse? Um poder alimentado da canibalização das suas vítimas, que as coloca na posição de um espelho a refletir em outras suas próprias opressão? Descolonizar e despatriarcalizar seus corpos e suas mentes é um dos desafios postos à essas mulheres.

---

<sup>168</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>169</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

Figura 57 – Contenção feminina (I)



Fonte: Domínio público.

Assim, nesse ciclo da violência chama-se atenção aos depoimentos das trabalhadoras:

**O que realmente observo com a implantação do militarismo nas prisões é nitidamente uma questão de vaidade, relação de poder, vaidade pura, porque quem criou, quem implementou essa questão do armamento, da uniformização, da munição, é porque rolou e foi MUITO dinheiro. MUITO dinheiro para os amigos do rei! (informação verbal).<sup>170</sup> [grifo nosso]**

Intrromete-se no diálogo. Poderia ser dito de outra forma, que a pouca participação política nos processos decisórios estatais da sociedade, especialmente das trabalhadoras, a democracia liberal advogando para o capitalismo global acaba se colocando à serviço do lucro em detrimento das pessoas. A ideologia de que a redução da atenção ao cidadão/a e a violência estrutural só serão resolvidos com a violência direta, justifica o comércio de armas e de tudo que envolve o poder bélico, sendo defendido como um dos grandes interesses do Estado.

E outro, esse dinheiro foi aplicado nesse sentido de militarizar o sistema penitenciário através dos agentes! Foi isso que aconteceu! O curso, a implantação do procedimento foi feito a toque de caixa. Porque precisava dar conta desse recurso. Precisava passar os trinta por cento pro amigo do rei! E os agentes caiu naquela ilusão que o sindicato trabalhou muito bem isso na cabeça deles!

**Não todo o sindicato, quando eu falo não é todo o sindicato, mas alguns e alguns que queriam e que querem ser policial, porque ele ficou frustrado**

<sup>170</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

**porque ele não passou no concurso pra policial, ele veio ser agente penitenciário, mas ele quer ser polícia! Porque o agente ele quer ser polícia, quer o armamento, quer uma farda, quer poder! Então esse grupinho cresceu (informação verbal).<sup>171</sup> [grifo nosso]**

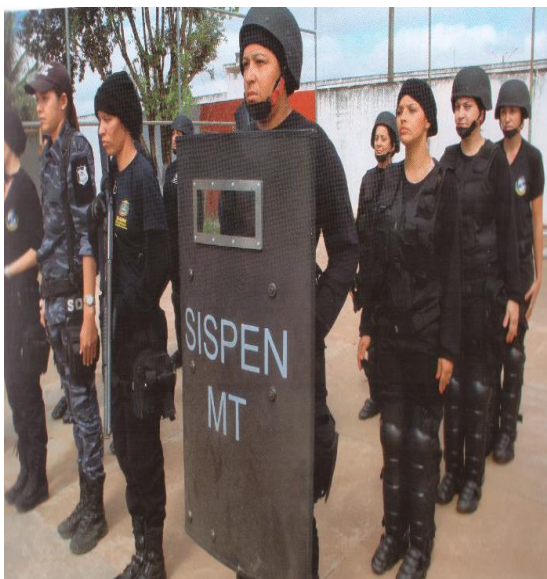
Intrometesse no diálogo. O sindicato tem sido um espaço em que as mulheres pouco ou nenhum poder decisório possuem. Outras vezes são peoas a reproduzirem os interesses de homens brancos que conseguiram ascender um maior sucesso na estrutura do sistema, justamente por se colocarem a disposição dos interesses estatais. Mantêm seu ativismo aliado com as reformas políticas e legislativas, não questionam as estruturas da economia neoliberal, nem a noção de direitos democráticos liberais, nem a violência de gênero e a racial que as subjaz. É absolutamente neutral, existindo nessa neutralização não um reconhecimento, mas um efetivo não-estatuto da mulher. E ao longo desse processo de trocas de mãos do poder as mulheres estiveram ao lado dos homens, sem fazerem parte dele, mas sempre à sombra das suas representações, porque esse território continua sendo tipicamente masculino. Perderam a oportunidade de repartição dos níveis de influência e dos mecanismos de distribuição de poder, num retorno à visualização do humano quando a sua desumanização se esvai nesse conflito.

Esse grupinho criou força junto com o Secretário Adjunto que é o coronel. Na época, eles criaram força e os agentes entraram nessa onda deles! Aproveitando dessa onda! Mas, ao meu ver, eles tinham total responsabilidade sobre essas vidas, porque não se brinca com vidas, e eles tão brincando com vidas, tão brincando com vidas! E isso é coisa séria! **O pacto internacional das Nações Unidas que tá lá bem descrito qual é a função do agente penitenciário, não é nada do que nós temos aqui! Houve um retrocesso total... Total... Retrocesso total... O que aconteceu? Porque eles queriam, não sei quem das quantas do sindicato, fez a cabeça que tinha que ter porte de arma, de que tinha que ter porte de arma, tinha que ter porte de arma (informação verbal).<sup>172</sup> [grifo nosso]**

<sup>171</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>172</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

Figura 58 – Contenção feminina (II)



Fonte: Domínio público.

**A questão do porte de armas pra agente é uma outra questão que está tudo irregular! Eu fiz o psicotécnico técnico com advogados, com assistentes sociais, com psicólogos, laudando quem utilizaria esse porte de armas, por isso que me tiraram lá do RH [Recursos Humanos da Secretaria] do Estado do Mato Grosso. Está totalmente ilegal, a polícia federal, se quiser, pode prender todos a qualquer momento!** Porque não existe nenhum laudo técnico embasando isso! Quer dizer que você tem porte de arma só porque você fez o concurso de agente penitenciário? Qual é a lei que te dá esse direito? Você não passou por uma escola de academia de formação profissional, você não passou por um grupo de psicólogos da formação do sistema! Você passou por uma psicóloga que você pagou oitenta reais, duzentos reais, pra ela lhe dar um psico-teste! Que é outra coisa! Mas a avaliação da escola que tem que ser feita lá dentro da escola com todos os regulamentos que demandam essa função. Esse quadro, esse perfil pra se ter o porte de arma, não foi feito e não existe!

**Outra coisa, o Estado deveria preparar os que tivessem perfil e que quisessem usar arma, ou ir pra contenção. Você vê que tem pessoas que nitidamente tem algum transtorno. Os colegas relatam que a pessoa coloca arma na boca, na cabeça! Olha Claudia, e isso não é falta de profissionais técnico apontando, mostrando projetos, não!** (informação verbal).<sup>173</sup> [grifo nosso]

Interrompe-se o diálogo: a política estatal é surda a qualquer posicionamento contrário aos interesses da ordem dominante, facilmente convertido na imoralidade que é transformado o ilegal em legal.

E isso é só o que a gente fica sabendo, fora o que nós não ficamos sabendo que acontece lá dentro, porque eu tenho certeza que as pessoas surtam mesmo! Surta porque você não tem acompanhamento psicológico, nem antes, nem depois e nem durante! Se sem armas o sistema penitenciário já é violento, já te dá uma pressão psicológica, agora você imagine com armas! Todos os seus colegas armados até os

<sup>173</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

dentes, porque não é só a arma como o revólver ou a pistola, tem bombas, tem a arma taser, aquela que dá choque elétrico (informação verbal).<sup>174</sup>

**Tem colegas que são um terror, estão um monstro de gordas, são monstruosas com as presas. Um dia falei com essas meninas terroríferas ‘filha, você tem família, essas mulheres que estão aqui não têm mais conceito, o que você ganha quando você agride uma pessoa dessa? Quando você ofende, machuca? Elas não têm mais nada a perder, elas já perderam tudo! Já perderam até a dignidade! Elas só não perderam o instinto de reação, e nisso elas podem pegar seu filho, seu marido, não é verdade?’ Essas meninas chegam com sangue nos olhos! Diferente da minha turma, nos morríamos de medo, nos parecíamos um bando de gatas andando no telhado, pisávamos devagarinho. Essas novas no sistema não, elas chegam Bumm! (informação verbal).**<sup>175</sup>

Intromete-se no diálogo: tal como alertou Freire (1970), não parece ser possível ao oprimido incorporar a si o opressor subjetivamente, sem que ele, o opressor, o transforme no avatar do parasita que abriga. Um opressor necessita das suas vítimas para perpetuar a opressão, o que faz perceber que ter poder não é reproduzir o julgo da sua própria opressão. Mas se engana quem constrói a crença de que a violência não é um fenômeno relacional a afetar, de modos diferentes ou similares, mulheres de ambos os lados da linha abissal; nesse caso, “a/o outra/o não é um ser totalmente estranho de mim, não é objeto; a/o outro/o é parte fundamental de mim, porque me percebo e me reconheço com ela/ele. E, por isso, posso afirmar que ela/ele não pode ser violentada/o sem que isso me atinja e me agrida” (CUNHA, 2006, p. 113).

Cara! O jeito delas assustam até a nós, porque nós somos a turma do medão! Aquelas velhonas, você tá entendendo? [risos]. **Estão, estamos todas ficando doentes e não só fisicamente quanto mais violentas psicologicamente. Elas, as presas, têm muito mais experiências com uso de armas que nós.** Muitas presas relatam terem feito aulas de tiro, uma delas inclusive era daquele grupo conhecido como o Novo Cangaço, a quadrilha de assaltantes de banco que aterrorizavam as cidades pequenas do interior de Mato Grosso! Elas chegavam com caminhonetes, armas de última geração, atirando e prendendo gente, era correria nas ruas, faziam reféns. Tocavam o terror na cidade! Essa menina, a presa, falou várias vezes que é fascinada por armas, por armas pesada! E ela é super educada. Agora você imagina se essas armas da contenção, se esse povo quiser mesmo rebelar, se isso segura cadeia! O sistema cria esse conceito de morte, o culto ao medo, pra usar essas agentes como boi de piranha isso sim!

Perceber que o corpo-instituição, expresso na identidade dos corpos-sujeitos-militarizados, esculpe a identidade dessas mulheres naquilo que elas não são. Há uma discrepância entre o representável e o grau da desigualdade da representação que envolve o gênero feminino no corpo-institucional, a voz feminina é emudecida e silenciada pela masculinidade hegemônica. E isso num jogo de luzes e sombras, ao tempo do seu

<sup>174</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>175</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.



enviesamento, para essas mulheres (tanto as de cá, quanto as de lá da linha abissal), reforça e legitima a ausência de poder político feminino como um dos obstáculos à paz, à justiça de gênero e à não-violência. E isso se expressa no olhar que tem o sistema prisional, por meio do olhar dos órgãos estatais e de seus agentes, conforme expresso na fala de uma das mulheres trabalhadoras:

O que que a secretaria hoje faz? Você vê problema em algum lugar, eles te mandam pra onde? Pro feminino! Você tem problema psicológico, você tá tomando medicamento, você foi afastado e tá precisando voltar, você é mandado pra onde? Pro feminino! Então eu trabalho com um grupo de servidores, a maioria toma medicamento controlado, tem histórico de corrupção, tem histórico de rebeldia, falta muito, né? Então é difícil, é esse leque que eu trabalho, e aí... (informação verbal).<sup>176</sup>

E é por essa lente que, embora não estejam numa condição de abissalidade, em termo de exclusões radicais, percebe-se que as mulheres trabalhadoras ao serem regidas pela militarização, transfiguram-se numa escultura tosca a refletir um falso poder institucional emanante do masculino. Reproduzem a identidade dominante do patriarcado fundado na hierarquia de um gênero (masculino) sobre outro gênero (feminino). Transfiguram-se em arautos encarregados de impor a violência colonial que operam e demarcam os lugares sociais, políticos, culturais para aqueles/as advindos das zonas sociais e das sociabilidades do não-ser. Tudo isso sem reconhecer que fazem parte de uma identidade coletiva inscrita num longo trajeto de luta e de resistências, num percurso de sofrimentos e de abandono, num quadro de injustiças.

Chama-se atenção ao depoimento abaixo:

**O procedimento de revista das presas quanto elas voltam de alguma atividade externa, tipo quando vão em audiências, ou no trabalho do extramuro, na secretaria, eu vejo às vezes fazerem as mulheres abaixarem quinze vezes ali na revisória!** Eu falo ‘gente! Para!’ Isso na verdade, é querer humilhar a presa! Porque você não pega nada de drogas, celulares, nada! Antigamente que você colocava um espelhinho ali embaixo [vagina]. E eu sou tão tnhosa que as meninas falam assim pra mim ‘se a senhora fosse presa a senhora passaria por essa revista vexatória? É tão invasivo né?’

**Só que isso, a revista não é só ruim pra elas, pra nós é horrível! Você tem noção de que nojo que você fica em alguns momentos fazendo isso? Quando eu fazia revista nas visitas, a quantidade de vagina podre, roupa, calcinha podre que nós tínhamos que revistar? O cheiro que ficava dentro da sala? Muitas chegavam de madrugada, passam a manhã inteira naquele solão. Essas mulheres já não têm uma higiene muito boa, vem toda suada, mais fedidas do que tudo, fora o resto mais! Depois ainda ia pra uma sala fechada pra fazer revista, que era elas tirarem a calcinha e ficar de perna aberta e abaixar de cócoras! Imagina! Algumas devem ter infecções na vagina! Muitas, muitas [...],**

<sup>176</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

**eram assim. Eu tinha nojo desse povo, eu via cada coisa!** (informação verbal).<sup>177</sup>  
[grifo nosso]

Interrompe-se o diálogo: as vaginas dessas mulheres, não apenas como metáforas do fosso social, representam a realidade do encarceramento, da pobreza e da racialização. Expressam as tensões e contradições potencializadas pela hierarquia e subordinação, apontam conteúdos no modo como a regulação dos diferentes níveis de poder configuram a coexistência de diferentes formas de opressão: uma que é da ordem da discriminação sexistas incorporada por oprimidas, que tentam justificar o arbitrário da sua opressão sobre outras oprimidas, entrelaçando dinâmicas imperialistas baseadas no saber-poder disciplinador. E a outra, baseado no saber-poder disciplinar que é asseverado pelas condições de abissalidade que produzem, reproduzem e ampliam as desigualdades e a marginalização das subjetividades do SUL.

As pessoas não observam este lado do servidor, ele não tem assistência do Estado, o servidor é visto como carrasco pela sociedade, é extremamente discriminado que já olham pra ele como corrupto! Olha o servidor como corrupto! O estado não dá assistência, você não tem, você não tem. O Estado não te dá condições de trabalho, melhora-se a unidade para a recuperanda, mas existe algum trabalho de dizer ‘olha lá! vamos melhorar o alojamento?’ Nunca! Quem faz essas melhorias são os servidores! Muitos tiram de sua casa pra levar pra a unidade. O estado não pensa nisso! Não dá um curso motivacional, o estado fala-se muito em ressocialização! Que curso de ressocialização foi dado pra os servidores? Nenhum! Qual é o curso que nós temos hoje? Curso operacional, você aprende que o negócio é gás, bomba e granada! Só que quando chega na unidade eles querem que você trabalhe ressocialização! Como? Você acabou de sair de um curso caveira, e aí quer que você vire um anjo? (informação verbal).<sup>178</sup>

Nota-se, claramente, que aquelas mulheres que apoiam e se identificam com a militarização, são as que creem ser necessário, para legitimar o seu trabalho, revestir a performatividade do poder simbólico da masculinidade hegemônica, naturalizado nos diferentes papéis socioculturais e políticos da discriminação. Servindo a esse sistema, pela via da incorporação do sujeito-militar, transformam-se em peões a legitimarem a superioridade dos homens, assim como a dos brancos, e das heterossexualidades, as cidadanias íntimas com o Estado.<sup>179</sup>

<sup>177</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>178</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>179</sup> Chama-se a atenção do/a leitor/a, que analiticamente, a problemática do tempo é aqui percebido como não-linear, mas interseccional. O tempo (idade) como diferença geracional, e o tempo-memória de arquétipo do imaginário de uma outra ordem institucional, evocada nas experiências das profissionais de quem já ali já estavam, como presença-invisível. Lembra-se que no capítulo em que se abordou a cartografia do território da pesquisa, emergiu memórias dessa temporalidade. Se a nova ordem normativa de organização social insiste no desperdício da experiência, no epistemicídio pela via da deterioração dos seus saberes, estigmatizando suas

### 6.1.2 Estereótipos que congelam: “Faca na caveira”, “Fardamento”, “Peito de aço”

Considerando a espacialidade e a temporalização da penitenciária ao se definir corpo-institucional, abraçada ao pacote do militarismo, essas experiências incorporadas transformam as relações intersubjetivas num campo de batalha, numa trincheira entre aquelas mulheres que por vezes batem, por vezes apanham. A práxis da violência é o elo invertido de justiça social para a violência instalada.

Figura 59 – Contenção feminina (III)



Fonte: Registro da autora.

Você acha? Essa farda dá poder pra chefe de disciplina? Só ali dentro. Fora ela não manda nada! Eu sou da turma dos rebeldes! Muita gente que tá ali é como eu! Nós somos do tempo em que não se usava farda! Eu e as turmas das rebeldes, das antigas não usamos mesmo farda! Eu, no máximo, uso uma camiseta preta polo, escrita sistema penitenciário, calça comprida e pronto! Eu percebo que aquela farda mexe muito com o psicológico das pessoas. Porque, na verdade, a maioria que estão como agentes penitenciários queriam mesmo ser policial. Mas não é qualquer policial, é o policial militar! De preferência ROTAM ou BOPE. Não é polícia comunitária não! É o SOE, então! É “Faca na Caveira”! Cara, as conversas que eu escuto, é um horror! Eu tenho que aguentar esses assuntos, eu não tenho argumentos pra dialogar, e nem quero ter! [risos] É muito poder de ação! Acho que esse pessoal vê muito filme de ação, muito filme de guerra, muita “Tropa de Elite”,<sup>180</sup>. Cara! É muito doido! (informação verbal).<sup>181</sup>

---

memórias de resistências, de outro, a ecologia das temporalidades convida a escavar das ruínas, dos escombros da recursividade temporal, uma visão contra-hegemônica à lógica da militarização.

<sup>180</sup> Faz referência ao filme (1997) de José Padilha com o autor Wagner Moura, na pele do personagem Capitão Nascimento, responsável pela formação do grupo tático-BOPE. O filme mostra o dia a dia do grupo de policiais e de um capitão do BOPE, cujo esculpido no treino de guerra imposta aos policiais que incorporam a lógica de “bandido bom é bandido morto”, que, nominadamente, é o bandido pobre, negro, narcotraficante das favelas do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>181</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

Por que a expressão peito de aço? Porque quando nos trabalhávamos aqui na época da PM [Policia Militar], nos trabalhávamos sozinhas, desarmadas! Nossa arma lá dentro era diálogo, visualização, percepção! Essas eram as nossas armas! Nós entrávamos no raio, nós entrávamos sozinhas, às vezes, nós duas só! E tirávamos a presa! Ela, chefe de equipe, e eu, volante; e nós tirando presa de raio sem arma! **Trabalhávamos uma revisora na frente, e só nós duas no corredor pra cuidar do presídio inteiro! Então qual era nossas armas? O diálogo com as meninas! E não era puxa saco não! Era um diálogo, nós tínhamos um diálogo, uma visualização, percepção pra vermos o que elas estão planejando! Até hoje nós, das antigas, temos isso daí!** Às vezes as presas ficam agitadas! Deixávamos elas acalmarem... nós entrávamos, era eu dentro, e ela no portão! Se as presas me pegassem, ela batia o portão e ia chamar o apoio! (informação verbal).<sup>182</sup>

Intromete-se no diálogo. A dialogicidade como prática e pressupostos envolvidos na mediação de conflitos configura-se como experiência desperdiçada pela racionalidade dominante, mortifica qualquer processo de paz como alternativa a um ambiente de grande violência, destrói-se qualquer possibilidade de atitudes que retirem essas mulheres de uma condição de vulnerabilidade a atos de violência. A força bélica é um dos grandes obstáculos à construção de uma agenda de paz mundial que combate todas as formas de discriminação violenta herdadas do colonialismo e do patriarcado. E isso inspira a crítica à cegueira de gênero no interior desse processo. A Plataforma para a Ação, na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995) e a aprovação da Resolução e Direitos Humanos constituem instrumentos normativos importantes para a adoção de uma perspectiva da diferença sexual implicados na prevenção e resolução de conflitos, bem como no que diz respeito às questões bélicas. A construção do texto reflete as lutas dos/as cientistas sociais, ativistas, representantes de organizações internacionais e ONGs de todo o mundo unidos em torno das conexões entre o status político das mulheres e as guerras. Sobretudo, num esforço conjunto para superar os estereótipos do assombramento a que tem sido postas as mulheres, ora como atrizes passivas nas transformações sociais para uma agenda de paz, ora como vítimas a serem relegadas a segunda plano.

---

<sup>182</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

Figura 60 – Brasão do SOE



Fonte: Domínio público.

Por isso que ela fala isso! Mas hoje, algumas das pessoas, colega nossa, se vê você conversando com a presa, já acha que você tá de rolo com presa! Mas a gente dialoga, dialoga sim! Porque ali que nós descobríamos quando elas queriam fazer rebelião, elas passam informação, nós pegávamos informações dali! Algumas eram mentira, outras era a realidade! E essas eram as novas armas, o diálogo! Tem que ter esse contato querendo ou não! Não precisa chamar de amiga, nem pegar a amizade! E nós tínhamos respeito! E era uma penitenciária que chegou a ter 580 presas! (informação verbal).<sup>183</sup>

**Quando eu entrei no concurso e trabalhava na outra penitenciária, eu ouvi muito que eu não daria conta daquilo! ‘Isso aqui não é lugar pra você!’** Ouvi isso quando fiz o curso aqui em Cuiabá. ‘Olha! Vai pra secretaria!’ Eu ouvia isso tanto de homens quanto de mulheres! Mas a secretaria não era ambiente pra mim! E eu encarei isso como um desafio, e falei ‘ôpa... Calma aí...’ **Então, por eu ser um pouquinho mais, me destacar um pouquinho das outras pessoas no que eles consideram que seja beleza estética. Então você não é competente pra função? Quando estou no meu trabalho eu não uso maquiagem... Nada de brinco com pingente... Ou uma pedrinha do brinco... Porque sou mulher né? Você não pode perder sua feminilidade num total! Mas é cabelo preso, a roupa que é sempre fardada! Fardamento completo! Por quê? Sabe como é que é né? Tá preso, mas não deixou de ser homem. E eu não consigo visualizar beleza nesses.**

**Eu não acho quando eu entrava sozinha no raio, dentro de uma penitenciária masculina, era a forma que o sistema tinha de me violentar!**

Não, eu acho que não! Eu observava muito assim, que o homem faz a mesma coisa? Faz alguma coisa diferente? Não! Até a questão de colocar cadeado, de carregar aqueles cadeadão, um monte né? Então, eu observava assim: lá tinha raios com vinte e duas celas, com doze celas e com dez celas, não doze, vinte duas, eu esqueci o outro, daí às vezes vinha pra mim que tinha só doze. Eu ‘ué... Por quê?’ ‘ah porque você é mulher!’ ‘ah! Calma aí! o concurso que você fez eu também fiz. Por isso, eu entrei pro grupo de operações especiais - SOE<sup>184</sup>, pra provar que mulher sim, pode e

<sup>183</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>184</sup> O SOE – Setor de Operações Especiais – foi instituído pela Lei Complementar Estadual nº 389/2010 e suas alterações, para atuar em estabelecimentos penais com o objetivo de proporcionar segurança interna e externa em

deve fazer!’ E quando a gente se dedica a fazer uma coisa, a gente é mais eficiente! E na área de segurança eu acho que nós somos melhores do que os homens! Por que que nós somos melhores? (informação verbal).<sup>185</sup> [grifo nosso]

Figura 61 - SOE



Fonte: Domínio público.

O pronunciamento faz perceber que as mulheres trabalhadoras, apesar de encontrarem numa posição de subalternidade em grande medida, a reprodução dos papéis da masculinidade hegemônica atravessa a linha abissal da discriminação profissional no assédio moral no ambiente de trabalho, quando sequer reconhecem as condições objetivas do sexismo que sofrem cotidianamente por esse mesmo sistema que as *educam* para a opressão de outras mulheres. Nesse caso, chama-se atenção ao modo como essas mulheres trabalhadoras descrevem a implantação do fardamento:

---

substituição à Polícia Militar. O SOE tem suas atribuições regularizadas através da Portaria 093/2014/GAB/SEJUDH de 17/11/2014 (DOE Nº. 26.418, p. 22), E, dentre as suas atribuições prevê-se: I - Restabelecer a segurança, a ordem e a disciplina nos estabelecimentos penais do Estado de Mato Grosso; II - Executar as ações de intervenção em ambiente carcerário para conter rebeliões, motins, tentativas de fugas, incêndios, e outras crises, proceder a revistas, específicas e pré-agendadas, e atuar em situações que envolvam reféns, bem como em outras missões a critério do Secretário Adjunto de Administração Penitenciária - SAAP, que devido a riscos maiores a segurança necessite de maior atenção, onde seja urgente o reforço da segurança, sempre respeitando o uso progressivo da força; III - Realizar escolta e/ou recambiamento armados quando for verificado alto grau de periculosidade dos recuperandos, em movimentação externa dos estabelecimentos penais; IV - Efetuar a escolta e segurança de dignitários quando em viagens ou eventos de que necessitem de proteção, bem como em visita aos estabelecimentos penais do Estado, quando necessário; V - Efetuar segurança armada e revistas gerais nos estabelecimentos penais, em situações de alto grau de complexidade e periculosidade; VI - Colaborar nas diligências, com as forças policiais, objetivando a recaptura de foragidos dos estabelecimentos penais.

<sup>185</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

O fardamento não é mais propiciado pelo Estado, somos nós que compramos. Nada é pelo Estado. Se isso é fardo ou uniforme? Isso é uniforme, nós usamos um fardamento né? Mas não é o Estado quem formalizou que é a cor preta, só o fardamento foram os grupos que foram especializando e trocando! Tanto é que o SOE sim regularizou, entendeu? Que é o SOE [Serviço de Operações Especiais] que é aquele camuflado. O SOE tem farda diferenciada registrada, regularizada em portaria, em Decreto! Legalmente tá regularizada só o SOE, nós não! Mas todas as penitenciárias do Estado usam assim!

A gente chama de fardamento completo porque o grupo de operações que eu trabalho, trabalha com esse fardamento, ou é a calça preta ou a calça verde-musgo, mulher eu acho que o preto favorece [risos]. Aí eu fico na calça preta. Permaneço com o meu padrão preto. Você manda fazer, compra onde você quiser, entendeu? Todas as lojas especializadas trabalham. É o mesmo cinto que a PM [Polícia Militar] usa, é o mesmo cinto que o BOPE, é o mesmo colete que eles usam! É tudo a mesma coisa entendeu? É o mesmo, só mudam as cores, o nosso preto é o mesmo preto do BOPE.

Por que que teve troca de munições? A munição e a arma é do Estado! Então pra trabalhar dentro da penitenciária, eu uso uma arma, a ponto quarenta. Que ela é cautelada pelo Estado. O Estado me permitiu usar ela permanentemente enquanto eu estiver no cargo chefe de disciplina! Entendeu? Uma cautela permanente, como é na PM [Polícia Militar]. Mas se eu der um disparo eu tenho que justificar, se eu sumir com uma munição eu tenho que justificar! É tudo registrado! Mas nem todos os servidores aceitaram a arma, isso não foi bem aceito por todos! Por isso que nós não deixamos todas cautelarem, aquelas que fazem parte da contenção, elas são treinadas mais vezes, entendeu? (informação verbal).<sup>186</sup>

Figura 62 – Contenção feminina (IV)



Fonte: Domínio público.

A militarização, seja ela atribuída à Polícia Militar ou aos/as agentes penitenciários, é um terreno fértil à invisibilidade de qualquer pensamento alternativo de resolução de conflitos que não aquelas pautadas na violência como ordem, fato que implica compreendê-la num

<sup>186</sup> Entrevista anônima com mulher trabalhadora.

contexto mais amplo, pois o uso da força militar ou paramilitar na resolução de conflitos ocupa um papel central do poder de Estado, porque a função que lhe é atribuída como atuação se traduz numa forma de controle social.

Seguindo de perto a acepção weberiana de que o Estado reivindica para si o monopólio da legitimidade da violência, a militarização é um processo coercitivo da ação estatal, justificada e justificada na lógica de que seu uso é legítimo por necessidade da resolução de conflitos das relações sociais, seja em contexto de guerra seja de paz. Lamentavelmente, parece que a militarização é, ela própria, uma armadilha da dominação, ou seja, inscreve-se num círculo vicioso da objetivação ontológica do sujeito-feminino pelas mãos da reificação da ordem social da ideologia imersa no arquétipo simbólico da dominação masculina como ordem das coisas culturais, sociais e politicamente construídas.<sup>187</sup>

#### Episódio 14: as marcas do curso

Hoje, ao me aproximar do plantão do dia, na contenção, percebo um diálogo que me chama atenção, o assunto era o curso que uma das colegas do grupo tinha feito em dias anteriores. Percebia-se um buxixo de indignação e revolta. Ao aproximar do grupo, uma das participantes levanta numa certa altura sua camiseta de trabalho, a qual percebo hematomas, seguido da revelação de que essas marcas eram ocasionadas pelo curso de formação continuada promovida pela secretaria de justiça que havia participado. Indignada, ela desabafa “olha o que o sistema faz com a gente!”. Nesse interínio, esclareceu que o curso era para “capacitar” as/os agentes penitenciários/as para o uso de dois tipos de armas, por isso todos deveriam participar do curso de armamento, considerando a substituição das armas atuais por armas taser.

Algumas das trabalhadoras da contenção já fizera o curso, que narram inclusive ter presenciado desmaios de algumas colegas, e muitas outras ficaram com hematomas no corpo. Isto porque durante o curso os instrutores fazem uso das armas nas participantes. As pessoas são obrigadas a ficarem com os braços cruzados na frente do corpo, protegendo os seios e se preparam para cair no chão. Dizem que nessa posição, machuca-se menos, e é, segundo elas, horrível. Outras vezes utilizam até gás de pimenta nos participantes do curso.

Escutei horrorizada os depoimentos das agentes, que afirmaram que nesse plantão não iriam fazer uso da arma taser, embora a secretaria e os instrutores dissessem que eram armas de menor poder ofensivo, elas afirmam não terem condições de usa-las, considerando que ela tem que ser aplicada a uma certa distância da vítima. E se usarem em alguma presa e elas caírem, se machucarem? Quem irá responder? O Estado? Não. Sobra só para elas, as profissionais. E outra, vai que uma das presas tem algum problema no coração e elas matam? Essas foram algumas das preocupações apontadas pelas trabalhadoras.

Uma das colegas que ouvia a conversa acrescentou que isso não era nada, o mais grave tinha ouvido que durante a atividade da prática de tiro, uma das cursistas retirou todas as balas do revólver e fingiu atirar. E ainda mais absurdo, segundo esse agente, a cursista foi aprovada pelo instrutor, e ainda se vangloriava do ocorrido perante as colegas. Disse que na hora da

<sup>187</sup> Por outro lado, é inegável o silenciamento da racionalidade do pensamento único e androcêntrico que tem vindo invisibilizar a adesão e participação das mulheres em atividades bélicas, não apenas nas guerrilhas e nas lutas por libertação (anticoloniais, anticapitalistas), mas ao assumirem funções em exércitos convencionais.



prova era muito gente, e com isso, os instrutores não sabiam quem estava atirando ou não, nem de que lado vinham as balas, muito menos de qual revólver saiam os disparos. Isso era a loucura do sistema?

Outra agente diz que além de tudo isso, há uma avaliação malfeita do funcionário. E que essa trabalhadora que retirou as balas do revolver, ainda tem a coragem de subir na torre da penitenciária, pois com essa atitude coloca todas as colegas em risco de morte. E que essa funcionária é do novo concurso, e não tem consciência nenhuma, ela é bem jovem. E que embora nesse novo concurso tenham pessoas mais velhas, “que são ao meu ver, as mais conscientes dentro dessa nova safra de funcionários.”

A conversa não dá fim de acabar e uma das agentes conclui que tudo isso era um absurdo! Não só nesse caso, como outros, as pessoas envolvidas precisariam submeterem-se a uma avaliação psicológica mais rigorosa, até pra saber se ele estaria ou não, apto a usar armas! E que antigamente, as/os agentes ainda poderiam escolher se usariam ou não a arma! Agora era obrigatório! Todo mundo, apto ou não, tem que usar a arma! Por isso, ela acreditava que o sistema era falho!

**Outra colega narrou, que na contenção feminina trabalhava uma colega que se percebia claramente que a pessoa não possuía condições nenhuma de usar a arma! No curso, se aprende que você não se pode apontar a arma pro seu colega, pra quem tá próximo de você. Mas essa colega, além de apontar a arma pra outras colegas, coloca a arma na cabeça, fingindo que vai atirar, aponta pro próprio rosto! Coloca o cano da arma na boca! Por essas atitudes, as colegas de trabalho percebiam que essa pessoa não tinha condições alguma de trabalhar armada. E que a avaliação psicológica era muito, muito malfeita. E que mesmo as demais agentes não sendo da área psicossocial, durante o trabalho observavam que essa pessoa tinha um desequilíbrio, um desvio de comportamento, “tipo assim, pega a arma coloca na cabeça, outras vezes sacode a arma na frente do colega, mira a arma no rosto do colega! Brinca com a arma”. Por isso, indagavam “E o profissional de psicologia não vê isso durante a avaliação? Era pra perceber essas incapacidades**

A conversa vai ganhando cada vez mais participação do agrupamento de mulheres da contenção. Uma das agentes reforça o dito pela colega, e afirma ter ouvido outro dia de algumas presas “que se elas quisessem rebelar, não seriam aquelas agentes com aquelas arminhas que irão segurá-las! Elas não se rebelam, porque não querem!” E que as presas tão entendendo que o melhor é o diálogo!

Diz uma outra agente que as pessoas que estão no presídio presas tinham muito, muito mais manejo com as armas, porque vinham de um meio social onde, muitas vezes, o uso da arma começa muito cedo! E os/as agentes não são tão astutos/as quanto elas para usar uma arma. E que ela própria tinha clareza de que as suas condições físicas, psicológicas, também não ajudavam, “a começar pela minha idade!” Afinal, já possuía quase cinquenta anos, e se fosse fazer um curso de tiro, não teria a mesma agilidade que uma presa tem. Então, não percebia como poderia estar bem preparada para manejar as armas, nem com estrutura dos cursos, nem com a estrutura de munições, para se defender ou para matar de forma alguma!

A conversa ganha mais uma participante que afirma, não acreditar que existisse alguma pessoa do procedimento ou da contenção, que com o uso de armas iria controlar uma rebelião, e quem pensasse o contrário seria uma pessoa equivocada, só porque pensa que por ter uma arma teria tudo! Lembrou de uma colega que segura a arma, que anda com a espingarda caída em cima dela! Andava com a arma caindo, parece uma morta pendurada na arma! Por isso não acreditava que arma segura rebelião, e além disso, as presas ficam numa posição de observação, sabem até o dia as pessoas estão tristes, que você não chegou bem! E que as presas têm uma observação muito aguçada.

A escuta dos diálogos me fez perceber a armadilha em que se encontram essas mulheres, de um lado são violentadas pelo sistema; de outro, são elas próprias o elo de ligação entre a violência do Estado e as reclusas, mas, sobretudo, faz emergir [...] uma crítica aos processos formativos profissionais vinculados à essa lógica da cultura da violência como política de Estado.<sup>188</sup> [grifo nosso]

O projeto neoliberal de militarização das prisões transforma o contrato de trabalho na legitimação de como o Estado age fascistamente como Estado Predador sem qualquer observância, mesmo aparente, do direito (SANTOS, 2013). Nesse cenário, os acidentes ou mesmo os acontecimentos diários desestabilizam e produzem elevados níveis de ansiedade e de insegurança. Todavia, no caso das agentes penitenciárias, elas parecem não perceber que, tanto quanto as reclusas, estão aprisionadas ao ciclo da violência. A diferença é que, ao lado do despojamento total da sua autonomia, reside a falsa ideia de autonomia, revestida pelo poder que tem de infligirem às outras o poder-disciplinador como regra.

As tensões e antinomias que subjazem o espaço-tempo prisional dizem muito a respeito da materialidade normativa institucional de duas formas de fascismo: o fascismo territorial e o fascismo da insegurança.<sup>189</sup> Mas tanto do lado de cá, quanto do lado de lá da linha abissal, verificou-se a existência e os efeitos que o fascismo territorial recria modos específicos e situados de fascismo de insegurança. Parece coexistir uma manipulação discricionária da insegurança, construída pela manipulação do mito de uma guerra sem fim; a tensão estabelecida entre as pessoas e os grupos sociais alimenta o necropoder, a vulnerabilidade pela precariedade do trabalho, pelo uso, por vezes ilegal, da violência de uns sobre os outros. O fascismo territorial assume presença marcante no modo como as atrizes sociais no exercício profissional, vestidas da proteção do Estado, exercem o controle do território pela via do uso arbitrário da militarização como instrumento normativo da regulação social, ao tempo que essa mesma territorialidade é reconfigurada pelas reclusas.

Fora de qualquer possibilidade de participação social no exercício da função, o fascismo territorial transforma a prisão num território colonial privado do Estado, muito semelhante ao que vigorou nas coloniais, ou seja, “o Estado colonial confina às autoridades gentílicas a realização de certos serviços de controle da população” (SANTOS, 2013, p. 335).

Nesse caso, o dito por uma das mulheres trabalhadoras faz pensar no quanto suas palavras compreendem e se traduzem no espelho da sua própria opressão:

<sup>188</sup> Registro de campo da pesquisadora.

<sup>189</sup> Santos (2013) enumera 5 formas de fascismo social: (1) fascismo do *apartheid* social; (2) fascismo parestatal; (3) fascismo contratual; (4) fascismo territorial; (5) fascismo insegurança. Para fins da análise da violência como estratégia da necropolítica presente nas relações de sociabilidade na penitenciária, utiliza-se como categorias centrais nessa sessão o fascismo territorial e insegurança.

Não tem como pensar reinserção social da mulher privada de liberdade sem pensar o corpo que vai trabalhar com essa mulher: o corpo técnico, o corpo de agentes, o corpo de servidores. Então tem que pensar num tripé: a pessoa privada de liberdade, a mulher privada de liberdade, o corpo técnico de servidores e a sociedade! Porque a sociedade, a sociedade entra como conselho comunitário. O conselho tem que estar lá, a vara da execução penal tem que estar acompanhando essa mulher em todos os seus direitos, toda a sua defesa legal perante a LEP (Lei de Execuções Penais), as instituições religiosas ou organizações não governamentais que defende a questão de direitos humanos precisam estar lá. Olha que eu tenho 11 anos de Sistema Penitenciário (informação verbal).<sup>190</sup>

Seguido desse pronunciamento convoca-se os/as leitores/as a ouvir o próximo episódio.

#### Episódio 15: Quando o Corpo-institucional adoece o corpo-sujeito

A observação etnográfica me fez perceber que cada corpo – da contenção, que é o grupo de equipe de procedimento de cada plantão – tem sua própria dinâmica unida pelos laços de sociabilidade em sua dinâmica própria. Nesse de hoje, percebi tratar-se do corpo feminino jovem, possivelmente das agentes de 02, 03 anos de serviços, sobretudo as que são da contenção e usam armamento, “a 12”. Essas são pouco sociáveis com as pessoas fora do bando. É visível a masculinização dos corpos, corpos femininos revestidos pelo fardamento do Estado, uma nova pele do poder do macho.

Cada plantão tem sua própria dinâmica, sua sociabilidade. O plantão de hoje, por exemplo, teve como marca característica a agressividade, a hostilidade, o único em que não obtive aceitação para observação dos “procedimentos”. Assim, as minhas perguntas, por mais simples que fossem, quase sempre ficaram sem respostas. As mulheres que compõem esse grupo, mesmo as mais jovens, quase todas estão visivelmente acima do peso, são muito gordas, algumas já em estado de obesidade mórbida, e passam quase que o plantão todo comendo compulsivamente. Em uma mesa no final do corredor, próximo à triagem, ficam os alimentos como pães, bolos, misturados ao cheiro desagradável vindo da triagem.

São arrogantes, sempre com expressões faciais “fechadas”, zangadas e as demonstrações de arrogância são constantes e desnecessárias. Por diversas vezes, fui convidada a me retirar do lugar da observação, inclusive da cadeira do corredor. O máximo de colaboração que obtive foi a retirada de algumas presas para as entrevistas, devidamente “autorizadas”, e eu fiquei trancafiada em alguma sala de aula para entrevistá-las. Também com o passar do tempo, como percebiam que as pessoas que ali trabalham só se abriam comigo quando não estavam acompanhadas das colegas do plantão, havia um controle, um silenciamento dessas mulheres trabalhadoras. E as minhas suspeitas foram confirmadas por uma das agentes, quando sozinhas nos encontrávamos na revisoria. Disse ela “se eu já tinha percebido que as pessoas na penitenciária só se abriam comigo quando elas estavam sozinhas?”

Incrível como o comportamento do agente às vezes era tão aprisionado quanto os das presas, principalmente dependendo do plantão, da equipe de trabalho, do chefe de equipe, elas se fecham mais ainda. Elas não só vigiam as presas como auto se vigiam! Elas eram vigiadas o tempo todo! São corpos disciplinados que não conseguem nem perceber ou refletirem a respeito dos seus próprios problemas de trabalho. Na prisão tudo é velado, o que impera é o silêncio, é o silêncio quem manda, é o silêncio quem fala, é o silêncio quem fala pra ouvir

<sup>190</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

atrás da parede! Criou-se um círculo que nem as pessoas percebem! Segundo uma das agentes, a loucura do sistema prisional afeta a todos/as. **A diferença de como eram afetados era simples: as agentes femininas, como são mais sensíveis, tem mais depressão, os agentes masculinos ficam mais violentos, e que pelo poder da arma, eles acham que são mais machos, já as mulheres com o uso das armas ficam depressivas. Isso é totalmente ignorado pelo sistema, o funcionário é algo descartável, eles só se preocupam com os números e com o controle dos presos.** Todos têm que tá contidos e prontos!

Depois da escuta da agente, em virtude da movimentação que se seguia, procurei circular na penitenciária, e fui me posicionar na costureira cadeira do corredor. Como há algumas das reclusas participantes do curso de fotografia na sala de aula próxima de onde estou sentada, aproveitei e me aproximei da grade para saudá-las. Nesse momento, uma delas revela aqui, que já suspeitava de que a prisão silencia tanto as reclusas quanto as agentes. Diz-me as meninas a respeito do caso da D. Lindinha que surtou. **Segundo a reclusa** “a Lindinha, saiu do portão, da revisoria e entrou correndo no corredor para pegar a arma das meninas da contenção. Ela não chegou de pegar as armas, ela corria, ela gritava: ‘Vocês maltratam minhas meninas, minhas lindinhas, eu vou matar vocês! Eu vou matar vocês! Eu vou!’”

Nossa conversa é interrompida pelo “procedimento”. Mas, de posse da informação, fui à procura de pistas. Aproveitei uma das agentes das antigas, que sentada ao meu lado, aos cochichos, quando ficamos sozinhas, continuou, conforme trecho da conversa:

Afirmando que o caso da Lindinha foi uma loucura, eu achei que a direção tinha te contado. Eu só sei que foi uma loucura! Porque todos os dias ela estava lá, no portão, junto com o corpo da guarda! Ela é uma dessas agentes antigas, sempre trata todo mundo bem, chamava todos por Lindinha! Quer dizer, quando ela entrou pro sistema penitenciário ela era normal! As meninas falaram que isso, dela surtar, não foi a primeira vez! O primeiro surto foi na torre, logo que começaram com a operação legalidade. Ela dizia que iria pular, tentou o suicídio na torre! Agora nesse surto de agora, o que aconteceu foi assim: ela tava na rua, entrou numa loja sem lembrar quem era, meu abobada, não falando coisa com coisa, sem documento. A moça da loja viu pelo uniforme que ela era daqui da penitenciária feminina, pegou e ligou pra cá, daí a direção com a chefe da disciplina foram lá e buscaram ela, e trouxeram prá cá. Entram com ela pra enfermaria, nisso ela saiu correndo, veio pra cima das meninas da contenção, e eu vou falar, quase que ela pegou a arma de uma das meninas. E ela gritava e esperneava, e falava ‘Vocês são uns demônios, querem maltratar minhas meninas!’. Olha foi um desespero! Ela rolava e gritava! Agora, você imagina isso como será essas novatas daqui a dois anos! E nossa! No domingo, uma das agentes com 03 anos de experiência profissional na penitenciária, começou a surtar no alojamento, era por volta das dez horas da noite, ouvimos tiro na PCE, ela começou a gritar ‘eu quero sair daqui, quero sair, eles vão invadir aqui, vão entrar aqui e matar todas nós’. Ela chorava e gritava. Hoje nem veio trabalhar, pegou atestado. [risos] Ela não aguentou. Os tiros duraram um tempo. Ela com dois anos já tá assim! Imagina daqui a um ano?<sup>191</sup>

<sup>191</sup> Procede-se o recuo para diferenciar na narrativa do episódio, a fala da pesquisadora das agentes, tendo em vista que muito do ouvido e observado na etnografia resulta de conversas informais, mantidas nos encontros cotidianos do tempo na prisão.

Nossa conversa é interrompida por uma das colegas que se aproxima. Enquanto caminhava pelo corredor, veio-me a lembrança da Lindinha. Ela é uma senhora boa, muito carinhosa com todas as pessoas, sempre educada, prestativa, “chamava a todos de ‘lindinha, lindinho’”. Quer dizer, ela não aguentou! Se você pensar que há muitas outras pessoas doentes!”. Enquanto observava a movimentação das agentes de saúde nos raios, para saber também quem tem médico e providenciarem as listas de consultas, que mais tarde seria passada ao “procedimento” para movimentação das presas na retirada dos raios para serem encaminhadas à enfermaria para as consultas médicas, quando foi possível, aproveitei para perguntar da Lourdes.

“Lourdes não veio hoje?” A resposta foi curta: “Não”.

Trocamos olhares, e me dão as costas, e o assunto é encerrado. Reafirmando a hipótese de que o silenciamento é uma lógica de invisibilizar as atrocidades sofridas por essas mulheres, tanto quanto querem silenciar as reclusas. Ante o silenciamento do plantão, voltei à revisoria. Ante a entrada da chefe de disciplina que passou por nós, seguindo para pavilhão destinado às reclusas, e permanecendo sentada na revisoria, escutei de uma das agentes das antigas<sup>192</sup>:

**Essas meninas, chegam com sangue nos olhos, e elas mesmas não conseguem enxergar o que o sistema faz com elas.** Cara, uma coisa que eu acho assustador nas novatas é o ganho de peso entre as presas e as agentes. É incrível, eu fiquei observando, sempre que entra uma equipe nova, que vem de um outro contexto, eu observo a estrutura física delas, em tão pouco tempo, o ganho de peso delas é enorme, de todas, salvo algumas exceções! Com a ansiedade, elas comem compulsivamente! Elas, as agentes, estão umas ‘baleias’ de gordas e eram todas magras quando entraram! E, outra coisa, elas, em vez de ter um acompanhamento alimentar, irem pra casa descansar, elas vão pra outros trabalhos.

Diz outra agente que acompanhava a conversa:

**E outra coisa que o sistema não quer ver é que essas meninas vivem a base de medicamentos, elas se automedicam! Tem muito caso no sistema de agentes, tanto faz homem como mulher, que estão se drogando, outra hora tomam medicamentos pra não dormirem. Agora você imagina como está o cérebro dessas pessoas? Isso tudo, ainda somando à rotina do sistema prisional! Tá loco, cara! Você tem que criar estratégias para sobreviver aquilo lá! Como por exemplo, você não pode trazer aquilo lá pra casa! Eu demorei muito pra aprender isso! É preciso a capacidade de despreendimento! E outro, esse caso de saúde psicológica, física do trabalhador/a, eu vejo que é uma questão da gestão do Tribunal de Justiça com o Conselho da Comunidade, é uma questão de formação continuada, de saúde, de segurança; as/os agentes penitenciárias/os não têm plano de saúde, não têm psiquiatras específicos pra atender eles, não têm psicólogos, não têm o**

<sup>192</sup> Usa-se esse termo para designar as mulheres trabalhadoras com experiências profissionais anteriores à saída do corpo de segurança do sistema prisional da Polícia Militar, e à implantação do sistema de contenção armada, e da criação do SOE.

**trabalho terapêutico, e precisam!** E vou falar, nesses doze anos que eu estou no sistema, cresceu muito, muito mesmo, a quantidade de colegas que estão com transtornos, ou separaram, tipo divorciaram, tão de atestado médico, houve desfacelamento da família, tipo filhos presos, outros com problemas de drogas, tudo por conta do estresse do trabalho.

Ouvir esses depoimentos vivenciados na carnalidade dos sujeitos marcou a minha própria inscrição nesse espaço, um espaço pancultural do ciclo da violência, uma violência, obviamente, que marca de modos diferentes ambos os lados da linha. De um lado é a discriminação do Ser-mulher trabalhadora, de outro, as exclusões radicais dos corpos racializados e sexualizados, classificados socialmente como não-ser.<sup>193</sup> [grifo nosso]

As experiências no interior da penitenciária configuram-se de um lado pelas forças centrípetas, como são as normas, regras, militarização, opressão, torturas, abandono, assédio moral, discriminações; de outro, como forças centrífugas, ambas agem num jogo de luzes e sombras intersubjetivas e inter-relacional; a colisão dessas forças resulta do processo civilizatório imposto pelo Estado, como dispositivo de controle e legalização do processo de suspensão do estado de direito, e da manutenção do estado de exceção, da necropolítica.

Nesse ciclo da violência configurativo de um cenário de guerra, o uso e o sentido, construídos em cada plantão das agentes trabalhadoras, inscrevem-se nos modos como o outro é percebido, e isso faz com que as trocas de poder se exerçam como trocas desiguais. Há claramente uma gesta colonialista que regula o uso arbitrário e desigual da violência na mediação de conflitos, sendo ela própria a causa de conflitos entre as zonas consideradas selvagens e as zonas consideradas civilizatórias. E, nisso, considera-se a violência como fenômeno difuso, interdependente, coordenado, sexista, imperialista social e culturalmente construído, assentado na pretensa ideia de superioridade de uns sobre os outros.

## **6.2 A Operação Legalidade vista do lado de cá da linha: vivências do corpo-sujeito recluso**

A partir da escuta profunda das plurivocalidades do lado de cá da linha abissal, reforça-se o argumento de que a normatividade institucional é costurada no tecido da necropolítica como ordem, utilizando-se dos fios da hegemonia do político, do poder, da violência e da segurança para consolidar a face desfigurada do capitalismo e do colonialismo no interior da masculinidade hegemônica. A penitenciária feminina, como instituição, configura-se como uma organização sócio-política-cultural pautada em padrões,

---

<sup>193</sup> Registro de campo da pesquisadora.

procedimentos, aparatos, esquemas organizativos das relações sociais em que as sequências repetidas, rotineiras, transformam-se num cordão de continuidade das exclusões radicais características da sociedade mais ampla. Essas experiências levam-me a perceber que no interior da prisão, o prolongamento das linhas abissais que a configuram hibridizam numa força de forças centrípetas regidas por forças centrífugas.

Se há do lado de lá da linha um fascismo territorial e de insegurança, há do lado de cá da linha o acréscimo a essas duas lógicas institucionais, o fascismo do *apartheid* social. Esse fascismo é o mesmo que reforça a segregação social dos excluídos por meio da cartografia que divide e oblitera as sociabilidades entre aquelas advindas das consideradas *zonas selvagens* (coloniais) e *zonas civilizatórias* (metropolitanas). Além disso, verificou-se que o microcosmo da instituição prisional agrava o desenvolvimento e a naturalização das normas necessárias à violência e ao ataque à segurança humana. E para isso, utilizam-se a manipulação das masculinidades e feminilidades subalternas pelo domínio das masculinidades dominantes, silenciando qualquer possibilidade de visibilidade ou vocalidade que se contrapõe à ordem do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado que vigora em seu interior. Eis o dito por Santos (2003, p. 283):

As instituições são instrumentos de controle do risco e da imprevisibilidade; é através delas que as sociedades estabilizam as expectativas dos indivíduos e dos grupos sociais. Diferentes tipos de riscos e de imprevisibilidade conduzem a diferentes tipos de instituições e nem todo tipo de risco e de imprevisibilidade permitem o mesmo nível de controle institucional.

A geopolítica da instituição prisional, na modernidade ocidental, incorpora os preceitos do colonialismo, da monocultura da classificação social, pautada na raça, na classe social, no estado civil, no grau de participação política, no poder econômico, dentre outros, como ordem subalterna das subjetividades do SUL-global do ponto de vista ontológico, epistêmico e político. A tradução intercultural dessas práticas exige o exercício analítico das sociabilidades do Sul, na perspectiva de quem vive a identidade de fronteira, ainda mais precarizada, pelo distanciamento que há entre as margens e o centro.

Ao olhar a implantação do Procedimento, da militarização, por meio da nominada Operação Legalidade, do lado de cá da linha, pela lente das mulheres subalternizadas, percebeu-se que ela nutriu-se na lógica disfuncional da representação do estado de guerra, fundada pela ideia de que do outro lado da linha o que há é a não-existência, que para Santos (2007, p. 71), “significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível.

Tudo aquilo que é produzido como inexistência é excluído de forma radical porque permanece exterior que a própria concepção de inclusão considera como o ‘outro’”.

E isso é reforçado pela lógica da necropolítica como normatividade, e de fato, as narrativas das reclusas revelam que numa sociedade carcerária os indivíduos são meros produtos do necropoder. E é essa lógica que conduz a primeira fase da implantação do militarismo pela via da chamada Operação Legalidade, repleta de torturas e mortes.

Assim se pronunciou uma das participantes da pesquisa:

Não contei pra vocês que no dia que o Brasil perdeu na copa do mundo de futebol, eles entraram de manhã cedo, gritando ‘Solta a juga suas bando de vagabunda, Brasil perdeu, tô só o ódio’.

Agora eu te pergunto ‘o que tem nós que tá preso que o Brasil perdeu lá fora?’ É assim que nós é tratado aqui dentro. Nós paga por tudo isso. Joga nossas coisas pra fora, rasga isso, fazem aquilo. Se eles fazem procedimento normal, operacional padrão dentro do sistema, uma revista normal dentro da unidade, e não é encontrado aparelho telefônico, nada, eles rasgam colchão, eles levam cortina, coberta, eles tiram o que tem, se não acham nada demais pra levar, mas eles têm que tirar alguma coisa.

O prazer deles é mexer com preso, mexer com psicológico do preso. Igual eu sempre falo pra direção ‘Mexer com tudo, mas não mexe com psicológico do preso’, porque ele tá aqui dentro, não tem nada a perder, já tá com a cabeça a mil, aí o preso acaba pegando policial, acaba um brigando com o outro.

O pior bacu era no tempo de dona Poliana. Oh mulher braba, meu Deus do céu! Aquela era endemoniada. Agora tem essa outra, dona X, a chefe de disciplina, que também é uma praga! Ave Maria. Só sabe falar não, nunca vê o lado do preso. Tô sem lençol até hoje sabia? Levaram todos lençóis, disseram que ia devolver, mas não devolveram.

Falei pra diretora dona X ‘Devolve meu lençol, aqui eu não tenho quem me dê’. Pro povo que é daqui é mais fácil, mas a gente de fora, os forasteiro, é mais difícil sabia? Então ela é ruim nisso. Ela levou um pen drive de hinos meu, tinha 700 e poucos hinos de louvor da igreja, não devolveram até agora! Já tinha três meses que eles não davam o bacu, isso aqui é normal! Nesse de agora, até assustei quando a mulher disse assim ‘dona Ereneide pode tirar a roupa toda’, eu digo ‘Dona... tá bom’.

Por que o normal é a gente escutar ‘Presa! Bora presa! Tira a roupa! Se agacha!’. **Na época do bagulho doido, na época de dona Poliana, faziam a gente ficar de frente e de costas, todo tempo de perna bem aberta e sem calcinha, todas nua! Isso é constrangedor. Ainda mais quem tá menstruada, sabia? Eu disse ‘Não, não vou tirar a roupa menstruada não, sai fora’, é constrangedor** (informação verbal).<sup>194</sup> [grifo nosso]

Interrompe-se o diálogo: o “bacu” é o próprio termo do vazio colonial, viola-se o precarizado território dessas mulheres, brutaliza-se e viola seus corpos, é um procedimento de extermínio ontológico, expropriação de quem já se encontra em posição de desposseção de si.

Quando tem bacu, tiram tudo. Aonde tem duas televisões eles tiram uma. Eu acho isso errado sabia? Porque assim, você tem a sua televisão, eu tenho a minha. Aí eles tiram a tua, ou tira a minha e deixam só uma. Se tu tá com raiva de mim não deixa

<sup>194</sup> Entrevista de Ereneide.



eu assistir televisão. É o que tá acontecendo lá no cubículo, entendeu? A menina que ficou chateada não deixa nós assistir televisão as três, entendeu? Só ela assiste, a gente escuta o som, porque de qualquer jeito, bota a gente escuta né.  
No dia do bagulho louco, saímos cinco e meia da manhã e voltamos era 6 horas da tarde. Nós não fomos nem no banheiro! Pra fazer xixi, era assim, duas segurava o pano, e as outras se agachava e mijava. Isso na quadra mesmo! Nessa época, eles jogavam spray de pimenta na gente que dava falta de ar (informação verbal).<sup>195</sup>

E assim, a implantação da operação legalidade, do outro lado da linha, não reconheceu qualquer rastro de cidadania. Ao contrário, reforçou a lógica da coexistência de sociedade civil e incivil. E sendo o Estado o detentor do monopólio da produção e reprodução daquilo que é declarado como legalidade ou ilegalidade, do certo (direito) ou errado (não-direito), pergunta-se: é legítimo este mesmo estado, através da reprodução simbiótica da cumplicidade de outras mulheres subalternizadas (corpo-institucional), maximizar o necropoder exercido como tortura, precarizar a vida das outras mulheres excluídas abissalmente?

De modo geral, segundo as participantes da pesquisa, acompanhado do relatório da Defensoria Pública, os chamados “bacu”, impostos pela Operação Legalidade, são a sacralização da vastidão de vazios, como regra colonialista, para o arbitrário da violência, “quando eles, a polícia, entra no nosso barraco, viram tudo, tudo, tudo! Tira tudo! Jogam tudo no chão! Viram tudo, tiraram roupa! Tudo, tudo, tudo! Cada raio tem os dias deles! Se dá um bacu num mês, passa um mês, dois meses pode ficar atento que eles vão dar!”<sup>196</sup> (informação verbal).

Durante o procedimento do “bacu”, as detentas foram orientadas a deixarem seus cubículos levando consigo a roupa do corpo. Em detrimento, os agentes prisionais retiraram dos cubículos seus pertences, mas não os devolveram nem a elas, tampouco aos seus familiares. Pelo contrário, como se fossem lixo, os pertences foram amontoados do lado de fora da unidade, colocados numa espécie de container, e mais tarde, saqueados pela comunidade externa à penitenciária. A lista de objetos retirados das reclusas, nessa operação, constava de: joias, remédios, roupas de cama, eletrodomésticos, colchões, roupas íntimas, material de higiene e limpeza, livros, bíblias, material escolar/didático, utensílios plásticos, como baldes e outros, materiais de artesanato. Não o bastante, entre os relatos, consta que os/as agentes comeram doces e bombons das reclusas, jogando as embalagens nos cubículos.

Além disso, o circo de horrores tem como termômetro o humor das/dos agentes. A exemplo, após a Operação Legalidade, o banho de sol fica sujeito a interrupções e suspensões frequentes. Se antes durava o dia todo, das 8 às 17 horas, agora, por vezes, passou a ser

---

<sup>195</sup> Entrevista de Ereneide.

<sup>196</sup> Entrevista de Taynara.

restrito a duas horas diárias, caso não ocorra a redução por retaliação ou por punições coletivas que abarcam todo o raio. Sob qualquer pretexto as agentes penitenciárias reduzem ainda mais o período.

Ainda sob esse viés, durante a observação etnográfica e as conversas informais com os professores responsáveis pelas turmas de escolarização das reclusas, percebeu-se que os dias e os horários das aulas eram determinados pelo humor de cada plantão da contenção, outras vezes, os castigos, as idas para o isolamento, a demora para reiterar as presas da reclusão. Ressalta-se que isso não configura a prática de todos os plantões, mas via de regra, o militarismo, falseado na ideia de segurança, sobrepõe o pedagógico.

Registra-se ainda, que ao tempo desta pesquisa, que as reclusas eram deixadas na “tranca”<sup>197</sup>, como é conhecida na linguagem carcerária, durante o dia todo em total reclusão das suas celas, saindo apenas nas horas destinadas ao banho de sol, não sendo permitido ocuparem o espaço do raio.

Figura 63 – A tranca



Fonte: Registro da autora.

Há ainda relatos de que ocorrem constantes proibições de circulação das reclusas dentro dos “raios” (alas), e isso está diretamente relacionado aos procedimentos de “revista”, ou seja, ao “bacu”. Os relatos revelam “castigos no isolamento” (triagem) em períodos que variam de 03 (três) dias a uma semana, a 10 (dez) dias, a 2 (duas) semanas, ou até mesmo a 30

<sup>197</sup> A tranca é o termo designado para significar o trancamento de todas as celas, isto é, não é permitida a circulação das reclusas no raio.

(trinta) dias. Quase sempre esse prazo, segundo os relatos, é determinado pelo humor dos/das agentes.

Os relatos deixam entrever que o **isolamento é pratica frequente e corriqueira** na unidade, e são **administrados pelos agentes prisionais**, que lançam mão da restrição pelos mais variados motivos, ou sem qualquer motivação [...] A prática do isolamento como punição coletiva, sem prévia apuração formal e regular de falta disciplinar, por vezes, variando entre 03 (três) a 30 (trinta) dias, há até punição de 3 (três) meses, até mesmo aplicados no período do Natal, Ano Novo e Dias das mães.<sup>198</sup> [grifo da defensoria]

Nesse sentido, ao contrário de operação Legalidade, deveria ser chamada de “Operação Terror”. Na memória das reclusas, é o rito de passagem da introdução do Padrão Operacional Padrão e da Contenção Armada, evento que parece coincidir com a chegada da subdiretora Poliana e a sua equipe da SOE<sup>199</sup>.

Percebo que há diferença entre os agentes que já estavam aqui e os que vieram com a Poliana. Os agentes que vieram com a Poliana parecem que dominaram os outros. Teve gente que até comentou que iria sair da unidade, porque não estava aguentando ver isso tudo. As agentes tratavam as presas de forma normal, contudo, após elas terem passado a andarem armadas, o tratamento mudou, passando a ser na base da ameaça. E outra professora, só nós do feminino que ficamos na tranca, porque no masculino, os homens não ficam, se trancar a cadeia estoura, e lá são mais de 3.000 (três mil) homem. E nós que somos poucos temos que ficar trancadas (informação verbal).<sup>200</sup>

À época da Operação Legalidade, a subdiretora Poliana da Rocha Santos figura como a personagem principal, presente na quase unanimidade dos relatos das 154 reclusas entrevistadas pela Defensoria Pública, conforme relatório abaixo:

“mulher muito agressiva”; “tem bastante poder e domina a unidade”; “mesmo os agentes têm medo dela”; “faz ameaças verbais rotineiramente”; “só xinga as reeducandas”; “sempre elas nos agride verbalmente”; “além de não dar atenção, é muito agressiva com todas as presas”; “já entra no raio gritando com todo mundo e diz que o coração ela deixa em casa”; “ela não nos trata com humanidade, nos trata com falta de respeito”, “é a mais agressiva, não sabe falar com as reeducandas sem ameaçar”; “Ela nos trata muito mal”; “ela nos trata como animais”; “as/os agentes prisionais entraram na onda dela, ultimamente vivem extremamente agressivos”; “Eles/as gritam, joga gás de spray de pimenta, manda para o isolamento”.<sup>201</sup>

Os termos mais utilizados no trato pessoal entre as agentes penitenciárias e as reclusas são: “presas malditas”; “marmotas”; “presa vagabunda”, “cachorras”, “raça infame”. Muitos

<sup>198</sup> Relatório da Defensoria, 01/2014, p. 17-18.

<sup>199</sup> Registra-se que essa equipe dirigente, a poucos dias da entrada da pesquisadora no terreno da pesquisa, foi exonerada dos cargos e substituída por outra equipe.

<sup>200</sup> Entrevista de Juliana.

<sup>201</sup> Relatório da Defensoria, 01/2014, p. 18.

desses xingamentos são seguidos de abuso de autoridade mediante cuspe e tapas na cara ou na cabeça das presas. Outras vezes são retiradas pelo/a agente prisional do SOE das celas para o isolamento, sendo arrastadas e enforcadas, sem que tal atitude implique em nenhuma aparente ocorrência indisciplinar. Nesse cenário de horror, há relatos de agentes do sexo masculino que espancaram as reclusas algemadas, ameaçando-as de lhes cortar os cabelos ou ainda de morte.

Além de todas essas atrocidades, a tortura incluía o uso indevido e habitual do gás de pimenta nas reclusas, ocasionando vômitos, inclusive com sangramento. Um dos casos mais grave resultou na interrupção (aborto) da gravidez de três meses de gestação por uma das vítimas. A brutalidade era tamanha, que não bastava a pimenta, os chutes e os pontapés por vezes aplicados em pessoas asmáticas, tuberculosas ou cadeirantes, era seguido dos gracejos por parte dos agentes: “Boa noite, boa sorte!; “Um perfuminho pra vocês! Toma um presentinho pra vocês! Isso não é spray de pimenta, é perfuminho!”

Uma das participantes da pesquisa apresenta um testemunho vicário desse processo, agravado pelo surto de tuberculose ocorrido no interior da penitenciária:

Eu peguei tuberculose aqui dentro. Teve o primeiro surto e eu não peguei. De repente, no segundo surto, eu peguei! E olha, no primeiro surto, eu morei com meninas que tinha pego também. Nossa! No dia que foi pra me dar a notícia da tuberculose, vou falar pra senhora, eu soluçava. A dona MC teve que me chamar pra conversar (chora muito), disse assim ‘Daiana, olha não é o fim do mundo, vai fazer o tratamento, vai dar certo!’ Mas, eu não aceitava aquilo! Foi a polícia que tirou nós do raio, e quando separaram nós pra colocar só no raio da tuberculose, nossa, foi muito sofrido, porque nós não queria sair do lugar onde a gente tava! Nós tava no raio 02. No raio 02, eram 08 meninas que tinham pegado a tuberculose! E sabe o que é olhar do lado, e vê uma tossindo, do outro lado, a outra tá tremendo de febre, olha do outro uma outra jogada no chão sem poder levantar? E eu mais ainda, mais ruim ainda! Meu osso doía tudo! Nossa! Eu nunca aceitei aquela doença na minha vida! (chora) Nunca aceitei! Eu fiz o tratamento, mas nunca aceitei a doença! Eu fiz meu tratamento certinho... Mudaram nós pro raio 01, levaram nós sem nada! Nós não tivemos chance nem de conversar, nem de sair. Não teve nem diálogo! Não deixaram nós nem retirar nossas coisas pra levar! A gente sai sem nada! Perdemos coisas! Muitas coisas nossas não chegaram pra nós! Quem ficou pra trás não guardou. Não cuidou! Foi muito triste!

Eu chamei a subdiretora da época, falei que se não mandassem as minhas coisas, eu iria incendiar os colchões do raio. Eu fiquei agressiva! Eu fiquei rebelde. Eu com aquela febre! Febre, febre, febre, muito febre! Entendeu? E a gente sai igual cachorro, só com a roupa do corpo, do jeito que a gente tava! (chora convulsivamente, quase não sai a voz da garganta). Sendo que o pessoal do raio 01, que tava na tranca, pode levar tudo que era deles! Nós não pode trazer nada, saímos só com a roupa do corpo! A polícia entrou gritando ‘Vamos! Vamos! Vamos!’

Os agente não teve nem um diálogo com nós, as tuberculosas! Até Spray tocaram em nós. Só não jogou mais spray de pimenta em nós, porque a subdiretora da época não deixou. Entendeu? A agente tava no quinto dia do tratamento, era os dias que o efeito do remédio mexe mais com a gente! Nós queimando de febre, saímos de mão na cabeça, sem nada, sendo obrigada a sair! Tudo que era nosso ficou pra trás.

Depois os outros tiveram que mandar migalhas do que era nosso! Do que era seu, do que você conseguiu! Porque não é fácil um forasteiro conseguir as coisas. Quem são

os forasteiros? Eu me sinto um forasteiro. Nós que não temos visitas nos sentimos como um forasteiro. E mais forasteiro ainda, são os que não são da cidade. Entendeu? Eu sou nascida em Cuiabá, mas moro no interior. Eu me sinto forasteira. Pra nós não é fácil consegui sequer um balde aqui dentro. Nesse lugar, tudo você tem que conquistar, você tem que trabalhar. Nada aqui é de graça. De graça nem o produto que o governo paga pra nós. Porque a gente sai e ainda tem que pagar uma multa absurda. Acho que eu devo uns 30 a 40 mil pra justiça, dizem que é as custas processual, eu tô quase nove anos presa. Eu to presa e ainda tenho que pagar pro Estado? Eu nunca saí pra ver isso! Aqui nem o produto é de graça. Aqui nada é de graça! Tudo você tem que pagar! (informação verbal).<sup>202</sup>

Os depoimentos tendo como pano de fundo histórico-político o modo como de fato o Estado assume o monopólio da violência estrutural, mantendo-se inflexível a quaisquer concessões aos excluídos radicalmente do contrato social, suscitaram ao menos duas implicações: a primeira é a de que o direito e a justiça social deveriam começar por aqueles/as que não são concebidas como existência humana. A segunda é a de que não parece ser possível a valorização e o reconhecimento da justiça cognitiva fora da justiça social. Ter direito à dignidade humana se tornou parte apenas de conjunto de pressupostos que são próprios da cultura ocidental da modernidade. A mesma modernidade que, pela via do colonialismo e do patriarcado, transformou a ideia de fraternidade, igualdade, liberdade num discurso vazio das elites políticas-culturais-econômicas, para legitimar a apropriação e violência num campo de tensão entre regulação e emancipação social.

Outro exemplo de como a prisão é concebida como um território colonial, vem da descrição que fazem as reclusas do conhecido “bacu”, por meio de uma das imagens produzidas:

Tem muitas fotos que eu queria tirar! Mas as polícia tiraram as máquinas! Eu queria ter tirado o dia do bacu! Eles sabiam que, quando a gente voltasse pra cela, a gente ia bater as fotos.

**Eu ainda disse ‘Se tiver o bacu, eu vou bater as fotos pra ver como que fica tudinho’. Fica tudo é revirado. Revisa o açúcar, o arroz, café, a nossa roupa, e bituca de cigarro. Fica tudo misturado, jogado no chão. Todas nós ficava nua, arregaçando as pernas pra eles. Porque tem uma que entoca porcaria, entoca lá! Entendeu? Na vagina! Elas olham. A gente se agacha e elas olham a gente de perna aberta. Tem que encostar a costa assim na parede e ficar bem pra frente, pra ver se tem alguma coisa dentro da vagina.** Elas não colocam a mão, elas só colocam a raquete. Raquete é aquele aparelho que apita pra saber se tem telefone. Passa na gente tudo, se pegar alguma coisa todo mundo paga por isso. Outras vezes levam tudo! Mas engraçado, dessa vez eles não levaram tudo (informação verbal).<sup>203</sup>  
[grifo nosso]

<sup>202</sup> Entrevista de Dayana.

<sup>203</sup> Entrevista de Ereneide.

Figura 64 – O cubículo



Fonte: Registro de Ereneide.

Não se pode esquecer de que a intersubjetividade do corpo-institucional, incorporada ao corpo-sujeito, são frutos de decisões políticas de estado. Às custas do sofrimento, por vezes infligida a ambos os lados da linha, o Estado se transforma no mediador, por excelência, de transações de interesses dos mercados financeiros, nesse caso, pela via militar/bélica. Por esse viés, a violência estrutural se firma como política, isto é, sua prática e a retórica (linguagem) são usadas para representar, legitimar a repressão selvagem, o aniquilamento da democracia pacífica, ao passo que alimentam o genocídio-ontológico, o fascismo prisional, os abismos entre as zonas coloniais e as zonas metropolitanas.

O acervo da regulação social da modernidade ocidental tem no biopoder uma das suas estratégias normalizadoras de uma tecnologia do poder, centrado na reificação do poder disciplinador que visa à produção de corpos-dóceis (FOUCAULT, 2003). Mas, pela via da Sociologia das Ausências, em termos de macroescalas percebeu-se além de corpos-dóceis, há corpos desvalorizados e ontologicamente degradados. E isso expressa a materialidade dos modos como o colonialismo se mantêm vivo, atual e configurado numa linha que divide e oblitera as sociedades e sociabilidades entre metropolitanas e coloniais. São corpos racializados, sexualizados compreendidos como sub-humanidades.

Perseguindo essa linha de raciocínio, chama atenção os depoimentos que relatam a implantação do procedimento, via “Operação Legalidade”, marcado por rito sacrificial de mortes:

**Quando mataram essa menina aidética, eu não estava mais no mesmo raio! Já tinha saído. O pessoal [reclusas] matou quando teve as mudanças dos raios por causa da operação legalidade,** quando desativaram o raio quatro pra fazer o raio das mães, que é o raio do seguro. Eles [agentes penitenciários] iam me levar pra lá, pro raio do seguro, porque tinha acontecido um problema, uma briguinha justamente com uma das moças que ajudou a matar a menina. A que morreu, a aidética, eu ajudava a cuidar, às vezes, ela passava mal eu dava banho nela, cuidava! A outra menina que matou tinha convivido com outra mulher aqui dentro, que já tinha saído pra rua. E essa que ficou, a mesma que brigou comigo, começou a gostar dessa menina que morreu, a aidética. Mas a que morreu, ela não negava a doença, ela falava pra todo mundo que era portadora, era bonita, muito bonitinha ela, pequeninha, assim, sabe? Ela confidenciava muita coisa comigo, acho que porque ela era uma menina mais jovem, e eu era mais velha. E tinha coisas que eu falava pra ela ‘Para com isso, você pode se dar mal!’ Outras vezes, ela via as coisas errada e eu falava ‘Não, não conte, isso não é da sua alçada’. Eu acho que a morte dela nem foi só por causa da AIDS nem por causa do comando [PCC], mas foi por causa de caguetagem<sup>204</sup>. Mas ela não devia, quem caguetava era outra pessoa, que ainda está aqui! Quem perdeu a vida foi a outra. E nesse caso, rola dinheiro também, sabe? Às vezes paga pra poder matar o outro. E rolou dinheiro pra me matar. É tipo um linchamento! Junta um monte de pessoas pra matar um. Aí não tem culpa, não tem um culpado. E no caso da menina, colocaram essa menina, a que dizem que tinha um caso com a morta pra assumir a culpa, porque ela não é daqui! É isso o que rola mais dentro da cadeia, é esse tipo de coisa!

No caso da morte da menina, acontece meio assim: fulano fez caguetagem, mas fulano é pessoa de facção [PCC], então porque a outra fulana fez uma vez uma besteira, vamos pegar aquela que é pequena, e doente. Com isso, deixa peixe grande vivo. Deu pra entender né? O peixe pequeno leva a cadeirinha dele de qualquer jeito, daí deixa o peixe grande vivo. Então pra peixe grande não morrer vamos exigir dinheiro dele, ou ele paga, ou nós vamos mandar alguém dele lá fora, essa é a vida do sistema. Por isso que eu digo pra você, eu não escrevo porque as polícia daqui, sempre eles tão dando revista, eles já carregaram um monte de caderno meu, tava com muitas coisas escritas.

**Professora, na noite que a menina morreu, dava dó de ver! Ela tava com a gente no banho de sol da quadra, ela gritava e chorava, caia nos pés das polícias, implorava que ela não podia voltar pro raio dela, porque ela já sabia que ia morrer! E sabe por que que ela sabia, porque as polícias entraram um dia antes no raio e falou pras turmas que ela era cagueta! E a senhora sabe cagueta pra preso na cadeia não tem perdão.**

Elas torturaram a menina a noite toda, bateram nela a noite toda, queimaram, jogavam ela de cima da cama, colocaram óleo quente no ouvido dela, dava dó de ver o estado do corpo da menina. Depois as polícias diz que não ouviram nada, sendo que esse terror da menina foi a noite toda. O corpo da menina só viu no outro dia, e ainda assim, as polícias foram chamaram a menina, ela não respondeu, tempo depois eles entraram no cubículo e acharam o corpo. E depois dessa morte a cadeia virou o terror! (informação verbal).<sup>205</sup> [grifo nosso]

Além do assassinato anteriormente descrito, um outro caso de morte que antecedeu a Operação Legalidade foi o suicídio de uma das reclusas. Serve-se desse caso, da custodiada nominada Rosilda Pompeo de Oliveira, em 24 de maio de 2014, para materializar o quanto a linha abissal é feita de porosidades, de diversos tons de cinza. Esse caso, além de não deixar dúvidas da canibalização do outro como não-ser (reclusas) pela necropolítica do Estado,

<sup>204</sup> Caguetagem é expressão utilizada entre as reclusas para quem comenta os segredos do lado de cá da linha para as agentes prisionais.

<sup>205</sup> Entrevista de Doralice.

assume a forma da residualização que, por sua vez, tem afetado outras mulheres (trabalhadoras), conforme dito na sessão anterior.

#### Episódio 16: A moça que ateou fogo no corpo.

Hoje é um daqueles dias em que um dos sussurros, que ecoa nos silêncios da prisão, revela-se no caso da morte de uma das reclusas que ateou fogo ao próprio corpo. Sentada na minha costumeira cadeira do corredor, que liga as alas aos pavilhões das reclusas, uma das agentes da contenção sentou-se na cadeira ao meu lado. Como de costume, certos fatos só me são revelados como forma de conspiração. Assim, a agente narrou o episódio da moça que ateou fogo ao próprio corpo, revelando a história de um fantasma que não apenas assombra, como ainda caminha pelos raios, corredores, sussurrando suas dores e injustiças sociais.

Sabe Cláudia! Quando eu olho pra essas meninas não consigo esquecer o caso da moça que ateou fogo ao corpo. Eu cheguei de vê-la queimada. Eu estava no curso de contenção, quando nós chegamos ela tava na cadeira, nessas que ficam no corredor, ela tinha colocado fogo no colchão e queimou todo o corpo. Dizem que o irmão, no dia da visita, deixou um isqueiro com ela, embora não é permitido isqueiro. Mas eu não sei o que acontece que sempre tem um isqueiro lá dentro. Ela tacou fogo no colchão e sentou em cima. Quando isso aconteceu, os servidores estavam fazendo procedimento no raio e tinham que terminar o procedimento pra poder sair, porque não tinham como parar e sair correndo. Entendeu? Porque quando você começa a fazer um procedimento você tem que trancar o raio, não tem como eu sair correndo sem terminar de trancar. Entendeu...? Porque é perigoso elas virem pra cima da gente. Entendeu?

Só depois de um tempo, quase uma hora depois que os agentes foram e tiraram ela de lá! Ela estava bem queimada! Ela não expressava nenhum tipo de dor, a fisionomia dela era terrível, ela não gemia, não chorava, ficava calada! A pele dela tava se soltando, eu ainda tinha foto dela, mas eu perdi! O cabelo dela tava todo queimado, os dentes, a pele soltou, dava pra você vê, tavam todos queimados, bem pretos os dentes! Era uma cena muito triste de se ver! O pior é que ela não morreu na hora, ficou um tempo gemendo no chão, ficou deitada no chão, acho que por mais de três horas. Ela era uma moça muito bonita! No caso da prisão, ela foi por causa de um surto, ela brigou com o marido e começou a quebrar tudo! Ela foi pro hospital no sábado, na segunda-feira mesmo ela faleceu! E na segunda-feira mesmo ocorreu a operação legalidade. Eu acho que seria muito difícil evitar que ela cometesse o suicídio!

Quando eu tive a crise do pânico dentro do presídio, eu acho que foi em função disso. No sábado, a menina ateou fogo ao próprio corpo, e eu vi uma presa morta queimada e não chorei! Nesse mesmo fim de semana, houve uma outra presa que apanhou a noite inteira e mataram a presa com requintes de crueldade. As próprias presas mataram! Eu cheguei de ver ela morta, e eu não chorei, as minhas colegas choraram, e eu não chorei! E eu me pergunto ‘por que eu não chorei?’ Entendeu? Era um ser humano que estava ali! Eu não sei se eu



gardei, se eu absorvi aquilo e depois eu explodi né? Eu tive crise de pânico dentro do presídio, fiquei de atestado médico, para tratamento por quase seis meses! (informação verbal).

Nossa conversa é interrompida, pelo “procedimento”.

Ao final do dia, diante do muito que ouvi, em mim persiste a ideia de que o rito de passagem de uma ordem institucional para outra, pautada na implantação de uma política de morte, é como inação que retira as condições de vida para aquelas mulheres que sequer são considerados como tal. E eu, ainda profundamente abalada pela escuta do caso, comecei a relembrar que, em dias anteriores, acompanhei a chefe de disciplina na “ala da triagem”, um lugar fedido, repleto de baratas, urina pelo chão, colchões imundos, sem janelas ou ventilação, ou água na pia ou no sanitário, e que ainda abriga quatro pessoas com transtornos mentais. Nisso ocorreu-me pensar que quem, em sã consciência, não correria o risco de suicídio num lugar desses?<sup>206</sup>

No caso da vítima de suicídio, Rosilda Pompeo de Oliveira, de acordo com o relatório da Defensoria Pública, consta que, conforme resposta obtida por meio do Ofício 545/2041/PFAMCM/SP, ela “não contava com seu estado psíquico normal”, comprovado por laudo Médico Mental de 29 de abril de 2014, e encaminhado ao Juiz da 2ª Vara Criminal de Cuiabá. Nesse contexto, a advogada da vítima, em 25 de abril de 2014, ingressou com o pedido de Liberdade Provisória:

Relata a advogada, que a sua cliente fora vítima de um **Surto Psicótico** e que, por que jogava objetos pessoais na rua, foi abordada por Policiais Militares, chamados por vizinhos seus. A abordagem Policial, revelou-se total despreparo, eis que os Policiais Militares, diante do SURTO PSICÓTICO de sua cliente, agrediram-na, e em lugar de acionar o SAMU, com vistas a encaminhá-la ao Hospital Psiquiátrico.<sup>207</sup>  
[grifo da defensoria]

Ainda seguindo o Relatório da Defensoria, a manifestação ministerial da 7ª Vara Promotoria Criminal do Município de Várzea Grande assim pronunciou:

Opinada pela ocorrência, em tese do delito de **Lesão Corporal** e **não de Homicídio**, de modo que pugnou pela **declinação de competência** para uma das varas de **feitas Gerais** da Comarca, além de, em razão do novo enquadramento delitense a **revogação da Prisão preventiva**. [grifo da defensoria]

Ante ao exposto, os autos do processo distribuído para a Quarta Vara Criminal do Município de Várzea Grande, no qual Rosilda foi denunciada pela prática delitosa descrita, assentam-se no Art. 129, caput do Código Penal por Lesão Corporal, cumulado, com o Art. 329. Em assim sendo, consta a denúncia nos seguintes termos:

<sup>206</sup> Registro de campo da pesquisadora.

<sup>207</sup> Relatório da Defensoria 01/2014, p. 06.

Por fim e, mais importante, é o fato e que ao que parece, a denunciada **encontrava-se com surtos psicóticos**, segundo declarou sua advogada à folha.41. Por isso, **salvo melhor juízo**, para garantia da sua integridade física e demais pessoas, deve ser aplicado a mesma condição prevista no inciso VII do at. 319 do Código Penal, ou seja, internação provisória em rede conveniada ou as expensa do Poder Pública, solicitando-se vaga.<sup>208</sup> [grifo da defensoria]

A decisão chegara tarde demais. O Caso de Rosilda é a materialização da necropolítica do Sistema Penal, de Justiça e Segurança, aplicado para asseverar a condição de subalternidade daquelas/es considerados sub-humanos. Após um mês e dezenove dias, em regime fechado, asseverada por ser justamente na cela da triagem, espaço já descrito como infestado de baratas, sem iluminação adequada e limpeza, sem água ou colchões, a vítima ateou fogo ao próprio corpo. A marca da fumaça nas paredes, após mais de um ano do ocorrido, denuncia o assinalado pela Defensoria Pública:

Não bastasse a abordagem policial inadequada, tem-se que **todo o aparato do Estado Policial e do Sistema Penal e do Sistema de Justiça Criminal** foi acionado não para **colocar a salvo seus e prover-lhe o serviço público de saúde** adequado às suas necessidades, **mas para endereçá-lo ao destino mais fácil, mais expedido a PRISÃO.**<sup>209</sup> [grifo da defensoria]

A imolação de Rosilda não é apenas um fantasma a assombrar os corredores e as memórias das pessoas, tampouco um caso isolado e excepcional. Ao contrário, como num jogo de repetições, outros corpos-sujeitos continuam sendo corpos impalpáveis, fora de qualquer possibilidade de reconhecimento pela dignidade humana, pela justiça social, pela cidadania. Chama-se atenção ao episódio abaixo:

#### Episódio 17: As transtornadas<sup>210</sup>: a continuidade da linha abissal

Observava já por algum tempo, e em certa medida, incomodada, a presença de algumas mulheres, que pela aparência física e comportamento aparentavam níveis de “transtorno mental”. Uma delas ficava na chamada ala da saúde, ou seja, um pequeno corredor com duas celas, cada uma comportando até 04 camas de cimento e que também eram usadas, em alguns momentos, como celas de castigo para as meninas-detentas que “infligiram alguma regra de comportamento”, quando a “triagem estava superlotada”. Quando se passava pelo corredor principal, era possível vê-la sentada no chão. Sandra, como é nominada, é a residente permanente da ala, e por diversas vezes, pude vê-la sentada em meio à poça de urina, usada

<sup>208</sup> Relatório da Defensoria 01/2014, p. 07.

<sup>209</sup> Relatório da Defensoria 01/2014, p. 07.

<sup>210</sup> Embora se reafirme, mais uma vez, que não se trata de um estudo criminológico, não poderia deixar de assinalar que a Lei n. 7210/1984, Lei de Execução Penal, em seu Art. 99, prevê para breve o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, destinado às/aos imputáveis e semi-imputáveis. E no Art. 100 da mesma lei prevê a exigência de exame psiquiátrico, e que os demais exames necessários ao tratamento são obrigatórios para todas as/os detentos/as; também previsto na Lei Federal n. 10.213/2001, Lei de Reforma Psiquiátrica. Portanto, os casos relatados no âmbito deste estudo anunciam o mundo vivido do não cumprimento por parte do Estado, daquilo que é determinado pelo próprio Estado.

muitas vezes para apagar cigarros; também observei que algumas mulheres que compõem a equipe da Pastoral Carcerária, sempre lhe entregava calcinhas, sutiãs, sabonetes. Outras vezes, dada a sua condição de higiene, colaboravam com banhos, e ajudavam com os pequenos objetos de depilação.

Uma das agentes do plantão do dia, sentada comigo ao longo do corredor, me confidenciou que:

Sandra, às vezes, nós a tiramos pro banho de sol, pelo menos no nosso plantão nós tiramos ela e dona Alcinéia e as levamos para a quadra; colocamos cada uma em uma quadra. Sandra já deu muito trabalho, teve tempo dela defecar e jogar fezes no corredor, outra hora nos agentes que passavam, ficava menstruada, suja, sem banho, picotava o colchão, agora ela tá calma por causa dos medicamentos.

Sandra é uma mulher negra, que embora jovem, tem aparência depreciada pelas condições de cárcere, cabelos compridos negros abaixo dos ombros, sempre despenteados, sempre a observar todos que passam pelo corredor principal. Também é comum vê-la com os braços entre as grades, fumando cigarro.

Continua a confidenciar-me a agente:

Atualmente, a penitenciária abriga 07 pessoas com transtornos mentais. Uma está no Raio 01, quatro estão na triagem, uma na ala de saúde, uma no Raio do Seguro. Então são no total Sandra, Joedir, Cleidiane - vulgo cebolinha, Elizabeth, Adriana, Maricleide, Alcinéia. Agora tá bom porque elas estão calmas, mas quando estão agitadas é difícil. Isso aqui não é lugar pra elas (informação verbal).

Aproveitei a fala e levantei-me, e fui até a grade que dá acesso à quadra. A cena vista é altamente deprimente, uma senhora, quer seja pelo sofrimento, quer seja pela idade - o que não creio, porque aparenta ter uns 50 anos de idade, está sentada num canto da quadra, onde o sol ainda não atingiu seus raios. Ela conversa consigo mesma, os sons pronunciados são inaudíveis devido à distância de onde eu observava. Mas a vejo gesticular como se falasse com alguém. Após a minha conversa com a agente, vi saindo da ala da triagem uma das reclusas. Mulher negra, que mesmo não tendo em mãos nenhum laudo médico, os cabelos desalinhados, o caminhar cambaleando pelos corredores, cabeça pendendo para um dos lados, olhos perdidos no tempo como se observassem um além-mundo, um além horizonte visto apenas por ela, denunciam a sua demência. Num tempo e espaço próprio só seu, era conduzida por uma das agentes do dia para o seu banho de sol na quadra. Mesmo de longe, percebe-se tratar de uma pessoa com transtornos mentais. Dela exalava um cheiro excessivo de suor, misturado ao cheiro de urina, indicando dias sem banho, e esse cheiro era tão forte, que mesmo à distância, era possível senti-lo.

Continuei a observar a cena. A agente abriu a entrada que dava acesso à quadra de esporte, e aos poucos, ela se deitou com o rosto virado para a parede, e seu mundo se fechou sobre si ainda mais, num possível diálogo coroadado de palavras indecifráveis consigo mesma. Ainda tomada pela cena, vi saindo da triagem uma outra mulher, quase nas mesmas condições da anterior, sendo retirada por uma das agentes e também encaminhada a outra quadra de esporte da prisão do raio 02.

A agente que comigo estava, confidenciou:

Essa é outra pessoa com transtornos mental, aqui a chamamos de Sambambaia, que segundo um dos agentes, ela vivia no município de

Várzea Grande e é era de família tradicional, ela cantava nas festas da alta sociedade, agora está aqui! E você acredita que a filha dela também ta presa? Ela está na triagem, um agente comentou que foi maconha na porta de cadeia, que triste ver a mãe e filha presa. Joadir (Sambambaia) está na triagem desde que chegou em maio! Junho já fazem três meses aproximadamente. Pra você ter uma ideia, hoje são em torno de 07 mulheres nessas condições, uma delas tiramos do raio e colocamos na triagem, porque tentou agredir uma das meninas do raio que serve pão, outra está no raio 05. As outras não tiramos pro banho de sol, porque, de certa forma, elas já estão integradas nos raios.

O relato dessa agente confirmou o já informado pela agente do corredor. Embora em dias anteriores tenha observado por volta das 7 horas e 30 minutos da manhã uma intensa movimentação no corredor da equipe de saúde, no caso, das técnicas de enfermagem que entregavam medicamentos às pessoas com transtorno mental. Ouvi de uma das agentes:

Sabe, eu sempre levo susto com essas pessoas com transtorno mental. Você já pensou numa dessas horas em que a gente entra no raio, um cavalo doido vem pra cima da gente? Cavalo doido são as presas correndo pra cima da gente, sem controle, enquanto as outras atrás dela vem e nos ataca. O ideal é que se tenha a gaiola da contenção, você tira as presas, encaminha pro corredor, algema e retira (informação verbal).

Como não sei do que se trata mais me parece um curral de gado que conduz os novinhos para a vacina. Continuo a observar as enfermeiras entregando não apenas medicamentos para as mulheres com “transtornos mentais”, como para as outras que tomam “antidepressivos”. Comecei a pensar que seria necessário legitimar, no discurso da segurança, os modos como o sistema tende a invisibilizar a sua opressão sobre essas mulheres. Após a minha retirada do espaço da contenção, voltei a sentar na minha familiar cadeira do corredor, e uma das agentes da equipe de corredor, sozinha, veio se juntar a mim. Perguntei-lhe como ela via e lidava com as pessoas com transtornos na penitenciária, ela me confidenciou:

Nossa! Eu acho que não tem nem um mês, no máximo dois meses. Eu fui fazer um procedimento na saúde, onde fica duas reeducandas com transtorno, quando eu vi aquela cena! Eu vi o quanto essas reeducandas estão abandonadas. E nisso eu pensei até que ponto nós servidoras somos omissas também? Omissas de não relatar o abandono delas, porque elas ficam deitadas no chão, tem o lugar pra colocar o colchão, mas como se fosse uma cama... mas por sofrerem esse transtorno, e a menina tacou fogo no corpo, na maioria das vezes, elas dormem no chão! Elas não tomam banho, ficam jogadas no chão... Sujas, às vezes menstruadas! Outras vezes, quanto tem o colchão, é sem lençol. O colchão é sujo, é preto de tão sujo mesmo que é! Você vê que é um colchão fedido [...] o banheiro sujo, o cubículo é todo cheio de lixo, de restos de comida, de marmitas! Porque elas vão guardando as marmitas. Tem a Sandra, que é uma outra reeducanda; a Alcinéia foi presa porque surta e ataca qualquer um na rua, ela tem transtorno psicótico mesmo! Eu sei porque tive

inclusive oportunidade de conhecer a mãe dela, quando eu fui levar a Alcinéia no IML (Instituto Médico Legal) pra fazer o laudo psicológico dela! E a mãe dela falou que tem muito medo. Outro dia, Alcinéia... Tava a mãe e o vizinho sentados no sofá e, de repente, ela partiu pra cima dele com uma faca pra matar, porque ela escuta coisas. Então, nos casos das pessoas com transtornos, eu vejo assim, nós, os agentes, não temos muito acesso ao que a equipe de saúde faz em termos de laudo, tipo, os laudos são feitos pela enfermeira, assistente social, psicóloga, e nós não temos acesso, entendeu? Mas eu acredito que as meninas devem fazer os encaminhamentos. O que elas falam é que não tem uma resposta, entendeu? Porque, no caso dessa mesmo que morreu, a assistente social tinha feito um documento dizendo que ela não tinha condições de ficar lá... Entendeu? E por que que no momento que recebem elas, a Secretaria não foi providenciando outro local? Porque você vê que é um abandono mesmo, eles não tão nem aí! **No plantão passado fui fazer um procedimento na triagem, entrei e a presa que fica sozinha, a Cleidiane, não sei se você sabe quem que é ela, ela estava sentada perto da grade. E eu falei assim ‘cadê o seu uniforme?’ Cara! Ela estava pelada! E eu falei ‘Cadê seu uniforme?’ E ela falou assim ‘dona agente, hoje eu estou menstruada, tá sujo!’ E ela ficou pelada.** Depois, mais tarde que a enfermeira entrou pra pagar a medicação pra ela, mas eu não acompanhei a enfermeira, só vi ela retornar no corredor e falou assim ‘a Cleidiane não quer tomar o remédio dela, e agora?’ E eu falei ‘ah... ela não quer tomar? Vamo lá!’ Eu fui lá, cheguei, falei ‘Cleidiane, vamo tomar o remédio?’ Ela falou assim ‘Ai... eu não quero mais tomar esse remédio...’ E eu falei ‘mas você tem que tomar!’ e ela tomou o remédio! Então eu vejo assim, que até mesmo a equipe médica não tá sabendo lidar com essa situação de acolhimento! Nem de saber fazer esse diálogo com quem tá com esse comportamento mental. Eu já trabalhei com pacientes com problemas mentais que tão no CTR, e você tem que conversar né? Tipo ‘Vamo tomar. Por que você não quer tomar?’ Só que às vezes, as próprias colegas não entende a gente falar dessa forma com a reeducanda! Eles acham que os gritos e os xingamentos resolvem! Eu acho que não é bem assim! (informação verbal).

Figura 65 - Cleidiane



Fonte: Disponível em <http://gazetadigital>.

Novamente a conversa é interrompida pelas outras colegas da contenção. **Cleidiane é um dos casos extremos da necropolítica do Estado, que transforma as prisões em instituição por excelência para o encarceramento da pobreza, que tem seus alicerces fundacionais no colonialismo, na classificação social dos sujeitos.** Saí dos meus devaneios e fui chamada à realidade por uma conversa com a chefe de disciplina que se aproxima e fez a seguinte revelação:

Cleidiane nem era pra tá aqui, nem nós sabemos porque recebemos ela aqui! O alvará dela não diz o crime que ela cometeu. Não tem nada, simplesmente a viatura da Polícia Militar veio e deixou ela aqui! Pra você ter uma ideia, ela só fala um pouco comigo, ela era aquela moça, moradora de rua, que ficava nua na escadaria do prédio da Polícia Federal, ali na avenida do CPA (uma das avenidas mais movimentadas da cidade). E assim, o que eu soube quando eu e a direção fomos questionar que não tinha nenhum documento que justificasse ela presa, sabe o que nos ficamos sabendo? Que os grandões não gostaram de ver ela nua, e mandaram que a PM tirassem ela dali e trouxesse prá cá, porque a imprensa tava falando muito dela, e das pessoas em situação de rua. Aí eu pergunto pra você, o juiz sabe, o promotor sabe, o secretário de justiça e direitos humanos sabem e não fazem nada! E se essa menina faz igual a outra fez? Eu não tava aqui, mas quem tava conta! A culpa vai ser de quem? Do servidor! E olha que a outra que morreu não tem nem seis meses! (informação verbal).

Cleidiane, em sua “estranha loucura” – comecei a pensar depois de lembrar do caso dela exposto nas mídias locais – é a visão escatológica das vísceras expostas de um sistema de injustiças sociais, e de como o aparelho repressivo (policial, jurídico e carcerário) existe apenas para fazer asseverar o estado de exceção em que vivem aquelas/es que não são reconhecidas em sua humanidade. Ao se posicionarem em frente a um órgão de polícia com poder de controle e proteção, transformam-se no olhar da Medusa. Se olhá-la, sem os escudos que os protegem, veriam o reflexo da sua própria monstruosidade. E essa monstruosidade é a face da violência estrutural, que sem sombras dúvida, é a mais nefasta, embora invisibilizada.<sup>211</sup> [grifo nosso]

<sup>211</sup> Registro de campo da pesquisadora.

Congregada aos depoimentos pela via da fotografia, as pessoas com transtornos mentais são registradas, conforme chama-se atenção abaixo:

Figura 66 – A brincadeira e o transtorno mental



Fonte: Registro de Dinéia.

Elas estavam jogando, e eu queria pegar essa senhorinha, aquela que tá lá no fundo! Tá vendo? A última da foto. Ela já veio pra cá, já tem uns dois meses. Eu falo senhorinha, porque ela é uma senhora de idade! E é só você olhar pra ela já vê que ela tem problema na cabeça, entendeu? Que ela tem algum problema mental. Mas agora tem uma semana que ela foi pro isolamento! Porque ela tava ouvindo voz, as meninas do cubículo dela falaram que ela ficava assim ‘você pensa que eu não to ouvindo você?’ Começou a não falar coisa com coisa, e ela não tomava banho, piorava quando ficava menstruada e não tomava banho, tanto é, que as meninas chamaram as polícias pra levar ela pro médico e ela saiu toda suja, suja de sangue! Entendeu? Daí as meninas com medo de acontecer alguma coisa, pediram pra tirar ela daqui, entendeu? (informação verbal).<sup>212</sup>

Professora, a senhora acha correto eles deixarem as pessoas com distúrbio mental no isolamento? Por que deixa isso acontecer? E outro, só porque não tem vaga no Adauto Botelho [Hospital Público Psiquiátrico] mandam elas pra cá, sem cuidar delas? Aqui sem cuidar ficam pior, gente. Aqui não tem ala psiquiátrica. Aqui já teve várias mortes por causa disso! Morgana se suicidou aqui no isolamento, já teve mais, teve uma outra lá no raio 4... Eu esqueci o nome dela, a finada dona Rosilda também. Tudo com transtorno mental e se mataram. Eles não dão atenção, e as pessoas que têm esse tipo de problema, têm que ter uma atenção maior. Elas não conversam com ninguém, trancadas o dia todo. Você já tem um problema, a polícia só vai ali pra gritar com você e te oprimir. Acha que isso aí vai melhorar? Só vai sair pior.

Esse dia Sandra atacou as policiais. E eu falei esses dias pra diretora ‘Porque não arruma um psiquiatra?’ Ela respondeu ‘Ah, não posso! E eu vou fazer o que se aqui não tem psiquiatra?’ Foi isso que ela respondeu. E ela ainda falou bem assim ‘Ah, Sandra tava aqui com vocês, ainda bem que ela não agrediu vocês!’ E eu respondi ‘mas, se ela tivesse agredido a gente, ela tinha morrido! Porque vocês mesmo sabendo que não pode, põe com nós essas pessoas que precisam de cuidado. Se tem uma doida num raio e dá um surto psicótico e ataca uma pessoa, mata uma pessoa, e

<sup>212</sup> Entrevista de Dinéia.

a culpa é de quem? É da presa? Não. É da direção. É da direção, porque já tá sabendo, sabe que a pessoa tem distúrbio, que não tem condição de conviver com as pessoas'. O promotor da última vez que teve aí, ela conversou com ela, né? Mas não adianta nada! (informação verbal).<sup>213</sup>

A violência estrutural se transforma na legitimação da necropolítica. Um necropoder sobre os governados, a coisificação da deteriorização, da precarização de certas vidas humanas em estado de incivil, fora do laço da cidadania. Essa imagem também expressa o espírito do corpo-institucional que acentua e agrava a redução dessas mulheres a um conjunto de forças facilmente substituíveis<sup>214</sup>, é possível perceber que no contexto da prisão, há uma apropriação do espaço assentada na ideia de que ninguém se projeta nele. A vida é recriada, não anulada, e tampouco substitui o mundo exterior, mas o mundo exterior permanece como referência aos íntimos, transforma-se numa sociedade dentro da sociedade.

Configura-se como um campo de forças multicomplexas, que de um lado, a defesa de uma ideia de atomização das pessoas, a individualização característica do espírito da modernidade-eurocêntrica-androcêntrica, de outro, uma realidade nascida das subalternizadas que lutam por não eliminar desse espaço-tempo a sua condição intersubjetiva relacional, imersa numa comunhão como o mundo, com o sistema global que a caracteriza institucionalmente.

### 6.3 Os motins e as reVeliões

Santos (2003, p. 45) assevera que “a violência é um tipo de encontro em que a cultura dominante ou o mundo da vida normativo assume o controle total da zona de contato, sentindo-se por isso legitimados para suprimir, marginalizar ou até destruir a cultura subalterna ou o mundo da vida normativo”. Em outras palavras, é preciso olhar para si, as/os oprimidas/os devem conhecer a si mesmos/as e aos seus opressores, porque a violência carrega um efeito épico sem precedente; em grande medida, é intergeracional tendo em conta que permanece incrustada na intersubjetividade como condição humana.

Esse ciclo da violência, por vezes, reproduz, do lado daquelas que a sofre, a ideia de que sua violência só pode ser combatida pela via da violência. Isso implica dizer que aqueles

<sup>213</sup> Entrevista de Ruiva.

<sup>214</sup> Para Mbembe (2011), por muitas vezes o Estado Nazista tem sido o exemplo mais amplo de como o Estado, que deveria ser gestado para proteger e cultivar a vida, coexiste com o direito soberano de matar, extrapola o biopoder para a elaboração do inimigo político, organiza-se um estado de guerra, põe-se contra os adversários e expande seus próprios cidadãos/os a um estado de guerra. Há nisso, muito de uma violência colonial. “Há uma arqueologia da formação do poder que combina as características do Estado Racista, Estado mortífero e o Estado Suicida” (MBEMBE, 2011, p. 24).



que sofrem a violência sonham com a violência; os oprimidos sonham pelo menos uma vez por dia em se colocarem a si mesmos no lugar dos opressores; o pobre sonha com as posses dos ricos; os perseguidos sonham com a troca “do papel de presa pelo de caçador”; os últimos anseiam pelo reino em que os “últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos” (FANON, 1975?).

A violência se transforma numa prática despótica no interior da própria democracia, configura-se como uma forma apocalíptica que transforma o *outro* do *outro* na representação retórica de quem existe sem recursos, sem nomes, sem identidade e sem exegese (CUNHA, 2006). O processo de violência é ela própria uma tensão dialética, que incide tanto no colonizador quanto no colonizado que se torna um colonizador de outros colonizados. As zonas de contato não são homogêneas, ao contrário, as fronteiras são heterogêneas, e muitas vezes o/a oprimido/a se reconhece na pele do/a opressor/a. O espírito de guerra é tanto que vigora como campo de tensão em ambos os lados da linha. Estranho seria acreditar que em face da brutalidade, dos maus tratos, da tortura que por veze lhes são infligidas, não criariam formas de luta e resistências, como é o caso das rebeliões e dos motins.

Nesse aspecto, chama a atenção as narrativas:

Virar a cadeia é quando tem rebelião. Quando querem reivindicar alguma coisa. Quando quer pegar uma polícia. Aqui já teve! As meninas contam que foi um motim, e viraram a cadeia depois da morte da menina, que segundo ouvi, foi porque era cagueta, outras já dizem que foi ordem do comando pra matar, e porque eles do PCC estavam contra a implantação do procedimento que veio, e por isso, mandaram o recado, mas pra isso, dizem que teve a convivência de alguns polícias. Depois que a polícia entrou nos raios, mudando tudo, botando o terror, teve sim um motim, se não me engano, que depois virou rebelião quase a mesma coisa. Por que que eu falo que virou rebelião? Porque elas pegam um dos polícias de refém. Nisso, elas, as perigosonas, quase que conseguiram chegar até aqui no raio do seguro, que é onde ficam as mulheres que têm os crimes mais bárbaro de criança. E por isso, elas tentam chegar pra pegar pra matar, pega o refém que é o polícia, já as mulheres do seguro é pra matar. Mas nunca chegou! O último caso que eu fiquei sabendo, foi provocado pelas meninas do bagulho louco, as do PCC! As meninas de antigamente que era mais terror, chegou a chegar aqui no portão, o seguro ainda era no mercadinho. Elas só não entraram, porque o Agamenon, um agente, não deixou. Ele conseguiu pegar e trancar as meninas. Mas hoje em dia, eu acho, é bem difícil virar a cadeia, por causa do procedimento da SOE! Mas eu nem tô vendo o SOE (informação verbal).<sup>215</sup>

Numa rebelião, às vezes tanto faz homem como mulher nos dois presídios [masculino ou feminino]. Eles/as só não batem se não pegarem! Teve um colega nosso aqui que só não apanhou porque fugiu! O outro que foi pego... Apanhou pra caralho! Apanhou muito! Se o cara tiver doidão, então! Igual a última que teve no feminino, teve uma colega nossa do outro plantão quase foi pega! As piores coisas que existe, até mesmo pra PM [Polícia Militar], num rebelião de penitenciária feminina é que na hora de negociar todas querem falar! Todas querem falar! Já no

---

<sup>215</sup> Entrevista de Taynara.

masculino não! Só um fala, o cabeça fala e pronto! Ele lidera e pronto! Faz uma lista e entrega! Quem é boi de piranha, você é isso, você é aquilo, você é meu braço direito! O homem quando tenta fazer fuga, num túnel, o primeiro que vai sair é o boi de piranha! É aquele que acabou de entrar no presídio! Eles já estão tudo preparado! Ele é obrigado! Porque se morrer, morre alguém que não é o cabeça! **No feminino não é assim! Porque todo mundo reivindica! Todas elas falam, e às vezes falam ao mesmo tempo!** Durante a rebelião que teve aqui, o João apanhou muito, elas bateram muito, mas muito nele! Ele sofreu muito! Agora ele tá no masculino! Ele saiu todo arranhado! Todo arrebitado! As presas/os têm sede de pegar aqueles/as que pisa neles, que maltratam! Entendeu?

**O presídio masculino é diferente do presídio feminino! No masculino, da tiro todos os dias! Porque, pra dar conta daquilo, damos um tiro todos os dias! Aqui no feminino se eu der um disparo pra assustar, eu irei responder!** Eu, ela, ela, elas todas nós estamos no período probatório! No masculino, qualquer problema que tiver, eu vou efetuar um disparo de alerta! Já no feminino eu não posso fazer isso! Se eu fizer isso com a presa, eu irei responder por um disparo! Eu trabalho armada! E eu fiz um concurso pra entrar no sistema e usarmos armas! Eu tenho uma 12 e um 38! Então se eu der um disparo, eu terei que responder por um disparo! Você entendeu? No masculino, eu acredito que não respondam! Porque eles atiram todos os dias! Aqui no feminino eu vou pensar dez vezes pra dar um tiro! Entendeu, eu não quero responder! (informação verbal).<sup>216</sup> [grifo nosso]

Depois dessa última rebelião aqui, eu fiquei doente, por isso hoje falei pra minha colega se eu for pega em uma rebelião, pode atirar pra matar. Eu prefiro morrer a ficar na mão delas, as presas fazendo coisas comigo. Eu nunca usei drogas, elas fazem você usar. Eu nunca tive relações sexuais com mulher, elas fazem você ficar com mulheres, imagina do jeito que eu sou, eu vou surtar e me mato depois. Como suicida não tem perdão, eu prefiro morrer aqui! Noutra rebelião que teve aqui, elas não conseguiram pegar a subdiretora, elas pegaram o agente namorado dela, a linha telefônica dele foi usada, elas ligaram pra Deus e todo mundo inclusive pra mulher dele. Nossa, foi o terror. Elas bateram muito nele. Por isso que eu falo, eu prefiro morrer a ficar na mão de presa! (informação verbal).<sup>217</sup>

Mas além dessas formas de luta mediadas pela violência, descobriu-se outras formas não violentas de fugas da cadeia. Sem sombra de dúvida, o caso de “Mamão com Açúcar”, que será relatado abaixo, representa o contraponto à ideia convencional de fugas ou rebeliões, que partem de um confronto de violência direta, embora mais uma vez, as mulheres envolvidas se situem como sombras ou como instrumentos de manipulação dos interesses masculinos, como o ocorrido no caso de duas jovens.

#### Episódio 18: o caso Mamão com açúcar<sup>218</sup>

“Por que você não conversa com Mamão com açúcar?” Fala sorrindo uma das agentes, chefe de equipe que sempre que pode me auxilia e facilita as minhas conversas com as “meninas”. “Ela já foi entrevistada outro dia por uma TV japonesa, a respeito do crime que ela cometeu. Ela soltou 40 presos da Cadeia de Sinop. Lembra? Durante a entrevista, ela disse ‘Soltar a cadeia foi mamão com açúcar!’ [risos] por isso chamamos ela de Mamão com açúcar!”

<sup>216</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>217</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>218</sup> Usa o codinome conforme solicitação da depoente, tendo em vista que seu processo criminal transitava em julgamento.

“Eu me lembro dela!”, respondo.

“Ela no início não queria gravar entrevista para a TV, mas acho que rolou dinheiro, você sabe né? A TV pediu ajuda pra diretora, ela me pediu o telefone do advogado. Eu só sei que ela e o advogado convenceram a Nayara, que acabou dando a entrevista pra TV japonesa. A diretora conseguiu convencer a Nayara a dar entrevista. Esse é o nome dela. Acho que você não terá problemas em conservar com ela. Vou avisar a G (diretora) que você irá tirá-la pra gravar. Aproveita que não tem aula hoje. Pode deixar depois do almoço eu tiro ela pra você”, disse-me a agente.

“Mamão com açúcar” é como é conhecida no presídio pelas agentes/funcionárias/os a detenta que participou - na verdade, uma das duas jovens que protagonizaram a fuga de mais de 40 presos em uma cadeia do interior do Estado, do município de Nova Mutum. Elas, depois de dançarem, fazerem striptise e dopar os agentes da cadeia, deram fuga pela porta da frente a todos os presos da cadeia. A história é bem interessante para percebermos as relações dos presos com o poder institucional, a corrupção.

No período vespertino, ao entrar no presídio após o almoço, reforço o pedido com a direção a respeito da entrevista com Nayara, “Mamão com açúcar”.

“Não tem problema. Você sabe que a TV Japonesa pagou uma grana boa, o advogado quem saiu bem nessa história, recebeu uns 15 mil da Tv, e ainda mais 08 mil da Nayara. Ela me falou que deu o dinheiro pro advogado, pra poder pegar as coisas dela que estava com ele, as coisinhas dela como, por exemplo, a moto e outras coisa que ele pegou como pagamento quando ela entrou aqui. No final ela pagou o advogado pra ter os seus objetos de volta. Quando você conversar com ela, faz de conta que você não sabe e pergunta pra ela por que ela mudou de ideia em relação a entrevista. Pode perguntar pra ela”.

Depois da fala apressada da diretora, que sempre evita conversar muito tempo comigo, dei entrada no corredor de acesso aos raiois. Muito sorridente, a chefe de equipe, que encontrei logo que entrei e me deu a dica da entrevista, perguntou-me “Você já quer falar com Mamão com açúcar? Vou mandar descer a Nayara, pra conversar com você, vou colocá-la ali no espaço de entrada do salão, não tem perigo, porque agora a tarde na sala do culto tá tendo aula, e as outras salas de aula estão com aulas também”.

Nesse dia, fiz duas entrevistas: uma com a “Vovozinha do Pó” e outra com a “Mamão com açúcar!”.<sup>219</sup>

---

<sup>219</sup> Registro de campo da pesquisadora.

Figura 67 – Mamão com açúcar



Fonte: Registro da autora.

Eu tenho 25 anos de idade, mas na cabeça acho que tenho 17, acho que não amadureci. [risos] É verdade, minha mãe que fala. Sou daqui de Cuiabá, tenho dois irmãos. Eu morava aqui em Cuiabá, com o tempo fui morar na casa da minha prima em Nova Mutum. Eu ficava lá, fazendo umas coisas lá [risos], tipo prostituição! Nisso fui que eu conheci o Bruno. O Bruno tava preso né? No caso, eu conheci o Bruno através da irmã dele que é minha cunhada que também tá presa aqui comigo, daí a gente começou a ficar. Nisso um dos agentes da prisão começou a dar em cima de mim. Quando esse agente começou a dar em cima de mim, meu marido, o Bruno, passou meu número de telefone pra ele. Era pra eu entregar pra ele o celular e o whisky, daí eu marquei o encontro com esse agente e entreguei celular, whisky, porque ele já tinha meu número e passou a ligar. **Esse agente era quem entrava com os telefones lá dentro da prisão!**

Como meu marido pediu, eu peguei entreguei, encontrei com ele... Ele me viu ficou a fim de mim, eu falei que não, que era casada, casada assim, namorada. [risos] E ele começou a ligar, todo dia ele ligava. Eu contei pro meu namorado. No começo, ele ficou com raiva, mas depois ficou de boa, falou assim ‘ele tá ligando? **Ah, por que você não marca um encontro com ele aqui, pra fazer uma festinha dentro da prisão?**’

Era na verdade pra levar whisky que o agente pediu... Depois... Tipo assim ‘Então vamos fazer a festinha aqui dentro do presídio!’ E eu topei né? Os agentes já tinham chamado a gente, eu e minha cunhada! E quando eu levei o whisky, o agente falou ‘Aproveita e fica comigo aqui na festa’. E eu falei ‘Então tá bom!’ Daí, foi eu e a Livia, que é minha cunhada, irmã dele, do Bruno, meu namorado!

Nesse dia tinha dois agentes, que era o Ramon e o Fabiano, e o diretor, mas o diretor tava dormindo. O diretor disse que não sabia da festinha que ia acontecer. Quando nós duas chegamos lá, os dois agentes tava lá na frente [risos], [...] estavam esperando nós [...]. Nós entramos na cadeia com eles, pro diretor não escutar né?

O diretor não podia saber que a gente tava lá, por isso um dos agentes, o Fabiano, levou minha cunhada lá pra dentro, e eu fui com o agente Ramon pra outra sala. E nisso minha cunhada despiu, porque era pra nós dar o remédio pra dopar eles mais não conseguimos! Pra gente poder fazer a festinha lá pra dentro, minha cunhada saiu pra fora, e eu peguei e sai também. Nisso, o agente Fabiano foi até lá na praça atrás de nós, e disse ‘Volta pelo amor de Deus, vamos pra dentro!’ E aí a gente pegamos e

entramos dentro de novo e começamos a beber whisky, e foi quando eu coloquei remédio na bebida, e ela já colocou também! [risos]

Ah mandamos tirar roupa, antes da gente entrar pra dentro rolou uma festinha entre nós, não chegou rolar sexo, mas tiramos a roupa deles, nós tiramos a nossa também, mas não chegou aos finalmente, não transamos não. Não chegou a nada disso, foi só o lance mesmo da fantasia pra enganar eles e entrar lá pra dentro. Nós já trabalhava na boate né, eu e ela, aí que eu conheci o irmão dela e parei, já não tava mais. Parei de fazer programa por causa dele, a minha cunhada ainda fazia. [risos] Pra ver se nós dois daria certo. Se desse certo, eu pararia de uma vez. Então foi isso que eu falei na entrevista, abrir a cadeia foi ‘mamão com açúcar seduzir eles!’ Porque eles achavam que estavam seduzindo a gente, mas na verdade, quem tava sendo seduzido eram eles né? E sem saber que tomariam o remédio pra dormir.

O outro que tava com a minha cunhada dormiu primeiro; o que tava comigo não dormiu, ficou acordado! O diretor não escutou nada! E enquanto o outro ficou dormindo, minha cunhada foi pra outra sala pegar as chaves, depois ela voltou ficou na sala e eu fui abrir lá a bigorna do meu marido. Nós fomos, abri a primeira bigorna pro meu marido e fomos atropelado pelos presos, porque não era esse o combinado, o combinado era fazer lá dentro, eles enganaram nós. E chegamos lá dentro atropelou nós, e eu falei ‘Vamo, vamo, vamo fugir!’ A chave já tava no chão, os outros presos já pegou a chave foram abrindo todas as outras bigornas, soltou todo mundo, o que eu ia fazer? Correr! Deixei minha cunhada pra trás. [risos] Ela correu também. [risos] Ela tá aqui comigo presa! Corremos, só paramos lá embaixo perto da delegacia! Então, eu não sabia pra onde correr, porque eu não sabia o que tava acontecendo, aí na hora foi fuga, aí já tava, né.

Eu abri a bigorna do meu marido, mas os outros começou a abrir a de todo mundo. E eu achei que só abriria a do meu namorado! Mas chegou na hora todo mundo saiu correndo, eu só vi a parte, teve uma hora que até meu namorado não tava mais perto de mim, tava eu e minha cunhada, e aí os caras que tava preso tudo doido pegou as armas e colocou na nossa cabeça. Eu falei ‘Epa, foi nós que abrimos, tá doido é?’ E eles ‘Ah desculpa, desculpa Naiara!’ Eu já conhecia todo mundo do presídio. E eles falaram ‘Corre, corre, corre, vai ser fuga!’ E eu falei ‘O quê?’ Nisso, já veio meu namorado, segurou na minha mão, já saímos correndo, chegou um cara lá com o carro, só sei que ele passou perto de nós, nós entramos e fomos pra nobres e depois viemos pra cá.

Se rolou dinheiro? Rolou. O dinheiro meu tava tudo dentro da minha bolsa, e eu esqueci ela, porque na hora eu não sabia que teria a fuga, e eu deixei a bolsa lá do lado do agente, ficou tudo lá, bolsa, documentos, ficou tudo. Foi por isso que me acharam! [risos] Também foi mamão com açúcar me acharem! [risos] Porque acharam meu documento lá e foram na minha casa, acharam foto minha e da minha prima, tava lá a ligação. Eu falei pra Lívia, minha cunhada, falar a verdade que era você que tava comigo senão minha prima acabaria sendo presa, foi que ela foi e confessou, viemos nós duas presas!

Eu nunca tinha sido presa. E agora tem 6 meses que tô aqui! Depois do acontecido, fiquei só uma semana fora, logo já fui presa! Todos os meus pedidos que meu advogado tá fazendo de habeas corpus tá sendo negado, semana passada foi negado um, eu tô esperando a resposta do outro, que deve sair essa semana, sem ser essa semana, a semana que vem sai a resposta, porque essa audiência eles não marcam, tão enrolando pra marcar, diz que tá com prazo, só que pra mim já deu excesso de prazo.

**Quando eu cheguei aqui, minha vida foi um inferno. Só de começo, eu fiquei 20 dias no isolamento. Não me levou pro raio, me levou pro raio 5, no seguro.** Com três meses, eles me tiraram do raio 5, me levou pro raio 1, eu sofri. A outra até que não sofreu tanto, de boa. Agora eu mesmo... **Eu acho que fizeram isso comigo, só porque eu falei na televisão, que soltou a cadeia inteira com mais de 100 homens foi mamão com açúcar!** [risos] E foi mamão com açúcar mesmo, eu sou assim, muito sincera, até meu advogado falou assim ‘Você não pode ficar falando essas coisas!’ Mas, ah, olha não vou mentir não, vou falar a verdade, se for pra ficar presa eu fico. Uma hora você ficar dentro da cadeia não é certo, uma hora eu vou ter que sair. Eu tive culpa sim de ter dopado eles, mas eu não botei a arma na cabeça de ninguém pra entrar lá dentro, eles que ligaram pra mim, se puxar as ligação porque

meu celular tá lá na civil, eles vão ver as ligações inteirinhas. E os agentes, eles não estão presos! Ficaram dois meses presos já foram soltos. Eles podem né? Eles tem, devem ter comprado o juiz só pode!

**Na prisão, tinha até churrasco. Lá tinha festa. Os caras pagavam 200 reais por uma pizza daquelas chinesas grandonas, o agente levava lá a pizza pra eles, eles comiam, eles faziam churrasco, eles deixavam eles soltos até uma hora da manhã no churrasco deles. Mulheres também entrava pra fazer parte da festa, lá era um verdadeiro cabaré, aquele presídio lá era patifaria. [risos] Só pra você saber, quando eu fiz minha carteirinha, fiz hoje, peguei amanhã, mas paguei 200 reais pra sair mais rápido!** E lá muitos fazia isso, até os pais dos educandos lá, tudo é pago, carteirinha é pago, pra entrar as coisas, bebidas, mulheres, os guri lá pagavam garota pra fazer programa com eles, pro presos e pros agentes! Os agentes também pagavam. Os presos não pagavam pros agentes, os presos pagavam pras meninas [risos], e os agentes também pagavam pras meninas. Não foi a primeira vez que foi mulher lá, era frequentemente. [risos]

Eu e minha cunhada, nessa aventura. Eu não imaginava que seria presa, você acredita? Eu não acreditava, até quando passava minha foto na televisão, eu não acreditava. Eu achava que não ia ser pega, que não pegariam a gente. Até quando eu caí aqui dentro eu não caí na realidade. Eu caí na realidade quando eu fiquei 20 dias no isolamento. Sofrendo. A vida aqui é horrível! Horrível, eu chorei, eu implorava pra diretora me tirar do isolamento, até que ela tirou e colocou no seguro. Agora eu saí do seguro e tô no raio 1. Mas também depois disso nunca mais mexeram comigo não, hoje em dia até me tratam melhor. Acabaram conhecendo a minha pessoa, sabem como sou, agora é diferente, totalmente. Pra fazer o que eu fiz tem que ter talento! [risos]

Esses dias eu dei entrevista pros japoneses, um pessoal da Tv do Japão! Primeiro eles vieram aqui na direção, pediram pra diretora, a diretora não deixou. Aí eles ligaram pro meu advogado, falaram com ele lá, pra ver se ele autorizava. Foi a diretora que passou o número do meu advogado pra eles, aí eles entraram em contato com meu advogado, conversou até que eu aceitei dar entrevista, já até passou o programa no canal do Japão! Eles ficaram sabendo da minha história, porque eles têm um negócio em São Paulo! E também passou lá, passou no *youtube*, passou no Brasil, fora do Brasil [risos] É, eu fiquei famosa. Nem sabia que ia ficar famosa, não eu não consigo ficar na mesma vida que eu era não. Eles, os reportes, fizeram um filminho lá, não sei como. Eu ainda não vi. Eles mandaram pro meu advogado, mas ainda não deixou eu ver, porque não vai passar, porque tem que esperar minha audiência senão pode me prejudicar. Eles queria saber tudo! Fizeram mais de 30 perguntas, filmaram ele, aparece eu, aparece um pessoal simulando lá pra eles, aí eles falaram que, quando eu saí daqui, pro meu advogado avisar eles.

Eu nunca tive envolvimento com drogas! Eu estudei até o primeiro ano do segundo grau! Eu não fumo nem cigarro! Nada, nada, nada. Meu negócio foi fazer programa mesmo, tanto que quando eu fui lá na cadeia fazer esse negócio, é porque eu tava apaixonada. [risos] Não queria mais saber dessas coisas, fazer programa, entendeu? Fiz por amor! Quando você é homem, só perturba a vida da mulher. [risos] Minha cunhada tá lá no raio, tá só o ódio até hoje. Era o irmão dela, mas ela foi mesmo porque ela queria ir lá, novinho lá e foi, foi pra festa, que virou na cadeia, ela não gravou a entrevista com a TV japonesa, porque eles falaram que a história era minha, que era uma história de amor, não colocaram como se eu fosse uma bandida, porque eu não sou, que eu fiz tudo isso aí porque foi por amor!

Mas na verdade, elas falaram que foram 20 presos que fugiram, só que a cadeia tava lotada, deveria ter mais de 100 presos lá! Lá tava lotada. Preso aqui só nos três, mas eu acho que foi mais presos, a maioria que saíram tá na rua ainda, só que eles não vão falar que foi mais de 27, porque aí vai ficar mais feio pra eles. [risos] E eu nem sei se vou ser condenada, mas se eu for puxar não vou puxar muito tempo não, porque já fiquei 6 meses aqui, só de primeira viagem e já puxei um sexto da pena!

Os agentes ficaram pouco dias presos. Que nem o diretor foi preso, mas pelo menos, ele não participou, não sei se ele fazia outras coisas. No dia mesmo, ele não participou da festinha. Mas ele sabia o que acontecia sim, porque uma vez fui

entregar whisky lá dentro e ele sabia de tudo! Se eu arrependo? Eu me arrependo, tô presa me arrependo! (informação verbal).<sup>220</sup> [grifo nosso]

O político, o poder, a violência e a segurança são dimensões que necessitam de uma reflexão mais profunda, até mesmo pela ideologia-política-militar masculina, em nome da qual tanto a ideia de guerra quanto de paz tem sido classicamente pensada e gerida. Os estudos feministas e pós-coloniais evocam o reconhecimento do papel tradicional atribuído às mulheres de se situarem às margens desse processo, quando na realidade estão no centro do conflito, enraizado como construção social e cultural que privilegia os homens sobre as mulheres nas formas de autoritarismo, hierarquia e desigualdades. E nessa conjuntura, os processos impostos da militarização reforçam o lugar de subalternidade social, política e ontológica que caracteriza as sociedades patriarcais.

Neste capítulo discute-se como a implantação e manutenção de um saber-poder disciplinador assentado na militarização, como prática e discurso, não permitiu ou permite ouvir as mulheres que fazem parte desse sistema. Ao contrário, as remeteu a um lugar que as condicionam, de um lado, a reproduzirem a ordem dominante, e de outro, aprisionarem suas narrativas nas masmorras dos silenciamentos, transformando-se no/a outro/a do/a outro/a grotesco/a, desconhecendo a sua própria desumanidade.

As exegeses dos depoimentos e a observação etnográfica revelam o fracasso da implantação de uma ordem institucional que não considerou, mas ao contrário negligenciou, a peculiaridade que envolve as diferenças entre homens e mulheres. E, nessa direção, ao compreender o corpo como o veículo que permite conhecer, compreender, representar o mundo, ao tempo que torna a todos e todas seres representáveis nesse mundo, prescindiu a pergunta: como essas mulher em condição de reclusão, nos corpos que habitam, são vista pelo olhar do/a outro/a, da sociedade, do Estado? Numa resposta parcial e situada, argumentou-se que a prisão, como instituição total, pauta-se num regime de verdade do saber-poder disciplinador imposto como regra, que nada mais é que o reflexo no espelho da violência colonial.

Para o olhar do/a Outro/a, os corpos dessas mulheres não são seus, são coisas, objetos no mundo, e ao serem coisificados reduz a sua existência aos contornos do estigma social, da racialização, da genderização. E o modo como são transformadas em coisa as deixam vulneráveis à violência, a discriminação, a exclusão, a precaridade da vida. Além disso, se o conhecimento situa no corpo, um corpo que é político, social, cultural, ontológico e

---

<sup>220</sup> Entrevista de Mamão com açúcar.

epistêmico, de forma desigual demonstrou-se que essas mulheres lutam pela possibilidade de serem representadas como humanas.

Pergunta-se ainda: como foi possível reconfigurar outra ordem institucional, sem considerar como agenda política os diferentes papéis e experiências de gênero? Não se trata apenas de reforçar o estereótipo que colocam os homens a fazer a guerra e a mulher a fazer a paz, todavia, não se pode negar que as estratégias de violências (físicas, psicológicas, sexuais) seja de grupos armados, exército, guerrilhas, gangues, forças policiais, milícias, facções, cartéis, passam necessariamente pelo controle das masculinidades e feminilidades, pela promoção de identidades violentas, pelo exercício da violência na forma de terror e controle das populações.



## 7 (DES)PATRIARCALIZAR; (DES)COLONIZAR OS CORPOS FEMININOS: UMA DAS UTOPIAS POSSÍVEIS?

Neste capítulo argumentou-se que a violência de gênero, em espaços públicos e privados, conecta-se simbioticamente com a violência estatal e institucional, ambas alimentam-se do sistema hétero-patriarcal, da herança colonial e da desigualdade distributiva material e simbólica. E essas dimensões, aliançadas ao sistema policial legal e carcerário, marcam os liames intersubjetivos das trajetórias de vidas das mulheres em condição de encarceramento. Em macroescala, o prolongamento da violência direta, outrora sofrida, transforma-se em uma espiral das múltiplas formas de violência, sejam elas simbólica direta ou estrutural. Do ponto de vista da Sociologia das Ausências, na condição de microescalas, as autobiografias do encarceramento revelam como o prolongamento da violência direta sobre seus corpos se transformam numa subjetividade ferida, ligando-as à delinquência, em especial ao narcotráfico.

As narrativas demonstram que, longe de ser uma tábua rasa, no espaço doméstico residem complexos processos de interações, negociações, compromissos, conflitos, reforço e neutralizações mútuos. Ao desvelar a nefasta associação entre violência doméstica e delinquência feminina, pretende-se ainda demonstrar a partir das interações construídas no interior da penitenciária, os saberes, as experiências sociais nascidas da luta, que permitem a essas mulheres recriarem uma realidade que não pode ser reduzida apenas ao que existe, mas a outro mundo de esperança em relação à probabilidade da frustração e da violência de gênero sofrida fora e dentro da prisão.

### 7.1 No corpo feminino: a tatuagem da violência de gênero

Transcendendo ao tempo e ao espaço, algumas mulheres em condição de reclusão, com suas narrativas de trajetória de vida, desafiam a todos e todas à adentrarem no reino do silêncio da esfera do espaço doméstico, e conjugar sintonias e distonias e exasperações dessas experiências que instigam a pensar esses espaços como território político, social e cultural da pandemia de maus tratados sistêmicos, tanto quanto é a incapacidade das mulheres em sonhar sair dessa rede de violências.

Ao escutar os ditos e os não-ditos, de palavra em palavra suas vozes convocam a caminhar e a sentir seus lugares, suas dores, suas lutas, não como teorizações que se fecham

em copas em si mesmas, mas como interpretações situadas, assentadas num exercício reflexivo de quem não tem a presunção de construir uma verdade pronta e acabada.

Em contraste com aquilo que tem sido dentro e fora da prisão, a vida das reclusas e suas experiências demonstram em grande medida aquilo que a justiça social não é, ou tampouco foi acessível a elas ou às suas famílias, exceto a violência para convertê-las em vítimas subalternizadas da sua ação coercitiva e repressiva, a serviço da sua desumanização. Esse tipo de violência põe-se a serviço de uma lógica civilizatória que tende a representar essas mulheres encarceradas como o signo social do periférico, do contingente, do inverossímil, do irrelevante, do ilegítimo, transformando-as em resíduo a ser varrido para a cesta de lixo epistêmico, teórico, político, ideológico e cultural.

Essas plurivocalidades põem em xeque como a violência de gênero se manifesta nos espaços estruturais da cartografia capitalista, articuladas e inter-relacionadas. Para Santos (2011), a cartografia da sociedade capitalista configura-se em seis espaços estruturais: o doméstico, a comunidade, a cidadania, o mercado, a produção, e o mundial, cada um desses espaços constitui-se por seis modos de produção de poder autônomos, ao mesmo tempo inter-relacionados. As epistemologias feministas pós-abissal desafiam a detectar como a ditadura hétero-patriarcal, interseccionada às questões de gênero, classe e raça, atravessam esses seis espaços, e acentua a distribuição desigual de poder, por vezes, pela via da violência doméstica que obstaculiza a justiça social e cognoscitiva de gênero.

Crê-se não ser possível ignorar que o espaço doméstico é um espaço-tempo concreto onde a violência direta, estrutural e cultural, se mantém silenciosa e privada, por vezes sendo o *locus* por excelência onde a tríade amor, matrimônio, doméstico construído a partir do cânon hétero-patriarcal, transforma-se em sinônimo de feminicídio, infanticídios, espancamentos, brutalidades, maus-tratos, sexismos, violações.<sup>221</sup> Além disso, a violência direta em todo mundo é exercida em 90% por homens, demonstrando a urgência da desconstrução social do mito da masculinidade hegemônica, da legitimação da diferenciação sexual e geracional, a mesma que alimenta a dinâmica de maximização do arquétipo do herói, da guerra, do insensível, da competitividade, da força, da agressividade como a representação da masculinidade. Como assinalado por Cunha (2006, p. 63):

---

<sup>221</sup> A ideia de amor sexual individual, centrado na via do matrimônio e perpetrado pela destruição de outros sistemas culturais na gesta colonial a serviço do capitalismo, uniu-se intrinsecamente à possibilidade de liberdade social nos domínios econômicos, reconfigurando o espaço doméstico numa arena de luta, transforma-o num território de tensões sociais onde pessoas socialmente diferentes são tratadas desigualmente diferentes. Isso faz perceber que o privado é publicamente e pessoalmente político (FRASER, 2009).

[...] sociabilidades sejam pertencas natural das mulheres e do seu espaço de influência (privada), mas porque se revelam ser competentes necessárias a rupturas como o militarismo, com a cultura bélica e a dominação sexista, dependente das armas e que produz sem cessar violência organizada, perpetuada por comportamentos machistas e chauvinistas.

A fronteira que separa o espaço público e o privado transfigurou o espaço doméstico num microcosmos social de difícil acesso, agravando o grau de insegurança, o medo imposto às vítimas e a laboriosa denúncia contra os seus agressores. Converteu-se num palco de guerras silenciosas e particulares, numa arena de conflitos pessoal, onde o agressor e a vítima compartilham cotidianamente o mesmo território, fato que faz das vítimas seres desnudos/as, vulneráveis e emudecidos/as. Isso não se trata de um fenômeno isolado, embora situado, mas configura-se como pandemia social e política, é um dos SUL presente no NORTE, e no SUL do SUL.

A linha abissal disfuncional da violência de gênero alimenta-se dos sentidos e significados construídos a partir de múltiplas opressões, que tem de um lado legitimado a existência da agressividade, da brutalidade como fenômenos a serem tolerados e compreendidos, e com isso, reforçando o padrão identitário da masculinidade hegemônica; de outro, reforça a condescendência da violência ante aos abusos de toda ordem, como prática social a ser tolerada no interior de um padrão identitário feminino, como estratégia de sobrevivência das mulheres. A verticalização subalterna das relações entre homens e mulheres sustenta um sistema inter-relacional, no qual a agressividade masculina hegemônica é algo a ser tolerado e reificado como lógica de poder, ao passo que se dificulta o acesso das mulheres ao gozo da cidadania plena. Comunga-se da ideia de Cunha (2006, p. 121), quando afirma que:

A violência doméstica é violência direta porque agride literalmente; é violência estrutural porque ela é fruto das estruturas patriarcais que se baseiam no domínio do macho e na permanência desigualdade entre os sexos, é uma violência cultural, porque cria sistemas de naturalização do monopólio do uso da força contra as mulheres, crianças, as/os velhas/os e criada pelo patriarcado.

As experiências familiares, como a primeira camada da pele, deveriam representar o tecido do mais profundo do pacto de solidariedade, afeto, apoio, compaixão. De outro lado, a comunidade como redes sociais, como tecido alargado da família, para além da consanguinidade direta e mútua, também se esvaziou da sociabilidade do afeto, do cuidar do outro em comunhão. Essas significações, ao serem incorporadas nas interações intersubjetivas, produzem efeitos nefastos à possibilidade emancipatória de descolonização,

despatriarcalização dos corpos-sexualizados, dos corpos-racializados e dos corpos-infantis como metáforas do sofrimento humano.

As Epistemologias do Sul colaboram na compreensão de que enquanto existir grupos e pessoas vítimas da intolerância, discriminação, violências, cuja dignidade humana é vista como não-cidadania, não haverá paz ou justiça social possível. E por isso, para aquelas/es a quem mais foram negadas quaisquer possibilidades de paz estrutural, direta e simbólica, no caso, os corpos-racializados, corpos-sexualizados, corpos-empobrecidos e subalternizados são os/as que mais necessitam de uma comunidade local-global emancipatória, inclusiva que se projeta para além de horizontes de opressão do capitalismo global e do hétero-patriarcado.

Ao longo do estudo, o termo violência de gênero reflete e refere-se a ampla variedade de comportamentos expressos na forma de violência direta (física), estrutural (institucional, estatal ou não), violência simbólica (psicológica, ideológica, religiosa), envolvidos nos espaços domésticos ou públicos. No caso dos depoimentos, o contexto e os eventos são descritos como violências físicas, desde espancamentos, uso da força, controle do corpo (isolamento, humilhações, vestimentas, autodefesa, nudez), violência sexual, abuso físico e psicológico, infanticídio, feminicídio, abrangendo uma gama de experiências abusivas. No caso de denúncias, as instituições estatais (policial, assistência social, saúde) pouca ou nenhuma interferência eficaz promoveu, que fosse capaz de por fim ao ciclo de opressão sobre as mulheres, as crianças ou adolescentes. E isso no âmbito comunitário (vizinhança, redes sociais, membros religiosos) conjuntamente com o Estado (seus agentes policiais, jurídico, educacional, social), por não interferirem na feminização da violência doméstica, assevera a prática abusiva.

Entre o espaço privado e o espaço público parece existir uma fronteira que pode ser considerada como um lugar de fricção intergenderizada, lugar dos conflitos, da pele que repele a pele, aquilo que não deixa passar na superfície, porque nada existe que resista ao poder de ir além da fricção por causa da intracorporeidade que habita ambos os espaços. É um tecido que reveste as diferentes fases da vida, a exemplo, na fase adulta, o ciclo de crueldade se mantêm quando o pai abusivo de outrora é substituído por um marido e/ou namorado abusivo, em muitos casos resultando em feminicídio e infanticídio.

Essas plurivocalidades forneceram uma estimativa da extensão da pandemia que é a violência de gênero, e como o aparato do sistema de justiça social e criminal (aparato jurídico e policial) só as reconhecem como transeunte da rua para o encarceramento.

Argumenta-se que o ciclo de relações abusivas intrafamiliar, seguido da falta de serviços e suporte institucionais, aparecem como experiências conectadas a delinquência

feminina, expressa-se como a existência um fio invisível em termo de tempo-espço do ciclo da violência: a infância (início do ciclo); a adolescência (continuidade da ausência de redes de apoio) a vida adulta (delinquência). Segue, assim, a trajetória de Cyntia:

Eu sou de Campo Grande, tenho 22 anos de idade, morava só com meu pai até os 14 anos. Meus pais eram separados. Minha mãe largou dele porque ele batia muito nela! Com a separação deles, só eu fiquei com meu pai e a minha mãe com minha irmã. Mas ele me batia muito. E você acredita que minha mãe me pegou do Conselho Tutelar? Ela nem sabia que eu tinha fugido de lá pra vim ficar com ela! Porque eu não tinha contato com ela. Minha mãe só ficou sabendo que eu viria para Cuiabá, porque o Conselho Tutelar localizou ela.

O Conselho Tutelar me tirou do meu pai, porque ele me batia bastante, tanto é que eu só tenho um rim. Ele me espancou tanto, que o rim machucou, deu infecção, um cisto benigno da porrada, a infecção desse rim estava passando pro outro rim, então eu tive que operar, por isso eu só tenho um rim, nessa época eu deveria ter uns 8 ou 9 anos de idade não lembro bem, eu lembro só que era pequena. Ele me atropelava até de moto, vinha atrás de mim sem eu fazer nada, me enforcava, às vezes me erguia com uma mão, tipo segurando só no meu pescoço e gritava ‘tem que ser do meu jeito!’ Batia a minha cabeça no portão! Nessas horas ele dizia ‘Eu sou seu pai e não sou cachorro! Tem que ser do meu jeito! Tem que me respeitar!’ Eu morava com ele, não podia atrasar um minuto da escola, que era motivo pra apanhar. Tipo assim, eu saía da escola 11 horas e tinha 20 minutos pra chegar em casa. Se não era uma surra atrás da outra. Meu pai era muito ruim, tão ruim que eu apanhei muito dele (informação verbal).<sup>222</sup>

Interfere-se no diálogo: nesses casos, para mulheres, crianças, velhos/as, a linha abissal é demarcada por feminicídio, espancamentos, infanticídios, maus-tratos perpetrados por seus maridos, pais, vizinhos, líderes religiosos, dentre outros. Desde tenra idade, os impactos da violência sobre seus corpos são hematomas sociais que seguem suas trajetórias pessoais como tatuagens invisíveis marcando suas experiências de sofrimento. No caso da infância, é ainda mais silenciada no interior de uma sociedade adultocêntrica, pois naturaliza-se a ideia de que ao infligir castigos aos membros da família, por não apresentarem determinados comportamentos, a violência ajuda pedagogicamente a obedecer sem restrições.

Meu pai era doido no papel, mas não usava drogas, nem bebia, não fumava, não usava nada, era doido mesmo só no papel, tipo dado no eletro da cabeça, diagnosticado. Todos os vizinhos tinham medo dele. **Ele me batia muito, quando alguém denunciava, e a polícia aparecia, ele entrava no chips da polícia e dizia ‘É, olha minha filha é moça [virgem] até hoje, eu cuido dela sozinho, ela não tem mãe, não tem ninguém, só eu! Sou eu quem cuido dela! Ela não é como essas meninas daí de hoje em dia.’ Daí a polícia não leva ele preso, nem pro sanatório. Quando ele ficava muito violento, doido, eu tinha que ligar pro Bombeiros. Outras vezes, minha avó ligava e ele vazava [fugia]** (informação verbal).<sup>223</sup> [grifo nosso]

<sup>222</sup> Entrevista de Cyntia.

<sup>223</sup> Entrevista de Cyntia.

Interfere-se no diálogo: o patriarcado naturaliza a violência doméstica infanto-juvenil como ordem socialmente aceita, reiterado pelo estado e seus agentes, pelas instituições e pela comunidade. Nisso, a infância transfigura-se numa definição de sub-humanidade incapaz de se definir e representar-se a si própria, ou quando o fazem só poderá fazê-lo na condição de mudez ou de um discurso desqualificado. A legitimação da omissão é a presença de uma ordem de despossessão, agravada pela constituição de um outro ser social sem voz, no caso a criança. O aparato policial, penal, outrora indiferente aos seus apelos, metamorfoseiam-se em algozes de quem muito negligenciou.

Com meu pai, minha vida era da escola pra casa. Tinha um salão na frente, eu ajudava a cuidar, chegava cliente fazia pintura, faixa, letreiro, ele era pintor profissional, chegava gente lá, e era lotado, era fazer faixa, letreiro. Eu trabalhava com ele. Eu não tinha amizade de ninguém, nem menino nem com menina, era só eu e ele. Sábado eu ia pra igreja. Não podia usar roupas curtas, nem tirar sobancelhas, nem brinco, nem nada.

Meu pai era Adventista do Sétimo Dia, mas não frequentava a igreja, só eu frequentava, ele conversa com os irmãos da igreja pra irem me buscar e trazer todos os dias de culto. **Mas os membros da igreja adventistas não têm um comportamento violento, intolerante como o meu pai.** Lá não era uma igreja com monte de gente. Eram poucas pessoas, só família entendeu? Era bem humilde, a família que abriu a igreja, era tipo mãe, irmãos, noras, cunhadas. Era um culto familiar. Se você quisesse entrar, estava escrito Igreja Universal Assembleia do Santo. Entendeu? **Mas eles sabia que eu sofria toda essa violência. Às vezes eles diziam que iriam denunciar, mas não denunciava, tinham medo! Chamavam meu pai pra conversar, mas ele não ia.** Para o Conselho Tutelar chegar até minha casa, não foi o pessoal da igreja quem denunciou. Quem denunciou foi eu. Eu fugi e fui denunciar meu pai no Conselho Tutelar. Ele queria me bater porque eu tinha me atrasado na escola (informação verbal).<sup>224</sup> [grifo nosso]

Interfere-se no diálogo: a comunidade como rede social, como tecido alargado da família, nutrida pelo estar-junto, no caso da violência doméstica, seja ela praticada contra mulher, criança, idosos, deficientes, esvaziou-se da sociabilidade do afeto, do cuidar do outro em comunhão. E ao proceder dessa forma, legitima a violência direta alimentada pela violência simbólica da naturalização da indiferença social como retórica e prática sociopolítica. Em outras palavras, a polarização do espaço público e privado aprofunda tanto a violência cultural como a cultura da violência, o “mito da eficácia da violência” (GALTUNG, 1989) direta como mediação de conflitos, acentua as assimetrias das trocas desiguais de poder entre homens e mulheres, adultos e crianças, adultos e idosos, os tidos normais e as pessoas como deficiências. As diferenças transformam-se facilmente em antagonismos, em subalternidades dos segundos em relação aos primeiros, onde a família, a comunidade negou qualquer possibilidade de aprendizagens fora dos métodos agressivos.

---

<sup>224</sup> Entrevista de Cyntia.

Depois da minha denúncia, o Conselho me mandou pra Cuiabá pra morar com minha mãe. Com a separação, eu fiquei com meu pai, e minha irmã com minha mãe. Minha mãe morava na casa da minha tia, trabalhava o dia inteiro em uma fábrica de salgados, saía de manhã pra trabalhar e só voltava de noite, trabalhava pra juntar dinheiro pra comprar a casa. Eu frequentava a escola de manhã e no outro período ficava em casa.

Na escola, logo me enturmei com as más companhias, já viu né? As más companhias são essas meninas vividas, vividas nesse mundo doido aí! Que só faz coisa errada. Como droga, prostituição. Como meu pai não me deixava sair, então, é como eu falo, pra mim tudo era novidade. Tipo assim! Até usar uma blusinha de alcinhas! Nessa época, eu comecei a ter amizade com uma menina da escola, no recreio ela vinha conversar comigo. **Depois nós começamos a sair, tudo pra mim era novidade, roupinha curta era novidade, blusinha de alcinha era novidade, tudo era novidade. Eu não tinha orelha furada, tudo era novidade.**

**Primeiro eu fugi de casa e fui morar com essa amiga.** Pra sobreviver eu comecei a fazer programa! Ela já fazia programa, e eu era virgem. **Aos 14 anos eu já fazia programa com ela, na rua, nos alugávamos uma casa pra nós mesmas. Como eu era menor de idade, na prostituição, vivia tendo problemas com o Conselho Tutelar, mas eu fugia. Eu já fui pra São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraguaí, Ponta Porã. Eu fui presa por causa de drogas com 17anos e saí. Quando eu comecei a fazer programas ainda era menor de idade. Cheguei de ir para o socioeducativo, passei pelos Creas, Cras, a senhora sabe! Quando eu fui presa, me mandaram pra uma clínica de recuperação de drogados, e eu nem usava nada, nem usava drogas. Era a Clínica de Recuperação Vida Serena. Daí eu fugi de lá, porque pra mim o mais perverso que tinha lá era um monte de gente drogada, e eu não usava drogas nessa época. Lá eu comecei a fumar cigarro (informação verbal).<sup>225</sup> [grifo nosso]**

Interfere-se no diálogo: percebe-se que o ciclo da violência é uma constância, seja ela estrutural ou social, direta ou simbólica. São experiências que tolem qualquer possibilidade de outras vivências em que os corpos, as subjetividades dessas mulheres não sejam despossuídos. Além disso, intersecciona a exploração sexual infanto-juvenil, que é uma das faces da perversidade social da violência doméstica. A sociedade e o Estado negam-lhes a possibilidade de uma cidadania plena de acesso à justiça social. Parece ser consensual, ante as subjetividades do SUL que aqui falamos, afirmar para aqueles que mais foram negados qualquer possibilidade de paz e justiça social, também quem mais necessita de uma comunidade local-global emancipatória inclusiva, que se projeta para além de horizontes de opressão do capitalismo global-colonialista e do hétero-patriarcado.

Vim presa aqui em 2013, fiquei fora um ano, agora voltei. Os motivos de eu vir presa nesta cadeia agora era por causa de drogas, e também por causa de 157, que é assalto. Quando eu vim presa a primeira vez, eu peguei dois anos e pouquinho, nessa época fiquei no semiaberto, fiquei em casa, tinha que trabalhar e ir pra escola, dormi, voltar, chegar, dormi, trabalhar, só que fui presa novamente (informação verbal).<sup>226</sup>

Ainda neste contexto, segue a trajetória de Taynara:

<sup>225</sup> Entrevista de Cyntia.

<sup>226</sup> Entrevista de Cyntia.

Antes de casar, fiquei com uns homens, mas nunca cheguei a namorar sério, tinha medo da minha família! Eu não tinha respeito, eu tinha medo. Minha mãe não tinha controle, me batia, tipo pra educar. Mas eu não via assim. Então por eu ficar presa, por não me deixarem sair de casa, eu nunca tinha namorado, acabei casando com 17 anos.

Quando eu casei, começou o inferno na minha vida! Minha mãe não aceitava meu marido, eu não frequentava a casa da minha mãe, minha mãe não frequentava a minha, porque não aceitava ele. Era aquela coisa horrível! Morei três meses na casa da minha sogra, ela era evangélica. Meu marido sempre foi um cara muito mimado pela mãe, e eu naquele esperança que ele mudaria. Sabe, né? Depois nós mudamos pra outro bairro, agente parecia cigano. No outro bairro, eu tava trabalhando, mas ele não! Depois eu saí do serviço e comecei a fazer faxina, a limpar apartamentos! Eu fiquei feliz, pois um de um apartamento me indicava pra outras!

**E ele, meu marido, continuava sem trabalhar! Só vivia vendendo as porcarias [drogas], e eu nunca aceitei, não achava certo. Quando eu descobri que tava grávida do Josuel, era o meu sonho ter um filho! Mas foi nessa época que ficou mais difícil o meu casamento.** Porque ele saía pra vender as drogas, e eu ficava tremendo, tremendo! As polícias passava na porta de casa, a casa era de porta de vidro, eu ficava tremendo, tremendo! Eu ouvia a polícia gritando ‘Vai pra sua casa’, ‘vai tomar banho’, ‘vai pra sua casa’! Eu ficava tremendo de medo. A mãe dele falou um monte, mas falava tudo na minha cara, nada na cara dele. Tipo assim, ‘Ele tem que trabalhar’. Mas nada na cara dele, era só pra mim que ela falava.

Na época da gravidez do Josuel, a igreja inteira me ajudou com o enxoval dele, deram tudo, tudo, tudo do meu filho. Minha mãe não chegou nem de me ver grávida! Principalmente de ver a situação que eu vivia. **Eu era muito bonita, mas naquela época eu já estava acabada! Muito magra, envelheci! Quando eu entrei pra igreja, já estava grávida! E aí tive que casar, é a doutrina da igreja! Tive meu filho! Quando tive meu filho [choro], começou o inferno!** Meu marido falava que eu dava atenção pro meu filho e não dava atenção pra ele [chora convulsivamente quase não consegue falar].

Meu filho nasceu com bronquiolite, ficou internado duas semanas, quase morreu, ele tossia uma tosse que saía sangue. E eu falava ‘André, tem que levar o neném ao médico!’

Ele dizia ‘Que nada! Você é muito preocupada! Não precisa não!’

Ficava sempre revoltada! ‘Isso é coisa da sua cabeça! Você é muito preocupada com o guri!’ ele falava! Até que eu fui na policlínica e fiz bafão [escândalo]! Porque Josuel era muito grande, ninguém acreditava que ele tinha só 08 dias de vida! Nessa época, ele ficou na Santa Casa internado duas semanas. A mãe dele ia quase todo os dias lá, sabe? A mãe dele começou a falar, falar, falar no ouvido dele! Eu não sei o que aquela velha falava no ouvido dele. Dai ele começou a falar “Nós tem que tirar logo essa criança daí! Porque ela vai acabar pegando infecção hospitalar! Tem médico que rouba criança!”

Ele fez o maior escarcéu pra tirar a criança, fez um fuzuê! Uma bagunça! Até os seguranças, os Bombeiros vieram e tiraram ele do hospital. Tudo isso, porque ele dizia que eu tinha que ir pra casa dar atenção pra ele. Eu tava cuidando do neném! Mas ele não queria, nós discutia feio! Ele falava que iria tirar a criança de mim! E que minha mãe não queria saber de mim! Eu estava com medo e sozinha! **Depois da confusão deles no hospital, no outro dia, os médicos deu alta pro Josuel, porque já tinha acabado os antibióticos do Josuel.**

Então, fui pra casa. Quando cheguei em casa, encontrei a maior bagunça. Eu tava de dieta, tava muito doente, não sabia o que eu tinha, só soube aqui na cadeia! Ele mordeu meu filho aqui [mostra a bochecha], aqui [mostra a testa], tinha um roxo no olho do meu filho! [chora muito] E eu queria saber o que era o roxo no olho do Josuel, [chora muito] ele não falava, não falava, não falava! [muito choro].

**Eu fui pra festa da igreja, voltei com aquilo na cabeça, os problemas, porque eu tinha saído do serviço, nós tinha que pagar o aluguel desse mês, não tinha comida, eu estava muito doente. Nossa! [o choro é quase incontrollável] Fora que a gente discutiu por causa do dinheiro, das mordidas. Nessa hora, ele pegou meu filho no colchão, e jogou no canto da parede, assim! [chora muito] Nessa**



**hora eu vi tudo preto! Eu fui pegar o Josuel pra dar de mamar, eu coloquei meu filho no colo, meu filho estava assim, repuxando! Eu queria levar meu filho no médico e ele não deixava! [fala entre sussurros] Falava que eu seria presa por causa das mordidas. E eu falava ‘deixa, mas vamos levar!’ Ele falava ‘ah, não é nada! É cãibra, é falta de vitamina!’**

Eu não tava bem porque eu tinha medo dele! Tudo que eu comia eu vomitava. Eu não tava boa! O neném aquele jeito! Era a noite que eu ia pra igreja pra pedir alguma ajuda, ou pelo menos pedir pra eles uma oração pra meu filho! Chegou a noite, meu filho não melhorava de jeito nenhum, eu tentei dar leite na boca dele [faz um movimento com as mãos com se colocando algo] mas ele não melhorava! Disse que eu dei asfixia no bebê, ele não tava mais mamando nada! **Eu liguei pra esposa do pastor da minha igreja. Ela falou bem assim ‘Leva o neném pro hospital!’ Eu falei ‘Eu não posso, eu não posso... [chora muito ainda] Me ajuda! Me ajuda! Vem aqui!’ Ela falou ‘Eu não posso ir, eu tenho que ir pra rádio da igreja fazer o programa!’ Porque eles têm uma rádio da igreja. Daí eu liguei pra outra irmã da igreja, ela orou para o meu filho. Eu falei pra Deus ‘Senhor, meu filho tá em suas mãos!’ Mas ele já tava tendo hemorragia, quando foi a noite, o meu filho morreu.** Eu achei que meu filho tinha vida, fui até o pastor, o pastor só olhou e viu que meu filho já estava morto (informação verbal).<sup>227</sup> [grifo nosso]

Dialoga-se com a participante: a religião através dos seus agentes, cumpre um papel de reiterar ideologicamente a continuidade de um quadro de negação de paz a que tem direito crianças, jovens e mulheres. A aliança patológica da violência cultural funde-se à violência direta e estrutural. Tal qual os três macacos chineses, não olharam para o mal, não escutaram o mal, não pronunciaram o mal, e com essa atitude, contribuíram fortemente para a sacralização do poder do pai e do arbitrário da violência produzido por esse sistema de opressão.

Isso que foi tudo que aconteceu! Eu vim presa, eu vim parar aqui. Na época eu tinha muito medo, não sei o que se passava na minha cabeça! Eu falei pra aquele homem, pros polícia ‘Não! Não, eu mordi o neném, mas não deixei marca, era carícia minha!’ Ele dizia ‘Taynara! Fala, fala, fala, fala ele te batia?’ ‘Batia, mas sempre... mas sempre...’ sabe? Na delegacia meu marido não chorava nem nada pelo meu filho! A delegada fala que ele chorou só na hora que ele soube que ia ser preso. Eu apanhei, apanhei, apanhei muito! Hoje em dia se um homem me dá um tapa na minha cara, eu meto um canhão na cara dele, se brincar. Eu peço muito pra Deus me dar força! (informação verbal).<sup>228</sup>

Como metáfora de uma casa de vidro, os estilhaços da violência ferrem qualquer experiência de afeto, de diálogo e comunicação, sua arquitetura distingue-se daquelas casas forjadas nas bases de uma nova maneira de resolver e transformar positivamente os conflitos. Quebra qualquer alternativa de ruptura dos sentimentos de rancor e ressentimentos, que por vezes, perduram como comportamentos de extrema violência, física e psicológica. Tendo em conta o que se sabe sobre a violência no espaço doméstico,

<sup>227</sup> Entrevista de Taynara.

<sup>228</sup> Entrevista de Taynara.

pode-se perguntar até que ponto os infanticídios cometidos por mulheres não estão relacionados ora com a pressão exercida pelos seus companheiros, ora por mecanismos de reprodução da violência sofrida?

O patriarcado, tal como expressou Goya (1819) na obra *Saturno devorando a um filho*, é um sistema que pela via dos processos violentos, desumanos, discriminatórios, dos abusos sociais de toda ordem, devora seus filhos e filhas para se manter no poder. A institucionalização da violência sexista configura-se como um arcabouço patológico de indivíduos egocêntricos, potencialmente genocidas, que como tecelões de um tecido social roto, trançam os fios do terror em transescalas, (local/mundial) exercido sobre os grupos e pessoas oprimidas.

Mas, se a agressividade é socialmente construída, também poderá ser socialmente desconstruída, e parece ser consensual que a educação para a paz é uma alternativa para as alternativas de não violências. Nessa perspectiva, segundo Cunha (2006, p. 125):

juntamente com a democratização do diálogo entre espaços culturais e entre conhecimentos de violência ou da paz doméstica, é necessário não ceder de novo à lógica a brutalidade impondo imagens agressivas para chamar atenção ou para combater o problema.

Do ponto de vista da sociologia das emergências, se há uma violência direta, estrutural e simbólica que configura o espaço doméstico, tem-se esse espaço, certamente, o potencial de recriar a paz direta, estrutural e simbólica (GALTUNG, 1989).

#### 7.1.1 Para além das violências, há um outro mundo possível?

Nesta sessão advoga-se que a nefasta disseminação da violência doméstica num ciclo incessante, configura-se numa subjetividade ferida, nos termos da violência lenta atribuída por Nixon (2013), mantendo uma conexão com as trajetórias de vida dessas mulheres em reclusão. A violência lenta starta um estopim explosivo invisível, que é pulverizado gradualmente, mas não é espetaculizada nem instantânea, é silenciosa, porém, não silenciada. Repercute calamitosamente numa temporalidade que não se mede por pressupostos convencionais, que pensa a violência como ato focado em um evento preso ao tempo e ao corpo. Esse tipo de violência é o tangível invisível no tangente vidente. Lentamente, são calamidades que operam como uma grande multiplicadora de ameaças, que minam

gradativamente as relações de maior proximidade e gratificação afetiva, rompe-se o amor, a solidariedade, a serenidade, a harmonia necessária as experiências de paz (CUNHA, 2006).

No âmbito do stress pós-traumático ocasionado pela violência doméstica, é preciso considerar a violência lenta na fruição da dispersão temporal dos seus efeitos, e como suas vítimas percebem, respondem e são afetadas por essas aflições sociais. A autobiografia dessas mulheres revela que desde muito cedo estão expostas às experiências de brutalidades em seus corpos, aos espancamentos, aos estupros, à fome, à loucura, à miséria da sua condição de humanidade. Violências silenciadas de toda ordem assumem múltiplas formas que destroem seus vínculos sociais. Quando o ciclo da violência direta cessa, os seus efeitos retrasados se manifestam na memória como violência lenta e essas violências passam a ser lembradas tipicamente, reproduzindo a opressão muitas vezes na forma de violência direta, em que essas mulheres são transformadas, simultânea ou alternadamente, em vítimas e perpetradoras.

**Eu tinha 06 anos, perto dos 07 anos. Uma criatura tirou todo meu sonho, entendeu? Eu fui estuprada, tirou meu sonho.** Meu maior sonho era ser freira. Não saía de dentro da igreja, mas ele acabou com meu sonho. Acabou porque eu fui molestada por um cara que eu nunca tinha visto na minha vida. E naquela época, eu não sei agora, mas a mulher só podia ser freira se ela fosse virgem. E eu nunca tivesse sido tocada por homem. Meu maior sonho era ser freira. E ele acabou com meu sonho. Eu tenho isso na minha vida até hoje! Mas a vida, é assim, né? Mas graças a Deus, depois disso eu tive 5 filhos. Uma morreu, eu tenho 4 filhas lindas, 14 netos, acredita? Eu tenho três filhas casadas, só a minha filha mais nova que tem 18 anos, ela ainda não tá namorando (informação verbal).<sup>229</sup> [grifo nosso]

As vivências abscônditas se tornam pesadelos, e evocam a necessidade de revisitá-la pela autoflagelação no corpo de outrem, que traduz em parte o desabafo do seu sofrimento intraduzível sem a violência que lhe ancora. Desafiam os ouvidos surdos das velhas ordens das coisas, que se crê que só é possível combater a violência com mais violência, quando na maioria das vezes essas mulheres vivem/viveram imersas na pobreza e na preocupação de sobreviverem à opressão, à fome, à insalubridade, à morte, ao feminicídio de suas genitoras, a diminuição dos limites do corpo, da beleza, da forma, os mesmos que intensificam o terror de que a fragilidade as exponha a processos ainda piores, que ultrapassam o corpo e se localizam no interior dos pesadelos.

Nessa conjuntura, a narrativa de Dayana retrata a pandemia da violência que é o feminicídio:

**Eu comecei a usar drogas depois que minha mãe morreu.** Depois que minha mãe morreu eu conheci drogas mais pesadas, ecstasy, cocaína, perla, a única coisa que eu

---

<sup>229</sup> Entrevista de Ereneide.

não fiz foi injetar na veia. Até aquele chá de beladona eu já tomei. Então eu conheci o crime buscando drogas pra sustentar o meu vício. **Sabe, minha mãe morreu pensei que morreria junto com a minha mãe. Foi muito triste, muito doloroso, o assassinato dela! A pessoa quem matou minha mãe era conhecido dela, amigos de infância.** A briga começou no baile, prolongou, até que **ele pegou minha mãe sozinha numa rua escura e golpeou ela duas vezes. Ela ainda conseguiu levantar do lugar, pediu socorro, mas não sobreviveu. Eu estava junto e vi tudo, o sangue dela. Eu vejo até hoje a morte da minha mãe!**

Tudo isso é muito triste! Eu senti, eu acompanhei tudo! Quando tudo isso aconteceu, eu estava grávida de três meses e não sabia. Eu rejeitei minha filha! Eu tinha 13 anos e não aceitava aquela situação, só que eu também não tinha coragem de matar a criança.

**Eu sou a filha mais velha, a minha mãe comigo tinha cinco filhos. A gente morava no interior de Nova Brasilândia, a minha mãe era quem tomava conta da casa, era o pai e a mãe, o homem e a mulher da casa.**

A gente chegou de passar fome. A minha tia chegou de pegar lavagem, resto de comida, lavar de novo e dar pra gente comer! [chora] Porque a gente chorava de fome. E minha mãe tava em Campo Verde trabalhando. Quando minha mãe conseguiu estabilizar, voltou pra buscar nós, e trouxe pra Campo Verde [fala entre soluços]. Eu só fui conhecer o meu pai com 11 anos de idade. Sou muito revoltada com meu pai também! Hoje eu tenho ele e agradeço. **Só que eu tenho um sentimento de revolta muito grande com meu pai, porque minha mãe antes de morrer contava que meu pai expulsou ela de casa grávida. Ela chegou de dormi na calçada. O frio da calçada pegar na barriga dela. O frio pegar na barriga dela na madrugada e eu começava a pular na barriga de tanto frio que ela sentia deitada na rua, porque meu pai tinha expulsado ela de casa. Tenho uma revolta muito grande dentro de mim, que às vezes eu tento tirar, mas eu não consigo! Eu não sei porquê, mas eu não consigo!** [chora muito] (informação verbal).<sup>230</sup>

[grifo nosso]

Reforça-se o argumento de que no microcosmo prisional, as palavras, as ideias que lhes dão sentido e constituem seu modo de ser, nem sempre inteligíveis, misturam idiossincrasias marcadas por inscrições da violência lenta, que ganham forma própria. O mundo extramuro e intramuro se confundem e tornam-se parte um do outro. Essas subjetividades feridas, aliançada à violência colonial e patriarcal, por vezes vem agravadas pela necropolítica do Estado, a mesma que continua sob outros meios a perpetuar no interior da instituição prisional a violência de gênero. Mas se há um abismo de múltiplas violências sofridas, para além dele há uma aprendizagem nascida do sofrimento daquelas que ao longo da vida, pouco ou nenhuma paz vivenciaram. Em meio aos escombros da deterioração do eu, emergem lutas e conhecimentos que caminham na direção de um imaginário coletivo ligado pelo cimento da solidariedade, de convivialidade. Laços existenciais que lhes possibilitam recriar outros mundos possíveis.

Nos termos de Berger (2010), em diálogo com as subjetividades de fronteira (SANTOS, 2011), compreendeu-se nesse estudo a convivialidade como a “estrutura de plausibilidade” e como “aparelho de conversas”, isto é, estratégias de como essas mulheres

<sup>230</sup> Entrevista de Dayana.

em regime de reclusão criam alternativas organizativas que lhes permitem interações intersubjetivas de contraposição à cultura dominante que as envolve de maneira a despersonalizá-las, criando a ideia do inimigo comum, sem confiar em ninguém. E isso é característico de regimes autoritários, déspotas, ditatoriais, onde o sofrimento provocado a outrem justifica-se pelo desvalor da vida daquelas por eles considerados não humanas.

No contexto prisional percebeu-se a força de uma subjetividade de fronteira<sup>231</sup>, que constituem uma *sociedade de conversas* não autorizadas pelo regime de verdade do saber-poder disciplinador, que expressam uma contra-hegemonia inaudível, insuportável aos ouvidos de seus algozes. É ela que torna possível o desejo da vida solidária, aproveitando-se, avidamente, cada fragmento de comunidade de afetos, o exercício do gozo e do prazer. É a via por onde as sociabilidades subalternizadas conseguem atravessar um território tido como terras-de-ninguém, e recriam uma imaginação centrípeta, para além das suas experiências de horror da violência, pela via do deslocamento centrífugo do periférico para o centro.

O conhecimento nascido da luta se expressa em dialetos, expressões, linguagens, como coisas que não podem ser públicas. O fato de “não poderem ter amigas”, é outra estrutura de apartheid social utilizada como dimensão de interditos, clássico em instituições totais, o que faz da solidariedade, da amizade, da convivialidade, das conversas um ato de extrema subversão. São como o sonho da liberdade, a utopia que voa nas asas do passarinho, que faz lembrar que a paz é também um processo individual e intersubjetivo de libertação; há os laços de solidariedade trançados na trama da vida cotidiana, os quais recriam saberes nascidos das lutas do sofrimento.

No passado, conforme assinalou Mauss (2003) na obra *Ensaio sobre a dádiva*, o político, o doméstico e o econômico não se encerravam em si mesmos, os fenômenos sociais totais da Dádiva, concomitantemente, englobavam o direito privado e público, fundado numa comunidade de troca de saberes e produtos, em que os laços de solidariedade são a garantia da sobrevivência do grupo. Não se pode deixar de assinalar que o cuidar dos/as filhos/as e dos/as velhos/as também foi afetado pela imposição capitalista-colonialista e pelo sistema patriarcal, que vai aos poucos dando lugar aos sistemas individuais, às famílias nucleares regidas por uma figura masculina impositiva de uma obediência cega, regida pela força e pela violência.

E se outrora o parentesco de proximidade, ou mais distante, desenvolvia a pertença, a identidade comum, o apoio individual e coletivo através da agregação de complexas redes sociais de lealdade, empatia, compaixão e solidariedade, na vivência das relações

---

<sup>231</sup> Santos (2011) trata da subjetividade de fronteira utilizando o conceito de Fronteira, Barroco e do Sul

intersubjetivas na penitenciária percebeu-se a reconfiguração de uma família alargada de proximidade, como uma das experiências de sobrevivência num espaço de opressão, onde essas mulheres reconstroem intersubjetivamente alguma paz.

Nesse caso, chama-se atenção as fotografias por elas produzidas:

Essa foto é a amizade que é muito forte mesmo! É chato a gente viver numa desunião! A gente tem que aprender a conviver. A amizade ajuda a suportar aqui, ter gente pra conversar ajuda (informação verbal).<sup>232</sup>

Figura 68 – Amizade (I)



Fonte: Registro de Ereneide.

Figura 69 – Amizade (II)



Fonte: Registro de Ereneide.

Nestas fotos eu queria mostrar a amizade! Que mesmo aqui, a gente pode ser alegre e ter amigos! Solidariedade! [risos] As meninas faziam pose pras fotos! Gostei muito dessas fotos! Elas são muito amigas. Todas as horas elas estão juntas todo o tempo. Eu gosto muito do jeito delas! (informação verbal).<sup>233</sup>

Figura 70 – Amizade (III)



Fonte: Registro de Ereneide.

Figura 71 – Amizade (IV)



Fonte: Registro de Ereneide.

<sup>232</sup> Entrevista de Juliana.

<sup>233</sup> Entrevista de Ereneide.

Elas são muito amigas! Aqui se não tem amizade, a gente não suporta a cadeia. Essa menina do meio é a Jenniffer, minha enteada. [risos] Eu conheci o pai dela aqui, só se fala só por telefone, ele também tá preso (informação verbal).<sup>234</sup>

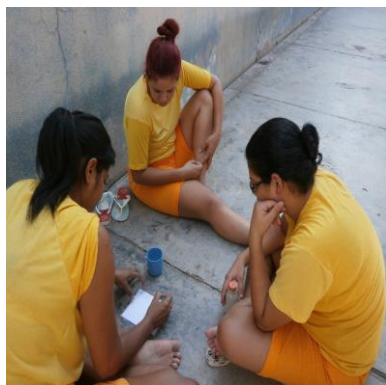
Figura 72 – Amizade (V)



Fonte: Registro de Juliana.

A gente joga! É o único divertimento nosso no raio! A Neuza está sempre nas fotos porque a gente é a dupla, jogamos uma pela outra! É bom, é gostoso, que a gente passa o tempo e nem vê a hora passar jogando! [risos] Se tivesse outros tipos de jogos como baralho, bozó seria bom! Eu não sei por que não tem! A direção que não deixa entrar, se pegar tira de nós! Acho isso pura maldade, porque aqui o tempo não passa, ele caminha em câmera lenta! Quando você acha que o tempo passou ainda é uma hora, ainda é onze horas! Da angústia, se pensa que é dia 28 de fevereiro ainda é dia 11 de janeiro, a gente quer que o tempo passe logo pra gente ir embora e não passa! Eu distraio a minha cabeça fazendo crochê, sai na pista jogo dominó, bozó com as gurias! (informação verbal).<sup>235</sup>

Figura 73 – Brincar de bozó



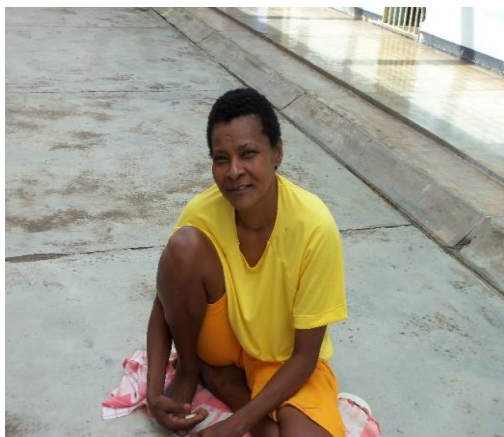
Fonte: Registro de Ereneide.

<sup>234</sup> Entrevista de Juliana.

<sup>235</sup> Entrevista de Ereneide.

Chamo ela de neguinha. Eu peguei ela sozinha, peguei e tirei, entendeu? Ela estava em harmonia, quer dizer que elas esqueceram que estavam presas e estavam só brincando né? Eu fiz outras, no momento que elas estavam brincando, simplesmente! (informação verbal).<sup>236</sup>

Figura 74 – Brincadeira (I)



Fonte: Registro de Ereneide.

Figura 75 - Brincadeira (II)



Fonte: Registro de Ereneide.

Eu não costumo fazer esses trabalhos, eu não sabia fazer crochê! Aprendi aqui. [risos] Eu quero aprender a fazer altos tapetes bonito. Se eu penso que vou enlouquecer aqui? Não! Ah cara... é chato, mas nós vai fazer o quê? Nada. Tem de aguentar. Não tem nada pra fazer, só crochê. E eu não sei fazer. Vou aprender ainda. Porque tem que fazer o cadastro (informação verbal).<sup>237</sup>

Figura 76 – As meninas do crochê



Fonte: Registro de Dinéia.

<sup>236</sup> Entrevista de Ereneide.

<sup>237</sup> Entrevista de Dinéia.



Essa foto retrata a Val e a companheira dela! Duas mulheres? Pra mim é normal! Não tem nada de diferente. Essa foto ficou muito bonita, é como as duas estão apaixonadas, olhando olho no olho. Mesmo agora que elas tão separadas no raio, estão em raios diferentes, não importa. Quando a gente gosta a gente gosta e se respeita. E ela continua ficar junta! (informação verbal).<sup>238</sup>

Figura 77 – O amor



Fonte: Registro de Dayana.

É a Jenifer e Eleniza, elas são amigas. Elas são vulgo. Vulgo é mulher macho. Mas elas não vivem juntas. [risos] As duas é vulgo. **Então vulgo com vulgo não brinca!** Elas pegam as outras mulherada, menininha! Essa morena só pega mulher bonita. Já a outra, não tem muita sorte, mas essa moreninha tem sorte! Não sei se a maneira que ela faz, ou é o jeito dela! Porque ela é muito carinhosa, entendeu? Até no jeito que ela se expressa com você, fala mansinho. Então ela pega mais que essa outra, essa outra não pega nada. Mas a morena só pega mulher que tá ganhando, entendeu? [risos] Minha mãe me ensinou que menina casa com homem, com rapaz, né, o casamento ele tinha que durar a vida toda, mas depois eu descobri que não dura né? (informação verbal).<sup>239 240</sup>

<sup>238</sup> Entrevista de Dayana.

<sup>239</sup> Entrevista de Ereneide.

<sup>240</sup> Quanto às dimensões de relacionamentos afetivos e sexuais, esse conjunto de vivências e depoimentos possuem pela liberdade da relação estabelecida entre mulheres e homens, fossem em condição de apenamento ou aguardando julgamento, como também funcionárias de diferentes atribuições no Presídio e sua manutenção, permitirá ulteriores possibilidades de recortes para artigos, no sentido de interpretar o caráter polissêmico destes discursos, ou gestualidades, procedimentos e ações.

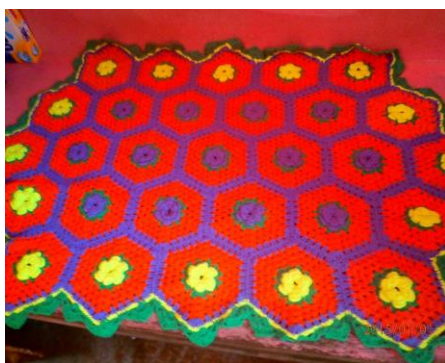
Figura 78 – As vulgo



Fonte: Registro de Ereneide.

Eu gostei de todos os trabalhos que a gente fez! Eu fotografei muito artesanato. A gente faz na cadeia pra sobreviver. Pra ganhar algum dinheiro. Uns pra comprar as coisas no mercado, é assim que o dinheiro corre aqui. A gente vende na rua. Todos os meus trabalhos eu dou pra minha mãe, irmã, cunhada. Eu fiz um jogo de banheiro como presente de aniversário e outro no Natal pra minha irmã. O crochê também ajuda a gente a manter a cabeça distraída, ocupada, o tempo passa rápido. Tem mulherada que faz um tapete em dois, três dias! Eu faço cada tapete oh! Eu mesmo fico só no meu barraco, faço um lindão em um dia! (informação verbal).<sup>241</sup>

Figura 79 – O crochê



Fonte: Registro de Juliana.

Fiz muitas fotos de crochê! Essa tartaruguinha [risos] já andou muito aqui! [risos]. Teve um tempo que as presas mandava celular de um raio pro outro dentro! [gargalhadas] E o legal era que quem levava era os agentes! Mas eles não sabiam! [risos] a gente falava ‘oh, agente! Leva pro raio tal, fulana quer de amostra pra fazer outra!’ Mas quando descobriram!!! [risos] (informação verbal).<sup>242</sup>

<sup>241</sup> Entrevista de Juliana.

<sup>242</sup> A entrevista não pode ser identificada.

Figura 80 – A tartaruguinha



Fonte: A autora não pode ser identificada.

Quando veio essa limpeza do sistema dentro do presídio, isso mudou! Eles levou tudo, nós tinha garrafa térmica de água, de café, tudo tinha dentro da cela, cada uma de nós tinha a sua. Era pra colocar agua gelada na grande e café na outra! Na cela, é bem quente. ‘Ué, se a comida vem quente no isopor, e se nós usa o isopor e fazer uma térmica pra manter água gelada?’ Desmanchei o isopor, tirei, cortei de comprido uma cartela, cortei o fundo e fui montoando elas, uma em cima da outra, coloquei na tampa, passei insulfilme em volta. Juntei um bocado de térmica, já fiz uma pra mim, depois fiz quatro térmicas, uma pra cada uma das celas. Nós ia no bebedouro colocava água nas nossas garrafinhas! [risos] Acabou que eu fiz no raio 1, 2, 3, 4. Hoje todo mundo tem e toma água gelada quando está na tranca! (informação verbal).<sup>243</sup>

Figura 81 – Invenção de isopor



Fonte: Registro de Doralice.

<sup>243</sup> Entrevista de Doralice.

Se há de um lado, um aparato institucional regido por um regime de verdade que impõem um saber-poder-disciplinador normativo, de outro, há um cotidiano regido por uma estética-expressiva capaz de reconstruir a cumplicidade da pertença solidária numa comunidade de afeto, os sentidos da amizade, da ludicidade, do gozo, da alegria, do cuidar mútuo. É a utopia possível num espaço de desumanização. Com os fios da solidariedade, da cumplicidade, do afeto, as sociabilidades de fronteira tecem outros sentidos socioculturais capazes de recriar laços comunitários da pertença alargada, do cuidar mútuo e de utopias possíveis.

As subjetividades feridas postas em contrastes com a subjetividade de fronteira, desloca a zona de contato dos centros para a abundância da hibridização das margens, criando-se rupturas e alternativas possíveis contra a solidão, a discriminação, a ausência de comunicação com o mundo externo. Para as mulheres subalternas encarceradas é justamente no alargamento de uma comunidade do afeto, da solidariedade, da lealdade, do apoio, que reside uma das experiências pacíficas, que se opõem a um inimigo que insiste na violência, carregando a emergência da concretude do mundo vivido não como algo abstrato, mas como experiências pessoais capazes de expandir para o presente, a paz desejada.

#### 7.1.2 Mãe é mãe, o resto é manha!

Não se pode deixar de notar que na família nuclear moderna à sombra de um pai agressor, de um marido opressor, por vezes esteve uma mãe em desequilíbrio de poder, amarrada a complexas teias da masculinidade hegemônica violenta, enfraquecida, sem qualquer fonte de poder no interior do espaço doméstico regido por um sistema patriarcal, estando ela própria, mergulhada na experiência de múltiplas opressões. E como se viu nas trajetórias pessoais das mulheres em regime de reclusão<sup>244</sup>, as práticas da maternidade deram origem a formas distintas de saber, de critérios de verdades, e a certo tipo de relação social pautada em vivências de ansiedade, insegurança e medo, circunscrevendo relações de opressão que as remetem a uma situação que é política, porque toda opressão implica numa política de opressão.

Mães estão em todos os lugares, em todos os tempos, cultura, raça e classe. Todavia, não constituem um todo monolítico, essencializado ou universal em seus modos de ser e de estar no mundo, pois a maternidade pressupõe um conjunto de ações sociais, culturais,

<sup>244</sup> Refere-se aqui aos depoimentos pessoais, às narrativas de outras mulheres visibilizadas pelas imagens fotográficas dispostas não apenas neste capítulo, mas também ao longo de todo texto da tese.

ideológicas, discursivas definidas que orientam seu papel na sociedade. E nisso, o arquétipo do cuidar dos filhos/as e da pacificidade, da representação da mulher-oprimida como alguém sem opção, ou ainda pautada num determinismo biológico, sem sombra de dúvidas tem sido a mais utilizada ao representá-la no imaginário social.

Mas nem sempre vigoraram esses parâmetros, conforme demonstraram Amadiume (1997; 1998) e Oyewuni (2005). As sociedades matrifocais, matricêntricas sofreram os impactos da opressão do período colonial, ora como destituição do estatuto social dos poderes materiais e simbólicos do feminino, ora transfigurando as diferenciações entre homens e mulheres num atributo do biopoder da diferenciação sexual.<sup>245</sup> Para o presente estudo, compreende-se a maternidade como um discurso e prática política, constituído de um denso corpo axiológico, praxiológico, cognoscente, sobre o qual se inscreve uma gramática polissêmica de significados culturais, políticos, sociais, cuja gesta colonialista e patriarcal fez do corpo-mãe um princípio de regulação para a hierarquia social fundada no determinismo biológico de gênero, invocando privilégios e desvantagens sociais pela via dos dimorfismos sexuais.<sup>246</sup>

A experiência da maternidade como fenômeno sociocultural que é situa-se numa zona de fronteira, cujas vivências dão origem a uma constelação de diferentes hibridismos da ordem epistemológica, de universos simbólicos, de cosmologias, de poderes. E quando posta em contraste com as concepções dos discursos e práticas de segurança, numa ecologia de trans-escala, têm-se, de um lado, a reafirmação de que as relações sexistas emudecem a maternidade de conviviabilidade e de reconciliação. E de outro lado, na perspectiva pós-abissal, a maternidade pode ser a concretude de experiências de saberes e aprendizagens educativas da paz transformadora do presente mundo violento.<sup>247</sup>

Em termos de um conceito advindo das relações internacionais e da ciência política das quais os estudos para a paz subsidiam, pressupõe um confronto cognitivo, ontológico, político e social com o poder patriarcal, porque é uma luta que não afeta apenas as mulheres. É uma luta pela Paz, pela maximização da justiça social individual e coletiva, revelando como possibilidade de transformação social do mito da eficácia da violência numa cultura de paz, no sentido abordado por Ruddick (1995), em sua obra *Maternal Thinking*.

<sup>245</sup> No bojo dessas mudanças, a família nuclear é genderificada por excelência, e o determinismo biológico de gênero transformado numa categoria sociocultural e política do colonialismo na modernidade.

<sup>246</sup> Como dito em capítulos anteriores, na conjuntura do colonialismo-hétero-patriarcal, como poder interseccional de destruição de sistemas ginecocracia, era crucial para a ordem hegemônica do sistema mundo a destruição de estruturas sociais bilaterais complementares entre homens e mulheres.

<sup>247</sup> Subjaz a compreensão de que todos os domínios do conhecimento da paz interagem questões transversais e interseccionais de gênero, raça e classe.

A autora ajuda a interpretar e compreender a maternidade numa dimensão pacificadora, alicerçada na ética da não-violência que contrapõe a política de segurança internacional centrada no uso do militarismo, da mercantilização do imperialismo, no colonialismo, no hétero-patriarcado. Em macroescala, põe em revelo a paz como uma das muitas experiências desperdiçadas pela racionalidade moderna. E é ela, a maternidade pacificadora, em microescala a voz a reivindicar sua própria libertação de uma geografia da territorialização retraída, que a coloca no círculo vicioso de perpetuação de opressão.

Ante as experiências de maternal que marcam as trajetórias pessoais das reclusas, seja como filhas ou mães, parafraseando Santos (2007), percebeu-se quatro tipos de experiências de sociabilidade maternal: a violência, a coexistência, a reconciliação e a convivialidade; todas elas inscritas numa teia complexa de poder pertencente à ordem das ausências e das emergências, porque cada uma dessas sociabilidades são, ao mesmo tempo, produto e produtoras de uma constelação específica de saberes e normatividades que tendem a favorecer a guerra ou a paz.

Por essas trajetórias pessoais, do lado de cá como ausências, identificou-se a primeira maternidade, que é aquela imanente da convivialidade da violência de gênero. Envolve-se numa linha abissal hétero-patriarcal normativa hegemônica, que transforma o corpo-mãe como incapaz de se definir a si próprio, que reside no confinamento de uma identidade maternal subalternizada, emudecida pelas experiências de violência.

No caso da sociabilidade da violência, por vezes, nos espaços domésticos, a maternidade precipitou-se aos abismos da prática do infanticídio; se outrora eram mulheres presas a um círculo de violência da sua própria opressão, são elas agora praticando a opressão sobre aqueles/as extremamente vulneráveis, no caso as crianças. A segunda, atrelada à primeira, é a coexistência do apartheid cultural, que trata-se de uma sociabilidade maternal assentada na distintividade geopolítica que maximiza a diferenciação sexual e de gênero feminino como a despolitização do privado, e a maximização da cidadania pública do patriarcado.

Em ambos os casos, chama-se atenção ao registro abaixo<sup>248</sup>:

A gente é curiosa, outro dia eu não resisti. Chegou uma aqui, tipo se vê que não é do crime, e como essa moça foi humilhada pela chefe de disciplina. Eu perguntei pra ela por que estava aqui, ela disse que era porque o marido é da polícia militar, batia muito nela. Ela pediu pra separar, chegou a sair de casa, ele foi lá com uns colegas de farda, disse que ela tinha droga em casa e trouxe ela presa. Diz ela que ainda

<sup>248</sup> E também, como já assinalado anteriormente, ao descrever o nominado raio do seguro.

falou pra ela, que agora ela vinha pra cá, na próxima vez, ele mata. Você tá entendendo? Quem não enlouquece ouvindo essas histórias?! To louco! (informação verbal).<sup>249</sup>

Por exemplo, você pergunta ‘Por que você tá aqui?’, a presa responde ‘Dei veneno de rato pra minha filha, porque tinha ciúmes dela com meu marido!’ Pensa um dia você ouvi isso. No outro dia, curiosa como somos, entra outra e eu pergunto ‘Tá aqui por quê?’, a criatura responde ‘eu enforquei, matei meus dois filhos enforcados pra seguir meu companheiro, porque ele não me queria com filhos’. Tá entendendo? Uma que deu veneno, outra que enforcou o filho por causa de macho! (informação verbal).<sup>250</sup>

O infanticídio adultera, estigmatiza e desperdiça as profundas experiências emancipatórias das mães. Nessa conjuntura, há ao menos duas mortes, uma que é da infância, e a outra da maternidade com possibilidade humanística e histórica, com potencialidade contra-hegemônica das oprimidas libertarem a si e aos seus opressores, tendo em conta a maternidade como dispositivo heurístico, com capacidade de incender a reflexão epistemológica, ontológicas, políticas de construção de práticas sociais e culturais a respeito da paz, tanto como ordem simbólica intersubjetiva, como política institucional e de Estado.

A complexidade da construção social da maternidade, quer num caso (infanticídio) ou noutro (feminicídio), ambos são amarrados a uma teia de significados sistêmicos normativos e culturais. Embora vistos como rivais, nascem do mesmo tronco, que é o sistema de poder patriarcal com suas atrocidades sexistas, marcando em carne viva a subjetividade ferida dessas mulheres. Esse amálgama faz lembrar Freire (1970, p. 20), quando ele sentenciou que a luta dos oprimidos “somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos”.

Do lado de cá no encarceramento, como emergência, identificou-se a sociabilidade maternal da convivialidade, que é aquela precha de possibilidades de rupturas dos desequilíbrios de poder masculino hegemônico herdado do passado, de modo que não continue a se reproduzir num contínuo círculo de opressão. Baseia na ideia de justiça restauradora, capaz de fraturar as ausências criadas pela sociabilidade da violência e do apartheid, sanando os agravos da opressão do passado não cicatrizado de uma subjetividade ferida. Liga-se a esta terceira sociabilidade maternal, como emergência, a sociabilidade maternal da reconciliação, aquela voltada ao futuro, onde há a ressignificação do passado de abusos de toda ordem, que dilata no tempo presente a paz, e contrai um futuro sem violências.

<sup>249</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora com 11 anos de experiência profissional.

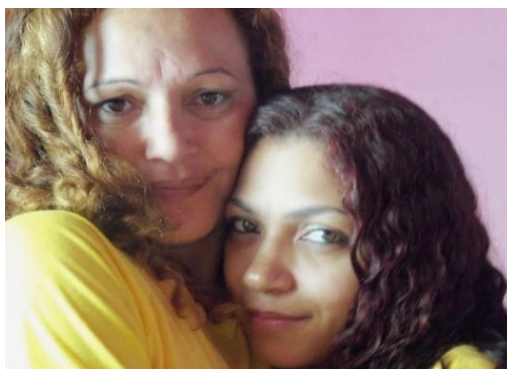
<sup>250</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora com 17 anos de experiência profissional.

Ainda, alicerça-se na intersubjetividade de processos educativos de trocas igualitárias, na autoridade partilhada, na cooperação comunitária, no cuidado, na equidade, na justiça e no amor.

As iconografias produzidas pelas participantes da pesquisa subsidiam o argumento de como se expressam, daquilo que pode ser traduzido como uma maternidade alargada da convivialidade e da reconciliação, e isso é dito por via das fotografias:

**Quando eu fiz essa foto, eu pensei em Mãe. Quando ela abraçou a outra, eu senti calor de mãe nela.** Eu disse ‘Não, essa daí eu quero, pode abraçar’. Eu imaginei uma foto de dia das mães, porque mãe pra mim é tudo! Elas são duas amigas, mas quando você olha a foto não sente que aí tem calor de mãe? Mãe e filha? Ela abraçou ela com muito carinho, eu senti sinceridade no amor delas duas, entendeu? Eu abracei ela. Ela é muito gente fina essa menina. Trabalha bem ela. Elas tão em harmonia né? Eu gosto dessa menina! (informação verbal).<sup>251</sup> [grifo nosso]

Figura 82 – Carinho de mãe



Fonte: Registro de Ereneide.

**A dona Dalva é como a minha segunda mãe. Ela conversa comigo, me alerta pra coisas da cadeia, entende? Cuida de mim.** Quando ela caiu no seguro, as meninas já conheciam ela, porque ela é de Cáceres, e todo domingo vinha visitar a filha que tava presa aqui. Ela é uma guerreira, essa filha dela morreu, e ela tá aqui por causa do filho (informação verbal).<sup>252</sup> [grifo nosso]

<sup>251</sup> Entrevista de Ereneide.

<sup>252</sup> Entrevista de Taynara.



Figura 83 – Minha segunda mãe



Fonte: Registro de Taynara.

Essa é minha mãe, ela nunca deixa de vim me ver. Minhas filhas não vêm me visitar, porque mora no município de Sinop, e pra minha mãe vir com elas é difícil. Quando vêm é só no Natal. Porque minha mãe já é de idade, vem carregando sacola na mão, e ainda têm que trazer as três meninas, elas pagam passagem de ônibus tem muito gasto, tudo isso fica difícil em ver minhas filhas. Então não tem como elas virem me visitar. (informação verbal).<sup>253</sup>

Figura 84 – Minha mãe



Fonte: Registro de Juliana.

<sup>253</sup> Entrevista de Juliana.

Mas como ausências, no âmbito da diferenciação de gênero, a maternidade se revela altamente problemática na penitenciária, agravada por um sistema de justiça misógino e sexista, no uso do poder como arma a descarregar violências de gênero. Por ela, reifica-se a necropolítica do Estado, reforçando o fascismo da prisão que vê essas mulheres como lixo-humano, negando a elas qualquer possibilidade maternal de justiça social e cognitiva de gênero, conforme descrito no episódio abaixo:

#### Episódio 19: gravidez e amamentação no presídio

Hoje ao sentar no banco de entrada, próximo ao corpo da guarda, aproveitei para perguntar a uma das agentes que compõem o corpo administrativo, como ela percebia a situação das mulheres grávidas na penitenciária. E ela me faz uma revelação **“acho que você não lembra de uma grávida, uma mulher negra, ela trabalhava de puxar o lixo, ela tava com uma barriga enorme?** Ela era o caso que tinha matado os dois filhos no interior!”

Apenas escuto a narrativa, mas me lembro sim dela, inclusive num dia de frio e chuva, ela descalça, o tamanho da barriga indicava uma avançada gravidez, e ela com uma outra colega de raio puxando do lado de fora uma carroça com sacos de lixo de toda a cadeia. E segundo confidenciou a direção, **ela estava aqui mas sequer tinha tido julgamento, o juiz mandou ela pra cá, porque a reclusa quase foi linchada na cidade em que morava em virtude da repercussão do caso.**

E a agente continua:

**Eu olhava pra essa mulher com desprezo, porque o caso dela era o caso que tinha matado os dois filhos.** Quando ela passava por mim, baixava a cabeça, não conseguia nem olhar, porque ela sabia do meu desprezo, chegava até ser ódio. **Eu pensava ‘Deus, como que uma mulher dessa engravida de novo? Essa mulher não pode ter um filho!** Isso aí é um monstro, isso aí não é mãe! Ela já estava lá mais de três anos ou mais, mas não tinha sido julgada, nem condenada! E engravidou na prisão! Vou te contar como foi o parto dela. Como ela tirava o lixo, auxiliava na limpeza das salas da administração, eu comecei a observá-la mais de perto. Comecei a ver que ela acariciava e conversava com a barriguinha quando estava sozinha. Então, no dia em que ela pariu, ela passou o dia trabalhando, e eu percebi que ela tava meio estranha naquele dia!

**Ela não ia às consultas dos médicos ginecologistas na penitenciária, ela foi uma semana antes né? Começa a fazer semanalmente, e bem naquela semana é a semana que ela tava entrando em trabalho de parto... Então era previsto... já estávamos tentando tirar ela dela, por isso que a direção pessoalmente conversou com o juiz pra tentar liberar ela,** porque nós sabíamos que, na próxima semana, ela teria a criança! Dois dias antes, ligaram do fórum ‘já avisaram pra vocês de uma presa pra sair?’ **‘acabei de falar com o juiz aqui, ele negou a saída da Luci!’**

**No outro dia, a Luci passa o dia todo no raio gemendo para ter o filho, não tinha médico na unidade, nós entramos em desespero, e nesse dia, eu tinha ficado até as 8 horas da noite, me ligaram**

**falando que o alvará chegou, a ordem veio de fora, veio de um desembargador não sei da onde lá, liberando a Luci.** Esperei a diretora chegar, fui na cela chamar a presa e ela estava em trabalho de parto, **colocamos ela dentro da viatura do sistema e fomos embora pra o hospital.** Ela já tinha estourado a bolsa, **no meio do caminho! No caminho eu olhei pra ela, ela só olhou pra mim e falou assim ‘dona X! Tá nascendo, tá nascendo’.** E assim foi! **Era uma menininha.**

Em relação à amamentação? As que amamentam ficam em Cáceres! Aquelas que você viu algumas amamentando, ah tá! Não, não é caso diferente! Ela foi presa e tem uma criança de colo, a gente permite que a criança vá amamentar duas vezes por dia lá, você dá essa oportunidade porque é mãe né? É um direito que ela tem e a gente não priva nenhum direito, então é amamentado lá! Mas não tem um local específico pra elas, elas ficam ali na revisoria!

A estrutura, infelizmente, da unidade penitenciária feminina tem que mudar, inclusive **o POP ele não é feito pra mulheres! Ele foi feito no geral pra homens, você não pode algemar, qual é o algemamento que pede no POP? Algemamento pra trás, como é que eu coloco uma gestante algemada pra trás? Se ela tem uma queda ninguém protege aquela barriga... né?** Não tem, não tem esse uniforme? ‘Ah são apenas dois pares!’ Opa mas é mulher, é diferente, a toalha é apenas uma toalha? Aí você lava e faz o quê?

Ao término da nossa conversa, ainda tocada pela escuta da narrativa enquanto aguardava na sala de entrada da revisoria, outra cena do cotidiano ligado à dinâmica da condição de maternidade saltou-me aos olhos. Logo que sentei no velho sofá da revisoria, percebi que uma das “detentas” se encontrava algemada próximo à janela, naquela já conhecida posição “cara pra parede”, ou melhor, “choro pra parede”. A jovem chorava convulsivamente, era bastante jovem, uma aparência expressiva de extremo sofrimento, muito magra, negra de cabelos curtos e crespos, desleixados, acentuados pela precariedade do uniforme da penitenciária, bermuda e camisa laranjada, pés no “chinelinho da penitenciária”, unhas dos pés por limpar, denunciando a pertença societal das advindas das regiões de pobreza social.

Depois de algum tempo, uma das agentes da contenção se aproximou da detenta, retirou-lhe as algemas e a colocou sentada numa cadeira de madeira, tipo universitária, com os “braços de apoio” ligeiramente quebrados. A revisoria é na verdade a recepção de entrada para os raios, onde as pessoas se identificam. A jovem ficou exposta a toda sorte de olheiros que ali chegaram.

Atenta à cena, percebi que ao ser desalgemada, um choro convulsivo e um grito solto da garganta ecoou pela pequena sala. Logo em seguida, adentrou na pequena sala um jovem negro, carregando nos braços uma pequena criança, um bebê de meses. **A jovem, que já chorava, ao receber em seus braços para amamentar a criança, deu início a uma sessão de choro: ela, a mãe, de um lado, e a criança de outro, a chorar.** Uma simbiose, que me tocou profundamente. Fiquei ali diante daquela cena a chorar! Não consegui reter o choro preso na garganta. Chorei a nossa humanidade perdida em meio a tanta desumanidade, criança e mãe vítimas da mesma precarização. Saí da sala de recepção por não suportar a cena. Silenciosamente do lado de fora, lágrimas insistentes caíam dos meus olhos.

Outra voz de revolta se ouviu diante daquela cena, era uma das agentes que comigo observava a cena, a mesma que trouxe a reclusa do raio, olhos em lágrima, ela me disse:

**A presa fica o dia todo com os seios inchados, e ela amamenta só em um dos seios, porque no outro seio ela tem um tumor, não pode amamentar! Essa é uma boa história pra você relatar em seu trabalho. Poxa, é de doer essa cena da menina amamentando o filho que não tem nem seis meses, todos os dias cedo é isso. Ela chora, a criança chora. Eu não gosto nem de ver. As enfermeiras poderiam ver isso, comprar uma bombinha de sucção do seio, dessas que usa pra coleta de leite materno. A bombinha não deve ser cara. A criança amamenta só de manhã, e o resto do dia? Isso poderia ser feito de manhã quando ele vem mamar, daí retiraria o leite, colocaria nas garrafinhas e levaria pro resto do dia pra criança, né? E outra coisa, a menina sofre o dia todo, o seio fica endurecido do leite, ela tem que ficar espremendo os seios, jogando o leite na pia. Um sofrimento. Esse pessoal da enfermagem deveria ver isso. Não é mesmo?**

Ante a indignação da agente, fiquei pensando que os sofrimentos dessas mulheres sequer são vistos, estão totalmente ausentes dentro de um sistema em que se alimenta da violência, sendo ele próprio o violador dos corpos-mães dessas mulheres. Um sistema pautado na masculinidade, pensado para homens, assentado numa política de segurança bélica, incapaz de perceber as condições de violência, sobre a qual, a natureza de gênero da violência social e cultural tem sido inscrito como gramática de guerra sobre os corpos dessas mulheres, envolvidas numa teatralidade da violência patriarcal. O gênero feminino é invisível.<sup>254</sup> [grifo nosso]

Quanto mais precários são os processos democráticos na sociedade, mais precárias são as condições do encarceramento. A prisão apenas assevera as exclusões abissais, e revela a face perversa da necropolítica do Estado. No caso do feminino, revela-se na face de uma ontologia suicida, que mata qualquer possibilidade de reinventar outra ordem que não a violência. Mas cada uma dessas mulheres em reclusão recria com os elementos que são disponibilizados a elas, uma outra realidade possível. E a sexualidade ocupa uma posição emancipatória fundacional a uma paz possível no interior de um sistema que as desumaniza<sup>255</sup>.

Na próxima seção, perseguindo ainda o legado da violência doméstica nas trajetórias de vida dessas mulheres em reclusão, pretende-se construir um diálogo que reafirma que a violência do patriarcado é a gênese da delinquência a que foram envolvidas essas mulheres. Embora as informações oficiais apontem para o envolvimento com o narcotráfico como a primeira causa que as levam ao encarceramento, defende-se o argumento de que é ele, o

<sup>254</sup> Registro de campo da pesquisadora.

<sup>255</sup> Destaca-se que o estudo não se encerra, e portanto, tratar-se-á da dimensão alargada da sexualidade no prisão em outras publicações científicas, a exemplo artigos científicos.

narcotráfico, um dos fenômenos de agravamento das contradições sociais gestada no interior do capitalismo e reforçado pelo patriarcado.

## 7.2 A violência de gênero, narcotráfico e pobreza

Nesta sessão, ainda perseguindo o legado da violência doméstica como um dos fatores do agravamento da delinquência feminina, problematiza-se o enovelamento que há entre a violência de gênero e o narcotráfico, como um dos fenômenos de agravamento do empobrecimento social e material. No caso brasileiro, acompanhando a tendência mundial, o encarceramento feminino cresceu 567% em 15 anos, entre 2000 e 2014. Isto é, de 5.601 subiu para 37.380 as mulheres em condição de detenção, em sua maioria por tráfico de drogas, sendo 68% das prisões<sup>256</sup>. As políticas de enfrentamento ao narcotráfico se relacionam intimamente com o “combate” desenhado e imposto pelos Estados Unidos, que nada mais é que o tecido de outro revestimento de penetração império-colonial nos estados periféricos e semiperiféricos. Trata-se de uma política na qual os únicos encarcerados são viciados, podres, miseráveis e negros/as, os mesmos cooptados a trabalharem no comércio de rua de entorpecentes, ou para uso, ou para subsistência de si e de membros da família, em detrimento da inoperância estrutural de criminalização das mega-agências transnacionais do rentável mercado financeiro dos narcóticos.

No interior dos sistemas de globalização econômica, do hétero-patriarcado e do colonialismo, a associação entre narcotráfico, violência doméstica e de gênero, não é de forma alguma desconexa, ao contrário, gravitam em uma mesma órbita, sendo processos autônomos, mas interligados de modo interseccional, que se confundem com a própria lógica de guerra e masculinidade. Por isso, reafirma-se que nenhum sistema social poderá se auto definir como igualitário, pautado em exclusões e discriminação dos grupos e pessoas subalternizadas consideradas incivis, expostos permanentemente a processos de apropriação e violência como ordem civilizatória.

A narrativa da trajetória pessoal que se segue, expõe como essa constelação de poderes se manifesta na concretude da vida do encarceramento:

**Eu tenho 75 anos, e aqui no presídio que me chamam de ‘Vovó do pó’, ‘vovó da maconha’, tem cinquenta e quatro anos que eu fumo maconha. Às vezes quando tô assim em uma situação dessa, que eu acho que é coisa do destino, às**

<sup>256</sup> Nos dados que integram o INFOPEN (Sistema de Informação do Sistema Penitenciário), estão aqueles que se referem a mulheres, levantamento nacional de informações penitenciárias do Ministério da Justiça brasileiro.

vezes os orgulhos dos nossos antepassados, que tudo discriminava né? Dai tudo que atrapalha na vida do ser humano, caiu sobre mim. Outras vezes, eu acho que foi o carinho que não tive, os meus pais lá no Nordeste era muito rígidos. Meu pai era muito rígido, eu era filha única, minha mãe teve 12 filhos, seis homens e seis mulheres. Morreu um homem, e morreu as 5 mulheres, só ficou eu.

**Com a idade de 18 anos**, quinze dias depois que tive meu filho, meu pai expulsou de casa, ele não me queria com filho na casa dele. Eu estava grávida e não sabia! Minha mãe foi me procurar, que mãe se preocupa muito com os filhos, me achou no cabaré, e naquela época, mulher era menor de idade até 21 anos. Minha mãe me levou pra casa da minha tia, pra irmã do meu pai, até ganhar neném, mas meu pai falava que não queria eu naquela cidade, que quando eu tivesse o filho, eu iria embora pro Rio de Janeiro, pra casa de um irmão, e ainda disse assim **‘se for fêmea’, era pra minha mãe fazer qualquer coisa, ‘dê pra algum parente se quiser ou mata, porque outra fêmea dentro de casa é só pra passar vergonha, e se fosse macho ele criava’**. Nasceu um menininho macho, muito bonito, loiro. Meu pai gostou e falou ‘O menino fica com a gente, mas ela não, vai pra fora da cidade, ela sempre falava que queria conhecer o mundo agora ela conhecerá o mundo!’ Quando eu fui posta pra fora de casa, na hora eu estiquei a mão pra tomar a benção do meu pai e ele baixava a cabeça, era vergonha, muita vergonha do que aconteceu, dou razão ao meu pai. Quando meu pai soube que eu fiquei grávida falou assim **‘Olha, quando fazer quinze dias esse menino, eu vou te dar um remédio pra tu nunca mais parir filho de cabra sem vergonha e tu vai embora pra casa do teu irmão!’** Meu pai me deu um remédio com 15 dias de nascido pra eu nunca mais ter outro filho. Eu só tive um filho, e esse remédio dele nunca mais eu peguei barriga, e também tive muita saúde, porque todo mês vinha certinho [menstruação], sem dor sem nada. Eu só amamentei 15 dias meu filho.

Daí ele me colocou, me embarcou num naviozinho, me lembro até hoje, chamava Orion Primeiro, era da costeira, com um patuá no pescoço, era um patuá de carrapateira, aquela que tem uma sombrinha, e eles fizeram um cordão colocaram no meu pescoço, que era para os peitos secar. Eu fui nesse navio até Rio de Janeiro, chegou no Rio, o capitão do navio ainda falou assim ‘Você ainda é muito criança pro seu pai mandar embora pro Rio de Janeiro, pra casa de parente’. Ainda falou que não ia deixar eu descer a bordo porque eu era uma menina inteligente, sabia ler, então, eu tinha a minha cabine, trabalhava 6 horas todos os dias no remo, era só pra levar o remo, bombordo boreste, e eu tinha muita atenção. Quando foi um certo dia, o velho capitão falava pra mim que era viúvo, que se eu quisesse ele me levaria embora, pagaria uma casa no Guarujá pra mim morar, mas eu não gostava do velho. O velho falou assim ‘Olha, você, se aceitar, você desembarca em Santos, eu vou levar você até minha casa, eu sou viúvo e você fica, eu tenho meus dois filhos, não precisa nem meus filhos saber, eu vou falar que você é filha de um grande amigo meu’.

Mas eu nunca gostei de traição, isso não é comigo não. Você acredita que, quando eu desembarquei do navio, que o velho me levou pra casa dele, no caminho, ele falou ‘Judith, você é uma criança muito inteligente, eu já falei pra minha esposa que eu tô levando você pra minha casa, você vai estudar e ajudar só nos pequenos afazeres de casa’.

Eu cheguei, fui bem recebida, a mulher era uma criatura tão boa. A mulher me agradou muito, ela era um amor de gente, eu também ajudava ela a lavar, passar, eu não deixava ela fazer nada, a roupa dela era toda fervida. Até hoje eu peguei a mania, minha roupa de casa também é toda fervida.

Ele começou a fazer uma casa no Guarujá, era de madeira a casa, então ele me levava só pra entregar os pregos, eu fiquei indo, fui umas três vezes, quando chegou lá ele queria me alisar, daí eu falei ‘Pra começar, você falou que era viúvo e você não é, sua esposa é uma boa pessoa, eu não tenho coragem de trair ela!’ Ele ficou de cara feia, foi ficando nervoso. Na quarta vez, eu falei pra ela (a esposa), ela era catarinense ‘Não deixe mais eu ir com aquele velho lá pro Guarujá, pra ajudar ele lá na casa’. Ela falou ‘Por que minha filha?’ ‘É por nada não, eu não quero ir’. Ela desconfiou...

Quando foi no outro dia, ele ‘Vamos Judith, se arrume que nós já vamos’.

E ela falou ‘Judith não vai mais pro Guarujá’.

O velho ficou nervoso, ficou furioso, já pegou uma discussão grande com a dona, ela não queria falar o que eu tinha falado pra ela, e ficou aquela desavença.

Passou uns dias o véio arrumou um casamento pra mim com um baiano. Eu falei pra ele **‘Jamais eu faço isso. Não caso com esse baiano que o senhor arrumou pra mim casar’**. A dona até torcia pra eu casar com esse baiano, baiano trabalhador, era arquiteto, mas quando eu olhava pra cara do baiano dava uma tristeza em mim, eu não ia com a cara dele. Eu falei pra dona ‘Eu não vou casar com esse baiano não, porque eu não gosto desse baiano, eu quero ir embora pro Rio de Janeiro, pra casa do meu irmão’. Daí, eu mandei avisar pra meu irmão no Rio de Janeiro que viesse me buscar em Santos. Meu irmão veio, me levou pra casa dele. Quando eu cheguei na casa dele, ele era rígido igual o pai. Ele também pegava os filhos de pau, eu ia pro colégio com os filhos dele, e quando chegava, era pra por carne moída na boca dos galos de briga, ele tinha uma rinha com galo de briga, em Barra Mansa. Eu que tratava dos galos, que dava remédio. Mas teve um dia quando ele foi pegar os filhos dele, as meninas que saía do colégio foi pra praça e eu também, quando eu vi aqueles escorregador, eu escorreguei, brinquei nem preoquei com ele, com isso ele quis me bater.

Com isso, **eu fui embora pra Santos, eu não procurei mais o velho pai, aí eu fui pra zona [área de prostituição]**. Quando eu cheguei em Santos, eu falei ‘Vou trabalhar de garçomete’, tinha aquelas boates bonitas na Vila do Brás, muito gringo chegando de viagem, aí fui me empregar de garçomete, mas não me deram emprego, porque eu era de menor, porque naquela época, 21 anos ainda era menor, tá certo. Quando cheguei em Santos eu não achei trabalho, meu sonho era sair pra trabalho, pra trabalhar. **Eu fiquei na beira do cais, arrumei um colega de bebedeira. Mas eu chorava, parecia que meu filho sentia tanta saudade que meu peito pingava leite. Na beira do cais, eu comecei a roubar os gringos junto com a mulherada. Eu queria dinheiro, meu sonho era eu aprumar na vida, pegar um dinheiro bom e comprar um cantinho na beira-mar e fazer uma pousada.** Eu sou apaixonada pelo mar, minha vida todinha, minha juventude foi morando na beira do mar, eu morei numa Ilha e da janela eu pulava dentro mar. Então eu falei ‘Não, eu vou juntar dinheiro, mas eu vou trabalhar!’

Quando eu fiz 21 anos, eu fui trabalhar. Eu trabalhei 10 anos de garçomete, mas sempre tinha aquela história, **quando eu botava pra chorar, que me dava aquela saudade do meu filho, do meu pai, da minha mãe, dos meus irmãozinhos pequeno... Vixi Maria, era uma saudade que eu ia começando chorar. As mulheres falavam assim ‘Eu vou te dar um cigarro de marijuana [risos], fuma marijuana Judith, tu vai acalmar totalmente, tu vai sorrir ao invés de chorar’**.

Eu falava ‘Mas como é o nome disso?’, ‘Marijuana’. Mas essa tal de marijuana eu já conhecia de pequena, mas não era marijuana, era liamba de caboclo. [risos] Porque nós tinha um açude na nossa terra e minha mãe lavava roupa lá, e eu era pequena e ia também com ela, minha mãe não desapegava de mim, não me deixava só em canto nenhum. Eu ficava em baixo dos pés de impaúva que é o lugar que mais dá maconha, mas eu não conhecia a maconha, conhecia a liamba de caboclo. A liamba de caboclo é pra dar banho, pra tirar as dores do corpo, era bom pra tudo! E era a maconha. A gente fazia boneca com sabugo, bonequinha disso e daquilo [risos] e era tudo marijuana! Fazia salada, comidinha pras boneca, eu era criança, mas eu me lembro de tudo, aí eu ficava, fazia o cachimbinho.

Quando na boate, toda vez que eu fumava a marijuana já tava gostando, porque toda vez que eu fumava ela eu desabafava, chorava, chorava depois eu me conformava. E fui indo. Depois que arrumei meu trabalho, falei ‘Não vou roubar mais ninguém, porque agora eu estou trabalhando, a única coisa que vou fazer é fumar a marijuana!’ Porque eu me sentia mais forte pra encarar a separação do meu filho. Quando foi a primeira vez que elas deram eu falei ‘Isso não é marijuana não, isso é liamba de caboclo’, ‘Não, é marijuana’, aí eu falei ‘Não, é liamba de caboclo é o mesmo cheiro’, elas riam.

Ai quando foi um dia, a gente trabalhava no Chave de Ouro. Mulher do Chave de Ouro não descia lá no porto pra pegar marijuana não. Chave de Ouro era uma casa, uma boate, era onde eu trabalhei, era uma boate/restaurante, muito chique, bar, boate, era tudo! Eu trabalhava no reservado com bebida, os vinhos que chegava quando eles davam bobeira eu pegava mesmo o dinheiro [risos].

As mulheres de lá falavam assim ‘Judith todo mundo gosta de você’. **Porque as mulheres do Chave de Ouro não podiam descer lá naquele beco pra buscar marijuana, porque pra eles era baixa categoria né? Eu falava ‘Porque vocês não vão comigo lá pegar marijuana?’** ‘Ah não, não pode ir!’

A saúde expulsava se visse uma do Chave de Ouro lá, porque nós trabalhava de carteira assinada, era muita responsabilidade, e não podia que as mulher trabalhasse se misturasse com as outras, as que não trabalhava com carteira assinada, aquelas que se prostituíam na rua. E la era restaurante, boate, e eu trabalhava no bar com as bebidas.

Um dia, as meninas da boate mandaram eu ir buscar a marijuana [risos], eu trouxe um pedaço, eu nunca tinha visto ela num tablete, eu cheguei e levei pra elas. Eles, os traficantes, gostaram de mim. [risos] Eu peguei uma amizade com esse povo e esse povo comigo, eu buscava a marijuana e pegava o dinheiro delas e falava ‘Ó, mulher do Chave de Ouro não pode descer lá mesmo não’. [risos]

Eu fiquei trabalhando, trabalhei por 10 anos, nesse intervalo apareceu um brasileiro que ficou me olhando, queria sair comigo, mas eu não, a turma sabia que eu não gostava do brasileiro, eu tratava ele bem, quando ele chegava lá no bar, ele falava pra mim que ele era conferente da alfandega, vestia roupa de seda, chapéu cartola, todo metido. Puxava aquele maço de dólar, dinheiro estrangeiro de todo tipo andava com ele no bolso, pagava bebida champanhe, whisky, o cachê da mulherada, mas o olho dele era em mim.

Quando foi um dia, 10 horas as mulheres me chamaram ‘Judith vem olhar uma coisa’, eu falei ‘O que?’, ‘Tu sabe aquele brasileiro que só senta no seu reservado?’, eu falei ‘Sei’, **‘Vem olhar, minha irmã, como aquele homem briga’, saí, fui olhar o homem. O homem dava pesada, dava porrada, o homem era o diabo, eu só vi o bandido que tava brigando com ele correr, o outro chegou pra encarar e também não aguentou e correu!**

**Eu falei ‘É desse que eu tô precisando [risos], sozinha no mundo, sem marido, sem ninguém, pelo menos tenho um cara pra me defender, bom de briga’. Ele sempre brigou, e depois da briga, ficou me olhando pra ver se me via, mas chegou uma hora que ele deu uma porrada e levantou a cabeça viu que eu tava na multidão.** Terminou a briga, ele pegou um carro saiu e foi embora, tomou um banho, trocou de roupa, se perfumou, os perfumes francês. Daí a pouco ele chegou. Quando ele chegou, eu falei assim ‘Tinha um pessoal brigando, tão dizendo que era você, mas eu nem fui olhar’.

Nesse dia, chegou um navio petroleiro que era um navio que dava muito dinheiro. As garçonetes falaram pra mim ‘Judith, quando der quatro horas da manhã, que nós terminar o serviço, vamos lá na boca da barra que os gringo tá ficando bêbado na rua. Os otários bebiam, a gente passava escondido, levava o dinheiro, a bolsa, deixava eles tudo liso. Eu liderava a mulherada!

Quando foi um dia as mulher me chamaram pra ir no navio, quando eu cheguei, o brasileiro da briga, descobri que ele era pirata, ele tinha feito um grande roubo na Alfandega, a Federal estava atrás dele, Ele me viu e falou ‘Eu tenho que desocupar esse lugar ainda hoje, e você vai comigo’. Eu já tava apaixonada, eu falei ‘Rapaz, 10 anos de serviço pra trás’ aí ele falou ‘Se você topa, vamos embora, conhecer o mundo’. O brasileiro, era um moreno bonito, não tinha barriga, alto, todo musculoso. [risos]

Quando foi um dia que eu senti que ele tava me traindo em Recife, que eu desconfiei e tentei matá-lo, dei um banho de álcool com fogo, o álcool pegou da cintura pra baixo, estragou os móveis, deixou o pinto feio, grosso, cabeçudo. [risos] Ele não chamou polícia pra mim não, enquanto ele tava no hospital fui pra casa do meu pai, mas quando ele saiu do hospital foi direto pra casa do meu pai me buscar. E eu já tava morrendo de saudade dele. Ele falava ‘Olha o que é que você fez comigo, Judith’. Eu me arrependi, mas só que teve que fazer a cirurgia pra tirar o couro, porque o bicho ficou feio e grosso. [risos] O couro desceu pra cabeça. [risos]

Fiquei com esse homem 18 anos, mesmo depois que eu queimei ele, ele começou a namorar a mulher de um policial, ela era manicure, tinha um salão, eu quebrei o salão todinho dela e a polícia me levou. Quando eu cheguei em casa, esse homem [o brasileiro] me deu um pau [espancou]. Ele começou a me bater depois que me levou pro Norte, quando ele tava me traindo, nunca me deixou ver, porque se eu visse, eu



matava. Nessa época, ele roubava e eu batia carteira. [risos] A vida abaixou demais. Era um paraíso Santos, trabalhava honestamente.

Em São Luís do Maranhão, eu fui deportada. Meu cabelo era pela cintura, era todo cacheado e lindo, parecia o cabelo da gaivota da novela. Quando foi um dia me falaram que ele tava no cabaré. Eu fui parar no cabaré com uma foice de cortar cana, quando ele viu que eu entrei com uma foice na mão, ele pegou um taco de sinuca pra eu largar a foice, porque sabia que eu era perigosa. Ele deu uma cassetada e pegou aqui (mostrou a cabeça), quando eu caí, parecia que tinha estourado um olho! Ele me pegou assim me botou nos braços e saiu gritando ‘Matei minha mulher’, e chorava. Ele me largou e se escondeu lá em uma praça. Quando a polícia chegou eu falei que tinha sido assaltada, me botaram dentro do camburão e foram dar a volta comigo, pra achar o assaltante e eu não entreguei ele. Eu saí do hospital e fui pra casa de meu pai, meu pai viu o estrago e falou ‘Se você não matar esse sujeito, quem vai matar esse sujeito sou eu se ele botar o pé aqui!’

Depois que fui pra Maranhão, a polícia me deportou junto com ele, jogaram cada um de nós numa estrada. Eu não tinha notícias dele, porque ele tava 90 dias preso, porque tava roubando. [risos] Eu roubei também só pra ver ele lá, pra nós conversar, ficava um em cima e outro embaixo, jogando os bilhetinhos pra ele. Quando foi uns dias eu fui pro banho de sol, os policiais destrancou e quem quisesse fugir fugia, só eu de mulher que fugi, mas nessa ida eu não dei sorte, porque eu não conhecia o lugar.

De manhã eu encontrei o quartel, o 5º batalhão da Infantaria do Exército. Cheguei lá e falei que eu queria falar com o plantão do dia, porque lá na delegacia eles levaram minha mala, minha roupa, tudo meu, joia, roupa minha, raparam minha cabeça! Chegando no batalhão me mandaram falar com o plantão do dia. O comandante me botou dentro do jipe e mandou me levar na delegacia pra pegar toda a minha roupa e mandou um ofício, que eles não se atrevessem deportar brasileiro pra lugar nenhum, nem pra outro estado, brasileiro é brasileiro. Daí eles entregaram a minha roupa pela metade, as minhas joias não existiam mais, não apareceu.

Depois eu fui pra Imperatriz do Maranhão, porque disseram que pra lá tinha garimpo, eu vou lá pra arrumar dinheiro pra procurar meu marido, você acredita que quando eu cheguei eu sentei numa mesa, quando vi uma turma de garimpeiro chegando, encheram de mulher na mesa e eu lá fora numa mesinha só, de vez em quando eles mandavam bebida pra minha mesa. Eu fiquei olhando quando pagaram a primeira rodada, falei que esse povo tinha dinheiro, será que esse é os tal dos garimpeiros que o povo fala? Eu pensei, agora eu sei o que eu vou fazer! Tinha que dá o serviço onde era o banheiro dos homens! Um deles se levantou foi pro banheiro, e eu fui também, quando cheguei falei ‘Ah, desculpe, eu entrei no banheiro errado’.

Ele falou ‘Você entrou no banheiro certo, vamo lá pra minha mesa!’, ‘Eu não posso, eu tô esperando meu marido que tá vindo do garimpo’. Ele perguntou ‘Qual o nome do garimpo que trabalha ele?’

E eu lá sabia nome de garimpo [risos] e falei ‘Não, ele veio do Pará, eu tô aqui esperando ele porque ele vai me levar pro Pará!’

Eu falei ‘Se ele chegar, eu vou apresentar ele pra vocês’.

Nisso, eu já tinha pego a bolsa dele! Saí correndo e, eu atravessei pro outro lado do rio, quando eu cheguei na primeira cidade, eu vi no jornal onde meu marido tava, tinha sido pego na BR e tava esperando os familiares ir buscar ele no Pará. Mas eu não tinha documento! Cadê o documento? Eu não tinha pra viajar. Daí eu fui peguei um baseadinho lá perto da rodoviária, guardei o dinheiro que eu tinha roubado, fui na delegacia, cheguei lá chorando! E falei: ‘eu fui roubada na rodoviária levaram minha bolsa, meus dinheiro, meus documentos!’ O plantão do dia falou ‘Todo mundo pra rodoviária, tem ladrão na cidade’ ‘vão depressa, logo’ [risos]. O ladrão era eu. [risos] A polícia vai pra rodoviária procurando ladrão roubando, batendo carteira.

Um policial falou pra eu viajar pro Pará, nisso eu arrumei a passagem do ônibus que saía lá pelas seis horas da tarde, cheguei lá na rodoviária faltando meia hora pra Kombi sair, eu já estava lá esperando o ônibus com autorização, e chorando que tava! [risos] Eu fui lá peguei meu dinheiro que tinha enterrado na rodoviária, fui lá comprei umas marijuana. [risos]

Quando eu cheguei no Pará, falei ‘Vou atrás do meu marido agora’. Quando eu cheguei lá na delegacia falei que eu tava a procura do meu marido. O delegado falou ‘Vai buscar seu marido já tá na mão, só que tem que comprar roupa pra ele porque todos esses homens foi pegado numa BR só de zorba’. Eu fui na cidade, já sabia o número dele, sei até hoje, a calça era 42, o pé era 42, o manequim 42, tudo 42. Ele tava de cabeça raspada também, já comprei pra ele um chapéu, porque ele não gostava de boné, falava que homem decente não usava boné, usava chapéu!

Depois nós fomos embora pra Brasília; chegou em Brasília, o homem não quis mais nada! Disse que iria morar lá e trabalhar. Trabalhou pouco tempo, e o frio de Brasília! Depois viemos pra Goiânia, e ficamos um bom tempo. Ele começou a trabalhar em uma oficina, e conheceu um amigo amazonense que foi colocar na cabeça dele pra trabalhar com gasolina. E eu falava ‘Me leva lá onde é esse petróleo que vocês trabalha’. Gasolina roubada. [risos] Nisso, foram pra cadeia. Lá em Goiânia, pegou 5 anos da gasolina, saiu porque fugiu, e nós foi embora pra Manaus na fuga. Quando chegamos em Manaus, lá é uma ilha e ele começou a roubar. No dia da semana santa, ele foi preso. Eu fui pega com a maconha, eu levei maconha pra ele num cigarro, eu passei poucos dias presa, eu falei pro juiz que eu não tinha mandado aquela maconha pro presídio. Quem mandou foi os ciganos e vocês tão passando pano pros ciganos, porque os ciganos têm dinheiro, e como eu não tenho, aí tinha muita gente na porta da cadeia. Com 21 dias, o juiz chamou e me liberou.

Quando eu tô em Goiânia, soube que ele tinha fugido! Falei pronto! Ele fugiu pra Santarém. Eu falei ‘Eu vou levar uma maconha pra Manaus pra tirar ele da cadeia’. A primeira vez que eu viajei fui em Dourados, comprei pouca maconha uns 8 quilos, teve uma barreira, pegaram minha bolsa com a maconha dentro, fui presa. Fiquei presa em Cuiabá! Onde eu passei 4 anos, eu não conhecia nem Cuiabá, nem Várzea Grande, foi assim que eu vim parar em Mato Grosso! Nessa época surgiu uma notícia que ele morreu trocando bala com a polícia em Santarém. Mas eu tenho a impressão que quem matou ele foi o amazonense, porque ele era olho grande, não gostava de mim, porque tudo que eu falava pra ele, tudo que eu sonhava, ele acreditava. Eu quase que eu pirei quando soube que ele tinha morrido! Porque eu gostava demais, nós viveu 18 anos. Foi amor. Nunca mais eu quis marido na vida. Quando a gente tem um companheiro, pra gente se habituar e se acostumar com outro é difícil. Quando a gente gosta mesmo... Mas agora, quando é banda voou mesmo, a gente sucumbe à traição. É melhor viver do que viver traindo. Sofri pra caramba. Desta vez sabe o que eles pegaram? Cento e poucas grama de maconha, que eu comprei pra mim queimar. Mas no dia que eles foram lá na minha casa, os polícias pegaram uns cem grama assim, e um pedaço de maconha velho. Eu acho que armaram pra dar um pé, pra dar o baculejo, pegaram cinco mil reais, e tinha mais setecentos real numa bolsinha preta, eles já vão lá pra me roubar, de vez em quando, faz isso pra me roubar (informação verbal).<sup>257</sup> [grifo nosso]

Não se pode esquecer que o narcotráfico transita e influencia a dinâmica social e política, como violência direta, alimenta o domínio das forças bélicas (social, cultural e econômico), naturaliza a violência estrutural como modelo político de criminalização da pobreza. Durante as entrevistas em profundidade realizadas, 80% das participantes relataram que foram acusadas do delito de envolvimento com a venda de drogas, ou tráfico. Várias delas como saída da pobreza extrema, outras em função do envolvimento dos maridos/companheiros, namorados, pai, no sistema de produção que é o narcotráfico:

**Eu entrei nessa vida por causa de um namorado que conheci no chat, nós conversávamos, eu comecei a vim visitar ele na cadeia, depois ele me convenceu**

<sup>257</sup> Entrevista de Judith, Vovozinha do pó.

**a trazer droga no presídio. Minha primeira cadeia foi tráfico na porta da cadeia [começou a chorar].** Minha mãe, ave! Ela sofreu muito, foi muito difícil.

Nessa época, eu puxei um ano e três meses. Sai dessa cadeia, fiquei um ano e seis meses fora, comecei a usar drogas, eu usei muita droga, pó, maconha, pasta básica. Só não usei essa de injetar. Hoje eu tenho 28 anos. **Fiquei seis anos fora da tranca! Agora eu voltei por causa de um outro cara que é pai de uma das minhas filhas. Ele estava no presídio masculino.** Eu tenho três meninas. Eu fui mãe com 14 pra 15 anos, muito cedo. Hoje eu penso que, se não tivesse conhecido o pai dessa menina, a de 15 anos, teria feito alguma coisa na vida, meu curso de computação, não teria abandonada a escola. A primeira vez que cai, eu levava droga pra ele na cadeia, daí eu acabei rodando. Teve uma denúncia, a mulher começou a fazer pressão, a me pressionar, pressionar, **a polícia que estava na revista, fazendo pressão querendo que eu tirasse da minha parte íntima, tive que tirar da vagina a droga! Fui presa na porta da cadeia!**

**Aqui dentro, na penitenciária, eu conheci a droga, comecei a usar pasta base, em um ano e três meses eu estava viciada** (informação verbal).<sup>258</sup> [grifo nosso]

**O meu primeiro marido foi tudo numa boa, né? Mas esse último deu problema, porque mexia com cocaína.** Se eu dizer pra você que eu sou inocente, estarei sendo cretina, entendeu? Eu vim pra Campo Grande pra pegar, pra conferir umas cocaína pra levar entendeu? E aí, já sabe, né? 12 anos junto com ele, mas eu não carregava, só conferi. Na hora de trazer a cocaína, vinha outras pessoas juntas. Tinha um homem com uma criança de 5 anos. O policial disse pra mim na federal ‘Eu vi você carregar a mala’.

Mas, ele não me viu carregar mala nenhuma! Por isso, quando ele disse pra mim ‘Tem um negócio que mostra você carregando mala!’ Eu disse ‘Mentira!’ Mas não teve jeito, eu caí! [risos]

**Meu marido comprou a passagem pra mim até aqui em Cuiabá! Depois de dois dias eu voltaria pra Manaus. Na hora, deu tudo errado! No meio de 20 crentes, tinha esse cara com a criança de 5 anos, e era o cara que passaria com a porcaria com filho junto, mas não deu tempo não, eu quem caí! Ele amarelou!** Duas cidades antes de chegar aqui em Cuiabá, a federal pegou a gente. O homem olhava assim pra mim com a criança do lado como se tivesse pedindo socorro! Aí você sabe como é que é, né? **Engraçado, no meio de tanta gente que tava no ônibus, vinha 20 crentes no meio, e a mulher pegou a bíblia e disse assim pra mim ‘Bota sua mão em cima da bíblia e entrega sua vida na mão de Deus! Agora você vai ter que assumir os seus atos.’ Entendeu?** É assim! Meu tráfico, não era cocaína! Era 30 quilos de maconha que ficou no meio do caminho. [risos] E não era só essa, não, tinha as outras. Porque perdeu aquela, mas passou várias, entendeu. Eu não sei por que, porque não era eu que era pra ter ficado. Entendeu? Eu fiz isso por causa desse meu marido! Tipo, um favor! Ele era tão bom comigo, com as minhas filhas. Eu sempre trabalhei pra cuidar das minhas filhas, nunca trafiquei nem vendia! Era só meu marido! Quando o policial federal falou ‘Aqui a gente fala você escuta e você responde!’, ‘Você tá presa em flagrante!’

Eu respondi ‘Não adianta, eu não vou falar nada!’, ‘Eu não vou morrer lá dentro, se quiser prender, prende; mas que eu vou sair, eu vou’.

Não falei nada, porque com essa gente não pode falar! Tinha muita coisa envolvida. E eu tinha minhas filhas! Eu tinha entrado num buraco onde eu não consegui sair! A gente tem que seguir em frente! É como se fosse um lugar estreito, onde tu tenta voltar, mas não consegue, tu tem que seguir em frente. Essa foi a primeira vez. Eu nunca imaginei na minha vida que eu ia parar dentro de uma penitenciária (informação verbal).<sup>259</sup> [grifo nosso]

Observou-se ao longo das plurivocalidades das mulheres em condição de reclusão, que suas trajetórias, ou melhor, as tragédias pessoais são atravessadas por múltiplas violências,

<sup>258</sup> Entrevista de Juliana.

<sup>259</sup> Entrevista de Ereneide.

desde cedo são envolvidas no rebojo das águas turvas dos territórios simbólicos e físicos em que a violência de gênero é permitida, naturalizada e legitimada nas expectativas culturais, sociais, econômicas. Em espiral, o ciclo da violência, as arrastam à delinquência pela via do narcotráfico, constrói-se no interior de um espaço de “domestificação”, aprofundado pela racialização dos corpos, o empobrecimento advindo do colonialismo econômico neoliberal.

Infelizmente, o fator oficial que as leva a prisão que é o narcotráfico, que não se encerra com a entrada na prisão, é um fenômeno que continua a segui-las e assombra-las dentro e fora da prisão, conforme anunciado pelas mulheres em condição de reclusão:

Elas fumam muito, entendeu? Muito, muita maconha! Entendeu? Eles fumam muito e o cheiro é muito ruim, então tipo assim, eu procuro não ficar muito perto da fumaça, né? Porque como eu falei pra vocês, eu já tenho asma e procuro ficar meio longe. Só que tipo assim, aqui você não pode desfazer das pessoas por causa disso! Entendeu? Tipo assim, tem um tanto de gente que lá que qualquer coisinha tem o xuxo [arma feita de metal], né? Então, eu converso o necessário, não desfaço de ninguém! Além da maconha eu já vi aquele pó branco, lá... Aquele que cheira! Entendeu? Quando eu vejo elas enrolando pra vender, faço de conta que não vejo, saio de perto, dou uma disfarçada e saio de perto! Porque eu sou corró!

O que é corró? Corró é tipo assim, eu não faço essas coisas, eu não fumo, não cheiro. Entendeu? Por isso, quando elas tão fumando, ou enrolando, fico com medo de ficar olhando, de repente a polícia fica sabendo e achar, elas acharem que foi eu quem contei. Entendeu? Porque tipo assim, eu sou a única pessoa que não curte essas coisas! Daí as meninas vão achar que fui eu! Tipo ‘só pode ter sido ela!’

Então eu tenho medo disso! Essas meninas, as que fazem essas coisas, no começo elas pediam dinheiro pra mim pra comprar essas coisas! E eu dava! Dava porque ficava com medo. Eu dava... Dava dinheiro essas coisas pra elas. Elas não chegaram de me ameaçar!

Elas só falavam assim ‘e aí? dá uma força?’

Então, a gente com medo! A gente dava. Então, o que mais me assusta? O que me assusta aqui dentro são as drogas, a maconha, o pó branco. Tudo esse tipo de coisa que eles faz! As briga! Tem briga no raio, mas a gente não pode falar. Essas brigas são por conta do quê? Qualquer coisa, qualquer coisa que incomodar, entendeu? Qualquer coisa que incomodar, já começa a falar as coisa pra você! Xingar você! A pessoa não aguenta já responde, já é motivo qualquer coisinha é uma indireta! Ou porque respondeu e a pessoa não gostou, ou não foi com a minha cara. Isso já é motivo pra pessoa fazer qualquer coisa com você! (informação verbal).<sup>260</sup>

O narcotráfico constitui-se numa constelação de produção do poder, articulada e relacional nos seis espaços estruturais. No âmbito do micropoder, afeta as relações intersubjetivas do espaço doméstico e da comunidade, como macropoder circula na sociedade globalmente (produção, mercado, mundial), articulada à precarização do Estado-providência. Essas duas lógicas afetam de modo particular o acesso e reconhecimento da proteção do laço da cidadania para mulheres e para a juventude. A sujeição que subjaz a circulação do narcotráfico, nesses seis espaços estruturais, circunscritos na dominação colonialista e sexista,

<sup>260</sup> Entrevista de Dinéia.

acentua para aqueles/as situados/as nos territórios coloniais uma vida de apropriação e violência. E para as subjetividades do SUL advindas dessas zonas, a linha abissal continua na vida prisional a circulação de um mercado injusto da precarização da vida, desfigurando qualquer possibilidade de quebra do ciclo da violência.

A única que aceitou que eu fotografasse foi essa menina com a cara toda amassada. Depois eu fiz e mostrei pra ela ‘você tá vendo?’ (informação verbal).<sup>261</sup>

Figura 85 – Drogas Cyntia



Fonte: Registro de Cyntia.

A droga muda as pessoas. Aqui rola um pouco de tudo, mas agora é mais cocaína e maconha. O PCC é uma facção fortíssima, ela que comanda o país. Do jeitinho que tiveram o poder de acabar com a droga, a pasta base, por que eles não param de exportar droga pra acabar com as famílias? Porque é muito humilhante. Eu arrumei polêmica. **Porque eu fui a favor de acabar com a droga dentro da cadeia. Quantas pessoas eu vi apanhando, batendo na cara do noiado, a pessoa tá drogado e vendendo e comprando mais, e rouba dos outros. Quantas vezes eu não fui roubada aqui dentro, rouba toalha, material pra artesanato, me roubavam dentro da cela pra vender e trocar artigo de droga, fora quando vezes eu tinha dinheiro e me pediam, e eu ‘Toma, vai se matar pra lá vai, eu não vou comprar mas vai se matar pra lá’. É muito caro os trem.** Eu cansei de fazer isso. Por eu ser contra as drogas aqui dentro, o PCC puseram até faca pra dentro pra poderem me matar e tudo. E eu fico pensando ‘por que essas pessoas não são ricas?’ Igual no caso do João Arcanjo, todo preso fazia até rebelião pra poder tá do lado dele! Era ex-policial, né. João Arcanjo eu conheci ele sendo sargento na minha cidade (informação verbal).<sup>262</sup> (reclusa não a identifico)

No começo, eu pensei assim ‘pô, eu só fico chorando. Eu só fico sofrendo. Elas fumam maconha... Elas ficam feliz. Elas ficam bem... Elas comem’, porque quando eles fumam, eles falam que tem muita fome. Então tipo assim. Elas fumam, cheiram e ficam felizes! Dão risada, comem. Tipo, eu não durmo. Eu fico só infeliz. Por que não eu fazer também? Mas aí eu falei ‘Não, eu tenho que pensar nos meus filhos’. Entendeu? Eu procuro fazer tudo certinho (informação verbal).<sup>263</sup>

<sup>261</sup> Entrevista de Cyntia.

<sup>262</sup> A entrevistada não pode ser identificada.

<sup>263</sup> Entrevista de Dinéia.

No caso dessas mulheres há uma duplamente coisificação, de um lado, são isoladas e trancafiadas para serem decompostas feitas produto no mercado de escravidão do narcotráfico. Seus corpos serão vendidos como “mulas” de transporte de “drogas”, alugadas para o tráfico na “porta de cadeia”, vendidos como consumidoras de narcotráfico. De outro lado, a reificação é gerida pelos espaços do Estado e do mercado mundial, continuarão sendo alijadas de si no interior do sistema penal, que tanto faz circular o mercado transnacional do poder bélico, quanto por uma política nacional e transnacional que alimenta a corrupção, a impunidade, com “lavagem”<sup>264</sup> dos lucros das drogas nos mercados de capitais.

Atentou-se aos modos como os agentes públicos que atuam no encarceramento percebem o ciclo do narcotráfico no interior da penitenciária, neste sentido, na investigação acerca de um episódio, obtive esse depoimento:

Claudia, você tá vendo essa menina que entrou? E assim, ela fala que é namorada de uma das detentas, mas na verdade, dizem que ela gerencia a boca de fumo lá fora, da Ruiva, aquela que é ligada ao PCC. Pode ver depois da visita no domingo, segunda-feira, ninguém, você não aguenta trabalhar com o cheiro de maconha. Outro dia, a filha da Ruiva veio visitá-la, ela tava daquele jeito, deveria respeitar pelos menos a filha, eu penso como será essa menina no futuro. Aqui eu me preocupo, me incomoda com as crianças, entende?

Mas só que tem uma coisa, preso de PCC não dá problema. O que dá problema é noiado, as do PCC são muito educadas. E aqui você sabe, as do comando não faz, mas mandam fazer. Agora eu te pergunto: você acha que não tem acordo na cadeia? Quem manda na cadeia é preso. Você acha que não tem acordo desde a direção, superintendência, administração geral? Claro que tem! Vou falar pra você, entra celular, entra drogas, entra e muitas, mais muita droga, e não é pouco não. Agora eu te pergunto: o que nós, as agentes da contenção podemos fazer? O que nós temos que ter cuidado é com a entrada de armas. Outro dia, fui fazer um procedimento, a presa tava dormindo, o celular caiu, ai eu falei ‘Bom, agora tenho que pegar, eu vi’. Eu falo que esse equipamento não detecta drogas nem celular. Nós não podemos mais fazer revista, tem entrado muito droga, tem 05 meses que não fazemos mais revistas nos raios – ordens superiores, então nós não podemos fazer coisa e tal. Então, vamos fazer o quê? O que temos que cuidar é com a entrada de armas.

O risco, quando teve a última rebelião foi por causa da implantação do procedimento, tirou as coisas do raio deixou só o que era essencial, copo, prato etc., agora tá tudo de volta, até parece shopping. Nós só temos que tomar muito cuidado depois das visitas, depois das visitas nós não aguentamos o cheiro de maconha, ela jogam aquele produto de limpeza chamado Coala pra disfarçar o cheiro, mais a gente sabe, vamos fazer o quê? **As drogas na cadeia é péssimo! Porque elas se alteram o comportamento, péssimo por vários aspectos! Primeiro porque é ilegal, é ilegal já não tem que tá na penitenciária!** Segundo, altera o comportamento delas, altera muito, o cheiro atrapalha o servidor, dá dor de cabeça! É fora do normal! Entendeu? É terrível! Outra, o comércio lá dentro que faz com que gerem mortes, porque a droga ela vai ser vendida, vão ter que pagar, inclusive acontecendo roubos entre elas! Semana passada eu tive que tirar uma às pressas de lá... Por quê? Por causa do vício da droga, ela roubou de outra recuperanda pra comprar a droga de uma terceira! Então, a droga pra nós em todos os aspectos é

<sup>264</sup> Lavagem de dinheiro (ou branqueamento de capitais) é uma expressão que se refere a práticas econômico-financeiras, que têm por finalidade dissimular ou esconder a origem ilícita de determinados ativos financeiros ou bens patrimoniais, de forma que tais ativos aparentem uma origem lícita ou que, pelo menos, a origem ilícita seja difícil de demonstrar ou provar.

terrível! As facções hoje estão presentes em todas as penitenciárias do País em todas, você conversou com gente de facção! Que está foragida! A pasta básica sai dos presídios por causa que as famílias reclamavam muito, e o comando tirou! Eu até brinco, na realidade a pasta base acaba com o comércio mais rápido, porque você perde o cliente muito rápido. Maconha e cocaína lá dentro, nem tanto! E a base, ela também tem o cheiro sabe! É muito pior, né? (informação verbal).<sup>265</sup> [grifo nosso]

O narcotráfico, como produto da sociedade capitalista alimenta o ciclo da violência direta, estrutural e simbólica. É estrutural, porque implica um processo que envolve a relações vertical de poder assimétrico na ordem política, econômica, militar, sexista. O fluxo causal está conectado com a selvageria estrutural que gera, cria e alimenta os déficits sociais convertidos em desesperança, privação, autoagressão. É cultural, porque subsidiado por um pensamento religioso e ideológico, alimenta a omissão de políticas públicas de emancipação social para aquelas que mais sofrem a opressão desse sistema. A política de encarceramento da pobreza e dos grupos racializados tem sido um processo de marginalização social, produzida em detrimento da diminuição do Estado de bem-estar, que em síntese, promove o Estado Econômico, o desaparecimento do Estado Social, o fortalecimento dos Estados Penais, por meio dos corpos policiais, da justiça criminal e do sistema penitenciário (WACQUANT, 1999).

Sem dúvida, a globalização econômica re-coloniza a vida tanto das mulheres quanto dos homens, especialmente dos empobrecidos em todo mundo, degradando o ambiente, criando guerras, fome, desintegrando o Estado de bem-estar social, reestruturando o trabalho remunerado e não remunerado, e consequentemente, aumentando o controle social pela via do encarceramento em massa dos/as excluídos/as. Com isso, acentua-se a extorsão de outros dois modos de dominação que são o patriarcado e o colonialismo. A precarização da seguridade social, ao tempo do fortalecimento da expansão do capital transnacional, e a política de enfrentamento ao narcotráfico no interior desse sistema, nada mais é do que um marco legal para legitimar a criminalização da pobreza e a dissidência política.

E em grande medida, seus efeitos afetam significativamente as mulheres e crianças, incluindo quase 80% entre os pobres e marginalizados, quer sejam dos trabalhadores rurais ou urbanos do Sul-global em África, Ásia, como da América Latina (MOHANTY, 2008). Institui-se um sistema prisional, que em muitos casos, transforma-se numa ferramenta de legitimação de discursos e práticas de trabalho escravo, da exploração econômica com sua retórica esvaziada acerca do neoliberalismo globalizado, assim, “ao direito moderno foi

---

<sup>265</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

atribuído a tarefa de assegurar a ordem exigida pelo capitalismo, cujo desenvolvimento ocorrerá num clima de caos social que era, em parte, obra sua” (SANTOS, 2011, p. 120).

No caso brasileiro, a colonialidade aliada aos efeitos da globalização neoliberal, arrasta atrás de si uma tradição de violência mediada pelo emprego das forças policiais no arbitrário da violência, naturalizada como parte de uma prática rotineira de controle social de e “redução” de crimes, impetrados, especialmente, contra as populações empobrecidas, dominadas e oprimidas e asseverando o *fascismo social*, no sentido que lhe confere Santos (2013). As formas e práticas do Estado-Penal<sup>266</sup> continuam para operar o desrespeito aos direitos civis e humanos, pelo emprego da força ilegítima e pela corrupção em face à mundialização quase irreversível da violência e da injustiça. Um sistema prisional, que em muitos casos, transforma-se numa ferramenta de legitimação de discursos e práticas de trabalho escravo, da exploração econômica, com sua retórica esvaziada acerca do neoliberalismo globalizado.

### 7.3 Feitichização econômica da prisão: comércios e mercadorização do ser

Fetichização vem da palavra fetiche, que é o contrário, no marxismo, da reificação. Marx dizia que as mercadorias deveriam manter entre si, relações de produção material/ e as pessoas relações sociais de produção. E isso, no caso dos entorpecentes, o que ocorre é que a mercadoria assume o poder de gerir as vidas de pessoas dessubstancializadas. Então as pessoas ficam na relação invertida, pois viraram mercadorias, e as mercadorias se feitichizam se tornam gente. Em síntese, o fetiche do narcotráfico é o poder que tem o entorpecente como mercadoria virar gente, e comandar pessoas, e é ela própria como coisa viva.

Valendo-se dos três padrões fundamentais de integração da economia, abordados por Polany (2000), problematiza-se analiticamente as experiências econômicas no interior da prisão. São do autor os conceitos de (des)encrustação da economia<sup>267</sup>, para quem a economia é o processo de interação homem e o seu meio ambiente natural e social, é se manifesta em três formas: a reciprocidade, a redistributiva e a troca (mercantil), cujas combinações permitem a economia adquirir unidade, estabilidade, interdependência e a recorrência das suas partes:

<sup>266</sup> Utiliza-se a compreensão de que, nesse caso, envolve principalmente as instituições e seus agentes do sistema de justiça e segurança.

<sup>267</sup> Nesse caso, o conceito de encrustação polanyano enfatiza e realça a diferença entre os vários sistemas sociais e econômicos, nominadamente o capitalismo e todas as sociedades que o precederam, para realçar a absoluta excepcionalidade da economia de mercado na história da humanidade.



Em vez de a economia estar encrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão encrustadas no sistema econômico [...] a sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só poderá funcionar numa sociedade de mercado. (POLANY, 2000, p. 77)

Neste sentido, observou-se ao menos duas lógicas de relações econômicas no interior da penitenciária, uma que é da natureza da encrustação econômica, que é a mesma separação que aconteceu nas sociedades capitalistas entre a economia e o domínio da sociedade, no qual o econômico adquire uma individualidade e uma capacidade de dominar o social. E isso é potencializado, de um lado, pelo comércio de tráfico de entorpecente e, de outro, pelo comércio de compra e venda de produtos alimentícios, de higiene e cosméticos via “mercadinho” e “salão de beleza”, que em via de regra, deveria ter ocorrido processos licitatórios e/ou criação de fundo estatal composto por entes públicos e a sociedade civil que gerisse a renda ou pecúlios oriundos da movimentação financeira da comercialização de compra e venda nesses locais. E ainda, o uso desses recursos implicaria em gestão financeira, fiscalização orçamentária, publicidade da sua aplicação em ações, atividades ou programas previstos no Plano Pluri Anual (PPA).

Por essa via de sistemas de circulação econômica pode-se imaginar a “fetichização da reclusão como mercadoria”, e isso é da ordem da violência estrutural. Reside em transformar essas mulheres em produto de uma circularidade de lucros sem fins lucrativo, vendidas e revendidas sistematicamente no interior do cárcere. Associa-se a isso, a corrupção das instituições modernas nos países periféricos e semi-periféricos, como é o Brasil, que naturaliza as exclusões radicais, a exploração, a enorme desigualdade social e distributiva, a inferiorização dos grupos e pessoas oprimidas nas trocas de poder desigual, num permanente ciclo incessante de exploração mercantil.

No interior da penitenciária percebeu-se que há *outro* tipo de exploração, tal como ocorre no trabalho escravo, essas mulheres e seus familiares são exploradas/os por via da obrigatoriedade de consumirem apenas os produtos comercializados no interior da prisão, por via do “mercadinho”.

Por que da foto? **Eu era encarregada da compra dos produtos do raio dos cubículos, que é nosso jumbo! Hoje o nosso jumbo não entra mais por nossos familiares! O jumbo era a nossa compra que os familiares traziam, que entravam que os nossos parentes traziam. A gente pega o nosso dinheiro, somos obrigadas a fazer a nossa compra aqui dentro!** Essa foto foi um dia de compra! Eu era encarregada de receber a compra, distribuir para cada pessoa a coisa certa, a quantidade que pediu. A única coisa que nós recebemos do sistema, que eles dão só os 02 sabonetes, absorvente, 01 prestobarba, 01 sabão em pó! Tudo o resto pra

limpeza somos nós quem compramos. Entendeu? Tipo amaciante, água sanitária, desinfetante, a gente compra! **O preço aqui é um pouquinho acima do que é cobrado lá de fora. Mas a vantagem é que muitas coisas que não entravam pela nossa família, agora é vendido pra nós, tipo coca cola, bolacha recheada, chocolate, macarrão que a gente faz no acendedor, salsicha, miojo, iogurte. Agora é tudo vendido aqui dentro! Tomar iogurte, só o raio das mãos.**

Mas como é que nós consegue ter dinheiro pra pagar? Agora é liberado pela família a entrada de R\$ 100 reais por semana. Todo domingo é liberado a entrada de R\$ 100 reais pela família, às vezes a gente acha 100 reais muito pouco, por quê? A gente quer comer salgado, a unidade vende salgado!

Quer ir pro salão fazer a unha, na unidade, e ainda tem a compra pra fazer. Então as vezes 100 reais é muito pouco. A quantidade da movimentação do dinheiro, antes era liberado R\$ 150,00 reais, na verdade era R\$ 200,00 reais, R\$ 100,00 na quarta e R\$ 100,00 no domingo. Cortou o dinheiro da quarta quando mudou a direção! Tá liberado só no domingo.

**O forasteiro sofre muito com isso, porque não pode comer uma comida da rua! Antigamente, o visitante poderia subir trazendo comida pra gente, hoje não, não pode mais! Um visitante não pode trazer comida pra duas presas! Com o dinheiro é a mesma coisa! Antes era deixado na revisória para o forasteiro, hoje não pode mais! A vida do forasteiro não é fácil não. Não é bom não.**

**Também não é permitido anotar na cadernetinha, tipo comprar para pagar depois. Só pode comprar à vista. Vem da administração, uma lista com os itens e os quadradinhos pra você marcar! Vem também os cubículos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10! Tipo, o cubículo 10 pediu 06 amaciantes, eu coloco o número 06! Se no total de R\$ 1.000 e poucos reais, desse mil e pouco eles vão calcular quanto de dinheiro tá correndo dentro da unidade. Mas não é um controle de pessoas, é um controle do movimento do dinheiro.**

Eu já trabalhei nessa distribuição, eu que recebia o dinheiro, eu que passava pra encarregada aqui, que é a dona Cr, aquela baixinha! Ela que é a encarregada do nosso jumbo, então era eu quem pegava o dinheiro, eu quem repartia, eu que fazia o acerto com ela. Se faltasse ou desse um desacerto eu que tinha que pagar! Eu tinha que tirar do meu bolso pra cobrir, não podia faltar de jeito nenhum! Teve um dia que eu errei, fiquei com uma conta de R\$ 58,00 reais. Não sei o que aconteceu! Fiquei com esse desfalque de R\$58 reais! Então é assim! Outra coisa, se faltasse, se não viesse o produto, a irmãzinha não quer saber, ela quer saber que pediu e ela quer receber. Se o erro foi meu, eu tenho que me virer, dobra pegar, pagar e devolver pra ela.

Às vezes a gente marcava errado e a dona Cr falava ‘ah, você não marcou certo!’ Só que comigo nunca deu esse desacerto! Quando ela via que tava errado me mostrava. Lá no raio ninguém queria fazer isso! **Ser a responsável por fazer a compra é uma bomba relógio! A movimentação de dinheiro é muito grande! Às vezes, numa semana, movimento R\$ 3.000,00, R\$ 2.800, R\$ 2.500,00 reais, essa era a média do dinheiro que rodava no raio quando eu cuidava do jumbo, tipo é isso por semana. Então é uma bomba, é uma responsabilidade, porque às vezes, a 18 entra [polícia], não dá tempo de você pegar, você tem que ficar humilhando, pedindo pra resgatar o dinheiro. Se a 18 entrar, a gente não tem tempo de pegar nada! Do jeito que a gente tá tem que sair! Não pega nada, nada, nada, se eu explicar que o dinheiro é do jumbo, onde que tá bem direitinho eles vão lá e pegam. Se não explicar direitinho onde tá o dinheiro do jumbo elas pegam e levam embora!**

Porque já acha que é dinheiro de compra e venda de drogas, eles não querem saber! Vai pra tal de uma perícia que nunca mais você vê a cor do dinheiro! Uma perícia que nunca acaba e nunca devolvem o dinheiro! O dinheiro da compra a gente entrega na segunda, e eles entrega os produtos na sexta-feira. Agora, isso é só no meu raio! A senhora imagina nos outros raios, como é o caso do raio 1 que tem mais de 80 mulheres? São cinco raios, contando com o raio do seguro que é o menor! (informação verbal).<sup>268</sup> [grifo nosso]

<sup>268</sup> Entrevista de Dayana.

Figura 86 – Mercadinho



Fonte: Registro de Dayana

Quem não tem balde sofre muito! As pessoas são tão ruins de coração que elas não dividem o balde! Eu não faço isso e nunca fiz... Sempre quando chega pessoas novas no cubículo e vai pedir, eu empresto. Esse daí é meu e da Ane... Quase ninguém tem balde grande... São poucas pessoas que tem... Quando você não tem, você tem que tomar banho com aquelas garrafa... Tem mulheres tão ruim... Que faz as pessoas encher garrafa e ficar só com aquelas garrafa... Se tiver... Se não tiver vai tomar banho só na hora da água... E se elas deixarem também, porque muitas vezes tem muita gente pra tomar banho... **Aquelas presas que são mais velhas ela fica, fica, fica fora, porque o horário acaba, o horário é certinho né? E, a vez dela correr e a água acaba, isso é mais na hora do almoço e na janta...** Então isso tem que ser feito rápido né... e tem umas presa que é ruim! Essa água é pra tomar banho e pra dar descarga... Só essas água aí! E outro professora, quando a gente entra, eles tiram tudo da gente, eles deixam a gente sem nada, as visitas não podem levar isso pra gente, nós tem que comprar no mercado... No mercado que tem lá dentro! (informação verbal).<sup>269</sup> [grifo nosso]

Figura 87 – Os baldes (I)

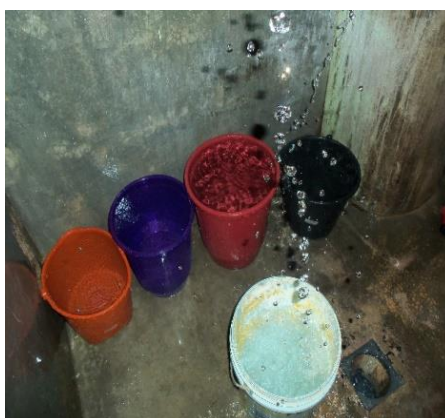


Fonte: Registro de Janis

<sup>269</sup> Entrevista de Janis.

Nessa foto do balde, eu quis congelar a imagem! Nos baldes nós lavamos a roupa, guardamos água. Tem um monte, e cada qual tem seu balde. Aí enxagua a roupa, nós coloca pra secar no varal que faz lá dentro do banheiro. Nós temos só duas mudas de roupas! Duas blusas e dois short. **Aí você tá usando isso, e você lavou a outra pra amanhã. Entendeu? E no dia que não seca? Que tá frio, por exemplo, como é que fica? Tem que ficar com aquela roupa, até a outra secar, muitas vezes nos colocamos a roupa pra secar dentro do cubículo naquela coisa pequena que já tem oito pessoas. Às vezes quatro, às vezes oito, às vezes dez pessoas, nós colocamos no banheiro pra secar (informação verbal).**<sup>270</sup> [grifo nosso]

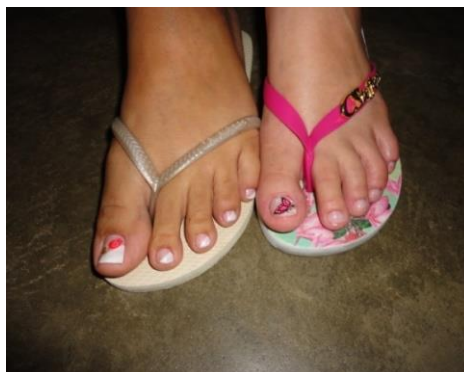
Figura 88 – Os baldes (II)



Fonte: Registro de Cyntia.

Pra você entender... uma Havaiana aqui é vinte e sete reais, uma Havaiana [chinelo de borracha]. Vinte e sete daqueles simplesinhos. As coisas aqui é muito caro... E tem detalhezinho. **Uma Havaiana que você paga lá dez reais no mercado... Aqui é vinte e sete, ou trinta reais.** (informação verbal).<sup>271</sup> [grifo nosso]

Figura 89 – O chinelinho



Fonte: Registro de Janis.

<sup>270</sup> Entrevista de Cyntia.

<sup>271</sup> Entrevista de Janis.

## Episódio 20: Cadê o mercadinho?

Atenta à escuta das entrevistas, revelada pela lente das fotografias, ao retornar ao campo de pesquisa, percebi que o local onde funcionava o “mercadinho” desapareceu dando lugar a um espaço repleto de artesanato produzido em telhas. Os artesanatos são obras em telhas com santos católicos presos no côncavo da telha. Percebo que o espaço foi transformado em ateliê, numa “suposta” sala de oficina de pinturas voltadas às reclusas. Essa mudança, imagino que se deve ao resultando do material vinculado em rede nacional, por uma programa de TV, a respeito do comércio interno mantido sem licitação nos presídios em todo Estado. Embora a matéria não cita a experiência da penitenciária feminina, fato que me fez pensar o quanto essas mulheres são invisibilizadas, o que as coloca numa posição de maior vulnerabilidade a toda sorte de exploração. São julgadas pelos seus crimes, mas subjugadas no interior de um sistema que cria suas próprias leis. Por vezes, sob o manto do legal do estatal, o ilegal se verifica na semiescavidão, na tortura, na exploração econômica a que são postas como mercadoria humana no sistema de produção de compra e venda.

Saí dos meus devaneios, e busquei informações do sumiço do “mercadinho”. Segundo informantes, e também pude comprovar *in loco*, “as compras já saem lá de cima, no carrinho cheio direto para os raios, você precisava ter uma lista dos produtos com os preços é um absurdo. Mas cuidado pra quem você pede a lista de compras, essas presas são dedo duro. Mas, por exemplo, **um refrigerante que custa 2, 3 reais lá fora, aqui tá custando R\$ 9,00 ou até R\$12,00 reais. Tudo é superfaturado, coisas tipo um alicate de unha que lá fora custa no máximo 15,00 (quinze reais), elas estão vendendo por 70,00 (reais), os preços são um absurdo, e tudo é silencioso**, e você não vê o dinheiro nem pra nós os agentes, nem pras presas. Tipo assim, pano de cozinha, bujão de gás pra cozinhar nossa comida, coisa pra consertar a pia da cozinha, tampa pro vaso sanitário, coisinhas baratinhas entende? Ficamos sem ventilador lá em cima mais de 04 meses, aliás, trabalhamos um tempo no calor, com essa farda quente um tempão sem nada, precisamos brigar pra colocarem um ventilador de parede lá. Esse do corredor ninguém sabe quando iram arrumar”, disse-me uma das agentes do dia.

É relevante destacar que essa conversa foi mantida enquanto caminhávamos só as duas no corredor, afastado das outras agentes, tudo dito entre sussurros, desviando o olhar como se falássemos de outros assuntos, tudo é dito em silêncio, um silêncio que grita por se pronunciar.

Misteriosamente o “**mercadinho**” **desaparece** da vista de todos que circulam no corredor, porque ao circular pelo corredor era possível ver a movimentação dos produtos, os armários de compras, **os carrinhos de supermercado cheios dos produtos a serem vendidos nos raios**. Diversas vezes, pude ver as agentes saírem com carros particulares, chegando com os seus porta-malas repletos dos produtos a serem comercializados, desde de iogurte, bolachas recheadas, produtos de higiene pessoal como sabonetes, xampus, creme dental, produtos de higiene, de ambiente etc.

Também percebi que outros agentes, inclusive um do sexo masculino, é um dos responsáveis pelos “procedimentos do mercadinho”, me chamando atenção o fato de o agente estar de bermuda, camiseta, em dia que não é seu plantão, indo aos raios com a lista de produtos e preços para levantamento do que seria adquirido pelas “presas”, naquela semana. Sempre que sai dos raios, ele se senta em um dos bancos de cimento dos antigos refeitórios que antecede os raios, penso para conferir e assinar as planilhas de compras.

“Nossa, fulano! Você aqui hoje? Nem é dia do seu plantão! O que tá fazendo?” Perguntou uma das agentes.

Em monossílabo, respondeu “É, tô aqui!”

Aproximei-me das grades como que conversando com outras agentes, na tentativa de observar o que um dos agentes da administração, responsável pelo alvará de entrada e saída das presas no sistema faz em um espaço daqueles. Num flash, consigo ver que não se trata de alvarás, ou documentos das “presas”, mas, sim, da famigerada lista de compras.

Com sua saída das nossas vistas, um burburinho se fez junto ao grupo da contenção, “Uai! O que ele faz aqui? Agora é ele quem tá responsável pelas compras? Cadê a outra? Pra onde foi o mercadinho? As coisas mudam por aqui e a gente não fica sabendo de nada! O que é feito desse dinheiro?”, disse-me uma das agentes.

Como gostaria de ter acesso à lista de produtos e de preços! Seria um documento vicário, que poderia comprovar aquilo que é recorrente nas falas das “meninas”.<sup>272</sup> [grifo nosso]

Figura 90 – O mercadinho



Fonte: Registro da autora.

O microcosmo prisional é a via pela qual são revelados os espelhos cínicos das exclusões radicais; há uma sociedade moderna que reafirma, por meio do mito da eficácia da violência, o controle em torno do comércio de drogas, considerando sua circulação como ato ilegal. É esse mesmo Estado que, ao que parece, transforma-se no agente central de violação de direitos e de precarização da vida, explorando mercadologicamente os já empobrecidos pelo ciclo do narcotráfico. Sob a égide das práticas disciplinarizadas, consolidadas pela militarização, se oculta a exploração mercadológica a que são postas à venda essas mulheres e suas famílias, seja pelo tráfico interno de drogas, seja pelo imperativo do consumo de produtos vendidos internamente.

A exploração à qual estão expostas, do trabalho em condição de escravidão e semiescravidão, da cegueira de um sistema que consegue percebê-las na lógica do lucro, do espaço de provisão, emerge como face invisível de uma economia alternativa que brota ou emerge da experiência desperdiçada, a produzir, distribuir, trocar valores entre essas mulheres

<sup>272</sup> Registro de campo da pesquisadora.

em reclusão. Demonstram outras formas de vida plausíveis que emergem como formas oníricas do desejo em ebulição, recriadas por elas mesmas em redes informais do cuidado, que apontam para suportes de relações familiares por vezes pretéritas ou perdidas que pontuam caminhos para um futuro recriado. Relações de troca de vizinhança e na troca comunitária contribuem para uma visão mais ampla da dignidade humana, de outras táticas ou estratégias, que estão aquém daquelas que só as desumanizam.

Pautadas no sistema de reciprocidade, aproximam-se os conceito de (des)encrustação ou das relações de trocas, aquele da economia como espaço de provisão. Embora essas outras economias estejam invisibilizadas, é possível percebê-las nos modos como essas mulheres subalternizadas, constroem relações de trocas. Ressignificam práticas domésticas de cuidar de si e das outras, caso da maquiagem, do crochê, da circulação de celulares, as trocas de alimentos trazidos em dias de visita, das roupas, formas essas de circulação econômica de um sistema alargado para além da lógica da economia do mercado como lucro.

### 7.3.1 A cozinha pode ser um espaço de emancipação feminina?

Nesta seção, há duas questões centrais entrecruzadas, uma que é da ordem da sociologia das emergências, relaciona-se ao cosmopolitismo subalterno das mulheres em condição de reclusão, assumindo a posição contra-hegemônica na globalização neoliberal encrustada no complexo industrial carcerário, ao se apropriarem do espaço da cozinha numa oposição política, cultural e social à implantação dos serviços terceirizados de alimentação. Fizeram da cozinha um espaço ativo de resistência, criando e recriando modos próprios de transgressão. A cozinha, para além do estereótipo de ser um espaço neutro, a-político ou de submissão feminina, revestisse de experiências emancipatórias, comunitárias, democráticas, sendo território de lutas pela via da não-violência.

A segunda questão, a sociologia das ausências denuncia como a exploração do atendimento à necessidade básica que é a alimentação, traduziu-se em produção de ausências pela terceirização, que retirou das mulheres em reclusão a qualidade de vida através da imposição pelo poder bélico, que resultou num conflito armado, no “motim”, uma luta de forças desiguais que acentuou a precarização da garantia do bem-estar social. A “comida” e a “cozinha” expressam categorias sociopolíticas complexas de uma linha abissal, exprime o tempo do Ainda-não que se inscreve no presente como um tsunami que toma de assalto a praia, inundando e destruindo tudo que ali está.

Figura 91 – A cozinha



Fonte: A autoria não pode ser identificada.

**Antigamente, nós tinha a cozinha!** Nós mesmas cozinha pra nós mesmas! Mas entre nós sempre teve a pessoa responsável pra distribuição da comida, pra servir pra todas nós! Mas não era assim! Não era nessa cuba, nem tirando a comida com esse copo! A comida era na panela, só o arroz que nós pegava com o copo, era um copo de arroz pra cada reeducanda. Mas o resto não, na cozinha sempre tinha concha de salada, concha de arroz, da mistura, da polenta, de tudo. Entendeu? O arroz nos pegava com o copo por opção nossa mesmo, que era pra medir certinho. E nunca teve briga na hora da comida!

Se voltasse a cozinha voltaria os trabalhos, na cozinha quantas pessoas podiam trabalhar? Era dois turnos, trabalha sete dias, folga sete e pega outro plantão. Aqui não tem. A cozinha pra nós, desativou completamente, falou que ia ter a reforma e ia retornar, mas não retornou mais. **O secretário, o governador, outros funcionários de outros órgão, veio diversas vezes comer da cozinha! E era assim, a comida que eles comiam não era o governo que dava, era feita aqui na cozinha mesmo. Eles almoçavam ali, era feito o almoço deles e o nosso separado. Na hora que a gente terminava o serviço ficava lá pro fundo, eles entravam na cozinha e todos os agentes almoçavam aqui, quem fazia a comida deles era nós mesmos** (informação verbal).<sup>273</sup> [grifo da autora]

Em diálogo: a cozinha rompia com a lógica de linha abissal, que coloca em lados opostos mulheres em condição de reclusão, as/os trabalhadoras/es do sistema prisional, a sociedade, demonstrando um território de reconciliação, e capacidade emancipatória tecida nos fios da convivialidade, da solidariedade como processos emancipação social, possibilidades de reinserção social, sem que os envolvidos fossem postos a qualquer risco as suas vidas.

Agora a gente come essa comida da cuba, horrível! Difícil de comer! Horrível mesmo! Às vezes o arroz vem papa, sem sabor! Agora eles tiram só o salgado que

<sup>273</sup> Entrevista de Juliana.



vende a tarde! Seria bom se tirassem a cozinha de volta! O mercado que mandava, o governo tinha associação! Agora essa comida é horrível, não é bem temperada, vem aquele macarrão puro alho fido; ah, é horrível! Por isso que nos fotografamos a comida! Agora são as meninas que trabalham no salgado, e esses salgados são pagos! Nós gostava de fazer, nós fazia uma comida gostosa, era uma comida bem temperada! (informação verbal).<sup>274</sup>

Essa cozinha é o que eu falo da questão da importância do trabalho técnico né?... Essa cozinha foi adquirida através de recursos federal, através de um projeto construído pelos técnicos da então Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado. Na época, me parece que até na época a assistente social era a Mara Lucia, mas a diretora Dinalva era ótima projetista! Parte dos recursos foram adquiridos através de recursos do governo federal. Não tudo, mas conseguiu acho que setenta por cento... e o resto contrapartida do estado... tudo isso, era com intuito de ser uma cozinha profissionalizante, cursos, minicursos! Construíram o espaço e o SENAI veio e ministraram vários cursos de panificação... De salgados. Questões também de culinária. Vários pratos! Mas o mais importante disso, pra mim, foi que depois disso, essas mulheres tomaram autonomia! FANTÁSTICO! Elas se apropriaram do espaço! [risos]! É hilário! [...] Você acredita que elas fizeram, na época foi hilário! [risos] Elas ameaçaram a fazer uma rebelião porque elas queriam usar a cozinha? [risos] Porque elas queriam usar a cozinha pra fazerem a comida pra todas as presas! Achei assim fantástico a questão de solidariedade e liberdade dentro da prisão! [risos] [...] E elas falavam: ‘nós vamos fazer um motim se não tiver a cozinha pra nós fazer a nossa comida!...’! Elas fizeram lá um jejum! Ninguém quis comer! Eu me lembro muito bem disso. **A cadeia ficou aquele silêncio. E quando fica aquele silêncio, todo mundo treme. Penitenciária em silêncio você pode pegar a sua mochila e correr.** O silêncio lá é o código, porque o silêncio não é como igual pra nós aqui!... Lá é totalmente diferente, o silêncio lá é guerra! Então, elas fizeram o silêncio por causa da cozinha! E a secretaria toda já ficou em cima, teve diligência na época a polícia militar já mandaram relatório pro secretário que elas iam fazer um motim... pá pá pá... (informação verbal).<sup>275</sup> [grifo nosso]

A sociologia das emergências possibilita ver como muitas mulheres, mesmo mergulhadas em condição de subalternidade, fizeram da cozinha um espaço ativo de resistência, criando e recriando modos próprios de transgressão. Esse diálogo com as subjetividades do SUL, desafia o pensamento feminista a reconhecer a cozinha como um espaço político e social de experiências emancipatórias, comunitárias, pacíficas e democrática, sobretudo, um espaço político de luta por justiça social.

Tudo por causa da cozinha [risos] foi o secretário foi... O juiz foi... Na época era até a doutora Maria Erotides da vara de Várzea Grande que é hoje **desembargadora que apoiou as meninas e falou ‘Vocês vão ficar, vocês têm o direito de cozinhar sua própria comida!’** depois disso, elas ficaram cozinhando! Eu me lembro que em dois mil e dez, **a Fundação Nova Chance... Não sei por qual motivo, acho que cresceu o olho na cozinha e queria desenvolver um outro tipo de política, entrou com a Fundação e a própria secretaria via departamento do sistema penitenciário com uma licitação para uma empresa de alimentação que fornecia pros presídios masculinos!** Mas no feminino, quem fazia eram as reeducandas. Então o que aconteceu? Tentaram romper com isso e tentaram novamente voltar com a comida pronta! **As reeducandas fizeram a rebelião. Nessa época houve a rebelião de fato... Não houve nem diálogo... Elas nem mandaram recado... Teve mesmo a rebelião de dois mil e dez... A secretaria ficou umas**

<sup>274</sup> Entrevista de Juliana.

<sup>275</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

**duas ou três semanas fornecendo comida por essa empresa... Mas depois da rebelião, elas voltaram a cozinhar suas comidas.** Eu me lembro justamente. Na defesa da minha dissertação de mestrado em dois mil e doze... eu levei os professores. Os meus convidados pra almoçar lá no feminino. Foi lá o almoço. Foi lá no feminino... Eu convidei um professor convidado de outra universidade. Eu falei ‘O senhor aceita ir lá almoçar no presídio?’ Ele respondeu: ‘Ah eu acho que vai ser uma experiência exitosa... Eu aceito...!’ E eu falei ‘Então tá... Eu vou levar o senhor pra almoçar lá no presídio...!’ Daí, eu mesmo comprei os ingredientes... E elas fizeram com todo carinho... Elas me mandaram o cardápio que elas queriam fazer... E e eu comprei todos os ingredientes e levei... E o almoço foi lá... Hoje mesmo tendo comida ruim. **Ah! você entra novamente a questão da comercialização e do abuso de poder... E hoje você tem outro aspecto. O poder bélico...** (informação verbal).<sup>276</sup> [grifo nosso]

**Aqui tinha cozinha, tinha padaria. No salgado, a gente fazia muita coisa, era diversidade, hoje em dia já não diversifica mais, é só pastel, bolinha de queijo, e um bolo, e é absurdo os valores.** Tanto de mulher que tem aí? Hoje eles ganham sim, e muito. **Agora só não se sabe pra onde vai esse dinheiro. Antes não era assim, as meninas tinham certinho o dia de ganho, era dois dias da direção e dois dias delas, o dinheiro que fazia. Hoje é só um dia dela que é o final de semana, e final de semana não tá tendo salgado, sábado e domingo, então elas tão trabalhando praticamente só pela remissão,** eu não acho justo isso, porque é um serviço puxado, ficar o dia todo na beira do fogão, fritando, mexendo com massa, é nada? Eles faturam bastante. Bastante, porque é muita pessoa. São 160 mulheres, quatro raios, quando sai o raio cheio de salgado tem dia que não dá pra dois raios e já acabou, elas fazem muito salgado e não dá pra todo mundo, então dá um dinheiro bom, e ao preço que elas fazem um baguncinha 8 reais, uma coca 8 reais, um refrigerante marajá 6 reais, pedaço de bolo 6 reais, um bolinho desse tamanho de queijo, 1 real. (informação verbal).<sup>277</sup> [grifo nosso]

Infelizmente, com os processos de militarização da prisão, a cozinha tornou-se um espaço de exploração do trabalho da mão de obra das reclusas. A exemplo, atualmente só é permitido o uso da cozinha pelas detentas para a produção de salgados que são vendidos no interior da prisão. As “salgadeiras” como são designadas na linguagem da penitenciária, trabalham uma jornada diária em média de 10 horas, 5 dias na semana, recebendo apenas 5% do total semanal dos salgados, sendo esse percentual dividido entre as quatro salgadeiras. Utilizam-se do uso arbitrário da violência estrutural para justificar a pilhagem e a extorsão institucionalizada, a mesma que tem por lógica, a inversão da distribuição da riqueza dos mais pobres para os/as mais ricos. A aliança da força bélica a serviço do cooptação do capital reitera a violência institucional de gênero, coisificando essas mulheres, negando-lhes qualquer direito ou justiça social.

**Achei que nós tinha que tirar a foto da comida chegando, dessa menina tirando a comida, pra mostrar a comida do jeito que vem todo o dia!** De como é nosso dia a dia! A comida chega nesse vasilhame. A gente tira com o copo, põe no prato! A gente tira a quantia que quiser, tem gente que não come muito! Ai cada um tira a

<sup>276</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>277</sup> Entrevista de Ruiva.

quantia que quiser! A gente já pega na vasilha. Antigamente a comida vinha da cozinha, a gente mesmo que fazia comida! (informação verbal).<sup>278</sup> [grifo nosso]

Figura 92 – Hora da comida



Fonte: Registro de Dinéia.

Na hora da comida é diferente! Tudo é de plástico, olha a fila no chão, cada um pega o seu prato, olha como é! E é um lugar que a gente vive! Se fosse em casa eu iria comer com um talher. Aqui é tudo no chão, feito porco! Cada qual com o seu prato, eu vou sentar onde? No chão pra comer! É diferente num presídio, olha como que é (informação verbal).<sup>279</sup>

Figura 93 – A comida



Fonte: Registro de Cyntia.

Figura 94 – Comida



Fonte: Registro de Cyntia.

<sup>278</sup> Entrevista de Dineia.

<sup>279</sup> Entrevista de Cyntia.

Que que é isso aqui, cara? É ovo frito. [risos] O rabo-quente. Sabe rabo quente, né? É aquele que eu tirei foto. A gente usa pra esquentar água, fazer comida, nós ferve na água, frita ovo [risos].

Figura 95 – Ovo frito



Fonte: Registro de Janis

Não é permitido a gente ter um fogãozinho lá dentro! Nada... Só esse rabo quente! Aí isso às vezes eles tiraram também e deixou a gente bastante mês sem café, sem nada (informação verbal).<sup>280</sup>

Figura 96 – Rabo quente



Fonte: Registro de Janis.

Essa foto é da nossa servideira, quando chegou o nosso almoço! Ela tira a comida com um copo porque não tem concha! A servideira é responsável por servir o nosso prato. É responsável por servir nosso almoço, janta e até mesmo nosso café da manhã. A servideira é responsável por toda comida, a responsabilidade de dividir a comida pra dar certinho pra todo mundo! Nem sempre foi assim! O gosto dessa

<sup>280</sup> Entrevista de Janis.

comida ai é horrível, gosto de água, de ferro dessas cubinhas ai! Muito ruim o gosto dela! Por isso eu fotografei a comida! (informação verbal).<sup>281</sup>

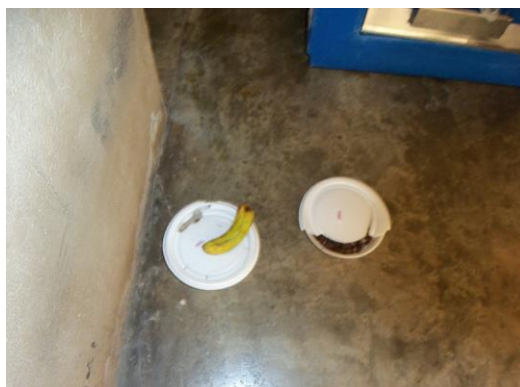
Figura 97 – Servideira



Fonte: Registro de Dayana.

Quando nós reclamava que a comida vinha azeda, a nutricionista falava ‘Não, não tá azeda a comida! Isso é porque faz horas que vocês pegaram’. Essa foto que quis mostrar que a comida veio né, a banana estragada, as duas marmitas com a tampa quebrada, eu fotografei do jeito que chegou, do jeito que a servideira colocou. Se terceirizaram a entrega de comida, por que não passem o insulfilme? Assim, se quebrar a tampa a comida não é contaminada! (informação verbal).<sup>282</sup>

Figura 98 – A comida azeda



Fonte: Registro de Doralice.

Essas experiências carregam o desafio de traduzi-las na perspectiva de visibilizar aquilo que tem sido alertado pela *Sociologia das Ausências*, que é apontar na direção de uma

<sup>281</sup> Entrevista de Dayana.

<sup>282</sup> Entrevista de Doralice.

perspectiva de conhecimentos que permitem o reconhecimento das hierarquias e um sistema de dominação e opressão dentro do sistema capitalista, e simultaneamente, emerge uma sociologia de alternativas possíveis de inclusão, que levem à alternativas de justiça social e cognitiva, de conhecimentos pacíficos na regulação dos conflitos.

Reafirma-se que o mito da eficácia da violência, obstaculariza a construção de sociedades mais justas, pacíficas e cooperativas. Através dos séculos se vê evoluir o imperialismo da segurança humana como sinônimo de segurança militar e, isso tem um contributo significativo na invisibilidade da dominação patriarcal e colonial, obstaculariza a construção de mudanças paradigmáticas culturais de um Estado de Direito livre de hostilidades bélicas e de violência social. Parece ser consensual perceber que é irredutível do ponto de vista do arco conceitual, axiológico, praxiológico, a respeito da paz, tanto individual quanto macroestatal, sem a maximização da justiça, a ruptura das causas estruturais de todas as violências, a equidade entre homens e mulheres, sem que isso se estenda do espaço privado ao espaço público.

Olhar o microcosmo da penitenciária feminina pela lente das Epistemologias do Sul e dos estudos feministas pós-coloniais implica reconhecer os campos de tensões, ambiguidades e hibridizações envolvidas nos modos como essas mulheres reconstroem um conhecimento, uma pedagogia como prática de sobrevivência e autonomia, como redes de ação estratégica assentada numa comunidade solidária. E sobretudo, evidencia no campo das lutas das mulheres subalternas, os limites da representação, da distribuição igualitária dos bens e recursos simbólicos e materiais, e com isso, demonstra que tanto é necessário quanto é possível incluir e visibilizar a realidade socioeconômica e política-cultural fabricadas como invisibilidades.

#### **7.4 O espelho desfigurado: diferença, maquiagem e beleza**

No caso do encarceramento, reafirma-se que os homens (reclusos ou não) que dele fazem parte, têm refletido sua face nos espelhos sociais que dão sentido a uma identidade no sistema penal; por sua vez, as mulheres (reclusas ou não), transmutam como meros estilhaços imperscrutáveis de um mundo fraturado pela imposição de um olhar imperial do outro masculino, e isso implica a rejeição, a marginalização ou o silenciamento de tudo que lhe opõe.

Nessa conjuntura, a Sociologia da Emergência liga-se à versão do multiculturalismo emancipatório, o qual se baseia no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e do

pensamento de coexistência de diferentes mundos normativos da vida em comum para além das múltiplas diferenças que configuram os diversos grupos sociais, ou seja, reivindicar a igualdade nas diferenças em termos multiculturais é pensar:

[...] sobre novas concepções de cidadania, de uma cidadania cosmopolita assentado no reconhecimento da diferença e na criação de políticas sociais dirigidas à redução das desigualdades, à redistribuição de recursos e a inclusão. Essa nova cidadania requer a inclusão de processos dialógicos e diatópicos de construção de novos modos de intervenção política (SANTOS, 2003, p. 26).

Utiliza-se mais uma vez da metáfora do espelho como processo social, para advogar que seus usos são diferenciados para homens e mulheres. De um lado, tem-se uma sociedade narcisista, constituída por um conjunto de instituições, normatividade, ideologias que definem e promovem a dominação masculina. De outro lado, há uma imagem feminina que beira o terror de não se ver refletida, ou quando são refletidas vê-se na face do outro que a define como um espelho turvo de si mesmo. Lembra o refrão da música de Caetano Veloso, “quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto. É que Narciso acha feio o que não é espelho”.

Quanto maior são os usos dos espelhos sociais, mais ganham vida refletindo o sistema de diferenciação desigual, as exclusões que enredam a todos/todas numa complexa teia de poder desigual, segundo o qual, historicamente, um grupo ou uma cultura, por via do discurso de verdade, cria interdito e o rejeita, definindo fronteiras de subordinação e hierarquias para além de tudo que é considerado transgressão. O espelho reflete o lugar da subjetividade como o campo por excelência da corporeidade, sendo que o corporal não pode ser pensado como dualístico à subjetividade, pois é o corpo que de fato indica a presença do sujeito no mundo, e o mundo como presença da subjetividade. Assim, não há identidade na condição de subjetividade. Fora da corporeidade, o corpo é relacional a uma existência como *eu* sujeito individual, e um *eu coletivo*.

O corpo como artefato sócio-político-cultural é o campo expressivo, estético, vivencial da pessoa, é o lugar da concretude das possibilidades humanas. A diferenciação subalterna é revestida num corpo, num corpo primeiro declarado como diferente, que depois faz da diferença uma tentativa de reduzi-la a inferiorização do/a Outro/a. A exemplo, a criação dos disformismos biológicos como designação das diferenças subalternas entre homens e mulheres, os estereótipos fenótipos como critérios da hierarquização entre as consideradas raças “superiores” e as “inferiores”, justificando e justificando os genocídios, racismos, xenofobias, a diáspora africana, sendo que há ainda o corpo como lugar da

diferenciação sexual com critério político-social de inclusão e exclusão de direito e justiça social.

Olhar o corpo visível é vê-lo em toda a sua vulnerabilidade, ao tempo de espiá-lo na tangencia do desejo de transformar diferenciação em sinônimo da inferiorização subalterna, cria-se um valor político e ideológico de produção que situa diferentes corpos em diferentes posições no mundo, e é ele, o corpo, que situa o sujeito ser sensível e sensiente ao mundo. Não é coisa, é pacto intencional vital, é o mundo traduzindo-se para si como consciência cognoscente, política, sócio-histórica e cultural. Na diferença entre homens e mulheres, vale ouvir o dito por Cunha (2006, p. 163-164):

Elas não são ignorantes, elas apenas sabem outras coisas e de outra maneira; elas não são inferiores, elas foram feitas subalternas; elas não são emanções locais, elas estão, vivem e experimentam as tensões de todas as escalas; elas não são resíduos do atraso, elas são as manifestações da complexidade da contemporaneidade; elas não são a sombra da sombra, a elas foram retiradas a palavra ou foram mandadas calar e resistiram silenciosamente até poderem falar. Elas não são o *outro* do homem, elas são as mulheres.

E na presença narcísica hétero-patriarcal no campo da identidade de gênero e sexual, a invisibilidade da mulher no sistema prisional se revela como um espelho das ausências, as mesmas que fecham os olhos aos processos plurais de reconhecimento distributivo igualitário. É a reafirmação da inferiorização daquelas identidades consideradas subalternas, enredada a toda numa complexa teia de poder, segundo o qual, um grupo, uma cultura, por via dos discursos de verdade, cria interdito e o rejeita, definindo fronteiras de subordinação e hierarquias. Sem essencialismos ou universalismos fora do pensamento único, o eco dito por Santos (2006, p. 19):

o multiculturalismo, a justiça multicultural, direitos coletivos, cidadania plurais são hoje alguns dos termos que procura jogar com as tensões entre diferenças e igualdade, entre a exigência de reconhecimento da diferença e de redistribuição que permite a realização da igualdade.

A equação diferença e igualdade, direitos coletivos e cidadania plurais, é sempre uma demanda de luta por reconhecimento e inteligibilidade no interior da regulação social levada a cabo pelo Estado, acarretando uma reivindicação à heterogeneidade num sistema que impõem os enquadramentos homogeneizantes da ordem jurídica e cognitiva, pautada na ideia de colonização vitoriana do mundo. Na medida que o Estado tem gravitado na órbita de atender aos interesses de uma determinada classe social, de um determinado gênero e de um determinado grupo étnico-racial, isso é problemático a qualquer política de reconhecimento.



Nessa trilha, há uma narrativa expressa, no modo como uma reclusa interpreta e compreende o regime de verdade a ela imposta pelo sistema prisional:

**Diferentes sim, diferenças não!** Esse é o nome que deu pra essa fotografia, porque, aqui todas deveriam ser tratadas como iguais. Porque querendo ou não. Olha! De um ano que eu tô aqui, eu, eu já vi entrar na prisão enfermeira, já vi gente concursada, massagista, que já viu polícia, agente penitenciária, gente formada, gente fazendo curso de Direito. Então, independente dessas pessoas ter esses cursos lá fora! **Aqui você vai comparar morador de rua, noiado que vêm pra cá, gente que não tem profissão, pras polícias? Aqui?** Eles não vê! Todos são tratados iguais, porque todos estão no Sistema prisional. Então, independente do o que você é lá fora, pode ser o presidente, não importa! (informação verbal).<sup>283</sup> [grifo nosso]

Figura 99 – Diferenças



Fonte: Registro de Taynara.

Embora, não se percebe na fala a crítica a diferenciação de níveis de hierarquia, de distribuição desigual de poder, e consequentemente, de privilégios, as plurivocalidades, a etnografia, as outras imagens produzidas demonstram que a prisão é territorializada pela cartografia da diferenciação subalterna, uma diferenciação que é tanto horizontal (oprimidas-opressões), que no uso dos espelhos sociais reforçam a classificação social, as diferenças de gênero, racial e principalmente de classe social; quanto verticalizada entre as oprimidas-oprimidas quando reterritorializam a distribuição, o lugar das outras reclusas considerando os tipos de crime praticados, e/ou a ligação com suas posições de poder no interior do crime organizado.

A partir da hora que você entra na prisão, você vai ser tratado como preso. Você vai seguir as normas deles aqui. Mas todos são um diferente do outro, porque um tem

<sup>283</sup> Entrevista de Taynara.

estudo diferente, atitudes diferentes, comportamentos diferentes, gêneros diferentes, foi criado de um jeito, você vê gente mais calma, gente que fala, fala, fala bem, já tem gente, tem gente que fica quieta. Outras, por qualquer coisa, pum! Explode. Foi criado diferente, não leva desaforo pra casa.

**Então, são todos diferentes, mas diferenças não! Por quê? Porque todos são tratados iguais, a partir da hora que você tá aqui dentro como preso, a partir da hora que você veste uma roupa desta, você tem que ser tratado igual. Tipo assim, tem que tratar as agentes de dona! É procedimento! É cara na parede.** (informação verbal).<sup>284</sup> [grifo nosso]

Há uma territorialidade não-formal esculpida pela diferenciação subalterna, em luta como pretensa visão de homogeneidade pela via dos uniformes imposta pelo sistema prisional, a esconder a desigualdade. Na esteira da tradução dessa reflexão, implica a problematização dos princípios homogeneizantes que se articulam aos recursos identitários e quem pode homogeneizar é sempre quem está no topo da pirâmide de poder, e as regras do sistema prisional para o encarceramento feminino implicam um novo paradigma normativo que coloque em causa o reconhecimento da justiça de gênero e da diferenciação sexual.

**Nessa foto, eu coloquei todas as bermudas todas iguais, só no final a última que eu coloquei uma virada escrita sistema prisional. Por quê? Por que é o sistema. O sistema prisional tem que seguir a regra do sistema, a partir da hora que você entra aqui você tem que seguir a regra do sistema. Você tem que fazer cara na parede e pronto!** (informação verbal).<sup>285</sup> [grifo nosso]

Nas microrrelações é perceptível o exercício do biopoder sobre os corpos dóceis, que em nome do poder normativo-disciplinador evocado no discurso da “operação legalidade” asseveram os processos sociais (divisões étnicas, culturais, locais, dentre outras) sobre aquelas pensadas na lógica da sociedade em natureza, ou como cidadania incivil. Os/as agentes que operam em nome do Estado fazem uso de um sistema de comunicação jurídica, que funciona com suas práticas e discursos como um código binário variando entre o legal/ilegal, sendo que a lógica normativa disciplinadora faz uso do direito para regular a si mesma e legitimar seu discurso como prática de opressão.

Vê-se que no sistema prisional feminino, essa cartografia abissal é asseverada por uma razão metonímica, que justificada na monocultura da naturalização das diferenças, faz do confisco do cuidar de si, na ótica do feminino, uma das formas de produzir inexistência. Na penitenciária, ao tempo que há a existência de um *salão de beleza* onde as reclusas, com algum recurso financeiro, cuidam dos cabelos, das unhas, da depilação. Esse mesmo sistema proíbe o uso do batom e/ou qualquer outro tipo de maquiagem por elas. Ecoa o dito por

---

<sup>284</sup> Entrevista de Taynara.

<sup>285</sup> Entrevista de Taynara.

Santos (2010, p. 352), “todos/as temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferente sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Infelizmente, não verificou a igualdade na diferença:

**O uso do batom sai por causa da operação legalidade.** Eu não entendi o que levou a retirarem a maquiagem das presas. As detentas são severamente punidas quando são pegas com a maquiagem. Eu não acompanhei toda a operação legalidade. O objetivo real, e o que fizeram de fato nessa operação eu não sei! Eu voltei pro sistema muito depois que já estava em prática, essas condições de legalidade! **Eu sinceramente não sei te falar, nisso tudo, o que é legalidade e o que é imoral!** Eu não sei se é legal tirar o batom ou se é imoral tirar o batom! Você tá entendendo? **Como mulher, eu acho que isso não é legal, é imoral! Você não pode usar um perfume? Cara o que é isso? Ah, dizem que não pode usar o perfume porque vira arma, porque vira não sei o que mais, Tudo pode ser uma arma! Eu não entro nessa paranoia não!** (informação verbal).<sup>286</sup> [grifo nosso]

Se eu acho perigoso as presas usarem maquiagem? **Mas, um batom, um lápis de olho, eu não vejo o que iria ter problema. Mas aí entra o administrativo, entra a direção. Eu acho que o problema são os excessos, antes da operação legalidade era quinhentos perfumes, quinhentos cremes, quinhentos lápis, quinhentas maquiagens.** E isso além de poder gerar o comércio. Mas se fosse uma coisa, tipo um creme de pele, um batom, um lápis, eu acho que não tem problema. Essas presas, essas reeducandas, estão reclusas pra quê? Por quê? Elas estão sendo preparadas pra quê? Pra retornar à sociedade? Como que elas vão retornar à sociedade se elas não têm o mínimo de, sabe, dignidade, de assistência, de qualidade de vida, entendeu? Eu acredito que elas vão sair piores do que entrou (informação verbal).<sup>287</sup> [grifo nosso]

Figura 100 – O valor da beleza



Fonte: Registro da autora.

**Tirar, punir, humilhar as presas por causa de maquiagem pode! Então, por que aqui dentro tem um salão de beleza? Por que você senta no salão pra fazer as unhas? Às vezes, numa semana, ela troca de esmalte da mão duas vezes na mesma semana? Eu não acho isso certo!** (informação verbal).<sup>288</sup> [grifo nosso]

<sup>286</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

<sup>287</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora

<sup>288</sup> Entrevista anônima de mulher trabalhadora.

Olha só o que aconteceu: era final de semana e eu jamais imaginava que a direção estaria aqui. Falei pras meninas assim ‘hoje eu vou trincar na maquiagem!’ [risos] Eu passei, passei, passei pó, blush, fiquei toda, fiquei outra Dayana! [risos] Outra Dayana diferente! Desci pra pegar a comida no meu dia de trabalho todo trincando na maquiagem. [risos]

Eu lá, bem de costas conversando, perguntando não sei o que prum senhor do caminhão de entrega [risos], quando eu virei, assim, [risos] Paa!! A diretora, [risos] ela ‘Oi, Dayana Gleicy! Nossa! Como você tá maquiada!’ [risos] Eu comecei ‘Ai! Meu Deus!’ Comecei a esconder o meu rosto, e depois eu ‘Ai, meu Deus, e agora? Eu vou ter que tirar minha maquiagem por causa disso ai?!’ Pensei ‘Não! Não vou tirar minha maquiagem não! Por que não é possível ela me punir, porque no dia de domingo eu resolvi ficar bonita’.

Eles dizem que tiraram a maquiagem porque a gente muda! Por exemplo, tem meninas que nunca se maquiaram, se elas se maquiarem ficarão totalmente diferentes. Quem conhece não vai reconhecer mesmo. Por que tá toda maquiada! Olha eu aqui!

Essa foto eu com maquiagem e sem maquiagem! É outra Dayana. Eles dizem que dificulta o reconhecimento, que a gente vai mudar a personalidade pra tentar sai daqui, fuga essas coisas, é igual a peruca, a maquiagem na mente deles são coisa que vão mudar a gente. Então é muito feio isso, igual um dia eu falei pra diretora ‘Puxa! É muito feio, é muito doido a gente ter que esconder de vocês um batom, pra no dia a 12 [polícia] ter que levar. E mais feio ainda é a gente tá de batom e eles arrancarem do rosto da gente, ou pedi pra tirar. É muito doido, você pegar o seu batonzinho e ter que tirar da boca porque não pode. Puxa! Batom! Batom não vai mudar nada. Por que não pode? Isso não atrapalha em nada. A gente sem maquiagem fica muito diferente. A diferença pra mim? É que a gente se sente mais bonita! Entendeu? A mulher que é vaidosa! A autoestima levantou! Não vai precisar de remédio pra dormir! [risos] Vai ficar bonita!

E, a senhora **sôbe o que a chefe de disciplina fez comigo professora? Eu demorei tanto pra consegui trabalhar no extra-muro! Ela pegou e me tirou do extra-muro, por isso, eu voltei pro raio 2. Sabe por quê? Ela falou que eu tava entrando com maquiagem, que tava entrando com o produto pra fazer comércio aqui dentro. Mentira professora! Aqui quem vende é ela!** Eu fiquei só a revolta. Ela, a chefe de disciplina, pegou uma **foto minha** toda trincada na maquiagem e postou no faceebok professora! [risos]. E ela ainda falou ‘vc acha que eu não ia descobrir?’ ‘Essa foto era antiga, de um ex-namorado meu. Bateu na bigorna chamando todo mundo do raio, em todos os raios, e ainda falou ‘Viram? Viram a Dayana é Talarica, olha só a foto dela aqui!’ Talarica aqui dentro, é presa que anda com homem casado. E, não adianta, mentalidade de presa não perdoa, porque quem tá aqui pensa, ela vai andar com o nosso também! **Mentalidade de presa não perdoa ninguém que anda com homem casado. Homens fortalecem elas aqui dentro. Veja o caso do Sandro Louco, o cara com dinheiro, tem 04 mulheres lá fora, e ele comanda e sustenta as quatro. O cara pensa o golpe da tia, que é o roubar pelo telefone. São 05 mil, 10 mil, como que não vai sustentar? Lá os homens se unem com os outros homens, se unem com a polícia, pagam bem, lá os gentes são que faz o corre<sup>289</sup>, sai bem daí que não tendo acordo eles mantam menos. Ai a senhora acha quem tá aqui vai sair do cara? O cara tá fortalecendo elas?** (informação verbal).<sup>290</sup> [grifo nosso]

<sup>289</sup> Fazer corre, expressão na linguagem da cadeia que significa o movimento de circulação de materiais ilícitos como celulares e drogas.

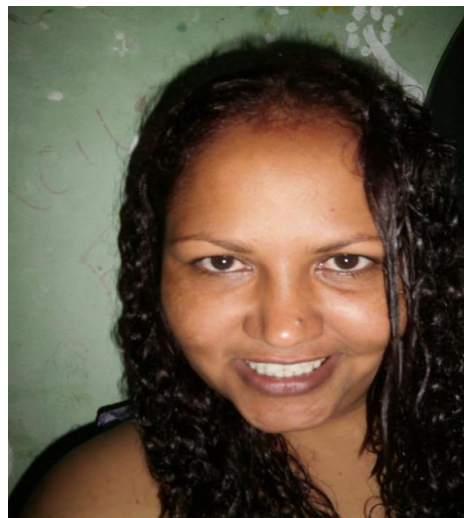
<sup>290</sup> Entrevista de Dayana.

Figura 101 – Eu com maquiagem



Fonte: Registro de Dayana.

Figura 102 – Eu sem maquiagem



Fonte: Registro de Dayana.

O batom, a maquiagem como artefatos sociais que são, dizem muito a respeito do vínculo que esses objetos constroem com a ética da alteridade do/a Outra/o, e este vínculo *a priori*, sugere ao menos três questões: a emergência de como determinadas pessoas são marcadas por uma vida precária; como são ou não reconhecidas como humanidades; e como sua humanidade é o *Outro* como ameaça. Nesse jogo, a representação e o representável da alteridade constituem-se em um meio de humanização e/ou desumanização, podendo o/a Outro/a ser ou não eliminado, ser ou não ouvido, ser ou não visível.

Mas então, pergunta-se: porque o uso da maquiagem é considerado ameaça da segurança do mundo civilizado da prisão? Amedrontam as pessoas pela beleza? Pela alegria? Pela festa? Por não estarem deprimidas? É a perversidade como impedimento do crescimento e grandeza do Outro? A interlocução com Levinas (1999) e Butler (2011) fornece algumas pistas na tentativa de resposta às questões. Os autores ajudam a entender quais os valores as humanidades têm a oferecer, e quais os contextos. E nesse caso, o “rosto” é o reflexo do espelho relacionado com a estética, a ética, e sobretudo, com a violência, porque é ele, o rosto, que se impõe como ordem a/o Outra/o, é o lugar da autorrepresentação. Negar o uso de maquiagem a essas mulheres é o mesmo que negá-las o direito a existência. Aproxima-se do dito por Levinas<sup>291</sup> (1999 apud BUTLER, 2011, p. 16):

<sup>291</sup> LEVINAS, Emmanuel. **Da existência ao existente**. Tradução Paul Albert Simon, Ligia Maria de Castro Simon. Campinas: Papirus, 1999.

A abordagem do rosto é o mais básico modo de responsabilidade... O rosto não está de frente para mim (en face de moi), mas acima de mim. É o outro diante da morte, olhando através dela e a expondo. Segundo, o rosto é o outro que me pede para que não o deixe morrer só, como se o deixar seria se tornar cúmplice de sua morte. Portanto, o rosto diz a mim: não matarás. Na relação com o rosto eu sou exposto como um usurpador do lugar do outro.

Na relação da assepsia do rosto como prática imposta pela *Operação Legalidade*, o “eu” é exposto como um usurpador do lugar do Outro, é a expressão estética-ética de vulnerabilidade ontológica de existir, nega o direito do Outro como existência. A maquiagem no rosto, é a face da humanidade dessas mulheres, é o que as liga ao mundo, negar-lhes o uso é a própria ruptura do ser. O rosto, estritamente falando, não fala, mas o que o rosto significa é um jogo de vida ou a morte, é a vocalização sem palavras do sofrimento que marca os limites do intraduzível, não como mero significado semântico, mas como a extrema precariedade do Outro, que pertence a esfera da estética como política.

A suspensão do direito ao uso do batom, da maquiagem opera na lógica do assassinato da *Outra*, anuncia uma agonia, uma insegurança, ao mesmo tempo que indica a luta por aquilo que poderá ser nominado como vida. Ao contrário da violência a elas imposta pela força, essas mulheres fazem uso de estratégias pacíficas, não-violentas, ao tempo de situá-las num campo de tensão entre o medo de serem submetidas à violência e o medo da própria morte identitária que as religam a uma identidade feminina mortificada pela precarização da sua humanidade.

A câmera fotográfica não apenas capturou o rosto, como o medo da perda da identidade, da autonomia, que reflete no espelho a face de Janus. De um lado, *o rosto lavado* reflete a não vocalização, o lamento ou agonia, é o interstício que obstrui a escuta de algum ruído da precarização da vida. De outro, *o rosto maquiado* é amedrontado pela ideia de não existência, é o clamor do ser representável, de contar sua história, é o tangível símbolo de resistência à repressão imposta aos seus corpos, às suas vidas. Quando o eu que vê o rosto não se identifica com ele, é a condição de violência que anula qualquer possibilidade de humanidade, e o que se vê é o reflexo da desumanização (BUTLER, 2011).

Outro aspecto de subjugação relatado pelas reclusas, diz respeito ao uso do uniforme, fato que acentua a deformação de uma linha discriminatória identitária, que ao pautar-se na representação diferenciada entre homens e mulheres, faz da suposta homogeneização, a planificação das diferenças e reafirma a diferenciação subalterna que caracteriza as desigualdades.

Nos termos delas, configura-se como a própria obliteração da sua humanidade:

**A gente agora só vive de uniforme. Vai na audiência com esse amarelinho! Mas a gente chega lá os homens tão lindo, maravilhosos de roupa da rua e tudo! Já nós vamos com esse uniforme amarelinho. Qual a diferença? A diferença é que nós somos mulheres e eles são homens,** nós somos menos pessoas, e eles são em 3000 homens ali na frente. Eu creio que seja no masculino uns 3000 homens, uns 2000 homens, não é, Claudia? E lá eles usam roupa, eles têm direito a ter roupa, e nós não podemos, nós estamos em 160 mulheres. **Qual a diferença? Já que as normas dentro do sistema prisional são iguais pra todos? Nós só podemos ter um uniforme, uma saída que tem na rua tem que sair desse jeito aqui. Aqui a gente não tem nada, não tem uma maquiagem, a gente tem acesso a salão aqui dentro mesmo, mas aí é você arrumar o cabelo e uma unha, só, não tem acesso a mais nada** (informação verbal).<sup>292</sup> [grifo nosso]

**Nós temos só duas mudas de roupas, nós lavamos as roupas no chão. Dentro do barraco mesmo, tanto que tem muitas meninas que já pegaram infecção,** pegaram fungos na calcinha, até porque toda roupa feminina precisa pegar um sol, não tem como você secar uma roupa feminina dentro de um cubículo daquele. **Isso porque a gente inventou de fazer o varal pra fora, porque quando abrisse a gente já ia estender as roupas. Foi proibido, a direção mandou os agentes proibir, que não era pra deixar pôr roupa na pista.** Não sei por que isso. Não sei. A justificativa que eles dão é que não pode. **Se eu tiver uma saída pra fora do presídio, tenho que lavar hoje pra amanhã tá seco e vestir de novo. Se não seca tem que vestir molhado. Igual quando eles entram dentro do raio, e gritam: ‘procedimento!’ Se você não tiver de uniforme, você leva o maior xingo e vai parar no isolamento.**

Mas eles não vê que a gente só tem um uniforme. Eu mesmo sou alérgica, eu tiro meu uniforme, eu já lavo, porque como vou ficar sem uniforme? E se eles entrarem e eu tô sem uniforme eu vou pro isolamento! E eu não fico, não consigo ficar com o uniforme vestido dois dias, chega agora lá tenho que lavar, não posso ficar essa mesma roupa, eu sou alérgica. Na hora da tranca, já vou escutar um monte de bosta (informação verbal).<sup>293</sup> [grifo nosso]

**Igual eu falo, quando eles falam que vão fazer procedimento, eu falo ‘Só se for pra tira a vida agora, porque o que nós tinha vocês já tiraram, vai tirar o que agora? Calcinha e sutiã?’**, porque não tem mais o que levar! E às vezes, realmente, quando eles fazem procedimento, eles levam calcinha e sutiã! **Calcinha vermelha não pode ter! Calcinha azul escura também não pode ter.** Eu não sei porque não pode ter calcinha vermelha, calcinha azul escura. Já teve vez da chefe de disciplina, encontrar meninas no corredor com top azul escuro, ela fazer voltar pro raio, tirar e entregar pra ela, e deixar a menina sem sutiã só uniforme, muitas vezes já vi ela fazer isso, não foi uma, nem duas, várias vezes (informação verbal).<sup>294</sup> [grifo nosso]

Quanto tem roupas diferentes. É porque passa despercebida. Às vezes é que a menina que chega da rua e ali embaixo não é retirada. Porque não tem ninguém pra retirar e entregar o uniforme, entendeu? [risos] E acaba vindo pra cima. Às vezes consegue passar um vestido, uma blusa, um short, às vezes acaba subindo, aí é onde que as pessoas negocia. Elas querem vender, a gente quer comprar, e às vezes consegue. Ela precisa, a gente precisa e ela gostou, a gente acaba comprando. Mas, no dia que a “12” entra, retira de nós. Pra nós, nós fala ‘12’, mas pra eles é procedimento de revista. “12” pra nós é polícia, entrou a ‘12’ e levou. Às vezes as roupas entram ali por baixo, ali mesmo, acaba passando (informação verbal).<sup>295</sup>

<sup>292</sup> Entrevista da Ruiva.

<sup>293</sup> Entrevista de Doralice.

<sup>294</sup> Entrevista de Dayana.

<sup>295</sup> Entrevista de Juliana.

Figura 103 – As meninas



Fonte: Registro de Juliana

Caracterizada pela violência como missão civilizatória a instituição prisional, de um lado, a instituição assume a categoria homogeneizante para criar e reforçar a submissão e as diferenças de poder, estruturando-se de modo a cristalizar a ideia de vazio colonial como algo não superado. De outro, por parte das reclusas há o uso do batom, da maquiagem, roupas civis, o uso da cozinha, que são atos subversivos de reafirmação da diferença identitária. Há uma resistência por parte dessas mulheres subalternizadas, não como algo inerente à operação do poder, mas como a manifestação do poder que cada uma tem, ou a quem está submetido, de criar abertura-de-novos-caminhos, alargando a fronteira para fora da precariedade da vida marginal. A descolonização dos corpos é parte da utopia dos feminismos pós-coloniais, porque o corpo, como elemento matricial da juntura do ser com o mundo, expressa configurações complexas de teias de significações pessoais e sociais, que são da ordem política, ética e cultural. E isso, no interior de uma instituição prisional feminina repleta de inscrições coloniais, qualquer possibilidade que assumam as diferenças como políticas de igualdade é um ato revolucionário.

Os conceitos guias, que são a violência de gênero, violência lenta, a ecologia de saberes, o cosmopolitismo subalterno, permitem melhor compreender a rede de significações que circulam e tomam os corpos como *rês* (coisa); como negação, se imiscuem em experiência de frustração e aniquilamento. Corpos obedienciais, em estrutura misógina negada pelo patriarcalismo a silenciar os corpos que se esvaem. É possível nos limites abissais pensar uma ecologia dos saberes, nas quais seja viável alguma reconciliação, dado que a universalidade de dimensões ontológicas implica no reconhecimento, por vezes, nos



extremos. Isso é presente no cotidiano das mesmas mulheres que procuram formas de expressividades que lhes provoque o sentido do carinho, da vivência erótica, do calor, do aconchego, do orgasmo e do reconhecimento mútuo das possibilidades humana em expressar-se intensamente.

No bojo desses conflitos, percebe-se ser preciso tornar o cultural como político e o político como cultural, e isso passa pelo debate a respeito das concepções eurocêntricas, universalistas dos direitos humanos, e a reconceitualização de um direito humano emancipatório multicultural. As implicações epistêmicas, ontológicas e políticas dessa afirmação resvalam na indissociabilidade entre as políticas culturais, sociais, das diferenças e políticas da igualdade como condições necessárias ao alcance da justiça social. Por isso, se crê que a construção da sócio-política-econômica-cultural, no interior das dinâmicas de diferenciação, é desigualdade.

## CONCLUSÃO

As Epistemologias do Sul em diálogo com as Epistemologias Feministas e as teorizações pós-coloniais ajudaram a deixar mais evidente que o paradigma da modernidade ocidental se assenta no desequilíbrio entre quem participa do contrato social emancipatório e quem está fora dele pela via da apropriação e violência. A partir da hipótese central do estudo, buscou-se demonstrar que a prisão cumpre um papel sociopolítico de continuidade e reiteração das exclusões radicais geradas pelos sistemas de opressão capitalista, colonial e patriarcal. Sistemas esses que geram e gerenciam linhas abissais que pela divisão obliteram as sociabilidades por eles gerados. Percebeu-se, em certa medida, que a fronteira do abismo abissal é separação das zonas do SER e o NÃO-ser. De um lado, há o reconhecimento da humanidade, dos direitos, da emancipação social, de outro, há insistência da condição de humanidade, a falta de acesso à justiça social. As sociabilidades advindas das zonas periféricas herdeiras dos processos coloniais sequer são sujeitos de direitos, no máximo são transformadas apenas em discursos de direitos humanos. A justiça social e cognitiva formal distanciam-se como realidade da prática social para essas sociabilidades consideradas pela ordem hegemônica como incivis. Todavia, essa mesma linha abissal desloca-se múltiplas vezes, o hibridismo da zona de contato permite as sociabilidades nela envolvida, não apenas atravessá-la como situarem-se sobre a linha. Essas mulheres envolvidas no estudo, por vezes sambam sobre a linha.

Nesse cenário, num diálogo entre o local e o global, problematizou pela via da Sociologia das Ausências e da Sociologia das Emergências o fenômeno multifacetado que é a violência, um fenômeno de dimensão econômica, política, social, cultural, religiosa e jurídica, todas interligadas de modo complexo. Nesse cenário de pandemia social que é a violência, argumentou-se que a violência de gênero em espaços públicos e privados, no interior do sistema mundo, conecta-se simbioticamente com a violência estatal e institucional, aliançadas ao sistema policial, legal e carcerário. Nas biografias das mulheres privadas de liberdade, percebeu-se em microescala o prolongamento da violência direta outrora sofrida, cujos efeitos da violência lenta, dela decorrente, transforma-se numa subjetividade ferida, ligando-as à delinquência, em especial ao narcotráfico. Longe de ser uma tábua rasa, no espaço doméstico residem complexos processos de interações, negociações, compromissos, conflitos, reforço e neutralizações mútuos.

E sendo a penitenciária feminina estudada diretamente ligada ao fenômeno da violência, ao descreve-la percebeu-se como uma distorção disfuncional dos territórios sociais projetada na distribuição desigual de poder. A hibridização é o exercício prático e significativo da copresença dessas duas formas do exercício do poder. Ao observá-las pela via da tradução compreensiva interpretativa, conclui-se que a cartografia arquitetônica da prisão é esculpida pelos sentidos simbólicos configurativos da espacialidade geopolítica da distribuição desigual do poder.

O poder que caracteriza esse espaço-tempo distingue-se por se tratar de duas ordens: uma que é o aparato normativo-disciplinador do Estado, expresso na tríade dos sistemas de justiça-polícia-prisão, vivificados nos meios de sujeição as regras, procedimentos que os permeiam e fazem circular os efeitos do poder de modo ininterrupto, adaptável e individual, com seu regime de verdades. A outra ordem é constituída pelos sentidos, práticas, retóricas, linguagens e saberes construídos e atribuídos pelas Subjetividades do Sul, em reclusão e não pelo Estado, que emana das microrrelações intersubjetivas que não são apenas uma força coercitiva da negação, mas uma rede estruturada segundo regras, princípios, mecanismos autônomos que permitem microfísicas de poder, resistências e resiliências.

Ao longo do estudo, procurou-se demonstrar que na vida social fora do mundo prisional existem sociabilidades sociais mais vulneráveis ao fascismo social e territorial, que dentro da penitenciária são objetos do fascismo prisional. E esse sistema de opressão, que é o sistema carcerário, configura-se por duas lógicas de exceção: de um lado, há a lógica da classificação social e do colonialismo do poder. A prisão como instituição total é o elo aliado nas reformas neoliberal da globalização econômica, cumprindo o papel de asseverar em seu interior a precarização da vida daqueles/as corpos-racializados, corpos-empobrecidos, corpos-genderizados. Do outro lado, há a lógica da hibridização subalterna, a mesma que tem representado as mulheres como um corpo ontológico e epistêmico sem poder político, sem energia ou sem sabedoria, asseverando as linhas abissais como sistema de opressão produzida pelo hétero-patriarcado, aliado à herança colonial presente nas instituições, nas relações sociais, no conhecimento, na falta de acesso à justiça social.

Ao perguntar aos participantes “o que você que mudaria na prisão?”, observou-se uma utópica que circula em torno do fim da violência sobre seus corpos, suas vidas, e a busca por outro mundo possível para além da exclusão social. A clarividência é maior quando se olha das margens para o centro, ou seja, aquelas que se encontram absorvidas por múltiplas experiências colonial-sexista que marcam suas biografias, melhor expressam significativas perspectivas de mudanças para si e para as outras mulheres.

Quadro 1 - O que mudaria na prisão?

| Dimensões                  | Ação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Epistêmica (reclusas)      | “Atividades na quadra de esporte, como danças, caminhadas, atividades física”; “Criar cursos de Filosofia, Sociologia, Administração, uma faculdade”; “Melhorar as aulas na escola, ter outros cursos que sirvam como fonte de renda dentro e fora da prisão”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Epistêmica (trabalhadoras) | “Trabalho e Educação para as reeducandas”; “Religião sim! Mas, não como poder de dominação”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Ontológica (reclusas)      | “Mudar as regras de ressocialização um POP [Procedimento Operacional Padrão] sem violência, opressão, gritos, xingamentos”; “Instrução humanizadas para os servidores, nem todos têm estabilidade emocional, por isso, tratam a presa como desumanização”; <b>“Os policiais deveriam ser mais humanas”</b> [grifo nosso]; “que a prisão feminina tivesse as mesmas regalias que o masculino”.                                                                                                                                                                                      |
| Ontológica (trabalhadoras) | “A penitenciária feminina não pode ser pensada como a masculina”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Política (reclusas)        | “Fim do porte de arma para os servidores”; “retornar a cozinha pras mãos das presas, pra voltarmos a fazer nossa própria comida”; “reativar a horta”; “Implantação de atividades na quadra de esportes como dança, caminhadas, esportes, muitas de nós estamos acima do peso e com pressão alta, isso ajudaria na nossa saúde”; <b>“Ações que aproximasse a nossa família de nós,</b> porque ficamos muito tempo sem notícias dos nossos filhos” [grifo nosso]                                                                                                                     |
| Política (trabalhadoras)   | “Reativação do Conselho Penitenciário, mas isso fortalecido, de modo que a sociedade, a comunidade, o Estado, os servidores todos se responsabilizassem pela reinserção social dessas mulheres privadas de liberdade”; “Defendo a implantação na prática dos cinco pilares do sistema prisional: <b>justiça, comprometimento; responsabilidade social</b> [todos/as do sistema prisional e de justiça], <b>ética, altruísmo,</b> porque as pessoas precisam aprender a se colocar no lugar do/a outro/a, servidores/as não podem se tornarem máquinas desumanizadas” [grifo nosso] |

Fonte: Depoimentos das participantes da pesquisa.

Ao trazer para praça pública o saber e as ontologias expressas na pluralidade de vidas e de idiossincrasias que por aqui se ouviu e sentiu os seus lugares, compreendeu-se que todos e todas carregam a natureza transcendente do corpo numa consciência individual que se vê e se percebe, ao tempo que é uma consciência coletiva e social constituída numa relação dual, mas não dualista. O lado positivo desta realidade que se desvela dos abismos das ausências é a janela das emergências que se abrem às oportunidades da necessária emancipação social. Para além do que projetam por seus corpos, suas vidas, seus sofrimentos, há as resiliências, as resistências, as utopias de outro mundo possível, fora de qualquer essencialismo e/ou universalismos. Percebeu-se que todos e todas são/somos partes da solução ou do problema implicados na construção da justiça social fora da violência como forma eficaz de resolução de conflitos.

Amplia-se, deste modo, os alertas advindos das feministas pós-coloniais de que fora do campo epistêmico e das tensões entre subjetividades e cidadania não há uma *Agenda Pública para a Paz* possível. Todas as discussões a respeito da paz implicam nos debates dos tópicos sobre a segurança, desenvolvimento, colonialismos, armamento, e todos os problemas que envolvem a violência estrutural e cultural, militarização, força bélica, a justiça de gênero, o racismo, a xenofobia, a intolerância religiosa, a precarização do Estado de bem-estar social. A agenda para paz é a maximização da justiça, da emancipação social, da paridade entre homens e mulheres e a minimização dos efeitos da violência estrutural, cultural, do sexismo.

Discussão complexa, rica de detalhes e intensidades suscitadas por essas mulheres, e a produção do conhecimento delas advindas não tem nem a pretensão de ser uma verdade canônica, ou uma prescrição feminista localizada, como tão pouco fechar-se em copas. Os debates feministas pós-coloniais envolvidos nessa descrição compreensiva-interpretativa densa, abre uma porta ao infinito para as novas teorizações feministas sempre situadas nas quais as subjetividades possam falar e fazer-se ouvidas. Que sejam como uma caixa de som ressonante repleta de ecologias de saberes, de uma pedagogia libertária e libertadora com bem postulou Freire (1957, p. 33):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADÉSÍNÀ, Jímí O. Re-appropriating Matrifocality: Endogeneity and African Gender Scholarship. **African Sociological Review**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 2-19, 2010.

ALLEN, Paula Gunn. **The Sacred Hoop: Recovering the Feminine in American Indian Tradition**. Boston: Beacon Press, 1992.

ALMEDA, Elisabet. **Corregir y Castigar**. El ayer y hoy de las cárceles de mujeres. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2002.

AMADIUME, Ifi. **Daughters of the Goddess, Daughters of Imperialism: African Women, Culture, Power and Democracy**. London: Zed Books. 2000.

\_\_\_\_\_. **Reinventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture**. London: Zed Books. 1997.

\_\_\_\_\_. Theorizing Matriarchy in Africa: kinship ideologies and systems in Africa and Europe. In: OYEWÚMÍ Oyèrónké (Ed.). **African gender studies: a reader**. Hampshire, Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2005, p. 83-98.

AMARAL, Ana Luiza; MACEDO, Ana Gabriela. A palavra, a identidade e a cultura translativa. In: RAMALHO, Marie Irene; RIBEIRO, Antônio Sousa (Org.). **Entre Ser e Estar: Raízes, percursos e discursos das identidades**. Porto: Afrontamentos, 2002.

ARENDT, Hannah. **As origens do Totalitarismo**. 6. ed. Portugal: Dom Quixote, 2015.

\_\_\_\_\_. **Sobre a violência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

AZAOLA, Elena. Género y justicia penal en México. In: ALMEDA, Elisabet; GONZÁLEZ, Encarna B. **Mujeres y Castigo: Un enfoque socio-jurídico y de género**. Madrid: Dykinson, 2007. p. 67-82.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os Devaneios da Vontade**. Ensaio sobre a imaginação das forças. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução do russo por Aurora F. Bernadini, José P. Júnior, Augusto G. Júnior et al. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 1998 [1975].

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território Negro em Espaço Branco: Estudo antropológico de Vila Bela**. [S.l.]: Editora Brasiliense; CNPq, 1988.

BARROS, Manoel. **Meu quintal é maior do que o mundo**. Antologia. [S.l.]: Ed. Alfaguara, 2015.

BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas**: Uma visão Humanística. 23. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BHABHA, Homi. **O local da Cultural**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Editora Porto, 1994.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**: A condição feminina violência simbólica. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Tradução Sandra Chaparro Martínez. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Quadros da Guerra**. Quando a vida é possível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo**: Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

\_\_\_\_\_. Vida precária. Trad. Angelo Marcelo Vasco. Dossiê Diferenças e (des)Igualdades. Contemporânea, n. 1, p. 13-33, 2011.

CAMUS, Albert. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (una redefinición). In: BARQUEZ, Elvira Concheiro et al. **Antología Del pensamiento crítico mexicano contemporáneo**. Colección Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribenô. Buenos Aires: CLACSO, 2015. p. 58-112.

\_\_\_\_\_. **Sociologia de la explotación**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

CASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. 2. Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do saber**: eurocêntrismo e ciências sociais, perspectiva Latino-americano. Caracas: IESALC, 2000. p. 87-95.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe- Postcolonial Thought And Historical Difference**. Princeton: University Press Published by Princeton University Press, 2000.
- CHAUI, Marilena. **Experiências do Pensamento**: Ensaios sobre a obra de Merleau-ponty. [S.l.]: Martins Fontes, 2002.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- COCKBURN, Cynthia. **Gender Relations as Causal in Militarization and War**. Department of Sociology, The City University London, UK b Centre for the Study of Women and Gender, University of Warwick, UK. Available online: 10 May 2010.
- COLLINS. Patricia Hill. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: TRUTH, S. et al. **Feminismos negros**. Una antologia. Espanha: Traficante de sueños, 2012.
- CONNELL. Robert. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21 (1): 424, jan.-abr. 2013.
- COSTA, Naldson Ramos da. Modelo operacional, violência policial e democracia. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício. **Violência e Cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. p. 252-269.
- CRAMPE-CASNABET, Michèle. A Mulher no Pensamento Filosófico do Século XVIII. In: DUBY, George et al (Org.). **História das mulheres no ocidente**. Do Renascimento à Idade Moderna. v. 3. Porto: Afrontamento, 1994. p. 369-407.
- CRENSHAW, Kimberl. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, University of California Los, Angeles, Ano 10, 1 semestre, 2002. p. 17-188.
- CUNHA, Manuela I. A Prisão Segundo o Gênero. In: **Educar o Outro**. As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas. Publicações Humana: Coimbra, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Malhas que a reclusão tece**. Questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1994.
- CUNHA, Tereza. A arte de xiticar num mundo de circunstâncias ainda não ideais. Feminismo e descolonização das teorias económicas contemporâneas. In: CUNHA, Teresa (Org.). **Ensaio pela democracia**. Justiça, dignidade e bem-viver. Coimbra: AJP, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Artigo Feminino**: Elas no sul e no norte. art.º 7 VII. Santa Maria da Feira: Rainho & Neves, 2011. Disponível em: <<https://coimbra.academia.edu/TeresaCunha>>
- \_\_\_\_\_. **Gênero paz e interculturalidade**. Uma critica feminista e pós-colonial. Portugal: AJP, 2006.



\_\_\_\_\_. **Never Trust Sinderela**: Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste. Portugal: Almedina (Centro de Estudos Sociais- CES), 2014.

\_\_\_\_\_. **Vozes das Mulheres de Timor-Leste**. Porto: Afrontamento, 2006.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Entrevista**. Programa Luchadoras. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=SY32cphYDiI>> 28 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Violências (re)encubiertas en Bolivia**. Santander: Otramérica, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. [S.l.]: Plataforma Gueto, 2013.

\_\_\_\_\_. Used To Be Your Sweet Mama. Ideología, sexualidad y domesticidad. In: TRUTH, Sojourner et al. **Feminismos negros**. Una antología. España: Traficante de sueños, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Europa, modernidade e eurocêntrismo. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do saber**: eurocêntrismo e ciências sociais, perspectiva Latino-americano. Caracas: IESALC, 2000. p. 25-34.

ENLOE, Cynthia. Understanding Militarism, Militarization, and the Linkages with Globalization. In: **Gender and Militarism Analyzing the Links to Strategize for Peace**. Women Peacemakers Program. [S.l.]: Action Pack, 2014.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Lisboa: ULMEIRO, [1975?].

\_\_\_\_\_. **Pele Negra Máscaras Brancas**. 2. ed. Porto: Paisagem, 1975.

FEDERICI, Silvia. **Calibány la bruja**: Mujeres, cuerpo y acumulacion originaria. Madri: Traficantes de Sueños, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classe**. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sociologia I. São Paulo: USP, 1964.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi...posso contar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Penalidade e Prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, p. 7-20, out. 2002.

\_\_\_\_\_. **Fortunas del Feminismo**: del capitalismo gestionado por el estado a la crisis neoliberal. Madri: Traficantes de Suenos, 2015.

\_\_\_\_\_. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. [S.l.]: Monthly Review, 1971.

GALTUNG, Johan. **Tras La violencia, 3R**: reconstrucción, reconciliación, resolución afrontando los efectos visibles e invisibles de la guerra y la violencia. España: Gernika Gogoratuz, 1998.

\_\_\_\_\_. **Violência Cultural**. n. 14. España: Gernika Gooratuz, 2003.

GANDHI, Leela. **Teoria pós-colonial**: Uma Introdução crítica. Disponível em: <<http://www.decolonize.org/?p=51>>

GEBARA, Ivone. As epistemologias Teológicas e suas consequências. In: NERUENFELST, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara (Org.). **Epistemologia, Violência e Sexualidade**: Olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal; Faculdades EST, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Obras e Vidas**: O antropólogo como autor. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **Os Quadros da Experiência Social**: Uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes. 1986

GQOLA, Pmula Dineo. Ufanel euqavile: blackwomen, feminisms and postcolonialty in Africa. n. 50. Agenda: Feminist Media, 2001. p. 11-22.

GRAF, Norma Blazquez. **Las Brujas**. Incorporación, Aportaciones y Críticas de las Mujeres a la Ciencia. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2011.

GROSFOGUEL, Ramón. (Org.). **Feminismos Islámicos**. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana, 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia e os pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonial global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

HALL, Stuart. **Da Diápora: Identidades e Mediações Cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue**. As vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HARDING, Sandra. **Is Science Multicultural?** Postcolonialisms, Feminismos, and epistemologies. Indiana: University Press, 1998.

HARDING, Sandra. **The Feminist Stand Point Theori reader Intellectual & Political Controversiel**. New York: New York, 2003.

HERNÁNDEZ, Rosalva Aída. Del Estado Multicultural al Estado penal? Mujeres indígenas presas y criminalización de la pobreza em México. In: SIEDER, Rochel; SERRA, Maria Terez. **Justicias indígenas y Estado: violências contemporâneas**. México: FLACSO, 2013.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan.-abr. 2015.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica**. 2. ed. Tradução Marcio Suzuki. Aparecida (SP): Ideias e Letras, 2006.

HUSSERL, Edmund. **Investigaciones Lógicas**. Madri: Alianza Editorial, 2009.

IRIGARAY, Luce. **Yo, Tu, nosotros**. [S.l.]: Ediciones Cátedra; Universitat de Valencia; Institut de La Mujer, 1992.

LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocêntrismo e ciências sociais, perspectiva Latino-americano**. Caracas: IESALC, 2000.

LEVINAS, E. **Alterity and transcendence**. New York: Columbia University Press, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogota, n. 9, p. 73-101, jul.-dic. 2008.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MAHMOOD, Sab. Teoría feminista e el agente social dócil: algunas reflexiones sobre el renacimiento islámico en Egipto. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida

(Ed.). **Descolonizando el feminismo**: Teorías y prácticas desde los márgenes. [S.l.]: Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008.

MAMA, Amina. Cuestionando la teoría: género, poder e identidade en el contexto africano. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). **Descolonizando el feminismo**: Teorías Y prácticas desde los márgenes. [S.l.]: Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008.

\_\_\_\_\_. The Challenges of Feminism: Gender, Ethics and Responsible Academic Freedom in African Universities. **JHEA/RESA**, v. 9, n. 1/2, p. 1-23, 2011.

MARTINS, Bruno Sena. **Sentido Sul**: A cegueira no Espírito do Lugar. Coimbra: Almedina, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. **Lei Complementar nº 291**, de 26 de dezembro de 2007, D.O. 26.12.07. Disponível em: <<http://rouxinol.mt.gov.br/Aplicativos/SadLegislacao/LegislacaoSad.nsf/709f9c981a9d9f468425671300482be0/92e1d8e037604ed304257401005169d2?OpenDocument>>. Acesso em: 15 maio 2017.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão Negra**. Portugal: Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. **Necropolítica**: seguido de sobre el gobierno privado indireto. Tradução Elisabeth Falomir Archambault. Espanha: Editora Melusina, 2011.

MCFADDEN, Patricia. In Re-crafting Citizenship in the Postcolonial Moment: A Focus on Southern Africa. **Works And Days**, n. 57/58, v. 29, p. 260-279, 2011. Disponível em: <<http://connection.ebscohost.com>>.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Prosa do Mundo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

\_\_\_\_\_. **Conversas - 1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Olho e o Espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

\_\_\_\_\_. **O visível e o Invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do saber**: eurocêntrismo e ciências sociais, perspectiva Latino-americano. Caracas: IESALC, 2000. p. 35-53.

MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as misérias da ciência: colonialidade, geopolítica o conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**: um discurso sobre as Ciências revisitado. Porto: Ed. Afrontamentos, 2003.

MILLER, Daniel. **A Teoria das Compras**. São Paulo: Exame, 2002.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bojo los ojos do Occidente: academia feminista y discursos coloniais. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). **Descolonizando El feminismo**: Teorías y prácticas desde los márgenes. [S.l.]: Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008.

\_\_\_\_\_. De vuelta a “Bajo los ojos de Occidente” la solidaridad feminista através de las luchas anticapitalistas. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). **Descolonizando El feminismo**: Teorías y prácticas desde los márgenes. [S.l.]: Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008.

\_\_\_\_\_. **Feminism Without Borders**: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity. London: Duke University; Press Durham, 2003.

\_\_\_\_\_. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses boundary 2, v. 12, n. 3, On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism. (Spring - Autumn, 1984), p. 333-358. Disponível em: <<http://links.jstor.org/>>.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 82. ed. [S.l.]: Berthand Brasil, 2005.

NAVAZ, Liliana Suárez. Colonialismo, governabilidade e feminismos pós-coloniais. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). **Descolonizando El feminismo**: Teorías y prácticas desde los márgenes. [S.l.]: Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008.

NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). **Descolonizando El feminismo**: Teorías y prácticas desde los márgenes. [S.l.]: Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008.

NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. [S.l.]: Harvard University Press, 2013.

NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: os espaços e os conhecimentos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalização**: fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

OYÉRONKE, Oyerwúmi. Conceptualizando el género: Los fundamentos eurocêntricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología africana. In: **Africaneando**, Revista de

actualidad e experiências, n. 04, 4 trimestre de 2010. Disponível em: <www.africaneando.org.>

\_\_\_\_\_. **The Invention of Womem**. [s.L.]: Editora U of Minnesota Press, 1987.

PADILHA, Laura Cavalcanti. Silêncios rompidos. In: PADILHA, Laura Cavalcanti. **Novos pactos, outras ficções**: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras. [S.l.]: Novo Imbondeiro, 2002. p. 157-172.

PASSOS, Luiz Augusto et al (Org.). **RuAção das Epistemologias da rua à política da rua**. Cuiabá: EdUFMT; Editora Sustentável, 2014. Série PalavrAção. v. 1.

\_\_\_\_\_. Currículo, Tempo e Cultura. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2003. 488 p.

\_\_\_\_\_. **Filosofia para educadores**. O pensar para quem quer educação. v. 1. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

\_\_\_\_\_. Metodologia da Pesquisa Ambiental a partir da Fenomenologia de Maurice Merleau-ponty. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 9, n. 1, p. 38-52, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol9.n1.p38-52>>.

\_\_\_\_\_. O corpo, carne e ser em Merleau-Ponty: a relação indissociável das coisas com o mundo com tudo e todos. In: CONGRESSO DE FENOMENOLOGIA DA REGIÃO CENTRO OESTE, 5., 2013.

PASSOS, Luiz Augusto; GRANO, Beleni. **O eu e o outro na escola**: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Relatório sobre tortura**: uma experiência de monitoramento dos locais de detenção para a prevenção da tortura. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2010.

PINTASILGO, Maria de Lourdes. **Os novos Feminismos**: Interrogação para os Cristãos? Lisboa: Moraes Editora, 1981.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes**: Travel Writing and Transculturation. New York: Routledge, 1992.

PRIORI, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Access to Justice**. Practice Note. Nova York: PNUD, 2004.

PUREZA, José Manuel. **Para uma cultura da Paz**. Coimbra: Quartelro. 2001.

RAMALHO, Maria Irene. A sogra de Rute ou intersexualidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Globalização Fatalidade ou Utopia?** Portugal: Ad. Afrontamentos, 2001. p. 525-550.

READON, B. **Mujeres o Armas, Unesco Toward a Women's Agenda for a Culture of Peace**. Madri: UNESCO/NARCEA, [s.d.].

RIBEIRO, António Sousa. A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Globalização Fatalidade ou Utopia?** Portugal: Ad. Afrontamentos, 2001.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de Regressos: Imperio, Guerra Colonial e Pós-colonialismo**. Porto: Afrontamento, 2004.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de Regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo**. Porto: Afrontamentos, 2004.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os homens**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUDDICK, Sara. **Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace**. Baston: Beacon Press, 1999.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 23 (66), 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Genêro, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu, 2014.

\_\_\_\_\_. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAID, Edward W. **Orientalismo**. Lisboa: Livros Cotovia, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Globalização Fatalidade ou Utopia?** Porto: Ad. Afrontamentos, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Ed. Afrontamentos, 1999.

\_\_\_\_\_. La izquierda del futuro: una sociología de las emergências. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Golpe en Brasil**. Genealogía de una farsa. Buenos Aires: CLACSO, 2016. p. 205-212.

\_\_\_\_\_. **A cor do tempo quando foge**. Uma história do presente – crônicas 1986-2013. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência para um novo senso comum**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Gramática do Tempo**: pra uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. Direito e Democracia: a reforma global da justiça. In: PUREZA, José Manuel; FERREIRA, Antônio Casimiro. **A teia global**: movimentos sociais e instituições. Porto: Ed. Afrontamento, 2001. p. 125-174.

\_\_\_\_\_. Entre próspero e caliban: colonialismo, pós-colonialismos e inter-identidade. In: RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, Antonio Sousa Ribero (Org.). **Entre ser e estar**: raízes, percursos e discursos da identidade. Porto: Afrontamento, 2002. p. 23-85.

\_\_\_\_\_. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 38, p. 11-39, 1993. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=515&id\\_lingua=1](http://www.ces.uc.pt/rccs/index.php?id=515&id_lingua=1)>.

\_\_\_\_\_. Para Além do Pensamento Abissal: as linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

\_\_\_\_\_. **Para uma revolução democrática da Justiça**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Para uma revolução democrática da Justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

\_\_\_\_\_. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 65, p. 03-76, 2003.

\_\_\_\_\_. Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a Esquerda? **Oficina do CES**, Coimbra, n. 322, 2009.

\_\_\_\_\_. Por uma concepção Multicultural de Direitos Humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, p. 11-32, jun. 1997.

\_\_\_\_\_. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do Cosmopolitismo Multicultural. Porto: Afrontamento, 2004.

\_\_\_\_\_. **Um Discurso sobre as Ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Una epistemología del Sur**. México: Siglo XXI; CLACSO, 2009.

\_\_\_\_\_. **O direito dos oprimidos**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social** (Encuentros en Buenos Aires). Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Almedina, 2010.



SANTOS, Luciane Lucas dos. A fome como cerceamento de direito político: comunicação contra-hegemônica e soberania alimentar. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 1/2, 2008.

SANTOS, Luciane Lucas dos; HOFF, Tânia. **Formas Sutis de Dominação Hierarquizada: corpo e feminização da pobreza**. Ex-Aequo [online], n. 17, p. 133-154, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2. ed. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2013.

SARTRE, J. P. A Transcendência do Ego. In: **Cadernos Espinosianos XXII**. Tradução Alexandre De Oliveira Torres Carrasco. São Paulo: EdUSP, 2010. p. 183-228.

\_\_\_\_\_. **Questão de Método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os Pensadores).

SATONG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHIMTT, Carl. **O Guardião da Construção**. Tradução Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

SCOTT, Joana W. **Usos e abusos do gênero**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018/11212>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

SHIVA, V. et al. **The Enclosures and Recorery of the Commons: Biodiver sity, Indigenous Knowledge, and Intelletual Property Rights** Nuva Deli Research Foundation for Science, Technology, and Ecology. [S.l.: s.n.], 1997.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SPIVACK, Cayatri Chakravarty. **Pode subalterno falar?** Belo Horizonte, UFMG, 2010.

STEPHENSON, Carolyn. **Género y Naciones Unidas: Programa para La Paz**. UNESCO, Towards a women's Agensa for a Culture f Peace. Madri, UNESCO/NARCEA, 1999.

STEPHENSON, Christopher. **Fathers' experiences of domestic violence and their views on services for them and their children**. A dissertation submitted to the University of Bristol in accordance with the requirements of the degree of MSc in Social Work in the Faculty of Law and Social Sciences. [S.l.]: School for Policy Studies, 2009.

TRIPP, Aili Mari. La política de los derechos de las mujere y la diversidad cultural en Uganda. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). **Descolonizando el feminismos**: Teórias y prácticas desde los márgenes. [S.l.]: Ediciones Cátedra; Universidade de Valencia, 2008.

UNESCO. **Mapa da violência no Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-mapa-da-violencia-revela-que-116-brasileiros-morrem-todos-os-dias-por-arma-de-fogo/>>. Acesso em: 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. v. II. Porto: Afrontamentos, 1974.

\_\_\_\_\_. **The Modern World System**. v. 1, 2. Nova Iorque: Academic Press, 1974.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora UNB, 2004.

ZEI, Tarcila Rivera. Mujeres indígenas americanas luchando por sus derechos. In. NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Rosalva Aida (Ed.). **Descolonizando el feminismo**: Teorías y prácticas desde los márgenes. [S.l.]: Ediciones Cátedra, Universidade de Valencia, 2008.